

Reginaldo de Souza Vieira
Guillermo Luévano Bustamante
Gina Chavez Vallejo
(Organizadores)

V.2

DIREITOS HUMANOS

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS



EDITORA ÍTHALA

© 2025 Editora Íthala

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Godoy Dotta – Doutor e mestre em Educação. Especialista em Administração, Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico. Licenciado em Sociologia e Pedagogia. Bacharel em Tecnologia.

Ana Claudia Santano – Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Daniel Wunder Hachem – Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

Emerson Gabardo – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

Fernando Gama de Miranda Netto – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense e membro do corpo

permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

Luiz Fernando Casagrande Pereira – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

D598 Direitos humanos: reflexões contemporâneas [recurso eletrônico] / organização de Reginaldo de Souza Vieira, Guillermo Luévano Bustamante, Gina Chavez Vallejo - Curitiba: Íthala, 2025.

v.2, 381p.: il.; 22,5 cm

Vários colaboradores

ISBN: 978-65-5765-280-0

1. Direitos humanos. 2. Direito ambiental. 3. Políticas públicas.
I. Vieira, Reginaldo de Souza (org.). II. Bustamante, Guillermo Luévano (org.). III. Vallejo, Gina Chavez (org.).

CDD 340.1 (22.ed)
CDU 340

Editora Íthala Ltda.
Rua Pedro Nolasco Pizzatto, 70
Bairro Mercês
80.710-130 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
☎+55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Capa: Caroline V. R. Moreira
Revisão: Karla Andreia Leite
Diagramação: Sônia Maria Borba

abdr
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE DIREITOS
REPRODUTÍVEIS
Respeite o direito autorial

Informamos que é de inteira responsabilidade do autor a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

REGINALDO DE SOUZA VIEIRA
GUILLERMO LUÉVANO BUSTAMANTE
GINA CHAVEZ VALLEJO
(ORGANIZADORES)

V. 2

DIREITOS HUMANOS

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS



EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2025

Ao longo da história, os direitos humanos percorreram caminhos complexos, marcados tanto pela construção e solidificação de suas bases quanto pelas crises que os centralizam nos debates e conflitos. Em alguns momentos são exaltados como heróis, em outros subjugados como vilões.

Ao estabelecer no ser humano o sujeito central de direitos, abrangendo as ordens nacional e internacional, os direitos humanos transcendem o individualismo: beneficiam todas as pessoas, as que dele acreditam, mas as que também o contestam. Dentre seus principais pilares – universalização, interdependência e indivisibilidade – estão assegurados que a sua proteção e efetivação não poderá ser fragmentada ou seletiva.

Abordar o tema dos direitos humanos é também se alocar em uma trama de egos. É imergir em um debate permeado por disputas ideológicas, políticas e, muitas vezes, econômicas. Jogados ao azar, tem-se desacreditado em seu poder de mudança, sua capacidade transformadora tem sido questionada. Seus defensores, no entanto, continuam a visualizá-los como instrumentos essenciais para garantir a dignidade de bilhões de pessoas ao redor do mundo. Por outro lado, existem pessoas questionando o real objetivo, necessidade e fundamentação dos direitos humanos. Essa aparente contradição, entre esperança e descrédito, evidencia a centralidade da agenda dos direitos humanos nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental), seja por suas questões positivas seja pelas negativas.

Ao longo dos anos de sua constituição e evolução, a temática demonstrou a importância de sua garantia e efetivação. Desde sua consolidação no pós-guerra, os direitos humanos demonstraram, na prática, a importância de prevenir, denunciar e punir as atrocidades, no âmbito nacional ou internacional.

A criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e, posteriormente, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 representaram marcos fundamentais na estruturação de um catálogo de direitos e garantias que deveriam ser seguidos pelos Estados (ONU, 1948).

Esse compromisso se fortalece com a adoção do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966, os quais conferem obrigatoriedade às normas de proteção e promoção da dignidade humana. Desde então, diversos tratados especializados ampliaram esse arcabouço normativo, consolidando a internacionalização dos direitos humanos, iniciada com a DUDH.

Nesse sentido, os sistemas regionais de proteção e promoção dos direitos humanos emergem como protagonistas na defesa dos direitos em seus continentes, atuando

de forma paradigmática nas questões que mais afetam suas respectivas regiões. Questões como regimes autoritários, equidade de gênero, direitos progressivos, condições de trabalho e proteção ambiental têm sido enfrentadas por esses sistemas em um esforço constante para garantir a efetivação dos direitos humanos.

Apesar dos avanços, persistem desafios que demonstram a necessidade de uma atuação conjunta e cooperada. Entretanto, tem-se observado a repetição de diversas violações ocorridas no passado, como se as lições históricas não tivessem sido assimiladas.

Em um cenário de conflitos internacionais, de violações massivas aos direitos mais básicos, torna-se evidente que, além da existência das normas, a consciência moral das lideranças globais é determinante.

As crises climáticas, as democracias fragmentadas e desestabilizadas, as responsabilizações internacionais paradigmáticas e os sistemas por vezes eficientes, em outros momentos ineficientes, demonstram que os direitos humanos estão sempre no palco principal, ora como protagonistas, ora como coadjuvantes, mas sempre presentes.

Os direitos humanos podem e devem estar em um papel principal em termos de compromissos internacionais e de proteção do ser humano, de forma multinível. Para que cumpram sua função transformadora, é imprescindível que permaneçam no cerne das agendas governamentais e das organizações internacionais, sendo constantemente revisitados e fortalecidos, especialmente no que diz respeito à sua efetivação e à responsabilização pelo seu descumprimento.

A reformulação e ampliação dos direitos humanos, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 – da ONU, são essenciais para garantir a dignidade de todos os seres. Eles são a esperança de um futuro mais sustentável em suas esferas social, ambiental e econômica e, por isso, devem ser constantemente reafirmados, reforçados e implementados de maneira eficaz, considerando as mudanças que ocorrem em nosso planeta.

Nesse contexto, a presente obra contribui significativamente com o debate. Estruturada em seções que abordam a teoria crítica dos direitos humanos, os direitos da natureza e os litígios climáticos na América Latina, o constitucionalismo no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a intersecção entre direitos humanos, gênero, raça e direitos geracionais, a obra proporciona uma abordagem abrangente e aprofundada sobre a temática, essencial para aqueles que desejam compreender e fortalecer a proteção dos direitos humanos em um mundo em constante transformação.

Desejo que a leitura, além de aprofundar a compreensão sobre os direitos humanos, seja fonte de inspiração para reflexões construtivas nessa temática de significativa importância a nível nacional e internacional. Que ao longo do caminho, o tema se solidifique

e que as discussões e pesquisas sejam instrumentos efetivos para garantir que as pessoas possam contar com os direitos humanos como fonte de garantia de sua dignidade, em todos os momentos e em todos os lugares.

Desejo a todos uma boa leitura. Que possamos seguir firmes no comprometimento de buscar nos direitos humanos a inspiração constante por um mundo mais igualitário, livre e justo. Aos organizadores, minha admiração e gratidão.

Profª. Drª. Micheli Piucco

Universidade de Passo Fundo

(Verão de 2025)

APRESENTAÇÃO

Essa obra intitulada *Direitos Humanos: reflexões contemporâneas – volume II* é fruto do processo de construção e consolidação da Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos (REDE-DH) e da Rede Latino-americana de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos.

A Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos (REDE-DH) foi fundada em 10 de setembro de 2019, na sede da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em Brasília, por programas de Pós-Graduação em Direito, representantes de todas as regiões do Brasil. Ela é composta por 15 Programas de Pós-Graduação em Direito como membros: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Tiradentes (UNIT), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Também conta com mais de 270 docentes vinculados(as) aos seus programas membros.

A atual coordenação da REDE-DH foi eleita em 2023, durante a realização do II Seminário Nacional de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, realizado nos dias 20 e 21 de setembro, na UNESC, em Santa Catarina, para um mandato de 4 anos, tendo a seguinte composição:

- Coordenador-geral: Reginaldo de Souza Vieira (PPGD/UNESC);
- Vice-coordenador Sul: Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (PPGD/UNIJUÍ);
- Vice-coordenador Centro-Oeste: Vladimir Oliveira da Silveira (PPGD/UFMS);
- Vice-coordenador Norte: Jean Carlos Dias (PPGD/CESUPA);
- Vice-coordenadora Sudeste: Daniela Silva Fontoura de Barcellos (PPGD/UFRJ);
- Vice-coordenadora Nordeste: Erica Babini Lapa do Amaral Machado (PPGD/UNICAP).

Nesse mesmo evento foi fundada a Rede Latino-Americana de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos com a participação dos programas membros da REDE-DH, do Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN, Equador), Universidad Autónoma de San Luis

Potosí (UASLP) e de membros(as) do Grupo de Trabalho da Clacso – Pensamiento Jurídico Crítico y Conflictos Sociopolíticos.

Fruto deste processo e como uma das ações definidas no âmbito das duas Redes, foi criada uma disciplina em rede, sob a gestão administrativa do PPGD/UNESC intitulada: *Derechos Humanos, Pensamiento Crítico y Constitucionalismo Latino-Americano*, ministrada no primeiro semestre de 2024 em espanhol. A disciplina teve a participação de 22 docentes e 150 discentes.

Portanto, é a partir desta cooperação internacional em direitos humanos em rede no âmbito latino-americano que surge essa obra. Os textos que compõem os capítulos foram selecionados entre todos os trabalhos produzidos pelos(as) discentes a partir da qualidade e de sua profundidade teórica. Todos os textos foram produzidos pelo menos por dois discentes de instituições diferentes.

A obra é composta de 23 capítulos e foi dividida em quatro partes: a primeira, “Teoria Crítica dos Direitos Humanos”; a segunda, “Direitos da Natureza e Litígios Climáticos na América Latina”; a terceira, “Constitucionalismo Crítico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos”; e a última, “Direitos Humanos, Gênero, Raça e Direitos Geracionais”.

A obra foi financiada com os recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quota destinada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Por fim, desejamos a todos(as) uma excelente leitura e que a obra possa contribuir na construção de pesquisa, práticas pedagógicas e ações de inserção social que possam fortalecer a defesa dos direitos humanos no âmbito latino-americano.

Brasil, México e Equador, 2025.

Prof^a. Dr^a. Gina Chavez Vallejo (IAEN – Equador)

Prof. Dr. Guillermo Luévano Bustamante (UALSP – México)

Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira (UNESC – Brasil)

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

MEDIDAS COERCITIVAS UNILATERAIS E O SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA COM PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA	14
Kawana Alano Soares Luiza Emília Guimarães de Queiróz	

CAPÍTULO II

LA FENOMENOLOGÍA DIGITAL Y LAS NUEVAS FORMAS DE COLONIALIDAD, COMO CONTINUIDAD DE LA LÓGICA CENTRO-PERIFERIA, EN SOCIEDADES ALTAMENTE TECNIFICADAS	33
Gustavo Boudoux de Melo Ignacio Alfredo Fontana	

CAPÍTULO III

DE LA EMERGENCIA SANITARIA DEL COVID-19 A LA POST PANDEMIA: LOS DERECHOS HUMANOS EN LA AGENDA POLÍTICA ECUATORIANA EN MATERIA MIGRATORIA	46
Daliseth Coromoto Rojas-Rendón Miguel Angel Colmenares Araque	

CAPÍTULO IV

ANÁLISE CRÍTICA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E EQUATORIANO.....	65
Diana Andrea Díaz Palacios Mayara Stéffany da Silva Araújo	

CAPÍTULO V

DIREITOS HUMANOS, LIBERDADE RELIGIOSA E O RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL DO SÉCULO XXI	79
Ângela M. Borges do Nascimento Camila L. Corrêa da Costa	

PARTE II

DIREITOS DA NATUREZA E LITÍGIOS CLIMÁTICOS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO I

LA NATURALEZA COMO SUJETO DE DERECHOS: ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA NORMATIVA CONSTITUCIONAL EN PAÍSES DE LA COMUNIDAD ANDINA	95
Helena Estefanía Guevara Tapia Ángel Salomón Jácome Cordones	

CAPÍTULO II

A AMAZÔNIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À ESTABILIDADE CLIMÁTICA: UM CASO DE LITÍGIO CLIMÁTICO	110
Newton T. dos S. Cruz Igor de Lazari	

CAPÍTULO III

EL RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS DE LOS RÍOS EN AMÉRICA LATINA: UN ENFOQUE DE PROTECCIÓN AMBIENTAL.....	128
Juliana de Matos Barbosa Ronald Dominguez Pillaca	

CAPÍTULO IV

LA EVOLUCIÓN DE LOS DERECHOS DE LA NATURALEZA ATRAVÉS DEL LITIGIO CLIMÁTICO: UNA PERSPECTIVA DESDE EL CONSTITUCIONALISMO DEL SUR GLOBAL	142
Carolina Machado Mendes Juan Carlos Arichavala	

CAPÍTULO V

LA NATURALEZA COMO SUJETO DE DERECHOS: ENSEÑANZAS DE ECUADOR PARA BRASIL	159
Giovaniyla Maria Pessôa de Oliveira Inés Carolina Hernández Guerra	

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS Y JUSTICIA RACIAL AMBIENTAL: UN ANÁLISIS DE LOS EFECTOS DE LA NECROPOLÍTICA EN CIUDADES DE ECUADOR Y BRASIL	173
Luciana da Silva Teixeira Diana Salomé León Bernardo	

PARTE III

CONSTITUCIONALISMO CRÍTICO E SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

RECONOCIMIENTO O SOMETIMIENTO: UN ANÁLISIS DE CONTENIDO DE LA SENTENCIA DEL CASO LA COCHA, ECUADOR	194
Bruno Teixeira Lins Mary Lizbeth Mejía Rogel	

CAPÍTULO II

MARGEN DE APRECIACIÓN NACIONAL: UN ANÁLISIS DE LAS DECISIONES DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS A LA LUZ DE LA CRÍTICA DECOLONIAL211	
María Eugenia Sánchez Montero Marco Aurelio Farias da Silva	

CAPÍTULO III

LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS PUEBLOS INDÍGENA, EN LA ASAMBLEA NACIONAL: ANÁLISIS A PARTIR DEL DERECHO CONSTITUCIONAL COMPARADO DE BRASIL Y DE VENEZUELA	228
Luz Angela Tarazona Vélez Ana Karla Coelho dos Santos Lima	

CAPÍTULO IV

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE SOBRE DIREITOS E DESAFIOS.....	247
Ana Lúcia Sousa Nascimento Melo Gabriela Konkel Ferreira	

CAPÍTULO V

3 VEZES 5 + 1: O AUTORITARISMO NA AMÉRICA LATINA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS	261
Bruno Vilar Dugacsek Martha Beatriz Pinedo Corrales	

CAPÍTULO VI

DERECHOS HUMANOS: LA OTRA CARA DE LA CIUDAD.....	274
Johanna Elizabeth Pablo Andrés Erazo Peña	

CAPÍTULO VII

CONSTITUCIONALISMO Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE DERECHOS SOCIALES: UNA COMPARACIÓN BRASIL Y ECUADOR	288
Roberta Soares Gusmão dos Santos Verónica Alicia Meza Chimarro	

PARTE IV**DIREITOS HUMANOS, GÊNERO, RAÇA E DIREITOS GERACIONAIS****CAPÍTULO I**

A NEGAÇÃO DO PAPEL DE MÃE À MULHER NEGRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO CASO ALYNE PIMENTEL VS. BRASIL	302
Karoline Schroeder Soares Priscylla A. Piucco	

CAPÍTULO II

A INVISIBILIDADE DOS MENORES DESACOMPANHADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS EUA SOB A PERSPECTIVA DESCOLONIAL	319
Emily König Tietböhl Sofia Ferreira Rabelo de Carvalho	

CAPÍTULO III

OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: ANÁLISE CRÍTICA E CONTEXTO BRASILEIRO	338
Amanda Geisler Aires Bispar Vitória das Neves Farias Tavares	

CAPÍTULO IV

O ENSINO DE GÊNERO COMO EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL POR MEIO DO DIREITO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	353
Thalyta Karina Correia Chediak Bianca da Silva Pepe	

CAPÍTULO V

VIOLENCIA OBSTÉTRICA Y DERECHOS HUMANOS: ALCANCES NORMATIVOS Y JURISPRUDENCIALES	364
Luíse Pereira Herzog Patricio Alejandro Giler Fernández	



PARTE I

TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

MEDIDAS COERCITIVAS UNILATERAIS E O SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA COM PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

Kawana Alano Soares¹

Luiza Emília Guimarães de Queiróz²

1 INTRODUÇÃO

O cenário das relações internacionais se caracteriza por uma arena de conflitos de poder e cooperação que miram interesses compartilhados. O fenômeno das sanções internacionais exemplifica a tensão e a complementaridade desses dois aspectos: a implementação de sanções por órgãos multilaterais ou medidas coercitivas unilaterais (MCUs) por Estados individuais incorpora tanto elementos de conflito quanto de cooperação.

A dimensão conflituosa é evidente, dado que essas medidas coercitivas são aplicadas em situações de desacordo entre Estados, quando uma das partes percebe a necessidade ou a oportunidade de coagir a outra a alterar seu comportamento. Por outro lado, a dimensão cooperativa se manifesta tanto no mecanismo multilateral de aplicação das sanções quanto nos esforços de alinhamento entre aliados para impor as MCUs de maneira coordenada. A finalidade da medida coercitiva é tornar o Estado alvo mais inclinado a adotar comportamentos que reflitam os interesses do Estado coativo, ao elevar os custos associados à manutenção de uma conduta não cooperativa. É sobre esta dinâmica que o presente artigo se debruça.

As MCUs têm se consolidado como um mecanismo central na prática da política internacional contemporânea. Essencialmente, essas medidas consistem em sanções impostas por um Estado, ou grupo de Estados, com o objetivo de alterar o comportamento de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Bolsista CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). E-mail: kawannaalano@unesb.net.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UNIRIO). Master of Arts pelo Instituto de Estudos de Leste Europeu da Freie Universität Berlin (2018). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS/UNIRIO). E-mail: luiza.queiros@itamaraty.gov.br.

outros Estados sem a autorização de organismos internacionais, como as Nações Unidas. Tais sanções abrangem ações desde embargos comerciais até o congelamento de ativos e restrições de deslocamento, sendo frequentemente justificadas sob o pretexto de promover a democracia, os direitos humanos ou a segurança global. No entanto, a legitimidade e a eficácia dessas medidas são amplamente contestadas, especialmente quando analisadas sob a perspectiva do Sul Global, principalmente a partir do prisma latino-americano.

Ao se observar como as MCUs, através da coerção, provocam efeitos prejudiciais aos Estados e suas populações, percebe-se a necessidade de compreender os motivos por trás de sua utilização e como os papéis de Estado emissor (ativo) e Estado receptor (passivo) são estabelecidos. Isto posto, este trabalho visa analisar as MCUs sob a ótica decolonial, abrangendo desde Aníbal Quijano e seu conceito de Colonialidade do Poder, até as contribuições de Sundhya Pahuja e Nelson Maldonado-Torres ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. Autores como Noam Chomsky, por exemplo, descreve essas medidas como instrumentos de hegemonia imperialista, argumentando que elas servem mais aos interesses estratégicos das grandes potências do que aos objetivos declarados de promoção de valores universais (Chomsky, 2014).

Essas contribuições ajudam a contextualizar a complexidade e a profundidade das MCUs, revelando suas múltiplas facetas e efeitos. Apesar das diferentes perspectivas, esses autores veem o processo de colonização como essencial para a subalternização de indivíduos e auxiliam na (des)construção de um direito que é, desde seu início, universalista, positivista e eurocêntrico. No contexto do Sul Global, essas medidas têm efeitos particularmente devastadores. O Sul Global, termo que abrange países da América Latina, África, Ásia e Oceania, compartilha uma história de colonização, exploração e dependência econômica, partilhando uma posição geopolítica complexa e multifacetada. Após a descolonização, muitos desses Estados buscaram afirmar sua soberania e se desenvolver economicamente, mas continuam a enfrentar desafios impostos por estruturas econômicas e políticas globais que favorecem o Norte Global.

O Sul Global tem sido, frequentemente, palco de intervenções econômicas e políticas por parte das grandes potências, com as MCUs como uma das formas pelas quais essas intervenções se manifestam. Ao impor sanções, países como os Estados Unidos e membros da União Europeia buscam moldar o comportamento de nações do Sul Global de acordo com seus interesses geopolíticos, muitas vezes em detrimento da autodeterminação desses países. No decorrer do presente artigo, serão abordados estudos de caso específicos, como as MCUs enfrentadas por Cuba, Venezuela, Irã e Síria, exemplos utilizados para ilustrar como as diferentes teorias se aplicam em contextos reais.

O embargo econômico imposto pelos Estados Unidos contra Cuba é um dos exemplos mais antigos e emblemáticos de MCUs; em relação à Venezuela, destaca-se

como essas ações acentuam crises internas e pioram as condições de vida da população civil (Golinger, 2006); sanções contra o Irã, impostas principalmente pelos Estados Unidos, têm tido efeitos profundos na economia do país, levando à depreciação da moeda, inflação alta e dificuldades econômicas generalizadas para a população; a Síria também é um caso em que as MCUs têm tido efeitos devastadores, com sanções econômicas impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos que contribuem para agravar a crise e dificultando o acesso à ajuda humanitária e a reconstrução do país (Butter, 2015).

Para compreender plenamente o impacto das MCUs no Sul Global, é essencial uma abordagem interdisciplinar que combine análises históricas, econômicas, políticas e sociais. A metodologia empregada nesta análise inclui a análise histórica, que estuda as origens e evolução das MCUs, incluindo casos emblemáticos e seus desdobramentos ao longo do tempo. A análise econômica avalia os impactos econômicos das sanções sobre os países alvo, incluindo indicadores macroeconômicos, inflação e desemprego. A análise política examina as motivações e objetivos políticos por trás das MCUs, bem como suas consequências nas relações internacionais e na política interna dos países afetados. Por fim, a análise social investiga os efeitos das MCUs sobre a população civil, com foco em questões de direitos humanos e desenvolvimento. A combinação dessas abordagens permite uma compreensão mais profunda e abrangente das MCUs e suas implicações.

A introdução deste estudo busca, portanto, estabelecer as bases para uma análise crítica das MCUs, destacando casos representativos para se compreender seus múltiplos impactos. O objetivo é fornecer uma visão detalhada e informada que contribua para o debate sobre a ética e a eficácia dessas medidas, especialmente no contexto das complexas dinâmicas geopolíticas do Sul Global. Através desta análise, pretende-se esclarecer as diversas dimensões das MCUs e fomentar uma reflexão crítica sobre suas consequências e motivações, visando uma maior justiça e equilíbrio nas relações internacionais.

Reconhecendo a complexidade inerente à temática e a gama de conteúdos disponíveis, não se ambiciona que estas sejam as considerações finais sobre o assunto. Pelo contrário, enfatiza-se a existência de um amplo espectro de exemplos, que não serão aqui abordados, em que medidas coercitivas unilaterais foram empregadas como instrumentos para perpetuar a colonialidade nas relações interestatais. Sumariamente, espera-se que este estudo possa contribuir para a (re)elaboração da compreensão dessa realidade.

2 DA PERSPECTIVA CRÍTICA LATINO-AMERICANA

As teorias de relações internacionais oferecem diversas abordagens para compreender o poder e a hegemonia no sistema internacional. Dentre essas teorias, destacam-se o realismo, o liberalismo, o marxismo e a teoria crítica.

O realismo se propõe a analisar o poder e os interesses de cada Estado nas relações internacionais de um sistema marcado pela anarquia, tendo como pioneiros nesta corrente pensadores como Tucídides, Hans Morgenthau (2003), Niccolò Machiavelli e Kenneth Waltz (1979). O realismo fornece um arcabouço teórico robusto para entender a persistência do conflito e a competição entre as nações, enfatizando a anarquia do sistema internacional onde os Estados são os principais atores e buscam maximizar seu poder para garantir a sobrevivência.

Inclusive, Alisson (2020) foi um dos disseminadores do conceito “Armadilha de Tucídides”, que prevê a tendência inescapável à guerra quando uma potência emergente ameaça o país que consolidou o seu poder hegemonicamente no Sistema Internacional. Neste contexto, a hegemonia é vista como a dominação de um Estado sobre os outros, baseada na capacidade militar, política e econômica.

Hans Morgenthau (2003), um dos teóricos mais influentes do realismo, argumenta que a política internacional é regida por leis objetivas enraizadas na natureza humana, não sendo desta forma neutra ou equilibrada. A busca pelo poder é um elemento constante nas relações internacionais entre os Estados e entre as pessoas. Para Morgenthau, o poder é tanto um fim em si mesmo quanto um meio para garantir a segurança dos Estados, devendo assim utilizar das ferramentas dispostas no Direito Internacional de maneira prudente.

Um exemplo de uma utilização não eficaz desses instrumentos pode ser averiguado pelo fornecimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Japão à China, de 1979 a 2022, em que se buscava contrabalancear os ocorridos durante as Guerras Sino-japonesas, mas não teve o resultado esperado. Isto porque o cerne do problema não foi tratado, a mera intervenção financeira do Japão ao desenvolvimento chinês não abarcava os aspectos sociais e culturais decorrentes dos danos perpetrados na Segunda Guerra Mundial e na Segunda Guerra Sino-japonesa. Tendo o presente caso uma difícil resolução amigável, diante da conjuntura firmada (Alano; Souza, 2023). Compreende-se então como as relações internacionais e o Direito Internacional é complexo, por ser uma constante guerra por poder e influência com seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

O poder e a hegemonia no sistema internacional podem também ser vislumbrado sob uma abordagem liberalista, que foca na cooperação internacional e nas instituições que podem mitigar os efeitos da anarquia. Robert Keohane e Joseph Nye (1997) defendem que a interdependência econômica e as organizações internacionais são cruciais para a

estabilidade global. A hegemonia, nesse caso, poderia ser exercida por meio da liderança consensual e da promoção de valores liberais como a democracia e o livre mercado. John Ikenberry (2011) argumenta que a ordem liberal internacional, sustentada por instituições como a ONU e a OMC, permite uma distribuição mais equitativa de poder e promove a cooperação entre Estados.

Em contrapartida, o marxismo oferece uma crítica ao sistema capitalista global de forma contumaz, declarando que existem relações de exploração e dominação entre o Norte Global (centro/países desenvolvidos) e o Sul Global (periferia/países em desenvolvimento). Immanuel Wallerstein (2004), com sua teoria do sistema-mundo, argumenta que a hegemonia é mantida através da exploração econômica e da dependência, perpetuando a desigualdade entre nações.

Autores como Mattei e Nader (2013) abordam em sua obra “Pilhagem: quando o Estado de direito é ilegal”, uma crítica contundente ao fenômeno da pilhagem legalizada por meio do sistema jurídico. Esmiuçando como o Estado de direito, que deveria garantir justiça e igualdade perante a lei, é manipulado para beneficiar interesses particulares em detrimento do bem comum – anseios do Norte Global em detrimento do Sul. É elencada como as práticas e políticas públicas são elaboradas para favorecer determinados grupos econômicos ou políticos, desmantelando o desenvolvimento social equitativo. Essa manipulação do Estado de direito resulta em uma forma de “pilhagem legal”, onde recursos públicos, direitos sociais e ambientais são subjugados em favor de lucros privados e poder político concentrado.

E, neste ponto, quando um Estado se impõe contra essas estruturas legais e institucionais que perpetuam desigualdades e injustiças sociais, escandalizando as práticas exploratórias e excludentes intrínsecas, sofrem repressões que por diversas vezes são advindas das MCUs. As teorias marxistas são complementadas pelas teorias descoloniais, que enfatizam a persistência das estruturas coloniais de poder na era contemporânea. Aníbal Quijano aborda conceitos como a colonialidade do poder, que seria a constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico a partir da criação da ideia de raça que biologicamente buscava naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores; esta ideia quando aplicada nas relações internacionais pode ser compreendida como formas de perpetuar a subordinação do Sul Global aos interesses das potências hegemônicas (Quijano, 2005; Herrera Flores, 2009)

Deve-se analisar as premissas e interesses subjacentes que existem nas relações internacionais. Neste ponto a teoria crítica, inspirada na Escola de Frankfurt e nos trabalhos de teóricos como Robert Cox (1981), argumentam que as teorias são sempre para alguém e para algum propósito, ressaltando que o conhecimento é sempre vinculado a contextos históricos e sociais específicos, em que o mais poderoso e influente define os acontecimentos e conta a história.

A teoria crítica busca desvendar as estruturas de poder e dominação que permanecem ocultas nas práticas e instituições internacionais, propondo uma transformação emancipatória que vá além das simples reformas no sistema atual (Wolkmer, 2023). Andrew Linklater (1998), outro proeminente teórico crítico, enfatiza a necessidade de considerar as questões de justiça global e a inclusão de vozes marginalizadas nas discussões internacionais e Wolkmer (1994) discute que deverá ser desenvolvida formas de realizar debates entre os países de forma equitativa e sem opressões ou imposição de vontades particulares, buscando o melhor para a sociedade.

As medidas coercitivas, como sanções econômicas e intervenções militares, têm impactos profundos na soberania e autonomia dos Estados, especialmente naqueles situados na periferia do sistema internacional. Sanções econômicas, frequentemente impostas por potências hegemônicas, visam forçar mudanças políticas ou comportamentais em Estados-alvo.

No entanto, essas sanções muitas vezes resultam em graves consequências humanitárias, prejudicando as populações, exacerbando a pobreza e a desigualdade. Isso, por sua vez, enfraquece a soberania estatal, pois os governos se veem obrigados a ceder à pressão externa para aliviar o sofrimento interno ou mantêm a posição e sofrem com instabilidade política, econômica e social. Essas práticas coercitivas não apenas minam a soberania dos estados, mas também perpetuam uma lógica de dominação e dependência que é característica do imperialismo moderno (Herrera Flores, 2009).

Intervenções militares, justificadas sob pretextos de segurança internacional ou proteção dos direitos humanos, também representam uma violação direta da soberania estatal. Exemplos históricos, como as intervenções no Oriente Médio e na América Latina, mostram que essas ações frequentemente resultam em instabilidade política e social, comprometendo a autonomia dos Estados afetados. Estas intervenções são frequentemente moldadas por interesses estratégicos das potências hegemônicas, mascarando suas verdadeiras intenções sob a retórica humanitária.

Sob uma perspectiva descolonial latino-americana, é crucial reconhecer como essas práticas coercitivas perpetuam a colonialidade, uma dinâmica de dominação e exploração. Teóricos como Frantz Fanon (2005), Albert Memmi (2007) e Aníbal Quijano (2005) argumentam que o poder da colonialidade é desenvolvido sistematicamente, minando a independência dos países colonizados, seja no desenvolvimento de suas próprias leis, políticas, culturas e corpos. Fanon (2005) critica veementemente a violência estrutural e simbólica imposta pelos poderes coloniais, argumentando que a verdadeira libertação só pode ser alcançada através de uma ruptura radical com essas estruturas opressivas.

Portanto, para promover uma ordem internacional mais justa e equitativa, é necessário desafiar e desmantelar este sistema e suas ferramentas de opressão. Isso inclui

a busca por alternativas ao sistema capitalista global, a promoção de solidariedade entre os países do Sul Global, a defesa da soberania e autonomia dos Estados. Enfatiza-se a importância de construir um Direito Internacional Descolonial que reconheça e valorize as perspectivas e necessidades dos povos historicamente marginalizados.

3 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS MEDIDAS COERCITIVAS UNILATERAIS

A concepção de uma estratégia militar não bélica como instrumento de coerção remonta à história ocidental, se manifestando antes mesmo do estabelecimento do Direito Internacional. A título exemplificativo, essa prática pode, inclusive, ser observada na Guerra do Peloponeso, 431 a.C. a 404 a.C., quando Atenas decidiu impor embargos econômicos a Mégara e outras cidades para impedir que se alinhassem com Corinto, sua rival. Nesse contexto, Péricles persuadiu a Assembleia ateniense a decretar a proibição de Mégara utilizar qualquer porto das cidades membros da Liga de Delos, levando Mégara à ruína econômica, decisão esta que foi um fator determinante que precipitou a guerra (Cawkwell, 1997).

Medidas menos longínquas remontam à antiguidade, quando Estados utilizavam bloqueios e embargos para impor seus interesses político-econômicos. Com a ascensão do colonialismo europeu e das grandes navegações no século XIX, as sanções econômicas se tornaram instrumento comum na diplomacia. À época, as primeiras formas de sanções, em detrimento da ação militar direta foram bloqueios navais nas guerras napoleônicas e os bloqueios impostos pela Grã-Bretanha à China durante a Primeira Guerra do Ópio. À época, as regras das MCUs internacionais foram codificadas em convenções como as de Haia, de 1899 e de 1907, que procuraram regulamentar as ações dos Estados em tempos de guerra, incluindo a imposição de bloqueios.

No século XX, houve uma revolução nas MCUs, com a imposição de sanções econômicas como meio de coerção política. A Liga das Nações, primeira organização internacional pós-Primeira Guerra Mundial, foi pioneira na implementação de sanções econômicas como alternativa à guerra. As medidas adotadas pela Liga em resposta à invasão da Etiópia pela Itália, em 1935, buscavam isolar economicamente a Itália e forçá-la a recuar. Embora essas sanções tenham falhado em deter a agressão italiana, elas estabeleceram um precedente para o uso de MCUs em um cenário internacional.

O pós-Segunda Guerra Mundial marcou uma nova era para as MCUs. A Carta das Nações Unidas atribuiu ao Conselho de Segurança a responsabilidade de tomar medidas coercitivas econômicas para manter a paz e a segurança internacionais (ONU, 1945). Durante a Guerra Fria, as MCUs unilaterais, especialmente aquelas impostas pelos Estados Unidos, tornaram-se frequentes. Exemplos incluem o embargo comercial de

1960 a Cuba e as sanções ao Irã após a Revolução Islâmica de 1979 (Hufbauer; Schott; Elliott, 2007).

As justificativas para o uso de MCUs evoluíram ao longo do tempo. Inicialmente, foram usadas em resposta à agressão ou à violação de tratados. Recentemente, os direitos humanos e a não proliferação de armas de destruição em massa se tornaram razões predominantes para a imposição dessas mesmas sanções. Outro exemplo foi o apoio internacional às medidas contra o governo da África do Sul nos anos 1980, destinadas a promover mudanças políticas e sociais. Embora iniciadas por Estados como os Estados Unidos e o Reino Unido, essas sanções ganharam aceitação global, inclusive nas Nações Unidas, demonstrando o potencial das MCUs para provocar transformações políticas.

A Guerra do Golfo de 1991 e as sanções econômicas subsequentes contra o Iraque ilustram a transformação das MCUs na era pós-Guerra Fria. As sanções ao regime de Saddam Hussein, justificadas sob o argumento do desarmamento e da paz regional, geraram intenso debate sobre seu impacto humanitário, destacando a necessidade de se equilibrar lógica política e sensibilidade humanitária.

No final do século XX e início do XXI, as MCUs se tornaram mais abrangentes, incluindo ações financeiras, restrições de viagens e congelamento de ativos, além dos embargos comerciais convencionais. Estados Unidos e União Europeia são os principais utilizadores, justificando suas medidas sob os auspícios de violações contra direitos humanos, proliferação de armas de destruição em massa e terrorismo (Gordon, 2018).

A eficácia das MCUs em provocar mudanças comportamentais e políticas é duvidosa, embora existam casos de sucesso como as sanções da ONU contra o Irã, que levaram ao Acordo Nuclear de 2015 (Nephew, 2017). A América Latina é particularmente afetada por MCUs – para além de Cuba, as sanções dos EUA contra a Venezuela, desde 2014, exacerbam a crise humanitária no país (Weisbrot; Sachs, 2019). Essas ações intensificam crises econômicas e humanitárias, levantando questionamentos sobre sua justiça e eficácia.

O desenvolvimento das MCUs reflete as transformações nas relações de poder e na política externa ao longo do tempo. Desde as primeiras medidas coercitivas no século XIX até as sanções mais recentes, as MCUs sempre foram instrumentos-chave para os Estados tentarem mudar o comportamento de outros Estados. Críticas a essas práticas, especialmente do Sul Global, enfatizam questões de legitimidade, eficácia e impacto humanitário, que continuam a moldar a retórica sobre essas estratégias na política internacional.

3.1 Análise de caso de cuba

Cuba é um dos países mais afetados pelas MCUs, oferecendo um estudo de caso revelador acerca dos impactos políticos dessas medidas e suas consequências para os regimes políticos e a democracia na América Latina. Desde a Revolução Cubana em 1959, os Estados Unidos impuseram um embargo abrangente sobre Cuba, formalizado pela Lei de Embargo de Cuba de 1960 e reforçado pela Lei Helms-Burton de 1996. Essas MCUs visavam isolar economicamente o regime de Fidel Castro e forçar mudanças políticas. As sanções incluíam a proibição de comércio bilateral, restrições financeiras e a proibição de viagens, afetando severamente a economia local. A lógica por trás das medidas era clara: pressionar economicamente o governo para gerar insatisfação popular e, eventualmente, promover uma transição democrática.

Os impactos políticos das MCUs em Cuba foram profundos. Sob o viés econômico, o embargo restringiu o acesso a mercados internacionais e suprimentos essenciais, o que levou à escassez crônica de bens e ao padrão de vida deteriorado. Politicamente, as MCUs reforçaram o discurso do governo cubano de resistência ao imperialismo, legitimando o regime de Castro aos olhos de muitos cubanos e de simpatizantes internacionais. Essa legitimidade foi essencial para a sobrevivência do regime, permitindo que ele mantivesse o controle autoritário sobre a sociedade cubana (Pérez-Stable, 2011).

Além disso, as MCUs tiveram um efeito polarizador na política cubana: a oposição ao regime de Castro dentro de Cuba foi amplamente silenciada ou marginalizada, pois o governo utilizou a ameaça externa dos Estados Unidos como justificativa para repressões internas e para a manutenção de um estado de emergência permanente. Vozes dissidentes eram frequentemente rotuladas como colaboradoras do imperialismo, o que dificultava a formação de um movimento oposicionista coeso (Gott, 2005).

A análise dos impactos das MCUs sobre a democracia na América Latina, em geral, revela um quadro complexo. Por um lado, as MCUs contribuíram para a percepção de que os Estados Unidos estavam mais interessados em impor sua vontade do que em promover a democracia de forma genuína. Esta percepção enfraqueceu a credibilidade dos EUA na região e alimentou sentimentos anti-imperialistas, que foram explorados por regimes autoritários para consolidar poder. Por outro lado, o fracasso das MCUs em provocar uma mudança democrática em Cuba serviu como um lembrete de que tais medidas podem ser contraproducentes, fortalecendo os regimes que visam desestabilizar.

As estratégias de resistência adotadas por Cuba diante das MCUs foram variadas e engenhosas. Inicialmente, o regime cubano procurou apoio da União Soviética, que forneceu assistência econômica e política vital durante a Guerra Fria. Após o colapso soviético, Cuba diversificou suas alianças, buscando parcerias com outros países latino-americanos,

bem como com a China e a União Europeia. A exportação de médicos e outros profissionais em troca de petróleo e outros recursos foi uma das estratégias para superar as dificuldades econômicas impostas pelo embargo (Feinberg, 2016).

Além disso, o governo cubano investiu significativamente em programas sociais, como educação e saúde, para manter o apoio popular. Esses programas ajudaram a mitigar alguns dos piores efeitos das MCUs e foram amplamente promovidos como conquistas do socialismo cubano. No âmbito internacional, Cuba utilizou a diplomacia para construir uma rede de apoio entre países do Sul Global, denunciando as MCUs como ilegais e imorais nas Nações Unidas e outras plataformas internacionais.

Em termos de sobrevivência do regime, as estratégias de resistência foram notavelmente eficazes, permitindo que o governo cubano mantivesse o controle apesar das pressões externas. Em termos de desenvolvimento econômico e melhoria do bem-estar geral da população, no entanto, as estratégias tiveram sucesso limitado, uma vez que a economia cubana continuou a enfrentar desafios significativos, e muitos cubanos emigraram em busca de melhores oportunidades (LeoGrande; Kornbluh, 2014).

Além de Cuba, outros países latino-americanos observaram atentamente as MCUs e suas consequências, influenciando suas próprias políticas. O caso da Venezuela, por exemplo, mostra como a resistência às sanções dos EUA pode seguir um padrão semelhante ao de Cuba, com o governo de Nicolás Maduro buscando apoio de aliados como Rússia e China e promovendo uma retórica anti-imperialista (Weisbrot; Sachs, 2019).

3.2 Análise de caso da Venezuela

A Venezuela, especialmente sob os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, tem sido um alvo relevante das MCUs, particularmente por parte dos Estados Unidos. No dia 8 de março de 2015, o então presidente americano Barack Obama emitiu um Decreto que estabeleceu um conjunto de “sanções” contra a Venezuela, sob o argumento de que haveria violações dos direitos humanos e corrupção no país, tornando-o uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos (Bassil, 2014). As MCUs impostas incluíram restrições financeiras, proibição de comércio de petróleo, congelamento de ativos e sanções contra indivíduos ligados ao governo. A lógica subjacente a essas medidas é semelhante à de outras MCUs: sufocar economicamente o regime, aumentar o descontentamento popular e, eventualmente, forçar uma transição política.

Economicamente, as MCUs agravaram uma crise que já era bastante severa, exacerbando a escassez de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais. A inflação e a queda na produção de petróleo, principal fonte de receita do país, contribuíram para o

colapso econômico. Politicamente, o governo de Maduro utilizou as sanções como um instrumento de propaganda, culpando os Estados Unidos e outros países ocidentais pela crise e reforçando a narrativa de resistência ao imperialismo (Weisbrot; Sachs, 2019).

Essa narrativa desempenhou um papel fundamental na consolidação do regime. Maduro manteve um significativo nível de apoio entre as forças armadas e entre uma parcela da população, que vê as sanções como uma agressão externa. As MCUs, portanto, não apenas falharam em desalojar Maduro, mas também fortaleceram seu controle sobre o poder, permitindo que ele reprimisse a oposição interna com mais facilidade sob o pretexto de defesa nacional (Corrales, 2020).

Além de fortalecer o regime internamente, as sanções também influenciaram a política externa da Venezuela. O país buscou aprofundar suas relações com países como Rússia, China, Irã e Turquia, nações que se opõem às sanções e oferecem apoio econômico e diplomático, mitigando alguns dos impactos das sanções e proporcionando à Venezuela novas fontes de financiamento e mercados alternativos para seu petróleo (Smilde; Ramsey, 2020).

Primeiramente, as estratégias de resistência adotadas pela Venezuela buscaram a diversificação econômica, embora com sucesso limitado. O governo procurou promover setores alternativos ao petróleo, mas a implementação deficiente e a corrupção generalizada prejudicaram esses esforços. Em segundo lugar, a Venezuela intensificou sua retórica anti-imperialista e de solidariedade com outros países afetados por sanções, buscando criar um bloco de resistência contra as MCUs no âmbito internacional (Ellner, 2020).

Uma estratégia significativa tem sido a busca por suporte financeiro e logístico de aliados internacionais. A Venezuela recebeu empréstimos e investimentos de países como China e Rússia, muitas vezes em troca de acordos de petróleo a longo prazo. Esses acordos permitiram ao governo venezuelano manter um fluxo mínimo de recursos, apesar das sanções, embora com custos significativos para a soberania econômica do país a longo prazo.

Em termos de eficácia, as estratégias de resistência da Venezuela apresentaram resultados mistos. No curto prazo, permitiram ao regime sobreviver e manter o controle político. No entanto, os custos econômicos e sociais dessas estratégias foram elevados. A dependência crescente de um pequeno grupo de aliados internacionais limitou a autonomia da Venezuela e criou novas vulnerabilidades. Além disso, a falta de reformas econômicas estruturais deixou o país despreparado para enfrentar a crise econômica que continua a afligir sua população (Corrales, 2020).

A análise dos impactos das MCUs na Venezuela também evidencia as implicações mais amplas para a democracia na América Latina. As sanções contribuíram para a polarização política na região, com alguns países apoiando as medidas como necessárias para

restaurar a democracia, enquanto outros as veem como violação da soberania e instrumento de dominação neocolonial. Este cenário agravou os esforços regionais para promover a democracia e a estabilidade, exacerbando tensões entre diferentes blocos políticos na América Latina (Smilde; Ramsey, 2020).

3.3 Análise de caso do Irã

O Irã, em particular, tem sido um alvo significativo das sanções unilaterais, especialmente pelos Estados Unidos, em resposta às suas atividades nucleares e políticas regionais. As MCUs contra o Irã começaram a se intensificar na década de 2000, em resposta às preocupações com o programa nuclear iraniano. As medidas impostas incluíram restrições financeiras, proibição de comércio de petróleo, congelamento de ativos e sanções contra indivíduos e entidades ligadas ao governo iraniano. A lógica subjacente a essas medidas era forçar o Irã a abandonar seu programa nuclear, aumentar o descontentamento popular e, eventualmente, provocar mudanças políticas significativas no país.

Economicamente, as MCUs agravaram uma situação já bastante severa, exacerbando a inflação, a desvalorização da moeda e a escassez de bens essenciais. A economia iraniana, altamente dependente da exportação de petróleo, sofreu com as restrições impostas ao setor energético, resultando em uma redução drástica na receita nacional. Politicamente, o governo iraniano utilizou as sanções como uma ferramenta de propaganda, culpando os Estados Unidos e seus aliados ocidentais pela crise econômica e reforçando a narrativa de resistência contra a opressão externa (Maloney, 2015).

Essa narrativa desempenhou um papel importante na consolidação do regime iraniano. O governo conseguiu manter um nível significativo de apoio entre os conservadores e setores nacionalistas da sociedade, que viam as sanções como uma agressão injusta. As MCUs, portanto, não apenas falharam em desalojar o regime, mas também fortaleceram seu controle sobre o poder, permitindo que a oposição interna fosse reprimida com mais facilidade sob o pretexto de defesa nacional (Katzman, 2022).

Além de fortalecer o regime internamente, as sanções também influenciaram a política externa do Irã, que buscou aprofundar suas relações com nações como China, Rússia e outras economias emergentes, países que se opõem às sanções e oferecem apoio econômico e diplomático. Estas alianças ajudaram a mitigar alguns dos impactos das sanções, proporcionando ao Irã novas fontes de financiamento e mercados alternativos para seu petróleo.

As estratégias de resistência adotadas pelo Irã podem ser divididas em algumas categorias: a tentativa de diversificação econômica, embora com sucesso limitado, com o governo promovendo setores alternativos ao petróleo; a intensificação da retórica anti-im-

perialista e de solidariedade com outros países afetados por sanções, buscando criar um bloco de resistência contra as MCUs no âmbito internacional; a busca por suporte financeiro e logístico de aliados internacionais, com empréstimos e investimentos substanciais de países como China e Rússia, por vezes em troca de acordos de petróleo. Esses acordos permitiram ao governo iraniano manter um fluxo mínimo de recursos, apesar das sanções, embora com custos significativos para a soberania econômica do país a longo prazo.

Em termos de eficácia, as estratégias de resistência do Irã apresentaram resultados mistos. No curto prazo, permitiram ao regime sobreviver e manter o controle político. No entanto, os custos econômicos e sociais foram elevados, uma vez que a dependência crescente de um pequeno grupo de aliados internacionais limitou a autonomia do Irã e criou novas vulnerabilidades. Além disso, a falta de reformas econômicas estruturais significativas deixou o país mal preparado para enfrentar a crise econômica profunda que continua a afligir sua população (Katzman, 2022).

Como acontece em diversos outros países objeto das MCUs, as sanções contribuíram para a polarização política, com alguns setores da sociedade apoiando as medidas como necessárias para conter o regime, enquanto outros as veem como uma violação da soberania e um instrumento de dominação neocolonial. Este cenário agravou os esforços internos para promover a democracia e a estabilidade, exacerbando as tensões entre diferentes blocos políticos dentro do país.

3.4 Análise de caso da Síria

A Síria, especialmente após o início da guerra civil em 2011, tem sido alvo significativo dessas sanções impostas principalmente pelos Estados Unidos e pela União Europeia. As sanções contra o país foram intensificadas após o início do conflito interno, em resposta à repressão violenta do governo de Bashar al-Assad contra manifestantes e opositores. As MCUs incluíram restrições financeiras, proibição de comércio de armas, tecnologias sensíveis e energia, além de sanções contra indivíduos e entidades próximas ao governo sírio. A lógica subjacente a essas medidas era isolar economicamente a Síria, aumentar o custo de suas ações repressivas e, eventualmente, forçar uma mudança no comportamento político.

A partir de 2011, os Estados Unidos implementaram uma série de sanções abrangentes contra a Síria, começando com a Ordem Executiva 13572, que bloqueou propriedades de indivíduos responsáveis pela repressão. Subsequentemente, a Ordem Executiva 13573 ampliou essas sanções para incluir Assad e altos funcionários do governo. Em 2012, a União Europeia seguiu com um embargo de petróleo, congelamento de ativos e proibição de viagens contra funcionários do governo sírio. As sanções também se esten-

deram a empresas ligadas ao governo, como o Banco Comercial da Síria, o que limitou significativamente a capacidade do regime de conduzir transações financeiras internacionais (Zarate, 2013).

Economicamente, as MCUs exacerbaram uma situação já crítica na Síria, agravando a escassez de bens essenciais e a dependência de ajuda externa. A economia síria, devastada pela guerra, sofreu ainda mais com a redução nas trocas comerciais e com a perda de receitas provenientes do comércio internacional. As sanções ao setor de petróleo, uma das principais fontes de receita do governo, tiveram um efeito devastador, reduzindo drasticamente a capacidade do regime de financiar suas operações militares e governamentais.

Politicamente, o governo sírio, liderado por Bashar al-Assad, utilizou as sanções como uma ferramenta de propaganda, promovendo uma narrativa de resistência e soberania contra o que é retratado como agressão ocidental. Assad argumentou que as sanções eram um ataque direto ao povo sírio e uma tentativa de subverter a soberania nacional, o que ajudou a consolidar seu apoio entre segmentos nacionalistas e entre aqueles que se beneficiam do *status quo*.

Essa narrativa desempenhou um importante papel na consolidação do regime sírio, cujo governo manteve um nível significativo de controle sobre a população, utilizando as sanções para reforçar sentimentos nacionalistas e de unidade contra um inimigo externo. As MCUs, portanto, não apenas falharam em enfraquecer o regime, mas também fortaleceram seu controle sobre o poder, permitindo que a oposição interna fosse reprimida com mais facilidade sob o pretexto de defesa nacional.

Além de fortalecer o regime interno, as sanções também influenciaram a política externa da Síria. O país buscou aprofundar suas relações com nações como Rússia, Irã e China, que se opõem às sanções e oferecem apoio econômico e diplomático. Estas alianças ajudaram a mitigar alguns dos impactos das sanções, proporcionando à Síria novas fontes de financiamento e mercados alternativos para seus produtos. A Rússia, em particular, tornou-se um aliado fundamental, fornecendo suporte militar e econômico, além de vetar resoluções contrárias ao governo sírio no Conselho de Segurança da ONU (Hinnebusch, 2012).

As estratégias de resistência adotadas pela Síria tentaram diversificar a economia, com a substituição de importações, promovendo o desenvolvimento de setores industriais domésticos para reduzir a dependência de produtos estrangeiros. No entanto, esses esforços foram limitados pela infraestrutura danificada e pela falta de investimentos. Além disso, o país intensificou sua retórica antiocidental e de solidariedade com outros países afetados por sanções, buscando criar um bloco de resistência contra as MCUs no âmbito internacional. O governo sírio participou ativamente de fóruns internacionais, denunciando as sanções como ilegais e imorais, e buscando apoio de outras nações em desenvolvimento (Lund, 2019).

A Síria recebeu investimentos de países como Irã e Rússia, muitas vezes em troca de acordos de energia e recursos naturais a longo prazo. Esses acordos permitiram ao governo manter um fluxo mínimo de recursos, apesar das sanções, embora a altos custos para a soberania econômica do país a longo prazo. O apoio iraniano, por exemplo, incluiu linhas de crédito e fornecimento de combustível, enquanto a Rússia forneceu assistência militar, incluindo a intervenção direta em 2015, que foi decisiva para a manutenção do regime.

No curto prazo, as estratégias de resistência da Síria permitiram ao regime sobreviver e manter o controle político. No entanto, os custos econômicos e sociais das estratégias foram elevados: a dependência da Síria de um seleto grupo de aliados internacionais limitou a autonomia do país, criando novas vulnerabilidades. Além disso, a ausência de reformas econômicas estruturais deixou o país mal preparado para enfrentar a crise econômica, a infraestrutura nacional sofreu danos extensivos e a reconstrução foi prejudicada pela escassez de recursos e pelo contínuo isolamento internacional (Zarate, 2013).

As sanções contribuíram para a polarização política, com alguns setores da sociedade apoiando as medidas como necessárias para conter o regime, enquanto outros as veem como violação da soberania e instrumento de dominação neocolonial. Este cenário agravou os esforços internos para promover a democracia e a estabilidade, alimentando tensões entre diferentes blocos políticos dentro da Síria. As tentativas de mediar um acordo de paz foram frequentemente frustradas pela desconfiança mútua e pela interferência de potências estrangeiras com interesses conflitantes (Phillips, 2016).

Além disso, as sanções afetaram diretamente a população civil, contribuindo para uma crise humanitária de enormes proporções. A escassez de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais agravou o sofrimento de milhões de sírios, deslocados internamente ou refugiados em países vizinhos, com a ONU e outras organizações humanitárias enfrentando dificuldades adicionais para operar em um ambiente altamente politizado, com dificuldades, inclusive, de entrega de ajuda humanitária (Lund, 2019).

4 CONCLUSÃO

As medidas coercitivas unilaterais (MCUs) têm sido um tema controverso nas relações internacionais, especialmente quando analisadas sob a perspectiva do Sul Global, em particular da América Latina. Ao longo deste artigo, foi explorada a complexidade e as múltiplas dimensões dessas medidas, revelando como elas perpetuam a desigualdade, a exploração e a dependência das nações do Sul Global em relação ao Norte Global, infringindo inclusive os Direitos Humanos dos cidadãos dos Estados-alvo.

A perspectiva crítica latino-americana e descolonial indica que, embora justificadas sob o pretexto de promover valores universais, como democracia e direitos humanos, as MCUs frequentemente servem aos interesses estratégicos das potências hegemônicas. Em vez de promover mudanças democráticas ou fomentar a aplicação dos direitos humanos, essas medidas muitas vezes reforçam regimes autoritários e intensificam crises internas.

Casos emblemáticos como os embargos dos Estados Unidos contra Cuba e Venezuela, bem como as sanções contra o Irã e a Síria, ilustram os impactos devastadores dessas medidas sobre as economias e as populações civis dos países-alvo. Tais sanções exacerbaram crises econômicas, inflacionaram preços, aumentaram o desemprego e aprofundaram a desigualdade social, demonstrando uma indiferença flagrante pelas consequências humanitárias dessas ações. Além disso, elas enfraqueceram a soberania e autonomia dos Estados, forçando-os a submeter-se a pressões externas ou enfrentar isolamento econômico e político.

As teorias de relações internacionais, incluindo o realismo, liberalismo, marxismo e a teoria crítica, fornecem diferentes lentes para analisar o fenômeno das MCUs. No entanto, a abordagem decolonial desvenda, com uma crítica mais abrangente, as camadas de poder e dominação que permanecem ocultas nas práticas e discursos internacionais. Essa análise destaca a necessidade de desafiar e dismantelar as estruturas de poder que sustentam a colonialidade e a hegemonia, promovendo uma ordem internacional mais justa e equitativa.

Portanto, é imperativo reavaliar o uso das MCUs à luz de seus impactos desproporcionais e frequentemente destrutivos. A construção de um Direito Internacional Descolonial, que reconheça e valorize as perspectivas e necessidades dos povos historicamente marginalizados, é essencial para promover justiça e equilíbrio nas relações internacionais. A promoção da solidariedade entre os países do Sul Global e a defesa intransigente da soberania e autonomia dos Estados são passos fundamentais para alcançar um sistema internacional mais justo e igualitário.

Os movimentos sociais podem atuar como catalisadores de mudanças, pressionando governos a adotarem políticas que resistam às pressões externas e promovam o desenvolvimento sustentável; a diplomacia multilateral também pode ser uma facilitadora da construção de um novo paradigma de relações internacionais baseado em princípios de igualdade, justiça e respeito à soberania; organizações regionais como a União Africana, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), por sua vez, têm potencial de liderar esses esforços, articulando respostas coletivas e coordenadas às MCUs.

Perspectivas futuras e alternativas às MCUs incluem propostas para reformas no sistema internacional que promovam maior justiça e equilíbrio, com a cooperação Sul-Sul

emergindo como uma importante estratégia, com o incentivo do comércio, da transferência de tecnologia e da assistência mútua entre países em desenvolvimento. Essa abordagem pode reduzir a dependência das potências hegemônicas e fortalecer a autonomia econômica e política dos países do Sul Global, com um diálogo inclusivo e participativo nas plataformas internacionais.

REFERÊNCIAS

ALANO, Kawanna; SOUZA, Sirlei de. As 'faces da moeda' sino-japonesa: Impactos da assistência oficial ao desenvolvimento (1979-2022). **Revista Conjuntura Global**, v.12, n. 2, p. 94-112, 2023. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/91621>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ALLISON, Graham. **A caminho da guerra**: Estados Unidos e China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides? Tradução Cássio Arantes Leite. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BASSIL, Sonia Boueiri. Los derechos humanos en el marco de las 'sanciones' contra Venezuela. *In*: RED LATINOAMERICANA DE INVESTIGACIÓN JURÍDICA EN DERECHOS HUMANOS. Disciplina: **Derechos Humanos, Pensamiento Crítico y Constitucionalismo Latinoamericano**. Brasil, 16 de maio de 2024.

BUTTER, David. **Syria's Economy**: Picking up the Pieces. London: Chatham House, 2015. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20150623SyriaEconomyButter.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

CAWKWELL, George. **Thucydides and the Peloponnesian war**. 1. ed. Oxon: Routledge, 1997.

CHOMSKY, Noam. **Who Rules the World?** New York: Metropolitan Books, 2014.

CORRALES, Javier. **Fixing democracy**: how presidents push for change despite the odds. New York: Oxford University Press, 2020.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**: Journal of International Studies, v. 10, n. 2, p. 126-155, jun. 1981.

ELLNER, Steve. **Latin America's pink tide**: breakthroughs and shortcomings. Lanham: Rowman & Littlefield, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FEINBERG, Richard E. **Open for business**: building the new Cuban economy. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2016.

GOLINGER, Eva. **Bush vs. Chávez**: Washington's war on Venezuela. New York: Monthly Review Press, 2006.

GORDON, Joy. The shadow of violence: history and politics of UN sanctions. *In*:

LOPEZ, George A. (ed.). **The sanctions enterprise**: assessing a quarter-century of UN action for peace, security, and human rights. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2018. p. 21-46.

GOTT, Richard. **Cuba: a new history**. New Haven: Yale University Press, 2005.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger;

HINNEBUSCH, Raymond. **Syria**: From 'authoritarian Upgrading' to Revolution? *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944), v. 88, no. 1, 2012, p. 95–113. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41428543>. Acesso em: 23 fev. 2024.

HUFBAUER, Gary Clyde; SCHOTT, Jeffrey J.; ELLIOTT, Kimberly Ann. **Economic sanctions reconsidered**. 3. ed. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2007.

IKENBERRY, G. John. **Liberal leviathan**: the origins, crisis, and transformation of the American world order. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH_-Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

KATZMAN, Kenneth. Iran sanctions. Congressional Research Service, RS20871, version 313, feb. 2022. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/RS20871.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**: world politics in transition. Boston: Little Brown, 1997.

LEOGRANDE, William M.; KORNBLUH, Peter. **Back channel to Cuba: the hidden history of negotiations between Washington and Havana**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

LINKLATER, Andrew. **The transformation of political community**: ethical foundations of the post-Westphalian Era. Columbia: University of South Carolina Press, 1998.

LUND, Aron. **From Cold War to Civil War**: 75 Years of Russian-Syrian Relations. *The Swedish Institute of International Affairs*, Ui Paper, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/ui-publications/2019/ui-paper-no.-7-2019.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**. Trad. Lívio Xavier. São

MALONEY, Suzanne. **Iran's political economy since the revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o Estado de direito é ilegal. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations**: the struggle for power and peace. New York: McGraw-Hill, 2003.

NEPHEW, Richard. **The art of sanctions**: a view from the field. New York: Columbia University Press, 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: Assembleia Geral, 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Paulo: Abril Cultural, 1983.

PÉREZ-STABLE, Marifeli. **The Cuban Revolution: origins, course, and legacy**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

PHILLIPS, Christopher. **The battle for Syria: international rivalry in the new Middle East**. New Haven: Yale University Press, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*:

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SMILDE, David; RAMSEY, Geoffrey. **Venezuelan politics in the Chávez Era: class, polarization, and conflict**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Boston: Addison-Wesley, 1979.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Economic sanctions as collective punishment: the case of Venezuela**. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research, 2019. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-04.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

WOLKMER, Antonio Carlos. **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

WOLKMER, Antonio Carlos. Una otra mirada para los derechos humanos: un aporte descolonial desde el Sur. *In*: RAJLAND, Beatriz; BURGOS MATAMOROS, Mylai; MACHADO, Lucas (coord.). **Derechos humanos y pensamiento crítico desde Nuestramérica**. Buenos Aires: CLASCO/ILSA, 2023. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248285/1/Derechos-humanos-pensamientos-juridicos.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ZARATE, Juan C. **Treasury's war: the unleashing of a New Era of financial warfare**. New York: PublicAffairs, 2013.

CAPÍTULO II

LA FENOMENOLOGÍA DIGITAL Y LAS NUEVAS FORMAS DE COLONIALIDAD, COMO CONTINUIDAD DE LA LÓGICA CENTRO-PERIFERIA, EN SOCIEDADES ALTAMENTE TECNIFICADAS

*Gustavo Boudoux de Melo*³

*Ignacio Alfredo Fontana*⁴

1 INTRODUCCIÓN

El presente trabajo pretende abordar el sostenimiento y/o el reforzamiento de estereotipos hegemónicos centrados en la lógica centro-periferia, hoy posibilitado a partir de un vuelco radical en el sistema económico productivo que da origen a un nuevo ecosistema, de carácter tecnológico-digital, el cual tiene como recurso fundamental a la información. Sin perder de vista el compromiso que significa escribir situados desde las periferias del sistema, la pregunta que define estructuralmente los trazos del presente artículo se puede formular de la siguiente manera: En un contexto histórico en el cual el paradigma informacional es la piedra angular sobre la que se define el mayor o menor grado de autonomía soberana ¿el fenómeno digital y con ello la inserción de nuevos recursos tecnológicos, pueden ser un factor determinante de un nuevo proceso colonial? ¿Se refuerzan los estereotipos creados bajo la lógica centro-periferia?

El objetivo general es realizar un análisis crítico y multidimensional que permita poner en cuestión el sesgo eminentemente estereotipado que revela la libre implementación de recursos digitales orientados tecnológicamente por nuevos actores internacionales, especialmente provenientes del área de las telecomunicaciones y las finanzas, para la consecución de sus objetivos económicos. Esta tarea se encontrará fuertemente permeada por la conciencia de experiencias contextualmente situadas en países considerados tradicionalmente de modernidad tardía.

³ Doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: adm.gustavocra@gmail.com / dir.gustavomelo@gmail.com.

⁴ Mestrando em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Profesor Universitario en la Universidad Autónoma de Entre Ríos, Argentina. E-mail: ignacioafontana@furg.br / ignacioafontana@gmail.com.

De esta forma es posible producir el presente trabajo con una impronta que mantenga presente la acción de un centro que nunca ha dejado de ser colonial, imperial y hegemónico, razón por la que su experiencia no ha podido nunca trascender para desarrollar una idiosincrasia cercana, siquiera, al reconocimiento de otras culturas que reflejen una cosmovisión diferente, desde la alteridad; aquella que si bien permitiría validar otras costumbres sabemos también que son constitutivas de la propia identidad de quien las observa. Por ello se considera que el fenómeno digital, aunado al proceso de evolución tecnológica y a la plataforma digital que le proporciona internet, puede constituirse en una herramienta de homogeneización cultural que imponga nuevas formas de colonialismo fundado esencialmente en el conocimiento.

Así las cosas, la dependencia cultural evidenciada en cosmovisiones estereotipadas se encuentra presente en nuestra sociedad como una marca del colonialismo imperial y es tratado desde diversas perspectivas epistemológicas por autores como Dussel y Quijano. La impronta que se espera imprimir al trabajo es retomar los análisis provenientes de la filosofía crítica latinoamericana para a partir de allí construir una perspectiva epistemológica contemporánea que incorpore el reconocimiento de nuevos derechos fundamentales, así como también debe la existencia de nuevas amenazas expresadas en el contexto digital.

La hipótesis trabajada parte del reconocimiento crítico de un conjunto de estereotipos que como producto cultural fueron heredados del período colonial. Con el tiempo durante la modernidad pesada constituyeron factores culturales determinantes para la subyugación extractivista del modelo capitalista industrial y, en la actualidad, ahora bajo la forma de un capitalismo informacional, se erige como una clara amenaza de continuidad. En este sentido el paso de un capitalismo industrial pesado, volcado esencialmente a la producción de bienes materiales, al capitalismo informacional, orientado a la producción de servicios y/o bienes inmateriales reproduce ciertas continuidades, aunque bajo nuevas formas, ahora más sutiles, pero no por ello menos nocivas.

Para el desarrollo de la temática propuesta, el compromiso fuertemente social que denota el tratamiento del objetivo general propuesto orienta a desenvolver una investigación bajo los principios directrices de un estudio cualitativo, utilizando para ello un método de abordaje hipotético deductivo con base en un método de pesquisa de revisión integrativa y documental.

Con el propósito de lograr el objetivo trazado, el artículo presentará al lector una estructura dividida en tres momentos analíticos: el primero de ellos referido a *el colonialismo universalista y sus formas de dominación basadas en la producción de una cultura hegemónica* donde se espera realizar una aproximación histórica que permita sentar las bases para el reconocimiento y el autoconocimiento de los efectos producidos por experiencia de la “modernidad civilizatoria europea” y sus patrones culturales estereotípicamente

construidos, ello conduce en un segundo momento a analizar *el surgimiento de una nueva modernidad líquida* en la cual se advierte la presencia de nuevos actores internacionales que promueven la utilización masiva de medios tecnológicos que funcionan a través de la plataforma digital que les brinda la red de internet, a seguir, en un tercer momento, se incorpora en el artículo *el conocimiento y la información como nuevas formas de colonialismo en el siglo XXI* en el cual se pretende marcar algunas continuidades del pensamiento colonial, negador de la alteridad, bajo nuevas formas en las que se incorpora la utilización de los recursos tecnológicos.

Lo expresado justifica la importancia social y académica en la realización del presente artículo en tanto busca desarrollar concepciones epistemológicas que se aparten de la hegemonía centralista para incorporar nuevas perspectivas que traigan la alteridad como recurso diferencial para un mejor desempeño del derecho dentro de la sociedad.

Sin desconocer las claras limitaciones de extensión que la naturaleza del presente escrito presenta para el tratamiento de una problemática multidimensional compleja, el deseo ha sido aportar una voz crítica reflexiva de lo que se presenta como un fenómeno social, conflictivo y en continua evolución.

2 EL COLONIALISMO UNIVERSALISTA Y SUS FORMAS DE DOMINACIÓN BASADAS EN LA PRODUCCIÓN DE UNA CULTURA HEGEMÓNICA

Para comenzar, el desarrollo del presente trabajo intenta mostrar a partir de este acápite, introductorio, una cierta línea de continuidad en el inacabado proceso histórico¹ que representa el capitalismo con sus formas económicas, sociales, técnicas, políticas e ideológicas; en donde es posible encontrar también discontinuidades que caracterizan el momento histórico que es utilizado como parámetro para el recorte metodológico del análisis que se pretende realizar. En este sentido:

A cada tipo de sociedad, evidentemente, puede hacersele corresponder un tipo de máquina: las máquinas simples o dinámicas para las sociedades de soberanía, las

¹ Este debate se inscribe en un campo mucho más vasto y complejo que, definido en términos economicistas, refiere nada menos que a una toma de posicionamiento respecto a los orígenes históricos del sistema capitalista. Braudel ve una línea de continuidad histórica, donde se encuentra presente las tres formas de capitalismo, mercantil, comercial y financiero, Schmidt considera muy especialmente la idea de continuidad pero marca el hito fundante en la gran revolución industrial con su idealismo de pax perpetua en el orden natural establecido por el libre mercado, Marx analiza a partir de los periodos de rupturas las contradicciones del sistema, señalándolo como un proceso eminentemente antinatural y prevé su fin autodestructivo con la desaparición de las clases sociales, lo que resulta por fin también una utopía. Está disponible en el siguiente enlace <https://www.youtube.com/watch?si=V8kZwTI-agS2mm7k&v=hWGP2J1kXMQ&feature=youtu.be> una clase de la profesora Dra. Maria Da Conceição Tavares (2017) que resulta muy conveniente para comprender los diferentes movimientos filosóficos-económicos que apuntamos.

máquinas energéticas para las de disciplina, las cibernéticas y los computadores para las sociedades de control. Pero considerando el hecho de que las máquinas no explican nada, se impone analizar los ajustes colectivos de los cuales ellas son apenas una parte (Deleuze, 2008, p. 216 - traducción libre).

Así las cosas, el advenimiento histórico del sistema capitalista supuso la remoción de un orden feudal que había producido su propio esquema de relaciones de sociales que conformaba el diagrama² (Foucault, 2007; Deleuze, 1987) sobre el que se desplegaba el ejercicio efectivo del poder. Es un momento donde las estructuras sociales se caracterizan por ser extremadamente rígidas y en muchos casos determinadas desde su origen³ asociado a un linaje de sangre que garantizaba el predominio político, social y cultural de las clases sociales privilegiadas.

Pero como es bien sabido ahora, el movimiento hacia un nuevo sistema de producción, capitalista, significó mucho más que un mero cambio en su estructura de producción impulsado por la revolución social de los campesinos empobrecidos bajo el sistema feudal. Conllevó en el fondo la conformación de un nuevo diagrama social⁴ promovido por un doble factor histórico en el que es posible presentar, por un lado, la revolución industrial, la cual posibilitó a su turno la aplicación técnica de nuevas formas de producción, en donde la ciencia y la técnica hicieron un viraje fundamental.

En esta línea se destaca una de las características más significativas de la tecnociencia su pretensión de influir sobre la sociedad y dominarla en lo posible. Aquí se aprecia su marcada diferencia con la ciencia clásica adscripta al paradigma Galileo que aspiraba al conocimiento y dominio de la naturaleza para ponerla de algún modo al servicio de la sociedad (Pardo, 2009, p. 85).

Por otro lado, este cambio fue apuntalado por un gran desarrollo de producción cultural en un esquema que aparece especialmente adaptado a la configuración de un mundo que se preparaba para funcionar bajo un dualismo trasuntado en una tajante división entre

² La sociedad feudal se encontraba básicamente constituida por dos estamentos: 1) privilegiados, entre los que encontramos al clero y la nobleza que detentaban el ejercicio de las funciones públicas, poseían tierras y no pagaban impuestos, 2) no privilegiados, entre los que encontramos a los campesinos y los habitantes de las ciudades que realizaban trabajos físicos y pagaban impuestos. Mientras duró la sociedad de tipo feudal "los problemas a los que se refería la teoría de la soberanía cubrían efectivamente la mecánica general del poder, el modo en que se ejercía hasta los niveles más bajos a partir de los más altos" (Foucault, 1980, p. 148).

³ En este período histórico el fundamento último de autoridad reposaba en concepciones apegadas a lo divino, clerical o religioso.

⁴ Este nuevo diagrama social incluía la presencia del Estado moderno como ente ideal abstracto, los operarios de fábrica y la burguesía comercial (Foucault, 2007; Deleuze, 1987).

civilización o barbarie⁵, en donde la alteridad como posibilidad de pensar el mundo desde la exterioridad del otro, el oprimido, el pobre, el segregado (Dussel, 2013) nunca tuvo espacio, ante la construcción de una verdad pretendidamente universal, uniformizante, hegemónica. Una cuestión de tanta relevancia que en su obra ¡Qué tal raza! de Anibal Quijano (1999, p. 141) se expresa de la siguiente forma:

La idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años. Producida en el mero comienzo de la formación de América y del capitalismo, en el tránsito del siglo XV al XVI, en las centurias siguientes fue impuesta sobre toda la población del planeta como parte de la dominación colonial de Europa.

Por ello es de destacar que los efectos del proceso colonizador, con sus producciones culturales estereotipadas – centradas esencialmente en la supremacía moral, hegemónica de Europa – han condicionado tempranamente el desarrollo de una filosofía para la liberación (Dussel, 2013) como expresión que permitiría la autocomprensión de sus propias necesidades sociales, identificadas con la formación de una conciencia nacional (Arregui, 2004) asociada contextualmente a la realidad donde ha de producirse el conocimiento.

La posición subalterna y culturalmente dependiente de la centralidad europea tuvo un efecto colateral totalmente buscado que impidió fácticamente el desenvolvimiento libre del potencial industrial y fabril. Circunstancia de hecho que se mantiene hasta la actualidad imponiendo el funcionamiento de países periféricos como una factoría (Ramos, 2006) anexada funcionalmente a los polos industriales.

El crecimiento fabril de América latina había sido alumbrado, en nuestro siglo desde fuera. No fue generado por una política planificada hacia el desarrollo nacional, ni coronó la maduración de las fuerzas productivas (...) La industria latinoamericana nació del vientre mismo del sistema agroexportador, para dar respuesta al agudo desequilibrio provocado por la caída del comercio exterior (Galeano, 2007, p. 272).

⁵ Ha tan representativa la influencia colonial en nuestra literatura que en medio de las fratricidas luchas postindependentistas en la Argentina Sarmiento escribía para el diario chileno *El progreso* un ensayo titulado “Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas” (1845), ánimo que era asimismo correspondidos por otros personajes de la época, como Mitre, comandante en armas de la cruenta guerra contra el Paraguay, y Roca, el “civilizador” de las pampas argentinas en su cruzada por la “conquista del desierto”.

Esta subyugación cultural habilitó la transmisión de otros estereotipos contruidos a medida del sistema capitalista que gira alrededor de la figura central del hombre blanco, propietario y heterosexual como figura excluyente, poseedor pleno de los derechos civiles y políticos, consagrados positivamente desde la época del iluminismo.

En el próximo acápite se aborda el especial paso hacia una forma de capitalismo informacional, eminentemente líquido (Castells, 2011; Bauman, 2004) que amenaza con perpetuar tecnológicamente los estereotipos presentes en nuestra sociedad desde que fueron transmitidos en la época colonial por las potencias colonizadoras de ultramar.

3 EL SURGIMIENTO DE UNA NUEVA MODERNIDAD LÍQUIDA

En la actualidad la mutación del sistema capitalista conduce al desarrollo de un nuevo paradigma orientado a la producción inmaterial (Han, 2021) la cual es promovida especialmente, por nuevos sujetos internacionales provenientes del sector de las telecomunicaciones y del sector financiero⁶, así como también es reforzada categóricamente por la simbiosis que mantiene con el proceso globalizador de la economía.

Los procesos de globalización - que no son solo de naturaleza económica - nos acostumbran más y más a una u otra perspectiva, a partir de la cual queda cada vez más evidente la estrechez del teatro social, el carácter público de los ricos y el perfilamiento de los destinos colectivos. En cuanto la aceleración y condensación de la comunicación y del tráfico hacen que las distancias espaciales y temporales se atrofien, la expansión de los mercados alcanza las fronteras del planeta y la explotación de los recursos y los límites de la naturaleza (Habermas, 2001, p. 72).

Se trata de la implementación de una especie de industria del imaginario (Bucci, 2021) gestionada por las plataformas digitales, que torna indispensable la producción, la recolección y el tratamiento de ingentes cantidades de información comportamental⁷ que es extraída de la experiencia cotidiana que surge de utilizar plataformas digitales para na-

⁶ La participación del sector financiero en el desarrollo de las nuevas tecnológicas, posibilitadoras del desarrollo económico actual es perfectamente verificable. "La bolsa comenzó a interesarse por invertir en ciencia y tecnología. En 1983 empresas como Merrill Lynch y la Banca Morgan aconsejaron a sus clientes que invirtieran en empresas I + D. Frente a la financiación de la macrociencia, mayoritariamente Estatal y militar la tecnociencia encontró otras vías de financiación. Proliferaron empresas de I + D sobre todo en el ámbito de las nuevas tecnologías (TIC, Biotecnologías). Muchas de ellas recurrieron a entidades financieras de capital-riesgo y a la Bolsa para poner en marcha sus programas de investigación (J. Echevarría "La revolución tecnociencia", p. 64, citado en Pardo, 2009, p. 75).

⁷ Se forma un enorme banco de datos de nuestras intenciones (Battelle, 2006; Zuboff, 2021) que se sustentan de datos privados. Los cuales en muchos casos no tenemos el conocimiento de su explotación, ni posibilidad de su gestión.

vegar en la red de internet. Esta estructura fortalece extraordinariamente la posición de los intermediarios digitales frente a las funciones soberanas del Estado nación, que en gran medida continúan asociadas a los límites territoriales, históricamente establecidos; mientras que “los poderes económicos y financieros [...] se han transformado en esos nuevos soberanos absolutos, anónimos, impersonales e irresponsables que son los mercados globales” (Ferrajoli, 2018, p. 71).

Se da inicio, así, a un nuevo período de modernidad líquida (Bauman, 2004) que trae aparejada numerosas características diferenciales con el pasado período industrial. Entre ellas destacamos que durante el período de modernidad pesada los valores fundamentales giraban en torno a “la prudencia y la circunspección, la durabilidad y la seguridad, y sobre todo la seguridad a largo plazo”, en la contemporaneidad nos encontramos ante una sociedad confesional, que elimina todos los límites que demarcaban la esfera privada de la esfera pública, una sociedad ahorrista y de pura relación (Bauman, 2012, p. 56; Habermas 1984) que hace de la transparencia, la eficiencia y la efectividad su nuevo conjunto de principios axiológicos fundamentales (Han, 2021).

Sin embargo, también es posible marcar ciertas continuidades ya que el actual período líquido no desecha totalmente las experiencias de hiperracionalidad elaboradas durante la era de modernidad pesada, de las cual toma sus patrones culturales y normas sociales, beneficiándose de aquellas que favorecen la cuantificación, la clasificación y la vigilancia (Rieder; Simon, 2016). Una estructuración de la sociedad que resulta sumamente beneficiosa para orientar los fines de padronizar los comportamientos sociales.

En este contexto el perfilamiento de los datos comportamentales de los sujetos es utilizado como una herramienta dispuesta para la consecución de los fines particulares de los nuevos actores internacionales, es en sí mismo un factor de poder sumamente relevante en tanto posibilita la manipulación de los comportamientos creando una realidad que se autofagocia y reproduce de manera constante.”Nada queda de esta ideología a no ser el reconocimiento de aquello que es modelo de un comportamiento que se somete al poder arrasador del estado de cosas establecido” (Marcuse 1973, p. 121 - traducción libre).

El objetivo primordial es crear “un sujeto absoluto que ocupa el lugar de centro e interpela en un movimiento pendular a los individuos como sujetos [...] somete a los sujetos a él sujeto” (Althusser, 1970, p. 110 - traducción libre), realidad que recalca de forma progresiva en la pérdida de identidad individual de las personas (Bauman, 2012; Warat, 1996) en vistas de favorecer el incesante consumo masivo e irreflexivo de productos. Lo que en realidad se ofrece al consumidor ya no es meramente el producto, como objeto material en sí, sino más bien el significante que ello transmite, es decir la experiencia social que

representa poseer el objeto. Por fin se trata de un doble proceso en el cual el sujeto acaba también poseído por la realidad construida, por fin acaba siendo ratificado⁸.

En orden a lo simbólico [...] lo que funciona ahí son normas en tejidos relacionales de gran complejidad. Esas reglas regulan las aproximaciones y las conexiones de unos vocablos con otros y disciplinan cómo ellos pueden variar en sus inflexiones, cómo se forman las frases. Define lo que puede tener sentido y lo que simplemente no tiene ningún sentido (Bucci, 2021, p. 299 - traducción libre)

Se construye un modelo cultural e ideológico adaptado a los objetivos económicos, que tiende a reforzar las relaciones de centro-periferia por lo que es capaz de conducirnos a un nuevo proceso de colonización fundado en la información y el conocimiento.

En el próximo apartado la intención es cerrar el círculo de razonamiento propuesto marcando algunas continuidades en la cosmovisión del pensamiento hegemónico colonial, expresadas en la actualidad mediante la utilización de nuevas lógicas filosóficas que excluyen la negatividad como recurso biopolítico de control. Como fuera retratado en el presente acápite, los nuevos actores internacionales se incorporan activamente en nuestras vidas a través de las plataformas digitales promoviendo la implementación masiva de nuevos recursos tecnológicos, que funcionan a través de la plataforma digital que les brinda la red de internet.

Claramente el objetivo final pretendido es la maximización de las ganancias económicas, lo que se espera lograr eficazmente mediante el efectivo control y eficiente direccionamiento, de nuestras voluntades por medio de la manipulación del comportamiento.

4 EL CONOCIMIENTO Y LA INFORMACIÓN COMO NUEVAS FORMAS DE COLONIALISMO EN EL SIGLO XXI

De lo expuesto hasta aquí es posible reconocer una dinámica en la que claramente coexisten, dentro del concierto internacional, dos categorías de actores soberanos, aquellos que por su posición histórica ocupan un lugar central que les permitió desarrollar mecanismos culturales reproductores de su propia cosmovisión - Europa y Estados Unidos - y una segunda categoría de carácter periférica que refleja toda la exterioridad subalterizada de aquel centro que se instituye como fuerza hegemónica colonial. En esta dirección

⁸ Referido a este aspecto una de las más importantes obras que pueden consultarse es la que ha desarrollado es la del autor húngaro Lukács quien acoge esta discusión en su ensayo "reificación y conciencia del proletariado" rescatándola del primer tomo de la obra prima *el capital* titulado *el fetichismo de la mercancía y su secreto*.

(1) La civilización moderna (Europa) se comprende a sí misma como la más desarrollada, la civilización superior (2) Este sentido de superioridad la obliga, en la forma de un imperativo categórico, como si fuera, a “desarrollar” (civilizar, educar) a las más primitivas, bárbaras civilizaciones subdesarrolladas (Dussel, 2001, p. 68).

El período de modernidad pesada materializa fielmente los principios de dominación eurocéntrica mediante una división internacional del trabajo⁹ que resguardaba para la Europa colonial la función industrial, la cual era abastecida por los recursos naturales extraídos de las colonias que mantenían al rededor del mundo. Coetáneamente se configura una sociedad de tipo disciplinaria que prevé el ejercicio biopolítico del poder (Foucault, 2007; Han, 2021) aplicado a través de un diagrama esencialmente centrado en la lógica racional¹⁰ que crea un sistema de hiperracionalidad (Warat, 1996).

Partiendo de una nueva perspectiva, el actual período de transmodernidad inaugurado en la era de modernidad líquida se instaure una economía del conocimiento que configura una sociedad de control (Deleuze, 2008) en donde la información, extraída de la utilización de la red informática, cumple un rol fundamental. Se construye un sistema de hiperrealidad, centrado bajo un diagrama psicopolítico que explota económicamente las reacciones irreflexivas que resultan de actuar/manipular las emociones de los sujetos (Bauman, 2012; Han, 2021), tomado estos, antes que nada, como consumidores y no como ciudadanos.

Filosóficamente este paso importa la implementación de una nueva forma de opresión, que no se relaciona directamente con el uso de la fuerza física -como era propio de sistema biopolítico-, sino que se acerca mucho más a formas manipulativas del comportamiento, explotando con efectividad la psiquis de los individuos (Bauman, 2012; Han, 2021). Es la puesta en práctica de los principios del pensamiento positivo para el cual no existe una negatividad de la cual defenderse¹¹, y conviertiere a las personas en sus propios esclavos (Han, 2015; Marcuse, 1973).

⁹ La teoría de David Ricardo sobre la división internacional del trabajo se funda en las supuestas ventajas competitivas que ofrecería la posición geográfica de cada país y su estadio de desarrollo. Siendo que en realidad, esta teoría, solo procura cristalizar el estadio immanente del sistema capitalista (Amin, 2010, Braudel, 1984).

¹⁰ De aquí surgen fuertes padrones culturales que se mantienen hasta la actualidad, entre ellos la división de las tareas según el sexo que biológicamente detentan las personas (Foucault, 2007) las atribuidas a cuestiones raciales (Quijano, 1999) y por fin también las derivadas de la posición cultural subalterna atribuido a nuestros saberes (Dussel, 2013).

¹¹ Se generan “un estilo de existencia que se asemeja a la situación del cosmonauta en su burbuja, obligado a un vuelo orbital perpetuo, aislado en posición de perfecta soberanía y en infinita distancia de su universo original. Una realización del satélite orbital en el universo cotidiano. La satelización de la realidad” (Warat, 1996, p. 98).

Un proyecto filosófico es parte de un proyecto histórico en tanto es ideológico - este es, pertenece a una fase y a un nivel específico de desenvolvimiento social, y los conceptos filosóficos críticos se refieren (no importando cuan indirectamente) a las posibilidades alternativas de desenvolvimiento (Marcuse, 1973, p. 202).

Se trata en suma de una nueva forma de empobrecer nuestra experiencia vital; en el período moderno bajo una lógica apegada a un sistema que generaba hiperracionalidad y en el actual período transmoderno asociado a una lógica instrumental que tiene como resultado un hiperrealismo que disimula la realidad por la intermediación de una realidad que resulta creada desde fuera.

La condición moderna estableció los sentidos configurativos de la realidad vinculándolos a una condición hiperracional de producción simbólica e imaginaria. La modernidad como institución hiperracional de la sociedad. La condición transmoderna, en cambio, trata de imponer, como diferencia, al hiperrealismo como institución de la sociedad. La búsqueda de una transparencia racional en la primera, el artificio, en la segunda, de una transparencia imaginaria de lo real. Una modernidad guiada por la búsqueda racional de una sociedad perfecta. Una transmodernidad, que renuncia a la dominación racional, para tratar de establecer el control tecnológico sobre las configuraciones de lo real; una especie de real maravilloso que duplica las señales del mundo sin tratar de explicarlas o comprenderlas (Warat, 1996, p. 91).

Al fin dos formas de alienación que pretenden moldear la experiencia vital de acuerdo con las expectativas diseñadas desde el centro hegemónico, para continuar infinitamente en la reproducción constante e irreflexiva del mismo sistema. El próximo apartado contiene las consideraciones finales de los autores la cual se presenta como cierre del trabajo realizado a la vez que como un puntapié para el inicio de debates frutíferos en torno a las consecuencias generadas por el proceso fenomenológico que importa la nueva era digital.

5 CONCLUSIÓN

Tanto el proceso iniciado en la era de modernidad pesada cuanto el que continúa bajo el denominado período de modernidad líquida presentan una serie de importantes desafíos para la humanidad en su conjunto, pero, lo son de forma aún más determinantes para países históricamente subalternos dependientes culturalmente del centro colonial hegemónico.

En esta línea es posible advertir una continuidad trazada en el transcurso de décadas por el sistema económico, cultural, político y social del capitalismo, que presenta como característica aglutinante la inexistencia de un espacio donde sea factible considerar los procesos culturales no homogeneizados de países periféricos. Los roles se encuentran previamente determinados en muchas oportunidades con base en estereotipos que delimitan culturalmente lo que es considerado fruto de un progreso, civilizado y racional.

Es preciso por tanto estimular encuentros que tiendan a sentar las bases de una nueva producción epistemológica que se condiga con las necesidades expresadas por la sociedad donde el mismo se produce, una forma alternativa de negarnos a una reproducción irreflexiva. Para ello es preciso romper con la sinergia de la lógica que marca la actual filosofía del pensamiento positivo para permitirnos márgenes de negatividad reflexiva que nos devuelva nuestra propia subjetividad.

Este ha sido el propósito seguido por los autores del presente artículo el cual pretendió reflexionar sobre el fenómeno digital y sus implicancias para los países de modernidad tardía, una forma sutil de contribuir en términos académicos con, al menos, un granito de arena.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo, mundialización. *In*: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (org.). **Resistencias mundiales**. De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Disponible en: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16012/1/Resistencias-mundiales.pdf>. Acceso en: 22 nov. 2025.

ARREGUI, Juan. **La formación de la conciencia nacional**. Buenos Aires: Continente, 2004.

BATTELLE, John. **La Révolution Google** - comment les moteurs de recherche ont réinventé notre économie et notre culture. Paris: Eyrolles, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. Traducción de Mirta Rosenberg y Jaime Arrambide. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BRAUDEL, Fernand. Revolución industrial y crecimiento. *In*: BRAUDEL, Fernand. **El tiempo del mundo**. Traducción de Nestor Míguez. Madrid: Alianza, 1984.

BUCCI, Eugenio. **A superindústria do imaginário**. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Traducción de José Vázquez Pérez. Buenos Aires: Paidós, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrismo y modernidad (Introducción a las lecturas de Frankfurt). *In*: MIGNOLLO, Walter (org.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Signo, 2001. p. 57-70.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación**. Obras Selectas XI. 1. ed. Buenos Aires: Docencia, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Constitucionalismo más allá del estado**. Traducción de Perfecto Andrés Ibañez. Madrid: Trotta, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. Traducción de Julia Varela y Fernando Álvarez-Uría. Madrid: de la Piqueta, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad I**. La voluntad de saber. Traducción de Ulises Guinazú. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pos-nacional**. Ensayos políticos. Traducción de Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**. Digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Traducción de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder, 2021. Libro electrónico.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO DE ECONOMÍA DE LA UNICAMP. O Ponto de Partida da Economia Política | Conceição Tavares (Aula 1). **Youtube**, 22 fev 2017. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=hWGP2J1kXMQ>. Acceso en: 23 ago. 2024.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

QUIJANO, Aníbal. **¡Qué tal raza! Ecuador Debate**, Quito, n. 48, p. 141-152, dic. 1999. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/733d3577-d441-4052-ba89-40d6d0eb4d93>. Acceso en: 22 nov. 2025.

PARDO, José Esteve. **El desconcierto del leviatán**. Política y derecho ante las incertidumbres de la Ciencia. Buenos Aires: Marcial Pons, 2009.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Revolución y contrarrevolución en la Argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Senado de la Nación, 2006.

RIEDER, Gernot; SIMONS Judith. Datatrust: Ou, a busca política por evidências numéricas e as epistemologias do Big Data. **Big Data & Society**, Nueva York, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2016. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951716649398>. Acceso en: 22 nov. 2025.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas**. Santiago, Chile: El progreso, 1845.

WARAT, Luís Alberto. **Por quien cantan las sirenas**. Joaçaba: UNOESC/CPGD-UFSC, 1996.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

CAPÍTULO III

DE LA EMERGENCIA SANITARIA DEL COVID-19 A LA POST PANDEMIA: LOS DERECHOS HUMANOS EN LA AGENDA POLÍTICA ECUATORIANA EN MATERIA MIGRATORIA

Daliseth Coromoto Rojas-Rendón¹

Miguel Angel Colmenares Araque²

1 INTRODUCCIÓN Y ESTADO DE LA CUESTIÓN

La aparición de la pandemia de COVID-19 a nivel global, constituyó un fenómeno modelador de la realidad en todos sus órdenes (sanitario, político, económico, social, cultural y psicológico, entre otros), afectando tanto a los países del primer mundo como a los países en desarrollo. En estos últimos, los casos alertaron su propagación como una noticia preocupante, poniendo a prueba la capacidad de los gobiernos para hacer frente a la crisis sanitaria, y a la ciudadanía en cuanto a su cohesión social y fortaleza individual. En poco tiempo se gestó una crisis multidimensional que provocó debates sobre las acciones de la administración pública gubernamental y la capacidad de respuesta ante el elevado índice de contagios y defunciones.

Asimismo, al asociarse la propagación de la enfermedad con la movilidad humana, las políticas gubernamentales subrayaron la necesidad de un control epidemiológico en las fronteras de los países, lo que puso bajo la observación internacional el riesgo latente de los flujos migratorios controlados y no controlados. De esta manera, la migración se convirtió gradualmente en un tópico sustancial en el marco de la seguridad nacional y, por ende, en tema de debate en la forja de nuevas políticas públicas acordes con la situación actual (Chiarello, 2020), donde “Todos los centros de atención al paciente Covid-19 colapsaron sistemáticamente y el personal de salud fue impotente hacia esa enfermedad desconocida hasta la actualidad” (Mejía, 2020, p. 16-17).

¹ Magister en Políticas Públicas por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO, Ecuador). Candidata a Dra. del Doctorado en Ciencias Humanas (Universidad de Los Andes, Mérida-Venezuela. Docente-investigadora del Instituto de Altos Estudios Nacionales, la Universidad de Postgrado del Estado (Ecuador). E-mail: daliseth.rojas@iaen.edu.ec.

² Magister en Estudios Socioambientales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO, Ecuador). Investigador-consultor independiente (Ecuador). E-mail: macolmenaresfl@flacso.edu.ec.

Por consiguiente, partiendo del escenario planteado por el covid-19, y que el mismo obliga a examinar el proceso que ha atravesado el Ecuador desde el 2019 y sus consecuencias, se hace necesario su abordaje desde un punto de vista cualitativo. Como se conoce, el Ecuador ha tenido que enfrentar retos cada vez más exigentes en materia migratoria, lo que ha provocado que la agenda política desarrollada tanto por el presidente Lenin Moreno como Guillermo Lasso esté constantemente afectada.

El tema investigado se sitúa en el debate sobre cuatro aspectos fundamentales: 1. Enfoque de los DD. HH.; 2. Enfoque teórico de las Políticas públicas; 3. Consecuencias de la pandemia; 4. Realidad migratoria ecuatoriana; y, 5. Perspectivas sobre el período post pandemia. Para ello, se reconoce los aportes de Wolkmer (2013), quien afirma que a pesar de que “migrar” es un Derecho Humano que se le reconoce a todas las personas, los Estados tienen la obligación de revisar e implementar medidas para corregir la “baja eficacia que éste derecho pueda tener dentro del escenario del derecho internacional [...] dentro del contexto de la propia teoría constitucional contemporánea, dentro de la cual el derecho a migrar ha sido descuidado y relegado a una posición marginal” (Wolmer, 2013, p. 17). Asimismo, dentro de la teoría crítica, Wolkmer (2020, 9) señala que el aporte crítico y decolonial es “capaz de despertar y concienciar como estrategia de conquista y efectivación auténtica de derechos humanos dentro de un contexto más amplio”, lo que en el presente estudio resulta relevante para el análisis de las migraciones internacionales.

Desde el punto de vista de las políticas públicas, se reconocen los aportes de Roth (2002), quien subraya el papel de las mismas a partir de su formulación e implementación, así como de su evaluación. Igualmente, Aguilar (2013), examina el valor del estudio de las políticas públicas y su importancia para los estudios modernos; marco teórico en el cual se sitúa Fontaine (2015), al plantear la discusión sobre el análisis de las políticas públicas a partir de una serie de conceptos, teorías y métodos. Por otro lado, se subrayan los planteamientos de Abad, Martínez y Carranco (2022), quienes atienden el tema de las estrategias de emprendimiento durante el período de pandemia, considerando el caso ecuatoriano.

En cuanto a la realidad migratoria ecuatoriana, Herrera y Cabezas (2019) ponen el acento en Ecuador a partir de las políticas del país frente a la población venezolana y antes de la pandemia, lo que da un reflejo de la situación previa a la crisis sanitaria. Por su parte, Céleri (2018), expone la necesidad de comprender la relación que se entreteje entre DD. HH. y desarrollo, considerando los avances y desafíos que presenta la política migratoria ecuatoriana desde comienzos de siglo. En este contexto, se subrayan los aportes de Burbano Alarcón, Rodríguez y Puebla (2019) y Legarda Sevilla y Folleco Chalá (2019), autores que abordan la política pública migratoria ecuatoriana en el caso de la crisis migratoria venezolana y su prospectiva, respectivamente. Igualmente, Chiarello (2020), permite observar de cerca las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina, fundamentalmente con relación a los casos de Ecuador, Uruguay y Venezuela, en

dialogo con los aportes de Chávez Páes (2022), quien ha planteado un informe de política sobre el fomento de la resiliencia económica institucional y urbana durante la pandemia y una mirada del período post pandemia en Guayaquil.

Por su parte, el trabajo de Levy y Guilera (2020), sobre las políticas públicas en el marco de la post pandemia, y Gamboa Bernal (2020), abordando la post pandemia a partir de lo que denominan la “triple agenda para una nueva realidad”. En este mismo orden resaltan los trabajos de Hurtado Briceño (2021) al reconocer la relación entre post pandemia y políticas públicas con el fin de “enfrentarla”, a lo que se suma Mendieta (2020) y Sacristán Rodríguez (2021), quienes han llegado a analizar las sociedades de la post pandemia, y la post pandemia en un contexto de desarrollo solidario respectivamente, estableciendo un cuadro de aportes que se ajustan al tema de investigación desarrollado en el presente estudio.

En resumen, el artículo presentado aborda el impacto del covid-19, la situación del Ecuador dentro de la dinámica migratoria regional y su respeto a los DD. HH., el territorio ecuatoriano como receptor de flujos y tránsitos migratorios dinámicos, y la experiencia de los últimos tres años como punto de partida para, desde la administración pública, impulsar políticas públicas que atiendan la movilidad humana en un contexto post pandemia.

2 MATERIAL Y METODOLOGÍA

La presente investigación cualitativa, se desarrolló desde el enfoque del estudio documental, asumiendo seis fases metodológicas, con la finalidad de alcanzar una mayor comprensión del tema en estudio. En un primer momento, o fase 1, se planteó la formulación y delimitación del tema/problema; se diseñó un esquema inicial de investigación y una explicitación aproximada del contexto epistemológico y teórico-metodológico con sus elementos constitutivos. En segundo lugar, fase 2, se procedió a una pesquisa documental exhaustiva sobre la temática expuesta, basada en un arqueo de fuentes, con el objetivo de lograr un acopio importante de datos en torno al tema enunciado en la fase 1, la cual incluyó: análisis crítico, uso de técnicas de fichaje y redacción de resúmenes (simple, analítico y crítico).

En la fase 3 de la investigación, se sistematizaron rigurosamente una serie de datos cualitativos obtenidos en la fase 2, estableciendo un orden coherente de los mismos y una clasificación de los datos, tomando en cuenta las palabras claves. Posteriormente, en la fase 4, se abordó el procesamiento de los datos obtenidos y su cotejo con tablas estadísticas, registros series, esquemas y gráficos, seleccionando los más pertinentes con la investigación.

La fase 5 estuvo conformada por el análisis de los datos obtenidos y organizados, con el fin de revalorar la información necesaria. Finalmente, en la fase 6 se realizó la redacción del artículo. En este sentido, se desarrolló un discurso que plantea de manera clara y sencilla las ideas y premisas establecidas como objetivos de la investigación y un cuerpo de referencias.

3 ANÁLISIS Y RESULTADOS

La emboscada que significó para la mayoría de los países latinoamericanos la pandemia de covid-19, hizo sentir la esencia del mundo globalizado, donde el proceso de globalización ha generado una serie de cambios y transformaciones en todos los ámbitos de la vida. Por consiguiente, se hace necesario un cambio importante de enfoque para comprender los enlaces que existen entre ellos. Como señala Wallerstein (2004) no se pueden ver los “fenómenos en cajas separadas” (política, economía, estructura social, cultura), ya que esta división responde más a construcciones de la imaginación que a la propia realidad. Se está frente a un sistema donde cada aspecto afecta a otro, por ende, son incomprensibles por separado. El autor da cuenta así de la existencia de un “sistema-mundo” el cual llegó a existir como “una economía-mundo capitalista” en el marco de la modernidad y dentro un contexto geocultural global que ha sufrido profundas transformaciones a lo largo de los años (Wallerstein, 2004).

Si bien aún se mantiene la vigilancia sobre las fronteras, la dinámica de la movilidad humana en un mundo interconectado develó que así como circulan los virus informáticos por los intersticios del sistema planetario, también pueden circular las enfermedades mortales, y aunque esta situación no es nueva, la velocidad de la propagación y el alcance de su expansión son factores determinantes al momento de establecer políticas públicas que permitan proteger en un futuro inmediato a la humanidad, sobre todo en regiones tan vulnerables como América Latina. En este sentido:

La COVID-19 tuvo inmensos costos sociales y económicos en los países de América Latina y el Caribe. La pandemia afectó desproporcionadamente a la región, acumulando casi un tercio del total mundial de fallecimientos cuando sus habitantes representan menos del 10% de la población global (Arreaza Coll, 2021, p. 88).

Otro factor significativo que dejó en evidencia la pandemia fue la necesidad de consolidar la solidaridad global y la coordinación de esfuerzos sanitarios a un nivel planetario lo que da cuenta de la importancia de su análisis.

3.1 Covid-19: una crisis sanitaria global (2019-2022)

En los primeros meses de la pandemia, la concepción del Estado nacional se impuso al momento de adoptar una política sanitaria y económica acorde con cada país, pero, al ser un problema generalizado, se hizo valer de facto la importancia de los diálogos interestatales debido a la magnitud de las circunstancias. Actualmente, se piensa en una resiliencia económica que permita superar la pandemia y procure consolidar mecanismos de integración y asistencia recíproca con el objetivo de encarar el período de post pandemia.

La globalización presenta amenazas y oportunidades para la política de seguridad social, aunque también oportunidades que pueden materializarse, pero se necesita, como señala Murphy, de “un cambio en el poder”, una nueva estrategia de formación de grupos de interés entre los actores de la sociedad civil con el fin de fortalecer la posibilidad de obtener “resultados más equitativos de la política futura” (Murphy, 2008, p. 68). Así, para Sánchez Rubio (2018), la globalización trae consigo situaciones de enfermedades terminales, a razón de la expansión descontrolada del capitalismo y el neoliberalismo, donde se clasifica “la realidad desde los ámbitos del ser, el saber, el poder y el hacer humanos, de manera desigual, por diversas razones de carácter etnocultural, racial, sexual, de género, etaria, religiosa y geográfica” (Sánchez Rubio, 2018, p. 130), donde los seres humanos que se encuentran ubicados en las esferas sociales más altas, definitivamente cuentan con mayores privilegios, dejando a los que se ubican en los niveles sociales más bajos, “en condiciones denigrantes e inhumanas” (Sánchez Rubio, 2018, p. 130).

De igual forma, el capitalismo evidencia una innegable diferenciación, ya que este modelo económico no es estático, por el contrario, ha estado en permanente dilatación, teniendo una base geográfica y de reconocimiento de los recursos ecológicos presentes en los distintos lugares donde ha llegado la acción mercantilista (Wolf, 1982). Es aquí, donde la administración gubernamental está en la obligación de resguardar los DD. HH. de la población vulnerable, incluyendo a los migrantes, a través del diseño de políticas públicas acordes con la realidad.

En este contexto, el 9 de junio de 2020, Ecuador “aprobó la Ley Orgánica de Apoyo Humanitario para mitigar el impacto de la pandemia en diferentes sectores que fueron afectados” (Chávez Páes, 2022, p. 6). Desde entonces, ha hecho notar su búsqueda por lograr la reactivación económica y productiva con énfasis en el ser humano, las economías familiares, el impulso empresarial, la protección a los sectores más vulnerables y la consolidación de mayores niveles de empleo; ejes afectados por el confinamiento y la recesión económica global. La mirada optimista de la situación permite prever, como señala Arreaza Coll (2021, p. 97), que pese a la situación de inestabilidad “la crisis puede seguir abriendo espacios de innovación en las políticas públicas, que serían difíciles de abordar en tiempos

más normales”, lo que constituye un nuevo “punto de inflexión” para la región (Arreaza Coll, 2021, p. 97).

Esta situación abre la posibilidad de que el gobierno nacional intente forjar las herramientas necesarias que le permita una reactivación económica positiva. Instrumentos como el reglamento de la Ley Orgánica de Simplificación y Progresividad Tributaria y la normativa de la Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación, han sido parte de este proceso (Chávez Páes, 2022, p. 6). Esto ha llevado a que se evalué no solo la situación sanitaria, sino cómo se puede pasar de un período de pandemia a otro de superación de la crisis que deja el virus. Para este punto, es menester recordar que no solo fue la macroeconomía la que sufrió el embate de la pandemia, sino que las economías locales también se vieron afectadas. En este marco, se inserta un elemento adicional y de gran importancia: el problema migratorio.

Si migrar de por sí es una tarea ardua, las dificultades se acrecientan mucho más en tiempos de pandemia y post pandemia, donde la dinámica social, las alertas sanitarias, los efectos psicosociales y las restricciones se hacen presentes en todos los ámbitos de la vida. Por ende, los DD. HH. de los inmigrantes, refugiados y desplazados en Ecuador, son hoy por hoy materia de Estado; no solo para prevenir nuevos contagios, sino para garantizar la estabilidad de regiones sensibles como las zonas de frontera, pero esto amerita de cambios en políticas públicas, hacer las cosas de forma diferente, con el fin de atender el problema y su prospección.

El período post pandemia abre la posibilidad de debatir acerca de los efectos de la crisis sanitaria y los problemas estructurales previos, así como sobre el papel de la economía de mercado y sus efectos en las regiones más vulnerables del planeta; tanto a nivel humano como ambiental. La propagación intempestiva del covid-19, devela la urgente necesidad de impulsar cambios en el modelo económico vigente, reconsiderar el papel del Estado, subrayar las necesidades colectivas, el desarrollo sostenible y todo lo relacionado con los tan pregonados Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) (Sacristán Rodríguez, 2021). No cabe duda de que el mundo requiere elevar su nivel de consciencia en cuanto a las maneras de cerrar las brechas de desigualdad y la exclusión política, pero esto es posible en la medida en que se diseñen e implementen políticas públicas y medidas de recuperación económica que incluyan los diversos enfoques de la economía social y solidaria (ESS) (Sacristán Rodríguez, 2021).

En cuanto al problema de la migración, el año 2020 fue mucho más difícil, ya que la pandemia afectó duramente a los países más pobres, y, por ende, a los mayores expulsores de migrantes, entre ellos los de América Latina. Como escribe Mendieta (2020), para cuando Johns Hopkins University & Medicine escribe sobre los diez países con más alta tasa de mortalidad por cada cien mil habitantes “solo uno pertenece al primer mundo

(Estados Unidos) y seis son latinoamericanos (México, Ecuador, Perú, Bolivia, Colombia y Brasil)” (Mendieta, 2020, p. 5). Esta realidad involucra el futuro de los ecuatorianos, ya que Ecuador es un país expulsor y receptor de migrantes y al parecer no dejará de serlo por algún tiempo.

3.2 Ecuador y la dinámica migratoria regional: flujos, tránsitos y destinos

La movilidad humana en Ecuador ha dado un giro importante desde 1999. No obstante, si bien se reconocen avances importantes en materia legislativa, aún sigue siendo un camino complicado para analizar objetivamente, debido a las acciones gubernamentales y las contradicciones que en la práctica se generan en este campo; además porque el contexto de la política incluye prestar atención tanto a las instituciones y las ideas como a los actores (Howlett, 2009a, p. 50).

Ecuador ha avanzado de manera reveladora a nivel constitucional y normativo, pero la nueva realidad migratoria en el contexto suramericano ha redefinido el territorio ecuatoriano como espacio emisor, para situarlo en un nuevo contexto: el de territorio de tránsito y destino. De tal manera, las nuevas políticas públicas se ven orientadas a darle un valor a los convenios y protocolos, con el objetivo de hacer valer los DD. HH. de inmigrantes internacionales, refugiados y desplazados en Ecuador, sobre todo en lo relacionado con el control migratorio gubernamental y los migrantes del continente. Como escribe Jiménez (2006, p. 269):

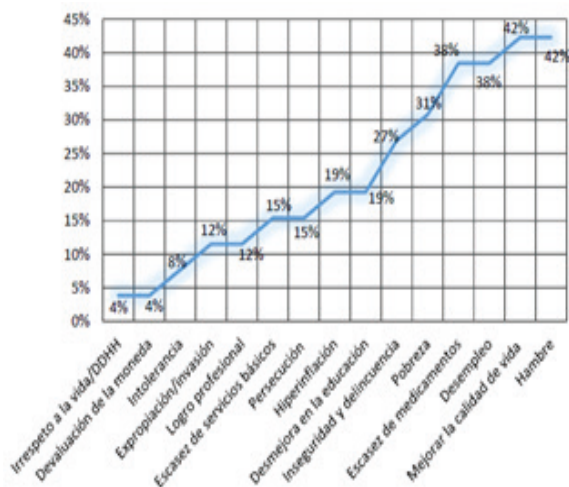
Aunque el control migratorio es fundamentalmente ejercido por autoridades del gobierno central (por ejemplo, policía y autoridades de migración), los gobiernos locales (municipios, concejos provinciales, juntas parroquiales) tienen un importante rol en el área de las políticas migratorias, especialmente en cuanto hace relación a la provisión de servicios públicos a los inmigrantes. Este rol ha sido siempre evidente en Ecuador en cuanto a la atención a quienes migraban desde los sectores rurales del país hacia las ciudades. Actualmente, empero, el panorama se complica con el crecimiento de la inmigración internacional desde Colombia y Perú.

A este problema se suma el caso venezolano, el cual ha generado un cambio cuyo mecanismo causal obliga examinar los procesos políticos democráticos y su impacto en los movimientos demográficos, así como el rol de las cadenas y las redes migratorias, de las cuales Ecuador conoce bien como país que ha vivido la emigración. Se debe señalar que el país ha experimentado la gestión de la vida cotidiana en un contexto migratorio

transnacional donde han aflorado redes de cuidado, asentamientos en destinos y retornos (Pedone, 2010, p. 124), sin dejar de lado el reconocimiento de los DD. HH., donde “las teorías de los derechos, a su vez, pertenecen a [...] las teorías de la justicia, porque el reconocimiento o atribución de derechos está vinculado a una exigencia de justicia” (Viola, 2012, p. 163).

Así, Ecuador ha entrado en una dinámica migratoria regional bidireccional (emigración/inmigración) que presenta tanto avances como desafíos, comprometiendo la política pública y en algunos casos pasando, “de la recepción a la disuasión” (Herrera; Cabezas, 2019), ya que los problemas con la regularización, combinados con un deterioro del mercado laboral, están provocando cambios significativos en los proyectos migratorios, así como nuevas movilidades (Herrera; Cabezas, 2019, p. 152). En entrevistas aplicadas en el año 2020 a 26 migrantes venezolanos, con la intención de conocer las causas que los motivaron a salir del país, se obtuvo la información mostrada en el Gráfico 1, donde se puede señalar que la búsqueda de una mejor calidad de vida y el hambre generalizada se constituyen como las causas principales para emigrar, seguidas por el desempleo y la escasez de medicamentos.

Gráfico 1 – Causas que originaron la emigración *explosiva* (rápida y masiva) (2015-2019)



Fuente: Rojas Rendón (2021)

Por ende, el estudio de las políticas migratorias permite examinar el fenómeno demográfico trasfronterizo, así como la activación de mecanismos de extranjería con los cuales cuenta el Ecuador, lo que hace significativo conocer cómo se mueven los mecanismos de DD. HH. y las políticas públicas. El fenómeno migratorio actual permite evaluar

los motivos de los migrantes con relación a las condiciones materiales del país de origen. Sobre estos aspectos se sostienen algunos de los justificativos de las emergencias de las agendas políticas institucionales en el marco de la movilidad humana.

3.3 Emergencia de una agenda política institucional en el marco de la movilidad humana

El desafío que enfrenta América Latina y el Ecuador obliga necesariamente a pensar “el futuro después del COVID-19” (Alarcón *et al.*, 2020). Por ende, se requiere del establecimiento y la puesta en marcha de una “agenda en políticas públicas” en el marco de las exigencias que demanda el tiempo presente (Birkland, 2007). Como lo ha expresado Aguilar (1993, p. 26):

La manera como se elabora la agenda de gobierno, se le da forma y contenido, reviste fundamental importancia política y administrativa, tanto en el plano teórico como en el práctico. Políticamente, expresa la vitalidad o la flojedad de la vida pública en un sistema político dado.

Los informes de política sobre el fomento de la resiliencia económica en algunas regiones del Ecuador son prueba de la realidad que vive el país actualmente (Chávez Páes, 2022); lo que demanda estudios sistemáticos sobre la política pública migratoria. Esto incluye atender las convergencias y disparidades que se evidencian en la política actual, los DD. HH. de los inmigrantes internacionales, de los refugiados y desplazados en Ecuador, y las cadenas y redes migratorias existentes (Pedone, 2010).

Como lo ha expuesto Birkland (2007, p. 63), “Una agenda es una colección de problemas, comprensión de las causas, símbolos, soluciones y otros elementos de los problemas públicos que llaman la atención de los miembros del público y sus funcionarios gubernamentales”. De tal forma, la emigración demanda de que las actuales administraciones nacionales, regionales y locales activen una agenda concreta y dialógica, fundamentada en proyectos de ley a tono con la magnitud de los problemas y cómo deben ser abordados por el gobierno; incluyendo no sólo al sector público sino al privado, así como a las organizaciones sin fines de lucro y las agencias multilaterales interesadas en coadyuvar a una mejor atención al sujeto migrante. Las agendas permiten categorizar los problemas en función de tomar una decisión final; es decir, lograr el establecimiento de una agenda en políticas públicas (Birkland, 2007).

El establecimiento de una agenda de este tipo puede abrir la probabilidad de participación de los actores que se involucran, las relaciones institucionales y los factores sociales y

políticos necesarios. Además, el mandato electoral, basado en el interés general, permite dar cuenta de los responsables políticos y los funcionarios públicos que definen los problemas prioritarios. Por lo cual, como señala Fontaine: “de un programa electoral legitimado por el sufragio electoral se desprende entonces la agenda del gobierno” (2015, p. 47).

Claro está, hacer que los actores estatales tomen consciencia de la necesidad de colocar el problema particular de la migración en la agenda de gobierno, implica contar con una capacidad de organización, presión e incidencia con una base en el activismo. No obstante, esto debe suponer también el papel de la sociedad en la toma de decisiones respecto a un fenómeno que les impacta directamente. Como señala Aguilar (2013, p. 5-6): “Creo que el rescate y la búsqueda de lo público puede ayudar a enfrentar viejas limitaciones de la decisión y gestión gubernamental”.

En el caso ecuatoriano, se hace necesario mencionar cómo el país ha tenido que incluir en los últimos años el tema de la migración venezolana en la agenda política como tema prioritario debido a sus ineludibles consecuencias. Como lo han expresado Burbano Alarcón, Rodríguez y Puebla (2019, p. 122):

Desde el ámbito legal, el Ecuador quiere presentarse como un ejemplo de protección jurídica y apego a los más altos valores de defensa de las personas en situación de movilidad humana. En una rápida revisión, puede confirmarse que el país ha firmado y ratificado más de diez tratados internacionales en materia de protección de migrantes y derechos de las personas en movilidad. Adicionalmente, y como reflejo de algunos de los principios que fundamentaron el llamado nuevo constitucionalismo latinoamericano de finales del siglo XX y principios del siglo XXI, el texto constitucional ecuatoriano de 2008 regula y protege ampliamente a las personas extranjeras en el Ecuador.

De esta manera, aspectos como la igualdad de derechos entre nacionales y extranjeros, la discriminación por el estatus migratorio, el derecho de asilo y refugio, el principio de no devolución y la consideración de persona ilegal por condición migratoria, pasan a formar parte de la agenda nacional, ya que el propio texto constitucional obliga al Estado a velar y hacer cumplir los derechos de las personas en movilidad humana, así, se puede observar que el fenómeno de “la inmigración acentúan los lugares de encuentro entre personas de origen diverso” (Sánchez Rubio, 2018, p. p. 168). Pero este cambio de eje no puede darse sólo de manera empírica, la emergencia de una agenda política institucional migratoria debe considerar las distintas opciones epistemológicas en el estudio del cambio de políticas, es decir, comprender el cambio de políticas como un problema epistemológico y teórico (Capano, 2009, p. 8).

En este contexto, el Ecuador podría generar cambios a partir de su condición de sociedad organizada, un comportamiento humano particular (cultural) y una concepción de la política basada en los principios constitucionales, el humanismo y la teoría crítica (Wolkmer, 2017), propios de un Estado moderno ampliamente tipificado en la Constitución de Montecristi. Si se considera la experiencia acumulada desde 1999, aun las categorías de ciudadanía universal y movilidad humana son temas sujetos a debate, lo que demanda una contextualización más adecuada de los migrantes y su aporte al desarrollo nacional. Se puede señalar que las agendas políticas se componen de varios factores (ideas, intereses, instituciones, actores, motivaciones, variables y dinámicas) que impactan directamente en la vida de la sociedad residente y en los migrantes en general.

Urge que se desarrolle una conciencia político-social que admita una reflexión sobre los asuntos migratorios más allá de los prejuicios y la retórica, ya que esto ayudaría a mejorar la reflexión teórica y la aplicación empírica de políticas públicas efectivas y eficientes, dentro de escenarios multidimensionales y acelerados donde el cambio genera transformaciones y saltos cualitativos significativos y necesarios para el fortalecimiento de la sociedad.

3.4 Nuevas políticas públicas ecuatorianas en materia migratoria y los retos de la post pandemia

La implantación de nuevas políticas públicas ecuatorianas en materia migratoria, una vez superada la crisis sanitaria y sus efectos devastadores, pasa por comprender las políticas públicas y el papel que juega la Política en el siglo XXI. Además, admite una valoración de las consecuencias de la pandemia en el marco de los flujos demográficos que presentan los países del tercer mundo entre los que se inscribe la realidad ecuatoriana; así como la formulación e implementación de políticas públicas acordes con las estrategias de emprendimiento y desarrollo que lleva adelante el país.

Subirats, Knoepfel, Larrue y Varonne, al estudiar la inclusión en la agenda política, dan cuenta de cómo “un problema social se identifica y más tarde se ‘tematiza’ o se ‘formatea’ como problema público, así como las diferentes formas en que se produce su inclusión en la agenda política” (2008, p. 125). Asimismo, se requiere de convergencias que expongan su necesidad a pesar de las disparidades teóricas y las contradicciones empíricas. Claro está, si se quiere lograr un cambio en las políticas públicas. Asimismo, se debe considerar los modelos y teorías presentes (Cruz-Rubio, 2011).

Dentro del escenario de la post pandemia, como explica Gamboa Bernal (2020), se requiere de múltiples visiones de una misma agenda, las cuales enfrenten los desafíos, las alertas y las orientaciones del tiempo presente. Es decir, una “triple agenda

para una nueva realidad” (Gamboa, 2020, p. 127). Por un lado, porque el mundo está experimentando un cambio de época marcado por distintos problemas demarcados por las consecuencias de la pandemia. Las nuevas agendas políticas públicas, deben considerar los esfuerzos por limitar los daños de la crisis sanitaria, así como asumir la necesidad de reflexionar sobre la “nueva normalidad que se tendrá que construir y sobre las enseñanzas que este combate le ha dejado al mundo” (Gamboa, 2020, p. 127). Además, hay que advertir que “la COVID-19 no es la causa de nuestros males, solo los ha evidenciado” (Mendieta, 2020, p. 5).

América Latina en general y Ecuador en particular, requieren de agendas políticas que se distancien de los modelos político-económicos vigentes, con el fin de enfrentar una de las peores crisis sanitarias de los últimos tiempos, reconocer las contradicciones y encarar el escenario económico global caracterizado por el capitalismo en su versión neoliberal, que, entre otras cosas, ha puesto en tela de juicio el lugar del ser humano en la sociedad contemporánea y el verdadero alcance de la ética social, donde tienen cabida tanto la transparencia como la responsabilidad pública y le rendición de cuentas (López; Fontaine, 2019, p. 1).

Según Mendieta (2020), se debería preguntar por cómo serán las sociedades de la post pandemia, así como plantearse otras preguntas orientadoras necesarias para seguir examinando el futuro de la humanidad ya que:

Enfrentamos la peor crisis sanitaria y económica de los últimos cien años y tenemos que aprender en medio de la dificultad. Hemos cometido muchos errores con la privatización de la salud y la educación y la reducción de la inversión pública en ciencia y tecnología. Nos equivocamos al desmontar durante décadas y de facto al Estado social de derecho. Ahora nuestros pueblos tienen la obligación de decidir nuestro destino (Mendieta, 2020, p. 5).

La post pandemia pasa por pensar en las políticas públicas para afrontarla y solucionar los problemas que ha ocasionado, pero crear agendas en este sentido no es fácil debido a las innumerables aristas que se presentan en la administración pública. La pandemia ha estado cambiando el mundo como se conocía antes de 2019, y ha provocado elevados costos humanos y económicos. Un aspecto fundamental ha sido la “modificación de la dinámica de las actividades colectivas e individuales de todos los habitantes del planeta” (Hurtado Briceño, 2021, p. 13).

En todo este escenario, cuando se habla de ritmos de crecimiento económico, la paralización de las actividades productivas y aumento de la pobreza a nivel mundial, lo más notorio es que se ve un aumento en la intención de migrar por parte de las personas que

habitan en países poco favorecidos económicamente. Sin duda, la crisis del COVID-19 está “imponiendo obstáculos para la aplicación de políticas públicas debido a la profundización de la desigualdad” (Hurtado Briceño, 2021, p. 13).

La crisis sanitaria, desigualdad de ingresos, medidas gubernamentales poco exitosas, la falta de inversiones, falta de tecnología y el desempleo, hacen aumentar el malestar social y por ende la emigración, sobre todo de los sectores más empobrecidos. Las distintas oleadas de venezolanos en Ecuador certifican este escenario. En este punto las razones político-económicas son elocuentes para revisar por qué las personas emigran de manera masiva y rápida.

Ahora bien, el escenario post pandemia ha traído un cierto grado de tranquilidad ya que da cuenta de lo que algunas personas denominan la salida a la crisis. En algunos sectores se ha podido observar un cambio en la actividad económica y una recuperación de algunos sectores económicos que han tenido marcadores de crecimiento parciales positivos, de hecho, con una franca mejoría a la hora de tasar los niveles de ingreso previos a la pandemia. La progresiva reactivación de la economía a través de distintas actividades y la confianza en el no confinamiento extremo a causa de la efectividad de las campañas de vacunación ha generado un clima favorable.

No obstante, en materia migratoria, el tema es aún más difícil de manejar, ya que la mayoría de los migrantes requieren de un empleo para vivir y el mercado laboral que mantiene una precarización sensible en este sentido, esto ha ocasionado un aumento en la economía informal y un mayor desempleo. Por tal motivo, se hace necesaria la implementación de políticas públicas coherentes con esta realidad. La potencialidad del momento depende de las medidas que se tomen en cada país. Como señala Arreaza Coll (2021, p. 88):

La crisis puede seguir abriendo espacios de innovación en las políticas públicas, que serían difíciles de abordar en tiempos más normales. Es un nuevo punto de inflexión. Avanzar, estancarse o retroceder dependerá de que logren consolidarse los acuerdos sociales y políticos necesarios para estos cambios. Algo más que retardar en medio del volátil ambiente social y político.

Por ende, Ecuador requiere aumentar su productividad, vincularse a las economías de vanguardia, fortalecer los sectores económicos, buscar nuevos factores de producción y encarar “los desafíos económicos y sociales de la pospandemia en la región” (Arreaza Coll, 2021, p. 90). No cabe duda de que se hace necesario pensar en el Ecuador como un territorio de retos, pero también de oportunidades para avanzar en materia migratoria a nivel continental. Así, se puede señalar que:

Los escenarios actuales precisan organizaciones con capacidad de adaptación, centradas en las personas como ejes impulsores de la creatividad e innovación, con renovados modelos de gestión basados en las competencias, liderazgos transformacionales, entre algunos aspectos. Se trata de actuar estratégicamente para aprovechar las oportunidades surgidas en la crisis, estimulando la economía local, con un efecto mundial (Useche-Aguirre; Pereira-Burgos; Barragán-Ramírez, 2021, p. 283).

Desde la perspectiva de la teoría crítica, se puede mencionar que el proceso de crisis sanitaria que ha atravesado el Ecuador originada por el covid-19, ha estado planteando retos a todos los sectores del país, pero las agendas políticas deben considerar la materia migratoria, con el objetivo de que se pueda prever un escenario post pandemia favorable para las instituciones, los ciudadanos y los emigrantes. La agenda política gubernamental desarrollada por el país durante los mandados de Moreno y Lasso, se han asido discursivamente de los parámetros de la Constitución vigente, pero la práctica de estas políticas agendadas en materia migratoria, dan cuenta de las debilidades que tiene la ley frente a la acción concreta.

La situación de Ecuador amerita prever el impacto de la dinámica migratoria regional y su proyección en el tiempo. El Ecuador es un territorio donde se hacen presente flujos y tránsitos de personas de distintas nacionalidades, se ha convertido en un país de destino para muchos emigrantes suramericanos, por lo que esta experiencia puede ayudar a forjar nuevas políticas públicas en materia de movilidad humana, atendiendo el papel de la globalidad, los riesgos de futuras pandemias, la aceleración y efecto masivo de las nuevas migraciones y finalmente la conceptualización y praxis de la movilidad humana dentro de las políticas públicas ecuatorianas, como un aporte nacional al gran debate universal sobre los sujetos migrantes.

En la post pandemia se hace necesario abrir el debate sobre los enfoques teóricos de las políticas públicas en el Ecuador, así como el examen de las consecuencias de la pandemia a nivel local, regional y nacional, considerando cómo el impacto en otros países afecta al Ecuador hoy. Como señala Roth (2002), las políticas públicas deben ser entendidas dentro del marco de los programas de acciones que representan la realización concreta de decisiones, donde el medio usado por un actor en particular llamado Estado, tiene la voluntad de modificar comportamientos mediante el cambio de reglas de juego operantes (Roth, 2002, p. 19).

Además, el país debe revisar su perspectiva de la agenda 2030 de las Naciones Unidas con relación a cómo se entretienen los DD. HH. y el desarrollo sustentable, así como el lugar que ocupa el emigrante como mano de obra que puede aportar a los avances y desafíos del siglo XXI. La política pública migratoria ecuatoriana debe aprovechar la expe-

riencia que está dejando el caso de la crisis migratoria venezolana y su prospectiva, con el fin de ir dejando mejores relaciones entre la migración y la sociedad civil; pero esto requiere no solo de análisis teóricos, sino también de un “enfoque de resultados” para medir el cambio de políticas (Tosun; Schnepf, 2020).

El impacto del COVID-19 en el país pone en otro nivel la dinámica migratoria regional, el papel que juega el territorio como receptor de migrantes y el rol de los legisladores y líderes de la política actual. Finalmente, abordan la post pandemia a partir de lo que denomina Hurtado Briceño (2021) la “triple agenda para una nueva realidad”, permite inspeccionar la relación entre post pandemia y políticas públicas con el fin de actuar positivamente en la implementación de acciones donde las sociedades sean protagonistas de un nuevo tiempo histórico, la post pandemia en un contexto que establece oportunidades y saltos cualitativos que no se deben dejar pasar.

4 DISCUSIÓN Y CONCLUSIÓN

Al cierre de este análisis se puede señalar que el período de post pandemia abre la posibilidad de proponer nuevas rutas teórico-prácticas al país, con el fin de que supere la crisis sanitaria y los problemas estructurales de la nación. Los efectos del virus en las regiones más vulnerables han puesto en alerta la vulnerabilidad del ser humano, a pesar de los avances tecnológicos y de las ventajas de la globalización (Mejía, 2020, p. 8). La propagación intempestiva del covid-19, deja ver la necesidad de impulsar cambios en las agendas políticas en todos los ámbitos, pero particularmente en materia migratoria, ya que el modelo vigente no logra dar respuesta a las necesidades de los emigrantes.

Por otro lado, el estudio de las políticas migratorias invita a examinar el fenómeno demográfico trasfronterizo a la luz de la formulación de políticas, es decir en el marco del “proceso de generar opciones sobre qué hacer ante un problema público” (Howlett, 2009b, p. 132), así como los mecanismos de extranjería ecuatorianos, los DD. HH. y las políticas públicas a nivel local. La realidad sociopolítica y económica obligan atender los motivos de los emigrantes para salir de su país, los efectos de la pandemia en sus lugares de origen y el papel que juega la cooperación intergubernamental en el control y cuidado de las fronteras en el marco de los DD. HH.

La agenda que se espera emerja en la post pandemia no puede ser una colección de temas por atender, sino un instrumento eficiente, efectivo y sustentable que atienda los problemas públicos, entre ellos el migratorio. Las actuales administraciones nacionales, regionales y locales deben activar proyectos de ley a tono con la magnitud de lo que vive el sujeto migrante, ya que las agendas permiten sistematizar los problemas y sus posibles soluciones, lo que les da un grado de flexibilidad y operatividad concreto.

El escenario post pandemia está generando un cierto grado de tranquilidad que debe ser aprovechado por el Ecuador, la salida a la crisis pasa por una reactivación de la economía, pero también por la recuperación afectiva y ética de los pueblos, la franca mejoría que se siente y se avizora mucho más en el horizonte histórico, debe apuntar a una progresiva reactivación de la economía a través de distintas actividades en que se desenvuelve el país, generando los niveles de confianza necesarios para la forja de un futuro más promisorio, y eso pasa por la formación de una agenda. Como expone Elder y Cobb (1992, p. 77): “por formación de la agenda se entiende el proceso a través del cual ciertos problemas o cuestiones llegan a llamar la atención seria y activa del gobierno como posibles asuntos de política pública”.

En materia de movilidad humana, es posible indicar que “el desafío reside en darle un nuevo significado a la concepción de derechos humanos que [...], pueda también centrarse en la geografía de lo local, de lo periférico, del “otro”, como manifestación intercultural de procesos de luchas y resistencias” (Wolkmer, 2020, p. 14) donde la mayoría de los migrantes requieren de un empleo para vivir, una agenda migratoria debe asistir el drama que se vive en el campo laboral ya que la precarización sensible en este sentido no beneficia al país, por el contrario, lo perjudica. Por tal motivo, la implementación de políticas públicas coherentes con esta realidad y que resguarden los DD. HH. de los migrantes, potencializaría otras agendas igualmente importantes en cada área de la vida nacional ecuatoriana.

REFERENCIAS

ABAD ALVARADO, Guillermo Roberto; WILSON ROLANDO; MARTÍNEZ VIZUETE, Soraya Carranco Madrid. Estrategias de emprendimiento durante la pandemia: caso Ecuador. **Recimundo**, v. 6, n. 1, p. 173-181, 2022. DOI: 10.26820/recimundo/6.(1).

AGUILAR, Luís. **El estudio de las políticas públicas**. México: MaPorrúa, 2013.

AGUILAR, Luís. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. México: MaPorrúa, 1993.

ALARCÓN, Cristian *et al.* **El futuro después del COVID-19**. Buenos Aires: Argentina Unida, 2020. Disponible en: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46808/1/S2100170_es.pdf. Acceso en: 22 nov. 2025.

ARREAZA COLL, Adriana. América Latina hacia la pospandemia ¿otro punto de inflexión? **Pensamiento Iberoamericano**, n. 11, p. 88-97, 2021.

BIRKLAND, Thomás. Establecimiento de Agenda en Políticas Públicas. In: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. (ed.). **Manual de Análisis de Política pública Teoría, Política, y Métodos**. 1. ed. Nova York: Routledge, 2007.

BURBANO ALARCÓN, Hugo Mauricio; RODRÍGUEZ, Abraham Zaldívar; PUEBLA, Mónica Fernanda Vera. La política pública migratoria ecuatoriana en el caso de la crisis migratoria venezolana. **Revista Facultad de Jurisprudencia RFJ**, n. 6, p. 121-137, 2019. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/6002/600263450012/html/>. Acceso en: 22 nov. 2025.

CAPANO, Gilberto. Comprender el cambio de políticas como un problema epistemológico y teórico. **Revista de Análisis Comparativo de Políticas**, v. 11, n. 1, p. 7-31 2009. Disponible en: <https://n9.cl/80tge>. Acceso en: 22 nov. 2025.

CÉLLERI, Daniela. Migración, derechos humanos y desarrollo. Avances y desafíos en la política migratoria ecuatoriana 2009-2016. In: BORNSCHEIN, Dirk (comp.). **Hacia un salto cualitativo**. Migración y desarrollo en México y el norte de Centroamérica. Guatemala: FLACSO, 2018. p. 337-352. Disponible en: https://www.academia.edu/42029345/Migraci%C3%B3n_derechos_humanos_y_desarrollo_Avan-ces_y_desaf%C3%ADos_en_la_pol%C3%ADtica_migratoria_ecuatoriana_2009_2016_Flaco_Guatemala_En_Bornschein_Dirk_Coord_Hacia_un_salto_cualitativo_Migraci%C3%B3n_y_Desarrollo_en_M%C3%A9xico_y_el_norte_de_Centroam%C3%A9rica_FLACSOGuatemala. Acceso en: 22 nov. 2025.

CHÁVEZ PÁES, Wendy. **Informe de política sobre el fomento de la resiliencia económica urbana durante la pandemia de COVID-19 y en el período pospandemia en Guayaquil (Ecuador)**. Santiago: CEPAL, ONU, 2022. Disponible en: <https://hdl.handle.net/11362/47775>. Acceso en: 22 nov. 2025.

CHIARELLO, Leonir (coord.). **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina**: los casos de Ecuador, Uruguay Y Venezuela. New York: Scalabrini International Migration Network (Simn), 2020. Recuperado de <https://n9.cl/avhs4>. Acceso en: 22 nov. 2025.

CRUZ-RUBIO, César Nicardo. Convergencias y disparidades en las teorías sobre el cambio de las políticas públicas: una revisión preliminar y una propuesta de integración tipológica. **Administración & Desarrollo**, v. 39, n. 54, p. 99-118, jul./dic. 2011. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3896186.pdf>. Acceso en: 22 nov. 2025.

Elder, Charles; COBB, Roger. Formación de la agenda: el caso de la política de Ancianos. In: AGUILAR, Luis (comp.). **Problemas públicos y agenda de Gobierno**. México: Miguel Angel Porrúa, 1992. p. 77-102.

FONTAINE, Guillaume. **El análisis de políticas públicas**: conceptos, teorías y métodos. Quito: FLACSO, 2015.

GAMBOA BERNAL, Gilberto A. Pospandemia: triple agenda para una nueva realidad. **Persona y Bioética**, v. 24, n. 2, p. 127-135, 2020. Disponible en: <https://personaybioetica.unisabana.edu.co/index.php/personaybioetica/article/view/14699>. Acceso en: 22 nov. 2025.

JIMÉNEZ, Agustín Grijalva. Derechos humanos de inmigrantes internacionales, refugiados y desplazados en Ecuador. **Revista de Derecho Foro**, n. 6, p. 245-269, 2006. Disponible en: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/foro/article/view/311>. Acceso en: 22 nov. 2025.

HERRERA, Gioconda; CABEZAS, Gabriela. Ecuador: de la recepción a la disuasión. Políticas frente a la población venezolana y experiencia migratoria 2015-2018. In: GANDINI, Luciana; ACENCIO, Fernando Lozano; PRIETO, Victoria (org.). **Crisis y migración de población venezolana**. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2019. p. 125-156.

HOWLETT, Michael. Introduction: Institutions, ideas and Actors. In: HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony (org.). **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. New York: Oxford University Press, 2009a. p. 50-89.

HOWLETT, Michael. Policy formulation. In: HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony (org.). **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. New York: Oxford University Press, 2009b. p. 92-109.

HURTADO BRICEÑO, Alberto José (ed.) **La pospandemia y políticas públicas para enfrentarla**. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2021.

LEGARDA SEVILLA, Mónica Alejandra; FOLLECO CHALÁ, Johnson Marcelo. La migración venezolana a Ecuador y su prospectiva. **Quest Journals Journal of Research in Business and Management**, v. 7, n. 1, p. 14-21, 2019. Disponible en: <https://n9.cl/1q56o>. Acceso en: 22 nov. 2025.

MEJÍA, Jorge Diego. Los enfoques del Tercer Mundo al Derecho Internacional: un análisis de los principales convenios sobre Derechos Humanos suscritos por Colombia desde la óptica de los TWAIL (1984-2018). **Revista Revoluciones**, Perú, v. 2, n. 2, p. 6-27, 2020. Disponible en: <https://revistarevoluciones.com/index.php/rr/article/view/10>. Acceso en: 22 nov. 2025.

MENDIETA, David. ¿Cómo serán las sociedades de la pospandemia?. **Opinión Jurídica**, v. 19, n. 39, p. 5-7, jul./dic. 2020. Disponible en: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/3555>. Acceso en: 22 nov. 2025.

MURPHY, Mary. **Ideas, interests, and institutions: explaining Irish social security policy**. Maynooth: National University of Ireland, 2008.

PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **Empiria Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Madrid, n. 19, p. 101-132, ene./jun. 2010. Disponible en: <https://n9.cl/89d2v>. Acceso en: 22 nov. 2025.

ROJAS RENDÓN, Daliseth Coromoto. **Las medidas políticas y socioeconómicas del gobierno venezolano como causa primordial de la emigración venezolana (2015-2019)**. 2021. 84p. Tesis (Maestría en Gobierno. Mención en Gobierno y Territorio) – Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, Quito, 2021. Disponible en: <https://n9.cl/1wycts>. Acceso en: 22 nov. 2025.

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002. Disponible en: <https://n9.cl/84urb>. Acceso en: 22 nov. 2025.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y praxis de liberación**. Madrid: Akal, 2018. (Colección Inter Pares).

SACRISTÁN RODRÍGUEZ, Claudia (ed.). **La pospandemia en un contexto de desarrollo solidario**. v. 5. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2021.

SUBIRATS, Joan; KNOEPFEL, Peter; LARRUE, Corinne; VARONNE, Frederic. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 2008. Disponible en: <https://acortar.link/6jbvG7>. Acceso en: 22 nov. 2025.

TOSUN, Jale; SCHNEPF, Julia. Measuring change in comparative policy analysis: concepts and empirical approaches. In: PETERS, Guy; FONTAINE, Guillaume (ed.). **Handbook of methods in comparative policy analysis**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2020. p. 167-185.

USECHE-AGUIRRE, María Cristina; PEREIRA-BURGOS, Morela Josefina; BARRAGÁN-RAMÍREZ, Christian Andrés. Retos y desafíos del emprendimiento ecuatoriano, trascendiendo a la pospandemia. **Retos Revista de Ciencias de la Administración y Economía**, v. 11, n. 22, p. 271-286, oct./mar. 2021. Disponible en: <https://retos.ups.edu.ec/index.php/retos/article/view/22.2021.05>. Acceso en: 22 nov. 2025.

VIOLA, Francesco. ¿Los Derechos Humanos, son derechos naturales? **Revista Quaestio iuris**, v. 6, n. 2, p. 162-184, 2013. Disponible en: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/11774>. Acceso en: 22 nov. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WOLF, Erik. **Europe and the People without history**. Berkeley: University of California Press, 1982. (Introducción, p. 3-23; Cap. “El Movimiento de Mercancías”, p. 310-353).

WOLKMER, Antonio Carlos. La ética intercultural como fundamento del derecho humano a migrar. **Nueve Autonomie**, 2: 11-18. 2013. Disponible: <https://n9.cl/jycjk>

WOLKMER, Antonio Carlos. **Teoría crítica del derecho desde América Latina**. Madrid: Akal, 2017. (Colección Inter Pares).

WOLKMER, Antonio Carlos. **Reinvención de los derechos humanos: un aporte Descolonial desde el sur**. (Manuscrito adaptado). [2020?]. Disponible en: <https://n9.cl/4d8q9y>. Acceso en: 22 nov. 2025.

YEYATI, Eduardo Levy; GUILERA, Soledad (ed.). **Pospandemia: 53 políticas públicas para el mundo que viene**. 1. ed. Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella, 2020. Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/196816/CONICET_Digital_Nro.1ac1d551-6b1e-4eec-96a-1-af29e1e287a2_V.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acceso en: 22 nov. 2025.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE CRÍTICA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E EQUATORIANO

Diana Andrea Díaz Palacios¹

Mayara Stéffany da Silva Araújo²

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa científica nasce, ou deve nascer, sem uma inquietação que lhe anteceda. No caso deste estudo, a inconformidade, indignação e motivação surgiram a partir da constatação: 1) Da violação dos Direitos Humanos; 2) Do alto índice de pessoas encarceradas no Brasil e Equador; 3) Da necessidade de medidas que visem garantir e efetivar os Direitos Humanos no sistema carcerário brasileiro e equatoriano.

Dada a amplitude acerca dos Direitos Humanos, cabe destacar que se referem aos direitos universalmente aceitos na ordem internacional, pois tratam de direitos atribuídos à humanidade em geral, por meio de tratados internacionais. Deste modo, os Direitos Humanos nada mais é do que faculdades que o direito atribui as pessoas e aos grupos sociais, tais como a expressão de suas necessidades relativas à vida, à liberdade, à igualdade, à participação política ou social, ou a qualquer outro aspecto fundamental que afete o desenvolvimento integral dos indivíduos em uma comunidade de homens livres, exigindo o respeito ou a atuação de demais homens dos grupos sociais e do Estado, com garantias dos poderes públicos para restabelecer seu exercício em caso de violação ou necessidade de realização positiva.

Assim, constata-se, a partir do exposto, que os Direitos Humanos impõem dupla função ao Estado: 1) a primeira função é de se omitir evitando a prática de arbitrariedades e respeitando a liberdade e a autonomia do homem; 2) a segunda função é que o Estado deve implementar ações aptas a proporcionar a dignidade humana. Sendo assim trazendo

¹ Mestranda em Direito pela Universidad de Investigación e Innovación de México. E-mail: andrea_blakk11@outlook.com.

² Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) na qualidade de bolsista CAPES. Mestra em Direito pelo Centro Universitário Cesmac. E-mail: maay-araujo@hotmail.com.

o conceito de Direitos Humanos para o contexto ora analisado, cabe destacar que em, matéria internacional, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos, também chamadas, regras Nelson Mandela, em primeira regra, dispõe que todos os presos serão tratados com o respeito que merecem, resguardada sua dignidade e valores intrínsecos enquanto seres humano, bem como nenhum preso será submetido a torturas e nem outros tratos com penas cruéis, desumanas e humilhantes, ocasião em que haverá proteção a todos os presidiários.

As discussões acerca da violação de Direitos Humanos são constantes e emergentes. Neste artigo, será analisado o sistema carcerário brasileiro e equatoriano, com o fito de verificar os principais fatores que contribuem para o atual cenário de violação de direitos no contexto prisional dos dois países, o que acaba por segregar o indivíduo preso, superlotar os presídios e reforçar o caráter punitivo do sistema de justiça criminal, além de violar legislações nacionais e internacionais acerca da garantia de direitos no ambiente prisional.

As críticas apresentadas buscam fomentar o senso crítico e expor as falhas estatais diante do atual cenário carcerário brasileiro e equatoriano, os quais preocupam-se apenas em prender e inserir as pessoas que rompem com a lei penal em depósitos de pessoas vivas, pois não garantem as mínimas condições para o cumprimento da pena, violando, assim, os Direitos Humanos. Assim, a partir da análise do fenômeno carcerário brasileiro e equatoriano sob a ótica dos Direitos Humanos, busca-se verificar as condições da pessoa encarcerada diante de um sistema de justiça criminal arbitrário e violador de direitos. Destaca-se, que a descrição e análise realizada decorre de um diagnóstico de intolerância, o qual busca evidências que descortinem o universo carcerário, levando mais pessoas a refletirem sobre a temática abordada.

Deste modo, este artigo científico busca apresentar as discussões acerca das teorias mencionadas, oportunizando, com isso, demonstrar sua incidência a partir de casos concretos. Para isso, utilizou-se a técnica e procedimento metodológico de revisão bibliográfica em obras que versam sobre direitos humanos, objetivando, assim, a construção da base teórica para desenvolvimento dos argumentos apresentados, destacando que tal revisão bibliográfica partiu de literatura nacional e estrangeira.

2 PARTICULARIDADES SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E EQUATORIANO

Em tempos de aceleração da expansão da população prisional mundial, a atenção com os encarcerados reveste-se de enorme urgência. Nesse sentido, desenvolver pesquisa de no âmbito do sistema criminal torna-se cada vez mais importante e necessário, vez que as garantias e direitos do apenado não podem ser relativizadas durante o cumprimento da pena.

Sabendo que a dignidade humana é o fundamento dos Direitos Humanos, os quais são positivados através dos direitos fundamentais, é de bom alvitre verificar, a partir da análise de dados e casos, se os direitos e garantias dos encarcerados estão sendo efetivados durante o cumprimento da pena, nos exatos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição da República do Equador, bem como das normas internacionais que versam sobre Direitos Humanos, a exemplo da Declaração Universal.

A execução da pena é de competência do Estado (Brasil e Equador) e tem como objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal, bem como proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Nas palavras de Zaffaroni (2011, p. 54), a execução da pena é extremamente complexa, em razão da sua intenção punitiva, principalmente quando versa sobre penas privativas de liberdade, o que tem motivado um grande desenvolvimento de seu regramento legal.

Um dos problemas que mobilizam esta pesquisa é verificar a ausência de prestação do Estado brasileiro e equatoriano durante o cumprimento da pena, de modo que, a partir dos estudos da criminologia e do direito penal, seja possível estabelecer ações e estratégias político-investigativas para questionar as violações e vulnerabilidades ocorridas no sistema carcerário de ambos os países. Deste modo, emerge apresentar dados do Brasil e Equador com o objetivo de demonstrar o atual cenário carcerário.

No Brasil, conforme informações oficiais (Brasil, 2024), tem-se 642.491 mil pessoas presas atualmente, entretanto, o sistema carcerário brasileiro possui apenas 487.208 mil vagas, verifica-se, portanto, déficit de 155.283 mil vagas e que o sistema funciona acima da sua capacidade. Essa situação de superlotação carcerária tem o crime de tráfico de drogas como o principal responsável, vez que os crimes previstos da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) são os que mais encarceram pessoas no Brasil.

No Equador, o sistema penitenciário enfrenta uma crise significativa de superlotação. Atualmente, há aproximadamente 31.260 pessoas privadas de liberdade nos 35 centros de reabilitação social do país. No entanto, a capacidade oficial do sistema é para abrigar 27.781 pessoas, o que gera uma superlotação de 12,92% a nível nacional (Diálogos, 2024). Essa superpopulação é agravada em algumas prisões específicas, como a Penitenciária do Litoral, que tem uma capacidade para 3.909 presos, mas abriga 5.506 pessoas, o que representa uma superlotação de 40,85% (Garcia, 2024), bem como o complexo carcerário de Guayaquil, o maior do país, teve uma superpopulação de 2.321 internos em 2023, com uma taxa de superlotação de 23,96% (Tandazo, 2022).

Os dados acima demonstram que o sistema carcerário de ambos os países não está operando dentro de sua capacidade, o que contribui para uma série de problemas além daqueles decorrentes da privação de liberdade, a exemplo da violência interna, condições

sub-humanas de acolhimento, superlotação, dificuldades na implementação de programas de reabilitação e reintegração social, corrupção e violação de direitos humanos.

No Brasil, os dados são bem alarmantes e preocupantes, tendo em vista que o país ocupa o 3º lugar no ranking dos países com a maior taxa de encarceramento do mundo. Diante deste cenário tão grave quanto pessimista, as violações de direitos no sistema carcerário brasileiro revestem-se de enorme urgência, haja vista que as diversas violações degradam e infringem direitos resguardados no plano nacional e internacional (Brasil, 2024).

Em que pese o decurso temporal desde o massacre do Carandiru, ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, no ano de 1992, não se pode esquecer de mencionar tal situação, vez que configura a maior violação de direitos que já ocorreu no sistema carcerário brasileiro. O massacre do Carandiru foi uma chacina que causou a morte de 111 detentos e deixou 110 feridos (Onodera, 2005).

A chacina ocorrida no massacre do Carandiru demonstra, para além de clara violação de direitos humanos, a violação carcerária que permeia o sistema prisional brasileiro e a impunidade dos agentes públicos, o que demonstra a omissão do estado diante daqueles que estão reclusos sob a sua tutela. Justifica-se, do ponto de vista dos agentes públicos que participaram da chacina, que o cenário se instaurou em razão de um motim que ocorreu no estabelecimento prisional, sendo os militares obrigados a reagirem daquela forma para conter a situação. Entretanto, chegaram 324 policiais armados, os quais dispararam mais de 3mil tiros dentro da unidade prisional. Nas palavras de Iwi Onodera (2005, p. 5):

A violência da operação está evidenciada, entre outras provas, nos inúmeros sinais de rajadas de metralhadoras. Está presente no fato constatado de que não havia tiros no interior do Pavilhão quando a polícia entrou, mas tão somente, uma grande briga com gritarias e arremessos de objetos em direção ao pátio, segundo depoimentos unânimes de todos os presos ouvidos e todos os funcionários civis, do Coordenador dos Estabelecimentos Penais do Estado de São Paulo, do assessor de assuntos penitenciários da Secretaria de Segurança Pública e dos Juizes de Direito presentes no local.

O que se verificou, portanto, foi um cenário de guerra, sangue e violação de direitos humanos, vez que os policiais não agiram em legítima defesa ou para conter a situação, mas sim com o interesse em eliminar a maior quantidade de reeducandos da Casa de Detenção de São Paulo.

De outro lado, analisando o contexto equatoriano, o primeiro Censo Penitenciário do Equador, realizado entre agosto e dezembro de 2022 pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC), revela uma situação crítica. Os dados mostram uma clara super-

população, com uma média de 6 a 10 pessoas por cela, o que gera um extremo nível de superlotação. A falta de infraestrutura adequada contribui para condições insalubres e um elevado nível de violência.

O censo fornece uma visão detalhada da população reclusa, destacando uma alta porcentagem de homens jovens com baixos níveis educacionais e, em muitos casos, com doenças crônicas. Também se observa uma proporção significativa de estrangeiros, principalmente de países vizinhos, e a maioria dos reclusos está condenada por crimes relacionados ao tráfico de drogas, roubo e homicídio. A presença de um número considerável de pessoas sem sentença ou com processos judiciais prolongados evidencia deficiências no sistema judicial.

Além disso, muitos reclusos carecem de acesso a serviços básicos e enfrentam dificuldades para atender às suas necessidades fundamentais. A falta de uma linha de base adequada impede a avaliação da evolução da situação carcerária ao longo do tempo e a medição do impacto das intervenções implementadas (INEC, 2023).

Percebe-se, portanto, que o sistema penitenciário brasileiro e equatoriano carece de atenção e medidas emergentes que busquem verificar as condições de vulnerabilidade e violação de direitos dentro do contexto carcerário, objetivando, desta forma, o cumprimento da pena de forma justa, digna e humanitária para alcançar a ressocialização e reintegração social.

3 PRINCIPAIS CAUSAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E EQUADOR E SEUS EFEITOS NO CAMPO PRÁTICO

Este subtítulo apresenta um problema complexo e multifacetado que afeta os sistemas penitenciários do Brasil e do Equador. Para abordar este tema de forma exaustiva, é necessário analisar profundamente vários aspectos, destacando como o legado colonial em ambos os países deixou marcas profundas em suas instituições penitenciárias, caracterizadas por uma abordagem punitiva e uma falta de consideração pela reabilitação e reintegração social.

As violações dos direitos humanos nas prisões do Brasil e do Equador são o resultado de uma série de fatores interrelacionados, incluindo corrupção, ausência de prestação estatal, desumanização e uma abordagem punitiva do sistema de justiça criminal. Esses elementos criaram um ambiente penitenciário onde os direitos fundamentais dos internos são sistematicamente violados.

A corrupção sistêmica no Brasil e no Equador permeia todos os níveis do sistema prisional, desde funcionários até atores políticos, facilitando a impunidade e a expansão de

atividades ilícitas. Em ambos os países, o desvio de fundos e a falta de transparência na gestão penitenciária permitem que o crime organizado mantenha o controle nas prisões. Mariagrazia Passamano (2022) destaca que a corrupção nas prisões representa não apenas um sério risco à segurança dos presos, mas de todos aqueles que se encontram dentro das penitenciárias, incluído os agentes estatais que lá estão. Esta corrupção manifesta-se através de subornos, tráfico de influência e peculato, exacerbados pela falta de orientações éticas, baixos salários e ausência de controle eficiente por parte do Estado.

Para enfrentar esta crise, é essencial implementar mecanismos de controle mais rigorosos, reforçar a formação dos funcionários prisionais e estabelecer uma carreira profissional que estimule a continuidade e o compromisso na gestão prisional (Passamano, 2022).

No Equador, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2022) relata que as prisões estão dominadas por gangues criminosas como “Los Choneros”, “Los Lagartos”, “Los Pepes”, “Los Lobos”, “Los Águilas”, “Los Chonekils”, “Los Cr7”, que criaram uma atmosfera de terror e controle dentro das prisões, tornando quase impossível a reabilitação e reintegração social dos prisioneiros. Essa situação levou a uma série de massacres e motins.

A ausência de investimento em programas de educação, capacitação e reintegração social tem limitado as oportunidades dos internos para se reintegrarem à sociedade e aumentou as chances de reincidência. Em alguns casos, a militarização das prisões exacerbou a violência e elevou as violações dos direitos humanos ao substituir a gestão penitenciária por um enfoque baseado no controle e na força.

Corrêa (2023) afirma que o Brasil enfrenta um déficit crítico de 171 mil vagas em seu sistema penitenciário. A superlotação não se deve apenas ao número absoluto elevado de presos, mas também à insuficiência de infraestrutura e recursos adequados. A crise carcerária no Brasil é agravada pela alta quantidade de presos provisórios e pela falta de infraestrutura adequada, o que leva a condições de detenção inaceitáveis e um cenário de violação de direitos.

As prisões se tornaram escolas do crime, onde os jovens recrutados aprendem as regras e valores das organizações criminosas, perpetuando assim o ciclo de violência e incidência de novas atividades ilícitas, vez que a função ressocializadora e preventiva da pena não é alcançada. A combinação desses fatores gerou um ambiente carcerário caracterizado por tortura, maus-tratos, falta de acesso a serviços básicos, superlotação e violência sexual. A exposição à violência, a incerteza e as condições desumanas provocaram graves problemas de saúde mental entre os internos. No Brasil, Corrêa (2023) afirma que o modelo atual de encarceramento não só apenas caro, mas também ineficaz na prevenção da reincidência criminal. O encarceramento massivo e a falta de alternativas

efetivas resultam em um ciclo de violência e marginalização. A superlotação nas prisões contribui para a formação de facções e perpetua uma cultura de violência dentro dos presídios, evidenciando a necessidade de reformas substanciais e um enfoque mais humanitário e efetivo para o sistema penal.

Adriano da Silva Araújo (2023), em um artigo de opinião, argumenta que o verdadeiro problema reside na qualidade e disponibilidade das vagas no sistema penitenciário. Com cerca de 832 mil reclusos, o Brasil ocupa uma posição elevada em termos absolutos, mas uma comparação mais precisa demonstra que o número de presos per capita está em uma posição mais moderada no ranking mundial. A superlotação é uma consequência do investimento insuficiente em infraestrutura e da falta de capacidade adequada para abrigar os internos.

Araújo (2023) destaca que os números oficiais frequentemente incluem pessoas em regimes abertos ou semiabertos, o que inflaciona o número total de presos reportado. Apesar disso, a análise revela que o Brasil continua enfrentando sérios problemas em termos de condições carcerárias, com uma infraestrutura inadequada que não atende aos padrões básicos de dignidade humana. Portanto, o foco deve estar em melhorar a qualidade e a quantidade das vagas disponíveis e não na redução da quantidade de prisões per se.

No Brasil e no Equador, o sistema de justiça criminal concentra-se principalmente na punição, deixando de lado o seu propósito ressocializador e reintegrativo. Segundo Adriano da Silva Araújo (2023), no Brasil, cerca de 30% dos presos estão em prisão preventiva, o que agrava a matança e deteriora ainda mais as condições carcerárias. Araújo (2023) descreve cenários de carnificina extrema, onde os presos vivem em condições deploráveis, refletindo a falta de investimento estatal no sistema prisional. Contudo, é evidente que o problema não reside no excesso de prisões, mas sim na má qualidade e no número insuficiente de vagas disponíveis.

Nesse sentido, Araújo conclui que é fundamental desmistificar a crença de que o Brasil tem prisões demais e focar na melhoria de sua qualidade. Uma política penitenciária baseada apenas na libertação não mudará as condições desumanas em que vivem os presos, por isso é necessário um debate informado que contemple soluções mais eficientes e justas para o enfrentamento do crime (Araújo, 2023).

Essa abordagem punitiva perpetua um ciclo de violência, aumentando a probabilidade de reincidência, já que os reclusos não recebem as ferramentas necessárias para se reintegrarem à sociedade.

Entre 2021 e 2022, uma série de massacres deixou centenas de presos assassinados, evidenciando a incapacidade do Estado em garantir a segurança e os direitos básicos das pessoas privadas de liberdade. Essa situação é agravada pela falta de investimento no sistema prisional e pela corrupção generalizada, o que dificulta esforços significativos para

melhorar as condições prisionais. A CIDH (2022, p. 8) aponta que no ano 2021, cerca de 316 pessoas privadas de liberdade morreram sob custódia do Estado e centenas de outras ficaram feridas, numa sucessão de ataques violentos perpetrados de forma planejada por grupos organizados formados pelas mesmas pessoas detidas.

Dentro das prisões equatorianas, a falta de controle estatal permitiu que os reclusos estabelecessem hierarquias e sistemas de justiça informal baseados na violência. Os líderes de gangues criminosas extorquem outros reclusos, impondo tarifas exorbitantes por bens e serviços básicos. Aqueles que não conseguem pagar são submetidos a espancamentos e violações em condições extremas.

Um dos casos mais impactantes, segundo pesquisa realizada pelas autoras, foi o de um homem que estuprou sua filha e foi denunciado pela professora da menina. Ao entrar no centro de privação de liberdade, foi recebido com uma brutal agressão sexual por um recluso conhecido como “El Negro”, da cela 8, sob a observação de agentes penitenciários e força pública. Esse testemunho revela como os presos, às vezes, tomam a justiça em suas próprias mãos para punir aqueles que consideram que cometeram atos graves. A violência e as represálias entre os internos não só refletem um grave problema de segurança, mas também uma profunda crise na administração da justiça dentro das prisões.

No ambiente carcerário, as gangues criminosas tomaram o controle de maneira alarmante. Os prisioneiros devem pagar altos custos por bens e serviços dentro da prisão aos líderes dessas gangues criminosas, o que gera dívidas impagáveis. Por exemplo, uma lata de cerveja pode custar R\$20 e uma garrafa de licor R\$80. Os prisioneiros que não conseguem pagar são levados a uma “sala escura”, onde sofrem brutais espancamentos e violações. Além disso, é cobrada uma taxa pela estadia nas celas; se não cumprirem com os pagamentos, são transferidos para celas em condições desumanas, sem água e sem luz, que se assemelham a depósitos. A justiça dentro da prisão é aplicada pelos próprios líderes das gangues, que castigam severamente os “informantes” ou delatores, usando armas improvisadas feitas com recipientes de plástico afiados. Aqueles considerados “informantes” ou que denunciaram outros às autoridades enfrentam graves punições, incluindo queimaduras no corpo, provocadas com materiais inflamáveis improvisados.

A corrupção, desumanização e o enfoque punitivo do sistema de justiça criaram um ambiente penitenciário no Brasil e no Equador onde os direitos humanos são sistematicamente violados. Isso não afeta apenas os internos, mas também tem consequências sociais mais amplas, como o fortalecimento das organizações criminosas e o aumento da violência tanto dentro quanto fora das prisões.

As condições de vida nas prisões equatorianas são gravemente inadequadas, violando sistematicamente os direitos humanos dos internos. Os reclusos enfrentam celas

superlotadas e mal ventiladas, condições sanitárias precárias e acesso limitado a serviços básicos. Um testemunho da prisão de Santo Domingo (Equador) revela como as gangues criminosas extorquem outros internos e operam com impunidade devido à corrupção dentro do sistema penitenciário.

O caso do massacre do Carandiru, ocorrido no Brasil em 1992, é um dos episódios mais emblemáticos da violência estatal no contexto prisional. Como afirma García (2012, p. 45), “a simples menção do nome desta superlotada cidade-prisão, desativada em 2002, alude ao assassinato de 111 presos, a um gueto de excluídos e marginalizados, a um mundo infernal, a uma referência de o sistema penitenciário e uma poderosa metáfora para o Brasil”. Este acontecimento simboliza a brutalidade da intervenção policial, que reflete também profundas desigualdades sociais e a exclusão sistemática de determinados setores da população.

A comparação com a crise prisional no Equador em 2021 é pertinente, uma vez que ambos os episódios revelam um padrão de gestão violenta da crise prisional e de uso desproporcional da força pelas autoridades. No entanto, ao contrário do Carandiru, onde o incidente violento foi um acontecimento único, no Equador a violência nas prisões continua e é exacerbada por fatores como a corrupção, a cumplicidade das autoridades prisionais e a falta de controlo estatal. Isto perpetua um estado de crise constante, que agrava as condições desumanas nas prisões do Equador (García, 2012).

4 ALTERNATIVAS E MEDIDAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E EQUATORIANO

A crise nos sistemas penitenciários do Brasil e do Equador apresenta desafios significativos para a proteção dos direitos humanos, exigindo uma revisão abrangente das políticas vigentes e a implementação de medidas eficazes que promovam ambientes carcerários mais humanos e respeitosos.

O sistema penitenciário equatoriano, apesar de ter programas educativos e de trabalho, enfrenta limitações na implementação e no financiamento desses programas, que não cobrem toda a população carcerária.

Nos últimos anos, o governo equatoriano tem se esforçado para melhorar o sistema de reabilitação social. Entre 2022 e 2025, o Serviço Nacional de Atenção Integral a Pessoas Adultas Privadas de Liberdade e a Adolescentes Infratores (SNAI) implementou uma política pública que visa transformar a vida dos internos por meio de programas educativos, de trabalho e de saúde mental. O Ministério de Governo também destacou a importância dessas reformas, ressaltando que desde 2007 foram realizadas melhorias substanciais no

sistema carcerário, incluindo a construção de novos centros penitenciários e a implementação de programas voltados para a reabilitação e o respeito aos direitos humanos dos internos (Ministério de Governo, 2011).

No entanto, a realidade no terreno apresenta uma situação muito diferente, marcada por uma crise carcerária severa e uma escalada de violência. Apesar das políticas públicas implementadas pelo Serviço Nacional de Atenção Integral a Pessoas Adultas Privadas de Liberdade e a Adolescentes Infratores (SNAI), a situação nas prisões equatorianas piorou drasticamente. Foram relatados inúmeros incidentes de violência extrema, incluindo desmembramentos com facas e facões, o que reflete a ineficácia das medidas adotadas. Em vez de melhorar, o sistema penitenciário tem testemunhado uma crise crescente. Motins e massacres têm sido frequentes, com a morte de mais de 300 reclusos em 2021 devido à violência carcerária. Esses números evidenciam que as iniciativas de reabilitação e reintegração são insuficientes e não abordam os problemas estruturais que afetam as prisões do país.

A intervenção militar no sistema penitenciário equatoriano, autorizada pelo presidente Daniel Noboa por meio de decretos de emergência, tem sido apresentada como uma resposta à crescente violência nas prisões. Essas ações incluem operações de revista, desarmamento de internos e controle de acesso nas instalações penitenciárias (Canizares, 2023; FFAA [...], 2023). Embora o objetivo declarado seja restabelecer a ordem e garantir a segurança, a militarização suscitou preocupações significativas sobre suas implicações para os direitos humanos.

Diversos relatórios documentam abusos graves e violações de direitos humanos durante essas intervenções. Human Rights Watch ([2025]) destaca o uso excessivo da força, a imposição de tratamentos desumanos e degradantes, bem como violações do devido processo. As denúncias incluem espancamentos, torturas e maus-tratos aos reclusos, evidenciando uma preocupação legítima sobre a legalidade e eficácia da militarização como solução imediata. Esses incidentes sublinham a necessidade de uma revisão crítica da estratégia adotada e de uma supervisão mais efetiva para garantir o respeito aos direitos humanos no ambiente penitenciário.

A reforma do sistema de justiça penal deve incluir medidas voltadas para a reabilitação e reintegração social dos reclusos, assegurando que eles tenham a capacidade de contribuir para seu próprio sustento e o de suas famílias. Uma estratégia eficaz seria a implementação de programas de trabalho dentro das prisões, onde os internos participem de atividades produtivas que gerem bens ou serviços. Esse enfoque não só fornece uma forma digna de sustento para os internos, mas também pode reduzir a carga financeira do estado, que atualmente deve prover alimentos e serviços sem compensação. Além disso, essas atividades permitem aos reclusos desenvolver habilidades úteis para sua reintegra-

ção na sociedade, diminuindo assim a probabilidade de reincidência. Um ambiente carcerário que incentive a atividade e a estrutura, onde os internos se ocupem com trabalhos e atividades produtivas, pode contribuir para melhorar a disciplina e reduzir comportamentos problemáticos. Além disso, é essencial implementar programas educativos e de capacitação que fortaleçam ainda mais as habilidades dos reclusos, preparando-os para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

Deve ser realizada uma revisão e reforma das políticas relacionadas às interações entre reclusos e o pessoal penitenciário para manter a integridade do sistema e proteger os direitos de todas as partes envolvidas.

No Brasil, o encarceramento em massa tem sido criticado por sua ineficácia e por não abordar as causas estruturais da criminalidade. Adotar alternativas ao encarceramento e melhorar a eficiência do sistema judicial são passos fundamentais para reduzir o superlotação e melhorar as condições de vida nas prisões (Araújo, 2023). Para enfrentar esse problema, é necessário promover políticas que priorizem medidas não privativas de liberdade para certos crimes e agilizem os processos judiciais.

Garantir que todos os reclusos tenham acesso a assistência legal e recursos judiciais é essencial para proteger seus direitos. Isso inclui a revisão periódica de casos que permita corrigir injustiças ou erros judiciais. Prover assistência legal adequada e estabelecer mecanismos para a revisão de casos são medidas imprescindíveis para garantir o respeito aos direitos dos reclusos e prevenir abusos dentro do sistema penitenciário.

A crise carcerária no Brasil e no Equador exige uma intervenção integral e multifacetada que não apenas aborde os sintomas imediatos da violência e desordem, mas também trate as causas subjacentes que perpetuam o ciclo de violações dos direitos humanos. As propostas delineadas oferecem um caminho para uma reforma significativa e sustentável do sistema penitenciário, focando em aspectos críticos como a descentralização da gestão carcerária, a melhoria das condições infraestruturais, políticas públicas para reintegração social, programas educativos e laborais, bem como a implementação de programas de reabilitação eficazes.

Essas medidas devem ser implementadas de maneira coordenada e com um compromisso firme com o respeito e a proteção dos direitos humanos, com o objetivo de transformar os sistemas penitenciários do Brasil e do Equador em ambientes que realmente promovam a dignidade, a justiça e a reintegração social eficaz. A resolução da crise carcerária não é apenas um imperativo moral, mas também uma necessidade estratégica para o desenvolvimento sustentável e a coesão social em ambos os países.

5 CONCLUSÃO

Diante de um cenário tão grave quanto pessimista, em que os direitos e garantias dos reeducandos são violados a todo momento durante o cumprimento da pena, cabe mencionar, desde já, a necessidade de medidas e políticas públicas que tenham como objetivo efetivar os direitos dos reeducandos que já se encontram positivados na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição da República do Equador, bem como na legislação internacional. Frisa-se que os direitos e garantias já estão postos, o que falta é apenas a efetivação destes por parte de ambos Estados.

A partir da análise das peculiaridades do sistema carcerário de ambos os países, constatou-se que a situação é bem impactante e carece de atenção urgente, pois os encarcerados encontram-se em condição de vulnerabilidade máxima, tendo em vista que os estabelecimentos prisionais exprimem e revelam as diversas violações aos Direitos Humanos, ocasião em que fragiliza e dificulta ainda mais a função ressocializadora da pena, tornando-a mais complexa e utópica.

Desta forma, apontadas as violações acerca dos direitos e garantias dos encarcerados brasileiros e equatorianos, destaca-se a necessidade de efetivação de direitos por parte de ambos os Estados, além da necessidade de pensar mais a fundo na políticas de encarceramento, visando propor condições mais dignas e humanas, com um reconhecimento da realidade pessoal daquele que ocupa o banco do réu e quais os efeitos que isso trará em sua vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano da Silva. Superlotação não é excesso de presos: problemas são escassez e qualidade da vaga. **Consultor Jurídico**, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-14/o-excesso-de-prisoers-no-brasil-um-outro-angulo/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm#. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Informações Penais (RELIPEN): 2º semestre de 2023**. Brasília: Senappen, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-relipen-do-segundo-semester-de-2023/relipen-relatorio-preliminar-de-informacoes-penais-2o-semester-2023.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CANIZARES, Ana Maria. El presidente Noboa decreta estado de excepción en Ecuador por conmoción interna: “No vamos a negociar con terroristas”. **CNN Latinoamérica**, 9 ene. 2024. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2024/01/09/noboa-decreta-estado-excepcion-ecuador-conmocion-interna-negociar-terroristas-orix/>. Acesso em: 05 set. 2024.

CIDH – COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Personas privadas de libertad en Ecuador: Aprobado por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos el 21 de febrero de 2022**. Quito, Ecuador: CIDH, 2022. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Informe-PPL-Ecuador_VF.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

CORRÊA, Fábio. **Raio X carcerário**: superlotação, prisão ilegal e morosidade. Porto Alegre: Instituto Humanitas Unisinos, 2023.

DIALOGUEMOS. **Sistema penitenciario en jaque**. Disponível em: <https://dialoguemos.ec/2024/03/sistema-penitenciario-en-jaque/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FFAA y Policía toman el control de seis cárceles. **La República**, 14 ene. 2024. Disponível em: <https://www.larepublica.ec/blog/2024/01/14/ffaa-y-policia-toman-el-control-de-seis-carceles/>. Acesso em: 05 set. 2024.

GARCIA, Alexander. El conflicto armado interno agrava el hacinamiento en las cárceles. **Primicias**, 30 ene. 2024. Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/seguridad/conflicto-armado-interno-hacinamiento-carceles/#:~:text=El%20promedio%20de%20plazas%20faltantes,por%20el%20conflicto%20armado%20interno>. Acesso em: 29 nov. 2025.

GARCÍA, Miguel Ángel Lomillos. ‘Carandiru’ (2003) de Héctor Babenco: humanización, estigma y masacre. **Revista de Comunicación de la SEECI**, ano 15, n. 29, p. 31-54, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4178101>. Acesso em: 30 nov. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Ecuador**: Eventos de 2020. [2025]. Disponível em: <https://www.hrw.org/es/world-report/2021/country-chapters/ecuador>. Acesso em: 30 nov. 2025.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Censo Penitenciario**: levantamiento de información a personas privadas de la libertad. Quito, Ecuador: INEC, 2023. Disponível em: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Poblacion_y_Demografia/Censo_penitenciario%20/2023/Principales_Resultados_CP2022.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

INTERNACIONAL, Amnistía. **A situação dos direitos humanos no mundo**. Relatório 2023/2024. ISBN: 978-84-96462-51-9. Amnistía Internacional LTDA.

Ministerio de Gobierno. **Ministro Serrano resalta el nuevo esquema de rehabilitación social en los centros penitenciarios**. 2013. Disponível em: <https://www.ministeriodegobierno.gob.ec/ministro-serrano-resalta-el-nuevo-esquema-de-rehabilitacion-social-en-los-centros-penitenciarios/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ONODERA, Iwi. Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru. *In*: Jornadas Interschuelas, x., 2005, Universidade Nacional del Rosario, Rosário. **Anais [...]**. Rosário: Universidade

Nacional del Rosario, 2005. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-006/407.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

PASSAMANO, Mariagrazia. **Corrupción en el contexto penitenciario**: medidas para contrarrestar la corrupción como elemento facilitador de la infiltración del crimen transnacional organizado. Madrid: Programa El Pacto, 2022. Disponível em: <https://elpaccto.eu/wp-content/uploads/2022/03/Corrupcion-en-el-contexto-penitenciario.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

TANDAZO, Pablo Punín. Crisis carcelaria en Ecuador: retos para un sistema que agoniza. **Lexis Blog**, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lexis.com.ec/blog/penal/crisis-carcelaria-en-ecuador-retos-para-un-sistema-que-agoniza>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Direito penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CAPÍTULO V

DIREITOS HUMANOS, LIBERDADE RELIGIOSA E O RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Ângela M. Borges do Nascimento¹

Camila L. Corrêa da Costa²

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão do racismo religioso tem ganhado mais espaço nos noticiários do país. Em geral, ele é praticado contra as religiões de matriz africana e, por isso, ele é considerado como mais uma forma de manifestação do racismo estrutural que moldou a sociedade brasileira. Os atos de racismo religioso podem assumir diversos formatos, os quais poderiam ser eventualmente tipificados como crimes, mas não necessariamente. Muitas vezes, as agressões são interpretadas como meros “mal-entendidos”, geralmente por parte da vítima, ou mesmo desqualificadas para que não haja a caracterização de um crime.

No próximo item, será apresentado um caso concreto que ilustra bem essa linguagem hermenêutica, além de exemplificar o debate sobre o racismo religioso, bem como o racismo estrutural, que atualmente se apresenta não apenas ao mundo jurídico, mas à sociedade brasileira de uma forma mais ampla. Após a apresentação dos fatos, eles serão analisados à luz das teorias críticas dos direitos humanos, em especial pelas lições de Dussel (2015), Herrera Flores (2009) e Martínez (2016). Através do diálogo entre prática e teoria, busca-se apresentar uma reflexão sobre a defesa dos direitos humanos e ao surgimento de novos direitos no sistema legal brasileiro.

¹ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda. Advogada e Ativista pelos Direitos Humanos em vários movimentos e instituições em Pernambuco. Iyawa de Omolu na Comunidade Tradicional Ilê Axé Orixalá Talabi. E-mail: angelborges@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Produtora Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: camilalc-costa@gmail.com.

2 PROSELITISMO RELIGIOSO OU VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE CRENÇA: NOTÍCIAS DO BRASIL NO SÉCULO XXI

Em 2018, uma vereadora eleita para a Câmara Municipal do município do Recife, em Pernambuco, estado do Brasil, fez uma postagem chamando seus eleitores para uma noite de oração e intercessão por aquele estado, “clamando e quebrando toda maldição de Iemanjá lançada contra nossa terra em nome de Jesus” (MPPE entra [...], 2019). A publicação foi feita no dia 4 de janeiro daquele ano, logo após as festividades do Dia de Yemanjá, celebrado em 2 de janeiro.

Imagem 1 – Post de rede social



Fonte: Portal de notícias G1 (MPPE entra [...], 2019).

Yemanjá é uma entidade, uma energia, reverenciada nas religiões de matriz africana, considerada como a divindade da fertilidade. A ela estão associadas às águas do mar e dos rios. Simboliza o útero que acolhe, alimenta e protege seus filhos e filhas, a dona das cabeças. É a energia vital celebrada e, também, alimentada pelas comunidades tradicionais de terreiros, descendentes da África. Ela é reverenciada como a grande Mãe responsável pelo resgate de seus filhos na diáspora, na travessia forçada, após sequestro e escravização dos africanos quando muitos ficaram no caminho ou em seus braços.

A autora da postagem apresentava-se como missionária evangélica e era filiada ao Partido Progressista (PP), de viés conservador. À época do fato ora narrado, ela exercia um mandato como vereadora da cidade e, dentro da respectiva casa legislativa, estava na

Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Recife (Vereadora [...], 2018).

Diante da repercussão negativa, a publicação foi retirada do ar e, um dia depois, foi veiculada uma nota de desculpas na mesma plataforma, nos seguintes termos:

Diante do exposto sobre uma postagem realizada em suas redes sociais, a vereadora missionária Michele Collins esclarece que em nenhum momento teve a intenção de ofender ou propagar qualquer mensagem de ódio religioso. Todos sabem que a missionária é veementemente contra qualquer intolerância religiosa, inclusive já deletou a postagem de suas redes sociais, diante dessa falha na elaboração do texto. A vereadora missionária Michele Collins pede desculpas aos que se ofenderam (Vereadora [...], 2018).

Após a manifestação de representantes de comunidades de terreiro do estado, que se articularam para pressionar o Ministério Público Federal de Pernambuco (MPPE), foi aberto um inquérito civil para apurar o fato. Em fevereiro de 2018, a vereadora foi chamada para prestar depoimento na Promotoria de Justiça e Direitos Humanos e afirmou que a publicação havia sido um exercício de sua fé e que não teve intenção de ofender ninguém (Vereadora [...], 2018).

Em dezembro de 2018, foi ajuizada ação civil pública³ pelo MPPE contra a vereadora exigindo o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para reparação de danos morais coletivos praticados contra as comunidades de terreiro e os praticantes de religiões de matriz afro-brasileira, que deveria ser revertido em favor do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAP)⁴, e também uma retratação pública por meio da publicação de um texto educativo sobre Yemanjá, na mesma plataforma que a publicação denunciada havia sido realizada, pelo período de 30 dias consecutivos.

Para o promotor que apresentou a inicial, a manifestação contestada teria extrapolado os limites da liberdade de expressão, ao fazer alegações contra o orixá Yemanjá. Disse ainda que:

Segundo a publicação Intolerância Religiosa no Brasil: relatório e balanço, de 2016, as religiões afro-brasileiras são as que mais sofrem com práticas discriminatórias, com 71% do total de casos. Portanto, a postagem realizada pela ré acerca de Yemanjá e seus seguidores contribui para a apologia ao ódio religioso, favorecendo a

³ Ação Civil Pública n. 0136948-82.2018.8.17.2001, tramitada perante a Seção A da 21ª Vara Cível da Capital, distribuída em 21/12/2018 (Pernambuco, 2022).

⁴ Criado pela Lei Estadual n. 11.297, de 26 de dezembro de 1995, de Pernambuco, nos termos previstos no art. 13, da Lei n. 7.347/85.

discriminação e até mesmo prática de crimes e outras formas de violência contra as religiosidades afro-brasileiras, seus praticantes e adeptos (MPPE ajuíza [...], 2019).

Na contestação da vereadora, tornada ré, foram apresentados os seguintes argumentos: (1) que, no momento do inquérito civil, não lhe foram garantidos os direitos ao contraditório e da ampla defesa, uma vez que apenas pessoas de religiões de matriz africanas foram ouvidas pelo MPPE; (2) que, no momento da postagem, a ré teria apenas exercido seus direitos de liberdade de expressão, liberdade religiosa e de crença, expressando sua opinião sobre os dogmas de sua religião em contraposição ao que se pratica no âmbito das religiões de matriz africana; (3) haveria interesses políticos adjacentes, em razão da condição de vereadora do Recife e de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Recife; e, por consequência, (4) alegou ter sofrido intolerância religiosa reversa pois, mesmo com a retirada da publicação contestada e a explicação de que não houve a intenção de causar qualquer tipo de constrangimento ou ofensa, as repercussões do caso seguiram adiante, culminando na proposta da ação civil pública.

Em 31 de maio de 2022, foi publicada a sentença que julgou improcedente a ação ajuizada, pois os termos da postagem não foram considerados ofensivos ou mesmo violadores da liberdade de religião. Nos seus termos exatos:

Ademais, ao se referir à “maldição de lemanjá” não se observa uma ofensa dirigida a uma religião específica, muito menos a grupos de pessoas vulneráveis como mulheres, negros, pessoas pertencentes ao movimento social e político LGBT (atualmente LGBTQIA+).

Como pontuei acima, não é difícil perceber, quando da realização de cultos religiosos, notadamente de membros da Assembleia de Deus, a que pertence a demandada, em especial as linhas mais “fervorosas”, os louvores e orações a Deus, podem ser acompanhados de expressões como as que foram utilizadas e postadas nas redes sociais da demandada, sem, contudo, fazê-lo para ferir o direito das outras crenças, como consta da pretensão autoral.

Como se pode observar, está-se diante de mero proselitismo religioso, essência integral do exercício do direito à liberdade de expressão religiosa, na medida em que explicita aspectos de desigualação entre o credo monoteísta universalista que profetiza e os cultos politeístas, sem, com isso, incitar o discurso de ódio, como pretende demonstrar a peça inaugural, mas sim difundir a pregação de sua crença religiosa (Pernambuco, 2022).

Apesar da sentença desfavorável, não houve apresentação de recurso por parte do MPPE e, em 29 de agosto de 2023, o processo foi arquivado definitivamente.

A diferenciação entre atos ofensivos e, portanto, discriminatórios, e o mero proselitismo, tomou como base a decisão no Recurso de Habeas Corpus n. 134682/ BA, julgado no STF em 2016, em especial o voto do Ministro Edson Fachin, em especial os seguintes argumentos:

O proselitismo, portanto, ainda que acarrete incômodas comparações religiosas, não materializa, por si só, o espaço normativo dedicado à incriminação de condutas preconceituosas. Referida ação constitui não apenas desdobramento da liberdade de expressão religiosa, mas, mais que isso, figura como núcleo essencial desse direito, de modo que negar sua prática configuraria, inafastavelmente, excessiva restrição às liberdades constitucionais. [...] Todavia, discursos que evidenciem diferenças ou até mesmo juízos de superioridade não consubstanciam, automaticamente, preconceito ou discriminação, sob pena de, como já dito, esvaziamento do núcleo essencial das manifestações religiosas, compreendidas em sua inteireza o que inevitavelmente encontra diferenças em relação a outras religiões (Brasil, 2016).

É importante observar que esta decisão de 2016, que serviu de parâmetro para a sentença proferida no caso apresentado, foi proferida nos autos de uma ação impetrada contra um padre católico. Na condição de réu, o padre estava sendo acusado de crime de racismo por ter escrito um livro com “explicitado conteúdo discriminatório que atingiria a doutrina espírita” (Brasil, 2016, p. 3). O relator do caso, ministro Edson Fachin, defendeu que haveria uma diferença entre a discriminação religiosa, vedado pelo ordenamento jurídico nacional, e o proselitismo, prática inerente às religiões de origem cristã, ainda que moralmente reprovável. A Turma, por maioria, acompanhou o relator e decidiu que não havia elementos suficientes para dar prosseguimento à ação penal. Nas palavras do ministro relator,

7. Esclareço que diversas religiões ostentam caráter universalista, vale dizer, almejam converter o maior número possível de pessoas. Embora nem todas as religiões detenham referida característica, é certo que o catolicismo, e o cristianismo de modo geral (religião professada pelo paciente), perseguem objetivo universalista. A esse respeito, aponto a passagem bíblica em Marcos 16.15: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura.” A propósito, o vocábulo “catolicismo” provém do grego e significa “geral ou universal”, a denotar que a máxima profusão de seus ideais constitui característica marcante da religião católica. Esse dado não pode ser desprezado. **Nessa medida, tolher o proselitismo indispensável à consecução das finalidades de religiões que se pretendem universais configuraria, ao fim**

e ao cabo, o ataque ao núcleo essencial da liberdade de expressão religiosa
(Brasil, 2016, grifos nossos).

Segundo o Vocabulário Jurídico Tesouro, do portal do STF, proselitismo significa “ação ou empenho de tentar convencer pessoas em prol de determinada causa, doutrina, ideologia ou religião” (Proselitismo, [2025]). Por outro lado, é preciso ressaltar que tanto o direito à liberdade de crença e culto, como o direito à liberdade de expressão são valores constitucionalmente assegurados, porém nenhum deles será absoluto. Em outras palavras, em que pese serem direitos fundamentais, posto que direitos humanos internalizados no ordenamento jurídico nacional, algum limite haverá de ser imposto para que seu exercício não viole outros direitos fundamentais.

O argumento de que o proselitismo é essencial ao exercício do direito de liberdade de crença não é unânime nas decisões do STF. No recurso ordinário de Habeas Corpus n. 146303 (RJ), de março de 2018, foi acolhido por unanimidade o voto do ministro Dias Toffoli que apresentou o seguinte argumento:

2. O direito à liberdade religiosa é, em grande medida, o direito à existência de uma multiplicidade de crenças/descrenças religiosas, que se vinculam e se harmonizam – para a sobrevivência de toda a multiplicidade de fés protegida constitucionalmente – na chamada tolerância religiosa. **3. Há que se distinguir entre o discurso religioso (que é centrado na própria crença e nas razões da crença) e o discurso sobre a crença alheia, especialmente quando se faça com intuito de atingi-la, rebaixá-la ou desmerecê-la (ou a seus seguidores). Um é tipicamente a representação do direito à liberdade de crença religiosa; outro, em sentido diametralmente oposto, é o ataque ao mesmo direito.** 4. Como apontado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgado recorrido, a conduta do paciente não consiste apenas na “defesa da própria religião, culto, crença ou ideologia, mas, sim, de um ataque ao culto alheio, que põe em risco a liberdade religiosa daqueles que professam fé diferente [d]a do paciente (Brasil, 2018, grifos nossos).

Em outra decisão, proferida em agosto de 2021, na apreciação do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 1315221, a relatoria coube ao ministro Alexandre de Moraes. Seu voto, que também foi acolhido por unanimidade na Turma julgadora, é expresso ao apontar o não acolhimento do tema do proselitismo religioso dentro do STF. Nos seus exatos termos:

5. Embora a Constituição Federal indubitavelmente consagre a inviolabilidade de liberdade de crença e de culto, esse direito fundamental admite limitações,

levando-se em consideração os direitos fundamentais dos indivíduos não praticantes da religião, dos ateus, bem como o local onde esse direito pode ser praticado. 6. No caso concreto, a forma como o direito à liberdade religiosa está sendo exercido - dentro de vagões de trem, com o uso imoderado de microfones, instrumentos musicais e som alto - **não encontra guarida na jurisprudência desta CORTE, que não ampara o proselitismo religioso, que tem por objetivo a conversão de determinada pessoa para que adira a uma religião.** 7. **A pretexto de proteger a livre manifestação religiosa, a recorrente, na verdade, permite uma espécie de abuso de direito fundamental,** ao defender que, em ambiente inapropriado (vagões de trem), as pessoas sejam forçosamente submetidas à pregação religiosa (Brasil, 2021).

Analizando tais decisões à luz da teoria crítica dos direitos humanos, é possível perceber uma clara diferença de interpretação acerca do direito humano/ fundamental em tela. Considerar expressões como “quebrando a maldição de lemanjá” como mero proselitismo aponta para uma interpretação demasiado elástica dos limites da liberdade de culto. Além disso, é preciso considerar o meio pelo qual ela foi expressa: uma rede social com amplo alcance de pessoas⁵.

Sendo a liberdade de crença e culto um direito humano, toda e qualquer manifestação em seu exercício deverá ser permitida? O proselitismo poderia ser exercido igualmente por outras religiões também? Seria possível aceitar que representantes de qualquer religião pudessem vir a público para maldizer ou condenar o Deus e santos de religiões de origem judaico-cristã? Não nos parece que tal característica seja possível no exercício de toda e qualquer religião.

Para refletir sobre essas questões, Pires (2018) propõe um debate sobre a aplicação de direitos humanos a partir da centralidade do conceito de raça. Utilizando as categorias propostas por Frantz Fanon da *zona de ser*, o que é humano, caracterizado pelo indivíduo hegemônico, “homem, branco, cis/hetero, cristão, proprietário e sem deficiência” (Pires, 2018, p. 66), e da *zona do não ser*, o não humano, que será atribuído a toda e qualquer pessoas que não atenda àqueles atributos, ela afirma que as regras jurídicas “foram pensadas pela e para a *zona do ser*” (Pires, 2018, p. 67), de modo que a sua aplicação em casos concretos está sujeita a uma ótica hegemônica que se pretende universalista. Em suas palavras,

⁵ À época da elaboração deste trabalho, sua página da rede social do Facebook contava com 256 mil seguidores. Cf.: Disponível em: https://www.facebook.com/missionariamichelecollinscollins/?locale=pt_BR. Acesso em: 29 ago. 2024.

Tomar a realidade da *zona do ser* como o parâmetro para pensar processos de proteção e promoção de direitos humanos produziu um aparato normativo incapaz de perceber e responder às violências que se manifestam na *zona do não ser* e fez da afirmação do não ser a condição de possibilidade que sustenta a humanidade como atributo exclusivo da *zona do ser*. A normalização da *zona do ser* como representativa do pleno, autônomo e centrado gera processos de violências que estruturam e condicionam a própria percepção sobre o que pode ser entendido como violência (Pires, 2018, p. 66).

Segundo seu pensamento, a autora afirma que não se trataria apenas de uma aplicação desigual das regras. O próprio processo de elaboração, que toma por base uma pretensa universalidade, mostra-se permeado pela lógica moderna e colonial, que induz a uma sociedade desigual.

A crença compartilhada de que uma atividade legislativa “neutra” ofereceria o caminho para a promoção de uma sociedade equitativa, justa e democrática transformou-se em uma “verdade” bastante eficiente para legitimar uma realidade desigual e racialmente seletiva (Pires, 2018, p. 67).

A proclamada universalidade dos direitos humanos é objeto de crítica há muitos anos por diversos pesquisadores de Direito. Fruto de um pensamento moderno, colonial e eurocentrado, os direitos humanos representam a visão de um determinado olhar sobre a realidade, um olhar que advém de um centro hegemônico. Qualquer interpretação fora destes parâmetros não estaria apta a ser protegida pela teoria tradicional dos direitos humanos. Segundo Martínez (2016),

[...] se uma teoria, reflexão ou práxis – seja ela jurídica, política ou ética – não assume os valores da Modernidade hegemônica então não podemos falar de direitos humanos. Com isso, os direitos humanos ficam presos a um único tipo de organização política, a um único tipo de reflexão jurídico-filosófica e a um único tipo de práxis político-jurídica (Martínez, 2016, p. 723-724, tradução nossa⁶).

No caso apresentado no início deste trabalho, nos parece evidente como uma interpretação dos direitos humanos fora do padrão jurídico-filosófico é desconsiderada ou

⁶ No original: “[...] es decir, si una teoría, reflexión o praxis – sea en lo jurídico, en lo político o en lo ético – no asume los valores de la Modernidad hegemónica entonces no se puede estar hablando de derechos humanos. Con lo cual, derechos humanos queda aprisionado a un solo tipo de organización política, a una sola clase de reflexión iusfilosófica, y a un solo tipo de praxis política-jurídica”.

desqualificada como algo digno de receber a proteção legal. E mais, a defesa do “mero proselitismo” representaria uma herança de um pensamento colonial ainda presente em nossa sociedade. Para Martínez (2016, p. 726), a colonialidade é fruto do colonialismo moderno que foi duramente implementado na América Latina e sobreviveu a ele, moldando ainda nos dias atuais relações de poder com base em conceitos de raça e gênero.

[...] o discurso eurocêntrico sobre os direitos humanos tem sido um componente que tem trabalhado para a colonialidade do poder, do conhecimento e do ser. A forma como se concretiza a compreensão da dignidade humana e, especialmente, as formas e mecanismos de proteção da mesma, é em diversas ocasiões uma forma de exercício da colonialidade. Portanto, consideramos necessário repensar os direitos humanos para alcançar a sua descolonização (Martínez, 2016, p. 728, tradução nossa⁷).

Para tentar realizar este trabalho de descolonização do pensamento e, por consequência, de elaboração e interpretação dos direitos humanos, Herrera Flores nos alerta que a universalidade proclamada nos instrumentos internacionais desconsidera as “condições materiais para exigí-los ou colocá-los em prática” (Herrera Flores, 2009, p. 27). Para este autor, os direitos humanos não se resumem aos direitos em si, antes, porém eles representam “o resultado sempre provisório de lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida” (Herrera Flores, 2009, p. 28). Nas palavras deste autor,

Admitir que o direito cria direito significa cair na falácia do positivismo mais retrógrado que não sai de seu próprio círculo vicioso. Daí que, para nós, o problema não é de como um direito se transforma em direito humano, mas sim como um “direito humano” consegue se transformar em direito, ou seja, como consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação e efetividade (Herrera Flores, 2009, p. 28).

Desta forma, pensar que os direitos humanos se realizariam pelo simples fato de existirem positivados é uma falácia que devemos evitar pois esta premissa desconsidera “as lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir um acesso mais justo a uma vida mais digna” (Herrera Flores, 2009, p. 27). Estes processos de lutas são, via de regra, protagonizados por setores da sociedade os quais Dussel denominou como

⁷ No original: “[...] En este sentido, el discurso eurocentrado de derechos humanos ha sido un componente que ha funcionado para la colonialidad del poder, del saber y del ser. La manera en que concretiza la comprensión de dignidad humana y, en especial, las formas y mecanismos de protegerla, es en variadas ocasiones una forma de ejercer la colonialidad. De ahí que consideremos necesario repensar los derechos humanos para lograr su descolonización”.

“os sem-direito (ou os que não têm, ainda, direitos institucionalizados, reconhecidos, vigentes)” (Dussel, 2015, p. 129).

Ao analisar o surgimento de novos direitos, Dussel (2015) alega que o sistema de direitos acontece dentro de outro sistema maior, que é o político, e tem uma função muito específica, que seria formalizar os direitos e deveres que se impõem às pessoas que pertencem a determinada sociedade. Algumas pessoas, no entanto, não se encontram acolhidas por este sistema legal e, neste cenário, os sem-direitos,

com a consciência de serem sujeitos de *novos direitos* se experimentam a si mesmos como vítimas, sofrendo invariavelmente os efeitos negativos do corpo do direito ou de ações políticas, no melhor dos casos não-intencionais (Dussel, 2015, p. 128, grifo do original).

Partindo da premissa de que os direitos humanos são uma construção histórica, Dussel (2015) indica a possibilidade do surgimento de novos direitos a partir da demanda de movimentos sociais, que sofrem a violência do desamparo legal dentro do sistema político e, por isso, descobrem um novo direito a ser institucionalizado. Nas palavras do filósofo argentino-mexicano:

Dito descobrimento não é fruto nem de um estudo teórico, nem de um voluntarismo de certos movimentos messiânicos. É fruto da consciência crítico-política dos grupos que sofrem em sua dor os efeitos negativos do estado-de-não-direito de uma dimensão humana que a maturidade histórica desenvolveu, mas que o direito não incluiu, contudo, como exigências que requerem institucionalização pública (Dussel, 2015, p. 130).

Para a institucionalização deste novo direito, Dussel (2015) indica um processo de construção que parte de um estágio inicial, no qual a consciência política do setor oprimido identifica a existência deste novo direito e aponta a necessidade de sua criação dentro do sistema de direito vigente, até se alcançar sua efetiva institucionalização. Entre esses dois estágios, haverá um processo triplo, que começa pela deslegitimação do direito vigente, passando pela legitimação do novo direito, e por fim, haverá a derrogação da norma anterior. O resultado deste lento e longo processo será o surgimento de novos direitos humanos, que deverão atender às demandas de determinado momento histórico.

Mais uma vez, o caso apresentado é bem exemplificativo desta construção teórica, se enfatizarmos a atuação dos representantes de comunidades de terreiro do estado de Pernambuco. Somente após a manifestação desses setores é que as instâncias oficiais

iniciaram os trâmites legais para a apuração da denúncia que eles haviam feito antes e que, meses mais tarde, culminou na ação proposta que restou, por fim, improcedente posto que o ato denunciado não foi caracterizado como violação à liberdade religiosa.

Após anos de luta dos povos de terreiro, houve finalmente a institucionalização de um novo tipo penal para coibir atos de racismo religioso. É o que se verá no próximo tópico.

3 NOTAS SOBRE RACISMO RELIGIOSO

No processo do surgimento de um novo direito, para fins deste trabalho destacamos o conceito de racismo religioso. Trata-se de um conjunto de ideias e práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio por determinadas religiões e seus adeptos, assim como por territórios sagrados, tradições e culturas. Essa discriminação e ódio vem atingindo diretamente as comunidades tradicionais que representam a memória dos povos negros e indígenas com suas cosmovisões baseadas em saberes ancestrais e na conexão com a natureza, fazendo parte dela e respeitando as relações.

Os Terreiros de Candomblés, as Casas de Santo ou Iles são os lugares sagrados que representam a cultura africana em território fora de África e se encontram em todas as regiões do Brasil. São as pequenas Áfricas, com idioma, culinária, estilo, culto e respeito, sendo passado através das vivências, oralidade. São séculos de resistência para o povo preto e indígena.

Como é sabido as comunidades tradicionais de religiões africanas e afro-indígenas são também conhecidas como Candomblés, Povo de Santo, Jurema Sagrada, Xango, entre outras. Estas comunidades possuem séculos de resistência para o povo preto e indígena e, durante esse período, contribuíram para um legado cultural que propiciou a formação do estado brasileiro, trazendo beleza, ritmo, cheiro, cor, sabor, saúde, educação, idiomas, respeito a todos os seres visíveis e invisíveis que compõem e interagem para formar a vida.

A perseguição às religiões de matriz africana e afro-indígena vem se perpetuando ao longo da história do Brasil e se reproduz em todo território brasileiro, assumindo várias facetas conforme cada dinâmica regional e o protagonismo dos vários grupos que se alternam no poder. O não reconhecimento da importância social, política, econômica e cultural de todo o legado trazido pelas nações africanas juntamente com a forma de ser e existir por parte das populações indígenas no território brasileiro pelo estado brasileiro contribui para manutenção de uma realidade insustentável regada por diversas formas de violências.

Em paralelo ao Estado constituído, que ainda é amplamente constituído por representantes da elite brasileira, surgem novos movimentos religiosos de caráter ultraconservador, que fortalecem as perseguições e violências contra as comunidades tradicionais.

Sob o abrigo dos direitos de liberdade religiosa e de expressão, realizam campanhas de difamação e calúnia contra as religiões de matriz africana e afro-indígena e seus adeptos, tal como evidenciado no caso apresentado.

Tais atitudes permeiam no imaginário social a ideia de que as comunidades tradicionais de religiões afro-indígenas são comunidades que praticam o mal e precisam ser combatidas e eliminadas em detrimento das igrejas e comunidades religiosas cristãs que são vistas como coisas boas e precisam ser protegidas e fortalecidas pelo estado. Ao se omitirem na defesa destes espaços e no combate às violações que lhes eram (e ainda são) impetradas, o sistema legal e, por consequência, o estado brasileiro se tornavam cúmplices da intolerância e da discriminação.

Conforme demonstrado nos julgados mencionados na parte inicial deste trabalho, os casos de intolerância religiosa ainda são corriqueiros e as regras tendem a ser relativizadas em favor dos praticantes de religiões cristãs. Atos discriminatórios contra as religiões não dominantes, em especial as de matriz africana, tendem a ser tolerados, quando não descaracterizados, quando cometidos por pessoas de outras orientações religiosas, geralmente de origem cristã e atualmente com grande participação das vertentes neopentecostais. Perpetua-se, assim, um pensamento colonial de inferiorização do outro que não corresponde ao padrão hegemônico, que é transformado num “não-ser”, tal como indicado por Pires (2018).

No entanto, com a promulgação da Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que alterou a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei do Crime Racial, o racismo religioso se tornou um tipo penal. Conforme os novos termos do art. 20 desta lei:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei n. 14.532, de 2023)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º-A Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público (Incluído pela Lei n. 14.532, de 2023):

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequência, por 3 (três) anos, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso (Brasil, 2023, grifos nossos).

Essa alteração legislativa inseriu um novo direito – a proteção contra atos de racismo religioso – no sistema legal vigente. Além disso, a veiculação de ofensas discriminatórias através de redes sociais tornou-se também um tipo penal específico. Essas novidades legislativas não poderão alcançar o caso relatado no início deste trabalho. A então vereadora do Recife, atual deputada federal pelo estado de Pernambuco, escapou por alguns anos de ser responsabilizada criminalmente por sua conduta.

4 CONCLUSÃO

Após anos à margem do sistema legal, novos direitos foram enfim institucionalizados. A proteção legal aos grupos subalternizados é uma necessidade primordial para a defesa de seus direitos humanos. Isso, no entanto, não garante a efetividade da norma. Atualmente no Brasil, os movimentos conservadores, de caráter religiosos, se espalham em diversas esferas governamentais. Seus representantes ocupam cargos eletivos, tanto no nível estadual como no federal, além de estarem presentes também na chefia de diversos poderes executivos.

Além disso, existem diversos representantes deste pensamento no Judiciário, que deverá aplicar o novo direito. A norma positivada por si só não garantirá a efetividade do direito e, considerando a atual conjuntura social no país, ainda será lutar para que futuras ações impetradas contra insultos discriminatórios não sigam o padrão de interpretação condescendente em relação aos fiéis de determinadas religiões em detrimento do povo de terreiro.

No que tange à luta dos povos de terreiro, em que pese a alteração legislativa, que deve ser celebrada, ela ainda deverá continuar até que seus adeptos possam, enfim, exercer livremente sua religião.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ag. Reg. no Recurso Extraordinário com Agravo n.1315221/RJ**. Agte.(s): Supervia - Concessionaria de Transporte Ferroviário S/A. Agdo.(a/s): Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DF, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347407312&ext=.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso de Habeas Corpus n. 134682/BA**. Recte.(s): Jonas Abib. Recdo.(a/s): Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, DF, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur372168/false>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso ordinário de Habeas Corpus n. 146303/RJ**. Recte.(s): Tupirani da Hora Lores. Recdo.(a/s): Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin, Brasília, DF, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5233101>. Acesso em: 3 dez. 2025.

DUSSEL, Enrique. Direitos humanos e ética da libertação: pretensão política de justiça e a luta pelo reconhecimento dos novos direitos. **Revista InSURgência**, Brasília, ano 1, v. 1, n. 1, p. 121-136, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18800/17478>. Acesso em: 25 nov. 2025.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger;

Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH_-Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. Repensar derechos humanos desde la Liberación e la descolonialidad. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 721-749, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21825>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MPPE entra com ação contra vereadora do Recife por discriminação religiosa. **G1**, Pernambuco, 3 jan. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/01/03/mppe-entra-com-acao-contra-vereadora-do-recife-por-discriminacao-religiosa.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar&utm_campaign=materias. Acesso em: 3 dez. 2025.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. 21ª Vara Cível. **Ação civil pública n. 0136948-82.2018.8.17.2001**. Autor: 7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital; Ministério Público de Pernambuco. Réu: Daize Michele de Aguiar Gonçalves. Juiz: Nehemias de Moura Tenório, 31 maio 2022. Disponível em: <https://srv01.tje.jus.br/consultaprocessualunificada/processo/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 65-75, dez. 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

PROSELITISMO. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Vocabulário Jurídico (Tesauro)**. Brasília: STF, [2025]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisa-Livre=PROSELITISMO#:~:text=NOTA%3A-,A%C3%A7%C3%A3o%20ou%20empenho%20de%20tentar%20convencer%20pessoas%20em%20prol%20de,%2C%20doutrina%2C%20ideologia%20ou%20religi%C3%A3o>. Acesso em: 3 dez. 2025.

VEREADORA evangélica do Recife que criticou culto à Iemanjá presta depoimento no MPPE. **Portal Nova Mais**, Pernambuco, 3 mar. 2018. Disponível em: <https://novamais.com/noticias/43386/vereadora-evangelica-do-recife-que-criticou-culto-a-ianjanja-presta-depoimento-no-mppe>. Acesso em: 29 jul. 2024.



PARTE II

DIREITOS DA NATUREZA E LITÍGIOS CLIMÁTICOS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO I

LA NATURALEZA COMO SUJETO DE DERECHOS: ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA NORMATIVA CONSTITUCIONAL EN PAÍSES DE LA COMUNIDAD ANDINA

Helena Estefanía Guevara Tapia¹

Ángel Salomón Jácome Cordones²

1 INTRODUCCIÓN

En el contexto global actual, la consideración de la naturaleza como sujeto de derechos presenta un paradigma emergente en la jurisprudencia constitucional; este enfoque busca redefinir las relaciones entre el ser humano y el entorno natural, trascendiendo la concepción tradicional de la naturaleza como mero objeto de explotación. En este sentido los países de la Comunidad Andina han adoptado diversas aproximaciones legislativas y constitucionales que otorgan derechos a la naturaleza reflejando una diversidad normativa que merece un análisis comparativo detallado.

Desde el marco conceptual de los derechos de la naturaleza y la ecología política, esta investigación explora como las constituciones de Bolivia, Colombia, Perú y Ecuador reconocen y garantizan estos derechos. La relevancia de este estudio radica en su potencial de identificar patrones, diferencias y lecciones aprendidas en la implementación de estos marcos legales, así como en su impacto de la protección ambiental y los derechos humanos. El presente artículo analiza críticamente estos desarrollos legales y su aplicación práctica, contribuyendo al debate sobre la sostenibilidad y la justicia ambiental en la región andina, basándose en la filosofía y ecocentrismo de cada país.

¹ Magister en Derecho, mención Derecho Administrativo. Magister en Derecho, mención Derecho Procesal Constitucional de la Universidad Nacional de Chimborazo. E-mails: helenys00gue@hotmail.com/heguevara.fpd@unach.edu.ec.

² Doctor en Jurisprudencia y Abogado de los Tribunales y Juzgados de la República. Magister en Derecho con mención en Derecho Procesal Constitucional. Especialista em Derecho Procesal Penal. E-mails: geloja5897@gmail.com/jacomeca@fiscalia.gob.ec

2 LA NATURALEZA COMO SUJETO DE DERECHOS EN LOS PAÍSES DE LA COMUNIDAD ANDINA

Los derechos de la naturaleza no es una idea original de Bolivia, Colombia, y Perú pero si de Ecuador, es país precursor en reconocer constitucionalmente esos derechos, lo que hasta ahora otros países del mundo no lo han reconocido como normativa constitucional, el 26 de junio de 1982 la Organización de las Naciones Unidas (ONU), aprobó la carta mundial de la naturaleza, la misma que era un compromiso internacional que tenían que asumir la comunidad internacional, la misma que plantea una perspectiva ecosistémica de la protección, no solo del medio ambiente.

En 1970 surgieron conceptos de protección internacional al medio ambiente, bajo el modelo económico de desarrollo sustentable y conceptos generales y tecnocráticos del manejo del medio ambiente, la carta mundial busco el conceptos utilitarista sobre la protección del medio ambiente y menciono que el medio ambiente es para el ser humano, cuya finalidad es mantener un medio ambiente sano para el señor humano, ya que tiene conceptos antropotecnia, de preocupación de cuidar el medio ambiente cuya protección es utilitarista, es decir un concepto de desarrollo sustentable, que se ha transformado en programas de desarrollo verde y ha sido el mismos capitalismo en un depredador de bosques, ríos, animales, plantas, entre otros y pone en riesgo la diversidad de las especies por el interés de la rentabilidad económica.

La carta mundial de 1982 no solo se plantea el proteger animales, ríos, plantas, si no que desarrolla un concepto de ecosistema, una relación de hombre naturaleza, da una dimensión a esta idea de sustentabilidad o sustentable impulsando por los estados, lamentablemente las proyecciones de desarrollo sustentable es un mecanismo de modelo depredador de una cara verde, proyectos que se plantean, pero los estados se vinculan con empresas de mercado.

En la región andina escasamente se ha desarrollado los derechos de la naturaleza, las ideas van tomando cuerpo en espacios de política pública, a través del desarrollo legislativo y jurisprudencia y conceptos jurisprudencias.

Los derechos de la naturaleza están fundamentados en la idea de que los ecosistemas, especies y recursos naturales poseen un valor intrínseco y deben ser reconocidos como sujetos de derechos; este enfoque exocéntrico contrasta con la visión antropocéntrica tradicional, promoviendo coexistencia armónica entre los derechos humanos y la naturaleza. En este sentido cabe resaltar al Peter Burdon quien explora la filosofía y la teoría legal detrás de lo que él lo cita como “Earth Jurisprudence”, que incluye la idea de reconocer derechos legales a la naturaleza basados en su valor intrínseco y en la promoción de una coexistencia armoniosa entre los derechos y los derechos humanos, citándolo así:

[...] la institución antropocéntrica de la propiedad debe ser reconcebida; utilizando jurisprudencia internacional, puntos de vista indígenas sobre la propiedad y prácticas de uso de la tierra de comunidades agrarias, se considera la propiedad privada debe ser reformulada de manera que fomente deberes hacia la naturaleza, utilizando la teoría de jurisprudencia terrestre como guía y alternativa ecocéntrica de la propiedad privada como una relación entre los miembros de la comunidad terrestre (Burdon, 2015, p. 9, nuestra traducción)³.

Un anhelo importante de colectivos y significativos grupos sociales que aparecían, desde hace décadas atrás, del sentido ambiental, es la relación con el término de *Sumak Kawsay* o *Buen Vivir*, la vida en excelencia material y espiritual como lo citaría⁴ Luis Macas (2010, p. 14), dado que los derechos de la naturaleza abarca ser las columnas de la construcción de prototipos relevados a los vigentes modelos firmes en el antropocentrismo, la ética del individualismo, el desarrollo sin fin y el capitalismo perjudicial, al expresar esa constelación de dogmas, valores y técnicas que nos admite percibir otras formas de ser en sociedad, otras estructuras institucionales para la vida en común.

El *Sumak Kawsay* o *Buen Vivir* tiene relación con la complacencia firme de los derechos de las personas, los derechos colectivos de las comunidades y los derechos de la naturaleza, el conjunto heterogéneo de estos derechos constituye la esencia del Buen Vivir y en situación del progreso en su efectiva y garantía debe ponerse en entredicho el bienestar o prosperidad de la sociedad o un conglomerado y si esta es acertada.

Es indiscutible que tenemos que referirnos la Constitución de la Republica del Ecuador del 2008, es el único país de la Comunidad Andina, que reafirma las dimensiones del constructo buen vivir basado en los derechos de las personas agrupadas en el agua, alimentación, nutrición, salud, educación, ciencia, saberes ancestrales, vivienda, hábitat, ciudad, ambiente sano y ecológicamente equilibrado, trabajo, seguridad social, información, comunicación, cultura, recreación, esparcimiento, práctica del deporte, tiempo libre y espacio público. Además de los derechos citados existen los de las comunidades, pueblos y nacionalidades asociadas a la identidad, patrimonio cultural e histórico, no discriminación, tierras, territorios ancestrales, biodiversidad, consulta, participación, organización, educación intercultural, conocimiento colectivo y saberes ancestrales; y, llegan a los derechos de

³ Texto Original: "the anthropocentric institution of private property needs to be reconceived; drawing on international case law, indigenous views of property and the land use practices of agrarian communities, Peter Burdon considers how private property can be reformulated in a way that fosters duties towards nature. Using the theory of earth jurisprudence as a guide, he outlines an alternative ecocentric description of private property as a relationship between and among members of the Earth community".

⁴ La magnificencia y lo sublime se expresa en la armonía, en el equilibrio interno y externo de una comunidad. Aquí laperspectiva estratégica de la comunidad en armonía es alcanzar lo superior.

la naturaleza direccionados en el respeto integral de su existencia, el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones, procesos evolutivos y restauración.

Este enunciado constitucional se puede entender desde una orientación de contenidos, que haya incorporado la conservación de la biodiversidad, la capacidad de regeneración natural de los ecosistemas y la equidad intergeneracional, a la vez existe una limitación al haberse restringido solo a las necesidades de las generaciones presente y futuras.

3 ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA INCLUSIÓN DE DERECHOS DE LA NATURALEZA EN LAS CONSTITUCIONES DE LOS PAÍSES ANDINOS

El reconocimiento de los derechos de la naturaleza ha emergido con enfoque innovador para la protección ambiental en los países de la Comunidad Andina, por lo cual se debe explorar los fundamentos teóricos que sustentan esta concepción y analiza la evolución legislativa en Ecuador, Bolivia, Perú y Colombia respecto a estos derechos, destacando las influencias filosóficas y legales que han moldeado su desarrollo.

Es importante citar a la Constitución del 2008 de Ecuador que reconoce a la naturaleza como sujeto de derechos art 10 inciso 2, más adelante y refiriéndose a los derechos del Buen Vivir, el Capítulo Séptimo Derechos de la Naturaleza, siguiendo esta idea de normativa constitucional encontramos los siguientes articulado art. 3; 14; 15; 27; 32; 57; 66; 71; 72; 73; 74; 83; Art. 97; 113; 213; 242; 249; 250; 258; 259; 261; 263; 264; 267; 276; 277; 278; 395; 396; 397; 398; 399; 400; 403; 404; 405; 406; 407; 409; 410; 411; 412; 413; 414; 415 y 416.

En la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia de 2009, estable en el Capítulo quinto derechos sociales y económicos, sección Derecho al medio ambiente, lo siguiente:

[...] Artículo 33. Las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado. El ejercicio de este derecho debe permitir a los individuos y colectividades de las presentes y futuras generaciones, además de otros seres vivos, desarrollarse de manera normal y permanente.

Artículo 34. Cualquier persona, a título individual o en representación de una colectividad, está facultada para ejercitar las acciones legales en defensa del derecho al medio ambiente, sin perjuicio de la obligación de las instituciones públicas de actuar de oficio frente a los atentados contra el medio ambiente (Bolivia, 2009).

Además de la normativa constitucional en Bolivia tenemos las siguientes normativas legales, se cita el Artículo 1 de la Ley de Medio Ambiente del año 1992 en el cual se nombra el objeto de la protección y conservación del medio ambiente; a su vez la Ley de Gestión Integral de Residuos en su Capítulo I, Artículo 1, describe que tiene por el objeto de ley establecer la política general y régimen jurídicos para la Gestión de Residuos.

En la Constitución Política de Colombia de 1991, se establece:

[...] Artículo 49. La atención de la salud y el saneamiento ambiental son servicios públicos a cargo del Estado. Se garantiza a todas las personas el acceso a los servicios de promoción, protección y recuperación de la salud. Corresponde al Estado organizar, dirigir y reglamentar la prestación de servicios de salud a los habitantes y de saneamiento ambiental conforme a los principios de eficiencia, universalidad y solidaridad.

Artículo 67. La educación es un derecho de la persona y un servicio público que tiene una función social: con ella se busca el acceso al conocimiento, a la ciencia, a la técnica, y a los demás bienes y valores de la cultura. La educación formara al colombiano en el respeto a los derechos humanos, a la paz y a la democracia; y en la práctica del trabajo y la recreación, para el mejoramiento cultural, científico, tecnológico y para la protección del ambiente.

Artículo 79. Todas las personas tienen derecho a gozar de un ambiente sano. La ley garantizará la participación de la comunidad en las decisiones que puedan afectarlo, es deber del Estado proteger la diversidad e integridad del ambiente, conservar las áreas de especial importancia ecológica y fomentar la educación para el logro de estos fines.

Artículo 80. El Estado planificará el manejo y aprovechamiento de los recursos naturales, para garantizar su desarrollo sostenible, su conservación, restauración o sustitución. Además, deberá prevenir y controlar los factores de deterioro ambiental, imponer las sanciones legales y exigir la reparación de los daños causados. Así mismo, cooperará con otras naciones en la protección de los ecosistemas situados en las zonas fronterizas (Colombia, 1991).

En la ley de Derechos de la Naturaleza de Perú en 2021, se presenta un proyecto de ley del legislador peruano Lenin Fernando Bazán Villanueva el cual pretendía reconocer los derechos de la Madre Naturaleza por primera vez en Perú, y cabe resaltar que el proyecto de ley fue automáticamente archivado debido al cierre de la legislatura, el legislador en su presentación cita textualmente:

[...] La Madre Naturaleza está formada por «titulares de derechos» y «sujetos de protección» por parte del Estado peruano. Tiene derecho a existir, a desarrollarse de forma natural, a regenerarse, a restaurarse y a evolucionar. Además, cualquier persona puede exigir al Estado el cumplimiento de estos derechos (Eco Jurisprudence Monitor, 2021).

La Constitución de 2008 de Ecuador reconoce los derechos de la naturaleza a nivel constitucional, el estado de Bolivia no le pudo elevar a rango constitucional, pero en 2009 prueba una ley que se llama madre tierra, este reconocimiento que realiza Ecuador de los derechos de la naturaleza a nivel constitucional dio un nuevo aliento que quiso hacer la ONU, con la carta mundial de la naturaleza, en estos espacios de resistencia está instaurando un programa que se llama armonía con la naturaleza y plantea a un compromiso internacional de las naciones del mundo de derechos de la naturaleza, cuyo fin es de desarrollar conceptos claves y espacios de compromiso universal.

Sobre la evolución legislativa en Ecuador, se destacó como pionero por incluir los derechos de la naturaleza en la Constitución en el 2008, en la cual reconoció que la naturaleza tiene derecho a existir, mantenerse y regenerarse. Esta innovación legal ha sido complementada por leyes como la Ley de los Bosques y la Ley de Gestión Ambiental, fortaleciendo la protección de ecosistemas y recursos naturales.

En Bolivia, la Ley de Derechos de la Madre Tierra, promulgada en el 2010 refleja la cosmovisión indígena del “Vivir Bien”; esta ley reconoce a la madre tierra como sujeto de derechos, estableciendo principios como el derecho a la vida y a la regeneración de los ecosistemas, además ha influencia políticas públicas orientadas hacia la sostenibilidad ambiental y el equilibrio ecológico.

Perú, aunque no ha otorgado derechos explícitos a la naturaleza como en Ecuador y Bolivia, ha desarrollado legislación ambiental robusta para la protección de la biodiversidad y los recursos naturales; sus leyes buscan la gestión sostenible de los ecosistemas, equilibrando la conservación con el desarrollo económico.

En Colombia, la Constitución de 1991 establece el derecho a un ambiente sano, reconociendo la importancia de proteger la diversidad e integridad del ambiente. Aunque no ha reconocido formalmente los derechos de la naturaleza, la jurisprudencia de la Corte Constitucional ha fortalecido la protección ambiental a través de decisiones judiciales que promueven la conservación de los ecosistemas.

Como se evidencia solo y de forma exclusiva los derechos de la naturaleza se encuentran estipulados en la Constitución del Ecuador, en comparación con las demás constituciones de la región andina, así como en Bolivia en síntesis nos habla sobre el derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado, que taxativamente de alguna

manera se asocia al medio ambiente aislado de a la naturaleza y sus derechos, en Colombia nos hace mención a que debe poner atención de la salud y el saneamiento ambiental son servicios públicos a cargo del Estado, es decir tanto en Bolivia como en Colombia se quedan en prioritativas ambientales que solo marcan de manera aislada sus conceptos pero no como estructura o un estilo de vida como lo hace en el Ecuador, La Madre Naturaleza está formada por «titulares de derechos» y «sujetos de protección» por parte del Estado peruano. Tiene derecho a existir, a desarrollarse de forma natural, a regenerarse, a restaurarse y a evolucionar. Además, cualquier persona puede exigir al Estado el cumplimiento de estos derechos.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo General

Analizar las disposiciones constitucionales y normativas de los países de la Comunidad Andina en relación con el reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos, identificando similitudes, diferencias y el impacto de dichas normativas en la protección del medio ambiente.

4.2 Objetivos Específicos

- Examinar el marco jurídico y constitucional de cada país de la Comunidad Andina (Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú) en relación con el reconocimiento de los derechos de la naturaleza.
- Comparar la legislación de cada país de la Comunidad Andina en el reconocimiento de los derechos de la naturaleza.

5 MATERIALES Y MÉTODOS

5.1 Métodos

El presente artículo se fundamenta en una investigación descriptiva de tipo revisión bibliográfica, la estrategia metodológica que se aplica se configura sobre métodos exegético, métodos analítico, deductivo, histórico, comparativo y análisis de contenido, con el fin de analizar los aspectos cualitativos de los fenómenos jurídicos originados por el marco

jurídico constitucional y norma legal con respecto a los derechos de la naturaleza en países de la Comunidad Andina.

El Método analítico se utilizó al analizar las normas constitucionales de los países que conforman la Comunidad Andina, además de la normativa, leyes y políticas públicas que comprenden la temática del medio ambiente como un derecho de todos los ciudadanos; el método deductivo e histórico permiten que, del ámbito general de la investigación, en su desarrollo se llegan a proponer conclusiones lógicas de hechos concretos, utilizando el análisis de documentos físicos, como leyes, libros, códigos, tesis y enciclopedias, además de buscadores virtuales; al utilizar el método comparativo y de análisis de contenidos es de gran utilidad en la comprensión de este tema ya que se dio a conocer que los derechos de la naturaleza se hayan plasmado solo en la Constitución del Ecuador y las demás constituciones de la región andina como Bolivia y Colombia no existen en sí los derechos de la naturaleza como norma constitucional, solo existe términos o conceptos sobre que las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado, cabe considerar que en Perú se intentó promulgar la ley de derechos de la naturaleza de Perú, la misma que el proyecto de ley fue automáticamente archivado debido al cierre de la legislatura y en Bolivia encontramos dos Normativa General del Medio Ambiente y de Residuos Sólidos.

6 DISCUSIONES Y RESULTADOS

Los estudios sobre derechos de la naturaleza en la Comunidad Andina reflejan un cambio paradigmático en comprensión y protección del medio ambiente, las investigaciones como las de M. Baird y David A. Schlosberg, en el cual examinan como estos derechos representan una alternativa viable al modelo capitalista y antropocéntrico. Baird, en *Law and Rights of Nature* (2016)⁵, explora como la legislación sobre derechos de la naturaleza puede ofrecer una base sólida para una protección ambiental más efectiva y ética. Schlosberg, en *Defining Environmental Justice* (2007)⁶, discute cómo políticas que reconocen los derechos de la naturaleza pueden promover una justicia ambiental más equitativa, alineada con una visión ecológica y comunitaria.

Dentro del análisis realizado en países de la Comunidad Andina sobre los derechos de la naturaleza ha sido un campo de estudio emergente que cuestiona los modelos tradicionales de desarrollo y protección ambiental; este enfoque rompe con el paradigma del ca-

⁵ Catherine M. Baird, en *Law and the Rights of Nature* (2016), examina los marcos legales que han incorporado estos derechos y discute sus implicaciones para el derecho ambiental y la justicia ecológica.

⁶ David A. Schlosberg, en *Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature* (2007), ofrece un análisis de las dimensiones teóricas y prácticas de la justicia ambiental, destacando la importancia de considerar tanto los aspectos sociales como ecológicos en la lucha por un medio ambiente equitativo y sostenible.

pitalismo y antropocentrismo. El modelo capitalista tradicional se centra en la maximización del crecimiento económico y la acumulación de capital, a menudo sin considerar los costos ambientales o bienestar social; en la literatura crítica sobre el capitalismo se argumenta que este sistema se fundamenta el uso desmedido de recursos naturales, impulsando el beneficio económico a corto plazo, lo que lleva a la degradación ambiental y a la crisis climática. El antropocentrismo es una visión que coloca al ser humano en el centro de la existencia y valora el medio ambiente en función de su utilidad para los seres humanos; usando este enfoque tienden a ver la naturaleza como un recurso para el beneficio humano.

La vida humana le da sentido antropocéntrico con interrelación con la fauna, aire, agua microorganismos que actúan e interactúan dentro de un espacio integrado con estados de impacto ambiental o ecosistemas de alta biodiversidad, el planeta es de todos, no es de los que tiene la tierra o la posesión de la tierra, pensamiento crítico del derecho límite de capacidades de calidad de vida pacha mama, que da como crisis y de tragedia humana para no vivir bien. El ser humano no es el centro de un todo, solo los derechos de la naturaleza es un medio ambiente, es amplio su campo de acción como los animales, los ríos, lagos lagunas, entre otros, el uso sostenible pretende la no eliminación de los mares, ríos, lagos, los bosques, el derecho de la naturaleza y la lucha contra el capital y sus recursos.

La inclusión de los derechos de la naturaleza en normativa de los países de la Comunidad Andina representa un avance significativo en el ámbito jurídico y ambiental en la región, en las entrevistas realizadas a personas que trabajan en el sector público comparten que la degradación ambiental y la necesidad de adoptar un enfoque más respetuoso e integral al medio ambiente, los países andinos están caracterizados por su rica biodiversidad y la presencia de diversas culturas indígenas con cosmovisiones que valoran profundamente la naturaleza, han encontrado en este reconocimiento una forma de proteger su patrimonio natural y cultural.

El caso más emblemático es el de Ecuador, cuya Constitución de 2008 fue la primera en el mundo en reconocer a la naturaleza como sujetos de derecho, hito histórico que no solo refleja una aspiración de grupos sociales y movimientos indígenas, sino también estableció un marco legal para garantizar la protección y preservación de la “Pachamama” o “Madre Tierra”, según el principio de Sumak Kawsay o Buen Vivir; este concepto está profundamente arraigado en tradiciones indígenas, aboga por una vida en armonía con la naturaleza, priorizando el bienestar colectivo sobre el beneficio individual. Para lo cual Diana Milena Murcia Riaño expone:

[...] El reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos emergió como el gran suceso normativo perturbador del enfoque antropocéntrico imperante en el derecho internacional del medio ambiente y del desarrollo basados en la idea de

que, de todas las cosas del mundo, los derechos humanos son los más valioso (Murcia Riaño, 2019, p. 17).

A diferencia de los modelos de desarrollo occidentales, que suelen centrarse en el crecimiento económico y la acumulación individual, el Buen Vivir enfatiza el equilibrio y la armonía con la naturaleza y entre las personas; este concepto resalta la importancia de vivir en consonancia con los ciclos naturales y promueve una visión comunitaria del bienestar, donde el desarrollo es entendido no con un fin en sí mismo, sino como un medio para alcanzar una vida digna y equilibrada para todos.

El Sumak Kawsay y los derechos de la naturaleza introducen una perspectiva en la que las leyes y las políticas deben respetar y promover la armonía ecológica y social. La adopción de estos principios en los países de la Comunidad Andina también tiene el potencial de fortalecer la identidad cultural y la cohesión social. Al valorizar las cosmovisiones indígenas y sus prácticas sostenibles, se abre la puerta para una mayor diversidad en los modelos de desarrollo y en la forma en que las sociedades pueden organizarse, esto tienen a enriquecer el debate sobre el futuro del desarrollo, sino que también fomenta una mayor participación de las comunidades en la toma de decisiones y en la gestión de los recursos naturales. En este contexto cabe mencionar a Gina Chávez Vallejo que afirma:

[...] El reconocimiento de los derechos de la Naturaleza en la Constitución ecuatoriana de 2008 plasmó una inspiración trascendental de importantes grupos sociales que venían resistiendo desde hace décadas atrás, a las perspectivas del capitalismo ambiental. En estrecha relación con el concepto del *sumak kawsay* o buen vivir, los derechos de la naturaleza. En estrecha relación del concepto del *sumak kawsay* o buen vivir, los derechos de la naturaleza tienen el potencial de ser los pilares de la construcción de paradigmas alternativos a los vigentes modelos asentados en el antropocentrismo, la ética del individualismo, el desarrollo sin fin y el capitalismo depredador, al expresar esa constelación de creencias, valores y técnicas que nos permiten vislumbrar otras formas de “ser” sociedad, otras estructuras institucionales para la vida común (Chávez Vallejo, 2022, p. 1).

En la región andina surgen conceptos del mundo indígena y se reconoce como filosofía de la *pacha mama* o ser viviente, que sostiene la vida, este concepto de la *pacha mama* tiene una relación binaria que comprende a que los indígenas bajo conceptos de cielo- tierra, abajo- arriba, material- espiritual, son medios de resistencia creando pensando en ideas de reconocer los derechos de la naturaleza como último elemento sobre fundamentos que construye la Constitución del Ecuador de los derechos de la naturaleza a su vez recoge otros conceptos quechuas como *ama quilla*, *ama suwa* y *ama llulla*, que significa no ser

ocioso, no ser ladrón y no mentir, respectivamente, expresando una ética distinta de la sociedad moderna tradicional de base liberal.

Otros países de la región que fueron objeto de estudio, en este caso Bolivia, han seguido un camino similar, dado que según los entrevistados la Constitución boliviana de 2009 reconoce los derechos de la naturaleza, inspirándose en la cosmovisión andina del “Vivir Bien” o “Suma Qamañay”, esta perspectiva rechaza un modelo desarrollo basado en la explotación intensiva de recursos naturales y promueve una relación equilibrada y respetuosa con el entorno natural.

Dentro del análisis comparativo, se detectó varias generalizaciones en los entrevistados sobre el tratamiento de los derechos de la naturaleza en las constituciones de los países de la Comunidad Andina. Existe tendencia creciente hacia el reconocimiento constitucional de la naturaleza como sujeto de derechos. Este reconocimiento es pionero y se alinea como una visión más inclusiva del medio ambiente, que no solo considera un recurso sino como un ente de derechos propios. En segundo lugar, se observa una armonización normativa en cuanto a la integración de derechos de la naturaleza con derechos humanos. La mayoría de las constituciones en la región destacan la conexión entre la protección del medio ambiente y el bienestar de las personas, promoviendo una visión integral del desarrollo sostenible. En tercer lugar, la participación ciudadana en la protección ambiental es un elemento común. Los países de la Comunidad Andina han avanzado en la incorporación de mecanismos de participación para que la comunidad pueda influir en la toma de decisiones relacionadas con la gestión de recursos naturales, este enfoque refleja el reconocimiento de que las comunidades locales juegan un papel crucial en la conservación y gestión de los ecosistemas.

Los impactos de los derechos de la naturaleza en la jurisprudencia y las políticas ambientales y su reconocimiento en el contexto regional de la Comunidad Andina ha surgido una cosmovisión ambientalista, que ha limitado el poder de las empresas extractivistas mediante consulta popular, la jurisprudencia y decisiones judiciales de reconocimiento de derechos de la naturaleza.

En cuanto a los principios que subyacen en la normativa constitucional sobre los derechos de la naturaleza en la Comunidad Andina reflejan una profunda transformación en la concepción del medio ambiente, en sí mismo, el principio fundamental es el Derecho a la Naturaleza, que se manifiesta en la idea de los ecosistemas y los componentes naturales tienen derechos inherentes a existir y mantenerse en equilibrio, este principio se basa en la comprensión de lo consultado en la que los seres humanos o somos entes separados de la naturaleza; sino que formamos parte de un sistema ecológico interdependiente. Otro principio de relevante es el de principio de sostenibilidad, que aboga por el desarrollo que no comprometa la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias nece-

sidades; este principio exige un equilibrio entre el desarrollo económico y la conservación ambiental, promoviendo prácticas que aseguren la salud y la integridad de los ecosistemas a largo plazo.

Otro punto de debate, Los entrevistados concordaron que la Constitución del Ecuador del 2008, es progresividad, entre estos reconocimientos esta la Naturaleza con objeto de derechos y fijar la naturaleza del estado por sus acciones y omisiones y se le ha dotado a la naturaleza de bienes jurídicos constitucionalmente protegidos semejantes a los seres humanos, en relación a los países de la Comunidad Andina Bolivia, Colombia y Perú, Ecuador indudablemente que marca un hito porque es un modelo a seguir en el mundo que está evolucionando a pasos gigantes, cuya finalidad es proteger con derechos a la Pacha Mama, solo en Bolivia tiene dos leyes de derechos de la Madre Tierra, en Colombia se han presentado decisiones judiciales de juzgados de instancias que reconoce los derechos de la naturaleza y en Perú lamentablemente no existe normativa legal ni constitucional.

Las relaciones entre los derechos de la naturaleza y otros derechos fundamentales se manifiestan en la integración de estos derechos en el marco constitucional. En Ecuador, la Constitución de 2008 reconoce explícitamente los derechos de la naturaleza, estableciendo que los ecosistemas tienen derecho a ser respetados y a mantener su equilibrio. Esta relación entre derechos de la naturaleza y derechos humanos es fundamental. Ya que subraya como salud del medio ambiente impacta directamente en la calidad de vida de las personas. Perú y Bolivia también han hecho avances significativos en la inclusión de derechos ambientales en sus constituciones. Bolivia mediante la Ley de Derechos de la Madre Tierra y Perú a través de la Constitución y leyes complementarias, han adoptado enfoques que reflejan una creciente conciencia de la necesidad de proteger la naturaleza como un bien común. Estas legislaciones establecen mecanismos para la participación de las comunidades en la gestión ambiental y reconocen la interdependencia entre el bienestar humano y la salud de los ecosistemas.

Dentro de la falta de correlación en la Implementación y aplicación de los derechos de la naturaleza en algunos países de la Comunidad Andina, es notable, el reconocimiento constitucional no siempre se traduce en prácticas efectivas debido a varios factores, entre ellos se pudieron detectar tres: la implementación legislativa, la resistencia política y económica; y, la capacitación y sensibilización. La implementación legislativa puede ser problemática en países como Ecuador y Bolivia, aunque las constituciones y leyes reconocen los derechos de la naturaleza, la implementación efectiva de estas disposiciones enfrenta desafíos significativos, estos incluyen conflictos de intereses con sectores económicos que priorizan el desarrollo sobre la conservación y la falta de mecanismos adecuados para hacer cumplir los derechos de la naturaleza en la práctica.

Siguiendo con la línea de los entrevistados obtuvimos que los desafíos pretenden construir una cultura de una tradición milenaria, una forma de vida individual y social, bajo la convivencia y respeto con la naturaleza, que conlleva la creación de políticas públicas, que sienten precedentes concretos y oportunidades que enfrenta la implementación de los derechos de la naturaleza en los países de la Comunidad Andina.

La resistencia política y económica pueden obstaculizar la aplicación de los derechos de la naturaleza dado que los derechos intereses económicos poderoso a menudo se oponen a las regulaciones que limitan el acceso a recursos naturaleza o imponen restricciones sobre actividades económicas, lo cual puede llevar a la debilidad en la aplicación de leyes ambientales. Y cabe aquí recalcar que los derechos del ambiente, los valores económicos no son de la naturaleza sino del hombre, avanzando no tiene fronteras las reglas se limitan y la dimensión es internacional, una relación de interés público del estado y del medio ambiente es un derecho ecológico y un derecho al futuro que está ligado con el ambiente, pensando que la tierra es una creación divina universal, esta energía que tiene vida, que tiene ciclos de vida, muerte, se renueva, aliada a lo científico y a la ciencia.

Sobre la capacitación y sensibilización sobre los derechos de la naturaleza y su implementación son insuficientes en muchos casos, la falta de conocimiento y la falta de formación adecuada en funcionarios públicos, así como entre los actores económicos y las comunidades puede limitar la efectividad de la legislación. Los funcionarios públicas necesitan formación especializada para comprender y aplicar adecuadamente las normativas relacionadas con los derechos de la naturaleza, sin este conocimiento, es difícil garantizar que las políticas se implementen de manera efectiva, además los actores económicos deben ser conscientes de cómo sus actividades pueden afectar el entorno y cómo pueden adaptarse las normativas para minimizar su impacto, sin la adecuada sensibilización es probable que persistan prácticas que contravengan los principios de sostenibilidad y protección ambiental.

No es suficiente que un río sea cuidado por entidades públicas, se reconoce los derechos de la naturaleza, la idea de cuidados del ambiente y evitar un lucro económico de sociedad de consumo, mas no tener crisis humanas que eviten un desarrollo sustentable de derechos al futuro y un crecimiento infinito que generaciones futuras bajo la tutela de grupos sociales que piensan diferente hasta llegar a modelos de crecimiento y agendas comunes ambientales de la casa común y el equilibrio de respecto y un futuro que piensan que los indígenas respetan el aire, agua, suelo, es decir un modelo no extractivista como indicadores estratigráficos por un cambio de estructura de la tierra y el colapso de la sociedad y la biodiversidad de un cambio climático de un crecimiento infinito, como esquemas de auto gestión con otros conocimientos de reglas del ambiente que se conecta con la naturaleza.

7 CONCLUSIÓN

El reconocimiento de los derechos de la naturaleza ofrece una visión transformadora en la construcción de paradigmas alternativos a los modelos vigentes basados en el antropocentrismo, el individualismo, el desarrollo ilimitado y el capitalismo depredador. Este enfoque emergente, profundamente arraigado en las culturas indígenas de la región andina, tiene el potencial de redibujar nuestra comprensión de la relación entre seres humanos y naturaleza, así como redibujar nuestras estructuras institucionales para una convivencia más armónica y sostenible. Los conceptos de los diversos países de la comunidad Andina proponen un cambio radical en la cultura jurídica y política, dado que las normas jurídicas tradicionales suelen estar orientadas hacia el desarrollo económico sin tener en cuenta suficientemente las limitaciones ecológicas en el bienestar integral de las comunidades.

El análisis comparativo de la normativa constitucional en los países de la Comunidad Andina revela el avance significativo de los derechos de la naturaleza, destacando innovaciones en Ecuador y Bolivia, que han incorporado estos derechos de manera explícita en sus constituciones y leyes. En contraste, Perú y Colombia adoptan enfoques más limitados, reconociendo derechos ambientales de forma indirecta. Este contraste subraya una transición hacia una visión integral y sostenible de la relación entre humanos y naturaleza, desafiando los modelos tradicionales, capitalistas y antropocéntricos que han denominado históricamente, la implementación efectiva de estos derechos sigue enfrentando desafíos, como la resistencia política y la falta de capacitación adecuada, apuntando a un desarrollo equilibrado y respetuoso al medio ambiente y a la justicia ambiental.

En términos de cultura jurídica, la integración de principios en donde se integra a la naturaleza requiere una reevaluación de cómo se entienden y aplican las leyes, en lugar de priorizar el crecimiento económico a expensas del medio ambiente y la cohesión social, las nuevas normativas deben considerar la sostenibilidad y el respeto mutuo entre seres humanos y la naturaleza como valores fundamentales. Este cambio no solo implica modificaciones legislativas, sino también una transformación en la forma en que se interpretan y se aplican las leyes. La jurisprudencia debe adoptar una visión más integradora que reconozca el valor intrínseco de los ecosistemas y promueva prácticas que no solo sea legales, sino también éticamente responsables.

REFERENCIAS

BAIRD, Catherine M. **Law, and the rights of nature**. London: Routledge, 2016.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado (CPE), febrero de 2009**. La Paz, Bolivia: Asamblea Constituyente, 2009. Disponible en: <https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf>. Acceso en: 23 nov. 2025.

BURDON, Peter D. **Earth Jurisprudence: private property and the environment**. Londres, Reino Unido: Routledge, 2015.

CHÁVEZ VALLEJO, Gina E. Nuevos paradigmas éticos en las políticas y jurisprudencia sobre derechos de la naturaleza. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 9, n. 24, p. 1-17, set./dez. 2022. Disponible en: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/56958/33672>. Acceso en: 23 nov. 2025.

COLOMBIA. **Constitución Política de la Republica de Colombia 1991**. Bogotá, Colombia: Asamblea Nacional Constituyente, 1991. Disponible en: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=4125>. Acceso en: 23 nov. 2025.

ECO JURISPRUDENCE MONITOR. Ley de Derechos de la Naturaleza de Perú. **Resumen**. Perú, 2021. Disponible en: <https://ecojurisprudence.org/es/iniciativas/peru-derechos-de-naturaleza-ley/>. Acceso en: 23 nov. 2025.

MACAS, Luis. **Sumak Kawsay: La vida en plenitud, América Latina en Movimiento**. Quito: Alai, 2010.

MURCIA RIAÑO, Diana Milena. **Una década con derechos de la Naturaleza**. Quito, Ecuador: Editorial Abya-Yala 2019.

SCHLOSBERG, David A. **Defining environmental justice: theories, movements, and nature**. Oxford, England: Oxford University Press, 2007.

CAPÍTULO II

A AMAZÔNIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À ESTABILIDADE CLIMÁTICA: UM CASO DE LITÍGIO CLIMÁTICO

Newton T. dos S. Cruz¹

Igor de Lazari²

1 INTRODUÇÃO

De acordo com informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), entre 2019 e 2022 a floresta amazônica foi desmatada em cerca de 35.193 km², representando um aumento de quase 150% em relação aos 14.424 km² devastados no período compreendido entre 2015 e 2018 (Amazônia [...], 2023). Considerando que as florestas funcionam como repositório de carbono, o alarmante aumento do desmatamento florestal amazônico compromete a absorção do dióxido de carbono da atmosfera, desequilibra o chamado efeito estufa e, conseqüentemente, contribui para aumentar o aquecimento global.

Gatti *et al.* (2021) revelaram que essa escalada do desmatamento florestal e o aumento de ocorrências de incêndios, acompanhados de estações secas cada vez mais intensas, tem ameaçado o ecossistema³ e emitido maiores quantidades gás carbônico, impactando diretamente nas mudanças climáticas que afetam não apenas a vida dos povos amazônicos, mas também toda a ordem nacional, regional e mundial.

O objetivo geral deste artigo consiste em revelar como o reconhecimento do direito à estabilidade climática pode contribuir para fundamentar decisões judiciais que combatam o desmatamento ilegal na Amazônia Legal brasileira. Em termos específicos, o estudo visa a) compreender o direito ao meio ambiente equilibrado na seara florestal e as garantias

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Justiça, Regulação e Sustentabilidade (LEJURES). Professor adjunto do curso de Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: prof.newtoncruz@gmail.com / newtoncruz@unifap.br.

² Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período sanduíche na University of Richmond. Pesquisador do Laboratório de Estudos Teóricos e Analíticos sobre o Comportamento das Instituições (LETACI). Colunista do Justia Verdict. Juiz federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. E-mail: igorlazari@outlook.com.

³ Adotamos aqui a concepção de Gina Chávez Vallejo (2023), que entende o ecossistema como um conjunto de sistemas dinâmicos onde elementos bióticos e abióticos interagem entre si.

constitucionais que tutelam esse direito; b) discutir a estabilidade climática como um direito fundamental autônomo que se conecta com o meio ambiente equilibrado e a dignidade da pessoa humana; e c) analisar o caso IEA vs. União Federal, com o intuito de ilustrar a distinção entre litigância ambiental e litigância climática.

A metodologia desta pesquisa é baseada em um estudo bibliográfico, especialmente a partir de obras da literatura especializada e artigos científicos, além da análise do conteúdo de textos de caráter normativo e jurisprudencial. No que tange ao estudo normativo, além do texto constitucional pertinente ao tema, abordaremos a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – Lei n. 12.187/2009 –, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Decreto n. 2.652/1998), o Protocolo de Quioto (Decreto n. 5.445/2005) e o Acordo de Paris (Decreto n. 9.073/2017). Já em relação ao exame de jurisprudência, trataremos especificamente das decisões proferidas em sede da Ação Civil Pública n. 5048951-39.2020.4.04.7000, especialmente os julgados produzidos nos seguintes recursos: Agravo de Instrumento 5033746-81.2021.4.04.0000 (IEA - TRF-4); e Agravo em Recurso Especial 2165562/PR (IEA - STJ).

Como resultado deste trabalho, pretende-se demonstrar a estabilidade climática como um direito fundamental autônomo que se relaciona especialmente com o direito ao meio ambiente equilibrado e à dignidade da pessoa humana, que serve como parâmetro interpretativo para decisões judiciais sobre questões relacionadas ao desmatamento florestal e às mudanças climáticas. Em suma, considera-se a importância da floresta amazônica não só para garantia de um meio ambiente equilibrado no âmbito nacional, mas principalmente como um freio aos efeitos do aquecimento global que ameaçam a vida em todo o planeta.

2 O DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

O nosso ponto de partida na busca por uma justiça que reconheça a estabilidade climática como um direito fundamental é a análise do conteúdo normativo do direito ao meio ambiente equilibrado. Na ordem constitucional brasileira, abordaremos basicamente dois aspectos: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e as garantias de proteção a esse direito. Antes, entretanto, discutiremos sucintamente alguns marcos importantes no direito internacional ambiental.

2.1 Direito internacional ambiental

De acordo com Guerra (2023b), a preocupação com a proteção internacional do meio ambiente emerge diante dos índices alarmantes de degradação ambiental que ameaça

a vida em todo o ecossistema planetário, inclusive a da espécie humana. Trata-se de uma crise ambiental sem fronteiras que tem se acentuado no modelo de crescimento econômico e demográfico implementado pelas sociedades capitalistas, especialmente a partir do século XX, e que, por isso, tem despertado o interesse da comunidade jurídica mundial para problemas relacionados com: atmosfera e clima, água doce, mares e oceanos, fauna e flora (biodiversidade), recursos energéticos etc.

Nesse contexto, surgem alguns marcos internacionais com o objetivo de solucionar ou minimizar os problemas ambientais planetários. Trata-se, na verdade, de documentos produzidos pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas que inauguram aquilo que Guerra (2023b) denomina como Direito Internacional Ambiental, isto é,

[...] um conjunto de normas que criam direitos e deveres para os atores internacionais, numa perspectiva ambiental, ao atribuir papéis e responsabilidades que devem ser observados por todos no plano internacional, visando à melhoria da vida e qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações (Guerra, 2023b, p. 692).

Para Guerra (2023a, p. 80), “o ‘grande divisor de águas’ no processo de formação do direito internacional ambiental” foi a declaração produzida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, que tratou de assuntos como: poluição atmosférica, poluição da água, uso inadequado do solo, o avanço do processo de industrialização, a relação entre crescimento demográfico e escassez de recursos naturais etc.

Dentre os principais resultados obtidos na Conferência de Estocolmo, destacamos: o estabelecimento da noção de meio ambiente como algo que engloba não apenas o ambiente humano, mas também o natural e o artificial; a emergência do tema ambiental na discussão jurídica internacional; a definição das prioridades para as futuras negociações sobre a matéria ambiental; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o fomento à criação de órgãos nacionais para a proteção do meio ambiente; o estímulo às organizações não governamentais de defesa do meio ambiente; além de uma maior participação da sociedade civil na discussão de questões ambientais.

Outro documento internacional importante foi o relatório produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamado de “Relatório Brundtland”. Conforme Guerra (2023b), essa comissão, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983, apontou em seu relatório os principais problemas ambientais da época, dividindo-os em três grandes grupos: poluição ambiental (emissões de carbono e mudanças climáticas, poluição da atmosfera, poluição da água etc.); redução dos recursos naturais (diminuição das florestas, aumento da erosão do solo e da deser-

tificação, diminuição dos recursos marinhos etc.) e problemas de natureza social (uso e ocupação da terra, suprimento de água, crescimento urbano acelerado etc.).

Em junho de 1992 foi realizada a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, Brasil. O foco da Rio 92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi a formulação de ações aptas a interromper e reverter o quadro de degradação ambiental em todo o planeta que já se apresentava como catastrófico na época. Como resultado, foram produzidos relevantes documentos: “a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Agenda 21; e a Declaração do Rio” (Guerra, 2023b, p. 703).

Em 2002 foi a vez da Conferência de Joanesburgo, na África do Sul. Na ocasião, foi estabelecido um plano de ação para o novo milênio que englobava metas como: a sustentabilidade ambiental; a erradicação da fome e da miséria; e a redução da mortalidade infantil, entre outras. Segundo Guerra (2023b), apesar de certos compromissos não terem sido firmados pela oposição de determinados Estados ou Organizações Não Governamentais, alguns avanços importantes foram alcançados no âmbito do conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico, fortalecimento da legislação ambiental em diversos países membros, maior participação da sociedade civil etc.

No ano de 2012, na Conferência do Rio de Janeiro, mais conhecida como Conferência Rio +20, foi aprovado o documento “O futuro que queremos” que abordou, entre outros temas, “responsabilidades diferenciadas; erradicação da pobreza; fortalecimento do PNUMA; criação de um mecanismo jurídico para conservação e uso dos oceanos; traçou objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)”, conforme Guerra (2023b, p. 713).

Mello e Pereira (2023) informam que em 2022, 50 (cinquenta) anos após a Conferência de Estocolmo, foram realizados diversos encontros internacionais sobre a temática ambiental, com destaque para: a) a segunda parte da 5ª sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5.2)⁴, ocorrida em Nairóbi (Quênia) no período de 28 de fevereiro a 02 de março, na qual foram acordadas decisões importantes sobre iniciativas para o combate à poluição plástica e a consolidação de um novo termo para o debate ambiental: as “Soluções Baseadas na Natureza”; b) no período de 09 a 22 de maio, na cidade de Abidjan, Costa do Marfim, foi realizada a 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), cujo tema foi “Terra. Vida. Legado: da escassez à prosperidade”; c) nos dias 02 e 03 de junho ocorreu na Suécia a Reunião Internacional Estocolmo + 50, objetivando acelerar a ação por um planeta saudável e próspero para todos; d) no período de 27 de junho a 01 de julho se deu a 2ª edição da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em Lisboa; e, por fim, e) no período de 06

⁴ A primeira parte (UNEA-5.1) ocorreu de forma online, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2021, durante a pandemia de Covid-19.

a 19 de novembro aconteceu a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), em Sharm el-Sheikh, no Egito, a “COP⁵ da implementação”.

No que diz respeito às COPs, a preocupação das nações é estabelecer limites jurídicos vinculantes que promovam a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para, dessa forma, controlar o aquecimento global. O Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015) são dois exemplos de compromissos acordado por todas as nações para tentar limitar o aquecimento global ao nível de 1,5°C acima das temperaturas registradas na era pré-industrial e assim mitigar os riscos à estabilidade climática que garante a vida no planeta.

Nos próximos tópicos, abordaremos como a relação entre estabilidade climática e meio ambiente equilibrado, amplamente debatida na esfera internacional, é tratada no texto constitucional brasileiro. Especificamente, discutiremos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sua relação com a dignidade da pessoa humana, bem como as garantias constitucionais que o tutelam, com o propósito de estabelecermos as bases para compreensão da estabilidade climática como um direito fundamental interdependente do meio ambiente equilibrado.

2.2 Direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e dignidade da pessoa humana

A partir da Conferência de Estocolmo em 1971, os países membros da ONU passaram a incorporar o direito ambiental em seus respectivos ordenamentos jurídicos, tomando como base a ideia de que o meio ambiente se configura como um direito humano de dimensão intergeracional assegurado por princípios como o da precaução e da inversão do ônus da prova (Martínez; Acosta, 2017).

No Brasil, a Lei n. 6.938/81 estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos, tendo como objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Para tanto, buscou assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Em sua sistemática, a referida lei dispõe sobre conceitos básicos, princípios norteadores, objetivos, diretrizes, órgãos e entidades, instrumentos, responsabilidade etc.

⁵ As “COPs” (“Conferência das Partes”) são as conferências anuais relacionadas ao clima do planeta adotadas a partir da ECO-92, no Rio de Janeiro.

Contudo, é com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) que a tutela do meio ambiente adquire *status* de matéria constitucional. Assim, conforme disposto no art. 225 da Constituição, o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui-se como um bem de uso comum do povo e direito de todos, razão pela qual cabe ao Poder Público e à coletividade garantir um ambiente sadio tanto para as gerações presentes quanto para as futuras.

Com efeito, tanto a literatura jurídica quanto a jurisprudência brasileira admitem o princípio da abertura material do catálogo dos direitos fundamentais previsto no art. 5º, §2º da CRFB/88. Assim sendo, são considerados fundamentais, além dos direitos arrolados no título II da atual Constituição brasileira, todos os direitos materialmente fundamentais como é o caso do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Guerra (2023a) ressalta ainda o reconhecimento do meio ambiente como direito fundamental de terceira geração que abarca os chamados direitos difusos e coletivos. Nesse sentido, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado goza de uma proteção especial e está conectado com a ideia de fraternidade e solidariedade, além de relacionar-se intrinsecamente com a tutela da dignidade da pessoa humana.

Para Sarlet (2019, p. 99), “é no contexto de cada ordem jurídico-constitucional concreta que se pode e deve avaliar se e em que medida os direitos fundamentais apresentam um fundamento direto na dignidade da pessoa humana”. No Brasil, consideram-se fundamentais todos os direitos que, independentemente de terem ou não relação direta com o conteúdo da dignidade humana, são reconhecidos e assegurados como tal na CRFB/88. Por outro lado, é na dimensão material que percebemos a íntima relação entre dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Sendo a dignidade o núcleo do direito fundamental, a ameaça ao equilíbrio ecológico do meio ambiental, por exemplo, implicará numa ofensa à própria dignidade da pessoa humana.

Outro aspecto relevante diz respeito a paradoxal relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Para Wolkmer e Ferrazzo (2018), os mecanismos de conciliação com o modelo de desenvolvimento capitalista previstos no ordenamento jurídico brasileiro impedem a eficácia da proteção constitucional ao meio ambiente. Para superar essa dificuldade, as autoras adotam a perspectiva do meio ambiente como um bem comum fundamental para a preservação da diversidade humana, dos ecossistemas, da biodiversidade e, consequentemente, da vida no planeta.

2.3 Garantias processuais à tutela do meio ambiente equilibrado

Ao classificar o meio ambiente como um direito fundamental de terceira geração, Guerra (2023a, p. 174) afirma que sua tutela “se torna possível a partir de instrumentos processuais específicos e voltados à proteção de direitos difusos, coletivos e transindividuais, como a ação popular ou mesmo a ação civil pública”. Nessa perspectiva, o autor defende que a estruturação constitucional relativa à proteção do meio ambiente compreende um direito-dever. Em outras palavras, trata-se não só do direito de todos usufruir do ambiente ecologicamente equilibrado, mas também do dever de todos protegê-lo. A seguir, discutiremos brevemente os instrumentos constitucionais de proteção do meio ambiente: ação direta de inconstitucionalidade, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

A ação direta de inconstitucionalidade encontra-se prevista nos arts. 102 (inciso I, alínea a), 103 e 125 (§2º), todos da CRFB/88. No caso, servem para buscar declaração de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais contrários às normas constitucionais de proteção do meio ambiente. São legitimados para propor esse tipo de ação o presidente da República, os presidentes do Senado, da Câmara ou de assembleia legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o procurador-geral da República, além de partido político e entidade sindical de âmbito nacional.

O mandado de segurança é um remédio constante na CRFB/88 em seu art. 5º, inciso LXIX, disciplinado pela Lei n. 12.016/09. Trata-se de uma ação que pode ser utilizada por qualquer pessoa física ou jurídica (pública ou privada), inclusive as universalidades legais e órgãos públicos despersonalizados dotados de capacidade processual (Guerra, 2023a), quando houver lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, individual ou coletivo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. Logo, é cabível mandado de segurança coletivo contra violação a direito ambiental, podendo este ser impetrado, por exemplo, por associações, desde que constituídas há pelo menos um ano, e que tenham a proteção ao meio ambiente como uma de suas finalidades institucionais.

Já o mandado de injunção encontra previsão no art. 5º, inciso LXXI, do texto constitucional. É cabível diante da ausência de norma regulamentadora necessária ao exercício dos direitos e liberdades constitucionais, além das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. São legitimados para impetrar o mandado de injunção as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas referidas na Lei n. 13.300/16. No que tange ao direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, esse instrumento poderá ser utilizado quando a falta de norma regulamentadora inviabilizar o seu exercício.

A ação popular, prevista no art. 5º, LXXIII, da CRFB/88, pode ser proposta por qualquer cidadão com o objetivo de “anular ato lesivo ao patrimônio público ou entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”. Como leciona José Afonso da Silva (1997, p. 222), além da anulação do ato lesivo ao meio ambiente, esse tipo de ação também serve para condenar os responsáveis ao pagamento de perdas e danos ou a restaurar o meio ambiente degradado.

Por fim, a ação civil pública (ACP) encontra previsão tanto na CRFB/88, em seu art. 129, inciso III, na Lei n. 6.938/81 (PNMA) e é disciplinada pela Lei n. 7.347/85. De acordo com Guerra (2023a, p. 583), trata-se de um instrumento que serve “como meio de defesa de interesses indisponíveis do indivíduo e da sociedade, em particular os pertinentes ao meio ambiente”. Nesse sentido, constitui-se como um remédio constitucional ou instrumento processual adequado para combater qualquer ameaça de dano ambiental, inclusive para reprimir o direito violado e exigir reparação pelos danos sofridos. Em termos legais, constam como legitimados para propor a ACP o Ministério Público, a Defensoria Pública, pessoas de direito público interno e suas paraestatais, além das associações constituídas há pelo menos um ano e que inclua, entre outras finalidades, a proteção ao meio ambiente.

3 O DIREITO À ESTABILIDADE CLIMÁTICA

A relação entre as mudanças climáticas e o desequilíbrio do meio ambiente tem sido evidenciada através de estudos sobre a Amazônia. Na medida em que a floresta é devastada pelo desmatamento, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) aumentam e a temperatura da terra aquece. A seguir discutiremos os efeitos do desmatamento da floresta amazônica para o clima planetário, as medidas assumidas pelo Brasil para conter o aquecimento global e a estabilidade climática como um direito fundamental. Para tanto, abordaremos a perspectiva de Luiz Marques (2023) sobre a importância da Amazônia para garantir o equilíbrio ambiental e, consequentemente, evitar as catástrofes ambientais; discutiremos a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; e, finalmente, apresentaremos os fundamentos do direito à estabilidade climática no Brasil.

3.1 Floresta amazônica e estabilidade climática

Luiz Marques (2023) compreende o planeta Terra como um sistema complexo composto por elementos vivos (animais, plantas, fungos) e não vivos (água, solo, sais minerais, radiação solar, gases atmosféricos, temperatura etc.) que interagem entre si pro-

duzindo diversos efeitos, dentre os quais destacamos: a adaptação da biota às condições ambientais e o equilíbrio climático propício à vida. A Terra, portanto, é mais do que a soma de suas partes, ela é um todo sistêmico que funciona como um superorganismo que se autorregula.

Para Marques (2023, p. 187-188), a Amazônia constitui-se como um elemento crítico do sistema Terra. Assim, o que acontece na Amazônia não fica só na Amazônia: sua destruição progressiva é capaz de produzir efeitos devastadores não apenas no âmbito continental, mas em diversas partes do planeta. O autor adverte então que a ultrapassagem do ponto crítico (de não retorno) do sistema florestal amazônico ameaça a estabilidade de outros pontos críticos, como é o caso do sistema climático. A desestabilização climática, em um efeito dominó, influencia o equilíbrio ambiental de todo o planeta e, consequentemente, aumenta o risco de colapso dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Para compreendermos toda essa conectividade, Marques (2023, p. 157) estabelece uma relação entre o ritmo de perda florestal pelo desmatamento e o ritmo do aquecimento global. De início, o autor expõe a importância da Amazônia “para os recursos hídricos, para o equilíbrio dos oceanos e para o sistema climático regional, continental e global”. A bacia hidrográfica compreende mais de mil rios tributários do Rio Amazonas, sendo este o maior rio do mundo em volume de água, que “descarrega entre 215 mil e 230 mil metros cúbicos de água por segundo no Oceano Atlântico, o que representa entre 15% e 22% da descarga de água doce nos oceanos”.

Ao mesmo tempo, a Amazônia contribui para o processo de sucção dos ventos alísios que carregam a umidade atmosférica do oceano para o continente, provocando assim chuvas abundantes na região da floresta equatorial. Além disso, conforme explica Marques (2023, p. 158), a floresta também funciona como uma “bomba biótica de umidade” quando bilhões de árvores reciclam a chuva ao bombear a água do solo para a atmosfera em um processo de irrigação reversa. Esse fenômeno, de acordo com o referido autor, é responsável pelo fornecimento de massas significativas de vapor de água que se movimentam em direção ao sul do continente, contribuindo para as chuvas nas regiões sudeste e centro-oeste do país.

Outra função importante das florestas diz respeito ao potencial de absorção e armazenamento do carbono (C) pela vegetação e pelos solos. Nesse sentido, a Amazônia, enquanto maior floresta tropical do mundo, é um gigantesco reservatório de carbono, além de sumidouro natural do dióxido de carbono (CO₂) emitido pela queima dos combustíveis fósseis. O problema é que, devido ao aumento dos índices de desmatamento na região, a floresta vem perdendo essa capacidade de absorção do carbono lançado na atmosfera na proporção em que ela mesma se transforma em fonte de emissão de carbono. Os

estudos apresentados por Marques (2023) demonstram que nas regiões onde ocorreram mais desmatamento o aquecimento aumentou e as chuvas diminuíram. Ainda assim, por causa do efeito cascata, as regiões menos desmatadas também estão sofrendo com a redução da evapotranspiração, isto é, os rios voadores também estão sendo reduzidos. Isso pode explicar as sucessivas secas que vêm atingindo o bioma do pantanal na região Centro-Oeste do país.

Segundo Ane Alencar (*apud* Marques, 2023, p. 178), a diminuição dos índices de pluviosidade é agravada pelos incêndios na Amazônia que funcionam como “o último estágio desmatamento”. Normalmente, as queimadas florestais visam à limpeza do solo para a criação de pasto. Os dados são alarmantes, de acordo com o Projeto MapBiomass Fogo (*apud* Marques, 2023, p. 180): de 1985 a 2020, cerca de 16,40% do bioma amazônico, uma área correspondente a 690 mil km², foi alvo de queimada ao menos uma vez. O fato é que esses incêndios são responsáveis pela liberação na atmosfera de milhões de toneladas de CO₂ que contribuem para a concentração de gases de efeito estufa e, consequentemente, para o aquecimento global. Dentre os efeitos mais visíveis desse fenômeno, destacamos: o aumento da temperatura média do ar e dos oceanos, o derretimento generalizado das geleiras, elevação do nível do mar etc.

Em 03/08/2023 o New York Times publicou que a temperatura dos oceanos aferida em julho de 2023 foi a mais quente da história moderna. No Atlântico Norte o aumento chegou a 1,05 °C acima da média do observado entre 1991 e 2020 e a média diária da temperatura das águas chegou a quase 21 °C, chegando a 38,44 °C nas águas de *Manatee Bay*, no sul da Flórida. Os efeitos de quatro recordes climáticos em temperatura repercutiram ainda no derretimento de gelo da Antártida (10% menor que o nível mais baixo já registrado na história), bem como no aumento de temperaturas terrestres que atingiram 50 °C em áreas da Europa, América do Norte e China.

Com efeito, a Amazônia precisa continuar funcionando como mecanismo de equilíbrio climático do planeta, retirando o carbono da atmosfera e mantendo-o armazenado na floresta. Em termos de relevância global, a floresta amazônica contribui para impedir a elevação dos níveis da temperatura ao ponto de não retorno (momento no qual as mudanças causadas pelo aquecimento global não poderão mais ser revertidas). No âmbito nacional, ela produz a umidade necessária para o resfriamento da superfície terrestre e manutenção do equilíbrio do ciclo das chuvas.

3.2 A Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelecida pela Lei n. 12.187/2009 e editada pelo Decreto n. 9.578/2018, teve como uma de seus objetivos principais a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no país, considerando os valores projetados até 2020. Para tanto, o Decreto n. 9.578/2018 considerou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm (art. 17, I) –, as projeções setorializadas das emissões nacionais de gases do efeito estufa (art. 18) e a implementação das ações destinadas à redução das emissões desses gases ao patamar entre 1.168 milhões de tonCO₂eq e 1.259 milhões de tonCO₂eq (art. 19 *caput* e § 1º).

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi criado pelo Decreto de 15 de março de 2004 com o objetivo de promover, através de uma ação coordenada por um grupo de trabalho interministerial, a redução do desmatamento e criar as condições necessárias à criação de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. De acordo com os dados do Governo Federal, no período de 2004 a 2012, o PPCDAm foi responsável pela redução de 83% do desmatamento na Amazônia, mantendo este índice abaixo de 8 mil km² até 2018. No ano seguinte, o plano foi revogado pelo Decreto n. 10.142/2019 e o desmatamento voltou a crescer, atingindo a marca de 13.038 km² em 2021. Em 2022 o acumulado de alertas de desmatamento na Amazônia Legal foi de 11.568 km², sinalizando assim uma redução de 11% do desmatamento anual, de acordo com dados do Prodes/Inpe. Em 10 de abril de 2023 foi lançada a 5ª fase do PPCDAm cujo objetivo principal é atingir a meta de desmatamento zero na Amazônia até 2030.

A projeção das emissões nacionais de gases de efeito estufa para 2020, que serve de parâmetro para o plano de redução do desmatamento florestal, foi fixada em 3.236 milhões tCO₂eq (art. 18 do Decreto 9.578/2018). Este valor corresponde às seguintes projeções setorializadas: a) mudança de uso da terra, 1.404 milhões de tonCO₂eq; b) energia, 868 milhões de tonCO₂eq; c) agropecuária, 730 milhões de tonCO₂eq; e d) processos industriais e tratamento de resíduos, 234 milhões de tonCO₂eq.

Para alcançar o compromisso nacional voluntário assumido pela PNMC, nos termos do art. 12 da Lei n. 12.187/2009, de reduzir entre 36,1% (1.168 milhões de tonCO₂eq) e 38,9% (1.259 milhões de tonCO₂eq) as referidas emissões nacionais de gases de efeito estufa do valor total projetado para 2020 (3.236 milhões tCO₂eq), o art. 19 do Decreto 9.578/2018 determinou a implementação de um conjunto de ações, dentre as quais destacamos: a) a redução de 80% nas estimativas anuais de desmatamento na Amazônia Legal

considerando a média verificada entre os anos de 1996 a 2005; b) a redução de 40% dos índices anuais de desmatamento no bioma Cerrado sobre o valor médio verificado entre os anos de 1999 a 2008; c) a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; d) a ampliação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) em 4 milhões de hectares; e) a expansão da prática de plantio direto em 8 milhões de hectares; e f) o incremento do plantio florestal em 3 milhões de hectares.

O problema é que, apesar de tudo isso, ao invés de reduzir as metas estabelecidas pelo PNMC, o Brasil vem aumentando as emissões de GEE. De acordo com os dados apresentados na Conferência do Clima das Nações Unidas realizada no Egito em 2022 (COP 27), de 2015 a 2021 as emissões de GEE em solo nacional saltaram de 1.446 milhões de toneladas (MtCO₂e) para 1.756 MtCO₂e, correspondendo assim a um avanço de 21,4%. Logo, o país não vem honrando o compromisso de diminuir a emissão dos gases de efeito estufa (GEE), por meio da redução do índice do desmatamento ilegal na Amazônia, em atendimento ao PPCDAm e às metas da PNMC (Lei Federal n. 12.187/2009), ampliando assim o risco de instabilidade climática regional e planetária.

3.3 O direito à estabilidade climática

O direito ao clima estável está intrinsicamente ligado à proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em uma relação de interdependência. Assim, a instabilidade climática é capaz de gerar desequilíbrio ambiental e vice-versa. Além disso, a estabilidade climática constitui-se como um direito que se conecta a vários outros direitos fundamentais, tais como: direito à vida, à dignidade da pessoa humana, à saúde, à segurança, ao desenvolvimento sustentável etc. Para compreendermos melhor a estabilidade climática como um direito, discutiremos sucintamente a proteção dessa matéria na ordem jurídica internacional e nacional.

No âmbito internacional, o direito à estabilidade climática encontra respaldo especialmente em três documentos. O primeiro deles é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change*), um acordo resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), ratificado pelo Brasil em 1994 e promulgado pelo Decreto n. 2652/98. A Convenção reconhece a mudança climática e seus efeitos danosos como uma preocupação comum de toda a humanidade, especialmente aquelas decorrentes do aumento de concentração atmosférica de gases de efeito estufa, causadas por emissões antropocêntricas, que intensificam o efeito estufa natural, aceleram o aquecimento global e, com isso, ameaçam os ecossistemas naturais e a própria humanidade.

O segundo acordo foi o Protocolo de Quioto, aberto a assinaturas em 11 de dezembro de 1997, ratificado pelo Brasil em 2002 e promulgado três anos mais tarde através do Decreto n. 5.445/2005. Trata-se de um documento adicional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que estabelece obrigações específicas às partes signatárias do referido protocolo em relação aos compromissos firmados por cada Estado-membro para redução das emissões antrópicas dos gases de efeito estufa, expressamente o lançamento de dióxido de carbono equivalente na atmosfera.

Finalmente, o terceiro documento foi o Acordo de Paris, celebrado em 2015 com o objetivo de promover, no contexto do desenvolvimento sustentável, uma resposta global mais efetiva à ameaça das mudanças climáticas, particularmente o de impedir que a temperatura do planeta Terra atinja o nível de 2 °C acima dos limites pré-industriais. O referido acordo, firmado pelo Brasil em 2016 e promulgado pelo Decreto n. 9.073/2017, trata especificamente da necessidade de se encontrar um equilíbrio entre as emissões antrópicas de gases de efeito estufa e remoções destes por sumidouros (a exemplo das florestas).

No plano nacional, o direito à estabilidade climática encontra fundamento direto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tanto em seu art. 1º, através do princípio da dignidade da pessoa humana insculpido em seu inciso III, quanto no art. 225, que trata do direito fundamental de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, considerando a especificidade do bem jurídico que protege, esse direito deve ser compreendido de forma autônoma. De acordo com Bruno de Andrade Christofoli (2015, p. 61), as mudanças climáticas geram riscos que ultrapassam a esfera da proteção ao meio ambiente e por isso exigem diferentes respostas do Estado. Nesse sentido o autor defende a existência de um dever específico de proteção contra as mudanças climáticas que se expressam através de “ações de mitigação do fenômeno e adaptação aos seus efeitos”.

As ações de mitigação, previstas no art. 2º, VII, da Lei n. 12.187/2009, dizem respeito a medidas que possam reduzir o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como as emissões de gases de efeito estufa, e aumentar os sumidouros. São exemplos desse tipo de medida o investimento em fontes de energia renováveis, que contribui para a redução da queima de combustíveis fósseis, e as ações que visam impedir ou reduzir o desmatamento florestal (Christofoli, 2015).

Já as ações de adaptação, com previsão no art. 2º, I, da Lei n. 12.187/2009, estão relacionadas com iniciativas e medidas destinadas à redução da vulnerabilidade dos sistemas humanos e sistemas naturais diante dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas. Nesse ponto, a proteção recai sobre ecossistemas ameaçados por eventos de potencial catastrófico. São exemplos desse tipo de ação o “levantamento e gerenciamento de situações de risco” e a “implementação de sistemas de alerta a eventos extremos” (Christofoli, 2015, p. 65).

Assim sendo, a estabilidade climática constitui-se como um direito fundamental tutelado por normas internacionais incorporadas via decretos ao ordenamento jurídico brasileiro, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e por normas legais específicas sobre a matéria. Consequentemente, é dever do Estado assegurar a implementação das medidas necessárias tanto ao equilíbrio do meio ambiente, frente às mudanças climáticas em curso, quanto à garantia de um clima estável mediante a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE). Logo, a estabilidade climática constitui-se como um direito-dever que também está sujeito à utilização de instrumentos processuais específicos voltados à proteção de direitos difusos, como é o caso da ação civil pública. A seguir, abordaremos sucintamente um caso recentemente judicializado que trata do reconhecimento à estabilidade climática como um direito fundamental, com o intuito de ilustrar a diferença entre litígios ambientais e litígios climáticos.

4 O CASO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS (IEA) CONTRA A UNIÃO

O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) ajuizou, no ano de 2020, uma Ação Civil Pública (ACP), no âmbito climático, exigindo que a União cumprisse a obrigação normativa (arts. 17, I, 18 e 19, §1º, I, todos do Decreto n. 9.578/2018) de diminuir a emissão dos gases de efeito estufa - GEE por meio da estabilização do índice do desmatamento ilegal na Amazônia à taxa máxima de 3.925,06 km², em atendimento ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm e às metas da Política Nacional sobre a Mudança do Clima – PNMC (arts. 6º e 12, ambos da Lei Federal n. 12.187/2009).

O IEA alegou que determinadas ações da União Federal estavam dificultando a proteção da Amazônia Legal e a implementação de políticas climáticas no país, além de estarem sendo descumpridas as obrigações constantes na PNMC e os deveres firmados no PPCDAm para mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, em especial o de reduzir 80% dos índices anuais de desmatamento na região até 2020, considerando a média registrada no período de 1996 a 2005. Nesse sentido, argumentou que o descumprimento de tais medidas violava diversos direitos e garantias previstos na Constituição, particularmente o direito fundamental à estabilidade climática.

Em seu pedido, a autora requereu o reconhecimento do direito fundamental à estabilidade climática como parte integrante do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da Constituição Federal), alegando o risco de desequilíbrio ambiental causado pelo aumento crescente na taxa de desmatamento ilegal na floresta amazônica. Ainda, que fosse determinado o cumprimento de obrigação de reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia Legal para que não ultrapasse a taxa de 3.925 km², bem

como a realização de restauração florestal de área desmatada excedente ao limite legal anual permitido.

A União Federal, por sua vez, contestou a ACP ressaltando diversas questões preliminares, notadamente a existência de demandas com os mesmos pedidos (ADPF 760, ADPFs 743 e 746 e ADPF 708). No mérito, apresentou algumas medidas ativas e negou as omissões apontadas pelo IEA. Em relação às primeiras, apontou: ações tomadas para o fortalecimento das entidades governamentais de fiscalização ambiental, a exemplo do IBAMA e do ICMBio, inclusive a contratação de pessoal; medidas para a formulação, implementação e gestão das políticas públicas de tutela ambiental; a necessidade de preservação da discricionariedade conferida à Administração Pública, em consonância com o princípio da separação de poderes. Já em relação às omissões alegadas, negou: a existência de omissão por parte da União em executar políticas públicas de combate ao desmatamento da Amazônia; o descumprimento de metas climáticas assumidas internacionalmente; que estaria configurado um estado de coisa inconstitucional ambiental. Por fim, alegou inexistir nexo de causalidade que vinculasse a União aos danos ambientais referidos na inicial da ação civil pública climática.

Na primeira instância, o juiz declinou a competência em favor do juízo da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Amazonas sob o argumento de que havia conexão com a ACP 1007104-63.2020.4.01.3200, cujo objeto diz respeito ao combate ao desmatamento nos *hotspots* da Amazônia. Contra essa decisão, foi interposto Agravo de Instrumento na segunda instância pelo IEA. Em decisão monocrática no Agravo de Instrumento, foram suspensos os efeitos do julgado que declinou de competência. Diante dessa nova decisão, a União Federal interpôs Agravo Interno. A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu pela confirmação da decisão monocrática, dando provimento ao Agravo de Instrumento e julgando prejudicado o Agravo Interno.

Com efeito, a turma entendeu que a ação do IEA e a ação dos *hotspots* apresentavam tipos e estruturas diferentes, além de ferramentas jurídicas e enfoques políticos distintos. Assim sendo, o acórdão estabeleceu a diferença entre litígios ambientais e litígios climáticos, destacando o status supralegal dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. Contra este acórdão, foi interposto Recurso Especial (REsp) pela União Federal, que não foi admitido. Diante dessa decisão que não admitiu o seu REsp, a União interpôs Agravo no REsp (AREsp 2165562 - PR). O referido AREsp foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 24 de abril de 2023, tendo o seu provimento negado à unanimidade.

5 CONCLUSÃO

O direito à estabilidade climática configura-se como um direito constitucional autônomo que se relaciona com vários direitos fundamentais, dentre os quais o direito à dignidade da pessoa humana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No ordenamento jurídico brasileiro, esse direito encontra-se respaldado pelos seguintes atos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, III; art. 225); Decreto Federal 2.652/1998 (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima); Decreto Federal 5.445/2005 (Protocolo de Quioto). Decreto n. 9.073/2017 (Acordo de Paris); Lei Federal 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC); e pelo Decreto Federal n. 9.578/2018 (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm).

Esse novo direito que se relaciona aos problemas ambientais exsurge da preocupação de diversos organismos internacionais, dentre os quais destacamos a Organização das Nações Unidas, com os efeitos do aquecimento global provocado por ações humanas geradoras de mudanças climáticas nocivas aos ecossistemas da Terra, particularmente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) que contribuem para o aumento dos níveis de temperatura e, consequentemente, ameaçam a vida no planeta na medida em que essa temperatura média global, atualmente próxima de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, se aproxima do limite catastrófico de 2 °C.

No Brasil, o compromisso assumido para tentar frear as mudanças climáticas catastróficas, por intermédio dos tratados internacionais ratificados e da legislação promulgada, se expressa através de determinadas ações de mitigação do fenômeno e adaptação aos seus efeitos. Em especial, neste trabalho, observamos as medidas jurídicas relativas ao combate ao desmatamento da floresta amazônica, mundialmente considerada sumidouro natural das emissões antrópicas de dióxido de carbono e bioma essencial à manutenção do equilíbrio climático tanto no âmbito continental quanto no global.

Com efeito, o direito de todos à estabilidade climática necessária a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é também um dever do Estado. Logo, em caso de violação aos compromissos assumidos pelo país no combate ao aquecimento global, inclusive diante de eventual omissão estatal, o judiciário pode e deve ser acionado não só para reconhecer o direito fundamental ao clima estável, mas também para obrigar o Estado brasileiro a cumprir as metas assumidas em convenções internacionais do qual foi signatário e em suas normas legais internas. Esse é o caso da ação civil pública ajuizada pelo Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) contra a União, em 2020, para exigir o reconhecimento desse direito fundamental no âmbito do conflito climático, bem como o cumprimento das referidas obrigações normativas que visam à diminuição da emissão dos gases de efeito estufa (GEE).

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA perdeu quase 3 mil campos de futebol por dia de floresta em 2022, maior desmatamento em 15 anos. **Imazon**: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 18 jan. 2023. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-perdeu-quase-3-mil-campos-de-futebol-por-dia-de-floresta-em-2022-maior-desmatamento-em-15-anos/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 2.652, de 1º de julho de 1998**. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 9.578, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9578.htm#. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.300, de 23 de junho de 2016**. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13300.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

CHÁVEZ VALLEJO, Gina. **Derechos ambientales y de la naturaleza**: marcos axiológicos, doctrinarios y jurídicos. 1. ed. Quito: IAEN, 2023. Disponível em: <https://editorial.iaen.edu.ec/wp-content/uploads/sites/12/2023/04/Derechos-ambientales-y-de-la-naturaleza-marcos-axiolo%CC%81gicos-doctrinarios-y-juri%CC%81dicos-1.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CHRISTOFOLI, Bruno de Andrade. **A regulação do Sistema de Comércio de Emissões no Brasil**: alternativa para cumprimento do dever estatal de proteção perante as mudanças climáticas. 2015. 253f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169651/339005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GATTI, Luciana V. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, n. 595, p. 388-393, jul. 2021.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito ambiental**. 5. ed. Rio de Janeiro: Grande Editora, 2023a.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023b.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**. Propostas para uma política de sobrevivência. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023. *E-book*.

MARTÍNEZ, Esperanza; ACOSTA, Alberto. Los derechos de la naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, p. 2927-2961, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DQvjXNFmCnhVxv4HxmhZsvB/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MELLO, Maria Beatriz Peixoto; PEREIRA, Maria Clara Mendes. Governança global do meio ambiente: um resumo das conferências ambientais de 2022 e o que vem em 2023. **Instituto de Relações Internacionais**, PUC-Rio, 27 fev. 2023. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/blog/governanca-global-do-meio-ambiente-um-resumo-das-conferencias-ambientais-de-2022-e-o-que-vem-em-2023/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1997.

WOLKMER, Maria de Fatima S.; FERRAZZO, Débora. Paradojo del desarrollo: derecho ambiental y bienes comunes en el capitalismo. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 163-189, set./dez. 2018. Disponible en: <http://>

revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1269/24711. Acceso en: 23 nov. 2025.

CAPÍTULO III

EL RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS DE LOS RÍOS EN AMÉRICA LATINA: UN ENFOQUE DE PROTECCIÓN AMBIENTAL

Juliana de Matos Barbosa¹

Ronald Dominguez Pillaca²

1 INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, la creciente degradación ambiental y la explotación insostenible de los recursos naturales han evidenciado la necesidad de replantear los enfoques tradicionales para la protección del medio ambiente. Los ríos, fuentes vitales de agua dulce y ecosistemas complejos, se encuentran entre los recursos más amenazados por actividades humanas como la contaminación, la deforestación y la construcción de represas. A pesar de los esfuerzos regulatorios y las políticas ambientales, muchos ríos continúan en estado crítico, lo que impulsa la búsqueda de perspectivas innovadoras para su preservación a largo plazo.

En este contexto, ha emergido un enfoque disruptivo que reconoce a los ríos como sujetos de derechos, otorgándoles un estatus legal y moral similar al de una persona. Esta perspectiva se basa en la premisa de que los ríos son entidades vivientes con un valor intrínseco y, por lo tanto, merecen ser respetados y protegidos en sí mismos, más allá de su utilidad para los seres humanos.

El reconocimiento de los derechos de los ríos implica un cambio paradigmático en nuestra relación con la naturaleza, pasando de una visión antropocéntrica a una eco-céntrica, donde los intereses de los ecosistemas y entidades naturales son considerados en pie de igualdad con los intereses humanos. Este enfoque desafía la noción tradicional

¹ Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito à Cidade e Políticas de Sustentabilidade Urbana e Ambiental (GPDUC/UNESC). E-mail: juliana.barbosa@unesc.net.

² Doctorando en el Programa de Posgraduación en Derecho Agrario de la Universidade Federal de Goiás (UFG). Maestro en Derecho de la Empresa por la Escuela de Posgrado Newman (EPGN). Maestro en Gestión Pública por la Universidad César Vallejo (UCV). E-mail: ronald.pillaca@discente.ufg.br.

de los ríos como meros recursos naturales para ser explotados, reconociéndolos como sujetos con derechos inherentes, como el derecho a existir, fluir y mantener su integridad ecológica.

Este artículo explora el concepto de reconocer derechos a los ríos, examinando sus antecedentes, implicaciones legales y ambientales, así como las perspectivas culturales y éticas que lo sustentan. Además, se analizarán casos de estudio y se evaluará la aplicabilidad de este enfoque en diferentes contextos. El objetivo principal es contribuir al debate y proporcionar una visión crítica sobre esta innovadora aproximación hacia la protección de los recursos hídricos y la sostenibilidad ambiental.

Como hipótesis, se plantea que el reconocimiento de los derechos de los ríos puede representar un enfoque eficaz para la protección ambiental y la sostenibilidad de los recursos hídricos. Este enfoque podría resultar en una gestión más holística y respetuosa de los ecosistemas fluviales, permitiendo que los derechos de los ríos sean considerados en igualdad de condiciones con los intereses humanos, promoviendo soluciones más amplias, justas y sostenibles.

Para responder a la problemática del presente estudio, se adoptó el método deductivo, mediante una revisión bibliográfica cualitativa y técnica de investigación indirecta, analizando normas jurídicas, estudios de caso, materiales bibliográficos, libros y periódicos, tanto físicos como en línea.

El trabajo se divide en dos momentos: en el primero, se estudian los antecedentes y casos emblemáticos del reconocimiento de los derechos de los ríos, abordando los hitos históricos y legales, las filosofías subyacentes y ejemplos de éxito en todo el mundo. Este análisis incluye un examen crítico de las implicaciones legales y ambientales de este enfoque.

En el segundo momento, se exploran las perspectivas culturales y éticas asociadas al reconocimiento de los derechos de los ríos y se investiga la aplicabilidad de este concepto en diferentes contextos. Se consideran cómo diversas culturas y comunidades perciben los derechos de los ríos, y cómo estas perspectivas influyen en la implementación práctica. Además, se evalúa la viabilidad de adoptar este enfoque en distintos sistemas jurídicos y ambientales, ofreciendo recomendaciones para su aplicación efectiva.

Esta estructura busca proporcionar una comprensión integral del tema, destacando la importancia y los desafíos del reconocimiento de los derechos de los ríos como una estrategia innovadora para la protección ambiental y la sostenibilidad de los recursos hídricos.

2 ORÍGENES Y EVOLUCIÓN DEL RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS DE LOS RÍOS

Los Derechos de la Naturaleza se distinguen como derechos ecológicos para diferenciarlos de los derechos ambientales, los cuales emergen del marco de los Derechos Humanos. Estos derechos ecológicos se centran en la protección de los ciclos vitales y los diversos procesos evolutivos, extendiéndose más allá de la mera conservación de especies en peligro o áreas naturales específicas (Martínez; Acosta, 2017).

De este modo, los bienes comunes naturales pueden ser concebidos más allá de la dicotomía entre lo público y lo privado, lo que implica que no estarían sujetos a la apropiación, monopolio o explotación, situándose así fuera del ámbito capitalista. Además, junto a esta concepción – una de las muchas que pueden desarrollarse en el ámbito de lo común – se encuentran las perspectivas biocéntricas o ecocéntricas, que consideran a la naturaleza no como un recurso o bien, sino como componentes esenciales de la vida, al igual que el propio ser humano (Wolkmer; Ferrazzo, 2018).

La idea de conceder derechos legales a la naturaleza, incluidos los ríos, tiene sus raíces en diversas tradiciones culturales y filosóficas que reconocen la interdependencia entre los seres humanos y el medio ambiente. Esta perspectiva se ha consolidado especialmente a partir del nuevo constitucionalismo latinoamericano, que reconoce a la naturaleza como un ente íntegro e indivisible (Rodríguez; Ayala, 2015). En muchas culturas indígenas, la naturaleza es vista como una entidad viva que merece respeto y protección, una visión que contrasta con la concepción occidental dominante de la naturaleza como recurso para ser explotado (Krenak, 2019).

Además de reconocer la personalidad jurídica de la naturaleza, se valoran los conocimientos tradicionales de los pueblos originarios para una mejor comprensión del mundo. Según Kopenawa, “la selva respira, pero los blancos no lo perciben. No creen que esté viva. Sin embargo, basta con mirar a sus árboles, con las hojas siempre brillantes. Si no respirara, estarían secas” (Kopenawa, 2015). Esta visión desafía la concepción antropocéntrica, que considera a los seres humanos como el centro de las valoraciones y la naturaleza como un objeto a ser utilizado para beneficios humanos (Gudynas, 2019).

La teoría de los derechos de la naturaleza comenzó a ganar visibilidad en la década de 1970, impulsada por filósofos y ambientalistas que argumentaban que la naturaleza debería ser reconocida como sujeto de derechos para garantizar su protección efectiva. Un hito significativo fue la publicación de “Should Trees Have Standing?” (1972) de Christopher Stone, quien defendía que elementos naturales, como árboles y ríos, deberían tener derechos legales, sugiriendo que estos objetos naturales deberían tener tutores legales para representar sus intereses (Stone, 2010).

Este enfoque representa un cambio de paradigma, promoviendo una visión de la naturaleza como una entidad con valor propio, independiente de su utilidad para los seres humanos. El marco legal que más ha contribuido a la discusión de los derechos de los ríos fue la inclusión de este concepto en las constituciones y legislaciones de varios países. La Constitución de Ecuador de 2008 fue pionera al reconocer explícitamente los derechos de la naturaleza, estableciendo un “giro biocéntrico” al incluir el derecho de la naturaleza a existir y regenerar sus ciclos vitales (Acosta, 2016). Este precedente fue seguido por la Constitución Boliviana de 2009, aunque con un enfoque menos radical en comparación con Ecuador, donde la naturaleza es reconocida como un sujeto de derechos con valor intrínseco.

En 2017, el río Whanganui en Nueva Zelanda fue legalmente reconocido como una entidad viva con derechos propios, gracias a la lucha de los indígenas Māori, quienes siempre consideraron al río como un ancestro y parte integral de su identidad cultural y espiritual. Este reconocimiento fue formalizado a través del Acta Te Awa Tupua, que estableció una estructura de gobernanza donde representantes del gobierno y de la tribu Whanganui actúan como guardianes del río (Aguirre; Cárcamo, 2020).

Otro caso emblemático es el del río Atrato en Colombia, que en 2016 fue declarado sujeto de derechos por la Corte Constitucional. La decisión subrayó la necesidad de proteger el río contra la degradación ambiental y reconoció la relación intrínseca entre la salud de los ecosistemas y los derechos humanos de las comunidades dependientes de ellos (Castro, 2020). Este fallo estableció un precedente importante para la protección de los derechos ambientales en Colombia.

Más recientemente, en Perú, el río Marañón fue reconocido como titular de derechos en marzo de 2024, subrayando su importancia ecológica y cultural. Este río, vital para la biodiversidad de la región y considerado sagrado por los pueblos amazónicos, ahora está protegido contra actividades extractivas y contaminación, reflejando una creciente tendencia en América Latina hacia la adopción de medidas legales para proteger los recursos naturales como sujetos de derechos.

Aunque en Brasil no ha habido un reconocimiento formal de los ríos como sujetos de derechos, el desastre ambiental en el río Doce en 2015 impulsó debates sobre la necesidad de reconocer y proteger los derechos de los ríos para evitar futuras catástrofes. A pesar de que la Justicia Federal de Minas Gerais rechazó una acción para reconocer la cuenca del río Doce como sujeto de derechos, el caso destacó la urgencia de nuevos enfoques jurídicos para la protección ambiental y promovió una discusión más amplia sobre los derechos de la naturaleza en Brasil (Sales, Isaguirre, 2018).

Los casos del río Whanganui, del río Atrato, del río Marañón y de la cuenca del río Doce evidencian una evolución significativa en la percepción y el tratamiento legal de los ríos. Estos precedentes reflejan un cambio hacia un paradigma más inclusivo y respetuo-

so con la naturaleza, reconociendo su valor intrínseco y su importancia para el bienestar humano y ecológico.

La evolución en el reconocimiento de los derechos de los ríos se manifiesta como un avance hacia un enfoque de gobernanza más holístico y sostenible, donde se prioriza la salud y la integridad de los ecosistemas fluviales. Estos casos resaltan la necesidad de un cambio en la legislación y en las políticas públicas para garantizar la protección efectiva de los ríos como sujetos de derechos.

3 IMPLICACIONES JURÍDICAS Y AMBIENTALES

El reconocimiento de los ríos como sujetos de derechos implica cambios jurídicos y de gestión ambiental, principalmente desde una concepción biocéntrica de la justicia ambiental. Una de las implicaciones es la necesidad de redefinir la justicia tradicional. Esto se debe a que la concepción de justicia está relacionada como “asunto entre humanos”, desde un enfoque antropocéntrico. Así, para reconocer a los ríos como sujetos de derecho, se revela necesario un cambio de paradigma hacia una justicia ecológica, una justicia para la naturaleza (Gudynas, 2019, p. 190).

La definición de justicia³ propiamente dicha no admite una única conceptualización, pues está ligada al contexto histórico, ideológico, social y político, sufriendo variaciones de acuerdo con los filósofos y pensadores de diferentes épocas y contextos sociales. El objetivo de este estudio no es limitar o definir exclusivamente la concepción de justicia, sino analizarla principalmente desde el ámbito ecológico, enfocándose en el reconocimiento de los ríos como sujetos de derecho.

Es importante destacar que la justicia aquí planteada no se refiere únicamente al cumplimiento de normas legales, sino especialmente a una justicia que considere y proteja los derechos intrínsecos de la naturaleza. Para Gudynas (2019), es necesario ampliar la idea de justicia para incluir la justicia ecológica, que protege no solo a los seres humanos, sino también a la naturaleza, con una redefinición de los valores culturales y sociales. Esta perspectiva, según el autor, exige una reorientación de las políticas públicas y de

³ El primer filósofo en teorizar sistemáticamente sobre la justicia fue Aristóteles, en su obra *Ética a Nicómaco*. Para Aristóteles, la justicia es una virtud ética, de carácter, relacionada con las personas, que las lleva a querer, practicar y actuar de manera justa (Aristóteles, 1984, p. 121). Kelsen (1991, p. 65-73) menciona que la justicia solo puede verificarse a partir de la relación social entre personas, como una cualidad intersubjetiva. El positivista Kant (1985) relaciona el derecho y la moral, de modo que la justicia parte de la concepción del derecho y de la libertad del individuo para coexistir hasta la libertad del otro. Rawls (2002, p. 2) teoriza la justicia como un modo de cooperación social entre individuos, como “estructura básica de la sociedad”. Honneth (2009) amplía la definición de justicia como un fenómeno del mundo social, no limitándose a un valor o a las relaciones sociales, sino de modo que los ciudadanos producen los principios de justicia, mientras que el Estado democrático los implementa.

las prácticas judiciales para incluir los derechos de la naturaleza como fundamentales. El autor destaca que la justicia ambiental es insuficiente para proteger los valores intrínsecos de la naturaleza, ya que se basa en concepciones tradicionales del medio ambiente como calidad de vida, desde un punto de vista utilitarista. Así, propone la justicia ecológica como una justicia para la naturaleza, la cual complementa la justicia ambiental y reconoce a la naturaleza con valores propios.

En ese sentido, se destaca:

Considerar direitos ao meio ambiente, unicamente enquanto condição de manutenção da dignidade humana, restringe as possibilidades de reconhecer a sério os direitos da grande comunidade da vida. É preciso, portanto, passar de uma ótica de desenvolvimento sustentável e de direito ao meio ambiente equilibrado para a afirmação de direitos da natureza, os quais, por certo, integram o ser humano em seu âmbito de proteção, por prezar pelo equilíbrio da vida e sua continuidade (Rodrigues; Ayala, 2015).

El Estado de Derecho Ambiental presenta diversas limitaciones, especialmente en su capacidad para enfrentar de manera eficaz las crisis ecológicas y ambientales que caracterizan la contemporaneidad. Leite critica la insuficiencia de las medidas preventivas y el carácter reactivo de las políticas ambientales, que a menudo se implementan solo después de la ocurrencia de daños significativos al medio ambiente. Además, la falta de integración y coordinación entre los diferentes niveles de gobierno y sectores de la sociedad resulta en acciones fragmentadas e inefaces (Leite, 2015).

Una de las críticas centrales de Leite (2015) es que el Estado de Derecho Ambiental todavía está fuertemente enraizado en una visión antropocéntrica, donde la naturaleza se protege principalmente por su valor utilitario para los seres humanos. Este paradigma limita la protección ambiental a los intereses humanos inmediatos, descuidando la necesidad de reconocer y respetar los derechos intrínsecos de la naturaleza.

Argumentan Leite, Silveira, Bettega (2017) que, para superar estas limitaciones, es necesario un avance hacia un Estado de Derecho Ecológico. Este nuevo paradigma debe incorporar la integridad ecológica como un valor esencial y central en las políticas públicas y jurídicas. La transición hacia un Estado de Derecho Ecológico exige una profunda reestructuración de las instituciones y de las normas legales, de modo que priorice la sostenibilidad y la protección de los ecosistemas como objetivos fundamentales.

La internacionalización de los derechos humanos y la expansión de este concepto para incluir los derechos de la naturaleza representan un avance significativo en el campo jurídico y ético. La Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra, proclamada

en 2010 en Bolivia, es un hito en este movimiento. Este documento defiende que la Tierra y todos los seres vivos tienen derechos inalienables a la vida, a la existencia y al respeto. Refleja una creciente conciencia de que el bienestar humano está intrínsecamente ligado a la salud del medio ambiente y que la naturaleza debe ser reconocida como un sujeto de derechos con valor intrínseco, no solo instrumental. La jurisdicción de países como Ecuador, que reconoció derechos constitucionales a la naturaleza, ilustra este creciente alcance. Estos avances destacan la necesidad de un paradigma donde la naturaleza sea vista no solo como objeto de protección para beneficio humano, sino como sujeto de derechos con valor intrínseco (Gudynas, 2019).

Además, Leite (2015) enfatiza la importancia de un enfoque holístico e integrado para la protección ambiental. Argumenta que las políticas públicas deben diseñarse para promover la sostenibilidad en todas sus dimensiones: ambiental, social y económica. Esto incluye la implementación de prácticas de economía circular, que minimicen el desperdicio y promuevan la reutilización y el reciclaje de recursos, y la promoción de energías renovables para reducir la dependencia de combustibles fósiles.

Además, reconocer al río como sujeto de derechos implica atribuirle una personalidad jurídica, permitiéndole ser representado en tribunales, por su propia causa, para proteger sus propios intereses y derechos. En ese caso, habrá la designación de guardianes o representantes legales que actúen en nombre del río para garantizar que sus derechos sean preservados, tales como el derecho a la existencia, al flujo natural, la protección contra la contaminación y la preservación de su ecosistema (Câmara; Fernandes, 2018).

Este reconocimiento legal facilita la responsabilización de aquellos que dañan los ríos, permitiendo que se tomen acciones legales más efectivas para su protección. Los guardianes pueden presentar demandas en nombre del río, buscando reparaciones y medidas para prevenir futuros daños. Esto crea un marco legal robusto para la conservación y restauración de los ecosistemas fluviales, asegurando que los ríos puedan seguir desempeñando sus funciones vitales en el entorno natural.

En relación con las implicaciones ambientales, el reconocimiento de los ríos como sujetos de derechos podría llevar a una mayor concienciación y esfuerzos para la conservación de la naturaleza y de los ríos, promoviendo prácticas efectivamente sostenibles que benefician tanto al ecosistema como a las comunidades humanas que dependen de él. Otro punto importante es la mitigación de los impactos ambientales, especialmente en lo que respecta a la crisis climática, ya que, con la protección de los recursos hídricos, habrá una mayor preservación de las áreas ribereñas y zonas húmedas (Câmara; Fernandes, 2018).

4 PERSPECTIVAS CULTURALES Y ÉTICAS

El reconocimiento de los ríos como sujetos de derechos también tiene profundas implicaciones desde las perspectivas culturales y éticas. Estas perspectivas subrayan la importancia de considerar las relaciones simbólicas, espirituales y culturales que las comunidades tienen con los ríos, así como las implicaciones morales de otorgar derechos a entidades naturales.

En muchas culturas indígenas, los ríos son vistos no solo como recursos naturales, sino como seres vivos que desempeñan un papel crucial en la cosmovisión y la identidad cultural de los pueblos. Para comunidades como los Māori en Nueva Zelanda, el río Whanganui es considerado un ancestro y una fuente de vida espiritual. La noción de “Te Awa Tupua”, que fue reconocida legalmente en 2017, refleja esta conexión profunda, donde el río no es solo un cuerpo de agua, sino un ser con su propia mana (poder) y tapu (sagrado) que requiere respeto y protección.

En América Latina, las culturas indígenas y locales también tienen relaciones profundamente arraigadas con los ríos. Para los pueblos andinos, los ríos son parte de Pachamama, la Madre Tierra, y se consideran sagrados debido a su papel en la fertilización del suelo y la irrigación de las tierras agrícolas. Esta cosmovisión implica un respeto inherente y una obligación moral de proteger los ríos, que son vistos como seres con vida y no simplemente como recursos para la explotación humana.

Así, para los Krenak⁴, una etnia indígena de Brasil, el Río Doce tiene un significado cultural profundo, considerado una entidad ancestral. Cuando ocurrió la ruptura de la presa de Fundão en Mariana/MG, que afectó de manera devastadora al río, para la comunidad indígena no solo provocó la destrucción física y química del entorno fluvial, sino también una ruptura en el tejido cultural y espiritual de los Krenak. Para la comunidad, se produjo una pérdida irreparable, haciendo inviable el ejercicio de prácticas culturales tradicionales asociadas al Río Doce, generando una brecha en la transmisión de conocimientos, rituales y valores (Krenak, 2019).

Estas perspectivas culturales han sido fundamentales para impulsar el reconocimiento legal de los derechos de los ríos. En muchos casos, el reconocimiento de los derechos de los ríos surge de las luchas de las comunidades indígenas para proteger sus territorios y mantener sus formas de vida tradicionales. Este reconocimiento legal no solo protege el medio ambiente, sino que también asegura la preservación de las culturas y tradiciones que dependen de estos ríos.

⁴ Los Krenak, también conocidos como Borun, son una comunidad de pueblos indígenas que se encuentran situados en Minas Gerais, Mato Grosso y São Paulo.

Desde una perspectiva ética, el reconocimiento de los derechos de los ríos plantea preguntas fundamentales sobre la relación entre los seres humanos y la naturaleza. La ética ambiental tradicionalmente ha estado dominada por un enfoque antropocéntrico, donde la naturaleza se valora principalmente en función de su utilidad para los seres humanos. Sin embargo, el movimiento hacia el reconocimiento de los derechos de la naturaleza, incluyendo los ríos, refleja una ética biocéntrica o ecocéntrica, donde se reconoce el valor intrínseco de todos los seres vivos y entidades naturales, independientemente de su utilidad para los seres humanos (Stone, 2010).

La ética biocéntrica sostiene que todos los seres vivos, incluidos los ríos, tienen derechos morales que deben ser respetados. Este enfoque desafía la idea de que los seres humanos son los únicos sujetos de derechos y que la naturaleza existe solo para servir a los intereses humanos. En cambio, propone que la naturaleza tiene un valor en sí misma y que los seres humanos tienen una obligación moral de respetar y proteger los derechos de los ríos y otras entidades naturales.

Esta perspectiva ética también se refleja en la teoría de la justicia ecológica, que propone una ampliación del concepto de justicia para incluir no solo a los seres humanos, sino también a la naturaleza. Según esta teoría, los ríos tienen derechos que deben ser protegidos, y los seres humanos tienen la responsabilidad de actuar como guardianes de estos derechos. Esto implica un cambio significativo en la forma en que las sociedades organizan sus sistemas legales y de gestión ambiental, para asegurar que los derechos de los ríos sean respetados y protegidos (Gudynas, 2019).

La convergencia de las perspectivas culturales y éticas en el reconocimiento de los derechos de los ríos refleja un cambio de paradigma en la relación entre los seres humanos y la naturaleza. Este cambio implica no solo un reconocimiento legal, sino también un reconocimiento cultural y moral de que los ríos, y la naturaleza en general, tienen derechos que deben ser respetados. Al reconocer los derechos de los ríos, las sociedades no solo están protegiendo el medio ambiente, sino también respetando las tradiciones culturales y cumpliendo con sus obligaciones morales hacia la naturaleza.

5 CASOS EN ESTUDIO Y APLICABILIDAD

El reconocimiento de los ríos como sujetos de derechos es un fenómeno relativamente reciente, pero ya ha sido implementado en varios países con resultados significativos. A continuación, se analizan algunos de los casos más destacados en América Latina y otras regiones, así como su aplicabilidad en diferentes contextos.

Uno de los casos más emblemáticos en América Latina es el del río Atrato en Colombia. En 2016, la Corte Constitucional de Colombia reconoció al río Atrato como un sujeto de derechos a la protección, conservación y restauración. Este fallo fue el resultado de una demanda interpuesta por comunidades indígenas y afrocolombianas que dependían del río para su subsistencia, y que se vieron gravemente afectadas por la minería ilegal y la contaminación. La Corte ordenó al gobierno colombiano que tomara medidas inmediatas para proteger y restaurar el río, y designó a un grupo de guardianes, incluyendo representantes de las comunidades locales, para velar por los derechos del río (Rodríguez-Garavito, 2019).

Este caso ha sido fundamental para sentar un precedente en la región, demostrando que el reconocimiento de los derechos de los ríos puede ser una herramienta eficaz para la protección del medio ambiente y la defensa de los derechos de las comunidades locales. Además, ha inspirado a otros países en América Latina a considerar la posibilidad de reconocer derechos similares a otros ríos y cuerpos de agua.

Asimismo, en Perú, el 08 de marzo de 2024, el I Juzgado Mixto de Nauta (Loreto) reconoció al río Marañón como titular de derechos, una sentencia que marca un hito en la protección de los ríos en Perú. Este fallo responde a una demanda de amparo presentada por la Federación Huaynakana Kamatahuara Kana, la cual fue interpuesta contra Petroperú y varias entidades gubernamentales debido a los continuos derrames de petróleo en el Oleoducto Norperuano que han afectado gravemente al río.

El reconocimiento del río Marañón como titular de derechos implica que se le otorgan derechos legales específicos, como el derecho a fluir sin contaminación, el derecho a la biodiversidad nativa, y el derecho a ser restaurado y regenerado en sus ciclos naturales. Además, esta sentencia establece la figura de “guardianes” del río, representados por organizaciones indígenas, quienes tienen la facultad de defender estos derechos en los tribunales. Esta medida no solo representa un avance en la protección del Marañón, sino que también abre el camino para que otros ríos en Perú puedan ser protegidos bajo un marco legal similar.

Fuera de América Latina, uno de los casos más influyentes ha sido el del río Whanganui en Nueva Zelanda. En 2017, después de más de 140 años de lucha por parte del pueblo Māori, el Parlamento de Nueva Zelanda aprobó la “Te Awa Tupua (Whanganui River Claims Settlement) Act”, que reconoce al río Whanganui como una entidad legal con personalidad jurídica. Según la ley, el río tiene todos los derechos, deberes y responsabilidades de una persona jurídica, y está representado por un grupo de guardianes que actúan en su nombre (Charpleix, 2018).

Este reconocimiento legal se basa en la cosmovisión del pueblo Māori, que ve al río como un ancestro y una parte integral de su identidad cultural. La ley no solo protege el río, sino que también reconoce y respeta los valores culturales y espirituales de los Māori.

El caso del río Whanganui ha sido ampliamente citado en debates sobre los derechos de la naturaleza y ha servido como modelo para otras iniciativas en todo el mundo.

Por otro lado, Ecuador fue el primer país en el mundo en reconocer los derechos de la naturaleza en su Constitución de 2008. En 2011, un tribunal ecuatoriano aplicó este principio constitucional en el caso del río Vilcabamba, reconociendo que el río había sufrido daños significativos debido a la construcción de una carretera. El tribunal falló a favor del río y ordenó la restauración de su cauce natural, destacando que la naturaleza tiene derecho a la restauración integral después de sufrir daño (Kauffman; Martin, 2018).

Este caso es un ejemplo temprano de cómo el reconocimiento de los derechos de la naturaleza puede ser aplicado en la práctica judicial. Desde entonces, Ecuador ha continuado desarrollando su marco legal para proteger los derechos de la naturaleza, aunque enfrenta desafíos en la implementación efectiva de estos derechos debido a conflictos con intereses económicos y políticos.

La aplicabilidad de los derechos de los ríos en otros contextos depende de varios factores, incluyendo el marco legal existente, la voluntad política, y las relaciones culturales y espirituales que las comunidades tienen con los ríos. En América Latina, donde muchas comunidades indígenas y locales tienen relaciones profundas con los ríos, el reconocimiento de los derechos de los ríos puede ser especialmente relevante y efectivo para proteger tanto el medio ambiente como los derechos culturales.

Sin embargo, la implementación de estos derechos no está exenta de desafíos. En muchos casos, el reconocimiento de los derechos de los ríos requiere un cambio significativo en las leyes y políticas públicas, así como en la mentalidad de los actores políticos y económicos. Además, es necesario establecer mecanismos claros para la representación y defensa de los derechos de los ríos, como la designación de guardianes o representantes legales, y asegurar que estos mecanismos sean respetados y apoyados por las autoridades.

El reconocimiento de los derechos de los ríos también puede ser aplicable en contextos urbanos e industriales, donde los ríos a menudo están sometidos a altas presiones debido a la contaminación y la explotación económica. En estos casos, la implementación de los derechos de los ríos podría contribuir a mejorar la gestión ambiental y promover prácticas más sostenibles, beneficiando tanto a los ecosistemas como a las comunidades humanas que dependen de ellos (O'Donnell; Talbot-Jones, 2018).

Los casos en estudio muestran que el reconocimiento de los derechos de los ríos es una herramienta poderosa para la protección ambiental y la defensa de los derechos culturales. Sin embargo, su aplicabilidad y éxito dependen de un compromiso continuo con la implementación efectiva de estos derechos y la superación de los desafíos políticos, legales y sociales.

6 CONCLUSIÓN

El reconocimiento de los derechos de los ríos en América Latina, como parte de un enfoque más amplio de protección ambiental, representa un cambio paradigmático en la manera en que las sociedades perciben y tratan a los recursos naturales. Este estudio ha explorado las implicaciones jurídicas, ambientales, culturales y éticas de este fenómeno, así como los casos más relevantes y su aplicabilidad en diferentes contextos. A partir del análisis realizado, se pueden extraer las siguientes conclusiones:

El reconocimiento de los ríos como sujetos de derechos desafía la concepción tradicional de la justicia ambiental, que ha estado históricamente centrada en los seres humanos. Este enfoque biocéntrico, que promueve una justicia ecológica, amplía el marco legal y ético para incluir los derechos intrínsecos de la naturaleza, lo cual es fundamental para la protección efectiva de los ecosistemas fluviales. La adopción de este paradigma requiere una reestructuración significativa de las políticas públicas y las instituciones jurídicas.

Los casos estudiados demuestran que el reconocimiento de los derechos de los ríos está profundamente arraigado en las cosmovisiones y valores culturales de las comunidades indígenas y locales. Estas perspectivas no solo legitiman el marco legal adoptado, sino que también subrayan la importancia de respetar y proteger las relaciones espirituales y culturales que estas comunidades mantienen con los ríos. En este sentido, el reconocimiento legal de los derechos de los ríos puede ser visto como una forma de justicia cultural.

Los casos de estudio, como el río Atrato en Colombia, el río Marañón en Perú y el río Whanganui en Nueva Zelanda, evidencian que el reconocimiento de los derechos de los ríos puede ser una herramienta eficaz para la protección ambiental. Al otorgar personalidad jurídica a los ríos, se facilita la responsabilización de los actores que causan daño ambiental y se promueven acciones legales más efectivas para la conservación y restauración de los ecosistemas. Esto demuestra que la implementación de estos derechos puede tener un impacto positivo tangible en la protección de los recursos hídricos.

A pesar de los avances significativos, la implementación de los derechos de los ríos enfrenta numerosos desafíos, incluyendo la necesidad de un marco legal robusto, la coordinación entre diferentes niveles de gobierno, y la resistencia de actores con intereses económicos. Sin embargo, la creciente conciencia y apoyo a nivel internacional y regional indican un movimiento hacia la integración de estos derechos en las políticas públicas, lo cual podría conducir a una mayor sostenibilidad y protección ambiental en el futuro.

Finalmente, este estudio concluye que para que los derechos de los ríos sean plenamente reconocidos y respetados, es necesario un cambio profundo en la manera en que las sociedades humanas interactúan con la naturaleza. Esto implica no solo reformas legales, sino también un cambio en los valores y actitudes hacia el medio ambiente. El

reconocimiento de los derechos de los ríos es un paso hacia una relación más armoniosa y respetuosa entre los seres humanos y la naturaleza, que es esencial para enfrentar los desafíos ambientales del siglo XXI.

REFERENCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

AGUIRRE, Monti; CÁRCAMO, Anna Maria. O rio Whanganui e o povo Maori: reconhecimento e garantia dos direitos da natureza. In: LACERDA, Luiz Felipe (org.). **Direitos da natureza**: marcos para a construção de uma teoria geral. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2020/11/direitosdanatureza.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de W. D. Ross. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., 1984.

CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes; FERNANDES, Márcia Maria dos Santos Souza. O reconhecimento jurídico do Rio Atrato como sujeito de direitos: reflexões sobre a mudança de paradigma nas relações entre o ser humano e a natureza. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15987>. Acesso em: 23 maio 2024.

CASTRO, Carla Judith Cetina. Amazônia colombiana como sujeito de direitos: sentença da corte suprema de justiça da colômbia. In: LACERDA, Luiz Felipe (org.). **Direitos da natureza**: marcos para a construção de uma teoria geral. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2020/11/direitosdanatureza.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CHARPLEIX, Liz. The Whanganui River as Te Awa Tupua: place-based law in a legally pluralistic society. **The geographical journal**, v. 184, n. 1, p. 19-30, mar. 2018.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019.

HONNETH, Axel. **A ideia de justiça social**: ensaios escolhidos. Tradução de Maurício Santana Dias. Madrid: Trotta, 2009.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Madrid: Espasa-Calpe, 1985.

KAUFFMAN, Craig M.; MARTIN, Pamela L. Constructing rights of Nature norms in the US, Ecuador, and New Zealand. **Global Environmental Politics**, v. 18, n. 4, p. 43-62, 2018. Disponível em: <https://direct.mit.edu/glep/article/18/4/43/15016/Constructing-Rights-of-Nature-Norms-in-the-US>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 5. ed. México: UNAM, 1991.

KOPENAWA, Davi. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami, notas e organização por Bruce Albert. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de Risco e Estado. *In*: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEITE, José Rubens Morato; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETTEGA, Belisa. O Estado de Direito para a Natureza: fundamentos e conceitos. *In*: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (org.). **Estado de direito ecológico: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017. p. 57-87. Disponível em: <http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf/view>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MARTÍNEZ, Esperanza; ACOSTA, Alberto. Los derechos de la naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, p. 2927-2961, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DQvjXNFmCnhVxv4HxmhZsvB/?format=pdf&lang=e>. Acesso em: 23 nov. 2025.

O'DONNELL, Erin L.; TALBOT-JONES, Julia. Creating legal rights for rivers: lessons from Australia, New Zealand, and India. **Ecology and Society**, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26799037?seq=1>. Acesso em: 23 nov. 2025.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de J. A. Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES, Eveline de Magalhães Werner; AYALA, Patryck. Constitucionalismo e proteção ambiental na América: é possível proteger melhor? *In*: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Empowered participatory jurisprudence: experimentation, deliberation and norms in socioeconomic rights adjudication. *In*: YOUNG, Katharine G. (org.). **The future of economic and social rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 233-258. DOI: 10.1017/9781108284653.010.

SALES, Juliana de Oliveira; ISAGUIRRE, Katya Regina. Uma discussão sobre os direitos da natureza a partir do novo constitucionalismo latino-americano e do caso do Rio Doce no Brasil. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 5, n. 12, p. 222-241, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45112>. Acesso em: 23 nov. 2025.

STONE, Christopher D. **Should trees have standing? Law, morality, and environment**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

WOLKMER, Maria de Fatima S.; FERRAZZO, Débora. Paradojo del desarrollo: derecho ambiental y bienes comunes en el capitalismo. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 163-189, set./dez. 2018. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1269/24711>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CAPÍTULO IV

LA EVOLUCIÓN DE LOS DERECHOS DE LA NATURALEZA ATRAVÉS DEL LITIGIO CLIMÁTICO: UNA PERSPECTIVA DESDE EL CONSTITUCIONALISMO DEL SUR GLOBAL

Carolina Machado Mendes¹

Juan Carlos Arichavala²

1 INTRODUCCIÓN

Este artículo fue elaborado en la Red Latinoamericana de Investigación Jurídica en Derechos Humanos, en alianza de Brasil y Ecuador a través del Programa de Posgrado Stricto Sensu del Centro Universitario de Pará (CESUPA) y el Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN). Con el objetivo de promover el debate crítico sobre los derechos humanos, los derechos ambientales y el litigio climático. De esta manera, ampliaremos las discusiones latinoamericanas sobre la política climática y el uso del litigio como herramienta para la protección de los derechos humanos. La pregunta problemática para responder es: ¿Cómo influyen los litigios climáticos en la evolución de los derechos ambientales?

En la primera sección analizaremos la evolución del constitucionalismo en el Sur Global, con un enfoque particular en el reconocimiento de los derechos de la naturaleza. Se argumenta que este nuevo paradigma jurídico, enraizado en las cosmovisiones indígenas, representa un cambio significativo hacia el antropocentrismo tradicional.

En la segunda sección exploramos el creciente fenómeno de los litigios climáticos y destacaremos el papel de los tribunales en la protección de los derechos humanos y el medio ambiente, ligado al contexto de los derechos de los pueblos indígenas. Aunque los países desarrollados han liderado esta área, el texto destaca la relevancia de los litigios climáticos en el Sur Global, donde el constitucionalismo andino ha ofrecido una mayor protección a la naturaleza y sus componentes.

¹ Mestra em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). E-mail: prof.carolinammendes@gmail.com.

² Magister en Derecho Constitucional con mención en Derecho Procesal Constitucional y actualmente curso la Maestría en Derecho con Mención en Derecho Administrativo y Litigación. Abogado de los Tribunales de Justicia de la República del Ecuador. E-mail: juan_tpt_2@hotmail.com.

Como metodología utilizamos el análisis bibliográfico de producciones textuales que abordan el estudio de los derechos de la naturaleza, los litigios climáticos en el Norte y Sur global, y los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, para así entender si esta fricción contribuye a la evolución de los derechos ambientales.

2 CONSTITUCIONALISMO EN EL SUR GLOBAL

El término “litigio climático” determina la existencia de un conflicto legal que está relacionado con el cambio climático, lo que nos hace cuestionarnos si el clima es objeto de disputa, ¿Qué derechos quieren proteger los demandantes? En la primera fase del constitucionalismo, la sociedad luchó por la limitación del poder político del Estado sobre la vida de los ciudadanos, por lo que la primera dimensión o generación de derechos garantizó los derechos individuales, civiles y políticos, posteriormente la llamada segunda generación garantizó los derechos colectivos, económicos, sociales y culturales, siendo común observar litigios acerca del derecho a la vida, el derecho a la libertad en sus diversas formas, el derecho a la igualdad, la discriminación, entre otros que son fácilmente identificables. Entonces, cuando hablamos de litigios climáticos, ¿Qué derechos están en pugna?

En esta línea, existen políticas y jurisprudencia internacional acerca de los litigios climáticos. El sur global ha tomado una posición al respecto, emitiendo decisiones que reflejan un movimiento, este movimiento puede ser visto como un rescate de los derechos desde el concepto de propiedad comunal, provenientes de los pueblos, comunidades y nacionalidades indígenas, que tienen un vínculo especial con el medio ambiente. Aquello deviene de su cosmovisión, de su conexión con los elementos de la naturaleza, de sus creencias, de sus tradiciones y de su profundo respeto a la naturaleza como sostén diario social y alimentario.

En este acápite pretendemos destacar que derechos están en debate cuando surgen disputas climáticas, así como comprender la concepción y protección de estos derechos ambientales en el sur global. Sousa Santos (2014) describe al Sur Global como un espacio anti imperial, sector que resiste a la dominación, este Sur epistemológico no se limita a una ubicación geográfica, sino se compone de saberes que emergen de las luchas de los grupos sociales que han sufrido injusticia y opresión.

En el sistema político, la soberanía popular determina la participación simétrica de los interesados en el proceso de creación de derechos y deberes que todos los miembros de la comunidad deben cumplir para constituir un Estado de derecho. Sin embargo, hay situaciones en las que ciertos ciudadanos se ven impedidos, aunque sea involuntariamente, de ejercer sus derechos porque sufren los efectos negativos de las acciones políticas, siendo las clases más explotadas por los sistemas económicos de los países pobres y

periféricos. Constituyéndose como víctimas del sistema actual, catalogadas como grupos emergentes “sin derechos” (Dussel, 2015).

El movimiento de los marginados inició una lucha por la inclusión del reconocimiento de nuevos derechos. En estos casos, Dussel (2015) afirma que se crea una evolución en la historia del derecho, cuando una comunidad política se apoya en la macroinstitucionalización del Estado. Este momento histórico demuestra que esos derechos son universalmente exigibles en el Estado que los reconoció. En la revolución industrial no era necesario debatir sobre los derechos ambientales, ya que la naturaleza se entendía como una fuente inagotable de recursos y aún no era posible medir los efectos negativos del avance industrial.

Sin embargo, los derechos de la naturaleza en la actualidad son objeto de debate en todo el mundo por la necesidad de una protección especial y, según Zanjonc (2010) nuestra supervivencia depende de nuestras elecciones. La cuestión es si tenemos que experimentar tragedias y catástrofes, a fin de aprender y evolucionar, o si, podemos acelerar la evolución de nuestra existencia a través de la elección consciente de las acciones correctas.

La incorporación de nuevos derechos al ordenamiento jurídico es el resultado de la institucionalización de un derecho descubierto por las víctimas, resultado del período histórico, del proceso civilizatorio y del desarrollo de la humanidad. Es el resultado de una conciencia política crítica de los grupos que sufren los efectos negativos de la acción humana. Es un derecho descubierto en la madurez del proceso histórico que desencadenará el derecho positivo (Dussel, 2015). De este modo, el paso de la antigua ley a la nueva ley no es meramente mecánico, sino que se realiza a través de la reconstrucción del sentido del derecho.

Como ejemplo del realce constitucional, tenemos en el Sur las constituciones de Ecuador (2008) y Bolivia (2009), que trajeron innovaciones en la teoría constitucional, de forma especial el caso ecuatoriano con el reconocimiento a la naturaleza y sus componentes como sujeto de derechos, inclusión de acciones populares, mecanismos de participación, herramientas de protección para la tutela de derechos y más, esto con la finalidad de generar una evolución de estos derechos. Esto es sin duda el resultado de la articulación de demandas históricas, morales, políticas y jurídicas de los movimientos de resistencia popular a favor de los sectores populares vulnerables. Esta experiencia de neoconstitucionalismo se adopta para combatir la inercia del constitucionalismo habitual, de modo que las cuestiones políticas se resuelven con la distribución de una porción de poder a los grupos vulnerables (Medici, 2017).

Apartarse de la pura legalidad, del constitucionalismo habitual, implica anclarnos a la Utopía del derecho, con una función propia y adicional, que es la transformación, bajo este presupuesto el concepto de justicia debe ser considerado, no desde la ideología, sino

desde la utopía, por ejemplo, las concepciones de la justicia indígena en las comunidades ecuatorianas (Ávila, 2019).

El constitucionalismo tradicional organiza el Estado a partir de la experiencia y el aprendizaje de las comunidades humanas en la construcción de instituciones mejorables para crear viabilidad para la producción y reproducción de la vida de manera consensuada. Sin embargo, el eurocentrismo se refiere a las experiencias históricas que surgen a través de la narrativa de los países de Europa Occidental. De esta manera, Europa se presenta como un punto de difusión para las revoluciones burguesas y democráticas de este período. A pesar de su inestimable valor, la narración presenta el resultado desde una perspectiva única, que ha sido concebida a lo largo de los siglos a partir de la universalización del sistema capitalista, que tiene como productos las naciones monoculturales, las religiones nacionales, la democracia, el desarrollo y el propio constitucionalismo que ha ido uniformando el mundo. Sin embargo, terminó legitimando la colonización, la evangelización, la esclavitud, entre otras formas de explotación que crean una clara separación entre el colonizador y el colonizado (Medici, 2017).

Así, desde la colonización hemos visto la ruptura de la conexión de los pueblos indígenas con su territorio, siendo que para ellos la tierra tiene un carácter sagrado, es un punto crucial de identidad y memoria. Quizhpe Gualán (2022) resalta que los pueblos indígenas guardan el orden matriarcal en la vida cotidiana y en su memoria de lo sagrado. La colonia obligó, por ejemplo, a que la pachamama adopte el disfraz de virgen María. Los cristianos colocaron una cruz o una iglesia en toda montaña o cerro sagrado apu con el objetivo destructivo sobre los dioses indígenas; sin embargo, la tierra como un todo sigue siendo madre cosmos pachamama, allí la vigencia del orden matriarcal y sagrado de las concepciones, siendo indudable ese valor sacrosanto que tiene la tierra para estas comunidades.

La posibilidad de avance a través de las prácticas colonizadoras fue una razón para el desarrollo de varias matrices colonizadoras en Europa y América del Norte. Incluyendo la oportunidad de crear una teoría constitucional (Medici, 2017).

Las discusiones sobre la organización del Estado no tienen en cuenta la realidad histórica del sur global, sino que se reducen a modelos universales de democracia frente a la cooperación entre los poderes legislativo, ejecutivo y judicial. Problemas como el desequilibrio de poder y la corrupción siempre existirán, pero los países sudamericanos quieren que el mundo ponga la atención sobre problemas como la persistencia de la desigualdad social, factor relevante en el análisis de las demandas de nuestra región y el grado de avance y/o retroceso de los procesos de protagonismo popular (Medici, 2017).

La democracia intercultural ha dado visibilidad al neoconstitucionalismo sudamericano, que implica el empoderamiento popular en la jerarquía de las fuentes del derecho, el cual es tomado como un proceso en construcción para las generaciones futuras, ideal-

zando un proceso abierto a diferentes comunidades y grupos populares. La conflictividad social conduce a la transformación institucional, países como Bolivia y Ecuador han recuperado la participación popular como derecho y como garantía, innovando el constitucionalismo sudamericano al visibilizarse como Estados plurinacionales (Medici, 2017).

Así, tales cambios impactan no solo en la visión cultural, sino también en la noción de constitución material, ya que permite innovaciones basadas en luchas populares por derechos como el bienestar, los derechos ambientales, el derecho al agua, al saneamiento, a la seguridad alimentaria y otros derechos que terminaron restringiéndose solo a una porción de la población (Medici, 2017).

La Constitución de Bolivia realzo el camino a la democracia representativa, participativa y comunitaria, guiada por la consensualidad y el principio de producción, reproducción y desarrollo de la vida humana en su ciclo natural. De esta manera, estos derechos pasaron a formar parte de la lista de derechos fundamentales en Bolivia, por su parte Ecuador integró el concepto de buen vivir (Medici, 2017). Este buen vivir-sumak kawsay referencia un estado de bienestar social, cultural y natural, la relación directa de los seres humanos con su entorno.

El derecho al medio ambiente es un derecho de tipo difuso y colectivo, su protección no se limita a los derechos individuales, sino que abarca a toda la sociedad. Un derecho compartido por todos, y su preservación es una condición esencial para el desarrollo humano. Cuando pensamos en el medio ambiente, el concepto no se agota dentro de los límites territoriales de una nación, extendiéndose por todo el globo. Por lo tanto, países como Ecuador y Bolivia tienen sistemas legales que protegen el medio ambiente, en Brasil tenemos el capítulo VI de la Constitución Federal (1988), reservado para el medio ambiente, que define en el artículo 225 el medio ambiente ecológicamente equilibrado como un derecho fundamental de todos e impone al poder público y a la comunidad el deber de defenderlo y preservarlo para las generaciones futuras.

El modelo de constitucionalismo importado de Europa acentuó características como la jerarquización, la imperatividad y la coerción, que en contextos de pluralismo cultural pueden percibirse como una violencia simbólica ejercida por el propio Estado en este modelo colonial que componía la región. Por otro lado, el neoconstitucionalismo sudamericano, propone un cambio en la discusión, trayendo la idea de supremacía constitucional diversificada, por ejemplo, el Tribunal Constitucional Plurinacional Boliviano, en la resolución de casos judiciales difíciles, se encuentra obligado a ponderar principios como la dignidad humana. Coordinar el reconocimiento de una pluralidad de derechos coexistentes. Encontrar un equilibrio en la interpretación retórica para reconstruir la hermenéutica constitucional, ya que la resolución de casos requiere un proceso abierto (Medici, 2017).

Tales prácticas constitucionales llevan a cabo un proceso de interpretación constitucional y control de constitucionalidad marcado en las constituciones Andinas.

El Constitucionalismo Andino dio lugar a un ciclo de constitucionalismo regional que reconoce el pluralismo, nuevos derechos e innovaciones en las formas de participación popular que reflejen los procesos sociopolíticos históricos de esta región, redistribuyendo el poder a favor de los grupos vulnerables. Esta tendencia define los cánones a partir de sus propias experiencias históricas que se normalizan con su institucionalización. De esta manera, cuando el modelo abstracto de la democracia es confrontado por los movimientos populares en el proceso de democratización, vemos que se crea la oportunidad necesaria para el avance democrático, teniendo en cuenta aspectos ecológicos y económicos que son fundamentales para el ejercicio de la ciudadanía, y garantizando así los derechos humanos (Medici, 2017).

El constitucionalismo Andino demuestra cómo el modelo de teoría constitucional tradicional carece de herramientas efectivas para comprender ciertas realidades. En lugar de discutir teorías eurocéntricas, podemos partir del pensamiento decolonial como una transformación paradigmática en el reconocimiento de un gobierno consensuado, electivo, rotativo y sostenible basado en las culturas plurales del sur global (Medici, 2017).

Esta transformación puede forjarse a través de una aproximación entusiasta del derecho, apartada de aproximaciones normativas, sospechosas e indiferentes. Dicha aproximación supone concebir el contenido del texto constitucional como una herramienta transformadora y poderosa para alcanzar un cambio necesario en la realidad de exclusión y miseria que viven muchos sectores, esta aproximación tiene como primicia las garantías, la evolución de la cultura jurídica, los cambios en las concepciones sociales, renovar las actitudes de jueces y tribunales, una diferente percepción de la realidad que implica variaciones de la voluntad política sesgada (Ávila, 2012). Garantizar la protección de los derechos constitucionales, pese a las limitaciones existentes, es lo que tiende a provocar una transformación jurídica, por ende, de la justicia constitucional.

Aunque “naturaleza” y “medio ambiente” se usan comúnmente como sinónimos, tienen conceptos diferentes. El medio ambiente describe el medio físico que rodea a las personas, utilizado para describir el lugar donde intervienen los seres humanos, mientras que la naturaleza se refiere al conjunto de ecosistemas y sistemas bióticos que coexisten dentro del medio ambiente. La naturaleza ha sido vista a lo largo de los siglos como una mercancía, y esta mercancía es parte esencial de la cosmovisión indígena, que determina que la naturaleza debe ser cuidada y fortalecida. Esta construcción de los derechos de la naturaleza evolucionó con la protección de sus elementos y cuenta con varios documentos reconocidos a lo largo del tiempo, como la Declaración de los Derechos de los Animales en Londres (1977), el reconocimiento de la personalidad jurídica del Parque Te Urewara en

Nueva Zelanda (1998), el reconocimiento del río Whanganui como sujeto de derechos en Nueva Zelanda (2017) (Martínez; Acosta, 2017).

Además, en el caso ecuatoriano, existen sentencias hito emitidas por la Corte Constitucional del Ecuador, como la del Choco Andino, Río Monjas, Bosque Protector los Cedros, Caso Mona Estrellita, entre otros que han realzado esa protección constitucional especial de la naturaleza y sus elementos integradores. Desde el año 2015 la Corte ha emitido alrededor de 10 sentencias emblemáticas de temas relacionados con los derechos de la naturaleza. Entre 2009 y 2022, en Ecuador se han tramitado 55 casos en distintos niveles judiciales, expidiéndose 14 leyes estatutarias, políticas regulatorias y declaraciones que involucran derechos de la naturaleza.

La economía, la cultura y las formas de vida de los pueblos indígenas están directamente relacionadas con la naturaleza y se desarrollan en base a sus ciclos, por lo que la destrucción y el daño causado a la naturaleza afecta directamente a la vida de este grupo social. La protección de la naturaleza no solo valora la integridad de sus ecosistemas, sino también la supervivencia de las comunidades humanas. La mayoría de los bienes que utilizamos, como el agua, los alimentos, el combustible, los materiales de construcción, provienen de estos ecosistemas (Martínez; Acosta, 2017).

Los derechos de la naturaleza fueron consagrados en la Constitución del Ecuador (2008), rompiendo con las visiones tradicionales al contar con artículos específicos (art. 71 al art. 74) que determinan el derecho a la existencia, mantenimiento y regeneración de los ciclos vitales, y establece que todos los pueblos, sin distinción, pueden exigir el cumplimiento de este derecho al Estado. A lo largo de su constitución, Ecuador establece obligaciones de hacer y no hacer, así como también determina áreas especiales para la conservación. Al incorporar los derechos de la naturaleza, se estableció un hito importante, el de restaurar y reparar el deterioro ambiental para que no afecte la vida humana. Medidas como proyectos de reforestación y evitar el monocultivo. La Constitución también establece condiciones para el uso del agua, estableciéndola como un derecho, y al entender el uso del agua como un derecho, abandona la visión del agua como una mercancía, porque su importancia es crucial para todas las especies (Martínez; Acosta, 2017).

El texto constitucional ecuatoriano tuvo relevancia mundial por la concepción de la naturaleza como sujeto de derechos, y con el paso de los años se ha observado su tutela a través de diversos mecanismos, en especial la acción de protección, siendo esta una garantía jurisdiccional establecida con la finalidad de proteger derechos de forma directa, idónea y eficaz frente a las actuaciones u omisiones del estado. Mediante el uso de esta garantía se ha logrado proteger la naturaleza y sus elementos en varios procesos y en distintos niveles judiciales.

De otro lado, en los puntos del artículo 225 de la Constitución brasileña (1988), vemos cuáles son los deberes del Estado brasileño para garantizar la efectividad de este

derecho, que incluyen la preservación y restauración de los procesos ecológicos, las especies y los ecosistemas, así como la protección de estos espacios territoriales. Y sus párrafos determinan las formas de responsabilidad relacionadas con el incumplimiento de los deberes constituidos.

En el caso brasileño, el derecho a un medio ambiente ecológicamente equilibrado toma la forma de un derecho público protegido para todas las personas, en esta línea de pensamiento Alberto y Mendes (2019) defienden la comprensión de los deberes postulados en el artículo 225, CF/88 como una política pública climática que, por depender de una pluralidad de agentes, se vuelve compleja. El incumplimiento de estos deberes conlleva a una falla en la arquitectura del funcionamiento de esta política pública, por ende, una “falla del Estado” sujeta a rendición de cuentas.

El esquema de explotación de la naturaleza se forjó desde las colonias, y las tierras americanas, especialmente las del sur, asumieron una posición sumisa que sigue siendo adoptada por los gobiernos como un objeto mercantilizado, por lo que las transformaciones que hoy vemos en la atmósfera son consecuencias de esta explotación desenfrenada que sigue teniendo el control de estos recursos. La mejor alternativa sería organizar la sociedad y la economía garantizando la integridad de los procesos naturales, los flujos de energía y preservando la biodiversidad del planeta. El reconocimiento de los derechos de la naturaleza busca equilibrar las necesidades de los seres humanos con un medio ambiente sano y calidad de vida, este es el movimiento que trae consigo el neoconstitucionalismo del sur global (Martínez; Acosta 2017).

El texto constitucional ecuatoriano, trae consigo una concepción biocéntrica, donde pone en primer lugar a la naturaleza, contraria a una concepción antropocéntrica, donde la naturaleza simplemente es proveedora de recursos. Por lo tanto, la naturaleza no es un ente abstracto, una categoría, un simple enunciado, un objeto inerte, sino la naturaleza llega a ser un sujeto complejo que debe ser entendido desde una perspectiva sistemática. Así, si la naturaleza llega a afectarse, se altera el funcionamiento de todo el sistema (que comprende manglares, ríos, bosques, animales etc.) y viceversa (Moncayo; Idrovo; Iza, 2023).

Estos derechos no defienden la naturaleza intacta, solo defienden los sistemas de vida y los ciclos ecológicos, al tiempo que garantizan que los ecosistemas sigan funcionando con sus especies nativas. En este sentido, se deben aplicar dos tipos de justicia, la justicia ambiental para los pueblos, comunidades y nacionalidades y, por otra parte, la justicia ecológica propia para la naturaleza. Por ende, si la naturaleza incluye a los seres humanos, sus derechos no pueden aislarse de estos (Martínez; Acosta, 2017).

Ya en el año 2013, la sociedad ecuatoriana propuso una consulta popular, donde constaba con la siguiente pregunta “Actualmente, ¿cuál cree que es la mejor opción para mejorar la calidad de vida de las personas?” y como alternativas tenían a) la conservación

de la vida, las plantas y los animales de la zona, o b) la exploración petrolera. Los ecuatorianos optaron por la primera opción, para muchas organizaciones de la sociedad civil los derechos de la naturaleza son un importante cambio de paradigma que fue el tema central de las discusiones de Ecuador entre 2013 y 2014 (Martínez; Acosta, 2017). Además, en abril de 2024, los ciudadanos nuevamente se pronunciaron en otra consulta popular respecto de la continuidad de la explotación del Yasuní en un determinado sector (Bloque 43-ITT), arrasando nuevamente la protección en favor de la naturaleza en la consulta.

Para ir cerrando este acápite podríamos resaltar que los derechos en pugna referentes a litigios climáticos están relacionados de forma directa con los derechos de la naturaleza por una parte, y por otra con los derechos de los pueblos, comunidades y nacionalidades indígenas.

De forma principal el derecho al agua, los derechos colectivos desde su cosmovisión, derecho a la libre determinación, soberanía alimentaria, derechos de los territorios ancestrales, derecho a la consulta previa, libre e informada, derecho a la identidad, derecho a la autonomía y a su propia supervivencia y los derechos del medio ambiente. Para los indígenas, el agua, la tierra y sus tradiciones tienen una vinculación espiritual, la Pachamama y el ser humano forman uno solo.

El reconocimiento de los derechos de la naturaleza a aperturado el camino para el avance y desarrollo de estos, con protección especial a la naturaleza y sus componentes. Y si bien no resuelve de forma automática los conflictos climáticos, no podemos negar que esta evolución del derecho desde la filosofía indígena, desde el respeto a la madre tierra, desde la conservación del medio ambiente, ha generado una limitación al uso abusivo del poder del Estado. En gran medida este freno se lo debemos a los movimientos indígenas, siendo uno de los principales actores políticos, que buscan la reivindicación de sus derechos, no solo en ámbitos locales, sino también internacionales.

3 LITIGIO CLIMÁTICO COMO HERRAMIENTA PARA GARANTIZAR LOS DERECHOS HUMANOS Y AMBIENTALES

Se entiende por litigio climático las acciones judiciales o administrativas que manifiestan hechos jurídicos relacionados con los aspectos científicamente comprobados del cambio climático. Estas acciones se pueden clasificar en seis categorías: 1) violación de los derechos humanos; 2) regulación de los niveles de combustibles fósiles; 3) responsabilidad civil; 4) ausencia de medidas de adaptación climática; 5) ausencia de información pública relacionada con el riesgo climático; y 6) procesos de ejecución de sentencias (Lazzaretti; Carvalho, 2023).

El poder judicial se ha visto cada vez más provocado para su pronunciamiento acerca de los derechos y obligaciones relacionadas al cambio climático. El “litigio climático” describe el conjunto de demandas que involucran cuestiones como la reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero, la responsabilización de los gobiernos y las empresas por sus impactos ambientales (Setzer; Cunha; Fabbri, 2019).

La academia se ha dedicado a comprender el papel de los tribunales para abordar la crisis climática. El Centro Sabin para el Derecho Climático de la Universidad de Columbia ha identificado 988 casos de litigios climáticos en Estados Unidos, mientras que el Instituto de Investigación Grantham sobre Derecho del Cambio Climático de la London School of Economics and Political Science ha identificado otros 276 casos. Estos datos demuestran que los países desarrollados dedican su tiempo a estudiar el fenómeno de los litigios climáticos en sus tribunales. El éxito de casos como *Massachusetts vs EPA* (2007) y *Urgenda vs Holland* (2015) trajo un aumento en las publicaciones sobre el tema. Sin embargo, existe un gran desequilibrio entre los artículos publicados que analizan los litigios climáticos en el Norte y el Sur global. De los 130 artículos académicos analizados por Setzer, Cunha y Fabbri (2019), solo 5 se centran en litigios climáticos en el Sur global.

Tal panorama demuestra que, si bien las constituciones sudamericanas tienen un rango más amplio de protección de los derechos de la naturaleza y el medio ambiente, el caos de los litigios climáticos sigue siendo poco reportado cuando hablamos del sur global. La explotación de los recursos naturales y la vida de las comunidades indígenas es una forma de violencia que se perpetúa a través de las relaciones de poder desiguales. La lucha por la protección de la naturaleza, por lo tanto, se convierte en una parte significativa de la lucha social en el Sur Global, donde estos grupos no solo buscan preservar su entorno, sino también reivindicar su autonomía y dignidad frente al poder estatal que amenaza su existencia y su modo de vida (Sousa Santos, 2014).

La Convención Americana sobre Derechos Humanos (San José, Costa Rica, 1969) considera en su artículo 21 el derecho a la propiedad como uno de los derechos naturales y esenciales del hombre. La Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) en su jurisprudencia ha entendido la propiedad como un concepto amplio que engloba el uso y goce de los bienes. Utilizando la interpretación evolucionista, la Corte IDH consideró que el derecho a la propiedad también protege los derechos de los miembros de las comunidades indígenas en el contexto de la propiedad comunal (Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2022). La decisión incluye el desarrollo de una línea jurisprudencial que parte del reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos de derechos internacionales dotados de personalidad jurídica desde el reconocimiento de la propiedad comunal, destacando la conexión cultural y espiritual entre estos pueblos, las tierras y sus territorios, velando por su protección y conservación. Dichos precedentes han abierto puertas a la jurisprudencia

nacional e internacional para garantizar estos derechos colectivos y ambientales (Freire, 2023).

Nicaragua (2001), la Corte IDH reconoció por primera vez el derecho a la propiedad comunal de los pueblos indígenas sobre la base de la tradición comunitaria de que la tierra no está centrada en un individuo, sino en el grupo y su comunidad. Demostrando que la relación con la tierra no se limita a la posesión y la producción, y que su legado debe ser preservado para las generaciones futuras. A partir de este caso, la CIDH se limitó a determinar a los miembros de las comunidades indígenas como parte perjudicada con violaciones a los derechos humanos, y no al pueblo en su conjunto. Este entendimiento cambió en 2012 con el caso *Kichwa Sarayuku vs. Ecuador*, cuando la CIDH, considerando la normativa internacional relativa a los pueblos indígenas, reconoció el derecho de los pueblos como un derecho colectivo (Freire, 2023).

En el mismo sentido, ha llegado a conocimiento de la CIDH el caso *Tagaeri y Taro-menani vs Ecuador* (2022), estos son grupos indígenas que mantienen aislamiento voluntario. Este proceso fue presentado por representantes de estos grupos a la CIDH, debido a las actividades extractivas que se han realizado en sus territorios, la invasión a los mismos y las muertes violentas ocurridas en miembros de estas comunidades. Siendo que, cualquier afectación, invasión, destrucción por mínima que sea, llega a afectar de forma directa en la supervivencia física de estos.

De igual manera, la labor de la Corte Constitucional ecuatoriana merece un notable y relevante desarrollo jurisprudencial de los derechos de la naturaleza y de los pueblos, comunidades y nacionalidades indígenas. Desde el año 2012 con la emisión de la Sentencia 20-12-IN/20 donde fue declarado inconstitucional un Acuerdo Ministerial emitido por el Ministerio del Ambiente, hasta la Sentencia 2167-21-EP/22 donde la Corte reconoció la titularidad de derechos del río denominado “Monjas”, y la consecuente declaración de vulneración de los derechos de la naturaleza.

Consideramos que la labor de los Jueces en este tipo de procesos que llegan a su conocimiento sin duda se relaciona con la labor del Juez Hércules, como concebía Ronald Dworkin (2000), un Juez reflexivo, solitario, capaz de apartarse del mundo material y poner todo su conocimiento y su experiencia en la resolución de un caso, expedir una decisión de este tipo se torna en otorgar un legado a la sociedad, decisiones éticas giradas en torno a los conceptos tantas veces mencionados (naturaleza y comunidades indígenas) o como indica Cortina (2013) la ética es rentable, y la verdad es que el tiempo nos continúa dando la razón, si la gente tomara nota de lo cara que sale la falta de ética, en dinero y dolor, y si nos negamos a pagar este valor, el coste de la inmoralidad seguirá siendo mayor.

Este tipo de decisiones sin duda deben nacer como hemos mencionado de la utopía, de la transformación, de la ética, de ese senti-pensar que desarrolla Eduardo Galeano

(2019), desde el corazonar como lo resalta Patricio Guerrero (2010), pues solo sintiendo el temor, el miedo, la frustración de estas comunidades frente al despojo y la destrucción de su casa, podremos sentir en realidad cuán afectados estarían los derechos en juego.

La importancia de la tierra, el territorio y la naturaleza en la cosmovisión indígena ha sido subrayada por la jurisprudencia de la Corte IDH, como se ha visto en casos como *Moiwana vs. Surinam* (2005) y *Sawhoyamaya vs. Paraguay* (2006), en los que se reconoció que la relación con la tierra tiene un impacto en su religiosidad, identidad y cultura. Por lo tanto, no se debe impedir que los miembros de la comunidad realicen actividades en sus tierras tradicionales, consolidando así el derecho a la propiedad comunal y el derecho a la preservación y conservación de sus tierras. Así, los Estados deben establecer e implementar programas que garanticen estos derechos sin discriminación (Freire, 2023).

Es decir, no podemos concebir siquiera una colectividad indígena sin un territorio, donde practiquen, conserven, revitalicen sus propios sistemas políticos, económicos, sociales, jurídicos y culturales, sistemas que lamentablemente están siendo invadidos en varias zonas de la Amazonía por intereses de los gobiernos de turno.

Aunque no son vinculantes, las decisiones de los tribunales internacionales son argumentos relevantes en el debate nacional, lo que resulta en un diálogo entre los tribunales nacionales e internacionales en el movimiento por la protección de los derechos humanos y climáticos. Esta experiencia en el derecho comparado puede aportar ideas con efecto persuasivo en la solución de controversias de derecho interno, siempre que sean compatibles con el modelo constitucional (Wedy; Moreira, 2021).

El artículo 23 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos determina la participación de los pueblos en la adopción de decisiones sobre temas que afectan sus derechos, lo que incluye, además de la participación popular, la obligatoriedad de realizar evaluaciones de impacto ambiental (EIA). En la jurisprudencia sobre la propiedad comunal de los pueblos indígenas y su relación con la protección del medio ambiente, sirvió de punto de difusión para que la Corte IDH se pronunciara sobre el derecho a un medio ambiente sano. En respuesta a la Opinión Consultiva OC-23/17 presentada por Colombia, la Corte interpretó las obligaciones del Estado con respecto al medio ambiente en la protección del derecho a la vida y a la dignidad de la persona humana.

En esa oportunidad, la Corte IDH reconoció la innegable relación entre la protección del medio ambiente y los derechos humanos, ya que la degradación ambiental y los efectos adversos del cambio climático afectan el ejercicio de los derechos humanos (Freire, 2023).

En la opinión consultiva se reconoce el derecho a un medio ambiente sano como un derecho autónomo que debe ser garantizado por el Estado. Y define obligaciones como 1) prevenir daños ambientales significativos dentro y en las fronteras de su territorio, 2) regular y supervisar las actividades bajo su jurisdicción que puedan causar daños significativos

al medio ambiente, 3) llevar a cabo EIA, 4) establecer un plan de mitigación y adaptación a los impactos del cambio climático, 5) garantizar el acceso a la información que impacta en la salud del medio ambiente, 6) garantizar el derecho a la participación pública en la toma de decisiones políticas que puedan afectar el medio ambiente, 7) el acceso a la justicia en relación con las obligaciones del Estado (Freire, 2023).

En Brasil, recientemente se produjo el juicio de un conjunto de casos denominados “Agenda Verde”, procesos que tenían como objetivo promover causas ambientales que estaban estancadas, a pesar de la relevancia del asunto (Pinto; Azevedo, 2022).

Las acciones de la Agenda Verde son: 1) ADO 59, relacionada con la protección de la Amazonía, que llama a la reactivación del Fondo Amazonía para realizar inversiones en las áreas de prevención, inspección y reducción de la deforestación y los incendios en la Amazonía; 2) ADI 6148, relativa a las normas de calidad del aire, que pide la reactivación de la Resolución n. 491/2018 del Consejo Nacional del Medio Ambiente (CONAMA); 3) ADI 6808 que impugna una medida provisional que prevé el otorgamiento automático de licencias ambientales a empresas de riesgo medio, e imposibilita que las agencias de otorgamiento de licencias soliciten información adicional en la red nacional para simplificar el registro y legalización de empresas y negocios (REDESIM); 4) ADPF 708, que alega la no asignación de recursos destinados a la mitigación del cambio climático del fondo climático. Todos juzgados con resolución de méritos. 5) ADPF 735, que impugnó la operación verde Brasil 2 y el uso de las fuerzas armadas, así como el debilitamiento del Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables (IBAMA) en el tema, juzgado perjudicado por la pérdida sobrevenida del objeto; 6) ADPF 651, que solicitó la declaratoria de inconstitucionalidad de un decreto federal que excluía a la sociedad civil del concejo deliberante del Fondo Nacional del Medio Ambiente (FNMA); 7) ADPF 760, que exige la reactivación del plan de acción para la prevención y control de la deforestación en la Amazonía; y 8) ADO 54, que señaló la omisión del Gobierno Federal en el combate a la deforestación en la Amazonía. Con todos estos datos, se pudo ver que existe una creciente demanda de justicia climática que elige al Poder Judicial como apreciador de estos conflictos.

De acuerdo con el portal LACLIMA (Iniciativa Latinoamericana de Abogados Climáticos para Movilizar la Acción), tales decisiones fueron importantes para crear precedentes en la agenda del cambio climático, abordando temas ambientales más amplios (Franco; Barradas, 2023). Así, pudimos constatar a través de estas acciones que el Poder Judicial brasileño se adhiere a los lineamientos de la Opinión Consultiva OC-23/17, utilizándolos en casos emblemáticos de litigio climático en el derecho interno.

Lo interesante del litigio es que, como resultado del proceso judicial, tenemos la cosa juzgada, que no es solo la aplicación de la ley a un caso particular, sino que expresa

valores resultantes de luchas simbólicas entre profesionales con competencia técnica para movilizar, a veces de manera desigual, las armas simbólicas disponibles para determinar el verdadero significado de la norma jurídica. Una decisión que está limitada por las reglas y procedimientos de interpretación de la ley. Cada sentencia dictada es un acto de servicio prestado a los ciudadanos, por lo tanto, un acto de poder y gobierno, por lo que la participación judicial en el gobierno es parte de la función judicial (Rocha, 2015).

La litigiosidad climática puede existir, aunque se utilice de forma subsidiaria, siempre y cuando se respeten algunos parámetros. Uno de los principales parámetros a observar es el principio de separación de poderes, que reconoce la legitimidad institucional de cada sector gubernamental (Wedy; Moreira, 2021).

Son múltiples los agentes que pueden actuar en la mitigación y adaptación al clima, creando la posibilidad de cambio, pues los agentes son actores capaces de promover cambios en el comportamiento. También es importante delimitar lo que hacen los agentes y su grado de involucramiento y participación en las tareas, reconociendo que no es un agente unitario el que resolverá el panorama global de la crisis climática, sino la cooperación de actores y aliados a sistemas tradicionales y vinculantes. La cuestión clave es identificar qué tipos de acuerdos prometen un mayor grado de desempeño institucional en términos de efectividad social y ambiental (Inoue, 2016).

Casos en los que los tribunales nacionales han reconocido que el calentamiento global de origen antropogénico es una amenaza para la supervivencia del planeta y las autoridades públicas deben tomar acciones para enfrentarlo, que los objetivos establecidos en los acuerdos internacionales pueden ser exigidos a los Estados, y que las autoridades públicas tienen el deber de adoptar medidas de mitigación bajo pena de responsabilidad. Por lo tanto, los jueces pueden informar a las otras potencias de las directrices para la implementación de la protección del clima (Wedy; Moreira, 2021).

4 CONCLUSIÓN

El artículo ofrece un análisis profundo de la evolución de los derechos ambientales, con un enfoque especial en el papel de los litigios climáticos y la influencia del constitucionalismo en el Sur Global. El constitucionalismo del Sur Global, a su vez, desafía el antropocentrismo tradicional y coloca a la naturaleza como sujeto de derechos, reinterpretando la relación de los humanos con el medio ambiente. El reconocimiento de los derechos de la naturaleza en las constituciones de países como Ecuador y Bolivia refleja este cambio de paradigma y ofrece una mayor protección legal a la naturaleza.

El texto también destaca la expansión de los litigios climáticos en América del Sur y demuestra cómo las decisiones dictadas a través de los litigios climáticos pueden formar una fuente sólida de jurisprudencia internacional que define los límites de la acción antrópica en la atmósfera, así como las consecuencias prácticas y legales de esta acción. La jurisprudencia de la Corte IDH y de los tribunales constitucionales, como los de Ecuador y Brasil, demuestran el impacto de estos litigios en la garantía de los derechos humanos y de la naturaleza.

Al analizar el papel del poder judicial en la promoción de la justicia climática y en la responsabilización de los Estados por el cumplimiento de sus deberes en la protección del medio ambiente, fue posible percibir que los litigios climáticos, aliados al movimiento neoconstitucionalista, desempeñan un papel fundamental en la evolución de los derechos ambientales, desafiando el paradigma antropocéntrico y promoviendo una relación más equilibrada y respetuosa entre los seres humanos y la naturaleza. La protección de los derechos de la naturaleza y de los pueblos indígenas emerge como un elemento central en esta transformación, impulsando la búsqueda de un futuro más sostenible y justo para todos.

En el desarrollo del trabajo se resaltan dos aristas esenciales para entender el litigio climático y los derechos en pugna dentro del mismo, en primer lugar, los derechos propios de la naturaleza y sus componentes, y luego, comprender todos los derechos que se desprenden de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas.

Debido a la situación actual del Sur Global y los efectos mundiales del cambio climático, es esencial publicitar la protección de la naturaleza, y no menos importante recordar que nosotros habitamos en el pulmón del mundo, la Amazonía, ubicación geográfica que debe ser el punto de inflexión para acciones políticas tanto nacionales como internacionales, con la finalidad de protegerla para los efectos a futuro de la nefasta intervención hacia el medio ambiente.

REFERENCIAS

ALBERTO, Marco A. M.; Mendes, Conrado H. Litigância climática e separação de poderes. In: SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; FABBRI, Amália B. (org.). **Litigância climática: novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

ÁVILA, Ramiro. **La utopía del oprimido**. Los derechos de la Pachamama (Naturaleza) y el sumak kawsay (Buen vivir) en el pensamiento crítico, el derecho y la literatura. Ciudad de México: Ediciones Akal/Inter Pares, 2019.

ÁVILA, Ramiro. **Los derechos y sus garantías**. Ensayos críticos. Quito: Centro de Estudios y Difusión del Derecho Constitucional, 2012. Disponible en: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/6114>. Acceso en: 25 nov. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Pueblos Indígenas Tagaeri y Taromenane vs Ecuador**. Costa Rica, San José: Corte IDH, 2022. Disponible en: [https://www.corteidh.or.cr/docs/tramite/pueblos_indigenas_](https://www.corteidh.or.cr/docs/tramite/pueblos_indigenas_tagaeri_y_taromenane.pdf)

[tagaeri_y_taromenane.pdf](#) Acceso en: 25 nov. 2025.

CORTINA, Adela. **¿Para qué sirve realmente...? La ética**. Barcelona: Paidós, 2013.

DUSSEL, Enrique. Direitos humanos e ética da libertação: pretensão política de justiça e a luta pelo reconhecimento dos novos direitos. **Revista InSURgência**, Brasília, ano 1, v. 1, n. 1, p. 121-136, jan./jun. 2015. Disponible en: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18800/17478>. Acceso en: 25 nov. 2025.

DWORKIN, Ronald. **El imperio de la Justicia**. Barcelona: Gedisa, 2000.

FRANCO, Brenda D.; BARRADAS, Clara. Litigância climática estratégica e a “pauta verde” do STF. **La-clima**, 3 jan. 2023. Disponible en: <https://www.laclima.org/publicacoes/litig%C3%A2ncia-clim%C3%A1tica-estrat%C3%A9gica-e-a-%E2%80%9Cpauta-verde%E2%80%9D-do-stf>. Acceso en: 29 ago. 2024.

FREIRE, Patricio P. **El aporte de la jurisprudencia en la configuración originaria de los derechos ambientales en tránsito a los derechos de la naturaleza**. 2023. Disponible en: <https://padlet.com/emilykietbohl/disciplina-derechos-humanos-pensamiento-cr-tico-y-constituci-vlla111mhw86roe/wish/MbejW1502zLRWNkG>. Acceso en: 25 nov. 2025.

GALEANO, Eduardo. **Memoria del Fuego 1: los nacimientos**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2019.

GUERRERO, Patrucio. **Corazonar: una antropología comprometida con la vida**. Quito: Abya Yala, 2010.

INOUE, Cristina Y. A. Governança global do clima: proposta de um marco analítico em construção. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 91-117, 2016. Disponible en: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/242>. Acceso en: 23 nov. 2025.

LAZZARETTI, Luisa Lauermann; CARVALHO, Délton Winter de. Litigância climática brasileira: o estudo de caso da ação climática IEA versus Brasil. **Confluências**, Niterói, v. 25, n. 1, p. 145–168, 2023.

MARTÍNEZ, Esperanza; ACOSTA, Alberto. Los derechos de la naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, p. 2927-2961, 2017. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DQvjXNfMcnhVxv4HxmhzsvB/?format=pdf&lang=e>. Acceso en: 23 nov. 2025.

MEDICI, Alejandro. Teoría del nuevo constitucionalismo sudamericano. In: MOLINA, Ramón T.; PICCONI, María Verónica (coord.). **Democracia y dictadura: aproximación histórico-constitucional y política em perspectiva de derechos humanos**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de La Plata, 2017. Disponible en: <https://libros.unlp.edu.ar/index.php/unlp/catalog/book/758>. Acceso en: 23 nov. 2025.

MONCAYO, Byron E. V.; IDROVO, Rúben F. C.; IZA, Dayanna C. R. **Guía de jurisprudencia constitucional: derechos de la naturaleza**. Quito: Centro de Estudios y Difusión del Derecho Constitucional y Corte Constitucional del Ecuador, 2023. Disponible en: https://esacc.corteconstitucional.gob.ec/storage/api/v1/10_DWL_FL/e2NhcNBlDGE6ICJ3YnByb3YyMDIzIiwgdXVpZDoiMDM3ZTU0NTgtNDk-2ZC00YTM3LTk3YzUtZDY1M2Q0NzkzODQ0LnBkZiJ9. Acceso en: 23 nov. 2025

PINTO, Felipe Martins; AZEVEDO, Marcelo (org.). **O direito ambiental no Supremo Tribunal Federal: estudos em homenagem à ministra Cármen Lúcia**. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2022.

QUIZHPE GUALÁN, Fausto César. *Filosofía Indígena*. 2022.274p. Tesis (Doctorado en Derecho) – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2022. Disponible en: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/8690>. Acceso en: 23 nov. 2025.

ROCHA, Lourdes de Maria L. N. O Judiciário como sujeito do processo das políticas públicas: função social e papel político. **Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1.2, p. 97-113, jul 2015. Disponible en: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3696>. Acceso en: 23 nov. 2025.

SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; FABBRI, Amália B. Panorama da litigância climática no Brasil e no mundo. In: SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; FABBRI, Amália B. (org.). **Litigância climática: novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Epistemologias del Sur**: perspectivas. Madrid: Akal, 2014.

WEDY, Gabriel J. T.; MOREIRA, Rafael M. C. O controle judicial das ações e das omissões estatais em políticas públicas climáticas (25 Congresso Brasileiro de Direito Ambiental). In: AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos (org.). **Meio ambiente e saúde: o equilíbrio ecológico como essencial à sadia qualidade de vida**. 1. ed. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2021. v 1, p. 860-883.

ZANJONC, Diana. **La política de la esperanza**. Reviviendo el sueño de la Democracia. Cuenca: Fundación Waaponi, 2010.

CAPÍTULO V

LA NATURALEZA COMO SUJETO DE DERECHOS: ENSEÑANZAS DE ECUADOR PARA BRASIL

*Giovanilza Maria Pessôa de Oliveira*¹

*Inés Carolina Hernández Guerra*²

1 INTRODUCCIÓN

Desde los inicios del siglo XXI, la humanidad se enfrenta a una encrucijada ambiental sin precedentes. El cambio climático, la pérdida de biodiversidad y la degradación de los ecosistemas vitales, como la Amazonía, ponen en jaque la supervivencia de innumerables especies, incluida la nuestra. Esta situación crítica exige una profunda reflexión sobre nuestra relación con la naturaleza y la necesidad de cambiar el paradigma antropocéntrico que ha dominado durante siglos, donde la naturaleza es vista como un mero recurso a disposición del ser humano, se revela cada vez más insostenible y peligrosa.

Como señala Tangencial, “la crisis ambiental es una crisis de civilización. Es la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas” (Tangencial, 2002, p. 1). Este modelo, basado en la explotación ilimitada de los recursos naturales y en la visión de la naturaleza como un mero objeto al servicio del ser humano, ha demostrado ser insostenible y ha llevado al planeta al borde del colapso.

En este contexto de urgencia y necesidad de cambio, la Constitución de Ecuador de 2008 emerge como un hito histórico y un referente a nivel mundial. Al reconocer a la naturaleza o *Pachamama*, como sujeto de derechos, otorgándole una protección jurídica sin precedentes. Ecuador ha desafiado el paradigma tradicional y ha abierto un nuevo camino hacia una convivencia más armoniosa y respetuosa con el entorno natural. Esta innovadora perspectiva jurídica, que otorga a la naturaleza el derecho a existir, persistir y regenerar sus

¹ Doctora en Integración y Desarrollo Económico (Universidad Autónoma de Madrid). Estudiante de Maestría en Derecho (Universidad Católica de Pernambuco). Servidora pública, solicitada por TRE-PE. Correo electrónico: gil_pessoa@uol.com.br.

² Doctora en Química Tecnológica (Universidad de Carabobo de Venezuela). Magister en Derecho Procesal Penal (Universidad Estatal de Milagros de Ecuador). Estudiante de Maestría en Derecho Procesal Constitucional (Universidad Estatal de Milagros de Ecuador). Correo electrónico: vidalinadehernandez@gmail.com.

ciclos vitales, ha trascendido las fronteras ecuatorianas y ha inspirado a otros países, como Brasil, a explorar enfoques similares para enfrentar sus propios desafíos ambientales.

La experiencia de Ecuador, aunque aún en desarrollo y con desafíos por superar, ofrece valiosas lecciones sobre los potenciales beneficios y las dificultades o desafíos de reconocer los derechos de la naturaleza. Este estudio busca explorar las enseñanzas que pueden extraerse de la experiencia ecuatoriana para fortalecer la protección ambiental en Brasil y avanzar hacia un futuro más sostenible para ambos países y para el planeta en su conjunto.

2 MARCO TEÓRICO

En este tema se presentará una revisión de los desafíos ambientales del siglo XXI y la naturaleza como sujeto de derechos.

2.1 Desafíos ambientales del Siglo XXI

La humanidad enfrenta una crisis ambiental sin precedentes, caracterizada por una serie de desafíos interconectados que amenazan la estabilidad de los ecosistemas y el bienestar humano. El cambio climático, impulsado principalmente por la emisión de gases de efecto invernadero (GEI) provenientes de actividades humanas como la quema de combustibles fósiles y la deforestación, se ha convertido en una de las mayores amenazas para la vida en el planeta. Según el Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático (IPCC), “It is unequivocal that human influence has warmed the atmosphere, ocean and land” (IPCC, 2021, p. 4). Los efectos del cambio climático son cada vez más evidentes y alarmantes. El aumento del nivel del mar, los eventos climáticos extremos (sequías, inundaciones, olas de calor), la acidificación de los océanos y la pérdida de biodiversidad son solo algunas de las consecuencias que ponen en riesgo la seguridad alimentaria, la salud humana y la estabilidad económica a nivel global.

La biodiversidad, es decir, la variedad de vida en la Tierra está disminuyendo a un ritmo alarmante. La Plataforma Intergubernamental Científico-Normativa sobre Diversidad Biológica y Servicios de los Ecosistemas (IPBES) advierte que “Human actions threaten more species with global extinction now than ever before. An average of around 25 per cent of species in assessed animal and plant groups are threatened [...], suggesting that around 1 million species already face extinction, many within decades” (IPBES, 2019, p. 15-16). Esta pérdida de biodiversidad tiene graves consecuencias para los ecosistemas y para el bienestar humano. La extinción de especies puede interrumpir las cadenas alimentarias, reducir la productividad de los ecosistemas y disminuir la capacidad de la naturaleza para

proporcionar servicios esenciales como la polinización, la regulación del clima y la purificación del agua.

La deforestación, especialmente en regiones como la Amazonía, es un factor clave en la pérdida de biodiversidad y en el cambio climático. Los bosques actúan como sumideros de carbono, absorbiendo dióxido de carbono de la atmósfera y almacenándolo en sus árboles y suelos. Cuando los bosques son destruidos, este carbono es liberado de nuevo a la atmósfera, contribuyendo al calentamiento global. Además, la deforestación destruye hábitats cruciales para innumerables especies, lo que lleva a la extinción y a la pérdida de biodiversidad. Como señala Hartshorn, “The principal threats to tropical forests are logging, deforestation, fire, poaching, mining, and climate change” (Hartshorn, 2003, p. 4).

La contaminación del agua, del aire y del suelo, así como la sobreexplotación de los recursos naturales, son otros desafíos ambientales críticos. La contaminación puede tener graves impactos en la salud humana y en los ecosistemas, mientras que la sobreexplotación de recursos como el agua, los minerales y los combustibles fósiles puede llevar al agotamiento de estos recursos y a conflictos sociales.

Estos desafíos ambientales requieren soluciones urgentes y transformadoras. Es necesario reducir drásticamente las emisiones de GEI, proteger los bosques y otros ecosistemas, promover prácticas agrícolas sostenibles y fomentar el uso de energías renovables. Sin embargo, estas soluciones técnicas no son suficientes. Es fundamental cambiar nuestra forma de pensar y actuar en relación con la naturaleza. La humanidad debe adoptar una nueva forma de relacionarse con la naturaleza, lo que requiere, como señala Steffen *et al.* (2018, p. 8252), “nuevos acuerdos de gobernanza y valores sociales transformados”, para permitir un cambio en la conducta de la economía global. El reconocimiento de los derechos de la naturaleza, como lo ha hecho Ecuador, es un paso importante en esta dirección.

De hecho, el reconocimiento de que la naturaleza no es mero objeto o bien jurídico, sino sujeto de derechos, así como el reconocimiento de que el ser humano integra la naturaleza, son, como destacan Maria de Fátima Wolkmer y Débora Ferrazzo, valores insertados en textos constitucionales en América Latina, juntamente con “el trabajo comunal para el mantenimiento de la vida mientras que una de las alternativas al trabajo asalariado para la producción de excedentes, entre otros valores, implican una apertura intercultural y descolonial en los sistemas normativos” (Wolkmer; Ferrazzo, 2018, p. 184).

Esperanza Martínez y Alberto Acosta destacan que es preciso impulsar la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza, bien cómo el establecimiento de un tribunal internacional para sancionar los delitos ambientales (Martínez; Acosta, 2017).

2.2 La naturaleza como sujeto de derechos: primeros pasos en Brasil

El reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos se sustenta en una profunda transformación del pensamiento jurídico y filosófico. Esta perspectiva desafía la visión antropocéntrica dominante, que considera a la naturaleza como un mero objeto al servicio del ser humano, y propone una nueva ética biocéntrica, que reconoce el valor intrínseco de todos los seres vivos y ecosistemas.

Como señala Thomas Berry (2009, p. 12), “The Earth is not a collection of objects, but a communion of subjects”. Esta visión ecocéntrica implica reconocer que la naturaleza no es un recurso inerte a nuestra disposición, sino un sistema vivo interconectado, del cual somos parte y dependemos para nuestra supervivencia.

En Brasil, el tema es aún muy incipiente. De hecho, en 2017, el municipio de Bonito, en el estado de Pernambuco, fue el primero en reconocer este tipo de derecho, incluyendo en su ley orgánica la determinación de que

Art. 236. O Município reconhece o direito da natureza de existir, prosperar e evoluir, e deverá atuar no sentido de assegurar a todos os membros da comunidade natural, humanos e não humanos, no Município de Bonito, o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado e à manutenção dos processos ecossistêmicos necessários à qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade, defendê-lo e preservá-lo, para as gerações presentes e futuras dos membros da comunidade da terra (Bonito, 2020, p. 107).

También en el Estado de Pernambuco, en el municipio de Paudalho, la Leye Orgânica reconoce, en el año de 2018, el derecho de la naturaleza, en su art. 182

Art. 182. O município reconhece o direito da Natureza existir, prosperar e evoluir e deverá atuar no sentido de assegurar a todos os membros da comunidade natural, humanos e não humanos, do município do Paudalho, o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado e a manutenção dos processos ecossistêmicos necessários à qualidade da vida, cabendo ao município e à coletividade, defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras dos membros da comunidade da Terra (Paudalho, 2020, p. 49).

La primera capital de estado, en Brasil, a reconocer el derecho a la naturaleza, fue la ciudad de Florianópolis, en el Estado de Santa Catarina, en el año de 2019.

Art. 133. Ao Município compete promover a diversidade e a harmonia com a natureza e preservar, recuperar, restaurar e ampliar os processos ecossistêmicos naturais, de modo a proporcionar a resiliência socioecológica dos ambientes urbanos e rurais, sendo que o planejamento e a gestão dos recursos naturais deverão fomentar o manejo sustentável dos recursos de uso comum e as práticas agroecológicas, de modo a garantir a qualidade de vida das populações humanas e não humanas, respeitar os princípios do bem viver e conferir à natureza titularidade de direito.

Parágrafo único. O Poder Público promoverá políticas públicas e instrumentos de monitoramento ambiental para que a natureza adquira titularidade de direito e seja considerada nos programas do orçamento municipal e nos projetos e ações governamentais, sendo que as tomadas de decisões deverão ter respaldo na Ciência, utilizar dos princípios e práticas de conservação da natureza, observar o princípio da precaução, e buscar envolver os poderes Legislativo e Judiciário, o Estado e a União, os demais municípios da Região Metropolitana e as organizações da sociedade civil (Florianópolis, 1990, cap. V).

El municipio de Serro, en el Estado de Minas Gerais, en el año de 2022, también estableció el reconocimiento a los derechos de la naturaleza, en su ley orgánica

Art. 157. O Município de Serro reconhece à Natureza a titularidade dos direitos de existir, prosperar e evoluir, devendo assegurar a todos os membros da comunidade natural, humanos e não humanos, do Município de Serro, o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado e à manutenção dos processos ecossistêmicos necessários à qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade, defendê-lo e preservá-lo, para as gerações futuras dos membros da comunidade da Terra (Sêro, 1990, Seção IX).

En el año de 2023, el municipio de Guajará-Mirim, en el Estado de Rondônia, promulgó la Ley n. 2.579/2023, que reconoce los derechos del Río Lage³:

Artigo 1º- Ficam reconhecidos os direitos intrínsecos do Rio Laje - Komi Memem - como ente vivo e sujeito de direitos, e de todos os outros corpos d'água e seres vivos que nele existam naturalmente ou com quem ele se inter-relaciona, incluindo os seres humanos, na medida em que são inter-relacionados num sistema interconectado, integrado e interdependente (Guajará-Mirim, 2023, p. 50).

³ El río Lage es llamado por los pueblos originarios Komi-Memem –agua de frutas, en lengua Wari' Oro Mon, y pasa por el territorio indígena Igarapé Lage, ubicado en Guajará-Mirim.

La ley establece que para llevar a cabo la protección de los derechos de Río Lage se creará un Comité Guardián, que participará en todos los procesos de toma de decisiones públicas. El Comité deberá ser elegido con base en postulaciones comprobadas de miembros de su comunidad, siendo obligatoria la participación de las siguientes representaciones: 01 miembro de la comunidad indígena de Igarapé Laje; 01 miembro de la comunidad pesquera; 01 representante de la organización Oro Wari; 01 representante de mujeres indígenas artesanas; 01 representante de la Universidad Federal de Rondônia.

En agosto de 2023, Se llevó a cabo la Asamblea de los Pueblos de la Tierra por la Amazonía, que reunió a movimientos populares de dos países panamazónicos. Los participantes de la Asamblea preparan una carta titulada de Pueblos de la Tierra por la Amazonía (Asamblea Mundial por la Amazonia, 2023), entregada por los dirigentes a los jefes de Estado participantes en la Cumbre Amazónica; la carta presenta entre las medidas que deben ser adoptadas por los gobiernos

27. Reconocer a la Amazonía como sujeto de derechos y garantizar su derecho a existir, a vivir libre de contaminación, a preservar sus ciclos vitales, a regenerarse y a restaurar oportuna y eficazmente sus sistemas de vida.

Además, em octubre del mismo año, se llevó a cabo en la ciudad de Ilhéus el II Foro Brasileño por los Derechos de la Naturaleza. El evento comenzó en la Aldea Indígena Tukum Tupinambá de Olivença. Durante dos días, líderes indígenas y representantes de comunidades tradicionales “han dado voz a cuestiones fundamentales, destacando la conexión esencial entre los pueblos y sus tierras ancestrales” (Cáritas Brasileira, 2023).

Sin embargo, las iniciativas en defensa de la naturaleza y, principalmente, aquellas encaminadas a reconocerla como sujeto de derecho, están lejos de estar efectivamente vinculadas a las políticas públicas de Brasil. Quizás el país podría beneficiarse de la experiencia de Ecuador, que está, al menos en términos de legislación, unas décadas por delante de su país vecino.

3 DERECHOS DE LA NATURALEZA EN ECUADOR: ENSEÑANZAS PARA BRASIL

La filosofía del Buen Vivir, o *Sumak Kawsay* (Ecuador, 2008, preámbulo) en quechua⁴, presente en las cosmovisiones de varios pueblos indígenas de América Latina, también ha influido en el desarrollo de los derechos de la naturaleza. Esta filosofía promueve

⁴ El quechua es una lengua indígena de Sudamérica vinculada históricamente al Imperio inca y hablada hoy en día por unos 8,4 millones de personas (Datos Mundial, 2025).

una vida en armonía con la naturaleza, basada en el respeto a la diversidad, la reciprocidad y la complementariedad entre los seres humanos y el entorno natural.

Ecuador se consagró como pionero mundial al incorporar los derechos de la naturaleza, o “Pachamama”, en su Constitución de 2008, que en el art. 10, establece que la naturaleza “será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución” (Ecuador, 2008, p. 11). Este marco histórico, sin precedentes, representó un cambio de paradigma en la protección ambiental, otorgando a la naturaleza el derecho a existir, persistir, mantener y regenerar sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos (Ecuador, 2008, p. 35, art. 71). Adicionalmente, la Carta Magna ecuatoriana otorga a cualquier persona, comunidad, pueblo o nacionalidad el derecho de exigir a las autoridades públicas el cumplimiento de los derechos de la naturaleza (Ecuador, 2008, p. 36, art. 72).

Esta innovadora perspectiva ha generado impactos significativos en la protección del medio ambiente en Ecuador, impulsando avances notables. Diversas acciones judiciales han sido interpuestas en defensa de ríos, bosques y otros ecosistemas amenazados por actividades extractivas y proyectos de desarrollo insostenible. Como afirma Acosta, “la Constitución de 2008 abrió un nuevo campo de acción legal para la defensa de la naturaleza, permitiendo que comunidades y organizaciones de la sociedad civil puedan accionar el sistema de justicia para proteger ecosistemas amenazados” (Acosta, 2016, p. 15).

Un ejemplo emblemático es el caso de la comunidad indígena de Sarayaku, que en 2012 obtuvo una victoria en la Corte Interamericana de Derechos Humanos. La Corte reconoció la violación de los derechos territoriales y culturales de la comunidad por parte del Estado ecuatoriano, en relación con actividades de exploración petrolera (Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2012). Esta decisión histórica demostró el potencial de los derechos de la naturaleza como herramienta jurídica para la protección de los derechos de comunidades tradicionales y la defensa de sus territorios.

Además del empoderamiento de las comunidades locales, el reconocimiento de los derechos de la naturaleza ha impulsado la creación de nuevas áreas protegidas y la adopción de políticas públicas más sostenibles en Ecuador. El país ha invertido en proyectos de conservación y restauración de ecosistemas, promoviendo el turismo ecológico y la agricultura sostenible. La creación del Parque Nacional Yasuní, una de las áreas con mayor biodiversidad del planeta, es un ejemplo del compromiso del país con la protección de la naturaleza.

Por otro lado, en el sistema jurídico ecuatoriano, la Constitución de 2008 ha revalorizado el papel de la jurisprudencia, elevándola de una fuente referencial a una fuente principal del derecho. Este cambio se refleja en las atribuciones otorgadas a la Corte Nacional de Justicia, al Tribunal Contencioso Electoral y a la Corte Constitucional para emitir jurisprudencia vinculante en sus respectivas áreas de competencia. En lo pertinente, a la

Corte Constitucional, en su rol de garante de los derechos fundamentales y de intérprete final de la Constitución, tiene la facultad de emitir jurisprudencia tanto en el conocimiento de acciones constitucionales como en la selección de sentencias relevantes. Esta jurisprudencia constitucional establece estándares de protección de los derechos fundamentales y orienta la interpretación de la Constitución en casos concretos, constituyendo éste, un mecanismo para el desarrollo de los derechos de la naturaleza.

En los últimos años, la Corte Constitucional del Ecuador ha promulgado sentencias que tienen en cuenta que la naturaleza también es un sujeto de derechos.

Paucay y Marín (2024) presentan un rico panorama de estas sentencias, que se resume adelante, al presentar las cuestiones a cerca de: los principios de reserva legal, de favorabilidad *pro natura* y el principio *in dubio pro natura*, de desarrollo sostenible, de precaución; además del derecho de la restauración, y considerar a los animales como sujetos de derechos.

- **Principio de reserva legal** – El principio de reserva legal, que establece que los derechos de la naturaleza solo pueden ser desarrollados o restringidos por leyes orgánicas (Sentencia n. 32-17-IN/21) (Paucay; Marín, 2024, p. 21).
- **Principio de favorabilidad *pro natura* y el principio *in dubio pro natura*** – [...] se ha realizado una distinción entre el principio de favorabilidad *pro natura* que obliga a “aplicar la norma y la interpretación que más favorezca la efectiva vigencia de los derechos y garantía” y el principio *in dubio pro natura*, que se aplica en caso de que exista duda en la aplicación de normas de carácter ambiental (Sentencia n. 22-18-IN/21). [...] Con respecto al principio *in dubio pro natura* se ha resaltado que este se aplica bajo dos condiciones: la existencia de dudas en la aplicación de normas, y que las normas en cuestión versen exclusivamente sobre materia ambiental. Se ha establecido también que este principio permite la aplicación retroactiva de normas ambientales, siempre que la norma posterior contenga una mayor protección para la naturaleza (Sentencia n. 22-18-IN/21). [...] La Corte ha indicado que este principio se compone de tres elementos: el riesgo potencial de daño grave o permanente a la naturaleza, la incertidumbre científica y la adopción de medidas oportunas y eficaces por parte del Estado (Sentencia n. 1149-19-JP) (Paucay; Marín, 2024, p. 17-18).
- **Principio de desarrollo sustentable** – En lo que refiere a los principios ambientales, se ha señalado que el principio de desarrollo sustentable no puede ser leído de manera exclusiva al bienestar intergeneracional de las personas, sino que debe contener una clave ecológica que contemple la valoración in-

trínseca de la naturaleza y sus componentes (Sentencia n. 253-20-JH/22) (Paucay; Marín, 2024, p. 17).

- **Principio de precaución** – La aplicación del principio de precaución se realiza en el caso concreto de análisis y debe estar respaldado por información científica que dé certeza de que las acciones a realizarse no produzcan la extinción de especies, la destrucción de ecosistemas o la alteración de los ciclos naturales de la naturaleza (Sentencia n. 32-17-IN/21) (Paucay; Marín, 2024, p. 18).
- **Derecho a la restauración** – [...] el derecho a la restauración debe tener carácter integral y deber cumplir con un rol preventivo y reparador (Sentencia n. 1185-20-JP/21). De ahí que se hable de una restauración integral que responda a un análisis específico de los componentes de la naturaleza. Por otro lado, se ha señalado que este derecho no debe ser confundido con el derecho de las personas a ser reparadas por daños al ambiente (Sentencia n. 166-15-SEP-CC/15), pues el derecho no se orienta a una reparación pecuniaria, sino que propende a la plena restitución de la naturaleza regresando, en lo posible, al ecosistema dañado a su estado original. [...] el derecho a la restauración debe tener carácter integral y deber cumplir con un rol preventivo y reparador (Sentencia n.º 230-18-SEP-CC/18) (Paucay; Marín, 2024, p. 19-20).
- **Los animales son sujetos de derechos** – la Corte Constitucional ha abierto el camino para el análisis y estudio de los derechos de los animales, al aclarar que “si bien todos los humanos son sujetos de derecho, no todos los sujetos de derechos son humanos” (Sentencia n. 253-20-JH/22). [...] Se reconoció que los derechos de los animales constituyen una dimensión específica de los derechos de la naturaleza, y deben ser analizados desde los principios de interdependencia e interpretación ecológica. Esta jurisprudencia constitucional marcó un cambio de paradigma al dejar de considerar a los animales como meros objetos de protección y reconocerlos como titulares de derechos constitucionales. Los animales ya no son valorados únicamente por su utilidad para el ser humano o por su valor para un ecosistema, sino por su “individualidad y valoración intrínseca” (Sentencia n. 253-20-JH/22). [...] Este avance permite aplicar mecanismos constitucionales específicos, como el habeas corpus o la acción de protección, a casos individuales de animales (una rana, un mono, una serpiente), y no solo a nivel de especie. Los derechos de los animales como expresión particular de los derechos de la naturaleza no están contenidos en la carta constitucional, sino que conforman un reconocimiento exclusivo de la jurisprudencia constitucional. Entre los derechos desarrollados para los animales no humanos se encuentran: el derecho a la existencia, el derecho

al respeto, el derecho a la libre determinación de su animalidad, el derecho al buen vivir, el derecho a la vida y la integridad (Sentencia n. 253-20-JH/22) (Paucay; Marín, 2024, p. 14-15; p. 20).

Con relación al derecho humano a beneficiarse de la naturaleza, Paucay e Marín (2024), teniendo como referencia la Sentencia n. 253-20-JH/22, señalan que la Corte ha establecido que su ejercicio es legítimo siempre que cumpla con los siguientes parámetros:

1. Idoneidad: el uso de la naturaleza debe permitir las condiciones materiales e inmateriales que garanticen el buen vivir de manera intergeneracional.
2. Necesidad: las medidas empleadas en este beneficio deben ser las menos lesivas y las que menos impactos ambientales provoquen.
3. Proporcionalidad: implica que la no satisfacción de un derecho de la naturaleza debe ser correlativa a la importancia de la satisfacción del régimen del buen vivir.

No obstante, la implementación de los derechos de la naturaleza en Ecuador no ha estado exenta de desafíos. La falta de recursos financieros y técnicos, la resistencia de algunos sectores económicos y la necesidad de desarrollar una jurisprudencia sólida y consistente son algunos de los obstáculos enfrentados. Como señala Ávila, “aún hay un largo camino por recorrer para que los derechos de la naturaleza sean plenamente efectivos en Ecuador. Es preciso fortalecer las instituciones, capacitar a los operadores del derecho y promover una mayor concientización pública sobre la importancia de la protección de la naturaleza” (Ávila, 2011, p. 112).

A pesar de los desafíos, la experiencia ecuatoriana demuestra el potencial transformador del reconocimiento de los derechos de la naturaleza. Al desafiar el paradigma antropocéntrico y promover una nueva ética de cuidado con el planeta, Ecuador ofrece un modelo inspirador para otros países que buscan construir un futuro más justo y sostenible para todos los seres vivos.

4 CONCLUSIÓN

El cambio climático, impulsado por la emisión de gases de efecto invernadero, es una de las principales amenazas. Sus efectos, como el aumento del nivel del mar, los eventos climáticos extremos, la pérdida de biodiversidad, ponen en riesgo la seguridad alimentaria, la salud humana y la estabilidad económica. La deforestación, especialmente

en la Amazonía, contribuye al cambio climático y a la pérdida de hábitats cruciales para innumerables especies. La contaminación del agua y del aire, la degradación del suelo y la sobreexplotación de los recursos naturales agravan aún más la crisis ambiental, por lo que se requieren soluciones urgentes y transformadoras.

La crisis ambiental del siglo XXI exige un cambio de paradigma en nuestra relación con la naturaleza. El reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos, como lo ha hecho Ecuador, ofrece una nueva perspectiva que puede guiar nuestras acciones hacia un futuro más sostenible. Brasil, con su rica biodiversidad y su papel crucial en la regulación del clima global, tiene la oportunidad de liderar este cambio y construir un modelo de desarrollo que respete los límites de la naturaleza.

El reconocimiento de los derechos de la naturaleza en Ecuador ha demostrado ser una herramienta poderosa para la protección ambiental, empoderando a las comunidades locales y promoviendo políticas públicas más sostenibles. A pesar de los desafíos en su implementación, la experiencia ecuatoriana ofrece valiosas lecciones para otros países, como Brasil, que enfrentan graves amenazas ambientales.

La adopción de un marco jurídico similar en Brasil podría fortalecer la protección de la Amazonía y otros ecosistemas vitales, garantizando la participación de las comunidades locales en la toma de decisiones y fomentando un desarrollo más sostenible y respetuoso con la naturaleza. Sin embargo, es crucial adaptar el modelo ecuatoriano al contexto brasileño, desarrollando una legislación clara y mecanismos efectivos de aplicación, así como promoviendo la educación y la concienciación pública sobre los derechos de la naturaleza.

El reconocimiento de los derechos de la naturaleza no es una panacea para la crisis ambiental, pero representa un cambio de paradigma fundamental en nuestra relación con el planeta. Al reconocer a la naturaleza como un sujeto de derechos, en lugar de un mero objeto a nuestra disposición, podemos avanzar hacia una sociedad más justa, equitativa y sostenible, donde los seres humanos y la naturaleza coexistan en armonía.

La experiencia ecuatoriana en el reconocimiento de los derechos de la naturaleza ofrece valiosas lecciones para Brasil, un país que también enfrenta desafíos ambientales significativos, especialmente en la Amazonía. La adopción de un modelo similar al ecuatoriano podría fortalecer la protección de la selva amazónica y de otros ecosistemas vitales, promover la participación de las comunidades locales en la toma de decisiones ambientales y fomentar un desarrollo más sostenible.

Como destaca Gudynas, “la experiencia de Ecuador demuestra que el reconocimiento de los derechos de la naturaleza puede ser una herramienta poderosa para la protección ambiental, especialmente en países con alta biodiversidad y culturas que valorizan la relación con la naturaleza” (Gudynas, 2011, p. 156). La aplicación de los derechos de la

naturaleza en Brasil podría potenciar la defensa de la Amazonía, considerada el “pulmón del mundo”, y de otros biomas importantes, como el Cerrado y la Mata Atlántica.

Además, la incorporación de los derechos de la naturaleza en la legislación brasileña podría promover la participación de las comunidades locales en la gestión ambiental, garantizando que sus voces sean escuchadas y sus conocimientos tradicionales sean valorados. La participación activa de las comunidades es fundamental para la protección de la naturaleza, pues son ellas las que más dependen de los recursos naturales y las que más sufren los impactos de la degradación ambiental.

Sin embargo, para que Brasil pueda beneficiarse de la experiencia ecuatoriana, es crucial adaptar el modelo a sus propios contextos social, político y cultural. Como advierte Acsehrad (2010, p. 87), “la transposición de modelos jurídicos de un país a otro debe ser hecha con cautela, llevando en consideración las particularidades de cada contexto”. En el caso brasileño, es fundamental desarrollar un marco legal sólido y claro, que defina los derechos de la naturaleza de forma precisa y establezca mecanismos efectivos de aplicación. Además, es esencial promover la educación y la concientización pública sobre los derechos de la naturaleza, para que la sociedad brasileña comprenda la importancia de esta nueva perspectiva y se involucre en su implementación. Solo con el apoyo de la sociedad civil y la participación activa de los diversos sectores será posible construir un futuro más sostenible para Brasil y para el planeta.

REFERENCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hS-dks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/?format=pdf&lang=pt>. Acceso en: 25 nov. 2025.

ASAMBLEA MUNDIAL POR LA AMAZONIA. **Pueblos de la Tierra por la Amazonía**. 2023. Disponible en: <https://asambleamundialamazonia.org/2023/08/08/pueblos-de-la-tierra-para-la-amazonia/>. Acceso en: 25 nov. 2025.

ÁVILA, Ramiro. Direitos da natureza: lições do Equador para o mundo. In: LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrícia (org.). **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BERRY, Thomas. **The sacred universe**: earth, spirituality, and religion in the Twenty-first Century. New York: Columbia University Press, 2009.

BONITO. **Lei Orgânica**. Bonito: Câmara Municipal de Bonito, 2020. Disponible en: <http://bonito.pe.leg.br/wp-content/uploads/2023/02/LEI-ORGANICA.pdf>. Acceso en: 25 nov. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA. **2º Fórum Brasileiro pelos Direitos da Natureza na BA**. 2023. Disponible en: <https://caritas.org.br/noticias/2o-forum-brasileiro-pelos-direitos-da-natureza-na-ba>. Acceso en: 25 nov. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pueblo indígena kichwa de Sarayaku vs. Ecuador**. Sentencia de 27 de junio de 2012. Disponible en: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_245_esp.pdf. Acceso en: 25 nov. 2025.

DATOS MUNDIAL **Países donde se habla quechua**. 2025. Disponible en: <https://www.datosmundial.com/idiomas/quechua.php>. Acceso en: 25 nov. 2025.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Alfaro, Montecristi: Corte Constitucional, 2008. Disponible en: https://sital.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_república_del_ecuador.pdf. Acceso en: 23 nov. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Orgânica do Município de Florianópolis/SC**. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1990. Disponible en: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-florianopolis-sc>. Acceso en: 25 nov. 2025.

GUAJARÁ-MIRIM. **Lei n. 2.579 de 28 de junho de 2023**. Dispõe sobre o reconhecimento dos direitos do Rio Laje - Komi Memen - no município de Guajará-Mirim e seu enquadramento como ente especialmente protegido e dá outras providências. Guajará-Mirim: Câmara Municipal de Guajará-Mirim, 2023. Disponible en: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bra219193.pdf>. Acceso en: 25 nov. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Los derechos de la naturaleza en serio: respuestas y aportes desde la ecología política. **EcoPolítica**, Quito, 16 feb. 2015. Disponible en: <https://ecopolitica.org/los-derechos-de-la-naturaleza-en-serio-respuestas-y-aportes-desde-la-ecologia-politica/>. Acceso en: 23 nov. 2025.

HARTSHORN, Gary S. The importance of managing tropical forests in Latin America. In: CONGRESS ON SILVICULTURE, DYNAMICS, MANAGEMENT AND GROWTH OF TROPICAL MOIST FORESTS, I., Heredia, Costa Rica, jul./ago. 2003. **Conference Paper [...]**. Heredia, Costa Rica: Instituto de Investigación y Servicios Forestales (INISEFOR), Universidad Nacional, 2003. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/305961998_The_Importance_of_Managing_Tropical_Forests_in_Latin_America_translation_of_Spanish_presentation. Acceso en: 25 nov. 2025.

IPBES – PLATAFORMA INTERGUBERNAMENTAL CIENTÍFICO-NORMATIVA SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y SERVICIOS DE LOS ECOSISTEMAS. **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. Brondizio, Eduardo *et al.* (ed.). Bonn: IPBES Secretariat, 2019. Disponible en: <https://zenodo.org/records/6417333>. Acceso en: 25 nov. 2025.

IPCC – PANEL INTERGUBERNAMENTAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO. **Climate Change 2021: the physical science basis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponible en: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acceso en: 25 nov. 2025.

MARTÍNEZ, Esperanza; ACOSTA, Alberto. Los derechos de la naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, p. 2927-2961, 2017. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DQvjXNfMhVxv4HxmHvZsvB/?format=pdf&lang=e>. Acceso en: 23 nov. 2025.

PAUCAY, Vicente S.; MARÍN, Marco David. Derechos de la Naturaleza y la jurisprudencia constitucional en Ecuador. **Revista de Derecho Foro**, n. 41, p. 7-27, ene./jun. 2024. Disponible en: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/foro/article/view/4146/4255>. Acceso en: 23 nov. 2025.

PAUDALHO. **Resolução n. 21, de 15 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Paudalho: Câmara Municipal de Paudalho, 2020. Disponible en: <https://transparencia.paudalho.pe.leg.br/uploads/5310/2/importar/2020/Resolucao/Resolucao-21-2020.pdf>. Acceso en: 25 nov. 2025.

SÊRRO. **Lei Orgânica do Município de Sêrro**. Câmara Municipal de Sêrro, 1990. Disponible en: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-serro-mg>. Acceso en: 25 nov. 2025.

STEFFEN, Will *et al.* Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 33, p. 8252-8259, aug. 2018. Disponible en: <https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.1810141115>. Acceso en: 25 nov. 2025.

TANGENCIAL. Manifiesto por la vida por una ética para la sustentabilidad. **Ambiente & Sociedade**, ano 5, n. 10, p. 1-14, 1º sem. 2002. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/chFvNSQNTGR-Pq7xy7NTLLGS/?lang=es>. Acceso en: 25 nov. 2025.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; FERRAZZO, Débora. Paradojo del desarrollo: derecho ambiental y bienes comunes en el capitalismo. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 163-189, set./dez. 2018. Disponible en: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1269/24711>. Acceso en: 23 nov. 2025.

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS Y JUSTICIA RACIAL AMBIENTAL: UN ANÁLISIS DE LOS EFECTOS DE LA NECROPOLÍTICA EN CIUDADES DE ECUADOR Y BRASIL

Luciana da Silva Teixeira¹

Diana Salomé León Bernardo²

1 INTRODUCCIÓN

En el actual contexto informativo y globalizado en el que se encuentran la mayoría de las naciones del mundo y que, al absorber los efectos de esta globalización, el medio ambiente y la urgente necesidad de medidas preventivas y su recuperación es un tema ampliamente conocido.

Sin embargo, los efectos de la crisis climática que azota al mundo enfrentan realidades y peculiaridades dentro de cada región, sociedad y sus marcadores sociales. Por ello, cabe preguntarse qué son y hasta qué punto son naturales las catástrofes, y si la respuesta de ese entorno es la misma cuando se compara con otro.

Brasil y Ecuador, a pesar de ser regiones completamente diferentes, con climas y otras características específicas, tienen un punto de intersección en este debate que será presentado como problema en este artículo: el racismo estructural y la injusticia ambiental.

¹ Estudiante de maestría en Derechos Humanos y Políticas Públicas del Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) del Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Licenciada en Derecho por la Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Miembro de la Comisión de Género, Raza y Minorías del PPGD/UNIRIO. Desarrolla investigaciones centradas en las mujeres negras brasileñas, especialmente en lo que respecta a la violencia obstétrica. Abogada. E-mail: lucianateixeira@edu.unirio.br.

² Maestrante por la Universidad Andina Simón Bolívar, en la Maestría de Investigación de Derecho y Sociedad con mención en Derecho, Identidades y Acción Colectiva. Licenciada en Derecho por la Universidad Nacional de Chimborazo. Su línea de investigación se basa en el racismo sistémico y su imbricación en la justicia, reconocimiento y desarrollo, con principal enfoque en perfilamiento racial, derecho negro y la eficacia de las acciones afirmativas en la calidad de vida de los afroecuatorianos. Abogada. E-mail: abg.dianaleon20@gmail.com y diana.leon.b@uasb.edu.ec.

La justicia es uno de los principios fundamentales en la constitución y reconocimiento de los seres vivos como entes sociales e interconectados. Por ello que hablar de justicia implica varias acepciones teóricas que se enfrentan a subjetividades desde el entorno y en contexto de estudio. En el presente ensayo hablar de justicia ambiental implica revisar el panorama racial como fuente de interrelación teórica práctica de las problemáticas y vivencias que sufren y han sufrido varias poblaciones negras y afrodescendientes.

Las causas de las injusticias ambientales raciales no residen en factores meramente ambientales, sino en prácticas políticas conocidas como necropolíticas aplicada en sectores mayormente ocupado por poblaciones que son parte de la diáspora africana. Los fenómenos sociales geoespaciales, la zonificación de la pobreza, la centralización del poder y la estratificación de las clases de acuerdo con el territorio asignado, permite explicar que los fenómenos naturales que afectan de forma permanente a varias comunidades no es una casualidad, sino una decisión política de muerte que ha sido implantada de forma sistemática y periódica a razón de la colonización de las Américas.

En Brasil, el derecho a un medio ambiente equilibrado es una garantía social establecida en la Constitución Federal de 1988 en su artículo 225, que establece las responsabilidades de la unión, los estados y los municipios en la protección del medio ambiente.

En Ecuador, esta disposición se encuentra en el artículo 14 de la Constitución del 2008 que reconoce el derecho de las personas, pueblos y nacionalidades a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, así como la novedad neoconstitucionalista del reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos, en donde el Estado se obliga a proteger, prevenir, restaurar la Naturaleza o Pachamama.

Las dichas normas legales traen como garantiza que toda la población nacional sea provisionada del ejercicio de sus derechos constitucionales en igual ponderación, pero en el caso que nos confiere la provincia de Esmeraldas a pesar de ser parte del territorio nacional ha sido excluida desde sus inicios de la emisión de políticas pública de desarrollo y atención. El colonialismo y neocolonialismo está presente en la construcción de las ciudades de importancia según su composición étnico-racial y esto repercute de forma directa en todos los impactos ambientales que sufre la provincia a causa de inacción estatal.

Esta disposición, que garantiza a todos un medio ambiente equilibrado, sugiere una perspectiva universalizadora de este derecho social. A primera vista, la provocación de la justicia igualitaria lleva a entender la satisfacción de las necesidades y dificultades que todo ser humano enfrenta en territorio brasileño y ecuatoriano.

Sin embargo, no hay que ir muy lejos para ver las disparidades sociales, de clase raza y de género. Por lo tanto, para garantizar un medio ambiente equilibrado - derecho social de todo brasileño - también sería necesario construir políticas públicas capaces de ser equitativas y atentas a los marcadores de intersección social.

Dicho esto, es posible pasar al problema de este trabajo: ¿existe una política pública en Río de Janeiro, estado de Brasil, en la ciudad de Petrópolis y en la ciudad de Esmeraldas, en Ecuador, que busque hacer efectivo el art. 225 de la CFRB/88 y el art. 14 de la CRE/2008, relativo al medio ambiente equilibrado?

Para mayor comprensión del lector, este trabajo se centrará en el fenómeno de las lluvias torrenciales. En Brasil, se utilizarán como pruebas de hipótesis las ocurridas en la ciudad de Petrópolis, en Río de Janeiro, y en Ecuador, Esmeraldas. Esto se debe a que ambas localidades se vieron afectadas por fuertes lluvias que causaron muertes, pérdida de viviendas y la violación de muchos otros derechos de la población que allí vivía.

2 DESARROLLO

El concepto de riesgo y catástrofe no es unánime. En este artículo, trabajaremos en la línea de que los riesgos y los desastres son construcciones sociales. Esto se debe a que las zonas predominantemente demarcadas como de riesgo, y más susceptibles a los daños y efectos de los fenómenos naturales, son aquellas demarcadas por la desigualdad ambiental. El fenómeno climático es sólo una forma de desenmascarar la construcción jurídica y social reforzada y mantenida por el Estado para determinados grupos sociales.

En este sentido, Francine D. Pinheiro, en su tesis, afirmó:

En Brasil, podemos decir que nuestras ciudades están marcadas por la segregación espacial clasista, sostenida por marcos legales urbanísticos destinados a garantizar el proceso de acumulación capitalista. En la ciudad, el acceso a la tierra, siempre negado a los más pobres, se manifiesta con una intencionalidad distinta, ya que se necesita mano de obra para mover el sistema. Así, la ciudad y sus equipamientos públicos son negados a los pobres, permitiéndoles ocupar áreas que no interesan al capital: áreas de riesgo, áreas ilegales y áreas alejadas de los centros de poder y ocio (Pinheiro, 2014, p. 16).

Todavía en Brasil, la región montañosa en cuestión ya ha sido objeto de dos grandes lluvias catastróficas, una en 2011 con 918 muertos según datos oficiales (cuando las asociaciones de la región apuntaban a 10.000 víctimas), y otra en 2022 en el mismo lugar, con 242 muertos. El impacto de estos incidentes afectó sobre todo a la población negra, especialmente a las mujeres.

Estos datos nos llevan al tema central de este estudio: ¿cómo se golpea más a unos grupos que a otros? Esta respuesta es abordada por la tesis del Racismo Estructural de Silvio Almeida, que explica los arreglos políticos, legales e institucionales para mantener

a los grupos en situación de vulnerabilidad y no crear políticas públicas dirigidas a sus necesidades y especificidades.

En otras palabras, a pesar de tal tragedia, las personas negras siguen siendo las más afectadas por los desequilibrios de la naturaleza, junto con la elección del Estado de permanecer inerte en la promoción de políticas públicas con sesgo interseccional, capaces de garantizarles el derecho a la vivienda, la dignidad y todos los efectos del medio ambiente que necesitan para vivir.

Para profundizar en el tema, vale la pena mencionar que el término interseccionalidad es ampliamente discutido por Carla Akotirene en Brasil, quien en su trabajo (Akotirene, 2019) invoca la construcción de Kimberlé Crenshaw para discutir la superposición y colisión de estructuras para explicar ciertos fenómenos. Pero más que eso, la interseccionalidad viene como una lente capaz de explicar que ciertos fenómenos son así en sus magnitudes sólo como resultado de esta colisión de estructuras.

Esto significa que para entender cómo las lluvias pueden ser más severas para la población pobre y negra de ese lugar – y aquí también es necesario mirar el género, ya que las mujeres son las más afectadas – es necesario analizar todo el contexto legal e institucional que ha subvertido la opresión, como las condiciones de vida de esas personas, a las vulnerabilidades e impactos que un desastre puede causar.

En una región predominantemente de riesgo, la Agencia Estatal de Medio Ambiente de Río de Janeiro (INEA) ha establecido una clasificación por zonas, clasificando las áreas en franjas verdes, amarillas y rojas, siendo las verdes habitables y sin riesgo y las rojas de alto riesgo e inhabitables. Curiosamente, el Centro de Defensa de los Derechos Humanos de Petrópolis (CDDH-Petrópolis) descubrió que muchas de las casas con daños estructurales importantes estaban clasificadas en la zona verde, mientras que las casas sin reflejos de la lluvia estaban clasificadas para su demolición en la zona roja.

Entender tales procesos y la violación de la disposición constitucional mencionada es admitir que los eventos climáticos de alta intensidad revelan y acentúan las vulnerabilidades existentes. Si una determinada parte de la ciudad tiene mayor poder de prevención y recuperación en comparación con otra área igualmente afectada por las lluvias, es porque la estructura fue creada para reforzar y mantener a los ya favorecidos.

Pero también hay que pensar en la ciudad y en las catástrofes que periódicamente la sacuden. Ayudar a desnaturalizar el acontecimiento “natural” (como si procediera exclusivamente de la naturaleza) y comprender los procesos sociales y medioambientales a los que están vinculados. Para ello, no basta con contar con la opinión de expertos en despachos que desprecian no sólo los conocimientos tradicionales de la población sobre su territorio, sino también el carácter multidisciplinar de la cues-

tión. Es necesario tener en cuenta todos los aspectos físicos, sociales y ambientales que presentan los trabajos académicos y técnicos y la experiencia cotidiana de las comunidades, y promover un debate más amplio en torno a soluciones viables (Pineiro, 2014, p. 3-4).

Con los desastres mencionados en Petrópolis/RJ, se instituyeron algunas políticas habitacionales a través de los Decretos 42.406/10, 43.415/12 y 44.052/13, así como las Res. SEASDH 422/12, que dispuso que las familias afectadas por las lluvias y que perdieran sus viviendas fueran incluidas en el programa “Alquiler Social” del Estado de Río de Janeiro, que preveía el pago de R\$400,00 (cuatrocientos reales) mensuales desde el momento en que sus viviendas condenadas fueran demolidas hasta que obtuvieran una nueva vivienda.

Es posible ver que no basta con retirar estas casas, sino que hay que pensar en los contextos en los que estas familias están y estarán reinsertadas. Veamos, en la política habitacional de alquiler social para personas que han perdido completamente sus casas, o han sido condenadas por la Defensa Civil, el alquiler en la región ha aumentado, haciendo insuficiente la subsistencia proporcionada por el gobierno.

Muchas de las casas construidas en los programas de vivienda tras la catástrofe están situadas lejos de los lugares de trabajo, las escuelas y los supermercados. La vivienda y la dignidad están entrelazadas, y la promoción de una política pública eficaz, incluso en su fase de aplicación, debe estar atenta a las implicaciones del lugar donde se encontrarán estas familias.

Proporcionar un entorno equilibrado también significa anticiparse a la catástrofe. ¿Qué personas estarán más expuestas y cuáles necesitarán más atención por parte de los agentes públicos? Es importante subrayar que el principal objetivo de la injusticia medioambiental y el racismo abordados en este trabajo es dar visibilidad. Al fin y al cabo, hacer invisibles las cosas es una forma política de no apoyar las reivindicaciones de derechos (Akotirene, 2019).

Robert Bullard, considerado el creador del término racismo medioambiental, ya lo ha enumerado:

El racismo medioambiental se refiere a cualquier política, práctica o directiva que afecte de forma diferencial o perjudique (intencionadamente o no) a individuos, grupos o comunidades por motivos de raza o color. El racismo medioambiental se combina con las políticas públicas y las prácticas de la industria para proporcionar beneficios a los blancos mientras se trasladan los costes de la industria a los negros. Se ve reforzado por las instituciones gubernamentales, jurídicas, económicas, políticas y militares. En cierto sentido, “cada institución del Estado es una institución racial”.

La toma de decisiones y las políticas medioambientales suelen reflejar los acuerdos de poder de la sociedad dominante y sus instituciones” (Bullard, 2000, p. 98).

Morro da Oficina – Petrópolis, 2022



Fonte: Colleto (2022).

En la imagen superior, podemos ver uno de los corrimientos de tierra ocurridos en Morro da Oficina, un barrio de Petrópolis, en 2022. Este barrio está ocupado en su mayoría por personas de bajos ingresos y de raza negra, especialmente mujeres. A pesar de haber transcurrido tanto tiempo desde la tragedia, esta zona sigue recuperándose, con derrumbes, escombros sin ninguna intervención ni grandes obras, a diferencia de las otras zonas privilegiadas de la ciudad (Moreira; Denard, 2023).

El centro de la ciudad, que es un punto turístico, está rodeado de viviendas de alto standing con una población de clase media-alta. En este barrio, las políticas de retención y prevención son más intensas. Así, cuando la misma lluvia cae sobre la ciudad, el centro, aunque también se ve afectado, se recupera rápidamente en comparación con Morro da Oficina, una zona subdesarrollada de Petrópolis que tras el último evento de 2022 permanece en escombros e ignorada por las autoridades públicas (Ferreira *et al.*, 2024).

Centro histórico de Petrópolis, 2022



Fonte: Marques (2022).

Las desigualdades territoriales en el Ecuador también son notorias, la lógica colonialista y neocolonialista ha configurado jerarquización de atención y desarrollo de las regionales, provinciales y locales. En la construcción del Estado-Nación, los procesos de urbanización tomaron protagonismo en las ciudades de Quito, Guayaquil, Manta, Cuenca. Si revisamos la conformación poblacional de estas ciudades nos encontraremos con que el factor étnico-racial predominante es el blanco-mestizo.

Los territorios ocupados por los pueblos y nacionalidades afrodescendientes han sido usados como fuente de riqueza en el aprovechamiento de los recursos naturales y sobreexplotación de la tierra y mano de obra barata para beneficio de las ciudades de importancia y sus poblaciones y no de los ciudadanos que habitan en esos territorios. Es importante señalar que antes de que el Ecuador se constituyera como Estado, los descendientes de africanos estaban y están en permanente resistencia en el territorio.

La llegada de los primeros afrodescendientes data en los años de 1553, cuando 17 hombres y 6 mujeres africanas después de sufrir un siniestro navío en las costas, huyeron de las embarcaciones negreras a los bosques de Esmeraldas. En ese territorio se constituyó la República de los Zambos que durante años estuvo enfrentado con la colonia española. La provincia de Esmeraldas fue fundada en 1847, cuatro años antes de la manumisión de la esclavitud emitida por José María Urbina en decreto (Vicariato Apostólico de Esmeraldas; Centro Cultural Afroecuatoriano, 2009).

Esmeraldas en la época Republicana no fue considerada de importancia o relevancia para la construcción del estado-nación, sin embargo, si fue un objeto de ambición en la

búsqueda de una salida al mar, pero no de atención a las necesidades de su población. La urbanización de la provincia tuvo un lento avance en 1950 el 80% de su población era rural mientras que en el 2001 bajo a 59%.

A nivel nacional según el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INEC), el 69,0% de la población afrodescendiente ocupa el área urbana y el 31,0% el área rural (Cabrera *et al.*, 2016) Esmeraldas tiene 7 cantones y 64 parroquias, considerando este factor, exponemos que las parroquias con mayor incidencia de pobreza (57-96%) se concentran en la zona norte del país en las provincias de Esmeraldas, Imbabura y Carchi (las tres provincias tienen presencia importante de población afrodescendiente). La conformación de la población de Esmeraldas según los censos del INEC 2001 evidencian que el 39,9% se autoidentifican como afroecuatorianos, en el 2010 con el 43,9% y en el año 2022 con 53.79% (Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2022).

La muestra de análisis para este ensayo es la ciudad de Esmeraldas que pertenece a la misma provincia con su nombre. Este territorio tiene un gran porcentaje de población afroecuatoriana que ha sufrido procesos masivos de desterritorialización, sobreexplotación de los recursos naturales y recursos humanos, lo que ha provocado una extensa migración interna de la ruralidad o los centros capitales. Sin embargo, no es la primera ni la última provincia que ha tenido procesos de migración interna, pero si es la que, a pesar de la relevancia geográfica y ubicación estratégica se mantiene en la periferia de la periferia nacional.

Estos movimientos migratorios propiciados por la necropolítica fomentaron la división, el fraccionamiento de las comunidades costeras del pacífico, logrando que en varias familias se pierda en parte la memoria colectiva del pueblo afrodescendiente que desde el inicio se enfrentó a las esferas del poder central.

El territorio en donde habitan pueblos y nacionalidades afrodescendientes son de suma importancia para la conservación de sus costumbres, tradiciones, formas de vida entre otras, la explotación de los recursos naturales no solo es una trasgresión para la naturaleza, sino una forma de exterminio sistemático de los pueblos que a medida que el capital avanza estos retrotraen.

Muchos de nosotros hemos entendido que fue la ambición por el dinero y el poder de los capitalistas, lo que nos despojó de nuestras tierras comunitarias. Pero también entendemos que fue la mala fe del Estado la que legalizó este despojo. Zenón (Salazar, 2010, p. 123).

Una de las principales formas de afrontar el cambio climático, los fenómenos y catástrofes naturales, es generar en los pueblos y nacionalidades aledañas tengan condiciones de vida óptimas para la supervivencia, desarrollo sustentable y justicia ambiental.

La gestión de políticas públicas en la protección de la naturaleza implica reconocer los derechos bioculturales, así como el vínculo inseparable de la naturaleza y la población afrodescendiente de la zona pacífica norte del Ecuador. Como menciona Wolkmer *et al.* (2023, p. 120), “la relación de los habitantes afrocolombianos del Chocó con su territorio está mediada por una intrínseca relación con los ecosistemas, que son fuente de vida personal, social, económica y política”.

Las políticas públicas tendientes a restaurar y mitigar el impacto ambiental, deben vincularse a garantizar los derechos bioculturales como pilar fundamental en la protección de los pueblos y nacionalidades afrodescendientes. Los derechos bioculturales no son meramente enunciativos sino que implican que lo que afecta a la naturaleza, afecta a la población, como resultado de sus procesos históricos de aprovechamiento desmesurado de los territorios sin respeto a las formas de vida esmeraldeñas y sectores aledaños.

Las formas de dominación situadas en la colonización del poder, se ha impuesto al pueblo afrodescendiente, en forma de trabajo como uno de los elementos de control asociados a la construcción de lo negro como sujeto de racialización (Mbembe, 2016).

El agresivo avance de la modernidad y el capitalismo vendió a la población esmeraldeña la utopía del desarrollo y riqueza a través de las nuevas formas de trabajo que ofertaban los colonizadores modernos de la agroindustria, industria petrolera e industria maderera. En una comparativa de la zona norte del Pacífico Colombiano también se evidencia que las instituciones públicas no garantizan los derechos bioculturales ni controla los factores de deterioro ambiental, ni los derivados de la extracción de minerales, la madera y el cuidado de la biodiversidad (Wolkmer *et al.*, 2023, p. 120).

En 1978 se instaló la Refinería de Esmeraldas que definió el avance de la urbe sin previa planificación, los trabajadores se asentaron alrededor de las instalaciones, sin que se considere que era una zona de riesgo por la contaminación de la actividad industrial. Los gobiernos de turno aceptaron el uso del suelo inestable para vivienda sin ningún estudio técnico o planificación, esto como una medida demagógica de los gobiernos de turno (United Nations Environment Programme; Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2006).

La masiva migración interna en los años 70 y 90 transformó el medio natural de Esmeraldas, la población se ubicó en las lomas, quebradas y riberas bajas del río. Los procesos de ubicación se relacionan a las formas de vida y comercio a los que expusieron a la población a los nuevos modelos de desarrollo. Los asentamientos humanos de la presunta urbe esmeraldeña son considerados zonas de riesgo y propensas a sufrir los desproporionalmente los impactos de los fenómenos naturales.

El fenómeno climatológico El Niño ocasiona grandes inundaciones en las comunidades y en la ciudad, como las que se dieron en los años 1982-1983, y en los años 1997-1998 se repite este fenómeno en la que 300 viviendas fueron afectadas gravemente por deslizamientos. Pese a las afectaciones en la ciudad se genera otro flujo migratorio que termina por consolidar los asentamientos en las orillas de los ríos y en la zona sur, cercana a la refinería y la central térmica (Esmeralda, 2021, p. 50).

El contexto histórico de los asentamientos de la urbe esmeraldeña permite entender como el impacto de los fenómenos naturales no son eventos aislados. Es más, se desarrollan con mayor detenimiento en los sectores populares de la urbe en donde habitan el mayor porcentaje de población afrodescendiente. Estas zonas pobladas han padecido con desalojos, reubicaciones y reasentamientos, todo en función del capital y no del bienestar de su población (Saavedra *et al.*, 2020). Los fenómenos naturales y la amenaza latente de Esmeraldas:

Se estima que el 30% de la población urbana de Esmeraldas se encuentra en zona de impacto alto y muy alto por inundaciones y deslizamientos. El cantón, por tener una geomorfología de pendientes fuertes, tiene la misma característica que el área urbana (Esmeralda, 2021, p. 49).

Las tendencias climáticas y precipitación de la zona norte son amenazas conocidas por los Gobiernos Autónomos Descentralizados y el Gobierno Central, esta tendencia es histórica según la Dirección de Planificación y Ordenamiento Territorial. El GAD de Esmeraldas impulso en el 2021 el Plan Cantonal de Desarrollo y Ordenamiento territorial 2020-2033, en el que la necesidad de dará atención al sistema de alcantarillado por las amenazas climáticas, pero esto no bastó para mitigar que en el 2023 los efectos de las lluvias extremas e inundaciones afectarán a la ciudad periférica (Esmeralda, 2021).

- A partir de la noche del sábado 3 hasta la mañana del domingo 4 de junio se registraron intensas lluvias en la provincia de Esmeraldas, ocasionando afectaciones a 4 cantones y 12 parroquias registradas hasta el momento, afectando a vías de primer y segundo orden, viviendas, unidades educativas y cultivos de la zona.
- Los cantones afectados son Atacames (3 parroquias), Esmeraldas (5 parroquias), Muisne (2 parroquias) y Quindé (3 parroquias). • En total se han registrado 16 eventos peligrosos que corresponden a: 12 inundaciones, 1 deslizamiento, 1 socavamiento, 1 vendaval, 1 colapso estructural.
- El COE Provincial de Esmeraldas está en conocimiento y sesionarán en las próximas horas, se encuentra activos los COES cantonales de Atacames y Esmeraldas.

- Personal de Fuerzas Armadas se activó por los distintos eventos y se encuentra apoyando a la población a través de sobrevuelos y evacuaciones aéreas.
- El Ministerio de Salud Pública indicó que hasta el momento reportó 4 establecimientos de salud afectados por inundación y filtraciones de agua en distintas áreas en el cantón Muisne.
- El Ministerio de Educación informó las zonas de acceso a 8 establecimientos educativos se encuentran inundadas, en los cantones: Esmeraldas (5 Unidades Educativas), en Atacames (1 Unidad Educativa y en Quinindé (2 Unidades Educativas)
- El Ministerio de Turismo activó sus protocolos internos evaluando la infraestructura turística constatando que al momento no se registran daños (Ecuador, 2023a).

Según el informe inicial de la Secretaria de Riesgos indica que los sectores de la parroquia urbana de Esmeraldas fueron afectados por las inundaciones a causa del taponamiento de alcantarillas y condición misma de los asentamientos, provocando que 9 familias y 36 personas hayan sido afectadas.

Se concluyó inicialmente que 1600 familias pertenecientes a los sectores urbanos periféricos de Simón Plata Torres, 50 Casas, La Victoria Tolita 1, Twinza, Casa Bonita resultaron afectados por las lluvias extremas iniciadas el 03 de junio de 2023 (Ecuador, 2023a).

Los estudios y planes de contingencia generados por las instituciones del Cantón Esmeraldas desde el 2002 no han mitigado los efectos de las catástrofes naturales, se puede mencionar que la población urbana vive anualmente los efectos de los desastres naturales.

Es necesario indicar que los fenómenos naturales no solo afectan a la provincia y ciudad de Esmeraldas, sino que por la condición geográfica natural el Ecuador está expuesto a los fenómenos naturales, así como a las amenazas de catástrofe, sin embargo, si realizamos una comparativa de los eventos peligrosos podemos evidenciar que Esmeraldas a nivel provincial por su número de habitantes es la provincia que sufre mayor impacto. Según el censo 2022, Guayas (25%), Pichincha (8,2%) y Manabí (9,4%) consolidan entre sí el 53, 5% de la población del país, mientras que Esmeraldas representa el 3.3% de la población.

El informe permite evidenciar que los eventos peligroso y afectaciones de las lluvias impactan de forma desproporcionada a la provincia de Esmeraldas en comparativa con las provincias con mayor concentración poblacional, siendo así que la población esmeraldeña ocupa el cuarto lugar de afectación del fenómeno ambiental mientras Guayas, Manabí y Pichincha ocupan los tres primeros lugares.

3. Eventos Peligrosos y Afectaciones – Resumen.

Desde el 01 de enero al 31 de diciembre del 2023, por lluvias se han registrado **3.181 eventos peligrosos**, distribuidos de la siguiente manera:

Provincia	Inundación	Deslizamiento	Colapso Estructural	Vandalismo	Socavamiento	Aluvión	Hundimiento	Tormenta Eléctrica	Granizada	Subsistencia	Total general
GUAYAS	337	29	86	49	29	—	1	3	—	—	505
PICHINCHA	93	225	40	13	8	18	1	13	9	—	403
MANABÍ	207	57	12	12	2	8	5	—	—	2	305
ESMERALDAS	185	84	18	4	18	1	7	1	—	—	278
LOS RÍOS	24	8	13	37	23	—	—	—	—	—	205
EL CODO	47	83	17	3	13	2	3	2	—	—	189
BOLÍVAR	25	96	5	—	7	10	7	3	—	—	163
IMBABURA	33	85	13	1	7	5	4	2	1	—	161
AZUAY	37	89	9	—	9	1	—	—	10	—	136
LOJA	28	84	16	7	4	4	1	—	—	1	121
NAPÓ	15	58	2	9	18	8	1	1	—	—	101
SANTO DOMINGO DE LOS TSÁCHILAS	44	29	13	12	1	1	—	2	—	—	102
MORONA SANTIAGO	20	42	1	12	8	5	—	—	—	—	88
CHIMBORAZO	10	34	2	3	5	18	3	1	2	—	71
OTSPALI	24	23	8	3	7	1	—	—	—	—	66
SANTA ELENA	21	5	13	2	4	—	—	—	—	—	53
CARCHI	12	25	5	—	3	3	—	—	—	—	48
TUNGURAHUA	9	23	2	1	4	1	4	—	3	—	47
ORELLANA	10	10	—	8	7	—	1	—	—	—	36
CANAR	13	16	2	—	2	—	—	—	3	—	34
PRISTAZA	18	13	—	2	3	—	—	—	—	—	34
ZAPORA CHINCHIPE	7	18	1	2	—	3	—	—	—	—	31
SUCUMBIOS	4	3	2	3	1	—	—	—	—	—	13
GUAYAS	4	1	—	—	—	1	—	1	—	—	7
Total general	1214	1077	256	103	111	74	27	29	29	5	3181
	6.2%	31.8%	8.0%	5.7%	5.8%	2.3%	1.9%	0.8%	0.8%	0.0%	

Fuente: Unidades de Monitoreo - SNOGR, 16/01/2024 12:00

Fuente: Ecuador, 2023b.

En este mismo sentido las afectaciones por provincias en el 2023, expone que la población afectada en la provincia de Esmeraldas asciende a 28160, contando con el 3.3% de la población nacional, Guayas con el 25,5% de la población nacional, tiene afectación en 48282. Así mismo se considera que Esmeraldas y Pichincha son las provincias que tienen el mayor porcentaje de personas fallecidas a causa de los eventos extremos de lluvia.

Las políticas públicas orientadas a mitigar los efectos de los eventos naturales catastróficos no han sido priorizadas por el GAD provincial, cantonal ni nacional, es así como en el marco referencia de cumplimiento del PDOT 2014-2019, se evidencia que no se dio prioridad al monitoreo a las condiciones ambientales de riesgo que sufre la población por sus asentamientos humanos no planificados.

Esmeraldas ha evolucionado entre el 2001-2010, teniendo un crecimiento del 51%, situándola entre las ciudades medianas del país con porcentajes alarmantes y patrones de desarrollo de baja densidad e insostenibles por el crecimiento poblacional; con relación a la parte rural su densidad poblacional disminuye, pero su porcentaje de pobreza por necesidades básicas insatisfechas se incrementa: Vuelta Larga con el 71.2%, Tachina con 78.3% y las demás parroquias rurales superan el 90% (Esmeralda, 2021, p. 165).

El crecimiento de la ciudad de Esmeraldas es un hecho inminente que al igual que otras ciudades va a seguir avanzado, sin embargo, desatención de los planes de desarrollo

que los ilegítimos dueños si puedan cancelar valores por concepto de servicios básicos que reciben en forma deficiente. Es decir, se permite el uso del suelo en peligro siempre y cuando se cancelen los valores que ingresan a las arcas fiscales cantonales.

El Art. 30 de la Constitución del 2008, expone que todas las personas sin diferencia tienen derecho a un hábitat seguro y saludable, y a una vivienda adecuada y digna, con independencia de su situación social y económica (Ecuador, 2008, p. 18). Pero en el caso de Esmeraldas este enunciado no solo que se ve vulnerado, sino que se mantienen las condiciones por las mismas instituciones públicas que no accionan medidas que mitiguen los efectos del cambio climático y los procesos de urbanización.

En la misma línea, la entrevista expone como las zonas periféricas de Esmeraldas, son despojadas del territorio aduciendo que son zonas de peligro, pero que después de los desalojos y reubicaciones, estas zonas presuntamente de peligro son usadas para infraestructura cantonal, una de las finalidades es eliminar la imagen de los barrios populares del centro urbano.

En el año 2018 y 2019 se hizo una obra en Termo Esmeraldas, fue una especie de calado que los beneficia a ellos y nos perjudica a nosotros. El año 2016 hubo una inundación, el agua corría para termo y nosotros, pero como la obra realizada el agua recula solo al Sector de 50 Casas (Ramírez, 2024).

La Política Urbana Nacional tiene como eje transversal:

E7. Impulsar intervenciones integrales en barrios, Mejoramiento integral de barrios: [...] “En concordancia con las agendas barriales, se ejecutarán proyectos de mejoramiento y construcción de los espacios públicos (parques, plazas y aceras) y de los entornos urbanos de las familias vulnerables, que impacten positivamente en las condiciones socioeconómicas de la población. Desde una perspectiva integral, las intervenciones reconocerán las interrelaciones entre los aspectos económicos, sociales y ambientales, con enfoque en la gestión de riesgos y cambio climático” (Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2023).

La planificación local, provincial y nacional de Esmeraldas durante años ha estado situada a urbanizar la ciudad, pero sin la gente que hace la ciudad. El cambio formal de parroquias rurales a parroquias urbanas no es observable. La construcción de Malecón, los parques y demás presuntamente embellecen a la ciudad, pero están asociados a limpiar la ciudad de los sectores populares a través del despojo de población que durante años se han asentado en esas zonas. Las políticas públicas maquilladas de desarrollo evidencian

como los gobiernos de turno no responden a restaurar o proteger a la naturaleza o ni el desarrollo de la población local.”El sur es la periferia (producto de reubicación y desalojo) Valle Hermoso la construyeron por desalojo de la zona de la barraca que queda en la calle Malecón que es la frontera visible y no visible del centro y la periferia” (Ramírez, 2024).

Las lluvias extremas que generaron las masivas inundaciones el 03 al 16 de junio de 2023, afectó al sector de las 50 Casas, en donde muchas familias fueron damnificadas, Vanesa Bone Ramírez tiene una de las familias damnificadas. Su casa esquinera quedo cubierta por el agua.

El agua subió a las 09:00 de la mañana, a las 10:30 llamé a los bomberos porque el agua estaba ya ocupando el primer piso, a las 12:30 el agua tapó mi casa. El agua se quedó estancada hasta las 15:00 de la tarde. Cuando sucedió, perdió todo, nuca recibí asistencia del Estado, no la recibieron muchas personas, de hecho, mucha aún se encuentra en los albergues sin una respuesta. Actualmente arriendo una vivienda, mientras mi casa está ahí abandona (Ramírez, 2024).

PROVINCIA	CANTÓN	VIVIENDAS	SEMAFORO	SEMAFORO	SEMAFORO
Esmeraldas	Esmeraldas	1.033	400	309	324
	Atacames	188	135	26	27
	Muisne	16	0	4	12

Fuente: Ecuador, 2023b.

Según el informe final de la secretaria de Riegos, la afectación de las viviendas en Esmeraldas es masiva 1.033 en las cuales 324 se encuentran en las peores condiciones. Sin embargo, todas las personas damnificadas se suman a la larga lista de personas empobrecidas, pasaron de tener un piso, una vivienda a vivir en casas de acogimiento o al arrendamiento de otros predios. La inacción administrativa y operativa de los gobiernos de turno a las amenazas naturales continúan contribuyendo a que la población afrodescendiente del norte de Esmeraldas acentuado en las zonas periféricas resista toda clase de impericia ambiental.

Esta bifurcación estratégica transparente que el ecogenoetnocidio está representando un proceso de ciudadanización e inclusión por la vía de la violencia extrema; una inclusión forzada, a las políticas del mercado y el estado capitalista neoliberal. Es uno de los precios de la modernización subalternizada, en que la ciudadanía plena está negada, tras el despojo y la vulneración sistemática y continuada de sus derechos (Quiñonez, 2018, p. 24).

La institución gubernamental según los informes remitidos a dado atención integral a los sectores vulnerado como se demuestra:

MTT4. Atención a la Población

- La Secretaría de Gestión de Riesgos (SGR) informó que se encuentran cerrados los 12 alojamientos temporales; se detallan en el punto 6 del presente informe.
- La SGR solicitó al MIES que se active el Bono de Contingencia para las familias damnificadas por la emergencia, conforme al levantamiento EVIN al momento se ha enviado 2046 bonos para revisión, calificación y validación del MIES.
- El Ministerio de Inclusión Económica (MIES) continúa con la revisión de familias damnificadas enlistadas en base de datos de la SGR según los cortes enviados por esta dependencia al MIES, mismos que están siendo revisados en la Subsecretaría de Aseguramiento No Contributivo, Contingencias y Operaciones (SANCO) (Ecuador, 2023b, p. 5).

Revisando el informe remitido por la secretaria técnica, la atención brindada a las personas afectadas por las lluvias, desplazamiento e inundaciones es integral, sin embargo, de la entrevista profunda realizada, se evidencia que lo documentado esconde la realidad a la que se enfrenta la población después de sufrir un evento natural de esta magnitud.

Desde el 01 de junio de 2023 se activaron las alarmas en la provincia, pero Vanesa Bone Ramírez (2024) nos indica que ha pasado más de un año desde que perdió todo lo que tenía, y cuando camina por los lugares asignados para damnificados estos siguen con familias enteras albergadas con la esperanza de que las instituciones encargadas terminen de elaborar los informes, se asigne presupuesto y se aprueba que se cumpla con lo ofrecido en el informe 38 del 2023.

Los datos desagregados y escogidos para describir la problemática de racismo ambiental, demuestra como el colonialismo del poder a través de las instituciones públicas, accionan políticas públicas en beneficio del capital y no mejora de calidad de vida de las personas afrodescendientes que sufren a nivel nacional, provincial y local del racismo estructural que despoja, empobrece y mata a los descendientes de África.

3 CONCLUSIÓN

Los impactos ambientales que sufre la población mayoritariamente afrodescendiente del Brasil y Ecuador en la zona norte tienen una afectación desproporcional en comparación con las ciudades con mayor cantidad poblacional, lo que refleja la deficiente actuación del Estado en aplicar medidas preventivas para las amenazas naturales.

La provincia de Esmeraldas posee el 53% de población afrodescendiente, esta provincia a pesar de sus condiciones geográficas de salida al mar, riqueza inimaginable de ecosistemas, y formas de vida, se ha visto relegado a ser la periferia ecuatoriana, en donde se genera riqueza por el aprovechamiento de los recursos naturales y humanos, pero no se mantiene altas tasas de pobreza por consumo y por necesidades básicas insatisfechas.

Los asentamientos humanos en las zonas de peligro fueron generados y aceptados por los gobiernos de turno. La población en búsqueda de trabajo y sustento de vida y quienes ostentan el poder en búsqueda de mano de obra barata para las formas de trabajo implementadas por las grandes industrias.

Las políticas públicas deben ir orientadas a mitigar el impacto de los fenómenos ambientales, restaurar y cuidar los ecosistemas destruidos, debe ser la consigna de la provincia verde. Las fuertes temporadas invernales son eventos naturales que se producen todos los años, es decir que la prevención y preparación de la ciudad para las catástrofes no es algo que pueda seguir sin ejecución y cumplimiento.

El desarrollo de Esmeraldas no puede estar sujeto al embellecimiento ficticio de la ciudad con parques, malecón, edificios y estructuras vistosas, mientras no se pone atención a la población a satisfacer sus necesidades fundamentales. Es necesaria la atención integral a los fenómenos naturales, sociales y políticos que afectan en igual proporción a la población esmeraldeña en particular.

Pensar en la prevención en las fases de contención de las lluvias y retirada de las viviendas en zonas de riesgo significa toparse con otras vulnerabilidades. Muchas familias viven en estas zonas de Petrópolis/RJ, consideradas zonas de riesgo, como el Morro da Oficina, de forma ilegal. Pero fueron construidas hace mucho tiempo sin regulación pública, sino como una búsqueda de vivienda por parte de muchas familias.

En vista de lo anterior, es posible ver la urgente necesidad de vínculos transdisciplinarios y antropológicos entre el conocimiento local y las demás ciencias humanas y sociales y el derecho, para que sea posible construir una política capaz de satisfacer las necesidades específicas de los grupos sociales más vulnerables, como los negros y, sobre todo, las mujeres, que fueron el grupo objetivo de este artículo.

REFERENCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades**. São Paulo: Pólen, 2019.

BULLARD, Robert D. **Dumping in dixie: race, class, and environmental quality**. 3. ed. Colorado: Westview Press, 2000.

CABRERA, Esteban *et al.* Análisis Geográfico de la pobreza y desigualdad por consumo en Ecuador: más allá del nivel provincial. In: MOLINA, Andrea *et al.* **Reporte de pobreza por consumo Ecuador 2006-2014**. Quito, Ecuador: INEC; Banco Mundial, 2016. p. 146-171. Disponible en: <https://www.ecuadorenconfiras.gob.ec/documentos/web-inec/Bibliotecas/Libros/reportePobreza.pdf>. Acceso en: 25 nov. 2025

COLLETO, Vitor. Tragédia em Petrópolis (RJ): O quão suscetível é o Brasil aos movimentos de massa? **Tudo Geo**, 23 fev. 2022. Disponible en: <https://www.tudogeo.com.br/2022/02/23/tragedia-em-petropolis-rj-o-quao-suscetivel-e-o-brasil-aos-movimentos-de-massa/>. Acceso en: 25 nov. 2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Política Urbana Nacional del Ecuador**. Ecuador: Plataforma Urbana y de Ciudades de América Latina y el Caribe, 2023. Disponible en: <https://plataformaurbana.cepal.org/es/pnu/politica-urbana-nacional-del-ecuador>. Acceso en: 25 nov. 2025.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Alfaro, Montecristi: Corte Constitucional, 2008. Disponible en: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acceso en: 23 nov. 2025.

ECUADOR. Secretaría Nacional de Gestión de Riesgos. **Informe de situación provincial - Esmeraldas**: mSITREP n. 01 Esmeraldas – época Lluviosa. Quito: Secretaría Nacional de Gestión de Riesgos, 2023a. Disponible en: <https://www.gestionderiesgos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2023/06/SITREP-Nro-01-Esmeraldas-04.06.2023-17h00.pdf>. Acceso en: 20 jun. 2024.

ECUADOR. Secretaría Nacional de Gestión de Riesgos. **Informe de situación provincial - Esmeraldas**: mSITREP n. 38 Esmeraldas. Quito: Secretaría Nacional de Gestión de Riesgos, 2023b. Disponible en: <https://www.gestionderiesgos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2023/06/SITREP-Nro-01-Esmeraldas-04.06.2023-17h00.pdf>. Acceso en: 20 jun. 2024.

ESMERALDAS. **Plan cantonal de desarrollo y ordenamiento territorial 2020-2033**. Esmeraldas: Alcaldía de Esmeraldas, 2021. Disponible en: <https://esmeraldas.gob.ec/images/LOTAIP/2021/PDOT%202020-2033/Plan%20de%20desarrollo%20y%20ordenamiento%20territorial%202022-2033.pdf>. Acceso en: 25 nov. 2025.

FERREIRA, Jimena B. F. *et al.* Catástrofes socioambientais e as mudanças na paisagem: um estudo de caso em Petrópolis, estado do Rio DE Janeiro. **Margarida Penteado**: Revista de Geomorfologia, v. 1, n. 1, p. 1-17, jun. 2024. Disponible en: <https://revistaaprogeomg.org.br/index.php/margaridapenteadorevista/article/view/10/11>. Acceso en: 20 jun. 2024.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **VIII Censo de Población y VII de Vivienda**. Quito: INEC, 2022. Disponible en: <https://www.ecuadorenconfiras.gob.ec/institucional/censo-ecuador>. Acceso en: 20 jun. 2024.

MARQUES, Ariane. Forte chuva em Petrópolis causa inundações, arrasta carros e provoca queda de barreiras; mortes passam de 30. **G1**, Região Serrana, 15 fev. 2022. Disponible en: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/15/grande-voluma-de-chuva-causa-inundacoes-arrasta-carros-e-provoca-queda-de-barreiras-em-petropolis.ghtml>. Acceso en: 15 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica de la razón negra ensayo sobre el racismo contemporáneo**. Barcelona: Nuevos Emprendimientos, 2016.

MOREIRA, Mateus de Brito; DENARDI, Ana Maria. Desastre ambiental em Petrópolis-RJ: um estudo de caso do Morro da Oficina. **Calunga AE: Revista Interdisciplinar de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo**, v. 1 n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2023. Disponible en: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/calugaae/article/view/165/247>. Acceso en: 20 jun. 2024.

PINHEIRO, Francine Damasceno. **Quando a casa sai?** A Política de reconstrução de moradias para os afetados em desastres socioambientais no Vale do Cuiabá – Petrópolis, RJ. 2014. 227p. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponible en: <https://mst.org.br/download/doutorado-quando-a-casa-sai-a-politica-de-reconstrucao-de-moradias-para-os-afetados-em-desastres-socioambientais-no-vale-do-cuiaba-petropolis-rj/>. Acceso en: 25 nov. 2025.

QUIÑONEZ, S. Arboleda. Defensa ambiental, derechos humanos y ecogenoetnocidio afrocolombiano. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 10-27, 2018. Disponible en: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/13480>. Acceso en: 23 nov. 2025.

RAMÍREZ, Vanesa Bone. **El racismo ambiental y las inundaciones en Esmeraldas**. (D. León Bernardo, Entrevistador). 2024.

SAAVEDRA, Gustavo A. D. *et al.* Esmeraldas: ciudad y turismo entre las políticas de despojo y las agencias sociocomunitaria. *In*: SAAVEDRA, Gustavo A. D. *et al.* **Violencias y contestaciones en la producción del espacio urbano periférico del Ecuador**. Quito, Ecuador: FLACSO, 2020. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/d700d2f1-d1da-448f-b74f-cc2dd1d1b61f>. Acceso en: 23 nov. 2025.

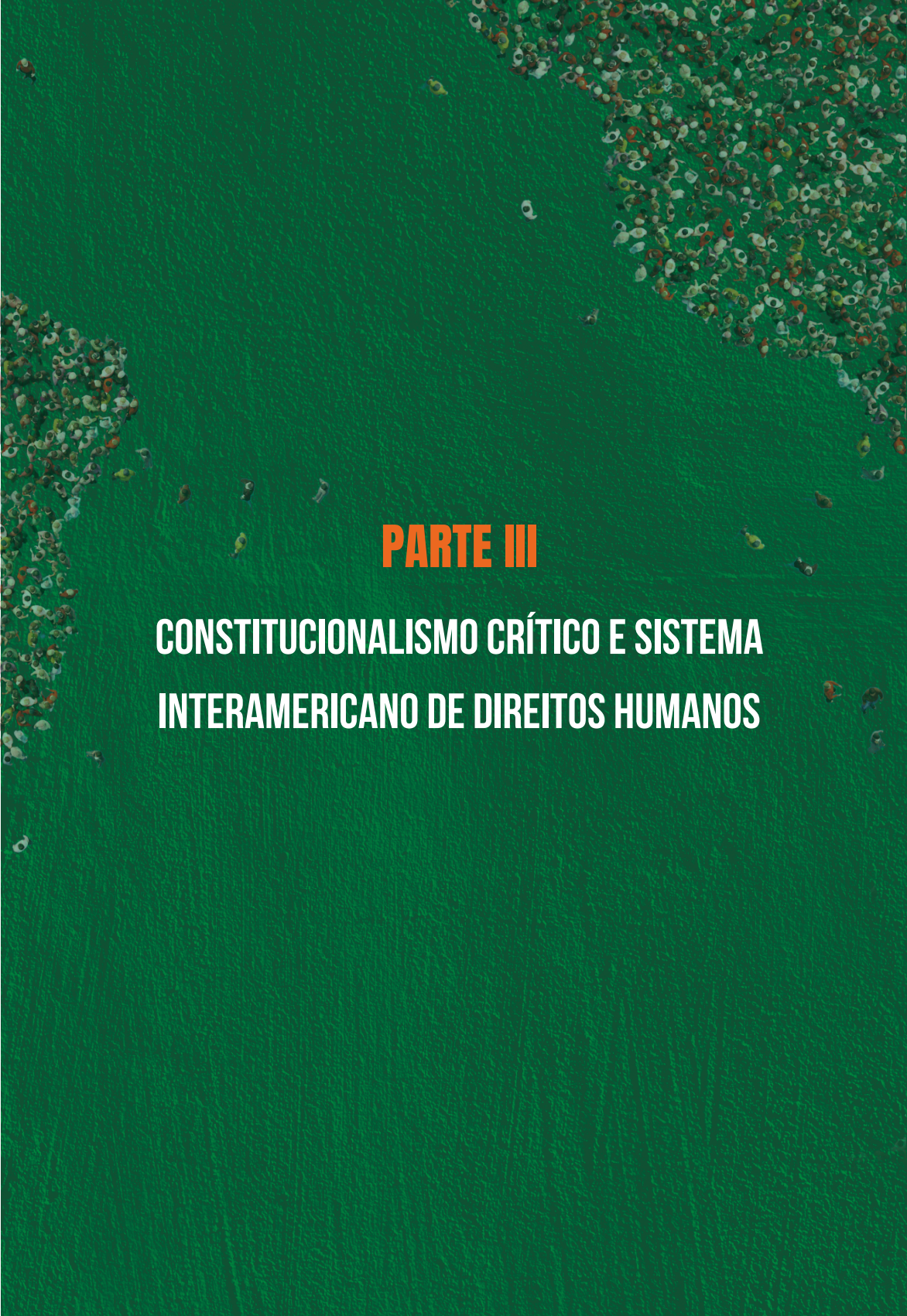
SALAZAR, Juan García (ed.). **Territorios, Territorialidad Y Desterritorialidad**. Quito: Fundación Altropico, 2010. Disponible en: <https://files.core.ac.uk/download/pdf/159775446.pdf>. Acceso en: 23 nov. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME; OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **GEO Esmeraldas: perspectivas del medio ambiente urbano**. Quito: programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2006. Disponible en: <https://es.scribd.com/document/469718642/Perspectivas-del-Medio-Ambiente-Urbano-GEO-Esmeraldas-2008GEO-Esmeraldas-2008-1-pdf>. Acceso en: 23 nov. 2025.

VICARIATO APOSTÓLICO DE ESMERALDAS; CENTRO CULTURAL AFROECUATORIANO. **Enciclopedia del Saber Afroecuadoriano**. Quito: Vicariato Apostólico de Esmeraldas, 2009. Disponible en: <https://afroindoamericaunam.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/172-enciclopedia-del-saber-afroecuadoriano.pdf>. Acceso en: 23 nov. 2025.

WOLKMER, Antônio Carlos *et al.* **Derechos humanos y pensamientos jurídicos críticos desde nuestra América**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: CLACSO/ILSA, 2023. Disponible en: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248285/1/Derechos-humanos-pensamientos-juridicos.pdf>. Acceso en: 23 nov. 2025.

WOLKMER, Maria de Fatima S.; FERRAZZO, Débora. Paradojo del desarrollo: derecho ambiental y bienes comunes en el capitalismo. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 163-189, set./dez. 2018. Disponible en: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1269/24711>. Acceso en: 23 nov. 2025.



PARTE III

CONSTITUCIONALISMO CRÍTICO E SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

RECONOCIMIENTO O SOMETIMIENTO: UN ANÁLISIS DE CONTENIDO DE LA SENTENCIA DEL CASO LA COCHA, ECUADOR

Bruno Teixeira Lins¹

Mary Lizbeth Mejía Rogel²

1 INTRODUCCIÓN

Durante el proceso histórico de construcción de los textos constitucionales latinoamericanos, el liberalismo político se combinó con el positivismo jurídico para establecer un sistema normativo en el que la jurisdicción es vista como una actividad exclusiva del poder público, de modo que sólo el Estado puede ejercer legítimamente la coacción.

El sistema monista es criticado en términos teórico-jurídicos por las corrientes constitucionalistas de algunos países latinoamericanos, como Colombia en 1991, México en 1992, Bolivia y Argentina en 1994, Ecuador entre 1996 y 1998 y Venezuela en 1999, que empezaron a cuestionar el monopolio de la soberanía al declarar un derecho a la autonomía inherente a los pueblos originarios, apuntando así a un cambio político orientado a pluralizar y descentralizar la producción de normas, la administración del sistema de justicia y el mantenimiento del orden público interno (Fajardo, 2012).

El movimiento pluralista en el ámbito jurisdiccional acabó marcando diversos textos constitucionales en toda América Latina, siendo el de Bolivia de 2009 y el de Ecuador de 2008 precursores en el reconocimiento de los sistemas jurídico-normativos de los pueblos originarios en pie de igualdad con el ordenamiento jurídico ordinario (Fajardo, 2015). Además, es evidente que esta corriente de pensamiento también es responsable de desencadenar movimientos contemporáneos a favor de una Asamblea Constituyente Pluralista, como es el caso de la Propuesta a la Constitución chilena rechazada en septiembre de 2022.

Sin embargo, en lo que respecta a las manifestaciones de este pluralismo jurídico, una característica señalada por Lins (2023) en su análisis del ejercicio de las jurisdicciones

¹ Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) del Universidade Tiradentes (UNIT). Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: brunoteixeiralins@gmail.com.

² Mestra em Direito Administrativo pela Universidad Nacional de Loja, Ecuador. E-mail: marymejiaro1999@gmail.com.

no ordinarias en América Latina es que, incluso en países donde el régimen constitucional reconoce la autonomía jurisdiccional de comunidades históricamente marginadas, como es el caso de Bolivia, por ejemplo, existe una mayor concentración de la competencia jurisdiccional en el Estado, tanto como consecuencia de una limitación normativa de carácter formal o material de las jurisdicciones paralelas, como por la presión directa de los poderes públicos a través del poder de policía, dirigido a preservar el orden o la unidad nacional.

Vemos, por tanto, que incluso los ordenamientos jurídicos constitucionales en los que se propone un modelo de pluralismo jurídico comunitario participativo- pueden presentar contextos en los que se preserva una relación de poder hegemónica entre las distintas jurisdicciones, prevaleciendo el Derecho estatal sobre otras formas jurídico-normativas.

Así que la pregunta de investigación es: ¿qué tipo de obstáculos se pueden identificar en la sentencia del caso La Cocha para la autonomía de las jurisdicciones indígenas en Ecuador?

El objetivo general de la investigación, por lo tanto, es realizar un análisis de contenido de la Sentencia n. 113-14-SEP-CC – caso La Cocha – acerca de la limitación de la autonomía de la justicia indígena.

Los objetivos específicos son: 1) identificar los aspectos jurídicos del pluralismo jurídico y la cooperación entre las jurisdicciones ordinaria e indígena en Ecuador; 2) analizar el contenido presente en la Sentencia n. 113-14-SEP-CC y cómo cuestiona la autonomía jurisdiccional de los pueblos indígenas presente en la constitución.

El estudio se divide en dos capítulos. En primer lugar, se expone cómo la Constitución ecuatoriana de 2008 establece la autonomía de la justicia indígena y su interlocución con la justicia ordinaria, así como los aspectos jurídicos infra constitucionales que determinan las prácticas de cooperación entre jurisdicciones.

En el segundo capítulo se analiza el contenido de la sentencia de la Corte Constitucional n. 113-14-SEP-CC, dictada en el caso n. 0731-10-EP, relacionado con las decisiones de la justicia indígena en un homicidio ocurrido en la comunidad La Cocha.

La metodología es de naturaleza cualitativa, y realizada por un abordaje exploratoria por el estudio de documentos – la sentencia del caso. La investigación enfoca en el caso La Cocha, ocurrido en 2010, y el estudio de la sentencia de la Corte Constitucional es realizado por un análisis de contenido.

El análisis de contenido es un proceso de sistematización de las informaciones en las decisiones. En primer lugar, se presentan los informes de los documentos tal y como se presentaron originalmente, después se agrupa la información según ejes temáticos específicos, ya sea basándose en la convergencia o en la divergencia de los datos, construyendo

así categorías específicas de análisis, que se interpretan a continuación basándose en el estudio bibliográfico realizado previamente (Bardin, 1977).

2 MARCO LEGAL DE LA AUTONOMÍA DE LA JUSTICIA INDÍGENA EN ECUADOR DESDE LA CONSTITUCIÓN DE 2008

Mediante el discurso de los derechos humanos y la equiparación de las jurisdicciones, el constitucionalismo latinoamericano, a lo largo de su historia, ha tenido grandes cambios, ya que en muchos países de este continente reinaba un sistema jurídico monista, o sea, la unidad del sistema jurídico y un solo productor soberano del derecho, centralizando el poder de crear, dictar las normas y administrar la justicia (Tudela, 2011).

Ese proceso es una consecuencia de la universalización de la cultura hegemónica eurocéntrica partido de la colonialidad, una vez que los conquistadores se determinan como el ápice del desarrollo civilizatorio y tienen un poder absoluto y sacrificial sobre los demás pueblos (Dussel, 1993). Por eso, los pueblos víctimas del poder colonial son sometidos al modelo del derecho alienígena, convirtiéndose en un dogma indiscutible en el pensamiento jurídico moderno (Wolkmer; Fagundes, 2011).

Por otro lado, a lógica del pluralismo jurídico es determinada por un movimiento del organismo social para oponerse a la monopolización del poder jurídico por parte del Estado (Wolkmer, 2015), y, añadido a eso, el constitucionalismo del siglo XXI, en países como Colombia, México, Bolivia y Ecuador, pretende revertir el ostracismo de la cultura jurídica de los pueblos indígenas con el fin de garantizar la autodeterminación y el derecho al territorio y a la jurisdicción, factores que han sido que han sido suprimidos debido a la colonialidad (Escobar, 2012).

Entonces, el pluralismo jurídico:

[...] encuentra su raíz no en distinciones teóricas sino, por el contrario, en la imperiosa necesidad de dar respuestas a la concepción monista del Estado, en donde se identifica a éste con la nación, para admitir que puede existir un Estado con multiplicidad de naciones. Empero al producirse una ruptura con la concepción clásica de que sólo el Poder Legislativo está legitimado para la producción de normas, y también se considera como legítima la producción normativa ubicada en el seno de los pueblos indígenas, lo que produce un cambio radical en la conformación de los Estados modernos. El orden jurídico nacional no sólo se conforma ahora con las normas (generales o concretas) emitidas por las instancias mencionadas, sino también por las comunales (Ocampo; Sánchez, 2016, p. 3-4).

El pluralismo jurídico en países latinoamericanos hispanohablantes busca romper con la ficción en el imaginario de operadores jurídicos y con la racionalidad del centralismo jurídico³ por medio de un “[...] proceso de reorganización política y de emancipación jurídica dos pueblos originales” (Lins, 2023, p. 44, traducción nuestra). Además, hay un carácter crítico en las juridicciones insurgentes, una vez que reflejan la perspectiva de los sujetos oprimidos por el sistema vigente buscando un rompimiento con el consenso por medio de una praxis política de resistencia y liberación (Wolkmer; Fagundes, 2019).

El pluralismo jurídico es, por tanto, un sistema que se contrapone al sistema jurídico monista, pues reconoce más de un sistema de justicia, y descentraliza la justicia, en este caso en el seno de las culturas indígenas. Como se refiere, Ecuador garantiza a través de la Constitución del 2008, los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidad indígenas mediante la creación, desarrollo, aplicación y práctica de su derecho propio o consuetudinario (Ecuador, 2008).

Mediante la máxima ley ecuatoriana, se reconoce la justicia indígena aplicada por las comunas, pueblos y nacionalidades indígenas, siempre en garantía de los derechos constitucionales, convenciones de derechos humanos internacionales, pero sin limitar sus prácticas ancestrales y con ello la forma la que conciben el delito y como lo sancionan (Ecuador, 2008).

Una de las mayores cuestiones con la justicia indígena es el derecho consuetudinario como cosa juzgada respecto a la justicia ordinaria. La Constitución de la República del Ecuador vigente hasta la actualidad prevé en el art. 76, numeral 7: “nadie podrá ser juzgado más de una vez por la misma causa y materia. Los casos resueltos por la jurisdicción indígena deberán ser considerados para este efecto” (Ecuador, 2008, p. 37). Dicho artículo da una pauta de autonomía que rige en el país sobre las decisiones de la justicia indígena en relación con la justicia ordinaria.

Se considera como cosa juzgada las decisiones tomadas por la justicia indígena sin tener que pasar por revisión o aceptación de la justicia ordinaria, ya que, de no hacerlo así se estaría violentando el principio *non bis in dem*. El único control que puede regir bajo una decisión de justicia indígena es el control constitucional, debido a que, ninguna decisión sea de justicia ordinaria o indígena puede violentar la Constitución.

Cabe recalcar que el Código Orgánico de la Función Judicial prevé en su normativa no solo la autonomía de la justicia indígena, si no también, sobre la justicia de paz, como refiere en su artículo 253 inciso 2: la justicia de paz no prevalecerá sobre la justicia indígena (Ecuador, 2009, art. 253). Dando el carácter de autónoma y válida toda decisión tomada por la justicia indígena, bajo sus costumbres, tradiciones ancestrales y derechos propios.

³ El centralismo jurídico señala el derecho en el Estado moderno como un sistema coherente y organizado, pero, segundo Griffiths (1986), más se asemeja a una unión no sistémica de partes que se solapan.

Es menester referir que as veces las comunidades aplican una justicia vengativa disfrazándola de métodos ancestrales de aplicación de penas, creando algunas veces escenarios en que se cree que la justicia indígena es una barbarie (Miño; Santamaria, 2019).

En este punto, el constitucionalismo pluralista latinoamericano del siglo XXI refleja un cambio en la forma de concebir el derecho, desafiando el modelo monista de justicia centralizada en favor de sistemas jurídicos que reconocen la autonomía de los pueblos indígenas, pero no está exento de desafíos, como las tensiones entre la justicia indígena y la justicia ordinaria, un enfoque que se analiza en el capítulo siguiente.

3 ANALISIS DE CONTENIDO DE LA SENTENCIA N. 113-14-SEP-CC Y LA INTERLOCUCIÓN ENTRE JUSTICIA INDÍGENA Y JUSTICIA ORDINARIA

El capítulo busca analizar el contenido de la sentencia de la Corte Constitucional sobre conflictos de competencia entre las jurisdicciones estatal e indígena en el caso La Cocha, pero, en primer lugar, es necesario definir los parámetros de interacción entre la justicia indígena y la justicia ordinaria.

En el contexto de la justicia intercultural, el artículo 343 del Código Orgánico de la Función Judicial, sustentado en el artículo 171 de la Constitución ecuatoriana, determina que las autoridades comunitarias de los pueblos y nacionalidades indígenas tienen la capacidad de ejercer el poder jurisdiccional consuetudinario dentro del marco territorial, con base en los siguientes parámetros: 1) respeto a la Constitución; 2) derechos humanos reconocidos por instrumentos internacionales; 3) garantizar la participación de las mujeres en el proceso de toma de decisiones (Ecuador, 2009).

Se puede inferir que, en el contexto de la justicia indígena, no se utilizan conceptos como “litigio” o “delito”, propios de la judicatura fundada en el eurocentrismo, ni se busca garantizar un concepto abstracto de justicia a través de la jurisdicción, sino reparar - o sanar - el daño causado por el *llaki* – traducido como tristeza, desarmonía, desgracia o enfermedad, restaurando así el *kushukiy kawsay* – término kichwa para referirse a una vida feliz o armoniosa (Fernández, 2012).

El proceso de toma de decisiones adoptado por las autoridades indígenas en Ecuador pasa por las siguientes etapas: 1) *Willachina*, referida al momento en que los afectados por un determinado hecho informan a los líderes del consejo comunitario sobre lo sucedido; 2) *Tapuykuna*, etapa investigativa representada por el cumplimiento de la debida diligencia, identificando la magnitud del conflicto y los responsables del mismo a través de inspecciones y recolección de testimonios; 3) *Chimbapurana*, momento de confrontación entre los implicados, que se inicia con la constitución de una asamblea comunitaria para

informar a los demás de lo sucedido, seguida de una breve exposición oral del demandante sobre los hechos que dieron lugar al caso, seguida de la intervención del demandado, que puede aceptar o negar los hechos que se le imputan; 4) *Killpichirina*, fase en la que se imponen las sanciones en función de la gravedad del caso y del derecho comunitario específico, aplicándose excepcionalmente la pena de expulsión de la comunidad; 5) *Pakta'china*, referida al momento final en el que se ejecuta la sanción. En los casos en que se aplican sanciones físicas, los ejecutores son personas respetadas por la comunidad, con el fin de evitar que el ejecutor se venga (Tibán; Ilaquiche, 2004).

En el mismo sentido, respecto a los conflictos de competencia entre la jurisdicción originaria y la jurisdicción indígena, el artículo 345 del Código de La Función Judicial establece que en los casos en que exista un caso de conocimiento sometido simultáneamente a la jurisdicción indígena y a la jurisdicción estatal, esta última deberá declinar su competencia a petición de la autoridad indígena (Ecuador, 2009). Esta determinación se correlaciona con el principio de *non bis in idem*, por lo que las decisiones tomadas por las autoridades indígenas no pueden ser revisadas por las autoridades administrativas o judiciales del Estado, salvo en casos de control de constitucionalidad (Rodríguez, 2015).

A continuación, el estudio se propone analizar la Sentencia n. 113-14-SEP-CC, dictada por la Corte Constitucional del Ecuador el 30 de julio de 2014 en el caso n. 0731-10-EP, que involucra el asesinato de Marco Antonio Olivo Pallo, el 9 de mayo de 2010 en la Comunidad de La Cocha, población indígena kichwa hablante en la provincia de Cotopaxi. Su enfoque inicial es la presentación del caso tal como está planteado en el documento, seguido de la sistematización de la información presente en categorías de análisis (ver cuadro 1).

La historia del caso, según lo relatado por la Corte Constitucional, muestra que las comunidades indígenas de La Cocha y Guantopolo tomaron conocimiento del caso y el 16 de mayo de 2010 y el 23 de mayo de 2010, respectivamente, determinaron la culpabilidad de cinco jóvenes indígenas de la comunidad de Guantopolo. Sin embargo, esta decisión de las comunidades fue acompañada de reacciones del Ministro de Gobierno y de la Policía e Inspectoría General para rescatar a los jóvenes utilizando la fuerza pública, iniciando acciones legales contra los líderes indígenas, quienes fueron detenidos el 4 de junio de 2010 y posteriormente liberados por la Corte de Justicia de Laracunga. En el mismo sentido, se informa que los acusados, a pesar de haber sido juzgados por la justicia indígena, querían beneficiarse de una posible sentencia más favorable de la justicia ordinaria (Ecuador, 2014).

El argumento esgrimido por los terceros en el juicio fue que el derecho a la defensa había sido reprimido a lo largo del proceso de judicialización indígena, y que, aunque el Estado ecuatoriano reconoce formalmente la autonomía jurisdiccional de las comunidades indígenas, “establece que sus procedimientos jurisdiccionales no deben ser contrarios a la Constitución y no pueden violar los derechos inherentes a las personas” (Ecuador, 2014, p. 6).

La decisión plantea originalmente dos problemas jurídicos principales que serán resueltos. En primer lugar, se cuestiona si las autoridades indígenas han adoptado decisiones dentro de las competencias constitucionales y los límites de los convenios internacionales de derechos humanos. Cabe señalar que el proceso de resolución de conflictos en la comunidad de La Cocha es llevado a cabo por dos órganos: un consejo de autoridades⁴ compuesto, en general, por un presidente, un vicepresidente, un tesorero, un secretario, un liquidador y dos vocales – también pueden participar los padrinos de las personas implicadas en los conflictos y los ancianos – y, en última instancia, por la asamblea general (Franco, 2017).

Analizando los preceptos constitucionales e infra constitucionales, el Convenio 169 de la OIT y los informes presentados en la causa sobre el proceso de toma de decisiones, el órgano sentenciador infiere que, al tratarse de un derecho específico, imposible de equiparar al derecho común - ni material ni procedimentalmente, no es posible realizar un examen de constitucionalidad de la jurisdicción del mismo modo que se hace en los casos concretos de jurisdicción estatal (Ecuador, 2014).

La segunda cuestión se refiere a si las instituciones y autoridades públicas han respetado a la comunidad indígena y sus decisiones. La Corte sostuvo que, dado el carácter imperativo del derecho a la vida, es obligación del Estado sancionar cualquier conducta que lo vulnere, por lo que todos los casos de homicidio - incluso los ocurridos dentro de territorio indígena - son competencia de la jurisdicción penal ordinaria, desde la investigación hasta el juzgamiento, razón por la cual la actuación de las autoridades públicas en este caso se ajusta a la Constitución (Ecuador, 2014).

En sentido contrario, los magistrados constitucionales, que votaron en contra, determinaron como respuestas a preguntas similares que la decisión dictada por las autoridades indígenas, al no estar reñida con la Constitución, debía ser respetada por las autoridades públicas de la justicia ordinaria (Ecuador, 2014).

Así, la Corte ha interpretado que, además de que el derecho a ejercer la función jurisdiccional está limitado por los convenios internacionales de derechos humanos y la Constitución, también depende del derecho sustantivo abordado en el caso concreto.

Una vez finalizado el informe, el estudio pasa a definir las categorías de análisis en función de los principales puntos planteados en la decisión. Estas categorías se elaboran a partir de los puntos – de acuerdo o en desacuerdo – que se abordan más de una vez durante la motivación de la decisión y que, a su vez, dialogan con el estudio bibliográfico realizado.

⁴ Según investigaciones de campo realizadas en varias comunidades de pueblos indígenas de Bolivia y Ecuador, las autoridades de justicia indígena ejercen sus cargos de forma voluntaria, determinada por su fiabilidad, y trabajan gratuitamente durante un periodo de tiempo determinado (Franco, 2017).

La primera categoría de análisis puede definirse de la siguiente manera: la interpretación del pluralismo jurídico adoptada por la Constitución ecuatoriana, entre otros aspectos, se basa en los tratados internacionales, con énfasis en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo.

Buscando superar la perspectiva integracionista del Convenio 107, el Convenio 169 de la OIT propuso una reforma parcial de los sistemas de Estado-nación vigentes hasta entonces, con el fin de resignificar la ancestralidad mediante el reconocimiento de los derechos de autodeterminación de los pueblos originarios, influyendo en los textos constitucionales de Colombia y Perú a finales del siglo XX, así como de Ecuador y Bolivia en 2008 y 2009 respectivamente (Ortiz-T, 2014).

El artículo 10 de este Convenio establece parámetros para el juzgamiento de miembros de comunidades y nacionalidades indígenas ante la justicia penal ordinaria, determinando, además de la obligación del poder judicial de tomar en cuenta los aspectos económicos, sociales y culturales del pueblo del individuo en cuestión, el deber de dar preferencia, al momento de sentenciar, a sanciones distintas a la prisión (OIT, 1989).

Sin embargo, aunque el Convenio establece principios para garantizar los derechos inherentes a la libre determinación y autonomía organizativa y funcional de las comunidades y pueblos originarios, no tiene competencia para delimitar el ámbito de las jurisdicciones comunitarias a nivel nacional⁵.

El Convenio de la OIT, a la vez que determina que la jurisdicción ordinaria debe aplicar las sanciones penales de acuerdo con la cultura de la comunidad indígena y nacionalidad de la que el sujeto es miembro, establece en su artículo 9, I, que deben respetarse los métodos de persecución de los delitos tradicionales de los pueblos indígenas, siempre que sean compatibles con el ordenamiento jurídico nacional (OIT, 1989).

Este factor, a su vez, se correlaciona con las siguientes categorías de análisis identificadas: la interpretación del concepto del derecho a la vida atribuido por la justicia indígena representa una forma de disminuir la cosmovisión indígena; la hermenéutica de limitar la competencia de las jurisdicciones indígenas prioriza la conformidad con la jurisdicción ordinaria. Por su correlación intrínseca en el argumento planteado por la decisión, las categorías se analizan conjuntamente.

Según la sentencia, dada la interpretación del derecho a la vida adoptada por el ordenamiento jurídico constitucional ecuatoriano, es obligación del Estado perseguir y juzgar

⁵ En el caso de Ecuador, la Corte Constitucional se ha pronunciado en el sentido de que la jurisdicción ordinaria no debe - en teoría - aplicarse en los casos en que un determinado asunto ya ha sido conocido por la jurisdicción comunitaria; sin embargo, también se ha determinado que la acción de la justicia indígena para ciertos pueblos presupone dos criterios: 1) que sólo se aplique a los miembros de su comunidad; 2) y para hechos dentro de sus territorios específicos (Zulay, 2023).

todo acto que viole este derecho - *ius cogens*, por lo que corresponde a la justicia penal ordinaria investigar y juzgar, mientras que a las autoridades indígenas colaborar con las instituciones estatales durante el proceso judicial (Ecuador, 2014).

Aunque se argumenta que dicha disposición no afecta a la autonomía de las jurisdicciones indígenas, y que el derecho de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas a resolver sus propios conflictos no es absoluto (Ecuador, 2014), lo que se desprende del razonamiento es precisamente una limitación hermenéutica de la competencia material de la justicia indígena debido a una interpretación diferente por parte de estos pueblos del derecho a la vida – *ius commune*, por lo que el poder de las autoridades comunitarias pasaría de una posición decisiva a una de colaboración.

En este sentido, es necesario señalar la existencia de una estructura histórica de demonización, descaracterización y repudio de la cosmovisión de los pueblos indígenas por parte de las instituciones públicas y privadas. Aun con el reconocimiento de una igualdad jerárquica entre la justicia ordinaria y la justicia indígena, los sistemas de cooperación entre ambas – derivados de la legislación infraconstitucional – terminan generando un proceso de occidentalización de la justicia indígena, ya que, al restringir sus competencias, se crea una desigualdad entre jurisdicciones que a su vez, “favorece a la criminalización de las y los líderes indígenas que ejerzan el derecho a administrar su propia justicia” (Tapia, 2012, p. 230), como ocurrió con la detención de las autoridades en el caso analizado.

De acuerdo con las observaciones y recomendaciones realizadas en 2009 por el Relator Especial de las Naciones Unidas sobre la Situación de los Derechos Humanos y las Libertades Fundamentales de los Pueblos Indígenas, James Anaya, en relación con los conflictos entre la jurisdicción ordinaria y la indígena, los mecanismos de coordinación entre las autoridades ordinarias e indígenas deben establecer un significado amplio del concepto de conflictos internos, con el fin de evitar imponer restricciones arbitrarias a la justicia indígena en favor de la jurisdicción ordinaria (Ecuador, 2012).

Estas limitaciones arbitrarias se derivan de una lógica histórica de segregación de la justicia indígena. Durante la dominación española en América Latina, el derecho indígena sirvió como instrumento de legitimación de la fuerza de trabajo de los pueblos autóctonos (Pico, 2015). Pero ese instituto sólo se aplica en los casos en que la ley española nada dice, y aun así, cuando las leyes dictadas en América lesionen el bien común o el orden natural, puede suspenderse su aplicación en perjuicio de la jurisdicción del rey (Weckmann, 1996).

La lógica de subyugación de la jurisdicción de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas en América Latina no termina con el fin de la dominación colonial formal, ya que los sistemas jurídicos latinoamericanos, provenientes de un sistema marcado por el eurocentrismo, construyen una cultura jurídica basada en el monismo (Wolkmer, 2012).

A pesar de los cambios producidos por el movimiento constitucionalista latinoamericano basado en el pluralismo y el reconocimiento de los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas a la autonomía administrativa y jurisdiccional, el sometimiento de la justicia indígena a la justicia ordinaria no ha terminado.

En el contexto boliviano, por ejemplo, a pesar de la equivalencia jerárquica entre el derecho estatal y la Jurisdicción Indígena Originaria Campesina, la Ley de Resolución Jurisdiccional, cuyo objetivo inicial era establecer los parámetros de cooperación entre las jurisdicciones, termina limitando la competencia de la justicia indígena a los temas tradicionalmente tratados por las comunidades, afirmando así que el derecho comunitario no puede abarcar nuevos temas surgidos de los cambios sociales (Ferrazzo, 2015). De esta manera, la estructura del pluralismo jurídico boliviano, al tiempo que legitima el ejercicio jurisdiccional de las autoridades indígenas, las somete a un contexto de subordinación, que desnaturaliza el proceso de resignificación de la cultura jurídica de los pueblos originarios, y (re)construye mecanismos para mantener el poder hegemónico conferido al sistema jurídico tradicional (Lins, 2023, p. 73, nuestra traducción).

Desde el reconocimiento del ejercicio de la justicia indígena en paralelo a la justicia ordinaria en Ecuador, se han creado tensiones entre los sistemas jurisdiccionales, que a su vez demuestran una clara hegemonía de la justicia tradicional sobre las subalternas (Franco, 2017), en consecuencia, se presenta un escenario de desclasificación y desnaturalización de la justicia indígena a través de la implementación de disposiciones que restringen la aplicación jurisdiccional en la forma establecida por el texto constitucional (Tapia, 2012).

Durante el análisis del tribunal constitucional sobre el bien tutelado por el derecho a la vida para la justicia indígena, los informes rendidos por el sacerdote Pedro Torres y la perito Esther Sánchez señalan que este derecho no tiene un valor en sí mismo - es decir, desde una perspectiva individual, sino desde la interpretación de la vida como participación en la familia o en la comunidad (Ecuador, 2014). Esta hermenéutica es divergente de la atribuida a este derecho por el ordenamiento constitucional ecuatoriano y por los instrumentos normativos internacionales, razón por la cual la mayoría optó por la prevalencia de una interpretación occidental de la vida como bien jurídico (Patiño; Carlosama, 2021).

De esta manera, se observa que al asignar una interpretación – basada en la lógica eurocéntrica – del derecho a la vida a seguir, la Corte Constitucional, a la vez que disminuye la cosmovisión indígena de este bien jurídico, establece una limitación a la competencia de la justicia indígena, privilegiando así a la justicia ordinaria, lo que a su vez genera mecanismos para restringir la autonomía de las autoridades indígenas y degradar su poder jurisdiccional, manteniendo la hegemonía del derecho estatal sobre todas las formas subalternas.

Cuadro 1: Sistematización de los datos de la sentencia n. 113-14-SEP-CC

Categoría de análisis	Extractos de la decisión
1) La interpretación del pluralismo jurídico adoptada por la Constitución ecuatoriana, entre otros aspectos, se basa en los tratados internacionales, con énfasis en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo.	1.1) En esa línea de pensamiento, es menester remitirnos al artículo 8 del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo, OIT, en la parte relativa a los derechos que asisten a los pueblos para la conservación de sus formas de organización y ejercicio de su autoridad (Ecuador, 2014, p. 13). 1.2) Por su parte, el numeral 1 del artículo 9 del mencionado Convenio establece que: “En la medida que ello sea compatible con el sistema jurídico nacional y con los derechos humanos internacionalmente reconocidos, deberán respetarse los métodos a los que los pueblos interesados recurren tradicionalmente para la represión de los delitos cometidos por sus miembros” (Ecuador, 2014, p. 13 énfasis nuestro). 1.3) Las autoridades de la justicia penal ordinaria, en el procesamiento y resolución de casos penales que involucren a ciudadanos indígenas, aplicarán lo establecido en el Convenio 169 de la OIT (Ecuador, 2014, p. 35). 1.4) Las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, al formar parte de la sociedad ecuatoriana, tienen también la responsabilidad de precautelar el derecho consagrado en el artículo 66 numeral 1 de la Constitución y el artículo 3 de la Declaración Universal de Derechos Humanos y, en consecuencia, deben garantizar que todo atentado contra ella sea juzgado de conformidad con la Constitución de la República, los convenios internacionales y la ley (Ecuador, 2014, p. 28).

Categoría de análisis	Extractos de la decisión
2) La interpretación del concepto del derecho a la vida atribuido por la justicia indígena representa una forma de disminuir la cosmovisión indígena.	2.1) Esta Corte encuentra, y así lo declara, que la justicia indígena del pueblo kichwa Panzaleo no juzga ni sanciona la afectación a la vida, en tanto bien jurídico protegido y derecho subjetivo de la persona, sino que lo asume, lo juzga y lo sanciona en tanto genera un conflicto múltiple entre las familias y en la comunidad, que debe ser resuelto con el fin de restaurar la armonía de la comunidad; en este sentido, no se juzga el atentado contra la vida considerada individualmente. Por tanto, esta Corte constata que la justicia indígena, cuando conoce casos de muerte no resuelve respecto de la afectación al bien jurídica vida, como fin en sí mismo, sino en función de las afectaciones que este hecho provoca en la vida de la comunidad (Ecuador, 2014, p. 24, énfasis nuestro). 2.2) Uno de los fundamentos que legitiman la actuación jurídica del Estado, dentro del orden constitucional contemporáneo, es establecer amplias garantías que amparen el derecho a la vida y a la dignidad humana de las personas. En tal sentido, a diferencia del derecho propio de los pueblos y nacionalidades indígenas en donde la vida de la persona es protegida en tanto aporta a la materialización del bien jurídico protegido que es la comunidad, en el derecho común, <i>ius commune</i>, el derecho a la vida es protegido en sí mismo, esto es, por el solo hecho de su existencia (Ecuador, 2014, p. 26). 2.3) Es responsabilidad del Estado garantizar, en todo momento, que cualquier atentado contra la vida sea conocido, juzgado y sancionado, no solo en tanto derecho objetivo, esto es, que establece una obligación jurídica que busca subsanar el impacto social que una muerte provoca, sino también en tanto derecho subjetivo, esto es, inherente de cada persona (Ecuador, 2014, p. 26). 2.4) Adicionalmente, el derecho a la vida forma parte de los <i>ius cogens</i>, de modo que la inviolabilidad de la vida es una norma imperativa e inderogable del derecho internacional general, consagrada como un valor y un bien trascendental para la comunidad nacional e internacional. [...] Por consiguiente, la vida, revestida de un alto valor para el Orden de los Estados, acarrea obligaciones <i>erga omnes</i> de protección frente a toda situación, y en todo el territorio nacional (Ecuador, 2014, p. 27, énfasis nuestro)

Categoría de análisis	Extractos de la decisión
3) La hermenéutica de limitar la competencia de las jurisdicciones indígenas prioriza la conformidad con la jurisdicción ordinaria.	3.1) Por consiguiente, sin que pueda hablarse de interferencia ni de disminución del derecho de autonomía jurisdiccional de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, en caso de que ocurra un delito contra la vida dentro de una comunidad o territorio indígena, el Estado garantizará, al igual que en el resto del territorio nacional, que el mismo sea juzgado y sancionado de conformidad con las leyes propias del Derecho Penal Ordinario (Ecuador, 2014, p. 28, énfasis nuestro). 3.2) Frente a esta categorización de la vida como parte de los <i>ius cogens</i> se debe entender que se vuelve necesaria la activación de todos los medios y mecanismos nacionales e internacionales para su efectiva protección, incluyendo la obligación de todos los Estados de perseguir de modo efectivo toda conducta que atente contra este derecho y conseguir la sanción a sus autores (Ecuador, 2014, p. 27) 3.3) Es responsabilidad del Estado garantizar, en todo momento, que cualquier atentado contra la vida sea conocido, juzgado y sancionado, no solo en tanto derecho objetivo, esto es, que establece una obligación jurídica que busca subsanar el impacto social que una muerte provoca, sino también en tanto derecho subjetivo, esto es, inherente de cada persona. En definitiva, le corresponde al Estado y a sus instituciones, de manera prioritaria, evitar que los delitos que atenten contra la vida queden en la impunidad, garantizando que la respectiva sanción recaiga en la responsabilidad de quien causa la muerte (Ecuador, 2014, p. 26-27, énfasis nuestro). 3.4) La Corte Constitucional advierte que siendo la inviolabilidad de la vida un derecho protegido por la Constitución, por los instrumentos internacionales de derechos humanos y por los principios contenidos en los <i>ius cogens</i>, le corresponde al Estado garantizar este derecho en todas sus dimensiones y velar porque, ante cualquier amenaza o agravio, se juzgue y se sancione la conducta como tal, tomando en cuenta además los efectos traumáticos que este acto dañoso produce en la comunidad y en la sociedad (Ecuador, 2014, p. 27, énfasis nuestro).

Fuente: Elaboración propia, 2024.

En conclusión, el análisis de contenido de la sentencia de la Corte Constitucional en el caso La Cocha revela las tensiones inherentes entre la dominación de la jurisdicción estatal y la lucha por autonomía de la justicia indígena en Ecuador. A pesar del reconocimiento constitucional del pluralismo jurídico, la interpretación predominante del derecho a la vida desde una perspectiva occidental sirve de premisa para una limitación significativa a la autonomía jurisdiccional de las comunidades indígenas.

Esta dinámica no solo refuerza la hegemonía hermenéutica de la justicia ordinaria, que se basa en los preceptos del Derecho internacional – como el Convenio 169 de la OIT,

sino que también perpetúa la histórica subordinación de la justicia indígena, desnaturalizando su cosmovisión y restringiendo su capacidad de gestionar sus propios conflictos.

4 CONCLUSIÓN

El estudio se propone presentar el cumplimiento del objetivo y la respuesta a la pregunta inicialmente planteada. La pregunta es ¿qué tipo de obstáculos se pueden identificar en la sentencia del caso La Cocha para la autonomía de las jurisdicciones indígenas en Ecuador? Al sistematizar los principales argumentos abordados en la sentencia n. 113-14-SEP-CC y correlacionarlos con el estudio bibliográfico realizado, es posible extraer que existen una serie de obstáculos presentados en la interpretación del Tribunal Constitucional.

Uno de los principales obstáculos es la limitación impuesta por la justicia ordinaria en casos que involucran el derecho a la vida. A pesar del reconocimiento constitucional de la jurisdicción indígena, la Corte Constitucional ecuatoriana argumentó que los casos de homicidio, como el asesinato en la comunidad de La Cocha, deben ser investigados y juzgados por la justicia penal ordinaria, debido a la obligatoriedad del Estado de proteger este derecho, añadido a una interpretación según la cual la forma en que los pueblos indígenas interpretan el derecho a la vida no se ajusta a la lógica del *ius cogens*, que, a su vez, implica que la interpretación occidental de los derechos humanos, en particular del derecho a la vida, prevalece sobre las cosmovisiones indígenas.

Otro punto es la aplicación de criterios internacionales, como el Convenio 169 de la OIT, aunque refuerza ciertos derechos indígenas, también impone a estos condiciones y límites. Estos mecanismos internacionales tienden a priorizar el respeto a los derechos humanos universales, lo que puede entrar en conflicto con las tradiciones y normas comunitarias, creando otro obstáculo para la plena autonomía jurisdiccional, una vez que el artículo 9 apunta que los métodos de resolución de conflictos de los pueblos y nacionalidades indígenas deben siempre ser compatibles con el ordenamiento jurídico nacional.

Además, la intervención de autoridades estatales en el proceso de justicia indígena, como ocurrió con la detención de los líderes comunitarios en el caso La Cocha, revela otro obstáculo: la falta de coordinación y respeto efectivo hacia las decisiones de las autoridades indígenas. Aunque el artículo 345 del Código Orgánico de la Función Judicial establece que, en caso de competencia simultánea, la justicia ordinaria debe declinar a favor de la justicia indígena, en la práctica, las decisiones de la jurisdicción indígena en este caso terminan siendo inmediatamente intervenidas, lo que erosiona su autonomía.

Por consiguiente, la conclusión es que los obstáculos clave para la autonomía de las jurisdicciones indígenas en Ecuador, según la sentencia del caso La Cocha, pueden dividirse en tres ejes principales: 1) las limitaciones hermenéuticas impuestas por la justicia ordinaria basada en convenciones internacionales; 2) la imposición de una interpretación occidental de los derechos fundamentales a la cosmovisión indígena; 3) la intervención directa del Estado en la reducción de la competencia de la justicia indígena. Estos factores limitan el ejercicio pleno de la justicia indígena, convirtiendo el proceso de reconocimiento constitucional en una lógica de sometimiento de los poderes jurisdiccionales y de la epistemología jurídica indígena a una lógica eurocéntrica

REFERENCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

DUSSEL, Enríque. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Traducción de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

ECUADOR. **Código Organico de la Función Judicial, de 9 de marzo de 2009**. Ley n. 00. Quito: Registro Oficial Suplemento 544, 2009. Disponible en: <https://www.refworld.org/legal/legislation/natl-egbod/2009/es/104132>. Acceso en: 26 nov. 2025.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Alfaro, Montecristi: Corte Constitucional, 2008. Disponible en: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acceso en: 23 nov. 2025.

ECUADOR. Corte Constitucional del Ecuador. **Sentencia n. 113-14-SEP-CC**. Caso n. 0731-10-EP Juez Constitucional: Patricio Pazmiño Freire, 31 jul. 2014. Disponible en: https://esacc.corteconstitucional.gob.ec/storage/api/v1/10_DWL_FL/eyJYXJwZXRhIjojYWxmcmVzY28iLCJ1dWkljojZTJjMGFINDgt-MWE0OC00MTFmLTljY2QyY2I0NTgyNjZmZDVlbnBkZiJ9. Acceso en: 26 nov. 2025.

ECUADOR. Programa Desarrollo y Diversidad Cultural para la Reducción de la Pobreza y la Inclusión Social. **Viviendo la justicia: pluralismo jurídico y justicia indígena en Ecuador**. Quito: Manthra, 2012. Disponible en: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/128434-opac>. Acceso en: 23 nov. 2025.

ESCOBAR, René Guery Chuquimia. Historia, colonia y derecho de los pueblos indígenas. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; EXENI RODRÍGUEZ, José Luis (org.). **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 151-200.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. *In*: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). **El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI**. Buenos Aires: XXXI Siglo Veintiuno, 2012. p. 139-160.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. Pluralismo jurídico y jurisdicción indígena en el horizonte del constitu-

cionalismo pluralista. *In*: BALDI, César Augusto (coord.). **Aprender desde o Sul**. Novas constitucionidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade. Aprendendo desde o Sul. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 35-58.

FERNÁNDEZ, Raúl Liásag. Justicia indígena ¿delito o construcción de la plurinacionalidad?: La Cocha. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; JIMÉNEZ, Agustín Grijalva. **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 321-372.

FERRAZZO, Débora. Pluralismo jurídico e deslinde jurisdiccional na Bolívia: a atuação do tribunal constitucional plurinacional no controle de constitucionalidade. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos; LIXA, Ivone Fernandes M. (org.). **Constitucionalismo, descolonización y pluralismo jurídico en América Latina**. Aguascalientes: CENEJUS; Florianópolis: UFSC-NEPE, 2015. p. 19-34.

FRANCO, Alex Valle. Justicia ordinaria y justicia indígena: análisis de cuatro comunidades indígenas ecuatorianas. *In*: REÁTEGUI, Rubén Méndez. **Reflexiones Jurídicas**. v. III. Quito: PUC Ecuador, 2017. p. 101-155.

GRIFFITHS, John. What is legal pluralism? **The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law**, v. 18, n. 24, p. 1-55, 1986.

LINS, Bruno Teixeira. **Necropoder, hegemonia e direitos humanos**: um estudo a partir do pluralismo jurídico na Bolívia, Brasil e Chile. 2023. 115f. Tesis (Maestría en Derechos Humanos) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2023. Disponible en: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13779838. Acceso en: 26 nov. 2025.

MIÑO, María Dolores; SANTAMARIA, Camila. Justicia indígena y castigo por mano propia: diferencias en cuanto a su regulación y aplicación desde el derecho interno e internacional. *In*: OBSERVATÓRIO DERECHO Y JUSTICIA. **Estándares en materia de justicia indígena**. Quito: ODJEC, 2019. Disponible en: <https://odjec.org/wp-content/uploads/2021/04/Justicia-indigena.f.pdf>. Acceso en: 29 jun. 2024.

OCAMPO, Eduardo Díaz; SÁNCHEZ, Alcides Francisco Antúnez. La justicia indígena y el pluralismo jurídico en Ecuador: el constitucionalismo en América Latina. **Derecho y Cambio Social**, v. 13, n. 44, p. 1, 2016. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5456253.pdf>. Acceso en: 11 set. 2024.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Convenio n. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes**. Ginebra: OIT, 1989. Disponible en: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf>. Acceso en: 22 jul. 2024.

ORTIZ-T, Pablo. Justicia comunitaria y pluralismo jurídico en América Latina: una panorámica de cuarto de siglo. *In*: UNIVERSIDAD ANDINA SIMÓN BOLÍVAR. **A 25 años del Convenio 169**: panorámica y perspectiva de los derechos de los pueblos indígenas en América Latina. Quito: IWGIA, 2014. Disponible en: <https://core.ac.uk/download/pdf/159777499.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

PATÍÑO, Diego Fernando Ayala; CARLOSAMA, Segundo Mariano Ipiates. **Interpretación del derecho a**

la vida en la justicia indígena: caso La Cocha. 2021. 91f. Tesis (Maestría en Derecho Constitucional) – Universidad de Otavalo, Otavalo, 2021. Disponible en: <https://repositorio.uotavalo.edu.ec/server/api/core/bitstreams/ea2cba01-4ec2-46f7-ad79-9442d95ef85a/content>. Acceso en: 26 nov. 2025.

PICO, Daniel Montañez. Contractualismo colonial y pueblos indígenas en la América hispana: un pluralismo jurídico y político efectivo al orden. **Clivajes Revista de Ciencias Sociales**, n. 4, p. 106-106, 2015. Disponible en: <https://clivajes.uv.mx/index.php/Clivajes/article/view/1747>. Acceso en: 2 ago. 2023.

RODRÍGUEZ, Giovanni Francisco B. **Caso “La Cocha” un precedente negativo para el pluralismo jurídico en el Ecuador**. 2015. 109f. Tesis (Maestría en Derecho Constitucional) – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2015. Disponible en: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/4672>. Acceso en: 26 nov. 2025.

TAPIA, Danilo Caicedo. Criminalización de las comunidades indígenas. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; JIMÉNEZ, Agustín Grijalva. **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 207-242.

TIBÁN, Lourdes; ILAQUICHE, Raúl. **Manual de administración de justicia indígena en el Ecuador**. Quito: Nina Comunicaciones, 2004.

TUDELA, Farit L Rojas. Del monismo al pluralismo jurídico: interculturalidad en el estado constitucional. *In*: TUDELA, Farit L. Rojas *et al.* **Los derechos individuales y derechos colectivos en la construcción del pluralismo jurídico en América Latina**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2011. p. 21-34.

ZULAY, Lucas Vélez Danika. El principio Non bis in ídem en el Ecuador, referente a su aplicación en la justicia indígena. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 2043-2062, 2022. Disponible en: <https://www.ciencialatina.org/index.php/cienciala/article/view/2009>. Acceso en: 22 jul. 2024.

WECKMANN, Luis. **La herencia medieval de México**. 2. ed. México D.F.: El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo e crítica do constitucionalismo na América Latina. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos *et al.* **Para além das fronteiras: o tratamento jurídico das águas na Unasul**. Parte 1. Itajaí: UNIVALI, 2012.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos; FAGUNDES, Lucas Machado. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 16, n. 2, p. 371-408, 2011. Disponible en: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/2158>. Acceso en: 12 abr. 2023.

WOLKMER, Antonio Carlos; FAGUNDES, Lucas Machado. Transformación del sistema de derecho a partir de la nueva instancia de legitimación: el nuevo poder constituyente y la nueva legalidad. *In*: DUSSEL, Enrique (org.). **Política de la Liberación**. Madrid: Trotta, 2019.

CAPÍTULO II

MARGEN DE APRECIACIÓN NACIONAL: UN ANÁLISIS DE LAS DECISIONES DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS A LA LUZ DE LA CRÍTICA DECOLONIAL

*María Eugenia Sánchez Montero*¹

*Marco Aurelio Farias da Silva*²

1 INTRODUCCIÓN

La Teoría del Margen de Valoración Nacional, es una forma de diálogo entre órganos de garantía de derechos humanos, utilizada cuando una norma no está delimitada en su significado y alcance; por lo tanto, permite a los Estados miembros de un sistema regional de protección de los Derechos Humanos, excepcionalmente y utilizando criterios hermenéuticos, no aplicar normas jurídicas guiadas por el principio de universalidad, que es fundamental en los tratados de esta rama del derecho, pero que recibe críticas del movimiento descolonial.

La Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) dejó de admitir la aplicación de esta teoría, al considerar que América Latina, no tiene las condiciones para hacerlo, debido a una serie de gobiernos dictatoriales, incluso frente a la riqueza cultural en esta parte del mundo, pero olvidó señalar que este mecanismo puede ser importante para la protección del patrimonio cultural en términos del núcleo antropológico de un pueblo. Se señala que la CIDH ya permitió la aplicación del Márgen de Valorización Nacional en una situación.

La crítica descolonial, también conocida como decolonial, puede considerarse como el pensamiento plasmado por las críticas de Walter Mignolo al movimiento subalterno, que criticaba la superposición del eurocentrismo con los pueblos de la India, al

¹ Magister en Derecho con mención en Estudios Judiciales (IAEN, 2018). Analista Jurídica del Ministerio de Relaciones Laborables (2012). Funcionaria Judicial, Secretaria de Unidades Judiciales del Ecuador desde el 2015 y Docente en Educación Superior UTPL desde el 2022. Abogada de los Tribunales del Ecuador (UTPL 2011). E-mail: marusanchezm@hotmail.com.

² Magister en Derecho (FDIC, 2022), actualmente es Estudiante del Curso de Doctorado de la Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Miembro del Ministerio Público de Pernambuco, Brasil, desde 1994. E-mail: marcodhsilva@gmail.com.

considerar que tales estudios no podían aplicarse directamente en América Latina, dado la necesidad de considerar los conocimientos y las relaciones de dominación en esta parte del mundo. Surgió así un grupo de pensadores, como el propio Walter Mignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar y Aníbal Quijano, denominado grupo modernidad/colonialidad, que aborda el tema a la luz del conocimiento latinoamericano, que valora al patrimonio cultural como un aspecto importante en la defensa de este movimiento crítico, sobre todo porque interfiere directamente en las formas de conocer, y ser de un pueblo.

El tema es importante para cuestionar y valorar conocimientos diversos, por lo que ha sido objeto de varias investigaciones científicas, sobre todo porque involucra cuestiones locales de suma importancia para los diferentes pueblos de América Latina, llegando en ocasiones a su núcleo antropológico, que están siendo ignorados debido a los riesgos para la democracia regional.

El debate en sí se da entre los Tribunales Constitucionales de cada Estado miembro y la Corte IDH, porque son los que primero toman conocimiento de las violaciones de Derechos Humanos, y por ello pueden estar en mejores condiciones para decidir con el conocimiento adecuado de las situaciones peculiares. y puede llevar a cabo una protección segura al ciudadano, para ello puede utilizar la crítica decolonial para implementar la Teoría del Margen de Apreciación Nacional.

Así, ante el casi insalvable entendimiento de la Corte IDH, la pregunta capital se propone identificar qué criterios utiliza esa Corte que impiden la aplicación del Margen Nacional de Apreciación por parte de sus Estados Miembros, aunque no se ha considerado algunas posibilidades, especialmente en términos de preservación cultural en lugar de olvidarlas por las normas internacionales en la fase del principio de universalidad.

El objetivo general es describir los elementos de convicción de dicho Tribunal para rechazar ampliamente el Margen de Apreciación Nacional que no considera la posibilidad de preservar el patrimonio cultural de los países latinoamericanos, y como objetivos específicos se pretende abordar: la identificación de los requisitos para la aplicación de la Teoría en cuestión; la descripción de los precedentes de la Corte sobre la materia; el análisis del principio de universalidad frente a la crítica decolonial; y un análisis comparado con los precedentes del Tribunal Europeo de Derechos Humanos.

La metodología utilizada será dialéctica, con las técnicas de revisión bibliográfica y análisis documental. Los resultados apuntaron hacia una protección sin precedentes en términos de tribunales internacionales, con el potencial de promover una disrupción cultural forzada.

2 APLICACIÓN DE LA TEORÍA DEL MARGEN NACIONAL DE APRECIACIÓN

Según Rojas (2013), el origen de la Teoría del Margen Nacional está íntimamente ligado a la transferencia del poder normativo y discrecional de la Constitución al poder judicial, con base en el principio de legalidad. En estos casos, esta transferencia debe regirse por principios, entre ellos el de razonabilidad.

Desde otra perspectiva, Rojas (2013) recuerda que el concepto alemán de Teoría del Margen Nacional de Valoración se vincula a la interpretación del Derecho Administrativo y del Derecho Constitucional en situaciones en las que se identifican conceptos con cierta imprecisión, por lo que se recomienda realizar una interpretación. Es posible superar esta ausencia a través de criterios, creando espacio para superar las incertidumbres a través de criterios.

Según esta doctrina, su aplicación pretende favorecer la interpretación de conceptos manifiestamente indeterminados, por su carácter personalísimo o por la imposibilidad de repetición de situaciones atribuidas al aplicador del derecho a una prerrogativa de apreciación o, como ha venido mejor conocido, un Margen de Apreciación.

García Roca (2010), refiriéndose al sistema europeo, expresa que el Margen de Apreciación es un espacio de maniobra autorizado por el Convenio Europeo de Derechos Humanos para que las autoridades locales interpreten sus obligaciones derivadas.

Así el Consejo de Europa sostiene que el término margen de apreciación se refiere al espacio de maniobra que los órganos de Estrasburgo están dispuestos a conceder a las autoridades nacionales cuando estas autoridades estén cumpliendo con sus obligaciones derivadas de la Convención Europea de Derechos Humanos. Las bases jurídicas de la doctrina se pueden encontrar en la jurisprudencia, no sólo del Consejo de Estado francés, el cual ha usado el término “margen de apreciación”, sino también en aquella del sistema de derecho administrativo dentro de cada jurisdicción civil (Justus Vassel, 2009).

La Teoría del Margen de Apreciación Nacional debe guiarse, al menos, por dos principios, el de subsidiariedad y el de supervisión, porque conducen a la armonía entre los sistemas judiciales internacionales y nacionales, estableciendo límites a los Tribunales internos. Así, los tribunales internacionales deben monitorear si los países han excedido su margen de apreciación y si están fuera de las protecciones otorgadas en sus respectivas convenciones, mientras que los tribunales nacionales tienen el deber de preservar y garantizar los derechos a los que sus respectivos Estados se han comprometido al ratificar los tratados y convenciones internacionales de derechos humanos, incluido actuar primero.

En principio, los Tribunales internacionales deben analizar los requisitos de admisibilidad de una controversia o litigio, siendo uno de estos requisitos el análisis del agota-

miento de la jurisdicción nacional, este análisis se regirá por el principio de subsidiariedad, es decir, observar cuál fue la acción, o no, de los Tribunales internos, en defensa de los Derechos Humanos.

Ante este entramado de responsabilidades, se observa que la actuación de los Tribunales internacionales atraviesa una tensión entre la universalización de los derechos humanos y el uso del principio de subsidiariedad, porque esto significa que cada Estado miembro debe decidir democráticamente lo que le conviene, mientras que el principio de universalización es interpretado por algunos como aquel que determina que el Estado miembro desconozca su soberanía para aplicar normas comunes, habida cuenta de la ratificación que realizan como partes internacionales de forma generalizada, hecho que no es aceptado por la CEDH.

Esta noción de complementariedad del derecho entre las esferas nacional e internacional ocurre cuando los actores locales actúan desde una perspectiva interna y los actores internacionales analizan la viabilidad y razonabilidad de estas decisiones. Por lo tanto, no basta con que los Estados juzguen sus restricciones, sino exigir que los respectivos Tribunales actúen también como árbitros entre los Estados y el particular que reclama sus derechos en el espacio judicializado, o incluso en el ámbito del litigio administrativo.

Se observa que el margen de apreciación nacional también debe guiarse por el principio de supervisión internacional de las decisiones judiciales locales, que se exalta como necesario porque prevé la garantía de derechos a minorías poblacionales que posiblemente no tengan una gran representación en el sistema interno. parlamentos de cada Estado, por lo que actúa como salvaguarda en casos de negligencia estatal hacia estos grupos.

El principio de supervisión debe observar, además de la universalidad, las cuestiones locales que son vitales para la población o el ciudadano afectado por la acción estatal, porque la lógica regional no necesariamente puede interpretarse como una ofensa a la universalidad, sino considerarse razonablemente en cada caso, como lo denuncia crítica decolonial, especialmente en la defensa del patrimonio cultural para la preservación del núcleo antropológico.

Es preciso analizar qué papel están cumpliendo los tribunales nacionales en la aplicación y vigilancia de la Convención Europea de Derechos Humanos, a fin de determinar la existencia u omisión en la protección de los derechos de los individuos bajo su jurisdicción.

Poblete (2012) destaca que la doctrina del Margen de Apreciación se relaciona precisamente con los propósitos y límites de la jurisdicción internacional o supranacional en materia de derechos humanos. Admitiendo que en determinados casos es posible que exista una pluralidad de valoraciones en materia de derechos fundamentales, aconsejando que el órgano jurisdiccional internacional o supranacional se abstenga de subrogarse a las autoridades nacionales en la valoración de las circunstancias que permitan la configuración

de versiones locales de derechos universales, excepto en casos de abuso de propósito o exceso de poder.

Preocupado por la posibilidad de que la Teoría del Margen de Apreciación Nacional fuera utilizada discrecionalmente a favor del presidente, George Letsas (2004) presentó dos modalidades diferentes para su aplicación, una estructural y otra sustancial.

En relación al concepto estructural, Letsas define que contrasta los límites de la soberanía estatal y los objetivos de la universalización de los derechos humanos, con un enfoque de subsidiariedad entre tribunales internacionales y Estados miembros, visión que se ajusta a la crítica decolonial.

Si bien el concepto sustancial opone derechos individuales y derechos públicos y aborda restricciones y derogaciones de derechos personales para satisfacer intereses colectivos, también observa la crítica decolonial al resaltar el daño causado por el individualismo que surge del proyecto de modernidad.

Es en éste contexto, al referirnos a criterios de aplicación del Margen de Valorización Nacional, que puede operar de forma regulada por la propia Corte IDH, como ya lo ha destacado la doctrina, entre otras cosas porque la propia Corte IDH no puede dejar de garantizar los derechos culturales de un pueblo, y América Latina requiere un mayor cuidado por su diversidad cultural.

En este camino, para brindar mayor cuidado en el análisis de la ley, se destacaron las cláusulas de Excepción o Limitación, que Vila (2013) denomina cláusulas de acomodación. Son cláusulas que contienen la necesidad de un juicio de valor o criterio subjetivo por parte de los jueces, comprendiendo estos derechos calificados que no tienen limitaciones expresas o claramente delimitadas; por lo tanto, abren espacio para interpretaciones por parte de los Estados miembros, que no deben guardar silencio ni incumplir los Derechos Humanos de los ciudadanos.

Para resolver cuestiones como la mencionada anteriormente, Vila (2013) entiende que es importante comprender los principales objetivos de la Teoría del Margen de Apreciación, siendo imprescindible para su aplicación una delimitación de admisibilidad, que sugiere: a) protección de la cultura b) autoridad del poder judicial c) prevención del desorden o delito d) interés de la seguridad nacional y el bienestar económico del país e) protección de derechos y libertades.

Vila (2013) considera dos concepciones de límites, una como criterio rector para la aplicación del Margen de Apreciación Nacional: el ámbito nacional e internacional como límites internos (límites intrínsecos) y límites externos (límites extrínsecos) respectivamente.

El límite interno se basa en la ratificación de los Estados que se han comprometido a cumplir los tratados y convenios internacionales, mientras que el límite externo se basa en

el control de los Tribunales Internacionales (tanto europeos como interamericanos de Derechos Humanos) y su supervisión y control de las posiciones adoptadas por las autoridades locales, sería el control de constitucionalidad. El límite externo reside en el control por parte de los tribunales internacionales y su control de las posiciones adoptadas internamente, lo que sería el control de convencionalidad (Vila, 2013).

Para García Roca (2007), es razonable pensar que el margen debería ser normalmente mínimo, necesitado de una justificación expresa, y centrado en algunos derechos de intensa configuración legal. Tiene que fundamentarse en la realidades sociales y culturales, y no en obstáculos fácticos que redunden en inadmisibles violaciones de derechos, consagrando ulteriores indefensiones cual si fuera una patente de corso para los Estados soberanos.

En estos términos, la aplicación de la Teoría del Margen de Apreciación Nacional no sería un acto discrecional y no sindicalizable, sino fortalecido por criterios que consideran la cultura local en defensa de los Derechos Humanos, porque la lógica europea puede no considerar otros aspectos que son esenciales para las culturas del Sur global.

3 PRECEDENTES DE LA CIDH AL MARGEN DE LA APRECIACIÓN

La Comisión Interamericana de Derechos Humanos ya utilizó el concepto de margen de apreciación para emitir su opinión, al responder a la Opinión Consultiva No. 4, que versó sobre la interpretación del artículo 20 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, particularmente en relación con el derecho a la nacionalidad.

En este caso, Costa Rica cuestionó si su proyecto de reforma constitucional, que cambió las disposiciones sobre naturalización, estaba acorde con esa Convención. A lo que respondió la Corte Interamericana, el Estado miembro estaría autorizado a establecer los requisitos para adquirir la nacionalidad, observando el principio de igualdad jurídica y no discriminación, debido al art. 1 (1) y 24, del Pacto de San José de Costa Rica. La parte resolutive de la respuesta a la consulta es la siguiente:

Esta conclusión de la Corte **tiene en cuenta especialmente el margen de apreciación reservado al Estado que otorga la nacionalización respecto de los requisitos y conclusiones que deben cumplir para obtenerla**. Pero nadie podría ver en ello una aprobación de la tendencia que existe en algunas partes a restringir exagerada e injustificadamente el alcance del ejercicio de los derechos políticos de los ciudadanos naturalizados. La mayoría de estas hipótesis, no claramente sometidas a la consideración de la Corte, constituyen verdaderos casos de discriminación por origen o lugar de nacimiento que creen injustamente grupos de diferentes jerarquías

entre nacionales de un mismo país (Corte Interamericana de Derechos Humanos, 1984, énfasis nuestro).

Sin embargo, la doctrina ha registrado este caso como una excepción en las sentencias y respuestas a las consultas de la Comisión Interamericana y de la Corte respectiva, por lo que la doctrina en cuestión prácticamente subsiste sólo en el sistema europeo. Un ejemplo importante puede verse en el que las Opiniones Consultivas de la Corte IDH en el sistema ecuatoriano son vinculantes en medida en que estos pronunciamientos contengan estándares más favorables al pleno goce y ejercicio de los derechos reconocidos en la Constitución y se aplicarán de manera directa, inmediata y preferente.

Sin embargo, entre los límites intrínsecos existen casos específicos en los que es posible la suspensión temporal de derechos, tanto en la Convención Americana sobre Derechos Humanos (CADH) como en el Convenio Europeo de Derechos Humanos, previsto en los artículos 27 y 15 de la CADH. y Convenio Europeo respectivamente, con la hipótesis de derechos que no son susceptibles de suspensión, y aplicación del principio de supervisión internacional, que exige notificación obligatoria a las secretarías (Secretaría General de los Estados Americanos y Secretaría General del Consejo de Europa).

En relación con la Corte Interamericana, Balaguera (2021) presentó, como resultado de su investigación sobre las sentencias producidas por esa Corte, un alejamiento del resultado producido por la Corte Europea, porque los precedentes de la Corte Interamericana son reacios a admitir la doctrina del margen nacional de apreciación.

Si bien la Corte Interamericana lo aplicó inicialmente en la Opinión Consultiva OC-4/84, posteriormente no lo aceptó en el sistema interamericano. Sólo se refiere a ella en casos aislados o para negar su aplicación, dejando a los Estados firmantes de la Convención Americana sobre Derechos Humanos un margen de maniobra muy limitado o incluso inexistente.

Balaguera (2021) afirma que son varias las razones esgrimidas para no reconocer el Margen de Apreciación Nacional en América Latina, siendo la principal, a juicio de la Corte Interamericana, el limitado desarrollo democrático en los Estados Parte de la CADH y la debilidad de sus instituciones nacionales para la protección de los derechos humanos.

Otro argumento utilizado para limitar el margen de apreciación es que existe diversidad cultural entre los Estados latinoamericanos y que, por tanto, la Corte Interamericana debe emitir sus sentencias con base en estándares generales de protección de los derechos humanos.

Así, es evidente que las preocupaciones de la Corte Interamericana pueden no estar acordes con la efectividad de los Derechos Humanos de los distintos pueblos latinoame-

ricos, quienes tienen una cultura diversa y, por violaciones al sistema democrático, el control de convencionalidad no valora las ubicaciones del conocimiento.

Finalmente, se recuerda que el artículo 29 de la CADH, que trata de sus reglas de interpretación, asegura la prohibición de supresión o limitación del goce y ejercicio de los derechos reconocidos en dicha norma; tampoco puede excluir otros derechos y garantías que son inherentes al ser humano, incluidos los derechos culturales (OEA, 1969), y esta limitación es infranqueable para una Corte Constitucional.

4 EL PRINCIPIO DE UNIVERSALIDAD Y LA CRÍTICA DECOLONIAL

No se puede olvidar que una de las misiones de los Tribunales de Derechos Humanos es garantizar la protección de los derechos humanos, es decir, determinar reparaciones o abstenciones de los titulares del poder estatal contra sus ciudadanos, y esta tarea se realiza a través de inspecciones, solicitudes de las normas internacionales y sus interpretaciones.

Es un deber complejo de ejercer porque los Tribunales de Derechos Humanos deben tener el conocimiento necesario para garantizar tales derechos, dependiendo de las expectativas de los ciudadanos que reciben las medidas, además de la diversidad cultural de los distintos países sujetos a la respectiva jurisdicción internacional.

En estos últimos aspectos, dichos Tribunales, como garantes de los derechos humanos y de su carácter universalizador, enfrentan varias dificultades, entre ellas la internacionalización en armonía con las tradiciones nacionales, especialmente en los casos en que existen grandes diversidades culturales religiosas y morales. Exigiendo considerar el multiculturalismo frente a la universalización, especialmente en continentes como América Latina.

Así, siguiendo las lecciones de Santos (2003), el diálogo intercultural es sumamente necesario en el ámbito de las Cortes Internacionales, especialmente para comenzar a valorar las culturas locales, lo que el autor llama localismo globalizado, y la doctrina del Margen Nacional puede estar presente como una herramienta que posibilite esta intermediación, observando, además de las cuestiones geográficas, históricas y culturales, así como teniendo en cuenta la realidad económica, social y política de la sociedad, lo que sólo será posible con la apertura del espacio otorgado a las Cortes nacionales, dentro de sus límites de admisibilidad, superando la reivindicación de soberanía.

Sin embargo, las decisiones de los Tribunales nacionales, en el proceso de integración normativa, deben guiarse por el principio de razonabilidad, considerando la adecuación de la legislación a aplicar a una situación apropiada, en cuanto a su estricta proporcio-

nalidad, sin apartarse del cumplimiento y respeto. de las normas de derechos humanos en términos de representación de los intereses específicos de las poblaciones de los Estados miembros, y pueden representar un carácter complementario de las normas de derechos humanos.

Wolkmer ([2020?]) realizó un rescate histórico de los derechos humanos que, aun partiendo del reconocimiento del ser humano como sujeto individual en Europa en los siglos XVII y XVIII de carácter eminentemente liberal, pone de manifiesto la importancia de las luchas por el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas en el siglo XV, desarrolladas por la Escuela Ibérica de la Paz.

Los derechos pensados para un hombre de la burguesía europea eran esencialmente racionales e individualistas, razón por la cual la afirmación de la igualdad y la libertad para todos no se aplicó a los súbditos de las colonias europeas en los otros continentes, hecho verificable en relación con los pueblos de África que continuaron siendo esclavizados, incluso después de la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de Francia. No sólo las personas procedentes de África fueron excluidas de esta Declaración, sino también las mujeres europeas y, por supuesto, las que residían en las colonias; así como el reconocimiento de los derechos a la libertad y a la libre determinación de los afrodescendientes victoriosos en Haití después de 1804 (Wolkmer, [2020?]).

Samir Amin (1989) la definió como la matriz cultural de Europa en ese momento como un culturalismo que vislumbraba las diversidades culturales e históricas de los diferentes pueblos, caracterizado como antiuniversalista por no estar interesado en descubrir posibles leyes generales de la evolución humana y, como fenómeno moderno, se difundió en el siglo XIX con una dimensión de la cultura y la ideología del mundo capitalista.

Con estos elementos, Wolkmer ([2020?]) enseña que el “mito moderno” debe ser conocido y explicado para develar su aspecto oculto de la modernidad y la irracionalidad de su violencia constitutiva en relación con otras culturas, especialmente aquellas que subsisten desde un Sur global.

Aquí vale la pena resaltar el papel de los Derechos Humanos en las observaciones de Wolkmer ([2020?], p. 8):

Una vez discutidos algunos puntos de la trayectoria instituida de la teoría etnocéntrica occidental de los derechos humanos y del necesario proceso de descolonización, se comienza a problematizar la función del conocimiento pedagógico, de aporte crítico y descolonial, capaz de despertar y tomar conciencia como estrategia de conquista y aplicación auténtica de los derechos humanos en un contexto más amplio. En este sentido tenemos que articular e interactuar con la necesaria interdependencia entre conceptos esenciales en esta contribución, como educación social consciente y derechos humanos interculturales.

Wolkmer ([2020?]), al igual que Wallerstein, propone la descolonización como un proceso profundo de trascendencia de la modernidad universalista, basado en el modelo de Europa que presenta inconsistencias en la elaboración de la sistemática del conocimiento, como forma de dominación de los pueblos colonizados, distanciándolos violentamente del proceso civilizatorio. Así, propone que el Sur global sea entendido no como un concepto geográfico, sino como una metáfora del sufrimiento causado a estas poblaciones por el colonialismo y el capitalismo; por lo tanto, el Sur global debe ser anticapitalista, anticolonialista y antiimperialista.

Y por estas características, Wolkmer ([2020?]) señala que la Teoría de los Derechos Humanos debe enfocarse en la historicidad de las colectividades excluidas, representadas por minorías en estado de pobreza, además de indígenas, afrodescendientes, contingentes étnicos, que pueden presentar aportes para superar los modelos de modernidad, proponiendo alternativas al capitalismo y al neoliberalismo.

El conflicto entre universalidad y regionalidad puede ser absoluto o aparente y, al menos, en relación con esta última ya se observa que las cuestiones culturales pueden entenderse como complementarias, o incluso esenciales, al núcleo antropológico de un pueblo. En este aspecto, se observa que los convenios y tratados internacionales de Derechos Humanos tienen como objetivo garantizar una protección mínima para que sea jurídicamente imposible violar los derechos básicos de los seres humanos.

En principio, adoptar garantías mínimas universales no sería perjudicial para el patrimonio cultural regional, porque los Estados miembros siguen teniendo su propia cultura y soberanía, rigiéndose la relación entre ellos por las cláusulas de compatibilidad e integración previstas en los tratados y convenios de derechos humanos. Ellos mismos, por lo que la crítica decolonial ha estado atenta, especialmente en relación con los países supranacionales.

En este aspecto, Contreras (2012) entiende que el Margen de Apreciación no tiene un carácter relativista, ya que su ventaja más elogiada es la flexibilidad para ajustar las particularidades de los diferentes Estados, especialmente aquellos con estándares supranacionales de derechos humanos.

Restringir o derogar no significa que esos derechos no sean útiles para su sociedad, que incluso pueden ser estándares universales mínimos opresivos e imperialistas de la cultura ajena, significa que en el caso concreto el Estado, para lograr un fin legítimo, los restringió a en la más estricta medida que el ejercicio y goce de este derecho sea necesario para su realidad y será supervisado por organismos internacionales de protección de los derechos humanos.

Por lo tanto, en el campo teórico, el Margen de Apreciación no debe verse como indiferente al principio de universalidad de los Derechos Humanos, sino complementario en

los espacios de regulación imprecisa, como destaca Gándara (2017), que la universalidad de los derechos humanos, desde la perspectiva del Derecho Internacional vigente, resulta, por decir lo mínimo, problemático, pues exige una visión crítica de la historia concreta de los pueblos, reconsiderar los roles de las culturas, las necesidades y, en definitiva, sus diferencias, independientemente de lo que se conciba como universalidad.

De todo lo considerado, se puede concluir que la crítica decolonial propone el espacio de consideración de las luchas históricas por el reconocimiento de las diferencias como fundamento del diálogo y la práctica intercultural en las diversas esferas de poder y conocimiento, porque la deshumanización y los procesos excluyentes no deben ser la vocación histórica de la humanidad, sino la humanización, aunque se niega constantemente (Wolkmer, [2020?]).

Finalmente, recordamos las lecciones del fallecido Herrera Flores (2002) quien, al hablar de la racionalidad de la resistencia, como práctica intercultural, a favor de los pueblos colonizados, que se opone a la racionalidad formal, que es de carácter universalista, puede calificarse como a priori, es decir, un prejuicio que exige que todas las personas se adapten a toda realidad.

5 ANTECEDENTES DEL TRIBUNAL EUROPEO DE DERECHOS HUMANOS

El Tribunal Europeo de Derechos Humanos (TEDH) utilizó por primera vez la Teoría del Margen Nacional de Apresiasi basándose en lo dispuesto en el artículo 15 del CEDH, que permite expresamente su aplicación:

Artículo 15

Derogación en caso de necesidad

1. En caso de guerra u otro peligro público que amenace la vida de la nación, **cualquier Alta Parte Contratante podrá adoptar medidas que suspendan las obligaciones previstas en el presente Convenio**, en la medida más estricta que exija la situación, y en las que dichas medidas no estén en contradicción con otras obligaciones derivadas del derecho internacional (TEDH, 2021, nuestra traducción y énfasis).

Según Jacobs, White y Ovey (2006), el TEDH utilizó el Margen Nacional cuando permitió a las partes tomar medidas que se derogaban de las obligaciones previstas en dicho Convenio, reconociendo un espacio de acción para los Estados miembros, formal-

mente legitimado para la interpretación de las disputas contenciosas de sus respectivos territorios.

El papel de los Tribunales internacionales es promover la justicia entre los intereses de los Estados miembros y los ciudadanos que son partes activas en los procesos con ellos y, como ejemplo, se cita el entendimiento del Consejo Europeo de Derechos Humanos, que considera a los Tribunales internacionales como responsables por dar peso a tres elementos en sus decisiones: el consenso, la naturaleza del derecho y el objetivo perseguido por el acto impugnado, todo ello regido por el principio de razonabilidad de las decisiones:

[...] Para que el proceso de lograr un “estándar uniforme” de derechos humanos, la protección debe ser gradual, porque todo el marco legal se basa en los frágiles cimientos del consentimiento de los Estados miembros. El margen de apreciación proporciona la flexibilidad necesaria para evitar enfrentamientos perjudiciales entre la Corte y los Estados miembros y permite a la Corte equilibrar la soberanía de los Estados miembros con sus obligaciones en virtud de la Convención (Council of Europe, [2011]).

Utilizando este enfoque, el uso del principio de subsidiariedad en relación con la soberanía de los Estados miembros puede no representar un problema, sino una integración entre convenios y diplomas jurídicos nacionales, siempre que proteja adecuadamente a los ciudadanos perjudicados por la acción estatal en sus fundamentos. necesita, con respecto a la dignidad humana, valores culturales, estos últimos destacan en particularidades que les son esenciales, reforzando el carácter complementario de este principio.

En un segundo enfoque para permitir la aplicación de la Teoría del Margen de Apreciación Nacional, Contreras (2012) al analizar cómo el CEDH establece su estructura de derechos, y concluyó por los siguientes pasos para una limitación inicial, primero se reconoce el derecho y, sin segundas lugar, se permite la restricción del derecho, sujeta a condiciones ciertas y determinadas, respetando el principio de razonabilidad.

Balaguera (2021), a su vez, analizó la jurisprudencia del TEDH en relación con su Convenio, concluyendo que se observaron márgenes restringidos, amplios, zonas fronterizas, para luego concluir que estos son los límites para determinar el margen de apreciación nacional.

El Margen de Apreciación será restringido cuando el objeto de tutela judicial se refiera a derechos que el Tribunal Europeo considera “absolutos”, por lo que el control del Tribunal Europeo es intenso y riguroso, aplicándose, por ejemplo, con el derecho a la vida (art. 2), prohibición de la tortura y de los tratos inhumanos o degradantes (art. 3), prohibi-

ción de la esclavitud, la servidumbre y los trabajos forzosos (art. 4), principio de legalidad penal (art. 7), libertad de comunicación (art. 10).), libertad de asociación (art. 11).

El Margen de Apreciación será amplio cuando el objeto de la controversia involucre derechos que puedan ser limitados, y siempre que dichas limitaciones estén establecidas por ley anterior. En estos casos, el Tribunal Europeo reconoce un amplio margen de apreciación nacional a los Estados, lo que se da, por ejemplo, con el derecho a la vida privada y familiar (art. 8), la libertad religiosa (art. 9), el derecho a contraer matrimonio (art. 12), el derecho a la propiedad (art. 1, Protocolo n. 1).

Cuando una reclamación radica en una zona fronteriza de derechos, el Tribunal Europeo no sigue un criterio lineal, sino que ejerce una mayor o menor intensidad de control según cada caso y sus circunstancias. Por ejemplo, el derecho a un tribunal independiente e imparcial (art. 6), el derecho a votar en elecciones libres (art. 3, Protocolo n. 1), entre otros.

Sin embargo, el TEDH ha utilizado tales límites para definir el margen de apreciación, el cual, según Balaguera (2021), debe observar los siguientes criterios:

1) Consenso europeo sobre la cuestión ya debatida: el argumento del consenso europeo consiste en identificar un mínimo común denominador de la institución controvertida en su regulación por parte de los Estados miembros y, si se constata un consenso legislativo, la base sólida de que la similitud del contenido permitiría extender la solución a otros países, obligándolos a adoptar, en sus líneas principales, las regulaciones compartidas por la mayoría.

Probablemente sea el criterio más relevante utilizado por el TEDH a la hora de decidir sobre el alcance del margen que concede a los Estados miembros, por lo que Arai-Takahashi (2002) destaca que, si no hay consenso europeo, el Tribunal de Estrasburgo puede inclinarse por respetar un margen más amplio; pero, por el contrario, la existencia de estándares europeos comunes tiende a reforzar la aplicación de una interpretación evolutiva y restringir su alcance. En otras palabras, para el tribunal europeo, la existencia de un “consenso europeo” limita el margen de apreciación del Estado. Cuando este consenso no exista, se podrá dar mayor margen o discrecionalidad al Estado miembro.

2) Naturaleza del derecho: este es también uno de los criterios centrales utilizados por el Tribunal Europeo para determinar el alcance del margen de los Estados. Como vimos anteriormente, el Tribunal Europeo considera que existen derechos “absolutos” cuyo control debe ser riguroso o estricto, en consecuencia, el margen de apreciación nacional es estrecho. En cambio, para otros derechos se puede reconocer un aumento del margen de apreciación.

3) Gravedad de la restricción del derecho: Este criterio está relacionado con el anterior. A pesar de la naturaleza de la ley, por un lado, con la importancia de la restricción o interferencia, por el otro, el Tribunal Europeo ejerce un control de razonabilidad, una prueba que es inexorable en cualquier tribunal que decida sobre cuestiones de derechos fundamentales. La pauta utilizada por el tribunal puede formularse en los siguientes términos: cuanto mayor sea la interferencia de la ley, más estricta será la supervisión. Por otro lado, cuanto menos injerencia promueva un derecho en la vida privada de un individuo, mayor será el margen de apreciación.

4) Las circunstancias específicas del caso: el Tribunal Europeo aplica frecuentemente el argumento de las “circunstancias del caso” para establecer el mayor o menor margen de apreciación de los Estados miembros; Esto, sobre todo teniendo en cuenta las diferentes realidades y legislaciones europeas.

5) Autoridad nacional mejor posicionada: según esta directriz, en determinadas circunstancias las autoridades nacionales, al estar en contacto directo y continuo con la realidad de cada país, están en mejor posición para sopesar intereses en conflicto. La norma adquiere especial relevancia cuando la ponderación de intereses es concreta y no abstracta, como es común, por ejemplo, en el control constitucional concentrado, típico del sistema europeo continental.

Los criterios anteriores muestran que el TEDH, al establecer tres conjuntos de derechos con posibilidades restringidas, amplias y límite para permitir la aplicación del Margen de Apreciación Nacional, sugiere criterios razonables para la preservación de los derechos culturales.

6 CONCLUSIÓN

La Corte Interamericana no permite la aplicación del Margen de Valorización Nacional simplemente porque entendió que las Cortes Constitucionales no son lo suficientemente independientes de sus gobernantes y que aún representarían una amenaza a la democracia regional debido a la historia de disrupciones institucionales, y el camino para calificar al instituto como inicialmente amenazante no reveló que fuera una violación del sistema regional de protección de los Derechos Humanos.

Sin embargo, tal concepción de negar el diálogo entre tribunales puede generar el prejuicio de que los pueblos latinoamericanos son incapaces de iniciar sus diálogos internos, en un contexto en el que se observa que en ningún momento la Corte Interamericana considera que la historia de Los golpes de Estado son financiados por otros gobiernos, sobre todo en nombre de una ideología extranjera, basta con considerar el hecho de que

existe una historia de perturbaciones democráticas, sin sus fundamentos políticos internos y externos.

De esta manera, la Corte Interamericana niega a los Tribunales Constitucionales el derecho a ejercer ampliamente sus funciones de competencia, llegando incluso a desconocer que lo previsto en la CADH no deben, en principio, ser objeto de negación de derechos; por otra parte, los derechos expresados pueden ser objeto de complementación por peculiaridades locales para el efectivo cumplimiento de los Derechos Humanos.

La Corte Interamericana no permite la aplicación del Margen de Valorización Nacional simplemente porque entiende que las Cortes Constitucionales no son suficientemente independientes de sus gobiernos y que aún representan una amenaza a la democracia regional debido a la historia de perturbaciones institucionales, y el camino hacia la calificación al instituto fue inicialmente amenazador al revelarse que se trataba de una violación al sistema regional de protección de derechos humanos.

Sin embargo, tal concepto de negar el diálogo entre tribunales puede generar daño en la medida en que las comunidades latinoamericanas sean incapaces de iniciar sus diálogos internos, en un contexto en el que se observa que en ningún momento la Corte Interamericana considera que la historia de Los golpes de Estado son financiados por otros gobiernos, principalmente en nombre de una ideología extranjera, basta considerar el hecho de que hay una historia de disturbios democráticos, sin sus fundamentos políticos internos y externos.

De esta manera, la Corte Interamericana niega a los Tribunales Constitucionales el derecho a ejercer sus funciones de competencia, aun desconociendo que derechos no expresamente previstos en la CADH no deben, en principio, ser objeto de negación de derechos; Por otra parte, los derechos expresados pueden ser objeto de complementación con particularidades locales para el efectivo cumplimiento de los Derechos Humanos.

REFERENCIAS

ARAI-TAKAHASHI, Yutaka. **The margin of appreciation doctrine and the principle of proportionality in the jurisprudence of the ECHR**. Antwerp, Oxford: Intersentia; Hart, 2002.

BALAGUERA, Humberto G. Vargas. El margen de apreciación nacional. **Revista Jurídica Región Cuyo**, Argentina, n. 10, mayo 2021. Disponible en: <https://www.juri.jus.mendoza.gov.ar/biblioteca/boletines2/especiales/2021/210610/Vargas.php>. Acceso en: 26 nov. 2025.

CONTRERAS, Pablo. Discrecionalidad nacional y deferencia internacional en la restricción de los derechos humanos: una comparación entre la jurisprudencia de la Corte Europea y la Interamericana de Derechos Humanos. **Northwestern de Journal of International Human Rights**, International Law

Commons, v. 11, n. 1, otoño de 2012. Disponible en: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1155&context=njihr>. Acceso en: 26 nov. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva n. 4, de 19 de enero de 1984**. Propuesta de modificación a la constitución política de Costa Rica relacionada con la naturalización. San José, Costa Rica: Corte IDH, 1984. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_04_esp.pdf. Acceso en: 26 nov. 2025.

COUNCIL OF EUROPE. El margen de apreciación. **The Lisbon Network**, [2011]. Disponible en: http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/lisbonnetwork/themis/echr/paper2_en.asp#P250_3268. Acceso en: 26 nov. 2025.

GÁNDARA, Manuel. Hacia una teoría no colonial de los derechos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 3117–3143, 2017. Disponible en: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/31228>. Acceso en: 26 nov. 2025.

GARCÍA ROCA, Javier. La muy discrecional doctrina del margen de apreciación nacional según el Tribunal Europeo de Derechos Humanos: soberanía e integración. **Teoría y Realidad Constitucional**, n. 20, p. 117-143, 2007. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2520040.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

GARCÍA ROCA, Javier. **El margen de apreciación nacional en la interpretación del Convenio Europeo de Derechos Humanos**: soberanía e integración. Madrid: Civitas, Thomson Reuters, 2010.

HERRERA FLORES, Joaquin. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 9-30, jan. 2002. Disponible en: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15330/13921>. Acceso en: 15 mayo de 2024.

JACOBS; Francis; WHITE, Robin C. A.; OVEY, Clare. **The European Convention on Human Rights**. Oxford: Oxford Press, 2006.

JUSTUS VASEL, Johann. El “Margin of Appreciation” como elemento clave en el derecho constitucional europeo. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, año 6, n. 11, p. 189-208, ene./jun. 2009. Disponible en: http://www.ugr.es/~redce/REDCE11pdf/07_JOHANN%20JUSTUS.pdf. Acceso en: 26 nov. 2025.

LETSAS, George. La verdad en los conceptos autónomos: cómo interpretar el CEDH. **EJIL**, v. 15, n. 2, p. 279-305, 2004.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, Costa Rica: OEA, 1969. Disponible en: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acceso en: 26 nov. 2025.

POBLETE, Manuel Núñez. **Sobre la doctrina del margen de apreciación nacional**. La experiencia latinoamericana enfrentada y la teoría constitucional de una técnica de adjudicación internacional de derechos humanos. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM, 2012. Disponible en: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/7/3160/6.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

ROJAS, Marcela Peredo. Manifiesto el margen de apreciación del legislador y el control del error: algunas consideraciones a partir de la jurisprudencia del Consejo Constitucional francés y del Tribunal Constitucional alemán. **Estudios Constitucionales**, año 11, n. 2, p. 47-96, 2013. Disponible en: <https://www.scielo.cl/pdf/estconst/v11n2/art03.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por una concepción multicultural de los derechos humanos. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconocer para liberar**: los caminos del cosmopolitismo cultural. Río de Janeiro: Civilización Brasileña, 2003. p. 429-461,

TEDH – TRIBUNAL EUROPEO DE DERECHOS HUMANOS. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), de 04 nov. 1950**. Strasbourg: Council of Europe, 2021. Disponible en: https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/convention_por. Acceso en: 26 nov. 2025.

VILA, Marisa Iglesias. Una doctrina del margen de apreciación para el Convenio Europeo de Derechos Humanos: en busca de un equilibrio entre democracia y derechos en la esfera internacional. *In*: YALE LAW SCHOLL. SELA, New Haven, Connecticut, 2013. **Papers [...]**. New Haven, Connecticut: Yale Law School, 2013. Disponible en: https://law.yale.edu/sites/default/files/documents/pdf/sela/SELA13_Iglesias_CV_Sp_20130314.pdf. Acceso en: 26 nov. 2025.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Reinvención de los derechos humanos**: un aporte Descolonial desde el sur. (Manuscrito adaptado). [2020?]. Disponible en: <https://n9.cl/4d8q9y>. Acceso en: 22 nov. 2025.

CAPÍTULO III

LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS PUEBLOS INDÍGENA, EN LA ASAMBLEA NACIONAL: ANÁLISIS A PARTIR DEL DERECHO CONSTITUCIONAL COMPARADO DE BRASIL Y DE VENEZUELA

Luz Angela Tarazona Vélez¹

Ana Karla Coelho dos Santos Lima²

1 INTRODUCCIÓN

La participación política de los pueblos indígenas dentro de la Asamblea Nacional es de gran relevancia, debido a que permite incorporar a los pueblos indígenas en la toma de las decisiones dentro del contexto nacional de cada país. Esta participación se hace necesaria en nuestros pueblos latinoamericanos, que fueron objeto de un proceso de invisibilización y de colonización que intentó borrar la identidad y las formas de construcción de pensamiento y organización indígena, dando inicio de la construcción de la modernidad³, que hasta hoy permea nuestras venas y nuestros pensamientos y nos impide de muchas maneras reconocernos y valorar lo nuestro.

Esta construcción del pensamiento moderno, parte desde una visión universalizante y de poder hegemónico que va a imponer una colonialidad tripla, que va a atravesar y permear el saber, el ser y el poder. Estas construcciones del poder que va a ser implantado dentro del imaginario colectivo moderno, poder que se va a ejercer desde diferentes áreas del desenvolvimiento humano, en donde las realidades son desdibujadas dentro de una lógica eurocéntrica, blanca, masculina y católica, y otras realidades como las de los pueblos indígenas son subalternizadas (Quijano, 2014).

Dentro de este contexto el nuevo constitucionalismo latinoamericano (NCL), viene a plantear rompimiento con esta lógica moderna colonial, en el cual se plantean como

¹ Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista Capes. E-mail: luzange-latarazonav@gmail.com.

² Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUL). Professora de Direito no Centro Universitário de Balsas (Unibalsas). E-mail: anakarlacoelho.adv@gmail.com.

³ Como indica Dussel (1994), el inicio de la construcción del mito de la modernidad se da a partir del encubrimiento de América en 1492, donde fueron implantados los patrones modernos del eurocentrismo.

objetivo la construcción de un nuevo Estado, que rompe con la lógica moderna del estado-nación e incorpora novas formas de relacionamiento entre las diferentes culturas, sobre todo incorporado dentro de las estructuras del Estado a los pueblos indígenas que se encuentran subalternizados dentro de la lógica moderna y que dentro de un escenario de igualdad, son invisibilizados y colocados a luchar dentro de condiciones que los excluyen y no lo favorecen.

Dentro del NCL, se encuadran constituciones latinoamericanas que se diferencian de las anteriores constituciones, por presentar como objetivo constitucional de refundación del Estado, por eso son también llamadas las constituciones refundadoras, dentro ese contexto las constituciones encontramos a la Constitución de Venezuela de 1999, la Constitución de Ecuador de 2008 y la Constitución de Bolivia de 2009 (Vélez, 2023).

Dentro del análisis del NCL, adentrándonos en el pensamiento de los autores y de la autora, situados en diferentes realidades latinoamericanas como Medici (2017) de argentina, Quadros Malhães (2015) de Brasil, y Vélez (2023) de Venezuela coinciden en señalar como una de las innovaciones de mayor importancia del NCL, lo constituyen el rompimiento del monismo jurídico y de la ficción del concepto de estado-nación, que permite dar inicio a la construcción del pluralismo jurídico y incorporar a los pueblos indígenas dentro de las estructuras del poder público, con respeto de sus tradiciones y cultura, entre esas medidas constitucionales se tiene la de la inclusión de cuotas de participación dentro del poder legislativo, entre otras han permitido han permitido el inicio de un proceso descolonizador, que incorpora dentro de una dinámica de respeto de la interculturalidad entre los pueblos en naciones dentro de la estructura del Estado, permitiendo la fractura del estado-nación y dando inicio al nacimiento al estado plurinacional.

Para el desarrollo de la investigación se seleccionaron la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999 (Constitución de Venezuela) que se encuentra dentro la línea del NCL y la Constituciones República Federativa del Brasil de 1998 (Constitución de Brasil), que al no pertenecer a las llamadas constituciones del NCL, nos van a permitir observar el abordaje de los derechos de los pueblos indígenas desde dos perspectivas y cosmovisiones diferentes. La Constitución de Brasil que parte desde una visión del multiculturalismo, que parte desde el reconocimiento de la diversidad de culturas que habitan y conviven dentro de un mismo territorio, más su reconocimiento no percibe las razones de explotación, subalternidad y diferencia que van a impedir que la igualdad real sea materializada. y la Constitución de Venezuela que parte desde una visión de la interculturalidad que permite reconocer los procesos históricos que han tenido que vivir los pueblos no blancos que no se encuadran dentro del perfil colonial, son excluidos, minimizados y subalternizados, lo que impide participar en igualdad de condiciones, por lo es necesario crear medidas, como por ejemplo las cuotas de participación indígena, que permitan equilibrar estas injusticias y garantizar el derecho a la igualdad real (Walsh, 2012).

Para desarrollar la investigación se elaboró el siguiente problema: ¿Cómo se ha desarrollado la participación política en la Asamblea Nacional de los pueblos indígenas en Venezuela y Brasil, a partir de la aprobación de las constituciones de 1999 y 1988, respectivamente hasta el año 2023?

Así, el objetivo de la investigación se articuló para analizar la participación política de los pueblos indígenas de Venezuela y Brasil a partir de las constituciones de 1999 y 1988 hasta el 2023 respectivamente, distinguir las similitudes y diferencias de estos procesos de inclusión constitucional, como ha sido la efectividad y el desarrollo de estas normativa dentro de estas dos naciones, a más de 20 años de su aprobación y aplicación de estas constituciones, considerando o estudio de macro Derecho Comparado.

La investigación se organiza en cuatro partes: la primera trata sobre la metodología de investigación que se adoptó; la segunda aborda la participación política de los pueblos indígenas en Venezuela a partir de la Constitución de 1999; el tercero abarca la participación política de los pueblos indígenas en Brasil de 1988, la cuarta parte trata de los resultados de la investigación.

2 METODOLOGÍA DE INVESTIGACIÓN

La metodología de investigación utilizada fue el derecho comparado, abarcando la revisión de las Constituciones de Venezuela de 1999 y la Constitución de Brasil de 1988, así como el estudio de caso de la situación de los indígenas en Venezuela y Brasil. La selección de estas constituciones se da por su importancia Latinoamericana. La primera la de Brasil de 1988 inicia el cambio del pensamiento hacia los pueblos indígenas, desde una visión de minoridad hacia una visión del multiculturalismo, y la segunda la constitución de Venezuela que da inicio al movimiento denominado como NCL, movimiento constitucional que plantea el rompimiento de las estructuras modernas del derecho monista, al incorporar el pluralismo jurídico y la interculturalidad que permite el rompimiento de la estructura estado-nación, dando apertura a la plurinacionalidad (Vélez, 2023). Asimismo, se encuentra justificada la elección de las constituciones sometidas a estudio vinculada a la nacionalidad de las autoras, brasileña y venezolana respectivamente, lo que permite un conocimiento más próximo de la realidad aquí estudiada.

El camino metodológico abarcó la revisión constitucional y de políticas públicas para los pueblos indígenas en sitios web gubernamentales y organizaciones internacionales. La investigación se realizó en Venezuela y Brasil, considerando el período comprendido entre la aprobación constitucional en el caso de Venezuela a partir del 1999 y en de Brasil a partir de 1988, hasta el año 2023.

El método comparativo brindó la posibilidad de verificar el avance de la participación de los pueblos indígenas asumido por cada País y los posibles impactos de sus decisiones políticas que hayan favorecido el reconocimiento de la participación política a favor de los pueblos indígenas. Aparte del análisis constitucional, se incorpora el análisis de ítems que nos permitirán evaluar el avance de las políticas públicas ejecutadas a favor de la inclusión de los pueblos indígenas, dentro de estos dos países. Estos indicadores son: implementación de medidas legislativas, generación de leyes especiales de temas indígenas que favorezcan la participación política, implementación de medidas judiciales, sentencias judiciales que permitan extender o proteger los derechos indígenas, participación y representatividad política indígena dentro de la Asamblea Nacional.

3 PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS PUEBLOS Y NACIONES INDÍGENAS EN VENEZUELA

La participación política de los indígenas dentro de la Asamblea Nacional (AN), se encuentra vinculado al proceso constituyente venezolano de 1998 donde se materializa la plena participación popular y democrática, el pueblo es consultado desde el inicio del proceso constituyente hasta el momento final de su aprobación constitucional, vía referéndum consultivo que da vida a la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999 (Constitución de Venezuela). Este proceso de inclusión en la construcción constitucional permitió incorporar a los pueblos indígenas tomar la palabra y ser reconocidos en el texto constitucional, como una nacionalidad diferenciada con leyes propias, y formas de participación democrática, así como la incorporación de los pueblos indígenas dentro de las competencias del gobierno (Vélez, 2023).

El reconocimiento como nación a los pueblos originarios es uno de los logros, permite romper con la concepción tradicional de estado-nación, donde las estructuras del Estado moderno se sostienen bajo los principios de la unidad nacional, que permitía la construcción del “ideal único” en el imaginario colectivo (Vélez, 2023).

Ideales contruidos bajo patrones del ideal eurocéntrico, en el cual los pueblos indígenas son excluidos, es por ello que el reconocimiento de la nación indígena, es un paso de gran importancia tanto dentro de la construcción teórica constitucional latinoamericana y dentro del proceso de deconstrucción de las cimientos del estado moderno colonial, que van a permitir dar pasos hacia la construcción de un nuevo Estado, que es el foco principal de las constituciones que se enmarcan dentro del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano, proceso en el cual se encuentra delimitada la Constitución Venezolana (Dussel, 1994).

3.1 Marco constitucional venezolano

La constitución venezolana, en su artículo 125 incorpora y reconoce la participación política y electoral de los pueblos indígenas como un derecho, en el cual incluye a los pueblos indígenas en la toma de decisiones en todos los niveles del poder público (nacional, regional, municipal), lo que va permitir que los pueblos indígenas se incorporen en la estructura del Estado, como una nueva nación diferenciada, que participará y decidirá los asuntos públicos del Estado, de acuerdo con sus costumbres y creencias (Venezuela, 1999, art. 125).

Los pueblos indígenas venezolanos acceden al reconocimiento de sus derechos con la asignación de cuotas de representación indígena proporcional al territorio, dentro de los diferentes poderes públicos nacionales. El desarrollo del segundo párrafo del artículo 186 de la Constitución de Venezuela, se da mediante la incorporación de tres diputados indígenas, quienes son elegidos de acuerdo con sus usos y costumbres. Diputados que se integraron a los 167 diputados (Venezuela, 1999, art. 186).

La representación indígena se calculó exponencialmente según la extensión territorial y número de población indígena del momento estimada en un 2,8% de la población nacional venezolana que ascienda para el año 2000 a un aproximado de 24.394.00, según fuentes del Instituto Nacional de Estadísticas (INE, 2014). Estos tres diputados indígenas corresponden a las tres regiones – región occidental, región occidental y región sur – donde están establecidas las comunidades indígenas de Venezuela, y corresponden a los estados Delta Amacuro, Bolívar, Sucre, Monagas, Apure, Mérida, Trujillo, Amazonas, Anzoátegui y Zulia (Vélez, 2023).

3.2 Medidas judiciales a favor de la participación política de los pueblos indígenas Jurisprudencia del Tribunal Supremo (TSJ)

Con la aprobación de la Constitución de Venezuela, se logró el establecimiento de escaños o cuotas de participación política indígena a nivel nacional. Más con el proceso de adecuación de la norma al ámbito electoral, se partió de los principios de la democracia moderna liberal (universales, directas y secretas), como resultado las elecciones de los representantes indígenas, fueron adecuadas bajo el principio de la universalidad, que ciertamente violentada lo dispuesto en los artículos 125 y el segundo párrafo del artículo 186 de la Constitución de Venezuela, que claramente establece que la elección de los pueblos indígenas debería ser realizado con respeto a sus costumbre y cultura (Vélez, 2023).

Es por ello en el año de 2016, los pueblos indígenas manifiestan públicamente su rechazo sobre la forma en que estaban siendo elegido los diputados indígenas, argumentando que los diputados indígenas debían ser elegidos por el pueblo indígena y no por

personas “criollos”⁴ que no forman parte de la comunidad indígenas, entre esos pronunciamientos tenemos el de la diputada, Aloha Nuñez que expone “Queremos que los voceros indígenas que sean electos para desempeñar cargos – dentro del Poder Legislativo –, sean elegidos únicamente por el pueblo indígena, por el verdadero pueblo que está en las comunidades, que está en las bases” (PSUV, 2016).

Esta Petición es llevada al TSJ quien realiza la interpretación del artículo 125 de la constitución, en la decisión nro. 68 del año 2020, esclareciendo que deben ser respetada la forma de elección de los pueblos indígenas, de acuerdo con sus tradiciones y costumbres, sobre todo que los diputados indígenas sean elegidos realmente por los integrantes de sus comunidades. Garantizando de esta forma el derecho a la diferencia de los pueblos indígenas, rompiendo con la lógica del universalismo promulgada dentro de la democracia liberal moderna (Vélez, 2023).

Con esta decisión el TSJ resguarda el carácter descolonizante de la Constitución de Venezuela, y permite el romper con lógica del universalismo electoral, dando cabida al pluralismo electoral donde son protegidas y respetadas esas diferencias de los pueblos indígenas, dando apertura a una representación ajustada a las costumbres y principios de los pueblos indígenas, quienes son elegidos por y para su pueblo, sin que sus decisiones sean permeadas o influidas por el voto de personas no indígenas, que afectaría la representatividad real de los pueblos no indígenas.

3.3 Medidas legislativas y políticas públicas a favor de la participación política de los pueblos indígena en la Asamblea Nacional

Dentro de este proceso de participación indígena es importante destacar algunas políticas públicas que han permitido el avance y reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas entre ellos se tienen la Ley Orgánica de los Pueblos Indígenas, aprobada en el año de 2006, según gaceta oficial 39335, y que entre sus articulados se consagra el establecimiento del Ministerio de los Pueblos indígenas, que fue aprobada 2007 y cuenta con más de 17 años de su creación.

⁴ Criollos como suelen llamar los pueblos indígenas venezolanos, a las personas que no son parte de su comunidad indígena, según fue comentado dentro de una conversación informal con una de las autoras, por una lideresa indígena venezolana del pueblo warao, morando actualmente en Belém do Pará, Brasil.

3.4 Participación política de los pueblos indígenas dentro de la Asamblea Nacional, incorporación en las tomas de decisiones públicas

La participación política de los pueblos indígenas se desarrolla dentro de la estructura de una nueva AN, nace con la nueva constitución venezolana de 1999, esta AN tiene la características de ser unicameral, ya que excluiu la figura de los senadores, se designa constitucionalmente 167 diputados entre los cuales se encuentran incluidas 3 diputados indígenas, que representan a una población indígena de 724.592 habitantes, corresponde al 2.8% de un universo de 27.227.930 habitantes (Iwgia, 2023). La AN se encuentra organizada en 15 comisiones permanentes, con la finalidad de promover la participación popular, entre ellas se encuentran la comisión permanente de temas indígenas.

El percurso de la participación indígena en Venezuela, se encuentra dividido en dos momentos históricos, el primero a partir de la primera elección de diputados indígenas a la AN en 2000 hasta el 2020, periodo en el cual se da la incorporación de 3 diputados indígenas, dentro del universo de 167 diputados que integraban la AN, para el momento. La representación indígena, como se explicó anteriormente, fue calculada exponencialmente de acuerdo con la extensión territorial que corresponde a tres regiones con población indígena y calculada de acuerdo con el número de población del momento. Dentro de ese periodo de tiempo fueron elegidos un total de 13 diputados indígenas, que fueron elegidos cada 6 años a partir del año 2000. El segundo momento dentro de la participación indígena se da a partir del año 2020, cuando la elección de diputados indígenas se desliga de la elección ordinaria, y es creado un proceso de elección propio ajustado a su cultura conforme reza la constitución venezolana y en cumplimiento de la decisión del TSJ.

El nuevo proceso electoral indígena, comprende los siguientes pasos, en el primer paso se eligen los voceros mediante elección pública, directa y participativa en Asamblea Comunitaria indígena, conforme a las normas del pueblo indígena. El segundo paso ya elegidos los voceros indígenas a nivel nacional, se concurren a elecciones de diputados indígenas, mediante elecciones directas y secretas, en donde los voceros concurren, ante el Consejo Nacional Electoral (CNE), donde son quienes eligen a sus diputados indígenas a la AN (TeleSUR, 2020).

Actualmente Venezuela mantiene la representación electoral a nivel de 3 diputados indígenas, aunque ha aumentado el número de diputadas de 167 a 277⁵, lo que afectaría la representatividad de los pueblos indígenas, con relación al impacto de su voto dentro del parlamento. Este aumento en el número de diputados representa más del 65%, por lo que

⁵ El aumento del número de escaños dentro de la AN, fue aprobado en Venezuela el 2020, que fue aplicado para el período legislativo actual de (2021-2026), sin existir modificación poblacional o territorial, según expone Gabriela Ponte (2020).

se considera necesario ajustar el número de diputados indígenas en la misma proporción, en por lo menos 3 diputados indígenas para un total de 6, para mantener la proporcionalidad resguardada, conforme fue pautado en el texto constitucional.

4 PARTICIPACIÓN POLÍTICA DENTRO DE LA ASAMBLEA NACIONAL DE LOS PUEBLOS Y NACIONES INDÍGENAS EN BRASIL

4.1 Marco constitucional brasileña

La Constitución de Brasil es considerada una Constitución ciudadana por su énfasis en asegurar mecanismos fundamentales para la consolidación de la democracia, como el pluralismo político, el voto directo y secreto y la protección de los derechos políticos individuales. Estas disposiciones demuestran el compromiso de la Constitución de promover una participación política amplia e inclusiva, permitiendo a los ciudadanos ejercer plenamente su ciudadanía (Gustavo, 2022). A partir de la idea de ciudadanía, es fundamental reconocer y respetar las grandes diferencias humanas, como las diferencias culturales y étnicas, que se dan entre los pueblos indígenas (Felzke Schonardie; Cipriano; Winkelmann, 2022).

Sin embargo, los marcos legales brasileños anteriores a la Constitución Federal de 1988 adoptaron una postura integracionista, limitándose a reconocer el derecho de los pueblos indígenas a la posesión de las tierras que tradicionalmente ocupaban, sin garantizar una verdadera autonomía cultural o política (Albuquerque, 2016). Esta postura integracionista, según Moreira y Resende (2019), se basó en una concepción de superioridad cultural, que consideraba a los pueblos indígenas como atrasados en el proceso de desarrollo y por ello necesitaban normas que integran a estas comunidades a la sociedad considerada desarrollada y moderna.

En este contexto, la concepción integracionista fue decisiva para la creación de leyes y políticas públicas indígenas, como el Estatuto Indio, Ley n. 6001/93. Esta legislación, si bien reconocía la propiedad de la tierra indígena, mantuvo un enfoque asistencial, apuntando a integrar a estos pueblos a la cultura dominante, sin respetar plenamente su autonomía e identidad (Felzke Schonardie; Cipriano; Winkelmann, 2022).

Desde la promulgación de la Constitución Federal de 1988, se ha producido un avance significativo con respecto a la legislación anterior de carácter integracionista. Entre los principales avances cabe destacar que la constitución dedica un capítulo completo a los derechos de los pueblos indígenas, enfatizando el reconocimiento de su organización social, cultura, creencias y derecho originario a las tierras que tradicionalmente ocupan (Vélez, 2023).

Este capítulo de la Constitución de Brasil dedicado a los pueblos originarios está compuesto por los artículos 231 y 232. En este sentido, el artículo 231 reconoce la organización social, costumbres, creencias, lenguas y tradiciones indígenas, además de garantizar los derechos originarios sobre las tierras que tradicionalmente ocupan. La unión tiene el deber de demarcar y proteger estas tierras, asegurando que los pueblos indígenas tengan el uso exclusivo de los recursos naturales allí presentes (Brasil, [2023]).

Aún en el artículo 231, la Constitución de Brasil también protege la integridad territorial de las tierras indígenas, declarándolas inalienables e indisponibles, impidiendo su expulsión, salvo en casos extremos, como catástrofes o interés nacional. Los recursos hídricos y minerales sólo pueden explorarse con autorización del Congreso Nacional y con la participación de las comunidades afectadas (Brasil, [2023]).

En este mismo contexto, desde la perspectiva de proteger los derechos políticos, jurídicos y sociales de los pueblos indígenas, el artículo 232 también señala un derecho esencial de los pueblos indígenas, al garantizarles el derecho a emprender acciones legales en defensa de sus intereses, asegurando la intervención del Ministerio Público para proteger sus derechos, fortaleciendo así la autonomía y la capacidad defensiva de estas comunidades en el sistema jurídico brasileño (Brasil, [2023]).

Este avance constitucional fue fundamental para superar la visión integracionista, promoviendo una nueva fase de reconocimiento y valoración de las especificidades culturales y políticas de los pueblos originarios. Brasil comenzó a adoptar una visión del multiculturalismo, a partir de esto conforma una nueva fase en la construcción del constitucionalismo latinoamericano, como indica la autora peruana Raquel Yrigoyen (2011), una postura más pluralista, centrada en proteger los derechos y la autonomía de los pueblos indígenas, rompiendo con las lógicas asistencialistas y subyugantes de décadas anteriores.

El multiculturalismo, como señala Zeballosf-Cuathin (2024), busca promover una comprensión de las diferentes realidades que coexisten en el mismo espacio y tiempo, donde grupos y colectividades con intereses y culturas diversas comparten el mismo territorio. Esta perspectiva multicultural se ha expandido principalmente en Estados donde la diversidad cultural es un elemento esencial, teniendo como objetivo principal el reconocimiento jurídico de las colectividades diferenciadas, permitiendo así la convivencia armónica y el respeto a las particularidades de cada grupo cultural.

En este contexto, los derechos políticos de los pueblos indígenas se entienden como derechos humanos, y el ejercicio regular y efectivo de estos derechos es necesario para abordar la subrepresentación en los espacios de poder y asegurar la participación en el debate público. Sin embargo, en el sentido más estricto, que implica el derecho a votar y a ser votado, aún existen importantes barreras que dificultan el pleno ejercicio de la participación política de los pueblos indígenas (Xavier da Silva, 2024).

A partir de esto, las disposiciones constitucionales brasileñas y el convenio internacional analizado consolidan una base jurídica para la participación política de los pueblos indígenas, destacando la necesidad de avanzar en la implementación de esta participación a través de políticas adecuadas basadas en el pluriculturalismo. Con el análisis de estas cuestiones legislativas es posible continuar reflexionando sobre la jurisprudencia con relación al multiculturalismo y los derechos políticos de los pueblos indígenas, profundizando la discusión sobre cómo el Estado se ha posicionado frente a estas demandas.

4.2 Medidas Judiciales a favor de la participación política de los pueblos indígenas Jurisprudencia del Supremo Tribunal Federal (STF)

Al analizar la comprensión jurisprudencial del Supremo Tribunal Federal (STF) sobre pueblos indígenas, se observa que las decisiones aún se restringen a cuestiones relacionadas con los derechos territoriales de los pueblos indígenas, entre estas decisiones hay casos emblemáticos, como el Régimen Constitucional de Demarcación de Tierras Indígenas en el Caso Raposa Serra do Sol (Pet 3.388) en 2009 y de Protección de los Derechos de los Pueblos Indígenas a las Tierras Tradicionalmente Ocupadas, en el caso de la Planta Itaipú y pueblos indígenas de la etnia Ava Guaraní en 2020 (SL 1.197 AgR), estas decisiones reafirman el derecho de los pueblos indígenas a acceder a la justicia y participar en procesos judiciales que involucren la demarcación de sus tierras, aspecto esencial para asegurar su representación en espacios de poder (Brasil, 2023c).

De las decisiones antes mencionadas se desprende que la adecuada y oportuna demarcación de sus tierras es fundamental para que estos pueblos puedan ejercer plenamente su autonomía y participación política, elementos cruciales para la preservación de su identidad y para su inserción social y política en un mundo sostenible, manera igualitaria y respetuosa. En este contexto, el derecho a la tierra está intrínsecamente vinculado al ejercicio de los derechos políticos, ya que la autonomía territorial permite a los pueblos indígenas preservar su cultura y organizarse políticamente de manera más eficiente.

Continuando con este escenario de fortalecimiento de los derechos políticos indígenas, tenemos una importante decisión reciente del Tribunal Superior Electoral (TSE), vinculada al proceso n. CTA 0600222-07.2023.6.00.0000 que trajo avances significativos en la inclusión de los pueblos indígenas en el proceso electoral brasileño. El TSE determinó que los candidatos indígenas tendrán acceso proporcional a los recursos del Fondo del Partido y del Fondo Especial de Financiamiento de Campañas (FEFC), así como a tiempo gratuito en radio y televisión, de manera similar a los candidatos negros en respuesta a una

consulta formulada por diputada federal indígena Célia Xakriabá, con el objetivo de garantizar una mayor representación de los pueblos indígenas en las elecciones (Brasil, 2024a).

Esta medida del TSE refleja un paso importante para corregir la histórica subrepresentación de los pueblos indígenas en las instituciones políticas del país, promoviendo la igualdad real de condiciones para que estos pueblos puedan competir electoralmente y ejercer plenamente sus derechos políticos. La decisión del TSE destaca que el apoyo financiero y la visibilidad electoral son herramientas esenciales para consolidar su participación política (Brasil, 2024b).

Por lo tanto, se observa que estas acciones judiciales y electorales muestran que la lucha por la participación política de los pueblos indígenas en Brasil va más allá del reconocimiento formal de sus derechos, exigiendo políticas que aseguren una igualdad real de oportunidades para poder ejercer su ciudadanía en un manera plena y autónoma.

4.3 Medidas legislativas y políticas públicas a favor de la participación política de los pueblos indígena en la Asamblea Nacional

Uno de los avances más recientes y significativos fue la creación del Ministerio de los Pueblos Indígenas (MPI), establecido por la Medida Provisional no. 1.154, de 1 de enero de 2023, convertida en Ley n. 14.600, de 19 de junio de 2023 (Brasil, 2023). La misión del Ministerio de los Pueblos Indígenas (MPI) es sustituir paulatinamente la política indigenista por una política indígena, garantizando la participación de los pueblos indígenas en la elaboración y ejecución de políticas que afectan su existencia. El nuevo enfoque se centra en la protección territorial, la gestión de los derechos sociales y la gestión ambiental, reflejando las principales demandas de esta población, asegurando que sus voces sean escuchadas en el proceso de formulación de políticas que impacten directamente sus vidas (Brasil, [2025]).

Actualmente el ministerio está liderado por Sônia Guajajara, reconocida lideresa indígena en Brasil, su presencia al frente del ministerio va a permitir abrir espacios para escuchar las demandas y necesidades de los pueblos originarios y que sean directamente discutidas e integradas en las políticas gubernamentales, consolidando el compromiso del Estado brasileño con la pluralidad étnica y cultural. Para lograr estos objetivos, el ministerio está vinculado a otros organismos como la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (FUNAI) y la Secretaría Especial de Salud Indígena (SESAI) (Brasil, [2025]).

4.4 Participación política de los pueblos indígenas dentro de la Asamblea Nacional, incorporación en las tomas de decisiones públicas

La participación política de los pueblos indígenas en Brasil, aunque ha avanzado en las últimas décadas, todavía enfrenta muchos desafíos. Según el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), con el apoyo de la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (Funai), la población indígena brasileña está compuesta por aproximadamente 1.693.535 personas, lo que representa el 0,83% de la población total del país (Brasil, 2023a). Sin embargo, a pesar de ser una porción importante de la población, los pueblos indígenas siguen estando subrepresentados en los espacios de poder y toma de decisiones políticas.

En este contexto, es importante mencionar que en los últimos años se han producido algunos avances importantes en la representación indígena a nivel municipal, estatal y federal. Entre estos avances, un hito histórico en la consecución de los derechos políticos de los pueblos indígenas en el congreso nacional ocurrió en 2018, cuando Joênia Wapichana fue elegida la primera diputada federal indígena de Brasil, en representación del estado de Roraima por el partido Rede (Xavier, 2018).

En las elecciones de 2022, la participación indígena en el Congreso Nacional dio un nuevo salto, dado que fueron elegidos cinco diputados federales indígenas: Sônia Guajajara (PSOL-SP), Silvia Waiãpi (PL-AP), Paulo Guedes (PT-MG), Élia Xakriabá (PSOL-MG) y Juliana Cardoso (PT-SP) (Brasil, 2022). La elección de estos líderes indígenas representó un avance importante, pero aún insuficiente, considerando las condiciones de desigualdad y subalternidad que lograron superar los representantes indígenas, en las últimas elecciones, que en las próximas no sean superadas, y esas posiciones de representatividad indígena dentro de la AN, se pierdan. Esto debido a que jurídicamente no se encuentra establecido cuotas de representación indígena, como sí acontece en la Constitución de Venezuela, por ejemplo. Encontramos dentro de un panorama favorable, la participación de los pueblos indígenas en las elecciones, según datos del Tribunal Superior Electoral (TSE) de marzo de 2024, 102.439 indígenas estaban habilitados para votar, lo que refleja un aumento significativo respecto a años anteriores. En materia de candidaturas, el crecimiento también es evidente: en las elecciones municipales de 2016, 1.546 indígenas se postularon para cargos públicos, cifra que aumentó a 1.721 en 2020, un aumento del 11% (Brasil, 2024a). Estas cifras indican un mayor compromiso político indígena, que es esencial para defender sus derechos y fortalecer su presencia en las esferas de toma de decisiones.

En este contexto, la elección de líderes indígenas para cargos públicos fortalece la posibilidad de que temas relacionados con la defensa de los territorios, la preservación cultural y ambiental, y el acceso a servicios esenciales para las comunidades indígenas sean priorizados en las agendas políticas nacionales y locales (Silveira Raimundo, 2023).

La representación indígena en el Congreso Nacional, si bien ha crecido, enfrenta barreras de acceso y continuidad limitada a la libre concurrencia, teniendo que enfrentar en condiciones de desigualdad los procesos partidistas y políticos, para postularse, concurrir y posteriormente ganar unas elecciones, bajo unos postulados no indígenas, que no reconocen los procesos históricos y subalternizantes. A pesar de todo este escenario se reconoce como un indicativo positivo la actual representación indígena que ha ejercido un liderazgo positivo a favor de los pueblos indígenas al no ser valorados los aspectos históricos y de subalternización, que son planteados por Catherine Walsh (2012). Esto plantea interrogantes sobre la efectividad de la inclusión política de estas personas dentro del sistema político brasileño, que, aunque reconoció la pluralidad cultural en la Constitución de 1988, aún necesita superar barreras que afecta los grupos subalternizados, transitando así hacia la interculturalidad para garantizar una verdadera participación indígena en los procesos de toma de decisiones. El desafío para el futuro será seguir avanzando hacia una inclusión política real, que permita a los pueblos indígenas participar plenamente en la vida política del país.

5 RESULTADOS

La investigación fue encaminada para verificar indicadores sobre participación política de los pueblos indígenas dentro la AN, a partir de innovaciones constitucionales, implementación de medidas legislativas y judiciales, representatividad de la participación política de los pueblos indígenas en la AN, presentados en el cuadro siguiente:

Cuadro 1: Comparación de indicadores del Derecho a la participación política indígena en Venezuela y Brasil

PAÍS	INNOVACIONES Y JURISPRUDENCIAS	diputados INDÍGENAS A LA AN. 1988-1999 al 2023	POLÍTICAS PÚBLICAS	LEYES
VENEZUELA Población total: 27.227.930 . Población indígena: 724.592 habitantes, corresponde al 2,8% Escaños indígenas en la AN: 3	Incorporación de Escaños indígenas dentro de la AN, que incluyen a los pueblos indígenas en las estructuras del Poder. Jurisprudencia del TSJ que incorpora el pluralismo electoral, que rompe con el universalismo electoral, creando una jurisdicción electoral indígena.	Desde el año 2000 hasta el último período electoral 2020-2026 (Elecciones ocurren cada 6 años) se han elegido 16 diputados, con sus suplentes también indígenas. Para un porcentaje de población indígena estimada que representa un 2,8% de la población nacional.	Comisión permanente de los pueblos indígenas en la AN. Creación del Ministerio del poder popular para los pueblos indígenas (2007)	Ley orgánica de los pueblos indígenas
BRASIL Población total: 203.062.512 indígena : 1.693.535 habitantes, corresponde al 0,83% Escaño indígena en la AN: No previsto legalmente.	Jurisprudencia del TSE (2024b), garantiza que las candidaturas indígenas tengan acceso proporcional, al Fondo Especial de Financiamiento de Campaña (FEFC) y al tiempo gratuito en medios.	Diputada indígena (2018), primera diputada federal indígena: Joana Wapichana, lo que corresponde al 0,19% del total de 513 diputados. En 2022, 5 diputados indígenas: Sônia Guajajara, Sílvia Waiãpi, Paulo Guedes, Élia Xakriabá y Juliana Cardoso. Corresponde al 0,97% del total de 513 diputados.	Creación del MPI, vinculado a la FUNAI y la SESAI (2023). Promueve la protección territorial, la gestión de derechos sociales y la gestión ambiental.	Ley n. 14.600, de 2023, que consolidó el MPI.

Fuente: Elaborado por las autoras.

En Venezuela se pudo observar que la Constitución de Venezuela representa un hito importante que da inicio a una forma de construcción constitucional de carácter decolonial, que permite romper los paradigmas del derecho moderno, así como permite dar inicio a la deconstrucción de la lógica del Estado Moderno colonial, abriendo los primeros pasos para la configuración de un estado plurinacional, de la cual siguen sus pasos constitucionales subsiguiente del NCL – Ecuador (2008) y Bolivia (2009) – en donde uno de sus hitos trascendentales es la inclusión de la participación de los pueblos indígenas, dentro los espacios de poder del Estado.

Que la incorporación de la interculturalidad dentro de la Constitución venezolana favorece la participación política de los pueblos indígenas, al permitir el reconocimiento de los procesos históricos y de subalternización a los cuales han sido sometidos los pueblos indígenas, así mismo se resalta y se honra la importancia que tiene la cultura indígena como nación venezolana. El espacio dentro de la AN, es un tema de reivindicación a los pueblos originarios que debe tener espacio de voz dentro de las estructuras del poder público.

Por lo que el establecimiento de escaños o cuotas de participación indígena, con respeto a sus cultura y costumbres constituyen un acto liberador y descolonizador, planteados por Dussel (1994) que permite, la participación política los pueblos indígenas, con respeto a su cultura y su identidad, dentro del Poder Legislativo en sus diferentes entidades territoriales (Nacional, Estatal y Municipal).

Sin embargo, sobre la partición política de los pueblos indígenas en Venezuela, se debe alertar que el ajuste de la cantidad de diputados a la AN, que pasó de 167 a 277 escaños, tiene un impacto negativo que afecta la representatividad y voz del voto dentro de la AN. Que reduce su participación inicialmente estimada constitucionalmente en 2,8% a más de la mitad, al permanecer con 3 escaños, dentro de un universo de diputados que supera el 65% del escenario resguardado inicialmente dentro de la Constitución Venezolana. Por lo que se considera necesario realizar un reajuste de los escaños indígena de Venezuela – de por lo menos 3 nuevos diputados para un total de 6 diputados – en la misma medida y proporcionalidad al aumento de los diputados que conforman actualmente la AN.

En Brasil se observó a lo largo de esta investigación, que la participación política de los pueblos indígenas ha avanzado, dichos avances provienen de acciones como la creación del Ministerio de los Pueblos Originarios en 2023, un hito importante para centralizar las políticas públicas orientadas a la protección territorial y los derechos indígenas. Otro avance relevante para la participación política de los pueblos indígenas fue la decisión del Tribunal Superior Electoral (TSE) en 2024b, que garantizó el acceso proporcional al Fondo del Partido, al Fondo Especial de Financiamiento de Campañas (FEFC) y al tiempo libre en los medios, promoviendo una mayor equidad en las campañas electorales.

A pesar de estos avances, la representación indígena en el Congreso Nacional aún es insuficiente, considerando que los indígenas representan el 0,83% de la población brasileña. En las elecciones de 2022 fueron elegidos cinco diputados federales indígenas, lo que corresponde al 0,97% de la Cámara, una mejora con respecto a 2018, cuando el primer diputado indígena electo representó solo el 0,19% (Gustavo, 2022).

Sin embargo, esta representación indígena ante la AN, a pesar de crecer, sigue siendo frágil, ya que no existen cuotas fijas para los indígenas en el Congreso, como ocurre en Venezuela. Si bien el aumento de candidaturas es prometedor, las posiciones están sujetas a variaciones electorales, lo que refuerza la necesidad de discutir la implementación de cuotas indígenas en Brasil para garantizar una participación política estable y un mayor énfasis en las cuestiones indígenas en la agenda nacional.

6 CONCLUSIÓN

Este artículo buscó investigar la realidad de la participación política de los pueblos indígenas dentro de la AN de Venezuela y de Brasil, la cual nos lleva a las siguientes consideraciones. Se logró evidenciar que la participación política de los pueblos indígenas ha tenido un auge a partir de las experiencias constitucionales del NCL, lo que resulta muy positivo dentro de la realidad Latinoamericana.

La participación y la voz indígena en Venezuela y Brasil está construyendo tejidos institucionales que permiten impactar los escenarios nacionales e internacionales, como el establecimiento de Ministerio de los Pueblos Indígenas en, establecidos en Venezuela desde 2007 y en 2024 en Brasil, en Venezuela con la aprobación de leyes especiales que fomenta y apoya la participación indígena, en Brasil con medidas que apoyan el financiamiento las campañas de participación política de los pueblos indígenas, en Venezuela el establecimiento de escaños o cuotas de participación indígenas, permiten la continuidad de la representatividad de los pueblos indígenas en espacios de tanta importancia como la AN.

Estas medidas o acciones afirmativas a favor de la incorporación de los pueblos indígenas a la AN, favorecen tanto a los países que la aplican, así como sirve de ejemplo latinoamericano y permiten el fortalecimiento y engranaje de la epistemología constitucional Latinoamericano con raíces propias y auténticas, que escapan de las lógicas modernas e eurocéntricas, que nos permiten acercarnos más a nuestra realidad y construir una participación política y democrática más provisoria, plural y participativa para nuestro pueblos indígenas.

Que se evidencio la importancia de la aplicación y sostenimiento de los escaños o cuotas de participación indígena dentro da AN, en primer lugar, entendiendo las desigualdades a las que se encuentran sometidos los pueblos indígenas, por lo cual se hace necesario por parte de los Estados encontrar fórmulas que garantice la permanencia y la representatividad sea mantenida dentro de los espacios de la AN. En segundo lugar, la ausencia de estas medidas puede desfavorecer la representatividad de los pueblos indígenas, afectación que pudo ser evidenciada en Venezuela y Brasil. En Venezuela, con la ausencia de ajuste de los escaños indígenas, que permanece con 3 representantes, sin considerar el aumento de diputados de la AN, de 176 a 277, que afecta significativamente su representatividad. En Brasil se pudo observar que, aunque la participación indígena está en auge, pero puede ser objetos de variaciones en la representatividad como se evidencio porcentualmente del año 2018 que tuvo una representatividad del 0,19% y en 2022 de 0,97%, por lo que ambas situaciones, son importantes para reflexionar dentro de una lógica latinoamericana, que permita la consolidación de los avances alcanzados dentro a favor de los derechos de los pueblos indígenas.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. **Comparação entre a participação indígena boliviana e brasileira**: a inserção da atuação indígena brasileira no debate democrático radical-descolonial latino-americano. 2016. 964f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponible en: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12464>. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponible en: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. Dados do censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**, 7 ago. 2023a. Disponible en: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. Exponentes indígenas da política pedem mais candidaturas para ampliar base no Congresso. **Ministério dos Povos Indígenas**, 2 maio 2024a. Disponible en: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/notas-oficiais/2024/05/exponentes-indigenas-da-politica-pedem-mais-candidaturas-para-ampliar-base-no-congresso>. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.600, de 24 de julho de 2023**. Dispõe sobre as estruturas organizacionais no âmbito da gestão pública. Brasília: Presidência da República, 2023b. Disponible en: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. **Ministério dos Povos Indígenas**. [Brasília]: Ministério dos Povos Indígenas, [2025]. Disponible en: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br>. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**: concretizando direitos humanos – direito dos povos indígenas. Brasília: STF; CNJ, 2023c. Disponible en: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=publiCacaoPublicacaoTematica>. Acceso en: 26 nov. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Candidaturas indígenas terão direito a distribuição proporcional de recursos e de tempo de antena, decide TSE. **TSE**, 27 fev. 2024b. Disponible en: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/candidaturas-indigenas-terao-direito-a-distribuicao-proporcional-de-recursos-e-de-tempo-de-antena-decide-tse>. Acceso en: 26 nov. 2025.

DUSSEL, Enrique. **1492**: el encubrimiento del otro. Hacia el origen del Mito de la Modernidad. La Paz, Bolivia: CLACSO, 1994.

FELZKE SCHONARDIE, Elenise; CIPRIANO, Mauro; WINKELMANN, Régis N. A política indigenista brasileira, cidadania e direitos humanos em conflito: A Terra Indígena Inhaçorá. **Revista Direito em Debate**, v. 31, n. 57, e12526, p. 1-16, jan./jun. 2022. Disponible en: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/12526>. Acceso en: 26 nov. 2025.

GUSTAVO, Luiz. Cinco indígenas foram eleitos para a Câmara dos Deputados. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 3 out. 2022. Disponible en: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acceso en: 26 nov. 2025.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda**: resultados total nacional de la República Bolivariana de Venezuela [2011]. Caracas: INE, 2014. Disponible en: <https://ine.gob.ve/wp-content/uploads/2024/09/Censo-Nacional-2011.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

IWGIA – Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas. El Mundo Indígena 2023: Venezuela. **Iwgia**, 28 mar. 2023. Disponible en: <https://iwgia.org/es/venezuela/5108-mi-2023-venezuela.html>. Acceso en: 26 nov. 2025.

MAGALHÃES, José Luiz. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza**, n. 22, v. 22, ano 22, p. 9-33, Ceará, Brasil 2015.

MEDICI, Alejandro. Teoría del nuevo constitucionalismo sudamericano. In: MOLINA, Ramón T.; PICCONI, María Verónica (coord.). **Democracia y dictadura**: aproximación histórico-constitucional y política em perspectiva de derechos humanos. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de La Plata, 2017. Disponible en: <https://libros.unlp.edu.ar/index.php/unlp/catalog/book/758>. Acceso en: 23 nov. 2025.

MAGALHÃES, José Luiz. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza**, n. 22, v. 22, ano 22, p. 9-33, Ceará, Brasil 2015.

MOREIRA, Erika Macedo; RESENDE, Ana Catarina Zema de. Interculturalidade, jurisdição indígena e a Constituição Federal de 1988. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2019. Disponible en: <https://indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/5571/0>. Acceso en: 26 nov. 2025.

PONTE, Gabriela. ¿Por qué Maduro aumenta de 167 a 277 el número de diputados de la Asamblea Nacional? **ABC Internacional**, 3 dic. 2020. Disponible en: https://www.abc.es/internacional/abci-maduro-aumenta-167-277-numero-diputados-asamblea-nacional-202012030827_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.abc.es%2Finternacional%2Fabci-maduro-aumenta-167-277-numero-diputados-asamblea-nacional-202012030827_noticia.html. Acceso en: 26 nov. 2025.

PSUV – PARTIDO SOCIALISTA UNIDO DE VENEZUELA. Comunidades indígenas exigieron al TSJ interpretación del artículo 125 de la Constitución. **PSUV**, 8 ene. 2016. Disponible en: <https://bit.ly/44Hx2MD>. Acceso en: 26 nov. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 778-831. Disponible en: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acceso em: 26 nov. 2025.

SILVEIRA RAIMUNDO, Rodrigo. **Análise político administrativa social das participações indígenas na última década das eleições brasileiras**. 2023. 83f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Fundação Perseu Abramo, Maricá, 2023. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/19749>. Acceso en: 26 nov. 2025.

TELESUR. TV NET: Pueblos indígenas de Venezuela eligen diputados al parlamento. **TeleSUR**, Caracas, 9 dic. 2020. Disponible en: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-elecciones-pueblos-indigenas-asamblea-nacional-2-0201209-0031.html>. Acceso en: 10 set. 2024.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas: Asamblea Nacional Constituyente, 1999. Disponible en: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_venezuela.pdf. Acceso en: 26 nov. 2025.

VÉLEZ, Luz Angela Tarazona. **El origen del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano**: la construcción de una democracia decolonial. 2023. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponible en: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/16739>. Acceso en: 26 nov. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponible en: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412/1511>. Acceso en: 26 nov. 2025.

XAVIER, Luiz Gustavo. Primeira deputada indígena eleita tem como prioridade a defesa da inclusão e da sustentabilidade. **Câmara dos Deputados**, 10 out. 2018. Disponible en: <https://www.camara.leg.br/noticias/546065-primeira-deputada-indigena-eleita-tem-como-prioridade-a-defesa-da-inclusao-e-da-sustentabilidade/>. Acceso en: 26 nov. 2025.

XAVIER DA SILVA, Marcelo. O Ministério Público Eleitoral e os povos indígenas. **Boletim Científico Escola Superior Do Ministério Público Da União**, Brasília, ano 23, n. 62, e-6201, p. 1-25, 2024. Disponible en: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/802>. Acceso en: 26 nov. 2025.

YRIGOYEN, Raquel Z. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la decolonización. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). **El Derecho en América Latina**: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 139-159.

ZEBALLOS-FUATHIN, Adrian. Multiculturalismo y derechos indígenas en América Latina. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 1-22, 2024. Disponible en: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/67502>. Acceso en: 26 nov. 2025.

CAPÍTULO IV

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE SOBRE DIREITOS E DESAFIOS

Ana Lúcia Sousa Nascimento Melo¹

Gabriela Konkel Ferreira²

1 INTRODUÇÃO

Os direitos humanos reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, são universais e inalienáveis³. Todas as pessoas do mundo têm direito a eles, ninguém pode voluntariamente desistir deles, nem outros podem tomá-los.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza a igualdade de todos os seres humanos em virtude da inerente dignidade de cada pessoa. Conforme a declaração universal, qualquer pessoa humana faz jus aos direitos humanos sem qualquer discriminação como: raça, cor, sexo, etnia, idade, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, deficiência, propriedade, nascimento ou outro status⁴.

A questão é que nem todos os indivíduos desfrutam efetivamente paridade preconizada na referida declaração universal ou mesmo na Constituição Federal de 1988 e a universalidade genérica acaba por ignorar as especificidades de cada indivíduo ou povo.

Há certos grupos de indivíduos que estão mais suscetíveis à danos ou mesmo à violação dos direitos intrínsecos à humanidade e dignidade. Neste artigo, serão destacados os povos indígenas como grupo minoritário e objeto de estudo.

Em um primeiro momento, demonstrar-se-ão aspectos dos direitos humanos e da suscetibilidade que se encontram alguns grupos, para, então, classificar os povos indíge-

¹ Mestranda em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduada em Enfermagem pela UNIT. E-mail: mestrado_analucia@souunit.com.br.

² Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Focus. Especialista em Ciências Penais pela PUC-Rio. Graduada em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM). E-mail: gabi.kon@hotmail.com.

³ Direitos humanos não são necessariamente normas porque existem com ou sem posituação, são suprapositivos.

⁴ Essa concepção de universalidade da igualdade dos seres humanos se pautava fortemente na concepção universalista dos direitos humanos, concepção esta simplista e alvo de severas críticas, principalmente, dos defensores do multiculturalismo (Guerra Filho; Guerra, 2019).

nas como minorias. Após, serão apresentadas as dificuldades e as principais demandas dos povos indígenas, sendo elas o direito à autodeterminação, a demarcação de terras, segurança, representatividade política, saúde, alimentação e educação. Depois, mostrar-se-á um pouco da legislação no que tange aos povos indígenas. Então, será destacado como realizar reivindicações na arena internacional, neste caso na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), pode trazer respostas às demandas dos povos originários⁵, principalmente a respeito da demarcação de terras.

Por fim, a análise concluirá os desafios dos indígenas, enquanto grupo minoritário, são questões demasiadamente enraizadas e de difícil resolução, mas que é imprescindível trazer o debate à arena dos direitos humanos e dos direitos fundamentais em âmbito nacional e internacional.

Para esse estudo foi utilizado método de abordagem, método de procedimento e método de interpretação, bem como, as fontes de coleta de dados.

Este trabalho é uma contribuição para a discussão sobre os direitos humanos e sobre a dignidade dos povos indígenas brasileiros. É, portanto, relevante para promover a igualdade e proteger os direitos dos que estão suscetíveis à riscos e violações.

2 DIREITOS HUMANOS E SUSCETIBILIDADE

Em um contexto de reestruturação global após duas Guerras Mundiais, os choques e os horrores observados na primeira metade do século 20 trouxeram a urgência da estruturação de uma proteção geral a todos os seres humanos. Neste cenário, a Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu, da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, como um instrumento de garantia à dignidade, liberdade e igualdade.

Após 75 anos desde a declaração, está pacificada a inerência dos direitos humanos à cada indivíduo e sua inafastabilidade. Ainda que haja discussão sobre a efetividade da universalidade desses direitos, a doutrina, o direito e a comunidade global estão de acordo que dignidade não pode ser usurpada.

Por isso, vale refletir sobre pessoas e grupos que estão mais suscetíveis à violação da própria dignidade. Então, é bem-vinda uma breve análise sobre suscetibilidade.

⁵ Os povos originários são aqueles que habitam uma terra desde antes da colonização ou invasão. No Brasil, os povos originários são os indígenas.

2.1 Aspectos sobre a suscetibilidade: minoria x grupo vulnerável

Quando se trata sobre suscetibilidade muito ainda se discute e se confunde sobre grupos minoritários ou vulneráveis. Em um ensaio sobre vulnerabilidade, políticas públicas, saúde e assistência social, Carmo e Guizardi (2018, p. 9) discorrem sobre a imprecisão do termo “vulnerabilidade”, mas ao mesmo tempo afirmam:

O conceito de vulnerabilidade observado nas produções teóricas sobre as políticas públicas de saúde e assistência social evidenciam a conformação de um conceito em processo, mas, sobretudo, indicam a multiplicidade de fatores que determinam o fenômeno. O olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social.

Um grupo vulnerável é suscetível à riscos e violações, essa suscetibilidade pode se dar por fatores sociais, históricos, econômicos e geográficos, mas não há obrigatoriamente uma homogeneidade entre seus componentes.

No que tange às minorias ou grupos minoritários⁶, pode-se afirmar que há uma identidade cultural, há uma ligação entre seus membros, não está vinculado à quantidade numérica. Siqueira e Castro (2017, p. 110) esclareceram que as minorias possuem quatro elementos que as definem com minorias: posição de não dominação junto ao corpo social, vínculo subjetivo de solidariedade entre seus membros para a proteção de sua identidade cultural, demandam proteção estatal e são vítimas de opressão social.

Pelos conceitos e características apresentadas, é certo afirmar que os indígenas são uma minoria. Dito isso, é oportuno um suscinto estudo sobre a situação dos indígenas na sociedade brasileira na condição de minoria.

3 DESAFIOS DOS INDÍGENAS ENQUANTO MINORIA

Já é sabido que os direitos humanos dão garantia à dignidade e liberdade, mas quando se remete aos indígenas brasileiros, muito ainda precisa ser feito para a efetivação dos direitos universais.

⁶ Neste trabalho, tratar-se-á grupos minoritários como sinônimo de minorias.

Há um longo histórico de desrespeito aos povos originários que se inicia desde a invasão portuguesa em 1500. Uma história marcada por exploração e massacre enraizou na sociedade atual a discriminação e marginalização dos indígenas e sua cultura.

A Constituição Federal de 1988, publicada em uma conjuntura em que a sociedade brasileira demandava por democracia e direitos sociais, acompanhando a vertente da Declaração Universal do Direitos Humanos, definiu como fundamento a dignidade da pessoa humana (artigo 1, inciso III), bem como elencou os direitos fundamentais que fazem jus todos os brasileiros, inclusive, os indígenas (artigo 6º *caput*).

Porém, 36 anos após a publicação da Carta Magna, os indígenas ainda carecem de garantias básicas ou específicas de sua cultura.

3.1 Das principais demandas dos povos originários no Brasil

3.1.1 Autodeterminação

Os indígenas são os povos originários das terras brasileiras, possuem sua própria identidade cultural e social. Então, é coerente que tenham percepções sobre propriedade, liberdade, crença, língua, direito e outros aspectos culturais e sociais diferentes das percepções que possui o Estado e a própria sociedade brasileira.

Sendo assim, é razoável que os indígenas demandem por autodeterminação, para que sua cultura seja respeitada e exercida em sua totalidade.

O direito à autodeterminação está profundamente vinculado ao direito de dignidade, liberdade e igualdade previstos na Constituição Federal e na Declaração Universal de Direitos Humanos, logo, vincula-se inclusive ao Direito Internacional.

A cultura e os direitos dos indígenas não podem ser observados apenas pelas lógicas ocidentais. Quando esses direitos são apreciados unicamente pela ótica universal e ocidental, acaba-se por violar a dignidade do outro, principalmente quando se trata de um grupo minoritário.

Deste modo, não se pode ignorar as especificidades de cada comunidade. Até mesmo os ditos direitos humanos devem ser aplicados e ajustados de forma que não sejam impostos de forma que violem a identidade ou dignidade de um povo⁷.

⁷ Muito se discute sobre a visão ocidental que os direitos humanos positivados têm. Os juristas e acadêmicos debatem sobre os aspectos de liberdade e tortura para concluir se há ou não violação dos direitos humanos, mas as interpretações não são homogêneas. A título de exemplo, pode-se destacar que a prática da mutilação genital feminina realizada em alguns países africanos é severamente repudiada e chamada de tortura, enquanto a circuncisão realizada em bebês do sexo masculino por razões culturais e religiosas não é tão repreendida se realizada por povos não africanos ou negros.

3.1.2 Demarcação de terras

Os indígenas, como povos originários e donos das terras desde os primórdios, possuem uma intensa relação com a terra. Além da concepção territorial, para os indígenas a terra possui aspectos culturais, religiosos, vincula-se à alimentação, à saúde e a identidade de um povo.

Por séculos o território indígena foi usurpado, explorado e violado. Sua extensão foi severamente reduzida com o aumento da exploração de gado, grãos e minério, foi ainda reduzida pelo aumento dos perímetros urbanos e pela invasão de latifundiários.

Consequentemente, a demanda por demarcação de terras para proteção do território indígena é urgente.

O problema é que a demarcação dos territórios dos povos originários envolve muita burocracia e questões políticas⁸. O interesse dos indígenas conflita com os interesses de políticos e latifundiários, isso faz com que as reivindicações por demarcação sejam ignoradas ou paralisadas enquanto permeiam num imbróglio administrativo e político.

No ano de 2023, muito se ouviu a respeito do Marco Temporal, que, resumidamente, corresponde a tese de que as terras que estavam ocupadas pelos povos indígenas no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988 seriam demarcadas para os indígenas.

Após diversos debates nas arenas social e política, vetos presidenciais e aprovação do Senado e Congresso Federal, o dito Marco Temporal foi aprovado e está previsto na Lei n. 14.701/2023, que diz:

Art. 3º São terras indígenas:

I - as áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal;

II - as áreas reservadas, consideradas as destinadas pela União por outras formas que não a prevista no inciso I deste **caput**;

III - as áreas adquiridas, consideradas as havidas pelas comunidades indígenas pelos meios admissíveis pela legislação, tais como a compra e venda e a doação.

⁸ Fernández (2023), para exemplificar a dificuldade dos pedidos de demarcação, destacou as seguintes informações: “Segundo dados coletados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2021 ainda existiam 871 territórios que não haviam concluído as fases do procedimento administrativo previsto para a efetiva demarcação e homologação. Dessas terras, pelo menos 598 eram reivindicações territoriais sobre as quais ainda não existe nenhuma providência administrativa iniciada; 143 territórios estavam aguardando a conclusão dos trabalhos de identificação e delimitação; 44 territórios já estavam identificados, mas aguardavam a portaria declaratória; e 73 TIs já tinham sido declaradas, mas aguardavam a homologação por parte da Presidência da República”.

Art. 4º São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, simultaneamente: (Promulgação partes vetadas)

I - habitadas por eles em caráter permanente;

II - utilizadas para suas atividades produtivas;

III - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;

IV - necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

É notável que a descrição das “terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas” é, no mínimo, problemática. O termo ignora por completo que diversas terras foram roubadas e usurpadas. Não considera, que os indígenas foram expulsos, no decorrer de séculos, mediante violência e massacre, que seria de direito e justiça a reparação e devolução de, pelo menos, parte dessas terras.

Interpreta-se que as terras que foram usurpadas antes da promulgação da Carta Maior permanecerão em posse dos violadores e que os indígenas não possuem respaldo estatal para reivindicar estas terras.

À vista disso, é de alta relevância a demanda por demarcação das terras para os povos indígenas e é de suma importância que o tema permaneça nas pautas estatais e agendas políticas.

3.1.3 Segurança

A segurança está prevista na Declaração Universal de Direitos Humanos e Constituição Federal de 1988, mas os indígenas ainda não puderam usufruir deste direito universal e fundamental.

A disputa territorial entre indígenas, garimpeiros e latifundiários transforma os povos indígenas em vítimas. Vale lembrar que os indígenas são uma minoria, estão em condição de suscetibilidade às violações, os garimpeiros e latifundiários se aproveitam desta condição.

No ano de 2023, centenas de assassinatos de indígenas foram documentados. Os assassinatos estão relacionados às disputas por territórios originalmente indígenas. O re-

latório promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) indicou que 208 indígenas foram mortos por violência⁹.

A violência sofrida pelos indígenas não é praticada contra um povo ou região específica, onde há povos originários e disputa por delimitação de terras (com garimpo ou agropecuária), há violência e barbárie¹⁰.

3.1.4 *Das demais demandas*

A luta dos povos indígenas possui várias facetas e vertentes, não é uma tarefa fácil destacar todas as demandas destes povos, pois são muitas e complexas. Porém, é válido destacar mais algumas como a demanda por representação política e o direito à educação, saúde e alimentação.

A representatividade de indígenas na política, no poder legislativo e executivo, ainda é baixa. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, houve um aumento de candidatura de pessoas autodenominadas indígenas, bem como houve um crescimento de eleitores autodenominados indígenas, porém, o número de indígenas eleitos ainda é demasiadamente baixo.

Para exemplificação, cabe dizer que há, em 2024, 5 deputados federais que são indígenas, sendo que a Câmara dos Deputados possui 513 integrantes¹¹. Paralelamente, há 81 senadores no Senado Federal e nenhum deles é indígena.

A inconveniência se dá justamente porque as demandas de um problema público são objetos de pauta na arena política quando há interesse e representatividade. Se não há indígenas no plenário para defender as reivindicações indígenas, os povos originários ficam à mercê das decisões de atores políticos que não compreendem, desconhecem ou ignoram seus pleitos.

Isso posto, é cristalina a necessidade de participação indígena no processo legislativo e executivo, para que possam decidir e participar sobre as decisões que interferem diretamente em suas vidas.

⁹ O relatório do CIMI revela que o aumento no índice da violência contra os indígenas vai na contramão dos dados relativos aos homicídios no país, que diminuíram 3,4% em comparação com o ano de 2022.

¹⁰ No Mato Grosso do Sul, em 14 de julho de 2024, o povo Guarani Kaiowá sofreu um atentado a tiros após a ocupação da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica; Na Bahia, em 21 de dezembro de 2023, o cacique do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe foi assassinado em uma emboscada na frente de seu filho; No Maranhão, no ano de 2023, foram registrados 8 assassinatos de indígenas.

¹¹ Foram eleitos em 2022 os deputados: Célia Xakriabá, do PSOL/MG; Juliana Cardoso, do PT/SP; Paulo Guedes, do PT/SP; Sílvia Waiãpi, do PL/AP e Sônia Guajajara, do PSOL/SP.

Além disso, considerando que os povos indígenas possuem costumes e identidade próprios, a educação deles não pode ser definida pelos mesmos parâmetros gerais do Brasil. Legalmente, os indígenas fazem jus à meios próprios de ensino e aprendizagem que respeitem suas línguas e cultura.

No que diz respeito à alimentação dos povos originários no Brasil, muitas mudanças ainda são necessárias. É preciso preservar e promover a continuidade dos hábitos alimentares destes povos que incluem caça, pesca e plantio de raízes.

Pelos poucos exemplos que foram mencionados, é possível notar que a delimitação de terras interfere, inclusive, na alimentação desses povos.

O direito à saúde é outra garantia que carece de efetivação. Nos últimos anos, o desmatamento, a poluição dos rios e o garimpo ilegal interferiram diretamente na saúde dos povos indígenas.

Uma amostra disso é a crise de humanitária que atingiu a Terra Indígena Yanomami. Estudos indicam que o garimpo ilegal na região propagou doenças infectocontagiosas as quais os indígenas não estavam preparados para enfrentar, a devastação provocada pelos mineradores fez aumentar espaços de água parada que fez crescer a proliferação de mosquitos que transmitem doenças e a diminuição do território para caça, pesca e plantio aumentou o índice de subnutrição indígena¹².

Em agosto de 2022, o presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) enviou um relatório ao Governo Federal denunciando a situação crítica da Terra Indígena Yanomami, que os indígenas enfrentavam um severo quadro de desnutrição e maus tratos. Mas as eleições presidenciais se aproximavam e o então presidente Jair Bolsonaro optou por ignorar o aviso¹³.

Nos anos de 2019 a 2022, houve um verdadeiro desmonte das estruturas, instituições e políticas públicas que promoviam ou, pelo menos, buscavam promover a dignidade dos povos originários brasileiros.

Face a tantos problemas e demandas, se torna propício analisar o que a legislação brasileira prevê no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas.

¹² No dia 20 de janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas divulgou que, no ano de 2022, 99 crianças entre 1 e 4 anos faleceram de condições evitáveis, causadas por problemas trazidos pelo garimpo ilegal.

¹³ O Conselho Indígena de Roraima (CIR) acusa Jair Bolsonaro de genocídio do povo Yanomami e diz que pode provar o alegado. Em janeiro de 2023, a Polícia Federal anunciou que instaurou um inquérito para investigar se houve genocídio e omissão de socorro por parte do Governo Federal.

4 SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS INDÍGENAS

O destaque de tantos desafios e reivindicações dos povos originários brasileiros suscita dúvida a respeito sobre os direitos e garantias dos indígenas previstos na legislação brasileira. Dito isso, segue uma sucinta análise a respeito dos direitos dos indígenas na Constituição de 1988.

4.1 A Constituição Federal

A Constituição de 1988 prevê no Título III que “as terras as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”¹⁴ pertencem à união (artigo 20, inciso XI), também prevê que compete privativamente à união legislar sobre populações indígenas (artigo 22, inciso XIV).

No Título IV, que trata da organização dos poderes, há elucidações relevantes sobre competências. Cabe destacar:

Artigo 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

[...]

Artigo 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas

[...]

Artigo 129 – São funções institucionais do Ministério Público:

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

Esses artigos constitucionais reforçam a necessidade de representatividade indígena no poder legislativo, para que possam decidir sobre as próprias terras, recursos e riquezas. Os artigos 109, inciso XI, e 129, inciso V, da Carta Maior demonstram que seria interessante, ainda, a ocupação de indígenas nas cadeiras da magistratura ou da promotoria.

¹⁴ O termo índio, nos últimos anos, caiu em desuso. O próprio Senado Federal recomenda que se use o termo indígena para se referir a um indivíduo, para que haja valorização da identidade indígena. Mas não houve alteração do termo na Constituição Federal, tampouco no Estatuto do Índio que segue em vigor.

Já no Título VIII, o texto constitucional garante que a educação respeitará os valores culturais e artísticos dos povos indígenas, assegurando a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, é o que diz o artigo 210, § 1º e § 2º.

No mesmo capítulo, há previsão de que o Estado protegerá as manifestações culturais indígenas, vide artigo 215, § 1º.

Há na CF de 1988 um capítulo intitulado “DOS ÍNDIOS” compreendido nos artigos 231 e 232, vale apontar que o capítulo reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que detêm os indígenas.

No que concerne às terras, frisa-se os parágrafos do artigo 231:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Essa passagem constitucional esmiuça que os povos originários brasileiros têm direito à posse das terras permanente e tradicionalmente ocupadas por eles. O § 4º do mesmo artigo destaca que essas terras são inalienáveis e indisponíveis, bem como os direitos sobre elas são imprescritíveis, enquanto os § 5º e 6º dispõem:

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, «ad referendum» do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Ora, a própria Constituição Federal já anuncia que os povos originários brasileiros não podem ser removidos de seus territórios, senão pelo Estado brasileiro e em situações prescritas e excepcionais, anuncia, também, que os atos que retiram a população indígena de suas terras são nulos e extintos. Por essas e outras razões, muito se debate sobre a constitucionalidade do Marco Temporal que parece conflitar com esses dispositivos.

Deve-se enfatizar, além do mais, que o § 7º dispõe que o Estado não favorecerá ou permitirá a atividade garimpeira nos territórios indígenas¹⁵.

Por fim, o artigo 232 dispõe que os indígenas são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus interesses e direitos, com a devida intervenção do Ministério Público.

4.2 O Estatuto do Índio e a Lei n. 14.701/2023

A Constituinte não é a única legislação que trata sobre os direitos e interesses dos indígenas. No ano de 1973, em um período marcado por ditadura militar e autoritarismo, foi promulgado o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973).

O referido estatuto regula a situação jurídica dos indígenas, com “o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”. A lei ainda determinava que a União, Estados e Municípios deveriam, nos moldes daquele texto, proteger as comunidades indígenas e preservar os direitos dela.

O Estatuto do Índio conceituou o que é índio e comunidade indígena, categorizou os indígenas em isolados, em vias de integração e integrados, tratou sobre os direitos civis, tutela assistencial, condições de trabalho, educação, cultura, saúde, patrimônio, questões penais e tratou sobre as terras indígenas.

As terras indígenas foram divididas em 3 modalidades: terras ocupadas, áreas reservadas e terras de domínio das comunidades indígenas. Há ainda previsão de demarcação de terras que se dará administrativamente.

Pode-se notar que, ainda que seja uma lei federal publicada num momento ditatorial, há no texto previsão de garantia e proteção de diversos direitos dos indígenas, mesmo que o conteúdo não seja satisfatoriamente esmiuçado.

¹⁵ O §7º do artigo 231 da CF de 1988 diz “Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º”. Já o artigo 174 nos parágrafos mencionados dispõe:

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Porém, a lei apresenta uma peculiaridade. Ao contrário do que dispõe a Constituição de 1988 que ainda não tinha sido promulgada, o estatuto prevê que, em caráter excepcional, a união poderia intervir em área indígena para exploração de riquezas do subsolo.

Já a Lei n. 14.701/2023 regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal para que haja definição sobre as terras indígenas, dispõe sobre o reconhecimento, demarcação, gestão e uso dessas terras. Pode-se dizer que esta lei utiliza o Marco Temporal.

5 DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS NA ARENA INTERNACIONAL

A demanda por demarcação de terras não é exclusiva dos indígenas brasileiros, diversos povos originários latino-americanos fazem a mesma reivindicação. Quando o Estado não garante e protege o território, a comunidade indígena se vê obrigada a recorrer à esfera internacional.

Neste viés, é pertinente citar o caso em que o povo Maya Q'eqchi' acionou a Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado Guatemala porque o governo não consultou o povo indígena sobre a delimitação e demarcação de um território que estava sendo disputado pelos indígenas e uma fazenda de mineração.

A Corte IDH reiterou a determinação de que os Estados devem assegurar a participação indígena nos processos decisórios sobre demarcação de terras, principalmente no que tange à exploração de minério e turismo.

No Brasil, os povos indígenas já possuíam o direito de serem consultados toda vez que medidas legislativas ou administrativas pudessem afetá-los diretamente, é o que diz o artigo 6º do anexo LXXII, do Decreto n. 10.088/2019, que corresponde à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No fim de maio de 2024, em Manaus, foram sessões de audiências públicas da Corte IDH. O evento contou com a participação de diversas lideranças dos povos indígenas brasileiros, participaram ainda variadas organizações da sociedade civil.

Naquela oportunidade, respaldadas pela Constituição Federal e pela Convenção 169, aproveitando-se, também, do recente entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, as lideranças indígenas denunciaram à Corte que o Estado brasileiro não está cumprindo a determinação de consultá-las sobre as decisões que interferem em suas vidas e tampouco sobre a demarcação de territórios

Durante as audiências pública da Corte IDH, os representantes das comunidades indígenas defenderam naquela arena que o Marco Temporal é inconstitucional e afronta os direitos e interesses da população indígena (CIDH, 2023). Da mesma forma, declararam que a Lei 14.701/2023 é igualmente inconstitucional.

Em suma, espera-se que a denúncia seja o suficiente para que o Estado se mobilize e passe a atuar conforme determina a Carta Maior e a Convenção 169, mas se a denúncia não bastar, é reconfortante ter a segurança de que há uma corte que pode compelir o Estado a cumprir e garantir os direitos dos indígenas.

6 CONCLUSÃO

Como fora demonstrado, todas as pessoas fazem jus aos direitos humanos, que são inafastáveis e inalienáveis. Porém, nem todas essas pessoas e grupos estão em condições de usufruir efetivamente desses direitos.

Há grupos e indivíduos que estão em situação de suscetibilidade e, nesta condição, estão impedidos de desfrutar plenamente seus direitos. Considerando que os indígenas estão em condição de suscetibilidade por ser um grupo minoritário, é de grande importância que as demandas indígenas sejam trazidas aos espaços de debate nacional e internacional, jurídico ou acadêmico.

Neste trabalho, foi apresentado que os povos originários brasileiros possuem diversas demandas como direito à autodeterminação, a demarcação de terras, segurança, representatividade política, saúde, alimentação e educação, mas que para alcançar estes direitos os indígenas precisam de uma melhor atuação estatal.

Fora elucidado, ainda, que as requisições indígenas possuem respaldo constitucional, que convenções internacionais corroboram seus direitos e que leis federais reforçam a legitimidade de seus pleitos.

Inclusive, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determina que haja ativa participação da população indígena em todas as decisões que podem influenciar ou interferir diretamente em suas vidas. A Corte IDH detém ainda o poder de punir o Estado signatário que não cumpre com suas determinações.

Desta maneira, fica evidente que levar as demandas indígenas à arena internacional, além de promover visibilidade a seus pleitos, pode realmente trazer respostas às suas reivindicações.

Por último, restou provado que os desafios enfrentados pelos povos originários são diversos. Os problemas que afetam os indígenas possuem profundas raízes históricas e sociais, mas cabe ao Estado fazer cumprir a Constituição Federal de 1988 e atuar como garantidor e não violador dos direitos humanos e direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.701, de 20 de outubro de 2023**. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis n. 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARMO, Michelly E.; GUIZARDI, Francini L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos da Saúde Pública**, Brasília, v. 34, n. 3, e00101417, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6Rr-NmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. CIDH concede medidas cautelares aos membros do Povo Indígena Pataxó no Brasil. **CIDH**, Washington (EUA), 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/072.asp>. Acesso em: 12 set. 2024.

FERNÁNDEZ, Luis V. Entre o velho e o inédito. **Fundação Rosa Luxemburgo**, São Paulo, 2 maio 2023. Disponível em: <https://rosalux.org.br/entre-o-velho-e-o-inedito/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GUEERA, Paola Cantarini; GUERRA FILHO, Willis S. Os direitos fundamentais não são direitos humanos positivados (e é bom para ambos que assim seja). **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v.7, n. 2, p. 195-214, 2019. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/690/309>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 set. 2024.

SIQUEIRA, Dirceu P.; CASTRO, Lorena R. B. Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 5, n. 1, p. 105-122, 2017. DOI: 10.25245/rdsp.v5i1.219. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/219>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CAPÍTULO V

3 VEZES 5 + 1: O AUTORITARISMO NA AMÉRICA LATINA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Bruno Vilar Dugacsek¹

Martha Beatriz Pinedo Corrales²

1 INTRODUÇÃO

O autoritarismo na América Latina tem tido um impacto profundo e negativo sobre os direitos humanos. Neste artigo, realiza-se uma análise das características do autoritarismo em cinco países que ocuparam os primeiros lugares em denúncias perante a CIDH durante os últimos cinco anos: Colômbia, México, Brasil, Peru e Argentina. Além disso, examina-se o caso particular da Venezuela, onde a gravidade da situação não se reflete completamente nas estatísticas da CIDH devido à repressão e censura do regime.

México e Venezuela são exemplos notáveis de como a concentração de poder, a repressão da dissidência e o controle dos meios de comunicação podem minar as instituições democráticas e criar um ambiente de impunidade e corrupção. No México, as recentes propostas de reforma judicial apresentam novos desafios sobre a independência do Poder Judiciário, refletindo práticas que podem enfraquecer o sistema democrático. Na Venezuela, o regime autoritário evoluiu significativamente desde a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999, continuando e piorando sob o mandato de Nicolás Maduro. A repressão da dissidência, o controle rigoroso dos meios e a crise humanitária são características definidoras desse regime.

Entre 2019 e 2023, os números de petições realizadas perante a CIDH em relação ao México mostraram um panorama crescente preocupante, colocando-o em primeiro lugar em 2023. Por sua vez, a Venezuela, apesar da gravidade de sua crise, aparece entre os primeiros lugares devido às suas limitações para documentar e relatar as violações de direitos humanos. Isso se deve à repressão e censura que dificultam a coleta e apresentação

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). E-mail: bvdadvocacia@gmail.com.

² Doctorado en Administración Pública en el Instituto Nacional de Administración Pública (INAP). Maestría en Administración Pública. Licenciatura en Derecho. E-mail: dugsin3@gmail.com.

dessas denúncias. No entanto, a realidade venezuelana é uma das mais críticas na região, com constantes denúncias de violações sistemáticas dos direitos humanos em relatórios de organizações internacionais e meios de comunicação independentes, refletindo uma profunda crise que não está completamente representada nas estatísticas da CIDH.

O autoritarismo na América Latina tem manifestado uma série de características comuns, incluindo a concentração do poder executivo, a repressão da dissidência e o controle dos meios de comunicação. Essas práticas resultaram em violações sistemáticas dos direitos humanos, levando a um elevado número de denúncias perante a CIDH.

Em uma análise dos últimos 5 anos, compreendidos entre 2019 e 2023, vários países da América Latina se destacaram pelo elevado número de petições e casos em tramitação apresentados à CIDH. Essas estatísticas refletem as graves e persistentes violações dos direitos humanos que ocorrem nesses países e as lutas de seus cidadãos por justiça e reparação.

A seguir, apresenta-se uma análise do comportamento dos cinco países que lideraram o número de petições perante a CIDH durante esses anos, explorando os motivos por trás dessa situação e fornecendo exemplos específicos de casos emblemáticos.

O trabalho foi intitulado 3 vezes 5 + 1. É 3 vezes 5 porque se analisam as petições realizadas perante a CIDH nos últimos 5 anos dos 5 países que ocupam os 5 primeiros lugares em quantidade de petições sobre violações de direitos humanos. Mais 1, porque, embora a Venezuela não apareça nessa lista apesar da gravidade de sua situação, o número de petições da Venezuela perante a CIDH não reflete completamente seu problema. Em parte, isso se deve à estratégia do governo de minimizar e negar as violações de direitos humanos, bem como à repressão de organizações e ativistas que poderiam elevar essas queixas a instâncias internacionais

2 DESENVOLVIMENTO

O autoritarismo na América Latina tem manifestado uma série de características comuns, incluindo a concentração do poder executivo, a repressão da dissidência e o controle dos meios de comunicação. Essas práticas resultaram em violações sistemáticas dos direitos humanos, levando a um elevado número de denúncias perante a CIDH.

Em uma análise dos últimos 5 anos, compreendidos entre 2019 e 2023, vários países da América Latina se destacaram pelo elevado número de petições e casos em tramitação apresentados à CIDH. Essas estatísticas refletem as graves e persistentes violações dos direitos humanos que ocorrem nesses países e as lutas de seus cidadãos por justiça e reparação.

A seguir, apresenta-se uma análise do comportamento dos cinco países que lideraram o número de petições perante a CIDH durante esses anos, explorando os motivos por trás dessa situação e fornecendo exemplos específicos de casos emblemáticos.

Quadro 1: Primeiros 5 lugares de países da América Latina com petições recebidas na CIDH de 2019 a 2023

Ano	1º lugar	Petições	2º lugar	Petições	3º lugar	Petições	4º lugar	Petições	5º lugar	Petições
2019	Colômbia	811	México	695	Brasil	242	Peru	234	Bolívia	139
2020	Colômbia	847	México	540	Argentina	174	Peru	148	Brasil	145
2021	Colômbia	568	México	516	Peru	256	Argentina	170	Brasil	168
2022	Colômbia	631	México	625	Peru	282	Brasil	182	Argentina	150
2023	México	771	Colômbia	731	Peru	182	Argentina	152	Brasil	141

Fonte: *Elaboração própria a partir das informações foram coletadas dos relatórios anuais da CIDH (OEA, 2019; 2020; 2021; 2022; 2023).*

Nota: *Esta tabela mostra os cinco países com o maior número de petições recebidas pela CIDH entre 2019 e 2023.*

2019 (OEA, 2019)

1º Lugar: A Colômbia lidera este ano com 811 petições. Os principais temas foram gerados pelo conflito armado, resultando em deslocamentos forçados de comunidades e confrontos entre o Estado, as FARC, o ELN e outros grupos armados internos. Isso levou a execuções extrajudiciais e denúncias de assassinatos de civis apresentados como baixas em combate, além da violência contra líderes sociais e defensores dos direitos humanos, principalmente em áreas rurais. Também houve denúncias de violência sexual e feminicídios, especialmente em contextos de conflito armado.

2º Lugar: O México ocupou o segundo lugar com 695 petições, predominando casos de desaparecimentos forçados e denúncias contra as forças armadas por execução de civis durante operações contra o narcotráfico, além de deslocamentos forçados causa-

dos pelos conflitos gerados pelos cartéis de drogas. Também foram registrados casos de violência contra a mulher e feminicídios.

3º Lugar: O Brasil, com 242 petições, abordou diversas violações dos direitos humanos, destacando temas relacionados à violência policial e abuso de força em operações realizadas em comunidades marginalizadas. Além disso, houve denúncias sobre condições subumanas nas prisões, incluindo superlotação, tortura e maus-tratos. O despojo de terras e a falta de consulta prévia também foram questões relevantes nas comunidades indígenas, e, assim como em outros países da América Latina, há denúncias de censura, ameaças e agressões a jornalistas e ativistas. Casos de feminicídios, acompanhados de violência sexual, refletem um preocupante falta de proteção dos direitos das mulheres.

4º Lugar: O Peru, com 234 petições, concentrou-se principalmente em denúncias de impactos sobre comunidades indígenas e camponesas devido à mineração e outros projetos extrativos que causaram contaminação, deslocamentos, invasões e exploração de terras ancestrais sem consulta prévia ou compensações justas. O acesso a serviços básicos também foi um tema das petições, assim como a falta de resposta do Estado em relação a feminicídios e casos de violência sexual.

5º Lugar: A Bolívia, com 139 petições, teve casos relevantes que incluíram denúncias sobre violência e repressão em contextos de protestos, violações dos direitos dos povos indígenas e questões de justiça e corrupção. As situações mais destacadas centraram-se no uso excessivo da força pelas forças de segurança, problemas com o acesso à justiça para comunidades vulneráveis e atos de discriminação e violência contra grupos indígenas.

2020 (OEA, 2020)

1º Lugar: A Colômbia lidera este ano com 847 petições, cujos principais temas foram as denúncias relacionadas com o descumprimento do acordo de paz com as FARC e a falta de proteção para ex-combatentes e comunidades afetadas; os ataques persistentes contra líderes sociais e defensores dos direitos humanos, além do impacto causado por projetos da indústria extrativa, principalmente mineração e projetos energéticos.

2º Lugar: O México ocupou o segundo lugar com 540 petições, incluindo denúncias de tortura e maus-tratos por parte das forças armadas no contexto do combate ao narcotráfico. A crise de deslocamentos causados pela violência dos cartéis persiste, além das denúncias de desaparecimentos forçados e a falta de resultados nas investigações relacionadas. A persistência e aumento dos feminicídios foram constantes, somadas à falta de resposta efetiva por parte do Estado.

3º Lugar: A Argentina teve 174 petições que abordaram uma variedade de temas. Entre os mais relevantes estão as petições sobre violência de gênero e a falta de resposta

por parte do Estado; em seguida, as petições relacionadas com os direitos dos povos indígenas, o maltrato e as condições das pessoas privadas de liberdade. Também foram abordadas as políticas migratórias restritivas e as violações dos direitos humanos nos centros de detenção migratória. Assim como em outros países, houve petições relacionadas com a liberdade de expressão e os direitos dos jornalistas.

4º Lugar: O Peru, com 148 petições, posicionou-se com denúncias sobre repressão violenta de manifestantes em protestos políticos ou projetos extrativos, bem como conflitos socioambientais sem consulta prévia. Persistem os feminicídios e a inadequada resposta por parte das autoridades.

5º Lugar: O Brasil teve 145 petições, com casos mais destacados relacionados a denúncias de abuso de força e violência policial, especialmente em comunidades vulneráveis e favelas. Outra categoria importante de petições concentrou-se nas condições desumanas dentro das prisões brasileiras. Continuaram as petições relativas às violações dos direitos dos povos indígenas, incluindo a invasão de suas terras por atividades mineradoras e agroindustriais, assim como a falta de consulta prévia. Assim como em outros países da América Latina, houve denúncias sobre ataques a jornalistas e restrições à liberdade de imprensa.

2021 (OEA, 2021)

1º Lugar: A Colômbia lidera este ano com 568 petições. As denúncias estão relacionadas com o uso excessivo da força por parte das forças armadas durante protestos, incluindo casos de lesões, detenções arbitrárias e desaparecimentos; predominando as execuções extrajudiciais e os abusos policiais. Assim como em anos anteriores, há uma prevalência do deslocamento forçado causado pela violência de grupos armados e conflitos territoriais.

2º Lugar: O México ocupa o segundo lugar com 516 petições, destacando-se os desaparecimentos forçados com casos emblemáticos como o de Ayotzinapa, e a ênfase na busca por justiça por parte das famílias. As denúncias incluem assassinatos e ameaças contra jornalistas e defensores dos direitos humanos, junto com altos níveis contínuos de violência e feminicídios.

3º Lugar: O Peru, com 256 petições, mantém denúncias relativas a conflitos socioambientais gerados pela poluição de projetos extrativos e deslocamento forçado de indígenas, além da invasão de suas terras e comunidades. Persistem as denúncias de violência contra mulheres e a falta de justiça efetiva, assim como o uso excessivo da força durante protestos sociais.

4º Lugar: A Argentina, com 170 petições, destaca-se por abusos e excessos por parte das forças de segurança, abusos policiais e a usurpação e desalojamento de terras

habitadas por comunidades indígenas, além da criminalização de líderes e membros dessas comunidades. Os altos índices contínuos de violência de gênero e feminicídios também são notáveis, com petições que reivindicam uma resposta efetiva do Estado. Há também múltiplas petições relacionadas às más condições nas prisões, incluindo superlotação, falta de atendimento médico adequado e violência entre internos.

5º Lugar: O Brasil, com 168 petições, destaca as denúncias por operações policiais violentas em comunidades vulneráveis; além disso, há petições relacionadas à invasão e desalojamento forçado de terras indígenas. O aumento de casos de violência de gênero e feminicídios é uma preocupação, assim como as contínuas denúncias sobre as condições das prisões, superlotação e violência entre detentos.

2022 (OEA, 2022)

1º Lugar: A Colômbia continua na liderança com 631 petições. Os temas que prevalecem são a falta de avanço na Jurisdição Especial para a Paz (JEP) e na Comissão da Verdade, a violência contra defensores dos direitos humanos, além das denúncias sobre a falta de acesso a saúde, educação e outros serviços básicos, especialmente em áreas rurais e afetadas pelo conflito.

2º Lugar: O México, com 625 petições, ficou apenas seis casos atrás da Colômbia, mantendo o segundo lugar com a prevalência de casos relativos a desaparecimentos forçados e a falta de progresso em casos anteriores. Continuam as denúncias de execuções extrajudiciais e tortura por parte das forças armadas em operações contra o narcotráfico. Também se somam denúncias sobre violações dos direitos humanos contra a população migrante na fronteira sul do México, e persiste a falta de resposta efetiva do Estado em relação aos feminicídios.

3º Lugar: O Peru se mantém na terceira posição com 282 petições, cujos principais temas continuam sendo as denúncias de contaminação ambiental e deslocamento forçado de comunidades indígenas; a persistente violência contra mulheres, com uma resposta insuficiente por parte do Estado; e a repressão de protestos.

4º Lugar: O Brasil, com 182 petições, apresenta denúncias relevantes relacionadas a abusos e excessos durante operações em comunidades vulneráveis, como o caso de Jacarezinho, que resultou em múltiplas mortes e foi duramente criticado pela comunidade internacional. Também há petições sobre a invasão e desalojamento de terras indígenas, especialmente na Amazônia, seguidas pelo impacto da desflorestação e projetos mineradores na região, afetando gravemente as comunidades locais e o meio ambiente. As condições carcerárias, incluindo superlotação e violência entre reclusos, são uma constante nas petições há vários anos, assim como a violência de gênero.

5º Lugar: A Argentina, com 150 petições, apresenta práticas recorrentes de violência institucional e abuso policial em regimes autoritários, onde as forças de segurança cometem abusos e excessos durante protestos e operações de controle urbano. Um exemplo é o caso de Facundo Astudillo Castro na Argentina, cuja desaparecimento e morte envolveram possíveis abusos e encobrimentos policiais. Outra semelhança com os países anteriores são os desalojos e usurpação de terras indígenas, especialmente no norte do país, criminalizando líderes e membros das comunidades em conflitos territoriais; assim como feminicídios e violência de gênero. Além disso, há petições sobre as más condições das prisões e superlotação.

2023 (OEA, 2023)

1º Lugar: O México lidera com 771 petições, superando a Colômbia por 40 denúncias a mais em 2023. Persistem as acusações de desaparecimentos forçados, com ênfase na falta de justiça e reparação para as famílias afetadas. Continuam os abusos por parte das forças armadas em operações contra o narcotráfico, o aumento dos feminicídios e a falta de resposta adequada por parte do Estado. Assim como em 2022, continuam as denúncias sobre violações dos direitos humanos contra a população migrante na fronteira sul e nos centros de detenção.

2º Lugar: A Colômbia é deslocada para a segunda posição com 731 petições, onde continuam predominando os temas relacionados a denúncias de violações dos direitos humanos, seguidas por denúncias de abusos das forças de segurança no manejo de protestos sociais. A resposta inadequada do Estado em relação à violência de gênero e aos feminicídios, além dos deslocamentos forçados gerados pela violência e pelos conflitos territoriais, são questões persistentes.

3º Lugar: O Peru mantém a terceira posição com 182 petições, com o mesmo predomínio de denúncias sobre contaminação e deslocamentos forçados de comunidades indígenas por projetos extrativos, bem como invasão e exploração de terras ancestrais sem consulta prévia ou compensação justa. Persistem as denúncias de feminicídios e violência sexual, com uma resposta insuficiente do Estado, além da repressão de protestos por parte das forças de segurança. Além disso, as más condições carcerárias, como superlotação, e o deterioro dos direitos sociais devido à crise econômica afetaram significativamente a educação, saúde e moradia.

4º Lugar: A Argentina ocupa o quarto lugar com 152 petições. As principais denúncias incluem violência institucional e abuso policial, repressão a protestos, desalojos e usurpação de terras indígenas, particularmente no norte do país. Em 2023, persistiram processos judiciais contra membros de comunidades indígenas por defenderem seus territórios. Também foram registrados altos níveis de feminicídios e violência de gênero, atri-

buídos à resposta insuficiente do Estado. Além disso, as más condições carcerárias, como superlotação, e o deterioro dos direitos sociais devido à crise econômica afetaram serviços básicos como educação, saúde e moradia.

5º Lugar: O Brasil ocupou o quinto lugar com 141 petições em 2023. As principais denúncias incluíram violência policial e execuções extrajudiciais, particularmente durante operações em comunidades vulneráveis, como as favelas. Também foram reportados desalojos forçados e violência em terras indígenas, assim como invasões e exploração ilegal em territórios Yanomami. Os direitos ambientais foram um tema crítico, com impactos negativos devido à desflorestação e mineração ilegal na Amazônia. As condições carcerárias foram caracterizadas por superlotação e violência interna. Além disso, houve um aumento nos casos de violência de gênero e feminicídios, com críticas à insuficiência de medidas estatais para prevenir e proteger as vítimas.

3 COMPORTAMENTO DAS PETIÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTOS AUTORITÁRIOS (2019-2023)

Como se pode observar, nos últimos cinco anos, as petições de direitos humanos apresentadas à CIDH em relação a Colômbia, México, Brasil, Peru e Argentina revelaram padrões preocupantes de autoritarismo nesses países. As violações de direitos humanos relatadas são caracterizadas pelo abuso do poder estatal, repressão da dissidência e impunidade persistente, afetando gravemente diversas comunidades e grupos vulneráveis.

Praticamente todos os países analisados compartilham características de autoritarismo, incluindo a concentração do Poder Executivo, a repressão da dissidência e o controle dos meios de comunicação. Esses elementos resultaram em violações sistemáticas de direitos humanos, como detenções arbitrárias, tortura, execuções extrajudiciais e perseguição de jornalistas e defensores dos direitos humanos.

O relatório do Latinobarómetro 2023 corrobora essas observações ao destacar a recessão democrática na região. O apoio à democracia diminuiu de 63% em 2010 para 48% em 2023, com um notável 54% de cidadãos dispostos a tolerar um regime antidemocrático se este resolver problemas urgentes (Latinobarómetro, 2023). Esse ambiente de descontentamento e desesperança facilitou o crescimento de tendências autoritárias e populistas, exacerbando a crise de direitos humanos em muitos países.

O impacto devastador do autoritarismo nos direitos humanos perpetua um ciclo de violência onde prevalece a impunidade, a corrupção e a falta de um processo efetivo de justiça, impedindo que as vítimas obtenham uma reparação adequada.

A cooperação internacional, através de organismos como a CIDH, tem sido crucial para tornar visíveis essas violações e pressionar os governos para a implementação de reformas. ONGs internacionais como Human Rights Watch e Amnistia Internacional têm documentado violações e advogado por sanções responsáveis; no entanto, a implementação de reformas continua a ser um desafio devido à falta de vontade política, violência e corrupção.

Nesse contexto, serão abordadas as práticas autoritárias no México e na Venezuela, dois países que exemplificam como a concentração do poder no Executivo desencadeia um ciclo pernicioso de violações dos direitos humanos com impunidade. No México, a crescente centralização do poder sob a figura presidencial enfraqueceu os contrapesos institucionais, criando um ambiente onde as violações dos direitos humanos, como desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, aumentam sem que os responsáveis enfrentem consequências reais. Esse fenômeno levou a um alarmante aumento de petições à CIDH, colocando o México no topo das estatísticas de denúncias nos últimos anos.

Por outro lado, na Venezuela, o regime levou a concentração do poder a extremos, consolidando o controle absoluto sobre todos os ramos do governo, o que permitiu uma repressão sistemática da dissidência e a violação dos direitos fundamentais. A manipulação das instituições, a censura dos meios de comunicação e a perseguição de opositores geraram uma crise humanitária profunda e um ambiente onde a impunidade é a norma. Em ambos os países, a erosão das instituições democráticas e o domínio do Executivo criaram um ambiente em que as violações dos direitos humanos não só são frequentes, mas permanecem sem punição, perpetuando um ciclo de abuso e repressão.

4 ANÁLISE DAS PRÁTICAS AUTORITÁRIAS: MÉXICO – VENEZUELA

O autoritarismo é uma tendência que deixou uma marca profunda em vários países da América Latina, afetando gravemente a qualidade de vida e os direitos humanos de seus cidadãos. O México e a Venezuela são exemplos notáveis de como a concentração de poder, a repressão da dissidência e o controle dos meios de comunicação podem minar as instituições democráticas e gerar um ambiente de impunidade.

Na Venezuela, o regime autoritário evoluiu significativamente desde a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999. As reformas constitucionais e a centralização do poder enfraqueceram as instituições democráticas, uma tendência que continuou e se agravou sob o governo de Nicolás Maduro. A repressão da dissidência, o controle rigoroso dos meios de comunicação e a crise humanitária são características deste regime (The authoritarian [...], 2024).

O México registrou um aumento constante nas práticas autoritárias, mantendo-se entre os cinco primeiros países com mais denúncias perante a CIDH, evidenciando um problema profundamente enraizado. Recentemente, a situação se agravou com propostas de reformas judiciais impulsionadas pelo Executivo, que ameaçam a independência do Poder Judiciário, dificultando o avanço em matéria de direitos humanos. Essas iniciativas recentes agravam a já preocupante tendência, impedindo melhorias significativas e perpetuando um ambiente de impunidade e violações sistemáticas.

Entre 2019 e 2023, os números de petições realizadas perante a CIDH sobre o México mostraram um panorama preocupante, colocando o país em primeiro lugar em 2023. Por sua vez, a Venezuela, apesar da severidade de sua crise, aparece entre os primeiros lugares devido às limitações para documentar e relatar violações de direitos humanos. Isso se deve à repressão e censura que dificultam a coleta e apresentação dessas denúncias. No entanto, a realidade venezuelana é uma das mais críticas da região, com constantes denúncias de violações sistemáticas de direitos humanos em relatórios de organizações internacionais e meios de comunicação independentes, refletindo uma profunda crise que não é completamente visível nas estatísticas da CIDH (Venezuela: [...], 2013).

Em ambos os países, a concentração de poder no Executivo é evidente. Na Venezuela, as reformas implementadas permitiram ao presidente controlar outros poderes do Estado, como o Legislativo e o Judiciário. A Assembleia Nacional Constituinte estabelecida em 2017 por Maduro foi um instrumento chave na neutralização do Poder Legislativo eleito democraticamente, dominado pela oposição desde 2015.

A recente proposta de reforma judicial no México busca que juízes e magistrados sejam escolhidos por voto popular, o que os tornaria suscetíveis à influência política (López [...], 2024). Isso minaria ainda mais os casos visíveis perante a CIDH e enfraqueceria a independência do Poder Judiciário.

A repressão da dissidência tem sido particularmente severa na Venezuela. As detenções arbitrárias de opositores políticos, líderes sociais e ativistas são práticas comuns. As manifestações em massa têm sido brutalmente reprimidas pelas forças de segurança, resultando em mortes, feridos e prisões.

No México, a retórica de questionar a legitimidade e independência do Poder Judiciário, seguida por uma reforma que permite maior influência do Executivo, é uma fórmula que já vimos em outros países da região. A repressão da dissidência política e social também se manifesta na centralização do poder e no enfraquecimento das instituições democráticas.

O controle dos meios de comunicação é um pilar do autoritarismo em ambos os países. Na Venezuela, o governo tem fechado meios críticos, censurado conteúdos e as-

sediado jornalistas. A Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (Lei Resorte) tem sido usada para justificar a censura e controlar as informações que chegam ao público.

Embora a situação no México não seja tão extrema quanto na Venezuela, existem preocupações sobre a liberdade de imprensa e a pressão sobre os meios e jornalistas críticos do governo. A influência do Executivo sobre o Poder Judiciário pode aumentar esses problemas.

A situação dos direitos humanos na Venezuela se deteriorou drasticamente. A combinação de políticas econômicas fracassadas, corrupção e uma gestão governamental ineficaz levou ao colapso da economia e a uma crise humanitária sem precedentes. Milhões de venezuelanos fugiram do país em busca de refúgio em outros lugares da América Latina e do mundo. Internamente, a escassez de alimentos, medicamentos e outros bens básicos agravou o sofrimento da população.

É questionável que, em um contexto em que os índices de corrupção no México são tão controversos, se pretenda implementar um modelo que agravaria ainda mais a transparência do país. Segundo a Transparência Internacional, o México manteve uma pontuação constante de 31 pontos no Índice de Percepção da Corrupção entre 2020 e 2023, refletindo a falta de progresso na luta contra a corrupção. Essa situação é especialmente preocupante em casos de alto perfil que envolvem violações de direitos humanos.

Em tais casos, os juízes temem repercussões políticas ou eleitorais, fazendo com que as respostas a execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados sejam inconsistentes e menos eficazes, perpetuando a impunidade. A falta de avanços na transparência e confiança continua sendo um problema grave e reconhecido internacionalmente.

O autoritarismo, manifestado através da concentração de poder, repressão da dissidência e controle dos meios de comunicação, teve um impacto profundo e negativo nos direitos humanos. Ambos os países ilustram como essas práticas autoritárias perpetuam um ciclo de violência, impunidade e corrupção.

A comunidade internacional, através de organismos como a CIDH e a ONU, continua documentando e denunciando essas violações, embora as soluções para as crises permaneçam um desafio complexo e de longo prazo em algumas regiões. A situação em países com grandes problemas e violações sistemáticas dos direitos humanos é um chamado urgente para fortalecer as instituições democráticas e proteger os direitos fundamentais em toda a América Latina.

5 CONCLUSÃO

A análise das petições de direitos humanos apresentadas à CIDH entre 2019 e 2023 revela uma preocupante tendência para o autoritarismo em vários países da América Latina, o que gerou graves repercussões para a estabilidade democrática e a proteção dos direitos fundamentais. A crescente insatisfação cidadã e a percepção de impotência diante da incapacidade dos governos em garantir e respeitar os direitos humanos se refletem no aumento das petições à CIDH.

A centralização do poder no Executivo, a repressão de vozes dissidentes e o controle dos meios de comunicação são práticas comuns que têm erodido as instituições democráticas, perpetuando um ciclo de violência, impunidade e corrupção. Este contexto tem facilitado a ascensão de líderes e movimentos populistas que promovem práticas autoritárias, agravando ainda mais a crise dos direitos humanos.

Para abordar essa problemática de forma eficaz, é necessária uma política pública global e coordenada que se concentre em fortalecer as instituições democráticas, garantir a independência judicial e promover a cooperação internacional. É igualmente crucial assegurar o equilíbrio dos poderes do Estado, evitando que um sobreponha aos outros, o que é fundamental para manter uma democracia saudável e prevenir abusos de poder.

A comunidade internacional deve redobrar seus esforços para visibilizar as violações de direitos humanos e pressionar por reformas significativas. É essencial que organismos internacionais, governos e organizações da sociedade civil trabalhem juntos para apoiar os defensores dos direitos humanos e desenvolver estratégias que abordem as causas profundas do autoritarismo e da impunidade. Apenas através de um esforço concertado e sustentado será possível avançar em direção a um futuro em que os direitos humanos sejam verdadeiramente respeitados e protegidos em toda a região.

Essa estratégia deve ser acompanhada de um compromisso firme com a transparência e a prestação de contas, bem como com a educação e o empoderamento das comunidades para fomentar uma cultura de respeito pelos direitos humanos e pela democracia. Em última instância, a solução para a crise de direitos humanos na América Latina não depende apenas de ações internas, mas também de uma solidariedade internacional que apoie a mudança estrutural necessária para proteger e promover os direitos fundamentais de todos os cidadãos. **Parte superior do formulário**

REFERÊNCIAS

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2023**: a recessão democrática da América Latina. Santiago: Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2023>. Acesso em: 4 dez. 2025.

LÓPEZ Obrador explica cómo se elegiría a los jueces con la reforma al PJ. **El Informador**, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://www.informador.mx/mexico/AMLO-Este-seria-el-proceso-de-seleccion-de-jueces-con-la-reforma-al-Poder-Judicial-segun-el-Presidente-20240607-0068.html>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Anual 2019**. Washington, D.C.: OEA; CIDH, 2019. (Capítulo II, El Sistema de Peticiones y Casos, Soluciones Amistosas y Medidas Cautelares). Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2019/docs/IA2019cap2-es.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Anual 2020**. Washington, D.C.: OEA; CIDH, 2020. (Capítulo II, El Sistema de Peticiones y Casos, Soluciones Amistosas y Medidas Cautelares). Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2020/capitulos/IA2020cap2-es.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Anual 2021**. Washington, D.C.: OEA; CIDH, 2021. (Capítulo II, El Sistema de Peticiones y Casos, Soluciones Amistosas y Medidas Cautelares). Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2021/capitulos/IA2021cap2-es.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Anual 2022**. Washington, D.C.: OEA; CIDH, 2022. (Capítulo II, El Sistema de Peticiones y Casos, Soluciones Amistosas y Medidas Cautelares). Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2022/capitulos/4-IA2022_Cap_2_ES.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Anual 2023**. Washington, D.C.: OEA; CIDH, 2023. (Capítulo II, El Sistema de Peticiones y Casos, Soluciones Amistosas y Medidas Cautelares). Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2023/capitulos/IA2023_Cap_2_SPA.PDF. Acesso em: 4 dez. 2025.

THE AUTHORITARIAN shift of Hugo Chávez: Venezuela's populist paradox. **History Tools**, 26 may 2024. Disponível em: https://www.historytools.org/stories/the-authoritarian-shift-of-hugo-chavez-venezuelas-populist-paradox#google_vignette. Acesso em: 4 dez. 2025.

VENEZUELA: Chávez's Authoritarian Legacy. **Human Rights Watch**, New York, 5 mar. 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2013/03/05/venezuela-chavez-authoritarian-legacy>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CAPÍTULO VI

DERECHOS HUMANOS: LA OTRA CARA DE LA CIUDAD

Johanna Elizabeth¹

Pablo Andrés Erazo Peña²

1 INTRODUCCIÓN

Conforme cifras del Banco Mundial, el 56% de la población mundial reside en ciudades. Razón por la cual, es imprescindible un panorama franco de cómo se desarrolla la vida de los habitantes inmersos en zonas urbanas. Debiendo mencionar la dicotomía en una misma ciudad. La primera, la metrópoli para fotografías de revista; con infraestructura de hormigón, acceso al agua potable y alcantarillado, vías pavimentadas, zonas de recreación, así como perros con pedigrí transitando con sus dueños en parques metropolitanos. La segunda, zonas sin servicios básicos, difícil acceso a planes de vivienda, aparición de especuladores de tierras, restricción de zonas hospitalarias y educativas (habitualmente por ser distantes).

La inexistencia de una gestión pública adecuada, las personas no pueden acceder a sus derechos con equidad, e incluso el acceso a algunos derechos es nulo. Los indicadores de resultado y gestión demuestran como esta marginación termina afectando de manera aún más severa a la población excluida, pues son propensos a desnutrición infantil, a la delincuencia juvenil, consumo y estipendio de drogas en menores, entre otras problemáticas.

En Latinoamérica de forma especial, las personas son víctimas directas de los desafíos que presenta la ciudad como espacio geográfico. En el caso específico, el Ecuador presenta diversos obstáculos que impiden el disfrute pleno de este derecho que, aunque relativamente nuevo, es el canal directo para el disfrute de otros, como el derecho a la salud, a una vida digna, a un medio ambiente sano, a un desarrollo sostenible y amigable con la naturaleza, al acceso en igualdad de condiciones a bienes y servicios, a la dignidad como

¹ Magister en Derecho Constitucional. Magister en Derecho Procesal Penal. Magister en Derechos Humanos. Magister en Derecho Procesal Constitucional. E-mail: jejimenez30@utpl.edu.ec.

² Magister en Derecho Mención en Gestión Pública por el Pontificia Universidad Católica del Ecuador. E-mail: ab.pabloerazo@outlook.com.

tal. La vialidad es emergente, al igual que la situación ambiental y planificación territorial conforme al nicho y a las particularidades de cada zona. El Derecho a la Ciudad, se refiere a la facultad que tienen todas las personas para usar el espacio urbano, y se convierte en una garantía que debe exigirse individualmente o colectivamente, este activismo no solo es un compromiso de la persona humana, sino de las personas jurídicas, en tanto que empresas e instituciones públicas y privadas, junto al sector empresarial podrían promover una economía solidaria, con políticas sociales que posibilite distribuir recursos y oportunidades de manera justa. Ahora bien, el poder ejercer este derecho requiere del ejercicio de otros derechos como la participación, la eficiente administración pública, políticas públicas con estudios previos e interdisciplinarios. En el marco teórico de este trabajo, y para su comprensión teórica, se realiza una aproximación a diversos autores como Lefebvre (1978), Harvey (2013), Soja (2008), Carlos (2007), Tyler (2014), Castells (1970), Carrión (2019), entre otros.

2 DESARROLLO

2.1 Derecho a la ciudad y Derechos Humanos

El concepto del derecho a la ciudad propuesto por autores como Lefebvre (1978), Harvey (2013), Soja (2008), Alessandri Carlos (2007), se comprendía desde una perspectiva que permitía el estudio de fenómenos sociales y políticos en los espacios urbanos. Hoy el derecho a la ciudad resurge por la aparición de nuevas luchas urbanas contra las expresiones espaciales del dominio del capital financiero, como la gentrificación o la degradación ambiental, y por el esfuerzo de los residentes por influir más en la formulación de políticas urbanas (Camargo, 2016, p. 4). Es decir, en la contemporaneidad este concepto es objeto de discusión en el plano político. Además, el derecho a la ciudad propuesto por la Coalición Internacional del Hábitat (2004) y la Carta Mundial del Derecho a la ciudad (2010), buscan cuestionar y prevenir las injerencias y posibles vulneraciones a los derechos humanos y constitucionales que han marcado una hegemónica brecha social, facilitada por la incapacidad estatal para responder a las demandas sociales. Terreno en el que la globalización económica clásica ha logrado su auge [desde una ideología del Estado-nación]. Ahora bien, las brechas sociales se han visto aún más marcadas precisamente por la intervención del capital financiero en los servicios públicos, que según Caldeira (2007), y Purcell (2007) restringen la participación de los ciudadanos en el diseño de las ciudades, y por ende del disfrute a este derecho como tal, que no es más que el resultado de la influencia del neoliberalismo y del capitalismo financiero, conllevando así a la privatización de bienes y servicios públicos. El derecho a la ciudad en la posmodernidad inicia a finales del siglo XIX, cuando las organizaciones sindicales formalizaban sus demandas sociales en favor

de mayores y mejores condiciones laborales, aunado a ello la relación entre el Estado y la sociedad tras la Segunda Guerra Mundial, lo que conllevó al nacimiento del estado de bienestar en Europa [Los Treinta Gloriosos]. Modelo que tras la crisis fiscal de los setenta desató problemas sociales, entre ellos un aumento en la pobreza, que engrosó la desigualdad, que a su vez desarrollaron prácticas ciudadanas discriminatorias, sobre todo en grupos vulnerables, con prácticas periféricas, producto de la regularización del orden social urbano [Propuesta de Le Corbusier].

Estas problemáticas sociales se visibilizaron en la urbe de manera especial, por lo que las malas condiciones de vida se asociaron de inmediato con la ciudad por ser el espacio geográfico de producción, desarrollo y mayor presencia habitacional, cuestión que Castells señaló como “efectos sociales, consecuencia de los procesos de urbanización” (1970). Esa crítica de Castells desembocó en poner en la palestra política de Latinoamérica conceptos como los movimientos sociales urbanos, la política urbana, la desigualdad del acceso a los bienes y servicios por razones sociales, relacionadas según Singer, con el lento, deficiente y paupérrimo desarrollo del capitalismo en la sociedad latinoamericana, conllevando a una marcada brecha social que ha articulado la exclusión social (Lenoir, 1974). No obstante, los procesos constitucionales recientes en Latinoamérica, como en el caso ecuatoriano proponen una nueva perspectiva de vida, que incorpora dentro de su texto constitucional figuras como el desarrollo sostenible y sustentable, el derecho al medio ambiente sano, los derechos del buen vivir, la plurinacionalidad, interculturalidad, el Sumak Kawsay, y el reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos, rompiendo así con una ideología antropocentrista que perduró por décadas y dando un paso hacia el biocentrismo, que algunos califican de ecocentrismo.

Aunque el derecho a la ciudad es para muchos teóricos una utopía que presenta una serie de obstáculos para su materialidad e institucionalización, hay acciones desde normativas, interpretativas, hasta acciones sociales que pueden posibilitar su viabilidad. Pues para Costes (2014) la oportunidad para crear espacios políticos y simplificar la toma de decisiones se puede lograr a través de la institucionalización del derecho a la ciudad. Debiendo para ello transitar del derecho a la ciudad con un lente capitalista a un lente social. Pues incluso para el mismo Lefebvre (1978, p. 139) el derecho a la ciudad “no puede concebirse como un simple derecho de visita o retorno hacia las ciudades tradicionales. Sólo puede formularse como derecho a la vida urbana, transformadora, renovadora”. El derecho a la ciudad debe considerarse no solo como un derecho, de las personas para acceder a los recursos de ésta (Harvey, 2013).

Sino que debe tratarse como un derecho ciudadano a la reinención, al cambio del modelo de ciudad en beneficio y bienestar de todos. Que tenga, además, en conside-

ración la estructura urbana, los movimientos sociales urbanos y su interacción con los movimientos sociales rurales (Castells, 1984).

El concepto de ciudad como derecho debe ser un medio para la realización de los derechos humanos en igualdad de condiciones, pero más allá de la igualdad este derecho debe promover la equidad en el acceso. No obstante, este concepto para Soja debe tratarse desde la posmodernidad, en que no se limita solo a fenómenos conservadores y anticapitalistas, sino que requieren evaluar situaciones demográficas, y jurisdiccionales. Es decir, este derecho ha presentado una transformación a lo largo de las ideologías políticas y sociales. Desde luego el neoconstitucionalismo, es considerado como un terreno fértil para el logro de constituciones construidas en escenarios de pluralidad y el consenso de posturas diversas como el radicalismo, conservadurismo, constitucionalismo de participación, constitucionalismo social (Celi, 2008) y que, aunque carentes de las condiciones (Raz, 1991, Wolkmer, 2003) podrían llevar a la materialidad el amplio catálogo de derechos, que reconocen en sus textos. El activismo de los movimientos sociales de los años 80 y 90 en Ecuador, llevaron a un consenso que se refleja en el artículo 1 de la constitución ecuatoriana, cuando denomina al estado como plurinacional e intercultural. Aun así y pese al desarrollo tecnológico que las urbes y la sociedad presentan en la actualidad, el acceso a los derechos sigue siendo limitado y restrictivo para ciertos grupos. Y ese desarrollo tecnológico ha potenciado a los sectores financieros y económicos, ante lo cual la constitución ecuatoriana reconoce una economía popular y solidaria.

Cabe destacar que el Ecuador vivió una corta y superflua época de Estado-nación, pues a diferencia de otros países pasó a ser directamente una república, lo que impide que la ideología cuestione con fuerza las condiciones de grandes grupos transnacionales y mundiales de economía como el FMI e incluso de “poderes fácticos innominados” (Medici, 2012). Desde luego hay detractores que ven en la globalización económica una amenaza a la soberanía estatal (Jiménez Torres, 2024). A pesar de ello Ferrajoli (2018) propone ver a dicho fenómeno desde una perspectiva del derecho, esfera en la que blindo los derechos humanos a nivel internacional, en aras de la dignidad humana.

2.1.1 Principios del derecho a la ciudad

Los procesos industriales y su globalización, y la instrumentalización del capitalismo lograron hacer de éste, un modelo económico. Ante ese escenario las ciudades debían crecer inevitablemente por lo que no observó ningún parámetro social, cultural o jurídico, es decir no se observaron principios, normas o directrices.

No obstante, en la actualidad el derecho a la ciudad conforme la Organización de Naciones Unidas (ONU) debe ejercerse con estricta observación de ocho principios que posibilitan a los habitantes su derecho “a habitar, utilizar, ocupar, producir, transformar, gobernar y disfrutar ciudades, pueblos y asentamientos urbanos justos, inclusivos, seguros, sostenibles y democráticos, definidos como bienes comunes para una vida digna” (ONU Hábitat, 2020). Estos principios, además se encuentran estipulados en la Carta Mundial por el Derecho a la ciudad.

Tabla 1: Principios del Derecho a la ciudad y su concordancia con el texto constitucional ecuatoriano

Principio del Derecho a la Ciudad	Concordancia con la Constitución ecuatoriana
1. Ciudad libre de discriminación	Artículo 11, numeral 2.
2. Ciudad en igualdad de género. Libre de violencia.	Artículo 11, numeral 2.
3. Ciudades para todas las personas, inclusivas.	Artículo 35 y 43.
4. Ciudades participativas.	Art. 61-65. Art. 85.
5. Ciudades Accesibles y Asequibles.	Art. 313, 314, 323, 330, 375.
6. Ciudades con espacios y servicios públicos de calidad.	Art. 21, 23, Art. 66 #25, 276, 315, 377.
7. Ciudades con economías diversas e inclusivas.	Art. 33, 316, 283, 284.
8. Ciudades sostenibles con vínculos urbano-rurales.	Art. 318, 334, 410, 413, 423.

Fuente: Elaborado por los autores a partir de datos obtenidos de ONU Hábitat (2020).

Dichos principios guardan estricta relación con lo establecido en el texto constitucional ecuatoriano, pero también con fenómenos sociales históricos. Así, el principio uno consiste en que la ciudad debe verse como el espacio donde las personas puedan disfrutar del derecho a la diversidad en sus aristas; de género, creencias, cultura, religión, ideología, nacionalidad, etnia, preferencia sexual, identidad, según el artículo 11, numeral 2 y artículo 1 [en cuanto a la interculturalidad y plurinacionalidad] de la Constitución, y con el artículo 2 de la Declaración Universal de Derechos Humanos (DUDH). Del mismo modo, en lo que respecta al principio dos, este hace referencia a ver a la ciudad como el espacio en que los derechos pueden disfrutarse en igualdad de género, y que se combata la violencia. Pues acorde con el Instituto Nacional de Estadísticas y Censo del Ecuador (INEC) en la encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres de 2019, se evidencia que el 64.9% de las mujeres es víctima de violencia, del cual el 65.7% se da en el área urbana y el 62.8% en el área rural donde la violencia se vive en silencio. Ese 64.9% a su vez hace referencia a la violencia de tipo psicológica que representa el 56.9%; violencia física que representa el 35.4; violencia sexual con un 32.7%; violencia económica y

patrimonial con un 16.4% y violencia gineco-obstétrica con un 47.5%. Empero las cifras de estos tipos de violencia son casi iguales en el ámbito urbano como rural, lo que aleja del sesgo y prejuicio de que en la ruralidad se presenta mayor violencia, como se expone aquí.

Ilustración 1: Resumen 2019, Encuesta Nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres

 Resumen 2019 Una visión general de los resultados del periodo.			
Indicadores nacionales (en % tipo de violencia ocurrios a lo largo de la vida)	Nacional	Urbano	Rural
Violencia total	64.9%	65.7%	62.8%
Violencia psicológica	56.9%	56.7%	57.4%
Violencia física	35.4%	34.4%	38.2%
Violencia sexual	32.7%	36.6%	22.9%
Violencia económica y patrimonial	16.4%	17.0%	14.9%
Violencia gineco – obstétrica	47.5%	44.7%	54.8%

Fuente: Gráfico tomado del sitio web del INEC (2019).

Las estadísticas nacionales por otra parte, durante 2019, reflejaron que “el 33% de las 125 821 denuncias registradas en la Fiscalía desde 2017, provienen de sectores con menor densidad poblacional” (En las zonas [...], 2019). Esto se debe entre otras razones a que las zonas rurales presentan una “insuficiencia o inexistencia de servicios de justicia” (Acuerdo 2030). Los datos son aún más alarmantes en 2023, porque se cometieron 321 feminicidios, de los cuales 128 se dieron en el entorno familiar y sexual. En cuanto al tercer principio la Carta Mundial de Derecho a la Ciudad estima que “para el 2050, la tasa de urbanización en el mundo llegará a 65%” (Foro Social Mundial, 2005, p. 1). Mientras que las ciudades son espacios de diversidad, deben diseñarse para la inclusión, ya que albergan personas en situaciones, culturales, económicas y sociales distintas, ya sea que estos habitantes sean temporales o permanentes y merecen ser tratadas y disfrutar de sus derechos en igual de condiciones.

La ciudad no ha presentado las condiciones y las oportunidades a sus habitantes, lo que ha provocado luchas sociales, y grupos activistas que han logrado cambios en las políticas públicas, que lamentablemente no son significativas. Este tercer principio responde a la función social de la ciudad, de acuerdo con la igualdad y no discriminación. Principio que tiene una estrecha relación con los objetivos de desarrollo sostenible y permite la im-

plementación de esta, posibilitando responder a demandas sociales de injusticia social, exclusión, discriminación, degradación ambiental, desigualdad, violencia de género, despojo, infraestructura, acceso a bienes y servicios de modo equitativo (Zárate, 2011). Por ende, la garantía del pleno disfrute de este derecho es la garantía de los Derechos Humanos, y el cumplimiento de las obligaciones del Estado conforme el artículo 3 de la CRE – Constitución de la República del Ecuador (Ecuador, 2008, p. 9). El derecho a la ciudad se convierte en clave de interpretación y crítica de los problemas de la ciudadanía y requiere pronta, especial y emergente atención, mientras que este derecho permite llevar de la formalidad ala practica la dogmática constitucional y posibilita sus facultades orgánicas (Borja, 2015).

En cuanto al principio cuatro, se define en como los administrados deben estar inmiscuidos en la toma de decisiones en torno a su nicho. Una de las arbitrariedades de la administración es implementar políticas públicas sin considerar la participación del nicho que repercutirá. Pongamos por caso, al promover casas de hormigón con una infraestructura de occidente a habitantes de la selva amazónica. Esto sucedió en Ecuador mediante el MIDUVI en el año 2013.

En acto de buena fe, se implementan conductas de acción y de omisión, suponiendo que los aborígenes de la zona tienen el mismo estilo de vida que los *policy makers*, lo que repercute en una imposición y superposición a sus formas de vivir en sus suelos ancestrales, sin contar con el perjuicio económico generado al Estado producido por la poca o nula participación de los nativos. En relación con el quinto principio, tiene su relevancia en una ciudad para todos. Los predios de la ciudad frecuentemente ostentan un mayor valor que los suelos rurales. Los habitantes de zonas rurales al pretender ser parte de la ciudad, por una economía más estable, por propósitos académicos, o simplemente por darle una mejor calidad de vida a su hogar; adquieren o rentan lotizaciones situadas alrededor de la ciudad o en el caso del Distrito Metropolitano de Quito, en las periferias de la ciudad. Lugar donde escasamente se tiene acceso a servicios básicos, y donde limitadamente llegan ordenanzas conforme a las necesidades de estos sectores, siendo presas fáciles de especuladores o traficantes de tierras, transformándolos en grupos vulnerables.

El órgano administrativo, en ejercicio de sus competencias emite ordenanzas para toda la circunscripción que abarca la ciudad. Aun cuando las particularidades de los “polos” es distinta a la metrópoli de fotografía de revista. Téngase entendido que al expandirse la ciudad y regularizar barrios informales, los habitantes y el territorio habitado son sujetos de derechos. Lo cual conlleva al siguiente principio, al ser parte de la ciudadanía y pagar impuestos, por cada botella de agua. Urge que los espacios y servicios administrados por las autoridades sean de entera satisfacción. Esto es tangible mediante indicadores de gestión, resultado, e impacto; que permiten a largo plazo realizar una media cualitativa a través de una evaluación de impacto. Para lo cual, es de vital importancia poseer datos desde los indicadores de gestión. De modo que el servicio o espacio de excelencia beneficie la vida

del administrado y su entorno. Como ejemplo, al existir espacios para actividades físicas, con infraestructura idónea; se podría determinar en qué medida se redujo el índice del consumo de sustancias estupefacientes en jóvenes y adolescentes en el sector implementado por la política pública. A mayor abundamiento, pongamos por segundo caso, al realizar un recorte de actos de simple administración, se produce una reducción de servidores públicos que colocan el mismo sello durante toda la jornada laboral. Reubicando a este personal en áreas que realmente demandan gestión por parte de la ciudadanía. Consecuentemente, se reduce el tiempo y recursos por parte del ciudadano en sede administrativa. Como se puede observar, el espacio, así como los servicios públicos de calidad acarrear un efecto dominó, en la vida de los habitantes.

Acerca del principio siete, tiene como fin lograr ciudades y territorios, con asentamientos humanos equitativos. El relego de potencias mundiales económicas hacia América Latina como patio trasero, precisan una metamorfosis en lo que respecta a modelos de producción, consumo y ejecución de decisiones. Por lo que se colige, la urgencia de implementar nuevos modelos y estructuras económicas en donde el foco principal sea el individuo (Streetnet *et al.*, 2023). Principio que tiene como bandera la lucha contra posturas privatizadoras, monopolios y oligopolios de varios servicios, así como la restricción de los mercados a la libre competencia.

Por otro lado, respecto al principio número ocho, cabe resaltar que el derecho a la ciudad aporta al territorio como una aspiración colectiva. Engrandeciendo su función social y ambiental sobre los réditos económicos, de la misma forma a la persona sobre el capital (Paredes *et al.*, 2023). Este principio impulsa intercambios favorables bilateralmente entre sectores rurales y urbanos, al igual que conexiones recíprocas. Sirva de ejemplo, al expandirse la ciudad se precisa más alimento para los habitantes, sustentos que son abastecidos desde zonas rurales. De donde se infiere que, es indispensable suministrar las garantías necesarias al pequeño, mediano y grande agricultor; para que no requiera desplazarse a la ciudad o migrar a diferentes países en busca de una mejor vida.

En resumen, estos principios se relacionan con la postura de Harvey, para quien el derecho a la ciudad en su resurgimiento no requiere concebirse de manera clásica como propone Lefebvre, sino que la lucha anticapitalista debe incorporar diversos actores sociales, y no tan solo obreros, porque al limitarse en el capitalismo se pierde la expansión territorial que este trae, expansión que despoja de forma violenta de sus territorios a las personas. Harvey propone más bien una construcción de un espacio político y social no capitalista, cuenta de ello es el Centro Nacional de Estrategia para el Derecho al Territorio (CENEDT) en el Ecuador, durante el gobierno de la Revolución ciudadana, centro que actualmente es un “colectivo autónomo de investigación” (ESGUERRA; PURCELL, [s.d]).

Soja (2008) en cambio considera que la lucha anticapitalista necesita considerar otras perspectivas de tinte social y cultural, de manera imparcial y despojada de una sola ideología, en la que convergen la postura Lefebvreriana, Foucaultiana, y Harveyriana, trascendiendo al marxismo. Se podría decir entonces que la postura de Soja podría traducirse como ver a la ciudad [posmetrópolis] con un lente intercultural para su construcción, comprensión y ejercicio como derecho, un claro ejemplo es la incorporación del Metro en Quito, reduciendo el tráfico y por ende el impacto ambiental. Pero también satisfacción del transporte para quienes carecen de un vehículo propio, quienes deben trasladarse a sus trabajos a largas distancias, promoviendo políticas democráticas y justas, logrando con ello la consecución de los derechos humanos.

2.1.2 *Constitucionalización del derecho a la ciudad en el Ecuador*

La incorporación del derecho a la ciudad en el texto constitucional ecuatoriano mucho tiene que ver con su análisis, primero desde una vista analítica que hace referencia a la ciudad que es y desde un punto de vista utópico de lo que *debería ser*. En el primero a la ciudad que excluye, segrega y destruye, y el segundo que aspira con una ciudad incluyente, que construye, en la que convergen las posturas de Lefebvre y Harvey. Carrión (2012) expone que esa incorporación tiene que ver con 3 visiones; por un lado, una visión del derecho a la ciudad como un derecho que permite la satisfacción de otros derechos. La segunda visión es estructural relacionada con cómo dichas demandas deben ser satisfechas de forma equitativa. Y una tercera visión es la de que el derecho a la ciudad es a su vez una garantía para la realización de los derechos humanos promovida por organismos de institucionalización. Un ejemplo de convergencia de estas visiones es la incorporación de la ciudad en la Constitución de 1988 de Brasil y la incorporación indirecta de este en la constitución ecuatoriana de 2008 en su artículo 31 y del cual parten 3 dimensiones, “a) gestión democrática de la ciudad; b) función social y ambiental de la propiedad y la ciudad; c) ejercicio pleno de ciudadanía” (Carrión-Mena; Dammert-Guardia, 2019, p. 15). Este desarrollo e incorporación obedece a una línea temporal entre diversos organismos que se detallan en la siguiente tabla:

Tabla 2: Desarrollo del Derecho a la ciudad en instrumentos jurídicos

Año	Instrumento
1976	ONU-Hábitat/ Programa de Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos
1998	Carta Europea de Salvaguarda de los Derechos Humanos en la Ciudad
2001	Estatuto de la Ciudad de Brasil
2003	Tercer Foro Social Mundial culminó en la formulación y negociación de una “Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad”.
2005	“Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad”, lucha para que este derecho sea incorporado dentro de la SIDH.
2006	Carta de derechos y responsabilidades de Montreal
2010	Carta de la ciudad de México por el derecho a la ciudad
2015	Asamblea General de las Naciones Unidas, incluye el desarrollo sostenible como un objetivo de los ODS 30.
2021	Perú: Ley 31199, Ley de Gestión y Protección de los Espacios Públicos
2008	Constituciones de Ecuador, art. 23 y 31/ Sentencia n. 2167-21-EP/22
2009	Constituciones de Bolivia, art. 19, art 302.

Fuente: Elaborado por los autores.

Si bien el derecho a la ciudad, no se limita a su consideración en la constituyente de 2007, porque no hace una referencia textual del “Derecho a la Ciudad” como tal, si destaca el buen vivir, en la consecución de una ciudad justa que lucha de manera colectiva para satisfacer los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, DESC; lo cual concatena el Derecho a la Ciudad en el marco constitucional ecuatoriano (Delgadillo, 2012). El objetivo que este derecho persigue es la satisfacción de derechos económicos, sociales y culturales, de allí que la economía se considera popular y solidaria, se promueve la inclusión económica y social, la protección del patrimonio cultural tangible e intangible como los saberes ancestrales y los modos de administrar justicia. Postura que es propia de gobiernos de izquierda como en el caso de Brasil entre 2001 y 2003, en que el desarrollo sustentable, la función social de la propiedad y la expansión de las ciudades solo se convertían en una máscara para la función real que el estado había adquirido realmente; la de “garante del proceso de acumulación capitalista” (Camargo, 2016, p. 17).

2.2 Estudio de caso: Sentencia n. 2167-21-EP/22

La jurisprudencia como una de las fuentes formales del derecho, desarrolla precedentes jurisprudenciales con carácter erga omnes, uno de esos precedentes es la sentencia n. 2167-21-EP/22, más conocido como caso Río Monjas, en la cual la Corte Constitucional ecuatoriana resuelve el caso sobre el derecho a vivir en un ambiente sano con conexión con otros derechos entre ellos el derecho a la ciudad en relación con el principio *Iura Novit Curia*, examinando los derechos al agua y el desarrollo sostenible. En dicha sentencia la Corte declaró la vulneración de los derechos de las personas a vivir en un medio ambiente sano y ecológicamente equilibrado en conexión con el derecho al hábitat seguro; al agua, al desarrollo sostenible y a la ciudad; así como al derecho al patrimonio cultural (CCE, Sentencia 2167-21-EP/22). Para la Corte “el derecho a la ciudad es un derecho difuso, que pertenece a toda la población y a todos los sujetos que la habitan, a las generaciones presentes como futuras, para ocupar, usar y producir ciudades justas y sostenibles” (Ecuador, 2022, p. 29, § 102).

Y que, siguiendo los lineamientos de la United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, la Corte explicó que:

El contenido del derecho incluye, al menos, 1) la distribución espacial justa de recursos para asegurar buenas condiciones de vida de toda la población; 2) la gestión democrática de la ciudad, 3) la diversidad social, económica y cultural, y 4) la armonía con la naturaleza (Ecuador, 2022, p. 29, § 103).

En el caso concreto el Distrito Metropolitano de Quito no ha planificado su expansión territorial como ciudad, y menos en cuanto a la planificación y cuidado del río, ni de las viviendas aledañas. El plan “Verde y Azul” ha sido una utopía cuya proyección no se ha materializado, por cuanto hay una clara vulneración del río como parte de la naturaleza sobre el cual se vierten las aguas hervidas, desechos de construcción. Actualmente, el río que se protege es el río Machángara. No obstante, otras ciudades del país presentan esta misma problemática.

3 CONCLUSIÓN

El derecho a la ciudad como concepto contemporáneo difiere de la visión socio-política propuesta por Lefebvre en 1978, ya que hoy alude a demandas sociales que promueven los derechos humanos mediante el derecho a la ciudad, visto como un espacio geográfico que lleva la ciudad formal a la materialidad.

El derecho a la ciudad conlleva a repensar la estructura de los espacios urbanos, como sitios que posibilitan el ejercicio de los derechos humanos y constitucionales, incluidos los ambientales, todos ellos en igualdad de condiciones, y pro de la dignidad humana, sobre todo de sectores históricamente invisibilizados.

REFERENCIAS

BORJA, Jordi. **Ciudades del futuro y utopías urbanas**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pieres do Rio. **Ciudad de muros**. Barcelona: Gedisa, 2007.

CAMARGO, Frank Molano. El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea. **Folios**, v. 1, n. 44, p. 3-19, 2º sem. 2016. Disponible en: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/RF/article/view/3954/3433>. Acceso en: 27 nov. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponible en: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf. Acceso en: 27 nov. 2025.

CARRIÓN, Fernando. Derecho a la ciudad y gobierno multinivel en América Latina. *Monografías Cidob*, 2019, vol. 76, p. 177-187.

CARRIÓN-MENA; Fernando; DAMMERT-GUARDIA, Manuel (ed.). **Derecho a la ciudad: una evocación de las transformaciones urbanas en América Latina**. 1. ed. Lima: CLACSO; Ecuador: IFEA, 2019. Disponible en: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20200519104921/Derecho-a-la-ciudad.pdf>. Acceso en: 27 nov. 2025.

CASTELLS, Manuel. 1999. **L'ère de l'information**, 1998, vol. 1.

CASTELLS, Manuel. Structures sociales et processus d'urbanisation: analyse comparative intersectorielle. **En Annales. Histoire, Sciences Sociales**. Cambridge University Press, 1970. p. 1155-1199.

CELI TOLEDO, Israel. **Neoconstitucionalismo en Ecuador: ¿Judicialización de la política o politización de la justicia?**. Quito: Editorial Jurídica del Ecuador, 2017.

COSTES, Laurence. Neoliberalización y evolución del derecho a la ciudad. **Justicia espacial**, 2014, vol. 6.

COSTES, Laurence. Neoliberalization and evolution of the right to the city. **Justice spatiale | Spatial justice**, Paris, v. 6, p. 1-15, 2014.

DELGADILLO POLANCO, Víctor Manuel. El derecho a la ciudad en la Ciudad de México. ¿Una retórica progresista para una gestión urbana neoliberal?. **Andamios**, 2012, vol. 9, no 18, p. 117-139.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Alfaro, Montecristi: Corte Constitucional, 2008.

ECUADOR. Corte Constitucional del Ecuador. **Sentencia n. 2167-21-EP/22**. El Río Monjas. Juez ponente: Ramiro Avila Santamarí, 19 ene. 2022. Disponible en: https://esacc.corteconstitucional.gob.ec/storage/api/v1/10_DWL_FL/e2NhcNBlDGE6J3RyYW1pdGUhLCB1dWlkOic5OWVmnN2EyZC1kM2l5LT-QwOWQtOWY4ZS1jMdc3YzYxYWQ2ZGMucGRmJ30=. Acceso en: 27 nov. 2025.

EN LAS ZONAS rurales del país, la violencia se vive en silencio. **Diario El Comercio**, 25 sep. 2019. Disponible en: <https://www.elcomercio.com/actualidad/zonas-rurales-silencio-violencia-mujeres/>. Acceso en: 13 jun. 2024.

ESGUERRA, Estefanía Martínez; PURCELL, Thomas. **Cambio de la matriz productiva y acumulación de capital en Ecuador**. Documento de Trabajo

CENEDET. Quito: Centro Nacional de Estrategia para el Derecho al Territorio, [s.d.]..

FERRAJOLI, Luigi. **Constitucionalismo más allá del estado**. Traducción de Perfecto Andrés Ibañez. Madrid: Trota, 2018.

FORO SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad**. Barcelona: Foro Social Mundial, 2005. Disponible en: <https://hic-al.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-Mundial-Derecho-a-la-Ciudad.pdf>. Acceso en: 27 nov. 2025.

HÁBITAT, O. N. U. Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad. “**PATRIMONIO**”: **Economía Cultural y Educación para la Paz (MEC-EDUPAZ)**, 2001, vol. 1, no 3, p. 91-106.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Traducción de Juanmari Madariaga. Madrid: AKAL, 2013. Disponible en: <https://derechoalaciudadflacso.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/01/david-harvey-ciudades-rebeldes-del-derecho-de-la-ciudad-a-la-revolucion3b3n-urbana.pdf>. Acceso en: 26 nov. 2025.

https://siteal.iep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acceso en: 23 nov. 2025.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSO DEL ECUADOR. Violencia de género. **INEC**, 2019. Disponible en: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/violencia-de-genero/>. Acceso en: 27 nov. 2025.

JIMÉNEZ TORRES, Johana E. Globalización y soberanía estatal. **Revista de la Facultad de Derecho de México**, v. 74, n. 288, p. 77-96, ene./abr. 2024. Disponible en: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rfdm/article/view/87155>. Acceso en: 27 nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LENOIR, Dieter; HALL, Robert E.; SCHLEYER, Paul VR. Química del protoadamantano. IV. Preparación y solvólisis de ésteres secundarios de 4-protoadamantilo. Relación con la solvólisis de derivados de 2-adamantilo. **Journal of the American Chemical Society**, 1974, vol. 96, n.º 7, págs. 2138-2148.

MEDICI, Alejandro. Los poderes innominados del Constitucionalismo Latinoamérica-no. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, año IV, n. 8, p. 55-73, jul./dic. 2012. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8865304>. Acceso en: 27 nov. 2025.

ONU HABITAT. **Componentes del Derecho a la Ciudad**. 2020. Disponible en: <https://onu-habitat.org/index.php/componentes-del-derecho-a-la-ciudad>. Acceso en: 27 nov. 2025.

PURCELL, Mark. Mundos posibles: Henri Lefebvre y el derecho a la ciudad. *Revista de asuntos urbanos*, 2014, vol. 36, n.º 1, págs. 141-154.

RAZ, Joseph. *La autoridad de la ley: ensayos sobre derecho y moralidad*. Oxford University Press, 2009.

SOJA, Edward W. **Posmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Traducción de Verónica Hendel y Mónica Cifuentes Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. Disponible en: <https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Postmetr%C3%B3polis-TdS.pdf>. Acceso en: 27 nov. 2025.

STREETNET INTERNATIONAL. Informe global 2023. Durban: StreetNet International, 2023.

TYLER, Tom. **La obediencia del derecho**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2014.

WOLKMER, A. C. Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatorio en América Latina. In: VILLEGAS, Mauricio G.; RODRÍGUEZ, César A. (ed.). **Derecho y sociedad en América Latina**: un debate sobre los estudios jurídico-críticos. Bogotá, Colombia: ILSA, 2003. (Colección En Clave de Sur). p. 247-259. Disponible en: <https://ilsa.org.co/wp-content/uploads/2022/10/eclvs03-11.pdf>. Acceso en: 27 nov. 2025.

ZÁRATE, María Lorena, et al. El derecho a la ciudad: luchas urbanas por el buen vivir. *El derecho a la ciudad*, 2011, p. 54-70.

CAPÍTULO VII

CONSTITUCIONALISMO Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE DERECHOS SOCIALES: UNA COMPARACIÓN BRASIL Y ECUADOR

Roberta Soares Gusmão dos Santos¹

Verónica Alicia Meza Chimarro²

1 INTRODUCCIÓN

La constitución de Brasil es muy contemporánea, pues fue promulgada en 1988, pero ya así es una de las más antiguas de América Latina.

La constitución de Ecuador, por su vez, es una constitución del año de 2008, veinte años más joven que la constitución de Brasil.

Las dos son constituciones que podemos llamar ciudadanas, pues en su cuerpo hay muchas directrices para que el Estado pueda garantizar para los ciudadanos sus derechos sociales.

Los constitucionalismos que han generado las dos constituciones, sin embargo, son diferentes.

El constitucionalismo que ha generado la constitución de Brasil se derivó de una desmilitarización de origen del fin de la Guerra Fría, mientras el constitucionalismo que ha generado la constitución de Ecuador es una más moderna, de origen de la necesidad de hacer una unión del país, derivada de una voluntad descolonizadora en forma de un Estado plurinacional.

Una se preocupó en garantizar que los horrores de la Dictadura Militar no sean repetidos en su historia, mientras la otra se preocupó en garantizar un Estado plural y descolonizado con la cultura de todos los que habitan en el país.

¹ Especialista em Direito Público pela Universidade Gama Filho (UGF). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. E-mail: roberta.gusmao@trt1.jus.br.

² Abogada de la Universidad de Las Americas del Ecuador. E-mail: veronicameza1@hotmail.com.

¿Cómo estas diferencias de constitucionalismo se traducen en las políticas públicas de garantías de los derechos sociales en los dos países?

Este artículo va a intentar proponer una breve respuesta, al hacer una comparación de las políticas públicas de ambos.

2 DERECHOS SOCIALES

Los derechos sociales constituyen un componente esencial en la arquitectura de una sociedad equitativa y orientada al bienestar general; se definen como aquellos fundamentales que aseguran las condiciones mínimas indispensables para una vida digna, abarcando ámbitos esenciales como el acceso a la salud, la educación, la vivienda, el empleo y la seguridad social. A diferencia de los derechos civiles y políticos, centrados en la libertad individual y la participación política, los derechos sociales imponen una obligación positiva al Estado, requiriendo su intervención activa para proporcionar los bienes y servicios necesarios que garanticen el bienestar de la población.

La importancia de los derechos sociales radica en su capacidad de cimentar un Estado social de derecho, cuyo principal objetivo es promover la justicia social y la igualdad de oportunidades, los cuales son la base de una estructura estatal que no solo garantiza libertades individuales, sino que también se compromete a proporcionar las condiciones necesarias para una vida digna. El Estado social de derecho, al priorizar los derechos sociales, busca crear un entorno donde todos los ciudadanos tengan las mismas posibilidades de desarrollo y bienestar, eliminando las barreras que perpetúan la desigualdad y la exclusión.

La diferenciación entre los derechos sociales y los derechos civiles y políticos resulta crucial para entender la naturaleza de las obligaciones que cada uno conlleva; mientras que los derechos civiles y políticos, como la libertad de expresión y el derecho al sufragio, exigen mayormente la abstención del Estado de interferir en la esfera personal y política del individuo, los derechos sociales demandan una acción proactiva por parte del Estado. Esta acción se materializa en la implementación de políticas públicas y la asignación de recursos que aseguren a todos los ciudadanos el acceso a los servicios públicos y beneficios que les permitan desarrollarse plenamente y vivir con dignidad.

El reconocimiento y la garantía de los derechos sociales están intrínsecamente ligados a la protección de la dignidad humana; asegurar el acceso a servicios esenciales como la salud, la educación, la vivienda y el trabajo no es solo una cuestión de política pública eficiente, sino una obligación moral y ética. La dignidad humana se ve comprometida cuando las personas carecen de los recursos necesarios para llevar una vida adecuada.

Además, los derechos sociales tienen un impacto significativo en el desarrollo social y económico de una nación debido que al reducir la pobreza y mejorar la calidad de vida, estos derechos contribuyen al desarrollo humano sostenible. Una población saludable, educada y con acceso a oportunidades laborales es fundamental para el crecimiento económico a largo plazo; la inversión en derechos sociales no solo mejora la vida de los individuos, sino que también fomenta la cohesión social, reduciendo las disparidades y promoviendo una sociedad más unida y equitativa.

Las dimensiones de los derechos sociales son múltiples y complejas, abarcando aspectos individuales, colectivos e intergeneracionales que revelan su importancia intrínseca y los desafíos que enfrentan en su implementación; en primer lugar, desde una perspectiva individual, son inherentes a cada persona, sin distinción de su condición social o económica.

En segundo lugar, la dimensión colectiva de los derechos sociales resalta la necesidad de una acción coordinada tanto del Estado como de la sociedad en su conjunto. La realización efectiva de estos derechos requiere políticas públicas sólidas, recursos adecuados y un compromiso social para garantizar que todos los ciudadanos puedan disfrutar de condiciones de vida dignas. Esta dimensión colectiva refleja que la justicia social es una responsabilidad compartida, donde el bienestar de cada individuo está intrínsecamente ligado al bienestar de la comunidad en general.

La tercera dimensión, la intergeneracional, enfatiza que los derechos sociales afectan tanto a las generaciones presentes como a las futuras. Las políticas y acciones encaminadas a garantizar estos derechos hoy tienen repercusiones que trascienden en el tiempo, moldeando las oportunidades y el bienestar de las generaciones venideras; en ese sentido, cabe destacar la importancia de una visión a largo plazo en la implementación de los derechos sociales, asegurando que las decisiones actuales no comprometan la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades.

La implementación efectiva de los derechos sociales enfrenta desafíos significativos que deben ser abordados con urgencia. Uno de los principales obstáculos es la limitación de recursos económicos. Garantizar derechos fundamentales como la salud, la educación y la vivienda requiere una asignación considerable de fondos públicos, un objetivo que puede resultar especialmente complejo en países con economías frágiles o en desarrollo. A esto se suma el problema de las desigualdades sociales preexistentes, que perpetúan barreras que dificultan el acceso equitativo a estos derechos, complicando la consecución de la justicia social. Además, la falta de voluntad política representa otro impedimento crucial. Sin un compromiso claro y decidido por parte de los líderes políticos para adoptar y aplicar políticas públicas efectivas, los derechos sociales pueden quedarse en el ámbito de las aspiraciones sin una concreción real.

3 CONSTITUCIONALISMO DE BRASIL

El proceso constitucional brasileño ha sido objeto de constantes reformas y debates en el ámbito jurídico, especialmente en torno a la recurrente cuestión de la Reforma del Poder Judicial. A lo largo de la historia constitucional de Brasil, cada una de sus constituciones ha reformado, en mayor o menor grado, tanto el Poder Judicial como el proceso constitucional, ya sea de manera original o mediante enmiendas.

Además de las reformas constitucionales, varias leyes ordinarias han aportado innovaciones al proceso constitucional brasileño; la Ley 9.756 de 1998, por ejemplo, consolidó la jurisprudencia del Supremo Tribunal Federal al establecer que los órganos fraccionarios de los tribunales no deben someter a pleno las querellas de inconstitucionalidad si ya se ha pronunciado sobre la cuestión, ampliando así los efectos de las decisiones tomadas en el control difuso y concreto de normas. La Ley 9.868 de 1999 extendió el efecto vinculante a la acción directa de inconstitucionalidad y permitió al Supremo Tribunal Federal modular la declaración de inconstitucionalidad; finalmente, la Ley 9.882 de 1999 reguló la acción de incumplimiento del precepto fundamental, prevista por la Constitución de 1988, pero que carecía de una reglamentación específica hasta ese momento.

Estas reformas y leyes reflejan un esfuerzo continuo por adaptar y perfeccionar el sistema constitucional brasileño, buscando un equilibrio entre la independencia judicial y la necesidad de coherencia y estabilidad en las decisiones constitucionales. La evolución del constitucionalismo en Brasil, desde el control difuso y concreto hasta el establecimiento de mecanismos con efecto vinculante, demuestra un compromiso firme con el fortalecimiento del Estado de derecho y la protección de los derechos fundamentales.

La Constitución brasileña (1988), símbolo de una transformación profunda en el marco legal del país, es fundamental en la evolución de las políticas públicas y la garantía de derechos fundamentales; siendo que redefine el rol del Estado en la promoción de la educación y la salud universales y además restablece libertades individuales y de expresión, incorpora avances significativos en la protección ambiental y refuerza los derechos laborales. Un rasgo distintivo de esta Constitución es su dedicación a las poblaciones minoritarias, incluyendo a los descendientes de palenques y a los pueblos originarios, a quienes se les concede un capítulo completo, un hecho sin precedentes en la historia constitucional brasileña.

Otro avance significativo que introduce la Constitución es la transformación del paradigma de las políticas sociales; a diferencia de las constituciones tradicionales que se limitan a estructurar el Estado y garantizar ciertos derechos, la Constitución de 1988 se compromete explícitamente con la justicia social. Esta orientación ha permitido la inclusión de alrededor del 60% de la población, anteriormente excluida, en beneficios como la jubila-

ción y la atención sanitaria. Esta expansión de derechos representa un cambio considerable respecto a la cobertura social previa.

4 CONSTITUCIONALISMO DE ECUADOR

La Constitución de la República del Ecuador (2008) , representa una transformación paradigmática en la estructura y filosofía del constitucionalismo en América Latina; este nuevo marco normativo ha logrado una integración distintiva de los derechos que, históricamente, habían sido marginados o insuficientemente atendidos, colocándolos en el epicentro de la vida jurídica y social del país; tal reconfiguración se fundamenta en una concepción avanzada de los derechos, que otorga una materialidad concreta a las garantías inherentes al núcleo del derecho .

El artículo 1 de la Constitución (2008, p. 8) establece que Ecuador es un “Estado constitucional de derechos y justicia social, democrático, soberano, independiente, intercultural, plurinacional y laico, organizado en forma de República y gobernado de manera descentralizada”. Esta definición encierra una serie de atributos que diferencian claramente al constitucionalismo ecuatoriano de modelos previos y de otros sistemas constitucionales en el ámbito latinoamericano.

El Estado constitucional, según la Constitución, no solo define el contenido y el alcance de la ley, sino que también regula el acceso y el ejercicio del poder y la estructura del mismo, esta figura se caracteriza por su materialidad, en la medida en que otorga a los derechos una protección prioritaria y los convierte en el objetivo principal del Estado. Además, tiene una estructura orgánica bien delineada que establece los órganos responsables de garantizar estos derechos y un enfoque procedimental que promueve la participación ciudadana en la toma de decisiones y la formulación de leyes.

En cuanto al Estado de derechos, la Constitución subraya que los derechos de las personas deben ser el núcleo central de la relación entre los individuos y el Estado; el marco constitucional garantiza la protección de estos derechos frente a cualquier transgresión por parte de la ley o del Estado mismo, imponiendo una obligación de aplicación directa de las disposiciones constitucionales tanto a los órganos estatales como a los particulares. Este enfoque refuerza el compromiso del Estado con la protección efectiva de los derechos humanos.

Por otro lado, el concepto de Estado de justicia social se basa en que la organización social y política del Estado debe estar condicionada por la Constitución y los derechos que en ella se reconocen; en este sentido, el Estado debe propiciar una estructura justa que, en consonancia con los derechos humanos, busque mejorar la calidad de vida y la dignidad

de sus ciudadanos. La justicia social se convierte así en el objetivo primordial, promoviendo el bienestar integral de la población.

Como una constitución joven, no se percibe la voluntad de reformas por ahora.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE BRASIL

En el contexto de una constitución relativamente reciente, pero ya consolidada en su capacidad de enfrentar los desafíos contemporáneos, Brasil ha desarrollado políticas públicas con resultados notables y evaluaciones específicas.

Al ejemplo, la Constitución Federal de Brasil de 1988 (Brasil, [2023]) , en su artículo 6, consagra los derechos sociales fundamentales, entre los cuales se incluye la educación. El artículo 6º estipula: “Los derechos sociales comprenden la educación, la salud, el trabajo, el ocio, la seguridad, la seguridad social, la protección de la maternidad y la infancia, y la asistencia a los indigentes, de acuerdo con esta Constitución”. Esta disposición subraya la educación no solo como un derecho social, sino como un derecho humano esencial, reflejado en las “cláusulas pétreas” que, en el marco jurídico brasileño, no pueden ser modificadas ni eliminadas.

La política de cuotas raciales en las universidades públicas, implementada a partir de 2012 a nivel nacional, aunque con precedentes desde 2002 en algunos estados como Río de Janeiro, se materializa en la reserva de un porcentaje de plazas para estudiantes negros y provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos. Esta medida tiene como objetivo democratizar el acceso a la educación superior, garantizando oportunidades equitativas para segmentos históricamente marginados.

La implementación de esta política pública refleja un esfuerzo por traducir en términos prácticos el derecho a la educación establecido en la Constitución, abordando las desigualdades estructurales y promoviendo una mayor inclusión en el ámbito académico. Las evaluaciones de esta política han mostrado avances significativos en la representación y la igualdad de oportunidades dentro del sistema universitario brasileño, aunque el debate sobre su eficacia y alcance sigue siendo objeto de análisis y discusión.

La promulgación de la Constitución brasileña consolidó el derecho universal a la educación; no obstante, con el paso del tiempo, se evidenció que este derecho no se estaba ejerciendo de manera equitativa para todos los segmentos sociales, particularmente para la población negra. El racismo en Brasil, profundamente arraigado en la historia de la esclavitud, persiste de manera estructural en la percepción social contemporánea, dificultando la desconexión de la imagen del negro con el legado de esclavitud. Esta persistente asociación estigmatiza a los individuos de ascendencia africana, relegándolos a una posi-

ción de desventaja y perpetuando la exclusión de su acceso a oportunidades educativas de calidad, históricamente reservadas para los sectores más privilegiados y predominantemente blancos.

¿Cómo contrarrestar esta percepción y asegurar una verdadera equidad en el acceso a la educación? La solución radica en la implementación de políticas públicas que garanticen la igualdad de oportunidades educativas. La introducción de cuotas raciales en las universidades públicas brasileñas, a partir de 2012, se configura como una medida afirmativa destinada a mitigar estas desigualdades; esta política establece un porcentaje reservado de plazas en las instituciones de educación superior para estudiantes negros y aquellos provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos, con el fin de nivelar el campo de juego y asegurar una mayor equidad en el acceso a la educación superior.

De acuerdo con los principios constitucionales, Brasil está comprometido a proporcionar educación accesible para todos sus ciudadanos, en este marco, el constitucionalismo brasileño exige la adopción de medidas sustantivas, transparentes y evaluables para asegurar la eficacia de estas políticas y la rendición de cuentas en su implementación. Más de una década después de la implementación de las cuotas raciales, se puede afirmar que esta política ha sido aceptada en gran medida por la sociedad y ha producido resultados positivos, la evaluación de esta medida revela que, aunque no ha eliminado por completo las barreras históricas, ha contribuido significativamente a la inclusión y representación en el ámbito universitario, marcando un avance hacia una mayor justicia social y educativa en Brasil.

Brasil ha implementado diversas políticas públicas sociales destinadas a reducir la pobreza y mejorar la calidad de vida de sus ciudadanos, abordando áreas críticas como la salud, la educación y la vivienda; uno de los programas más destacados es Bolsa Familia, que es reconocido como uno de los mayores esquemas de transferencia condicionada de renta a nivel mundial. Este programa ha beneficiado a millones de familias que viven en condiciones de pobreza y extrema pobreza, proporcionando un apoyo financiero crucial que está condicionado a la asistencia escolar de los niños y a la realización de chequeos de salud regulares.

El Sistema Único de Salud (SUS) es otra pieza fundamental del entramado social brasileño, ofreciendo acceso universal y gratuito a servicios de salud a todos los ciudadanos; este sistema busca asegurar que todas las personas, independientemente de su situación económica, puedan recibir atención médica de calidad. El SUS ha sido instrumental en la promoción de la salud pública y la prevención de enfermedades, y se ha convertido en un pilar de la política de bienestar social en Brasil.

En el ámbito educativo, el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) garantiza la provisión de alimentación gratuita a los estudiantes de la educación básica. Este

programa no solo contribuye a la nutrición y el bienestar de los niños y adolescentes, sino que también incentiva la asistencia y la permanencia en la escuela, aliviando la carga económica de las familias más necesitadas. Complementariamente, el Programa de Apoyo a la Formación del Profesorado (Profucionário) se dedica a mejorar la calidad de la educación básica mediante la formación continua de los docentes, asegurando que estos cuenten con las herramientas y conocimientos necesarios para ofrecer una educación de calidad.

El programa habitacional Minha Casa Minha Vida es otro ejemplo significativo de las políticas públicas sociales en Brasil; tiene como objetivo principal ampliar el acceso a la vivienda para familias de bajos ingresos, facilitando la adquisición de viviendas dignas y adecuadas. A través de subsidios y financiamiento asequible, Minha Casa Minha Vida ha permitido que numerosas familias brasileñas puedan acceder a una vivienda propia, mejorando sus condiciones de vida y promoviendo la inclusión social.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECUADOR

En las últimas décadas, Ecuador ha experimentado una transformación significativa en sus políticas públicas, con un fuerte énfasis en los derechos sociales. La Constitución, marcó el inicio de un proceso hacia un Estado plurinacional e intercultural, que reconoce y garantiza una amplia gama de derechos sociales para todos los ciudadanos. El sistema nacional de salud ecuatoriano está diseñado para ofrecer acceso universal y gratuito a servicios médicos de alta calidad; entre sus programas destacados se encuentra el Programa de Salud Familiar, enfocado en la prevención de enfermedades y la promoción de la salud reproductiva; además, se han implementado medidas específicas para combatir enfermedades endémicas como el dengue, el zika y la malaria, con el objetivo de proteger a las comunidades más vulnerables y mitigar el impacto de estas enfermedades.

En el tema educativo, Ecuador ha promovido la educación intercultural bilingüe, que valora la diversidad cultural del país y facilita el aprendizaje en lenguas indígenas; a nivel de inclusión, se han hecho esfuerzos significativos para asegurar que todos los estudiantes, independientemente de su origen o condiciones, tengan acceso a una educación de calidad. En el sector de la educación superior, se han ampliado las oportunidades mediante becas y programas de movilidad estudiantil, fomentando el desarrollo académico y profesional de los jóvenes ecuatorianos.

En cuanto a la vivienda, se han implementado políticas para garantizar que las familias de bajos ingresos puedan acceder a viviendas dignas, el Bono de la Vivienda proporciona subsidios económicos para facilitar la adquisición de un hogar, mientras que la iniciativa Ciudad Satélite ha permitido la construcción de comunidades planificadas con servicios básicos y viviendas de interés social. Además, se han tomado medidas para la

regularización de la tenencia de la tierra, asegurando el derecho a la tierra y la vivienda para las comunidades indígenas y campesinas.

En el ámbito laboral, se ha establecido un salario básico unificado que garantiza una remuneración mínima digna para todos los trabajadores; la cobertura de la seguridad social se ha ampliado para proteger los derechos de los trabajadores en caso de enfermedad, desempleo o vejez. Se han desarrollado programas destinados a fomentar la generación de empleo, con un enfoque especial en jóvenes y mujeres, con el fin de promover una participación equitativa en el mercado laboral.

7 LAS SIMILITUDES

A pesar de las diferencias culturales y geográficas entre Ecuador y Brasil, ambos países han desarrollado políticas públicas de derechos sociales que comparten varias similitudes, especialmente en lo que respecta al reconocimiento y la protección de los derechos de los pueblos indígenas. Estas similitudes se fundamentan en sus respectivas constituciones progresistas y en un enfoque común hacia la justicia social y la inclusión cultural.

Tanto la Constitución de Ecuador (2008) como la de Brasil (1988), se destacan por su carácter progresista, incorporando una amplia gama de derechos sociales y económicos que incluyen la salud, la educación, la vivienda, el trabajo y la seguridad sociales, ambas han servido como pilares para el desarrollo de políticas públicas orientadas a reducir las desigualdades sociales y económicas, con un fuerte énfasis en la justicia social y la equidad. En ambos países, se ha buscado promover la inclusión y la participación de todos los sectores de la sociedad, reconociendo la diversidad cultural y la importancia de los pueblos indígenas.

En cuanto a los derechos de los pueblos indígenas, tanto Ecuador como Brasil han avanzado significativamente en su reconocimiento constitucional, ambas constituciones reconocen los derechos colectivos de los pueblos indígenas, incluyendo sus territorios, lenguas, culturas y sistemas de organización social. Este reconocimiento ha sido fundamental para la implementación de políticas que buscan proteger y promover la identidad y los derechos de estos pueblos.

Un aspecto clave en ambos países es la promoción de la participación política de los pueblos indígenas; se han establecido mecanismos como la consulta previa, libre e informada, que permiten a los pueblos indígenas participar en la toma de decisiones que les afectan directamente. Este enfoque participativo es crucial para asegurar que las políticas públicas sean inclusivas y reflejen las necesidades y aspiraciones de los pueblos indígenas.

En términos de tierra y territorio, tanto Ecuador como Brasil han establecido mecanismos para la delimitación y titulación de las tierras indígenas. Sin embargo, la implementación de estas medidas ha sido desigual y enfrenta diversos desafíos, incluyendo conflictos territoriales y la presión de intereses económicos sobre los territorios indígenas.

Finalmente, se ha reconocido el derecho de los pueblos indígenas a la autonomía y la autogestión en sus territorios. Este reconocimiento implica el respeto a sus formas tradicionales de organización y la posibilidad de ejercer control sobre sus recursos y formas de vida, contribuyendo a la preservación de sus culturas y al fortalecimiento de su identidad.

8 LAS DIFERENCIAS

Aunque Ecuador y Brasil compartan similitudes en sus políticas públicas de derechos sociales, especialmente en el reconocimiento de los derechos indígenas, también presentan diferencias significativas influenciadas por sus contextos históricos, políticos y socioeconómicos particulares. El modelo de desarrollo en Brasil ha estado históricamente centrado en la industrialización y la urbanización, lo que ha generado grandes desigualdades regionales y sociales. Este enfoque ha dado lugar a un país con vastas diferencias en términos de desarrollo económico y social entre sus distintas regiones. Por otro lado, Ecuador ha tenido un enfoque más vinculado a la economía extractiva, dependiendo en gran medida de los recursos naturales; este modelo ha planteado desafíos particulares en la gestión sostenible de los recursos y en la distribución equitativa de la riqueza generada por estos sectores.

En términos de fortalecimiento del Estado, Brasil ha enfrentado dificultades para implementar políticas públicas de manera efectiva y equitativa en todo su territorio, debido a la debilidad institucional y la fragmentación del poder; en contraste, Ecuador ha experimentado una mayor centralización del poder y una intervención estatal más significativa en la economía; este enfoque ha suscitado debates sobre la eficiencia y la sostenibilidad a largo plazo de las políticas públicas implementadas bajo un modelo centralizado. Los movimientos sociales en ambos países también han seguido trayectorias distintas; en Brasil, los movimientos sociales tienen una larga historia y han desempeñado un papel crucial en la construcción de la democracia y en la defensa de los derechos sociales. En Ecuador, los movimientos indígenas y sociales han sido especialmente activos y han influido de manera notable en la agenda política nacional, impulsando cambios significativos en la legislación y en las políticas públicas.

La implementación de políticas públicas en Brasil ha sido más gradual y ha enfrentado mayores resistencias por parte de sectores conservadores, lo que ha ralentizado el avance de algunas iniciativas sociales. Por el contrario, Ecuador ha experimentado cambios más radicales en sus políticas sociales, con una mayor concentración del poder en el ejecutivo y una menor participación de los actores sociales en la toma de decisiones. Este enfoque ha permitido implementar reformas más rápidamente, aunque a veces ha generado controversias sobre la inclusión y la representatividad en el proceso de formulación de políticas.

En cuanto al enfoque en los derechos indígenas, la demarcación de tierras en Brasil ha sido un proceso más lento y complejo, marcado por numerosos conflictos territoriales. Las disputas por la tierra han sido un obstáculo importante para la protección efectiva de los derechos indígenas en el país. En Ecuador, aunque se han realizado avances significativos en la delimitación de las tierras indígenas, persisten desafíos en la titulación y la protección de estos territorios, lo que refleja la necesidad de continuar fortaleciendo los mecanismos de protección y garantía de derechos.

La autonomía de los pueblos indígenas también presenta diferencias en su implementación; en Brasil, aunque se ha reconocido la autonomía de los pueblos indígenas, su implementación ha sido desigual y ha enfrentado diversas resistencias. En Ecuador, si bien se ha otorgado mayor autonomía a los pueblos indígenas, su ejercicio se ha visto limitado por factores como la falta de recursos y la debilidad institucional, lo que impide una plena realización de los derechos reconocidos.

9 CONCLUSIÓN

Las políticas públicas de ambos Brasil y Ecuador se preocupan en promover los derechos sociales, como la salud, educación, vivienda de entre otros.

Esto ocurre, porque el constitucionalismo que ha generado ambas las constituciones de los dos países, aunque constitucionalismos de diferentes tipos, son constitucionalismos preocupados con la integración de los pueblos que allí viven, por supuesto que son parte de una tendencia de Latinoamérica en protagonizar el popular y, también, en formar un Estado que siempre tiene voluntad de reformas para garantizar los derechos a la población.

Es parte de una visión de un constitucionalismo moderno descolonizador y que dan una nueva profundidad a las pretensiones sociales y ambientales del constitucionalismo, con la priorización dentro de la programación constitucional de la integración latinoamericana.

En Brasil, hemos visto que esto ocurre desde la promulgación de la constitución y por esto hemos visto varias reformas, hasta que llegue al profundo cumplimiento de los derechos humanos, con criterios políticos de identidad regional, solidaridad, complementación y reciprocidad, mucho más allá de las meras conveniencias económicas y comerciales.

Esta visión también ocurre en la constitución de Ecuador, que tuvo una fuerte voluntad descolonizadora y fuerte deseo de producir igualdad para los ciudadanos.

Seguro que un constitucionalismo descolonizador quiere abarcar al máximo los derechos sociales, y por esta razón ambas las constituciones tienen artículos que visan la promoción de educación, salud, empleo, vivienda y más.

Vemos entonces que las políticas públicas que las constituciones dieron lugar son eficientes y han cumplido el papel de garantizar los derechos sociales de los dos países, y que hacen una promoción de reformas al largo del tiempo, como hemos visto en Brasil, pero ya se ve en Ecuador, aunque incipiente por su jovialidad, pero encontrarse en el camino cierto para la promoción de los derechos sociales en los países aquí de ejemplo y en Latinoamérica.

“El derecho no descubre esencias humanas, sino que va receptando las necesidades valorizadas en cada contexto histórico, cultural, de antagonismo de proyectos, va objetivándolos en normas con pretensiones de regular ámbitos relevantes de relaciones”. Los derechos sociales son universales, así que las políticas públicas, cada cual a su manera están a buscar.

Así la conclusión es que si los países continúen con la práctica de hacer políticas públicas que traducen sus constituciones en especial cuando hablamos de los derechos sociales, van a quedarse cada vez más próximos de sus pretensiones de integración y de derechos humanos.

REFERENCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.756, de 17 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9756.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Brasília: Presidência da República, 1999a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1999b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador.** Alfaro, Montecristi: Corte Constitucional, 2008. Disponível em: <https://>

https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.



PARTE IV

DIREITOS HUMANOS, GÊNERO, RAÇA E DIREITOS GERACIONAIS

CAPÍTULO I

A NEGAÇÃO DO PAPEL DE MÃE À MULHER NEGRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO CASO ALYNE PIMENTEL VS. BRASIL

Karoline Schroeder Soares¹

Priscylla A. Piucco²

1 INTRODUÇÃO

A mortalidade materna, conceituada em 1994 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), é entendida como a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, diariamente, cerca de 830 mulheres perdem a vida devido a causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto ao redor do mundo. A esmagadora maioria, 99%, dessas mortes maternas ocorre em países em desenvolvimento. Além disso, a mortalidade materna é mais elevada entre as mulheres que vivem em áreas rurais e comunidades mais pobres (OPAS, [2023]).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, por meio do Painel de Monitoramento de Mortalidade Materna, em uma análise de grupo etário entre 10 e 49 anos, no ano de 2020 ocorreram 71.897 mortes maternas no Brasil, enquanto em 2021 os dados aumentaram para 94.826 mortes maternas. No ano seguinte há uma diminuição, totalizando 69.154 mortes maternas. Todavia, ao analisar os dados de 2023 e 2024, os quais ainda são preliminares, tem-se os números de 66.248 e 21.818 mortes maternas, respectivamente (Brasil, [2024]).

¹ Mestranda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: Karolineschroedersoares@gmail.com.

² Mestranda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), taxista CAPES. E-mail: priscyllapiucco@gmail.com.

Não obstante, a partir da criação da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas – conhecida como um plano para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade –, os países e as partes interessadas que tenham aderido ao plano, assim como o Brasil, devem atuar para a concretização dos denominados 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, o qual inclui a redução da taxa global de mortalidade materna para menos de 70 por 100 mil nascidos vivos entre 2016 e 2030 (OPAS, [2023]).

O caso Alyne Pimentel é emblemático no contexto dos direitos reprodutivos e maternos, especialmente para mulheres negras no Brasil e para a jurisprudência internacional em direitos humanos. Alyne Pimentel, uma mulher negra de 27 anos, morreu em 2002 devido a complicações relacionadas à gravidez após não receber o atendimento médico adequado. Ela apresentava sintomas de pré-eclâmpsia, uma condição grave que pode ser fatal se não tratada adequadamente. Alyne procurou ajuda nos serviços de saúde pública, mas seu estado de saúde não foi devidamente diagnosticado nem tratado a tempo. A negligência no atendimento médico resultou em sua morte, deixando sua família e comunidade devastadas.

O caso foi levado ao Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) pelos familiares de Alyne, com o apoio de organizações de direitos humanos e de mulheres. Em 2011, o Comitê concluiu que o Estado brasileiro foi responsável pela violação dos direitos à vida, à integridade pessoal e à saúde de Alyne Pimentel, em violação aos compromissos internacionais de direitos humanos. A decisão destacou a discriminação racial e de gênero enfrentada por mulheres negras no acesso a serviços de saúde de qualidade no Brasil.

Para responder ao problema de pesquisa proposto: “Qual o posicionamento do Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) diante da ausência de proteção, pelo Estado brasileiro, ao direito à maternidade segura de Alyne Pimentel?”, adotou-se a metodologia dedutiva com base no levantamento técnico bibliográfico-documental com abordagem qualitativa.

Uma combinação de palavras-chave como “Caso Alyne Pimentel vs Brasil”, “Alyne Pimentel vs Brasil” e “Alyne Pimentel”, foi empregada como fonte de busca na Plataforma Scielo – Brasil e na plataforma de Periódicos Capes, com o marco temporal dos últimos cinco anos (2018-2024), encontrando-se, então, cinco artigos, a saber: 1) “Caso ‘Alyne Pimentel’: Violência de Gênero e Interseccionalidades” (2020), autoria de Cinthia de Cassia Catoia, Fabiana Cristina Severi e Inara Flora Cipriano Firmينو; 2) “As Políticas Públicas como Combate da Mortalidade Materna” (2023), de autoria de Bruna Marques Barreto e Fran Espinoza; 3) “A Boa-Fé Objetiva e a Teoria do Abuso do Direito: Perspectivas sobre a Autonomia da Parturiente no Caso ‘Alyne Pimentel’” (2023), de autoria de Rayssa Scarlett Silva Veras, Paulo Sérgio Velten Pereira e Mônica Teresa Sousa Costa; 4) “Habeas Corpus

143.641 e os Problemas do Encarceramento Feminino no Brasil” (2019), de autoria de Natália Faccin Duarte Torres e Marco Antonio Delfino de Almeida; 5) “*Implementing international human rights recommendations to improve obstetric care in Brazil*” (2018), de autoria de Alicia Ely Yamin, Beatriz Galli e Sandra Valongueiro.

Após a análise dos artigos mencionados, observou-se que foram construídos com perspectivas diferentes da proposta do estudo em tela. Para além da busca realizada nas referidas plataformas, a pesquisa contou com aportes sobre estudos do feminismo, feminismo negro e do feminismo decolonial à fim de fundamentar as dificuldades encontradas pelas mulheres negras e mães no país, já que tais estudos têm demonstrado a necessidade de aprofundamento sobre o tema, considerando que enfrentam uma combinação de discriminação racial e negligência sistemática do Estado em relação aos cuidados maternos.

À vista disso, o estudo será dividido em duas partes. A primeira seção tratará a negação do estado do papel de mãe à mulher negra no Brasil, que tem o propósito de manter corpos negros sob seu domínio, controlados. Além disso, ao negar à mulher preta o reconhecimento no papel de mãe, o Estado assegura que mulheres pretas permaneçam em seus supostos lugares: babá do branco, jamais mãe do preto.

O segundo capítulo, por sua vez, analisará a decisão proferida pelo Comitê CEDAW no caso Alynne Pimentel vs. Brasil, assim como as violações de direitos humanos ocasionadas pela atuação ineficiente do Estado brasileiro para com Alynne e sua família e qual o posicionamento do Comitê CEDAW. Não obstante, analisar-se-á, de forma breve, os dados de mortalidade materna no Brasil nos últimos anos, os quais são disponibilizados pelo Ministério da Saúde, concluindo pela necessidade de uma atuação estatal com base na interseccionalidade, a fim de que as mulheres possam ter seus direitos garantidos e suas vidas preservadas.

2 AMA-DE-LEITE, MACUMA... NUNCA MÃE

O conceito de raça surge de mãos dadas ao movimento desenfreado de colonização que o continente europeu iniciou. Segundo Quijano (2008), a invenção da raça se deu por conta e culpa da colonização do continente americano.

Mbembe (2003) vai além e afirma que o branco foi invenção dos europeus:

Tal força se manifestou de diversas formas conforme a época e o contexto – genocídios e extermínios no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais na África, na Ásia e na América do Sul e, um pouco por todo lado, espoliações, depredações, expropriações, pilhagens em nome do capital e do lucro, e, para coroar o conjunto, vernaculização da alienação. São essa

violência estrutural e o modo como contribui para a distribuição profundamente desigual os recursos da vida e dos privilégios da cidadania numa escala planetária que conferem à fantasia do branco parte de seu aprumo [...] e uma propensão a assassinar sem razão nenhuma.

A colonização do continente americano resultou na colonialidade de todos os aspectos sociais, incluindo a raça. A própria ideia de direitos humanos é colonial, eurocentrada. Para Herrera Flores (2009), o conceito dos direitos humanos é ocidental, europeu, branco e, conseqüentemente, exige que se ignore as multiculturas encontradas no mundo.

*El discurso de los derechos humanos, en la versión que de él conocemos en el derecho internacional, es una construcción de occidente de fuerte inspiración liberal, fruto de la matriz sociocultural de la modernidad, por lo que difícilmente puede pretenderse que sirva de plataforma conceptual universal*³ (Gándara, 2017, p. 3119).

Essa ideia de direitos humanos, completamente colonial, ainda tem grande influência no Brasil, que tapa os olhos quando as violações de direitos humanos acontecem com os negros. Afinal, os direitos humanos nasceram dos brancos e foram feitos para os brancos.

A carne do negro virou produto no comércio, humanos sendo vendidos, abusados, torturados e escravizados. Para alimentar o mercado e manter a mão-de-obra mais barata – a negra –, o processo de colonização se comprometeu a destruir famílias e pessoas, as subjugando a mero bicho, pois é necessário que se reconheça o que é preto como ruim para que o branco seja visto como oposto, o puro bem.

A sociedade brasileira foi construída nestes pilares racistas e coloniais, e segue os utilizando como firmes e fortes apoios em sua estrutura até os dias atuais. Nesse contexto, a mulher negra se destaca como o alvo mais atingido por esse sistema.

Partindo de uma análise interseccional, Lugones (2008) leciona que a colonialidade também alcançou as relações de gênero. Afinal, o patriarcado é, não somente, uma criação da colonialidade, mas também uma das maiores ferramentas utilizadas para manutenção do sistema colonial.

É preciso entender que não podemos resumir o patriarcado a um sistema de dominação masculino que é moldado pela ideologia sexista e machista. Pois,

³ Tradução livre: O discurso dos direitos humanos, na versão que conhecemos no direito internacional, é uma construção ocidental com forte inspiração liberal, resultado da matriz sociocultural da modernidade, pelo que dificilmente se pode afirmar que serve como plataforma conceptual universal.

também, é definido como um modo de dominação e exploração que se dispõe no terreno ideológico, social, político, econômico e cultural. O conceito de patriarcado está relacionado a uma estrutura de poder fixa em uma base material que, ideologicamente, se expressa em todo o tecido social (Heringer, 2021).

Portanto, o patriarcado é uma “dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõe papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos” (Akotirene, 2019, p. 67).

Não só a sua fertilidade é comandada e demarcada, a sua sexualidade também está extremamente silenciada, tendo que conviver e aceitar com a atividade da sexualidade masculina, pois fica permitido ou pré-determinada a possibilidade naturalizada das relações extraconjugais do homem. Por isso, a “mãe” é uma categoria social muito bem pensada e projetada. No Brasil, essa “mãe” da colônia, que deu frutos até os dias de hoje no enraizamento dos conceitos sociais, é restringida e interdita. A maternidade na colônia significa, assim, um projeto de Estado. Percebe-se uma justificativa apresentada pelo discurso de elite da demonização e marginalização da mulher que não se assume resumida ao útero, à sua função biológica, e àquelas que não dão seguimento às estruturas matrimoniais que visam uma edificação de Estado e de sociedade organizadamente cristã (Lôbo, 2017).

A partir de então, a família e, por consequência, o controle sob a mulher dentro desse campo, surge enquanto meio de garantir a reprodução de nova mão-de-obra útil na produção capitalista.

No surgimento do modo de produção capitalista, estruturado no patriarcado, os corpos das mulheres são vigiados como forma de controle de reproduções sadias, o que é uma forma de garantir a manutenção do capital. Nesse período, a igreja impulsionou o imaginário social da mulher como restrito a atividades consideradas femininas, ao trabalho doméstico e a maternidade. Um exemplo disso é a propagação de imagens que relacionavam a mãe com a Ave Maria.

A maternidade das mulheres era controlada pela população dominante como meio de reprodução do capital na medida em que os filhos das mulheres de classe alta, mormente, brancas, eram os futuros herdeiros que vão dominar e controlar os filhos das mulheres pobres e negras, que são a força de trabalho explorada que sustenta tal modo de produção (Heringer, 2021).

Essa maternidade incentivada como meio de reprodução do capital não ocorreu da mesma forma entre mulheres brancas e negras, contudo. O discurso de um suposto feminismo universal não abrange a mulher negra. O sistema escravagista diminui a população negra a mera propriedade.

Nos dias atuais, a sociedade brasileira segue tratando as mulheres negras da mesma forma como aconteciam nas senzalas, pois o lugar da preta continua sendo: hipersexualização de seus corpos, a empregada doméstica, mãe preta que abandona seus filhos para cuidar dos filhos de suas patroas.

Historicamente, as mulheres pretas sofrem a dupla punitividade na sociedade. Além de terem sido escravizadas nos campos, onde o labor era explorado, seus corpos foram sexualmente abusados pelo homem branco (Ercolani; Fernandes, 2020). As mulheres negras serviam de mão-de-obra na lavoura e como reprodutoras para gerarem mais escravizados de graça, para se tornarem mão-de-obra e assim o ciclo de exploração seguia.

O controle e a exploração das mulheres tinham particularidades de classe, raça e etnia, mantendo-se hoje via machismo, racismo e classismo. A exploração das mulheres brancas e negras ocorria, por exemplo, na invisibilização do trabalho doméstico e/ou na superexploração nos trabalhos que algumas delas exercem fora de casa – no meio público. As mulheres negras eram exploradas para exercerem os trabalhos domésticos das brancas e garantir a reprodução e sobrevivência de suas famílias. Aprofundaremos essa questão no último item desse capítulo. O controle das mulheres brancas e negras era evidente na vigilância e dominação da sua reprodução (Heringer, 2021).

Desde a época da escravização, as mulheres pretas são submetidas às diferentes violências contra a maternidade. Enquanto servia ao propósito de criar as crianças brancas, essas mesmas mulheres eram estupradas com o intuito de terem seus corpos usados e, ainda, para a reprodução involuntária de futura força de trabalho escravizada.

Diferente das mulheres brancas que tiveram que se mobilizar pelo direito de trabalhar fora de casa, as mulheres negras sempre realizaram este tipo de trabalho que ocupou/ainda ocupa, boa parte do espaço de suas vidas devido a herança do processo escravista. De acordo com Davis (2006), tendo em vista as condições impostas pelo processo de escravização, todos os processos de (re)existência da mulher negra foram ofuscados pelo trabalho compulsório.

Essas mulheres não eram lidas enquanto seres humanos, mas como bens móveis, unidades rentáveis de trabalho, assim como os homens negros da época (DAVIS, 2006). Raramente elas possuíam tempo para “ser mãe” ou “dona de casa”, papéis

pelos quais as mulheres brancas lutaram e ainda lutam para não serem estigmatizadas, devido principalmente às teorias de feminilidade do século XIX. Segundo Davis (2006), atualmente, a mulher negra ainda é pensada a partir da figura da mulher negra escravizada calcada na ideia da serva da casa - cozinheira ou cuidadora de crianças brancas - como trazem os estereótipos do Tio Tom e Sambo, e a Tia Jemina e Mamã Negra (Lôbo, 2017).

Hoje é possível ver o mesmo conceito de dupla punitividade das mulheres pretas. A figura da senzala foi substituída pelas celas racistas espalhadas no Brasil que compõem um sistema feito para segregar os negros.

[...] as punições públicas, o tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena e humilhação, os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo o chão; construiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por fito constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo escravo. [...] Um sistema como o escravismo moderno só se enraíza com o exercício da violência (Schwarcz; Starling, 2015).

Em pesquisa com base nos dados PNADC/IBGE, se observou que as mulheres negras apresentaram taxas de desemprego de 16,3% no 1º trimestre de 2022, enquanto para mulheres brancas o índice foi de 10%. O Brasil tem hoje a quarta maior população feminina encarcerada no mundo, e, segundo dados do INFOPEN, levantados no 2º semestre de 2019, o Brasil tem 42 mil mulheres presas, sendo que destas, 62% são negras e pardas.

Dessas mulheres, nenhuma mãe gestante ou lactante está em regime domiciliar com monitoramento. Enquanto no regime de prisão domiciliar sem monitoramento, há, em todo o Brasil, apenas 5 gestantes e 5 lactantes.

Contudo, segundo os dados do SISDEPEN, no segundo semestre de 2023, havia 10.852 mulheres em prisão domiciliar com monitoramento e 8.742 mulheres em prisão domiciliar sem monitoramento. Então por que somente 10 mães, em todo o território nacional estão incluídas nessas conversões à prisão domiciliar? Os próprios números respondem: porque, em sua maioria, são negras.

Esse encarceramento da mulher negra tem o objetivo claro de destitui-las do sentimento de humanidade que ainda lhes resta, antes de remover os filhos do contato materno, para garantir que essas crianças cresçam sem o convívio familiar e sigam os estereotipados caminhos que o próprio Estado pavimentou para o negro andar.

Essa imagem da mulher negra como “mãe” vem servindo como um controle de “raça”, gênero e sexualidade. E uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternais, justificando sua subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca (Kilomba, 2016).

Em outras palavras, a mulher preta serve de ama-de-leite da modernidade, criando e cuidando dos filhos dos brancos. As senzalas mudaram, estão repaginadas, com cara de edifícios bonitos em bairros de classe média com elevador de “serviçal”.

No Brasil, a mulher negra escravizada se dividia em duas categorias de trabalho: as trabalhadoras do eito e a mucama (GONZALES, 2016, p. 403). Sobre aquelas que trabalhavam no eito, seu trabalho era de sol a sol, eram subalimentadas e com frequência suicidavam-se para que seus filhos não fossem escravizados. Já a mucama era incumbida de lavar, passar, costurar e amamentar as crianças brancas. Estas moças frequentemente sofriam assédio do senhor branco, que “muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes” (GONZALES, 2016, p. 403).

Quando seu trabalho na casa grande acabava, a mulher escravizada ainda tinha que cuidar de seus filhos e assistir seus companheiros. A atuação da mucama deu origem à figura da “Mãe Preta”, quem realmente cuidava e educava os filhos dos senhores de escravos. A ama-de-leite era a mucama escravizada que amamentava os bebês das mulheres brancas visto que estas não tinham costume de amamentar (Lôbo, 2017).

Mas a pergunta persiste: se a preta cuida dos filhos da branca, quem cuida dos seus?

A resposta é ninguém. Porque a preta é babá, nunca a mãe. Seus filhos pouco importam além de um futuro condenado, construído desde o momento em que nasceram de pele preta.

3 CASO ALYNE PIMENTEL VS. BRASIL: O RECONHECIMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS REPRODUTIVOS E MATERNOS PELO COMITÊ CEDAW

O caso Alyne Pimentel vs. Brasil foi analisado e julgado pelo Comitê da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (Comitê CEDAW), no qual ocorreu a condenação do país. Este foi o primeiro caso em que o Brasil foi responsabilizado no sistema global de proteção dos direitos humanos, também chamado de sistema convencional contencioso quase-judicial das Nações Unidas⁴. Frisa-se que tanto o Comitê CEDAW, quanto à própria Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, fazem parte do sistema onusiano.

O incidente que levou à denúncia perante o Comitê CEDAW é emblemático devido às circunstâncias envolvendo Alyne da Silva Pimentel Teixeira, nascida em 29 de setembro de 1974, mulher negra, afrodescendente e de baixa renda, residente em uma área periférica. Em 2002, Alyne, à época com 27 anos, grávida de seis meses de sua segunda filha, enfrentou sérios problemas de saúde, como náuseas e fortes dores abdominais, e buscou assistência na unidade de saúde pública mais próxima de sua casa, Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória de Belford Roxo, na Baixada Fluminense (Comitê CEDAW, 2011).

O encaminhamento para os exames necessários durante sua primeira visita não foi realizado de imediato, considerando que o ginecologista e obstetra disponível prescreveu remédios contra náusea, vitamina B12 e, ainda, uma medicação local para infecção na vagina, tendo agendado exames de rotina de urina e de sangue para o dia 13 de novembro de 2002. Entre os dias 11 e 13 de novembro do respectivo ano, o quadro de Alyne agravou-se, oportunidade em que, no dia 13 foi à Casa de Saúde novamente, acompanhada de sua mãe, a fim de verificar se o médico não poderia lhe atender antes da realização dos exames (Comitê CEDAW, 2011).

Alyne Pimentel foi examinada e internada aproximadamente às 8h25min, tendo sido constatado a ausência de batimentos cardíacos do feto, por outro médico, apenas às 11h. Assim, foi necessário realizar um parto induzido, ocasião em que às 19h55min a vítima deu à luz ao natimorto⁵, com 27 semanas. Depois de transcorrido 14 horas, Alyne foi submetida a um procedimento cirúrgico para a retirada dos restos da placenta, mas o quadro se agravou, estando com hemorragia extrema, vômito com sangue, pressão sanguínea baixa, desorientação prolongada, fraqueza física aguda e incapacidade de ingerir alimentos. Desse modo, foi necessário a transferência para um hospital público, todavia, a maternidade

⁴ Convencionais, uma vez que estão estabelecidos nas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas; Contenciosos, pois envolvem o processamento das supostas violações em um órgão estabelecido pela própria convenção; Quase-judiciais, uma vez que não há um tribunal internacional atuante, mas sim Comitês estabelecidos pelas Convenções das Nações Unidas.

⁵ Natimorto é a morte fetal ocorrida com 20 semanas ou mais de gestação.

em que estava realizando o pré-natal não encontrava a ficha médica da paciente para a realização da transferência e o hospital se negou a disponibilizar uma ambulância (Comitê CEDAW, 2011).

Ao chegar no hospital, no dia 15 de novembro, Alyne já estava com hipotermia, graves dificuldades respiratórias e quadro de coagulação intravascular disseminada. Ainda que fosse de amplo conhecimento a gravidade do quadro, Alyne passou oito horas no corredor do hospital sem atendimento, em virtude de ausência de leito emergencial. Assim, no dia 16 de novembro a vítima, em razão da hemorragia resultante do parto do feto morto, veio a falecer. Os médicos identificaram, por meio da autópsia, que a causa da sua morte foi uma hemorragia digestiva, resultado do parto do feto natimorto (Comitê CEDAW, 2011).

Em novembro de 2007, a mãe de Alyne, Maria de Lourdes da Silva Pimentel, atuando em nome próprio e em nome da família da vítima, representados pelo Centro de Direitos Reprodutivos e Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos, apresentou uma petição ao Comitê CEDAW, em razão da violação praticada pelo Estado brasileiro de seu direito à vida e à saúde, nos termos dos artigos 2⁶ e 12⁷ da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres.

Frisa-se que o Comitê recebeu petições do *amicus curiae*, apresentadas pelo Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres para a América Latina e o Caribe, além da Comissão Internacional de Juristas e Anistia Internacional. Essas petições forneceram informações essenciais sobre o direito à saúde e à mortalidade materna no Brasil, enfatizando as obrigações internacionais dos Estados nesse contexto.

Para Rebeca Cook (2013), a constatação de que Alyne foi vítima de morte materna assume uma significância profunda, especialmente diante da contestação do Estado de que sua morte não se configurou como uma morte materna, atribuindo a causa provável a uma hemorragia digestiva. O Comitê, todavia, enfatizou a relevância desse ponto, evidenciando que no Brasil a classificação inadequada das causas de óbito das mulheres frequentemente resulta na subnotificação das mortes maternas.

Assim, após analisar o caso, o Comitê concluiu que:

⁶ Os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher [...]

⁷ 1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, inclusive os referentes ao planejamento familiar.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância.

Embora o Estado-parte argumente que a morte da Sra. da Silva Pimentel Teixeira não teve relação com fatores maternos e que a provável causa da morte foi hemorragia digestiva, observa o Comitê que a sequência de eventos descritos pelo autor e não impugnada pelo Estado-parte, bem como a opinião de especialistas fornecidas pelo autor, indicam que sua morte teve de fato relação com complicações obstétricas relacionadas à gravidez. Suas queixas de náusea extrema e dor abdominal durante o seu sexto mês de gravidez foram ignoradas pela Casa de Saúde, que não conseguiu realizar testes urgentes de sangue e urina para verificar se o feto tinha morrido. Os testes foram feitos dois dias depois, o que levou a uma deterioração da condição da Sra. da Silva Pimentel Teixeira (Comitê CEDAW, 2011, p. 60).

Nesse sentido, o Comitê CEDAW entendeu que a vítima não foi atendida da forma adequada e justa durante o período gravídico, afirmação que não foi contestada pelo Estado brasileiro, pois houve falha em todos os procedimentos, desde consultas e exames à internação de Alyne, o que, de fato, contribuiu para a sua morte. Há de se considerar que, embora a cirurgia tenha sido realizada na Casa de Saúde, centro privado, o estabelecimento prestava serviços de saúde pública através de um contrato com o Município (Cook, 2013).

O Estado brasileiro, para além de violar os direitos de Alyne durante a gestação, sequer considerou indenizar seus familiares, a fim de repará-los de alguma forma. Frisa-se que a família, inclusive, entrou com ações pleiteando indenizações por danos morais e materiais, todavia, não foram solucionadas até a decisão da Corte CEDAW.

Em 11 de fevereiro de 2003, três meses depois da morte de Alyne, a família entrou com uma ação civil pedindo indenização por danos morais e materiais, que não havia sido resolvida na ocasião da decisão Alyne em 2011. Por duas vezes, a família entrou com medidas de tutela antecipada para prevenir danos graves ou irreparáveis, enquanto não havia decisão na ação judicial, mas estas medidas foram ignoradas ou negadas. O Comitê concluiu que “o tempo de oito anos passados desde que a ação foi iniciada... constitui um atraso demasiadamente prolongado e não razoável,” e, portanto, constitui uma violação ao Artigo 2º(c) de estabelecer proteção efetiva aos direitos das mulheres através dos tribunais nacionais (Cook, 2013).

Os Estados-partes devem garantir que a legislação, políticas e ações executivas estejam em conformidade com a obrigação de respeitar, proteger e promover os direitos das mulheres à saúde, estabelecendo um sistema que garanta um acesso efetivo à justiça. Além disso, é crucial dar atenção especial às necessidades médicas e aos direitos das mulheres pertencentes a grupos vulneráveis e marginalizados. A responsabilidade de eliminar a discriminação no acesso aos cuidados médicos também envolve considerar como os fa-

tores sociais influenciam as condições de saúde, os quais podem variar entre as mulheres. O Comitê reconheceu, portanto, que a condição de Alyne foi o que a colocou em tal posição quanto aos serviços de saúde de emergência. Ora, a vítima foi discriminada por ser mulher, de classe social baixa e negra (Comitê CEDAW, 2011). A decisão do Comitê não se limitou ao caso individual de Alyne, mas abordou questões sistêmicas na saúde que contribuíram para sua morte e que afetam outras mulheres brasileiras (Cook, 2013).

A partir disso, foram realizadas recomendações específicas à família da vítima, assim como às questões estruturais do sistema de saúde brasileiro, a fim de que se possa vir a corrigir os impasses que ocasionaram a morte de Alyne – a qual poderia ter sido evitada, se tratada com responsabilidade. Não obstante, recomendou-se que país se atente quanto às necessidades médicas e aos direitos das mulheres que integram algum grupo vulnerável e, desse modo, possuem desvantagens se comparado à outras, já que a eliminação da discriminação no acesso à saúde inclui verificar fatores sociais que colocam cada mulher em um lugar distinto, dada as suas especificidades (Comitê CEDAW, 2011).

Especialmente à família de Alyne, o Comitê reconheceu o dano moral causado à mãe e os danos morais e materiais causados à sua primeira filha, a qual tinha cinco anos à época dos fatos, pois ambas passaram a viver em situações precárias, já que Alyne havia falecido e o pai da menina as abandonou. Sendo assim, determinou-se que o Brasil oferecesse reparações financeiras apropriadas à gravidade das violações cometidas (Comitê CEDAW, 2011).

Ainda que a condenação do Estado brasileiro pelo Comitê tenha ocorrido no ano de 2011, os dados recentes sobre mortalidade materna no Brasil, conforme relatados pelo Ministério da Saúde, não mostram melhorias significativas. Em 2019, houve 62.683 mortes maternas; em 2020 o número aumentou para 71.879; em 2021 chegou-se à 94.826; em 2022, ocorreu uma queda para 69.154; os anos de 2023 e 2024, embora tenham apenas dados parciais até o momento, são altos: 66.6248 e 21.818, respectivamente (Brasil, [2024]).

Há de se considerar que as questões são agravadas quando se trata de gênero, raça e classe. Segundo Sueli Carneiro (2023), mulheres negras enfrentam uma incidência significativamente maior de violência e discriminação, tanto de gênero quanto racial, em comparação com outras mulheres. Assim como nas dinâmicas de poder que afetam mulheres de maneira geral, o racismo influencia percepções sociais sobre quem merece viver e quem deve morrer, baseando-se na cor da pele.

Para Saffioti (2015), a emergência das classes traz consigo uma série de mudanças significativas no âmbito do gênero. Não se resume a simplesmente adicionar racismo, gênero e classe social, mas sim entender a complexidade resultante dessa combinação. Não se discrimina alguém apenas por ser mulher, trabalhadora e negra. Na verdade, uma

mulher não enfrenta uma dupla discriminação apenas por ser mulher e trabalhadora assalariada. Essas são questões que vão além de variáveis quantitativas ou mensuráveis; são determinações e qualidades que ampliam a complexidade das situações enfrentadas por essas mulheres.

Estudos revelam que a desigualdade racial pode influenciar profundamente a qualidade de vida de cada indivíduo. Nesse sentido, Carneiro (2023, p. 70) salienta que “a desvalorização da vida conforme a racialidade resulta em negligência e falta de atenção, não priorizando o reconhecimento e compreensão dessas singularidades”. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos ao longo de oito anos revelou que as mulheres afro-americanas têm uma taxa de mortalidade materna quatro vezes maior do que a das mulheres americanas em geral. Uma análise de artigos nacionais que investigam os índices de mortalidade materna por raça/cor confirma que a taxa é mais elevada entre as mulheres negras. Esses dados podem ser explicados pela maior prevalência de condições hipertensivas, pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e pela menor qualidade da assistência oferecida (Viana; Novaes; Calderon, 2011).

Para Gallegos-Alor e Wolkmer (2022), a implementação de um padrão de poder global tem um impacto significativo, que continua a moldar a estrutura mundial até hoje o qual influencia a inter-relação entre diversas esferas da vida, além de determinar a distribuição de poder e a disponibilidade de recursos econômicos, culturais, sociais, políticos e outros para diferentes grupos sociais. Sendo essa distribuição condicionada por características como gênero, status social e econômico, etnia, nível educacional, entre outras categorias, como o caso de Alyne Pimentel.

A interseccionalidade para Patrícia Hill Collins e Sirma Belge (2021) pode ser definida, de forma muito breve, da seguinte maneira:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Do mesmo modo, para Gallegos-Alor e Wolkmer (2022) a interseccionalidade representa um modo de enriquecer a abordagem ao pluralismo normativo de teor descolonial, pois significa uma mudança na abordagem de categorias prontas/fechadas, ou seja, envolve uma transformação significativa na maneira como abordamos tais categorias dos

diferentes processos normativos de dominação experimentados por subjetividades subalternas e diversos grupos culturais, os quais devem ser entendidos como produtos de um extenso histórico de colonialidade, subordinação e exercício de poder.

Conclui-se, portanto, a necessidade de uma abordagem mais interseccional no Estado brasileiro, considerando que está intimamente ligada com a justiça reprodutiva, já que nasceram para que grupos e pessoas com demandas específicas sejam vistos pela sociedade e pelo poder público. É necessário, ainda, atentar-se aos casos em que envolvem questões de raça e classe, já que são essas as mulheres mais vulneráveis perante a tais situações, em razão da negligência estatal e da falta de condição financeira para procurar profissionais de sua confiança, ocasionando um aprisionamento das mulheres nas instituições existentes que, muitas vezes, acabam violando os seus direitos básicos à vida e ao acesso à saúde, assim como direitos maternos e reprodutivos. À vista disso, o caso de Alyne Pimentel destaca a necessidade urgente de abordar as intersecções de raça, classe e gênero no contexto das políticas públicas, visando mitigar as violações dos direitos humanos das mulheres especialmente em relação à mortalidade materna, que continua sendo uma séria violação desses direitos.

4 CONCLUSÃO

Quando se fala do caso da Alyne Pimentel, tem-se um debate que vai muito além da questão dos direitos reprodutivos, pois Alyne era mulher preta. Num país tão racista como o Brasil, é inviável ignorar a interseccionalidade nos casos que envolvem mulheres pretas. Falar de gestantes negras é um tema que envolve questões de saúde, direitos humanos, direitos da mulher e racismo.

Apesar de haver no Brasil uma suposta garantia do acesso ao pré-natal e ao parto humanizado, as gestantes negras enfrentam desafios que vão além por conta do racismo estrutural, discriminação e desigualdades no sistema de saúde.

Ao longo deste estudo, foi possível observar que as mulheres negras, em particular, sofrem mais com a violência obstétrica. Gestantes negras tendem a receber menos analgesia no parto, são menos ouvidas pelos profissionais de saúde e têm maior probabilidade de sofrer intervenções desnecessárias ou inadequadas durante o trabalho de parto.

Além disso, como ocorreu no caso de Alyne, a mortalidade materna é mais alta entre mulheres negras do que entre mulheres brancas no Brasil. Isso está relacionado a uma combinação de fatores negativos que acontecem com as gestantes negras, como o acesso limitado aos serviços de saúde, discriminação racial, condições socioeconômicas desfavoráveis e qualidade inferior no atendimento que recebem. O caso da Alyne Pimentel

se tornou, infelizmente, um marco no campo dos direitos humanos e do direito à saúde das mulheres, especialmente em relação às mulheres negras, no Brasil.

Por conta da repercussão que tomou o ocorrido, a decisão do Comitê CEDAW, que condenou o Estado brasileiro, destacou as desigualdades por discriminação de gênero e raça na violação dos direitos à vida e à saúde.

Em razão da condenação, além de reparar a família de Alyne pelos danos morais sofridos, o Comitê fez uma série de recomendações ao Brasil que visavam melhorar a infraestrutura de saúde materna no país, capacitação dos profissionais de saúde sob a perspectiva racial nesse campo e fortalecer políticas públicas para reduzir a mortalidade materna, especialmente entre mulheres de baixa renda e negras.

Apesar das recomendações do Comitê CEDAW, em 2011, resta claro que pouco mudou desde então, uma vez que, conforme demonstrado no presente artigo, os dados atuais da mortalidade materna no Brasil não mostraram melhorias significativas.

Embora o país tenha marcos legais e programas de saúde voltados para o atendimento materno-infantil, como o SUS, por exemplo, as mulheres negras seguem enfrentando obstáculos desproporcionais no acesso a um atendimento de qualidade durante a gravidez, o parto e o puerpério.

Por isso, a necessidade de implementar políticas públicas específicas para gestantes negras é, ainda, um tópico recorrente e necessário de ser abordado no Brasil. Apesar do caso da Alyne, percebe-se que o Brasil ainda é falha em assegurar políticas públicas com o intuito de promover a equidade racial no sistema de saúde.

Essas medidas não apenas melhoram a qualidade de vida e os direitos reprodutivos das mulheres negras, mas também têm o potencial de transformar o atendimento em saúde de maneira mais justa e inclusiva, salvando vidas e promovendo a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de monitoramento da mortalidade materna**. [2024]. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMITÊ CEDAW – COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES. **CE-DAW/C/49/D/17/2008**. Decisão caso Alynne da Silva Pimentel Teixeira vs Brasil. Tradução Juramentada por Mariana Erika Heynemann. Rio de Janeiro: CEDAW, 2011. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/documentos-diversos/decisao-cedaw-caso-alyne-teixeira-29jul11-portugues>. Acesso em: 5 dez. 2025.

COOK, Rebecca J. Direitos humanos e mortalidade materna: explorando a eficácia da decisão do Caso Alynne. Tradução de Maria Elvira Vieira de Mello e Beatriz Galli. **Journal of Law, Medicine & Ethics**, v. 41, n. 1, p. 103-123, 2013. Disponível em: <https://www.law.utoronto.ca/sites/default/files/documents/reprohealth/Pub-AlynnePortuguese.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ERCOLANI, Kamila Machado; FERNANDES, Carolina de Sena. Da senzala ao cárcere: a mulher negra e o sistema prisional. In: **Congresso Internacional de Ciências Criminais**, 2020, Porto Alegre. Anais [...] Porto Alegre: Editora PUCRS, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-cienciascriminais/assets/edicoes/2020/arquivos/178.pdf>.

GALLEGOS-ALOR, Tawny Raquel; WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico y teoría crítica descolonial como fundamento para replantear la cuestión del género. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 342-366, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50747>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GÁNDARA, Manuel. Hacia una teoría no colonial de los derechos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 3117–3143, 2017. Disponible en: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/31228>. Acesso en: 26 nov. 2025.

HERINGER, Carolina Magalhães. **Controle da maternidade das mulheres negras**: ilustrações do caráter racista, patriarcal e capitalista sobre seus corpos. 2021. 186f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://www.bdtu.uerj.br:8443/handle/1/18953>. Acesso em: 19 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance de Grada Kilomba. São Paulo: 2016.

LÔBO, Jade Alcântara. **Racismo e Patriarcado como Sistema Internacional**: uma análise antropológica das relações Brasil-Haiti. 2017. 107f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/c4d3a269-533b-4061-8036-3db297b2d9ed>. Acesso em: 5 dez. 2025.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Bogotá: Tabula Rasa, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, Duke University Press, v. 15, n. 1, p. 11-40, jan. 2003.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde Materna**. [S.l.]: OPAS, [2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-materna#:~:text=A%20mortalidade%20materna%20%C3%A9%20inaceitavelmente,a%20gravidez%20e%20o%20parto>. Acesso em: 5 dez. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n. 37, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em: 5 dez. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia de Letras; Schwarcz, 2015.

VIANA, Rosane da Costa; NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi; CALDERON, Iracema MP. Mortalidade materna: uma abordagem atualizada. **Revista Com. Ciências Saúde**, v. 22, n. Sup. 1, p. S141-S152, 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mortalidade_materna.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

CAPÍTULO II

A INVISIBILIDADE DOS MENORES DESACOMPANHADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS EUA SOB A PERSPECTIVA DESCOLONIAL

*Emily König Tietböhl*¹

*Sofia Ferreira Rabelo de Carvalho*²

1 INTRODUÇÃO

Com o crescente fluxo de menores desacompanhados em direção aos Estados Unidos, em especial provenientes de países da América Central³, a análise das políticas migratórias aplicadas a essa população torna-se essencial. Esses menores, conhecidos como “*unaccompanied minors*”, são crianças migrantes abaixo de 18 anos que estão inseridos em um contexto de grande vulnerabilidade, sendo expostos a condições adversas ao longo de sua trajetória migratória e, muitas vezes, ao chegarem ao destino.

O tratamento oferecido a essas crianças pelo sistema de imigração dos Estados Unidos levanta importantes questões relacionadas à garantia de seus direitos [humanos]. Neste cenário, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e a perspectiva decolonial emergem como ferramentas analíticas fundamentais para uma avaliação mais profunda das dinâmicas de exclusão e das violações de direitos que permeiam essas políticas.

O objetivo geral deste estudo é analisar como a política de imigração dos Estados Unidos afeta os direitos humanos dos menores desacompanhados, propondo uma investigação crítica que leve em consideração a interseção entre direitos humanos e a perspec-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Taxista CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). E-mail: emilytietbohl@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ) na área de políticas públicas em educação. E-mail: sofiafrdcarvalho@gmail.com.

³ Segundo informações obtidas no site da Administration for Children and Families, ligada ao HHS, 79% das crianças desacompanhadas que chegam nos Estados Unidos são provenientes de Honduras, El Salvador e Guatemala. O primeiro é o país com o maior número de homicídios per capita no mundo, enquanto os outros dois estão em quarto e quinto lugar da mesma lista, respectivamente. Se forem incluídas as crianças provenientes do México, o perfil das crianças desacompanhadas é de 87% de crianças latino-americanas (Neglect [...], 2018).

tiva descolonial. De forma específica, o artigo busca: (i) identificar as principais previsões normativas nacionais e internacionais que regem o tratamento dado aos menores desacompanhados no âmbito da imigração nos Estados Unidos; (ii) conhecer as condições de acolhimento, tratamento e acesso à justiça enfrentadas por essas crianças no sistema de imigração dos EUA e (iii) analisar as políticas migratórias para menores desacompanhados sob uma perspectiva crítica dos direitos humanos, destacando a influência de estruturas nelas.

A pergunta que orienta esta investigação é: como a política de imigração dos Estados Unidos impacta os direitos humanos dos menores desacompanhados? Parte-se da hipótese de que, apesar dos avanços normativos no campo dos direitos humanos, as políticas migratórias dos Estados Unidos continuam a produzir violações significativas aos direitos fundamentais desses menores. A falta de acesso adequado à justiça, as condições precárias em centros de detenção e a separação de famílias são alguns dos principais fatores que comprometem a proteção desses indivíduos.

O tema desta pesquisa justifica-se pela urgência em se abordar as violações de direitos humanos sofridas por menores desacompanhados no processo de imigração, especialmente sob uma perspectiva crítica e descolonial. As assimetrias de poder que sustentam as políticas migratórias dos Estados Unidos evidenciam a perpetuação de práticas coloniais que, ao invés de protegerem os mais vulneráveis, reforçam dinâmicas de exclusão e marginalização.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a política de imigração dos EUA, especialmente a partir de artigos científicos, relatórios de organizações de direitos humanos e documentos legais relevantes sobre o tema de menores desacompanhados. O outro movimento metodológico foi a análise crítica das informações levantadas a partir da Teoria Crítica dos Direitos Humanos.

O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução, considerações finais e referências bibliográficas. A primeira seção trata das previsões normativas que orientam a política de imigração dos Estados Unidos em relação aos menores desacompanhados e aborda condições de acolhimento, tratamento e acesso à justiça enfrentadas por esses menores. A segunda seção discorre sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica, focando nas dinâmicas de poder que moldam essas políticas.

2 EVOLUÇÃO E IMPACTO DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO DOS EUA SOBRE MENORES DESACOMPANHADOS

A história das políticas de imigração nos Estados Unidos é regada de ambivalências e contradições. Aqui, não existe a pretensão de oferecer um histórico completo e detalhado dessas políticas, e sim um panorama geral que seja capaz de ilustrar algumas dessas contradições históricas que reverberam até hoje.

Como o objetivo do artigo é analisar a política de imigração dos Estados Unidos em relação aos menores desacompanhados, primeiro será realizado uma breve contextualização das políticas de imigração dos EUA, com foco nas políticas que envolvem essas crianças e imigrantes latino-americanos. Depois, serão explorados os processos legais enfrentados pelos menores desacompanhados ao buscar asilo ou residência nos EUA, assim as condições de acolhimento e tratamento de menores.

2.1 Histórico e evolução das políticas de imigração

A nação estadunidense passou um século, desde a sua fundação, sem qualquer restrição de imigração, mas a partir do momento em que essas regulações foram introduzidas nas políticas, elas foram marcadas por evidente discriminação contra determinados grupos, religiões e nacionalidades (Ewing, 2012, p. 1-3), que deixavam claro os perfis de imigrantes que o governo desejava atrair e repelir⁴. Assim, ao observar as políticas migratórias dos EUA, é importante ter em mente que esse racismo e violência presentes na política interna, marcada por muitas décadas de segregação racial institucionalizada, perpassam também a política externa estadunidense e têm impacto até os dias atuais.

Apenas em 1952, com o McCarran-Walter Act, que as políticas do século XIX e início do século XX que excluía os imigrantes asiáticos chegaram ao fim. Porém, foi mantido um sistema de cotas baseado em etnias para favorecer a entrada de europeus brancos no país (CFR, 2025).

⁴ A política de livre recepção de imigrantes ocorreu num período em que era importante o aumento de mão-de-obra no campo e a ocupação de novos territórios, especialmente no oeste do país, ao longo do século XIX. Neste momento, a maior parte dos imigrantes que chegavam em território norte-americano era branca, da Europa. As primeiras leis federais de exclusão, no final do século XIX e início do século XX, tinham forte teor racista e discriminatório, como o Chinese Exclusion Act (1882) que suspendeu a imigração dos trabalhadores chineses para os Estados Unidos por 10 anos. Pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, tuberculosos, crianças desacompanhadas dos pais e indivíduos que cometeram crimes considerados moralmente torpes também foram excluídas no Immigration Act de 1907 (Silva, 2013, p. 8-10).

Nas décadas de 1960 a 1980 foram aprovadas algumas leis de incentivo à concessão de vistos para imigrantes, com preferência à reunião familiar e os serviços de reassentamento de refugiados em território estadunidense foram padronizados (CFR, 2025).

Na década de 1980, o grande número de crianças desacompanhadas provenientes da América Central que foram detidas ou apreendidas pelo Immigration and Naturalization Service (INS) em centros de detenção para adultos provocou um volume de litígios considerável que culminou no Flores Settlement Agreement, “Acordo Flores”, acordo legal firmado em 1997 que estabelece padrões mínimos nacionais de atendimento a crianças imigrantes sob custódia da imigração dos EUA, sob supervisão do tribunal de imigração (Neglect [...], 2018). Até hoje, esse acordo é a principal base legal do país para a proteção de crianças sob custódia da imigração federal que foram vítimas de violações de direitos.

Importante ressaltar que os Estados Unidos, apesar de signatários, são o único país que ainda não ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, ratificado por 196 países (UNICEF, 1989). Essa Convenção prevê a proteção e defesa dos interesses da criança, incluindo sua saúde e segurança, como prioridade a ser levada a cabo pelas autoridades.

Na década de 1990, ao mesmo tempo em que foram concedidos mais vistos de imigrantes⁵, com prioridade à reunião familiar das leis anteriores vigentes e a imigrantes trabalhadores altamente qualificados com educação formal, a chegada de imigrantes sem essas qualificações foi limitada e a repressão a imigrantes ilegais, intensificada⁶.

O ano de 2001 foi um marco nas políticas migratórias dos EUA. No primeiro semestre, foi introduzido pelo Congresso Americano o *Development, Relief, and Education for Alien Minors Act* (DREAM), que oferecia um caminho às crianças que chegaram de forma ilegal nos EUA a adquirirem cidadania, desde que cumpridos alguns requisitos como ter concluído o Ensino Médio numa escola americana ou servido o exército americano por dois anos (CFR, 2025). Com os ataques terroristas de 11 de setembro, a política migratória estadunidense passou por diversas transformações: 22 agências e departamentos diversos relacionados à segurança e desastres foram consolidados e o Department of Homeland Security foi criado para assumir toda a matéria de imigração, no lugar do Immigration and Naturalization Service – INS – (CFR, 2025).

⁵ Immigration Act de 1990, assinado na administração de George H. W. Bush (CFR, 2025).

⁶ Durante a administração de Bill Clinton, que dobrou o número de agentes de patrulha das fronteiras e autorizou a construção de uma cerca de mais de 20 quilômetros na fronteira entre San Diego e Tijuana, o que levou os imigrantes a tentarem realizar a travessia em ambientes mais perigosos, passando por desertos e montanhas da Califórnia e do Arizona. As principais críticas contra essa Operação são a militarização da fronteira e a morte de mais de 5.000 imigrantes nos 15 anos seguintes que ocorreram nos terrenos mais ao leste (CFR, 2025).

Durante a administração de Barack Obama, o programa conhecido como Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) adiou deportações e concedeu vistos de trabalho para imigrantes sem documento que chegaram nos EUA quando crianças, de forma semelhante ao DREAM Act⁷.

A administração de Donald Trump (2017-2020) foi fortemente marcada por um discurso anti-imigração. A política migratória mais controversa de Trump foi a de tolerância zero para travessias ilegais de adultos na fronteira, com a prisão imediata de todos os imigrantes sem documentação, que foram processados criminalmente (CFR, 2025).

Muitas das crianças migrantes eram separadas das suas famílias e detidas separadamente, como uma tentativa de desestimular famílias a atravessarem a fronteira. Essa política separou mais de 5.500 crianças de suas famílias (Kannam, 2023, p. 210) e gerou muitas críticas, de modo que o Presidente Trump assinou uma ordem executiva para acabar com essa situação, mas sem dar realmente fim à política de tolerância zero ou mal tratamento de imigrantes nos centros de detenção (CFR, 2025).

Em 2019, o número de imigrantes provenientes da América Central tentando chegar aos EUA continuou a aumentar, de modo que a resposta da administração de Trump foi restringir os critérios para concessão de asilo. O programa “Migrant Protection Protocols” (MPP) conhecido como o programa “Remain in Mexico”⁸, estabeleceu que os imigrantes que chegassem na fronteira sul dos EUA com o México e pedissem asilo fossem enviados de volta para o México até a data e local estipulados para a realização de suas próximas audiências⁹.

Ainda, administração Trump acabou com a iniciativa da administração Obama em relação ao programa Justice AmeriCorps, na qual o governo oferecia subsídios para advogados e paralegais representarem as crianças desacompanhadas nos tribunais de imigração (Kannam, 2023, p. 220).

A pandemia da covid-19 intensificou ainda mais o processo de restrição à imigração, com a proibição de todas as viagens não essenciais e a autorização, aos funcionários da fronteira, para expulsar imediatamente migrantes e solicitantes de asilo. Foi anulado o devido processo legal habitual e encerrando sistema de asilo, com a interrupção dos processos judiciais de concessão de vistos de trabalho e *green cards* (Kannam, 2023).

⁷ Os critérios de qualificação para a concessão desse visto eram o indivíduo não ter antecedentes criminais, viver no país há pelo menos cinco anos e ser estudante, graduado no ensino médio ou veterano militar (CFR, 2025)

⁸ tradução livre: Programa Permanença(m) no México.

⁹ Mais de 70 mil imigrantes foram obrigados a voltar para o México, muitos sem garantia ao devido processo e a representação legal, esperando meses para o processo terminar ou até mesmo a primeira audiência. Essas pessoas e suas famílias eram devolvidas para o México em situação de extrema vulnerabilidade, obrigadas a viver em tendas ou abrigos na cidade, sujeitas a sequestros, estupro e outras violências físicas (Neusner; Kizuka, 2022).

A administração de Joe Biden foi eleita ao se posicionar contra as políticas de imigração mais controversas de Trump, de modo que as primeiras medidas tomadas foram a suspensão da construção do muro na fronteira sul, a retomada do programa de reassentamento de refugiados e a diminuição das restrições impostas aos solicitantes de asilo (Kannam, 2023). O programa Remain in México também foi suspenso e, posteriormente, terminado (American Immigration Council, 2024).

Contudo, o número de imigrantes nas fronteiras estadunidenses foi o maior desde 2006 e, neste cenário, alguns centros de detenção foram reabertos e as instalações na fronteira expandidas para dar conta da grande quantidade de menores desacompanhados (CFR, 2025).

A seguir, serão abordados os procedimentos legais do governo estadunidense em relação aos menores desacompanhados e as principais barreiras encontradas por essas crianças em seu acesso à justiça.

2.2 Procedimentos legais e barreiras

Nos Estados Unidos, Hlass (2020, p. 211) aponta que existem dois sistemas distintos para o tratamento de crianças dentro dos parâmetros estabelecidos pelas leis de imigração: o sistema de apreensão e detenção, e o sistema de julgamento e remoção.

O primeiro sistema é o momento em que as autoridades, do Immigration and Customs Enforcement (ICE) ou do Customs and Border Protection (CBP), realizam detenções e apreensões, classificando as crianças em menores desacompanhados, menores acompanhados ou não menores, com 18 anos ou mais (Hlass, 2020). Essa classificação determina o tipo de detenção e as agências que ficarão responsáveis pela proteção dessas pessoas.

Hlass (2020, p. 229) resume que as ações da administração Trump direcionadas às crianças desacompanhadas no sistema de apreensão e detenção a: separar as crianças de seus pais, detê-las em maior número e por mais tempo, submetê-las à autoridade ORR (Hlass, 2020, p. 229)¹⁰ e mantê-las em condições deploráveis.

Quando detidas, as crianças são interrogadas por agentes do ICE ou CBP sobre sua nacionalidade e status de cidadania para o preenchimento de formulários que serão utilizados nos tribunais de imigração (Hlass, 2020, p. 210). Hlass (2020) aponta que as proteções e os procedimentos especiais para crianças no momento de apreensão são geralmente escassos e superficiais (Hlass, 2020, p. 210)¹¹, geralmente excluindo jovens de 18 a 20 anos (a maioria nos Estados Unidos é atingida aos 21 anos), e que o tratamento

¹⁰ Tradução livre de “*enforcement activity*”.

¹¹ Como exemplo, a autora menciona os Juvenile Protocols emitido pelo ICE e o Flores Settlement Agreement (“Flores”).

dispensado às crianças por esses agentes no momento do interrogatório é essencialmente o mesmo que o dispensado aos adultos (Hlass, 2020).

As crianças que permanecerem em detenção temporária por mais de 72 horas devem ser mantidas em estabelecimentos licenciados para o cuidado de menores, e as acomodações devem ser seguras, com boas condições sanitárias e o menos restritivas possível, conforme previsto pelo Acordo Flores (Hlass, 2020, p. 211-212). Esse é o momento em que as crianças são classificadas como “desacompanhadas” ou não, e algumas crianças acompanhadas são separadas dos seus responsáveis por não terem parentesco ou por serem considerados perigosos, ou pelos membros de sua família enfrentarem processos judiciais (Hlass, 2020)¹².

As crianças desacompanhadas devem ser transferidas para o cuidado do Office of Refugee Resettlement (ORR), do U.S. Department of Health and Human Services (HHS) (Hlass, 2020, p. 212)¹³. Apesar do HHS poder alocar, em situações emergências, crianças em locais improvisados, em regra elas devem ser alocadas em abrigos independentes, casas coletivas ou centros de acolhimento licenciados (Cheatham; Roy, 2023).

Ainda que existam limitações em relação ao tempo que as crianças podem permanecer dentro dos centros de detenção, se elas forem separadas da família por um longo período ou permanentemente, elas passam a fazer parte do sistema de acolhimento familiar (“*foster care*”) e podem ser colocadas sob os cuidados de um responsável, geralmente algum membro de sua família ou outro tutor, no decorrer do seu processo de imigração (Kannam, 2023, p. 213).

O sistema de julgamento e remoção envolve os procedimentos legais imigratórios que determinam o *status* legal da criança e se ela poderá continuar ou não nos Estados Unidos. Nele, também são oferecidas poucas regras/concessões específicas para crianças, de modo que elas são submetidas a praticamente o mesmo regime legal que os adultos (Hlass, 2020, p. 212). Um exemplo dessas regras específicas é a necessidade de agentes da imigração serem obrigados a ler os direitos das crianças menores de 14 anos numa língua que elas entendam, como o direito a fazer uma ligação ou procurar advogado (Hlass, 2020, p. 211).

Segundo a lei de imigração, cabe ao imigrante provar sua elegibilidade a proteções como asilo ou residência permanente legal, proteções que são discricionárias (Hlass, 2020, p. 212). Não existe um limite de idade em relação a quem está sujeito à

¹² Somente a partir de 2016 que as crianças acompanhadas foram abarcadas pelas garantias do Acordo Flores, que antes se direcionava apenas às crianças desacompanhadas (Youth Law Center, 2021).

¹³ O ORR opera uma rede de 289 instalações/programas em 29 estados, com 6.448 sob seus cuidados (ORR, 2021).

jurisdição do tribunal de imigração, e, também, não há garantia legal à nomeação de um representante legal.

Desse modo, crianças (até mesmo bebês) sem representação legal precisam não apenas representar a si mesmas no tribunal, como preencher formulários de imigração, reunir evidências e defender seus interesses perante o juiz em uma língua que não é a sua (Hlass, 2020, p. 213).

Ao final do processo, a criança pode perder o caso e ser deportada ao seu país de origem, atingir a maioridade e ser liberada ou detida em estabelecimentos para adultos enquanto os procedimentos são continuados, ou ganhar e obter asilo ou alívio migratório (Cheatham; Roy, 2023).

A falta de representação legal é a principal barreira enfrentada pelas crianças desacompanhadas no processo de imigração. Estudos mostram que a maior parte das crianças não têm representação legal, e que a maior parte dessas crianças sem representação é deportada: 9 em cada 10 crianças que representam a si mesmas nos tribunais de imigração são deportadas, e a representação legal aumenta as possibilidades de as crianças permanecerem nos EUA em 7 vezes (Kannam, 2023, p. 2011).

King e Silvestri Hall (2020) criticam a grande desigualdade de poder nos tribunais de imigração, nos quais as crianças desacompanhadas ficam em situação de grande vulnerabilidade, precisando lidar com procedimentos complexos. As autoras defendem uma interpretação do Immigration and Nationality Act (INA) em conjunto com o TVPRA (Traffic-killing Victims Protection Reauthorization Act), para garantir que crianças desacompanhadas tenham direito a um advogado e a um processo justo.

A seguir, serão abordadas as condições das instalações dos centros de detenção, o tratamento direcionado às crianças neles e a observância ou não do devido processo legal por parte das autoridades estadunidenses.

2.3 Condições de acolhimento e tratamento das crianças

A grande maioria dessas crianças imigrantes está fugindo de contextos de violência, pobreza e exploração em seus países de origem e enfrentam jornadas perigosas até a fronteira com os Estados Unidos, precisando lidar com a separação familiar e muitos outros traumas físicos e psicológicos no decorrer da viagem e depois, sob os cuidados do governo americano (Ataiants *et al.*, 2018).

As condições de tratamento e acolhimento das crianças desacompanhadas já foram alvos de muitas manchetes e escândalos, em especial durante a política de tolerância zero da administração Trump. Desde 2018, já foram registradas ao menos 9 mortes de

crianças imigrantes sob custódia dos Estados Unidos (Becket; Montoya-Galvez; Brennan, 2023; Acevedo, 2019).

Em 2020, o ICE foi alvo de críticas quando foi descoberta a prática de esconder pelo menos 660 crianças desacompanhadas em hotéis antes de expulsá-las abruptamente das fronteiras, sem o devido processo legal (Montoya-Galvez, 2020).

Um estudo recente que analisou os registros médicos de crianças detidas no Karnes County Family Residential Center (KCFRC), entre 2018 e 2020, demonstrou que a média de tempo de detenção das crianças é de 43 dias e que 88% das crianças eram mantidas em centros de detenção por mais de 20 dias, contrariando os termos do Acordo Flores¹⁴.

Dos registros observados, emaciação, atraso no crescimento e risco de desnutrição foram alguns dos sintomas observados nas crianças, mas os registros médicos avaliados não apontavam informações como status nutricional ou medidas indicadas para melhorar a dieta das crianças (Sridhar *et al.*, 2023). As ferramentas usadas para avaliar saúde mental e tuberculose foram consideradas inadequadas, e crianças com achados de radiografia de tórax sugestivos de tuberculose latente ou febre não foram encaminhadas para exames adicionais ou testadas para doenças contagiosas como a gripe (Sridhar *et al.*, 2023).

Ainda, das 12 línguas documentadas, foram encontrados poucos registros do uso de intérpretes (Sridhar *et al.*, 2023), o que indica que muitas destas crianças podem não estar sendo ouvidas, o que é preocupante do ponto de vista da saúde física e mental delas, ainda mais no contexto de privação de liberdade.

Em 2021, o National Center for Youth Law (NCYL) e o Center for Human Rights and Constitutional Law entraram com uma ação na corte federal em defesa da necessidade de reforçar as proteções legais para crianças imigrantes, incluindo no processo o relato de dezenas de crianças que estavam vivendo em Emergency Intake Sites (EIS) por mais de 20 dias (algumas mais de 40 dias), que relataram não terem acesso às necessidades básicas como educação, lazer, alimentação adequada e assistência médica (Youth Law Center, 2021).

Algumas das violações de direitos sofridas pelas crianças em centros de detenção foram o oferecimento de sabonete nos chuveiros, a permanência de crianças em barracas

¹⁴ Esse estudo foi realizado pelo Massachusetts General Hospital (MGH) Asylum Clinic no MGH Center for Global Health, pelo FXB Center for Health and Human Rights na Harvard University, e pelo Harvard Global Health Institute, em colaboração com o Refugee and Immigrant Center for Education and Legal Services (RAICES), e se debruçou sobre o impacto da detenção prolongada sobre o bem-estar físico e mental das crianças desacompanhadas. Nele, foram analisados os registros médicos de 165 crianças, entre 6 meses e 18 anos, detidas no Karnes County Family Residential Center (KCFRC) entre junho de 2018 e outubro de 2018 (Sridhar *et al.*, 2023).

superlotadas por dias a fio e a exposição a temperaturas muito baixas, sem calefação adequada (Youth Law Center, 2021).

Assim, fica evidente que as crianças imigrantes desacompanhadas nos Estados Unidos, que se encontram numa situação extrema de vulnerabilidade, têm seus direitos humanos básicos violados pelas autoridades há alguns anos.

3 ANÁLISE CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO DOS EUA

As políticas de imigração dos Estados Unidos em relação aos menores desacompanhados têm sido alvo de intensas críticas no campo dos direitos humanos, especialmente quando analisadas sob uma perspectiva crítica. O pensamento crítico dos direitos humanos busca desestabilizar discursos hegemônicos e questionar os sistemas que perpetuam exclusões, discriminações e desigualdades.

Nesse sentido, é crucial compreender como o aparato normativo que orienta as práticas migratórias nos EUA, embora formalmente estruturado para proteger indivíduos vulneráveis, frequentemente reproduz dinâmicas de violação de direitos fundamentais. O tratamento dispensado aos menores desacompanhados é emblemático dessas falhas estruturais, revelando práticas que, em muitos casos, são contrárias às normas internacionais de proteção aos direitos das crianças.

A aplicação de uma análise crítica dos direitos humanos às políticas migratórias dos EUA permite examinar de forma mais aprofundada as contradições entre os princípios declarados e as práticas efetivas. Ao utilizar a lente teórica crítica, busca-se expor os mecanismos de dominação que sustentam a política de imigração, evidenciando a perpetuação de desigualdades que historicamente afetam populações marginalizadas, como é o caso dos imigrantes provenientes de países do Sul Global.

Nesse contexto, as políticas de detenção e tratamento de menores desacompanhados refletem não apenas uma falha institucional, mas também um sintoma de um sistema migratório que opera com base em exclusões estruturais, frequentemente marcadas por interesses políticos e econômicos que se sobrepõem à proteção de direitos humanos.

3.1 Aplicação da teoria crítica às políticas de imigração

Segundo Gándara Carballido (2018, p. 57-58), uma das principais tarefas do pensamento crítico é desestabilizar os discursos hegemônicos ao identificar os mecanismos ideológicos que atuam por detrás deles e mostrar a quem interessa a perpetuação desses

discursos que atravessam a sociedade e são muitas vezes apresentados como “neutros”, “naturais” ou “universais”. A linguagem determina a forma como conseguimos enunciar e pensar, sendo um meio de ação e intervenção no mundo, de construção da realidade. Nesse sentido, o discurso pode ser compreendido como um campo de luta para enunciar as coisas, um lugar de disputas que passam pela atribuição de significados a visões de mundos que queremos combater e construir (Gándara Carballido, 2018, p. 66).

No caso dos direitos humanos, Gándara Carballido (2014, p. 76) alerta que a conquista normativa desses direitos não pode implicar no esvaziamento da carga utópica característica deles, é necessária a constante pressão social para a garantir efetivação e manutenção desses direitos no tempo, já que a história nos mostra diversos casos em que as mobilizações sociais cessaram quando uma meta jurídica que reconhece demandas específicas foi alcançada.

A crítica se apresenta, portanto, como uma ferramenta de análise social comprometida com a luta por enunciar o mundo (Gándara Carballido, 2018, p. 58-66). Esse comprometimento é o ponto de partida teórico e político da abordagem crítica dos direitos humanos, que os reconhece como um produto histórico das lutas dos povos por sua emancipação (Gándara Carballido, 2014, p. 75).

A teoria descolonial, que constitui um dos pilares centrais deste estudo, abrange diversos conceitos importantes. Entre eles, destaca-se o conceito de colonialidade, que se manifesta em três dimensões interconectadas: a colonialidade do poder, do ser e do saber:

[...] se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes do pensamento colonial, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

A diferenciação entre os termos colonialismo e colonialidade permite compreender e identificar a persistência das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais. Nesse sentido, torna-se evidente a continuidade e a reprodução dessas estruturas de poder e subordinação por meio dos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (Quijano, 1999).

Conforme observa Wolkmer (2002, p. 35), a colonialidade ainda incide fortemente, sobretudo nas nações pertencentes ao chamado “Terceiro Mundo” – bloco que surgiu em resposta à divisão bipolar do século XX, que separava o mundo entre “capitalista” e “comunista”, como forma de oposição a essa estrutura dominante (Betts, 2004, p. 43-44). Esses

países, localizados majoritariamente na Ásia, América do Sul e África, apesar de terem conquistado suas independências políticas, continuam a perpetuar práticas coloniais e a operar dentro da lógica do sistema capitalista global. Esse sistema foi consolidado após a Segunda Guerra Mundial, período em que os Estados Unidos, como principal representante do capitalismo, ascenderam à hegemonia ocidental em meio ao embate bipolar mencionado.

A importância dos temas discutidos reside na constatação de que, embora a estrutura de poder e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento tenham raízes coloniais, elas transcenderam o período colonial, consolidando-se como o atual padrão dominante de poder global.

Ao estudar as diversas formas de colonialismo e imperialismo funcionais, como aponta Herrera Flores (2009, p. 52), é essencial considerar que as relações sociais estão profundamente marcadas pela dominação do capital, o que universaliza certas formas de entender a vida e atuar no mundo. Nesse contexto, observa-se que: a) a economia é tratada como uma esfera totalmente distinta do social; b) o indivíduo egoísta é tomado como sujeito central; e c) a ganância é adotada como norma de conduta. As migrações, nesse sentido, são impulsionadas e moldadas pelo sistema capitalista vigente, reforçando o processo colonialista de hierarquização de grupos, saberes e culturas.

Esse legado é evidente na continuidade da dependência econômica do Sul em relação ao Norte, que se manifesta em diversas esferas, desde a necessidade de tecnologias estrangeiras até a dependência de capitais e investimentos externos. Tal dependência é agravada pelas relações de poder assimétricas presentes no sistema internacional, onde as nações do Norte Global exercem uma hegemonia que define as regras do comércio, da política e da economia global. Essa dinâmica é analisada por Immanuel Wallerstein (1974) em sua teoria do sistema-mundo, que se alinha com os princípios da Teoria da Dependência, desenvolvida por Dussel.

É imprescindível tratar as migrações para além das questões de controle policial e de fronteiras. Herrera Flores (2009) observa que a nova ordem global é significativamente diferente da ordem internacional das décadas passadas, sendo mais orientada pelos mercados transnacionais do que por tratados e convenções internacionais. Abordar os fluxos migratórios de maneira realista, é necessário reconhecer três aspectos fundamentais: a) o mundo é caracterizado por desequilíbrios profundos em relação às liberdades civis e direitos sociais, econômicos e culturais - derivadas do colonialismo e o “novo” imperialismo; b) as fronteiras, especialmente as chamadas fronteiras-fortalezas, são mecanismos que mantêm as desigualdades entre as nações; c) o controle das fronteiras é a linha crítica de divisão entre o mundo desenvolvido e as periferias econômicas que são cada vez mais subordinadas.

A partir da compreensão do discurso como um campo de disputas por enunciar o mundo, é importante chamar atenção para a forma escolhida pelas políticas de imigração dos Estados Unidos para se referir às crianças imigrantes, pois elas já evidenciam concepções de infância presentes nos atos oficiais do governo.

O primeiro termo que chama a atenção é “*Alien Minors*”, presente no *Development, Relief, and Education for Alien Minors* (DREAM). A palavra *alien* imediatamente nos remete a alienígenas, seres supostamente de outros mundos/extraterrestres, mas na língua inglesa esse termo também pode ser utilizado para se referir a uma pessoa pertencente a um país ou nação estrangeira ou para algo ou alguém desconhecido, perturbador ou desagradável. Em todos os sentidos, essa palavra marca uma diferença entre o que é familiar e o que não é.

O termo *minors* também merece comentário. Ele se refere à pessoa que ainda não atingiu a maioridade legal, e seu equivalente em português é “menor”.

No Brasil, o termo “menor” carrega uma conotação ideológica forte, de uma dicotomia de modelos de infância que surgiram na Europa e foram implantados no Brasil na metade do século XX, tomando forma nas expressões “menor” e “criança” (Nunes; Corsino; Didonet, 2011, p. 18). Essas diferentes concepções de infância provocavam tratamento diferenciado às crianças que eram enquadradas em cada categoria, tanto na sociedade quanto nas políticas direcionadas à infância.

A “criança” era a branca, bem nutrida, de sorriso cativante, filha de família de classe média e alta, cujo futuro poderia ser previsto como de bem estar, desenvolvimento e felicidade. O “menor” era a criança negra, desnutrida, de família pobre ou desestruturada, altamente vulnerável à doença e candidata a engrossar a estatística da mortalidade infantil ou, se sobrevivesse, a marginalizar-se e tornar-se um risco social; ou seja, o filho do proprietário (colonizador, descendente de europeu, branco) tornou-se “criança”, enquanto o filho do despossuído (negro, descendente de escravo, pobre) tornou-se “menor” (Nunes; Corsino; Didonet, 2011, p. 18).

Essa visão dicotômica da infância ganhou impulso no Brasil na década de 1970 com a influência dos conceitos de privação cultural e programas compensatórios provenientes dos Estados Unidos (Nunes; Corsino; Didonet, 2011).

Os tribunais juvenis para cidadãos dos EUA, por exemplo, apresentam uma realidade muito distinta. A existência desses tribunais no sistema jurídico criminal norte-americano demonstra o reconhecimento de que casos envolvendo crianças requerem cuidado especial e protocolos adequados. Defensores elogiam os processos juvenis como uma forma eficaz de melhorar os tribunais de imigração para crianças não cidadãs, mas esse

sistema ainda não faz parte da estrutura fundamental dos tribunais de imigração (Kannan, 2023, p. 218).

Em relação à representação legal de menores, a Suprema Corte concedeu formalmente aos menores cidadãos dos EUA o direito constitucional a um advogado no caso histórico *In re Gault*. Ao explicar a importância dessa proteção constitucional, a Corte reconheceu que as crianças necessitam de assistência legal, afirmando que (United States, 1967):

O menor precisa da assistência de um advogado para lidar com questões legais, investigar os fatos de forma qualificada, assegurar a regularidade dos procedimentos, e determinar se há defesa e, em caso afirmativo, prepará-la e apresentá-la. A criança 'requer a mão orientadora de um advogado em cada etapa dos procedimentos contra ela.

No caso *In re Gault*, a Corte reconheceu que crianças em processos legais necessitam dessa “mão orientadora” de apoio. No entanto, quando a Corte decidiu sobre os direitos de representação das crianças não cidadãs no caso *Reno*, minimizou a complexidade do sistema jurídico, alegando que as crianças não eram “jovens ou ignorantes demais para exercer esse direito” (*Reno v. Flores*, 1993). Como resultado dessas decisões, as crianças cidadãs dos EUA têm direito à representação legal em todos os casos de delinquência civil, conforme garantido pela cláusula do devido processo legal, enquanto crianças não cidadãs não possuem o direito a um advogado em tribunais de imigração (United States, 1993).

A comparação entre os tribunais juvenis e os tribunais de imigração revela o poder do status de cidadania em ditar a estrutura do tribunal e o tratamento legal em casos que envolvem crianças.

A aplicação da Teoria Crítica às políticas de imigração dos EUA revela como essas políticas operam dentro de uma estrutura de poder que privilegia determinados grupos enquanto marginaliza outros, especialmente os menores desacompanhados. A análise crítica expõe as contradições entre os princípios declarados de proteção aos direitos humanos e as práticas institucionais que, na realidade, perpetuam a exclusão e a violação desses direitos. Ao reconhecer que o sistema migratório norte-americano reflete uma hierarquia global, onde a cidadania e a origem geográfica determinam o acesso à justiça e à proteção, fica evidente a necessidade de reformular essas políticas.

Além disso, a perspectiva crítica destaca como a colonialidade continua a moldar as relações entre o Norte e o Sul Global, com implicações diretas para as políticas migratórias. A Teoria Crítica, ao desconstruir o discurso “neutro” e “universal” das políticas de

imigração, expõe os interesses econômicos e políticos subjacentes que alimentam essas práticas de exclusão. Assim, a análise revela que a marginalização de menores desacompanhados nas fronteiras dos EUA é sintomática de uma lógica colonial que se perpetua nas instituições modernas.

Por fim, a Teoria Crítica oferece uma lente para entender e propor mudanças nas políticas migratórias. Ao enfatizar a importância de uma abordagem que vá além do aparato legal formal, considera-se essencial repensar as políticas de imigração a partir de uma perspectiva que priorize a dignidade humana e os direitos dos menores desacompanhados. Dessa forma, a crítica não apenas desestabiliza o discurso hegemônico, mas também aponta caminhos para a construção de um sistema migratório mais justo e inclusivo.

4 CONCLUSÃO

As políticas migratórias dos Estados Unidos, especialmente no que tange aos menores desacompanhados, refletem não apenas falhas institucionais, mas também uma dinâmica de poder marcada por exclusões estruturais. Mesmo diante de avanços normativos, as violações aos direitos humanos persistem, demonstrando que o sistema de imigração norte-americano carece de medidas efetivas para garantir a proteção dessa população vulnerável. A crítica descolonial evidencia como essas políticas reproduzem as lógicas coloniais e neocoloniais, perpetuando desigualdades globais e colocando os menores desacompanhados em situação de extrema vulnerabilidade.

A análise realizada ao longo deste artigo demonstrou que, embora existam normas e acordos internacionais que garantam a proteção dos direitos das crianças, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a implementação dessas normas é frequentemente insuficiente no contexto das políticas migratórias dos EUA. A separação familiar, as condições inadequadas nos centros de detenção e a falta de representação legal para os menores desacompanhados são algumas das principais violações observadas. Esses fatores refletem uma desconexão entre os princípios declarados e as práticas efetivas, que necessitam de reformas urgentes.

A aplicação das teorias críticas dos direitos humanos e da perspectiva descolonial oferece um novo olhar sobre essas políticas, permitindo compreender como as estruturas de poder globais continuam a impactar negativamente os imigrantes provenientes de países do Sul Global. Ao analisar as políticas de imigração sob essa ótica, percebe-se que o sistema norte-americano não apenas falha em cumprir suas obrigações internacionais, mas também reforça a marginalização de populações já vulneráveis, como os menores desacompanhados.

Ademais, a crítica descolonial revela que a perpetuação de dinâmicas de exclusão no sistema migratório está intrinsecamente ligada aos interesses econômicos e políticos que dominam o cenário internacional. A resposta inadequada dos EUA à crise migratória, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado às crianças, demonstra uma continuidade de práticas coloniais, onde o poder é concentrado nas mãos de poucos, em detrimento dos direitos dos mais vulneráveis.

Portanto, as considerações finais deste estudo apontam para a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva na formulação de políticas migratórias. A proteção dos direitos dos menores desacompanhados deve ser central no debate sobre imigração, e as reformas necessárias não podem ser adiadas. Somente através de uma reformulação estrutural, orientada por uma perspectiva crítica e descolonial, será possível superar as falhas atuais e garantir que os direitos dessas crianças sejam plenamente respeitados.

Por fim, o estudo sugere que futuras pesquisas aprofundem a análise crítica das políticas migratórias em outros contextos e explorem alternativas viáveis para uma imigração mais justa e equitativa. A interseção entre direitos humanos, migração e colonialidade continua a ser um campo fértil para o desenvolvimento de propostas que possam efetivamente transformar a realidade vivida pelos menores desacompanhados.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Nicole. Why are migrant children dying in U.S. custody? **NBC News**, 29 may 2019. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/latino/why-are-migrant-children-dying-u-s-custody-n1010316>. Acesso em: 5 dez. 2025.

AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. **The “Migrant Protection Protocols”**: an explanation of the remain in Mexico Program. 2024. Disponível em: <https://www.americanimmigrationcouncil.org/fact-sheet/migrant-protection-protocols/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

ATAIANTS, Janna *et al.* Unaccompanied children at the United States border: a human rights crisis that can be addressed with policy change. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 20, n. 4, p. 1000-1010, ago. 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5805654/pdf/nihms938332.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BECKETT, Stefan; MONTROYA-GALVEZ, Camilo; BRENNAN, Margaret. Unaccompanied migrant child dies in U.S. custody, the second death in 2 months. **CBS News**, 12 may 2023. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/unaccompanied-migrant-child-died-angel-eduardo-maradiaga-espinoza-us-custody-florida/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BETTS, Raymond F. **Decolonization**. 2. ed. London: Routledge, 2004. 144p. (The Making of the Contemporary World).

CFR – COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **U.S. postwar immigration policy**. New York: CFR, 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-postwar-immigration-policy>. Acesso em: 5 dez. 2025.

CHEATHAM, Amelia; ROY, Diana. U.S. Detention of Child Migrants. **Council on Foreign Relations**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/us-detention-child-migrants.2023>. Acesso em: 5 dez. 2025.

EWING, Walter A. Opportunity and exclusion: a brief history of U.S. immigration policy. **Immigration Policy Center**, Washington, DC, jan. 2012. Disponível em: https://www.americanimmigrationcouncil.org/wp-content/uploads/2025/01/opportunity_exclusion_011312.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel Eugenio. Pensamiento crítico, lucha ideológica y derechos humanos. **Redhes Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, año 10, n. 20, p. 57-71, jul./dic. 2018. Disponível em: https://uaslpedu-my.sharepoint.com/personal/redhes_der_uaslp_mx/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fredhes%5Fder%5Fuaslp%5Fmx%2FDocuments%2FEjemplar20%2FRedhes20%2D03%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fredhes%5Fder%5Fuaslp%5Fmx%2FDocuments%2FEjemplar20&ga=1. Acesso em: 5 dez. 2025.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel E. Repensando los Derechos Humanos desde las luchas. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 2, p. 75-105, 2014. Disponible en: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Carballido-2015-Repensando-el-dh-desde-las-luchas.pdf>. Acceso en: 29 nov. 2025.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger;

Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH_-Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

HLASS, Laila. The adultification of immigrant children. **Georgetown Immigration Law Journal**, v. 34, p. 199-220, 2020. Disponível em: <https://www.law.georgetown.edu/immigration-law-journal/wp-content/uploads/sites/19/2020/05/GT-GILJ200001.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

IMMIGRATION HISTORY. **Homeland Security Act**. Disponível em: <https://immigrationhistory.org/item/homeland-security-act/>. Acesso em: 15 set. 2024.

KANNAM, Catherine. You're on your own, kid: the plight of unaccompanied minors without representation in immigration court. **Public Interest Law Journal**, v. 32, p. 207-230, 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/pilj/files/2023/08/Kannam_corrected.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 5 dez. 2025.

KANNAN, A. Juvenile Dockets, and the Immigration System. **Journal of Immigration Law**, 2023.

KING, Shani M.; SILVESTRI HALL, Nicole. Unaccompanied minors, statutory interpretation, and due process. **California Law Review**, v. 108, n. 1, p. 1-62, feb. 2020. Disponível em: <https://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1999&context=facultypub>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Pontificia Universidad Javeriana, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MONTOYA-GALVEZ, Camilo. ICE held 660 migrant kids set for expulsion in hotels, independent monitor reveals. **CBS News**, 27 aug. 2020. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/migrant-children-hotels-expelled-ice-flores-agreement-monitor/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

NEGLECT and abuse of unaccompanied immigrant children by U.S. Customs and Border Protection. **Global Human Rights Clinic**, n. 1, may 2018. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=ihr>. Acesso em: 5 dez. 2025.

NEUSNER, Julia; KIZUKA, Kennji. **Fatally flawed**: “Remain in Mexico” Policy Should Never Be Reversed. New York: Human Rights First, 2022. Disponível em: <https://humanrightsfirst.org/wp-content/uploads/2022/10/FatallyFlawed.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil: a primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, Fundação Orsa, 2011.

ORR – OFFICE OF REFUGEE RESETTLEMENT. **Unaccompanied Children Program**. 2021. Disponível em: <https://www.acf.hhs.gov/orr/programs/uc>. Acesso em: 5 dez. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositio**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em: 5 dez. 2025.

SILVA, João Carlos Jarochinski. A história das políticas migratórias dos Estados Unidos. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 20, p. 7-21, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1328/988>. Acesso em: 15 set. 2024

SRIDHAR, Shela *et al.* **Child migrants in family immigration detention in the US**: an examination of current pediatric care standards and practices. Boston: FXB Center for Health and Human Rights at Harvard University e MGH Asylum Clinic at the Center for Global Health, 2023. Disponível em: <https://globalhealth.harvard.edu/wp-content/uploads/2024/01/Child-Migrants-in-Family-Immigration-Detention-in-the-US.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque: Assembleia geral da ONU, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 5 dez. 2025.

UNITED STATES. U.S. Supreme Court. **In re Gault, 387 U.S. 1**. The Due Process Clause of the Fourteenth Amendment applies to juvenile defendants as well as adult defendants. Washington, D.C., 15 may 1967. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/387/1/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

UNITED STATES. U.S. Supreme Court. **Reno v. Flores, 507 U.S. 292.** Immigration and Naturalization Service regulation—which provides that alien juveniles detained on suspicion of being deportable may be released only to a parent, legal guardian, or other related adult—accords with both Due Process Clause and Immigration and Nationality Act. Washington, D.C., 23 mar. 1993. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/507/292/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century.** New York: Academic Press, 1974.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico.** São Paulo: Saraiva, 2002. 322p.

YOUTH LAW CENTER. **Federal filing aims to enforce protections for children in immigration custody and improve care in temporary facilities.** 2021. Disponível em: <https://youthlaw.org/news/federal-filing-aims-enforce-protections-children-immigration-custody-improve-care-temporary>. Acesso em: 13 set. 2024.

CAPÍTULO III

OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: ANÁLISE CRÍTICA E CONTEXTO BRASILEIRO

Amanda Geisler Aires Bispar¹

Vitória das Neves Farias Tavares²

1 INTRODUÇÃO

Com o reconhecimento e implementação da Teoria da Proteção Integral, a qual foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro a partir do artigo 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e com a ruptura do antigo modelo de tratamento jurídico-social aplicado à infância e à adolescência no Brasil, conhecido como Direito do Menor, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos e deveres. Diante disso, a maneira como a sociedade, a família e o Estado devem lidar com as necessidades e especificidades dessa parcela da população sofre uma grande transformação.

Ainda assim, o atendimento socioeducativo destinado às meninas configura-se como um campo de complexidades e especificidades no âmbito do Direito da Criança e do Adolescente, em especial pela centralidade da questão de gênero na vida dessas adolescentes e jovens, o que propicia um cenário de invisibilidades e ideal para diversas violações de direitos humanos e fundamentais. Em consequência, a pesquisa foi delimitada nos direitos humanos e fundamentais das adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil, a partir de uma análise crítica de sua garantia.

A pesquisa apresenta como objetivo geral investigar o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das autoras de atos infracionais em cumprimento de medida

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na linha de pesquisa Direito, Sociedade e Estado, com bolsa de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: amandabispar@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS), na linha de pesquisa Direitos Humanos, Diversidade e Sociedade Digital, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: vitoria1108a@gmail.com.

socioeducativa de internação no Brasil, buscando a partir do seu desenvolvimento cumprir com os seguintes objetivos específicos: apresentar as principais previsões normativas nacionais e internacionais que tratam dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes autores/as de ato infracional; discorrer sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica; e analisar, levando em conta o cenário brasileiro, a condição de atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Como problema orientador da investigação, questiona-se: como está sendo realizado o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil? A partir disso, tem-se por hipótese inicial que apesar dos avanços normativos e da incorporação da Teoria da Proteção Integral no ordenamento jurídico brasileiro, o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ainda é marcado por violações. A precariedade de informações detalhadas sobre as vivências e necessidades das adolescentes e jovens dificultam a construção de políticas públicas eficazes e a garantia de seus direitos.

O tema desta abordagem é justificado pela necessidade de abordar as complexidades e especificidades do atendimento socioeducativo destinado às meninas, particularmente no contexto da medida socioeducativa de internação. A centralidade da questão de gênero na vida dessas adolescentes potencializa um cenário de invisibilidade e violações de direitos humanos e fundamentais.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada através do método de abordagem dedutivo e do método de procedimento monográfico. Utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, embasando-se em referências de livros, artigos científicos e dissertações sobre o tema abordado, e a técnica de pesquisa documental, a qual é configurada pela análise dos marcos legais de embasamento teórico deste estudo e das informações contidas nos Levantamentos Anuais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2017 e de 2023.

O artigo é estruturado em três seções, além da presente introdução, considerações finais e referências bibliográficas. A primeira seção apresenta as principais previsões normativas nacionais e internacionais que tratam dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes autores/as de ato infracional. A segunda seção busca discorrer sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica. A última seção, por sua vez, analisa, levando em conta o cenário brasileiro, a partir dos dados disponibilizados pelo Levantamento Anual do SINASE dos anos de 2017 e 2023, a condição de atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

2 PROTEÇÃO JURÍDICA NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS AUTORES/AS DE ATO INFRACIONAL

O reconhecimento dos direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes é fruto de uma longa construção histórica. Esse processo revelou, de maneira inconteste, a invisibilidade jurídica e social que recaía, e de certo modo ainda recai, sobre essa parcela da população. Essa realidade se torna ainda mais preocupante quando se trata de adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa, em especial daqueles/as em privação de liberdade. Neste contexto, os direitos humanos e fundamentais dessas pessoas foram/são frequentemente negligenciados pelos Estados, perpetuando um ciclo de marginalização social (Reis; Custódio, 2017).

Um dos primeiros casos emblemáticos sobre o tratamento conferido às crianças foi o de Mary Ellen, uma criança de 9 anos que era submetida a maus tratos pelos pais. Diante da ausência de legislação referente à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, a Sociedade Protetora dos Animais de Nova York denunciou o caso, argumentando que deveria ser aplicada a legislação de proteção aos animais. Nesse sentido, em 1899, foi instituído o primeiro Tribunal dos “Menores”, inspirado pela repercussão desse caso. Esse Tribunal inspirou outros países, incluindo o Brasil, a criar seus próprios “Tribunais de Menores” para tratar de situações envolvendo crianças e adolescentes (Seabra, 2020). Com base nisso, em 1927, foi promulgada no Brasil a Lei de Assistência e Proteção aos Menores. Por meio dessa legislação, a Doutrina da Situação Irregular foi sendo inserida no ambiente jurídico brasileiro (Custódio, 2008).

Em 1924, a Liga das Nações Unidas promulgou a Declaração de Genebra, a qual, embora seja reconhecida pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, não teve impacto na ordem internacional. Com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos passaram a ser reconhecidos no âmbito internacional. A aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, influenciada pelos movimentos que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial em prol da defesa dos direitos humanos, corroboram para esse reconhecimento (Patrício Junior, 2023).

Em 1959, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos da Criança, a qual foi um marco legal no reconhecimento dos direitos humanos das crianças como sujeitos de direitos. No entanto, com o golpe militar sofrido no Estado brasileiro, os direitos das crianças e adolescentes sofreram abalos significativos, elevando essa população à categoria de “problema de segurança nacional”, o que levou à aprovação da Lei n. 6.697/1979, conhecida como “Código de Menores”, consolidando a adoção da Doutrina da Situação Irregular (Amin, 2019).

A abordagem jurídica brasileira da situação irregular, além de ter visado à garantia da segurança nacional, também buscou implementar uma política higienista para retirar crianças e adolescentes das ruas, colocando-os em abrigos (Reis; Custódio, 2017). Nessa perspectiva, crianças e adolescentes não eram tratados como sujeitos de direitos humanos, mas sim alvos de “políticas de controle social, vigilância e repressão” (Custódio, 2008, p. 24), cuja preocupação central era afastá-los do olhar da sociedade.

Esse período vivido pelo Estado brasileiro, assim como por grande parte da América Latina, marcado por legislações menoristas (Reis; Custódio, 2017), também impactou nas relações internacionais e, consequentemente, na morosidade na adoção de instrumentos internacionais de direitos humanos. Consequência desse histórico ditatorial brasileiro foi a demora em ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos, importante documento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), que ainda que adotado em 1969, só foi ratificado pelo Brasil em 1992 por meio do Decreto n. 678 (Piovesan, 2019).

Com o processo de redemocratização do Brasil, o Estado brasileiro avançou de forma significativa no compromisso internacional e nacional de proteção dos direitos humanos e fundamentais de todas as pessoas, incluindo adolescentes e jovens autores/as de atos infracionais. Nesse contexto de fortalecimento dos direitos humanos, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil, mais conhecida como Regras de Beijing, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1985, é o primeiro documento internacional a tratar especificamente sobre o tratamento a ser conferido aos/as autores/as de atos infracionais (Brasil, 2024a).

A legislação brasileira adotou alguns dispositivos dessa norma internacional, como a regra 2.3, que disciplina que cada Estado deve atentar-se à necessidade de implementação de um conjunto de legislações nacionais específicas para assegurar a concretização das Regras Mínimas e, dessa forma, garantir os direitos dos/as adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse sentido, o Brasil promulgou legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1990, responsável pela proteção dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, e a Lei n. 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas e apresenta normas que disciplinam direitos e garantias aos/as adolescentes autores/as de atos infracionais (Seabra, 2020).

As Regras de Beijing dão visibilidade internacional aos direitos humanos dos/as adolescentes autores/as de atos infracionais. Apesar disso, na regra 2.2, o instrumento apresenta conceitos como “menor” e “delinquente juvenil” (Brasil, 2024a) para referir-se aos/as adolescentes autores/as de atos infracionais. Dessa forma, utilizam-se de conceitos estigmatizantes e pejorativos que contribuíram/contribuem para a marginalização de crian-

ças e adolescentes, tendo em vista que esses termos remetem às legislações minoristas da situação irregular (Veronese; Rodrigues, 2001).

Além disso, embora esse instrumento internacional trate sobre questões ligadas aos atos infracionais e ao cumprimento de medida socioeducativa, não observa adequadamente as especificidades de gênero, especialmente no que diz respeito às meninas em privação de liberdade em decorrência do cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Em consonância às normas internacionais, a Constituição Federal de 1988 incorporou a Teoria da Proteção Integral, por meio do seu artigo 227, *caput*, que passou a reconhecer todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Brasil, [2023]). A referida Teoria foi positivada no ECA e reconheceu a inimputabilidade penal das pessoas com dezoito anos incompletos, conforme estabelecido no artigo 228 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, [2023]) e no artigo 27 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940).

Dessa forma, o ECA, além de garantir os direitos das crianças e dos/as adolescentes, também regula a situação dessas pessoas quando, porventura, cometem atos infracionais, isto é, condutas tipificadas como crimes ou contravenções penais (Brasil, 1990), estabelecendo uma responsabilização estatutária. Cabe expor que a norma que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao/á adolescente autor/a de atos infracional, Lei n. 12.594/2012, institui também o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), “uma política pública destinada à promoção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizadas(os) pela prática de ato infracional” (Brasil, 2025).

Ao observar essas normas, se faz necessário pensar se o sistema socioeducativo pode ter impactos diferentes para meninos e meninas. Nesse sentido, a autora Marcela Rivera (2020, p. 173) aponta que as adolescentes inseridas na realidade do sistema socioeducativo “sofrem uma dupla penalidade”. Essa dupla penalidade é uma resposta ao cometimento de um ato infracional praticado e por terem violado as regras que pressupõem uma feminilidade “apropriada” às pessoas do gênero feminino. Diferentemente dos adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, as meninas enfrentam dificuldades dentro do sistema socioeducativo potencializadas em razão das especificidades de gênero.

A Lei n. 12.594/2012, no artigo 35, inciso VIII, dispõe sobre o princípio da não discriminação do/a adolescente/jovem no que tange ao gênero e outras especificidades, como etnia, classe social e orientação sexual. No mesmo sentido, o ECA, em seus artigos 3º, parágrafo único, e 5º, também protege crianças e adolescentes de discriminações. O SINASE, além de promover a defesa dos direitos humanos e fundamentais dos/das adoles-

centes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, também passa a destinar parte de sua atenção às meninas presentes nessa realidade (Brasil 1990; 2012).

Anteriormente à promulgação do SINASE, na esfera internacional, o principal marco normativo sobre mulheres e meninas em restrição e privação de liberdade foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas: as Regras de Bangkok — Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Esse instrumento normativo internacional passa a reconhecer as necessidades específicas de gênero no âmbito da restrição e privação de liberdade de mulheres e meninas (Brasil, 2016). É importante compreender essas especificidades de gênero tendo em vista que essa ferramenta é essencial para compreender que as desigualdades baseadas no suposto sexo biológico são, na verdade, construções sociais e históricas (Teles, 2022).

As Regras de Bangkok, assim como as Regras de Beijing, apresentam terminologias inadequadas, como “infratora” para tratar de adolescente que cometeu um ato infracional. Todavia, esse instrumento internacional influenciou significativamente a criação de políticas e resoluções no Brasil. Destacam-se as Resoluções n. 210 de 2018 e n. 233 de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ambas em vigência no Estado brasileiro. A Resolução n. 210, de 5 de junho de 2018, dispõe sobre os direitos das crianças cujas mães, adultas ou adolescentes estejam em situação de privação de liberdade (Brasil, 2018). Já a Resolução n. 233, de 28 de dezembro de 2022, estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no SINASE (Brasil, 2022).

O percurso histórico de reconhecimento dos direitos humanos e fundamentais das crianças e adolescentes revela uma trajetória complexa, marcada por progressos e retrocessos. A redemocratização brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 e a adesão a instrumentos internacionais de direitos humanos trouxeram avanços significativos, entre eles a ruptura com a Doutrina da Situação Irregular, com a incorporação da Teoria da Proteção Integral e a criação de marcos legais como o ECA e o SINASE. Apesar disso, quando se trata dos direitos humanos e fundamentais de meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o cumprimento dessas medidas está sujeito a uma complexa interseção de opressões, desafios e concepções menoristas relativas ao gênero. Dessa forma, a seguir, tratar-se-á a seguir sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica, para, então, analisar, com base nos Levantamentos Anuais do SINASE de 2017 e 2023, o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes autoras de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil.

3 REPENSANDO OS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

É fundamental repensar a maneira como o Direito e os Direitos Humanos foram construídos. Apesar das críticas pertinentes que lhe são dirigidas, defende-se a relevância e até mesmo a urgência de teorias críticas que persistam em questionar e busquem subverter a estrutura teórica tradicional. Essas teorias denunciam o discurso tradicional como um instrumento de ocultação dos interesses hegemônicos, que visa justificar e perpetuar um sistema de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas no qual a maioria da população mundial vive em condições abaixo do mínimo necessário para uma vida digna (Gándara Carballido, 2022).

A teoria crítica da sociedade, e por conseguinte dos direitos humanos, só se legitima quando expõe e questiona os pressupostos teóricos e ideológicos subjacentes ao sistema de relações dominantes. Ao fazer isso, ilumina o caminho para a emancipação daqueles que sofrem os efeitos mais nefastos e exploradores desse sistema (Herrera Flores, 2005).

O pensamento crítico deve buscar manter a tensão dialética que lhe permite aproximar-se das realidades, identificando não apenas aquilo que elas privilegiam ao se manifestar, mas também o que marginalizam, ocultam ou postergam. É necessário reconhecer tanto o que é apresentado como prioritário e importante, quanto o que é relegado ao *status* de inútil, inválido ou incerto; aquilo que é construído e consolidado pelos imaginários sociais, e aquilo que é submetido a processos de destruição. O pensamento crítico não se limita a revelar o que é; ele questiona também o que não é, o que foi negado em sua possibilidade de ser (Solórzano, 2010).

A abordagem tradicional dos direitos humanos, que enfatiza a universalidade sem considerar as subjetividades dos titulares de direitos, mostra-se insuficiente para garantir a efetivação e proteção desses direitos. O simples reconhecimento legal não é suficiente se não houver condições materiais para o exercício pleno, revelando a necessidade de abordar as desigualdades estruturais e as particularidades de cada indivíduo e grupo social (Herrera Flores, 2009).

A dignidade humana, sob a perspectiva da Teoria Crítica dos Direitos Humanos, ultrapassa a titularidade de direitos, sendo estes compreendidos como conquistas dinâmicas e em constante transformação, fruto das lutas sociais por dignidade. A dignidade é concebida como um “fim material”, traduzido no acesso igualitário a bens e condições que possibilitem uma vida digna para todos. Essa abordagem visa superar desigualdades estruturais que perpetuam privilégios, pois a dignidade se manifesta na garantia universal e equitativa dos elementos materiais que sustentam uma existência plena e digna (Herrera Flores, 2009).

No caso das mulheres, os processos de dominação prevalentes no mundo geraram situações de exclusão, discriminação, opressão e violência. Tais situações têm sido confrontadas por meio de diversas manifestações e lutas de resistência, em diferentes contextos. Historicamente, o patriarcado tem perpetuado a segregação do coletivo feminino, embora o gênero não seja a única justificativa para a subordinação a que as mulheres foram submetidas. Outras categorias de identidade, como raça e classe, também exercem impacto, gerando um processo de subordinação e dominação duplo, triplo ou múltiplo (Gallegos-Alor; Wolkmer, 2022).

Em relação à situação da infância e da adolescência, que é foco desta pesquisa, anteriormente, conforme as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor e com a atuação direta dos Juizes de Menores, a Doutrina da Situação Irregular, estruturada pelo Código de Menores de 1979, centrava-se no “menor” em situação irregular, transformando crianças e adolescentes que cometiam atos considerados infracionais em objeto de tutela do Estado. Durante esse período, observava-se a reprodução de condições discriminatórias baseadas em gênero, raça, etnia, classe social e faixa etária, perpetuando assim a exclusão social, política e econômica (Moreira; Custódio, 2018).

No sistema socioeducativo brasileiro, especialmente no âmbito do cumprimento de medida socioeducativa de internação, inúmeras são as violações aos direitos humanos e fundamentais dos/as adolescentes/jovens. Tratando-se de adolescentes/jovens meninas nesse contexto, a problemática agrava-se ainda mais. Embora compartilhem algumas violações de direitos com os meninos, em razão de fatores como classe e raça, as meninas enfrentam opressões específicas relacionadas ao gênero.

Apesar da existência de dispositivos legais, normativos e instrumentos internacionais que visam proteger os direitos dos/as adolescentes privados/as de liberdade, a realidade na prática ainda é marcada por violações. Observa-se progresso em algumas áreas, especialmente com a incorporação da Lei n.12.594/2012, que instrumentaliza o SINASE, pautado em uma abordagem pedagógica e interdisciplinar, fortalecida pela Teoria da Proteção Integral, que foi estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro a partir do artigo 227, *caput*, da Constituição Federal, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, cujas garantias devem ser asseguradas com absoluta prioridade pela família, pela sociedade e pelo Estado.

No entanto, a socioeducação voltada para meninas privadas de liberdade ainda enfrenta desafios, persistindo em um movimento minorista. Nesse sentido, torna-se imperativa a discussão sobre a proteção dos direitos das adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, uma vez que a implementação do paradigma da proteção integral, tanto no âmbito internacional quanto no ordenamento jurídico brasileiro desde 1988, não tem sido suficiente para assegurar a efetivação de seus direitos humanos e fundamentais (Souza; Serafim, 2019).

É fundamental superar o abismo que separa a teoria da prática. Essa dissociação, frequentemente naturalizada e aceita sem questionamentos, contribui significativamente para a inércia e a passividade que permeiam a efetivação dos direitos humanos em todas as esferas sociais e no cotidiano (Sánchez Rubio, 2014).

A lei, por si só, é apenas um instrumento e não promove mudanças ou realizações sociais de forma automática. É essencial a criação contínua de mecanismos e sistemas que facilitem sua aplicação, assim como a implementação de políticas públicas que assegurem o acesso efetivo aos direitos (Veronese, 2016).

A concretização dos Direitos das Crianças e Adolescentes, especialmente no cenário de privação de liberdade de meninas, portanto, transcende a mera garantia de sua dignidade como pessoa humana. É necessário assegurar, com prioridade absoluta, o pleno acesso aos direitos previstos pelo paradigma da proteção integral, assim como é preciso reconhecer e aceitar a diversidade de direitos, contextos e situações em que crianças e adolescentes se encontram no Brasil, para que os seus direitos humanos sejam plenamente efetivados.

4 MENINAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DE QUEM?

A produção, análise e publicização de dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) desempenham um papel importante no processo de compreensão da realidade do sistema socioeducativo brasileiro e para a formulação de ações e políticas públicas eficientes para a concretização dos direitos humanos e fundamentais dos/as adolescentes/jovens autores/as de atos infracionais. É a partir da produção desses dados que podem ser observados marcadores sociais, como o gênero, a raça e a classe, que geram implicações significativas para o cumprimento das medidas socioeducativas e para a garantia dos direitos humanos e fundamentais das meninas (Brasil, 2023).

O Levantamento Nacional de dados do SINASE 2023 demonstra que as meninas representam 4,21% do total de 11.556 (onze mil e quinhentos e cinquenta e seis) adolescentes em restrição e privação de liberdade. Consequentemente, o baixo número de meninas inseridas nessa realidade influencia no quantitativo de unidades socioeducativas exclusivamente femininas. Há, no Estado brasileiro, 420 unidades masculinas e apenas 67 unidades femininas, além de 18 unidades destinadas ao atendimento misto (Brasil, 2023). Destaca-se que a Resolução n. 233/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), no artigo 6º, recomenda a internação de adolescentes/jovens do gênero feminino em unidades exclusivas, recomendando também, no parágrafo único do referido artigo, a desativação de unidades mistas (Brasil, 2022).

Para compreender a realidade das meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação, é fundamental entender quem elas são. Para isso, faz-se necessário analisar o que os Levantamentos Anuais do SINASE de 2017 e de 2023 (os mais recentes disponíveis) apresentam sobre os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, renda familiar e território de moradia, sendo os dois últimos relacionados à classe.

Destaca-se que o Levantamento Anual SINASE 2017 (publicado em 2019), é o último realizado antes do Levantamento Nacional de dados do SINASE 2023. Após um hiato de seis anos, o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) retomou a coleta, análise e divulgação de dados relativos à Política Nacional de Atendimento Socioeducativo, apresentando o Levantamento Nacional de dados do SINASE 2023.

O Levantamento Anual SINASE 2017 revela disparidades no sistema socioeducativo, destacando a interseccionalidade de gênero e raça. O Levantamento aponta que em 2014, das 1.222 jovens em internação, 52,8% eram pretas ou pardas, podendo esse percentual ser maior devido à falta de informação sobre a raça/etnia de 240 jovens. Em 2015, 59,3% das 1.068 jovens em medida de restrição eram pretas ou pardas, com 148 sem informação. Em 2016, 48,3% das 1.064 jovens eram pretas ou pardas, com 273 sem informação (Brasil, 2019). Essa sobreposição de gênero e raça/etnia reforça a necessidade de uma análise interseccional das desigualdades no sistema socioeducativo.

O Levantamento de 2017, no entanto, não considera a classe das adolescentes/jovens para uma análise mais aprofundada, apresentando informações gerais sobre a média da renda salarial familiar do/a adolescente atendido/a por região, sem dados específicos quanto ao território de moradia. Além disso, o elevado número de casos “sem informação” sobre raça/etnia compromete a análise da garantia dos direitos das adolescentes/jovens negras e pardas, que enfrentam estigmatização de gênero e preconceitos raciais que agravam suas vivências.

Referente ao Levantamento Nacional de dados do SINASE 2023, as informações disponibilizadas demonstram um retrocesso quanto a abordagem interseccional de gênero e raça presente no Levantamento de 2017. O Levantamento de 2023 se reduz a informações gerais, indicando que a maioria dos/as adolescentes (63,8%) se autodeclararam pardos/as ou pretos/as (7.540 adolescentes), enquanto 22,3% (2.633 adolescentes) se identificaram como brancos/as. As demais categorias raciais e étnicas (amarela, indígena, quilombola) representaram uma parcela significativamente menor, com 0,1%, 0,4% e 0,01%, respectivamente. Além disso, constatarem-se 214 adolescentes sem registro quanto à cor da pele ou etnia, e 802 sem informação relatada por alguns Estados, representando 6,8% dos/as adolescentes (Brasil, 2023).

Assim como no Levantamento de 2017, os dados referentes à renda familiar presentes no Levantamento de 2023 não consideram a classe das adolescentes/jovens para

uma análise mais aprofundada, apresentando informações gerais. Observa-se uma predominância de famílias que possuem outras fontes de renda ou que não forneceram essa informação (58,9%). Em contrapartida, a proporção de famílias com renda de até 3 salários mínimos é baixa (3,5%). Entre os/as que informaram sua renda familiar, 19,1% declararam ter renda de até 1 salário mínimo. A alta incidência da categoria “outras rendas” ou a falta de informação sobre a renda familiar evidencia a necessidade de investigar o que compõe essas “outras rendas”, como, por exemplo, o trabalho informal, que precariza as relações de trabalho, uma vez que a crise econômica, o desemprego e a escassez de oportunidades têm impulsionado trabalhadores a aceitarem empregos informais como forma de garantir sua subsistência (Brasil, 2023).

Por outro lado, o Levantamento de 2023 inova ao trazer informações sobre o território de moradia dos/as adolescentes, por gênero. A maioria dos dados sobre a residência das adolescentes é classificada como “sem informação” (36,3%), o que limita a compreensão da distribuição espacial. Dentre as adolescentes com dados disponíveis, a maioria residia em áreas urbanas, com ênfase nas regiões periféricas, representando 34,3% do total (Brasil, 2023).

Observa-se que ambos os levantamentos apresentam dados ora com uma análise interseccional, ora sem, inclusive com retrocessos em alguns aspectos. Além disso, agrupam, na grande maioria das informações, socioeducandos/as dos gêneros masculino e feminino. Nesse cenário, destaca-se a importância da produção de dados desagregados por gênero e outros marcadores sociais, a fim de tornar visíveis as desigualdades e subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

Apesar do fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo ser previsto tanto na Lei n. 12.594/2012, quanto na Resolução n. 233/2020 do CONANDA, a precariedade dos dados e de uma perspectiva interseccional permeia a realidade da socioeducação (Brasil, 2012; 2022). O sistema brasileiro sofre com a falta de dados atualizados, evidenciada pelo intervalo de seis anos entre o Levantamento de 2017, que foi publicado apenas em 2019, e o Levantamento de 2023, o que configura um verdadeiro apagão de informações essenciais para a formulação de políticas públicas efetivas e a concretização dos direitos humanos e fundamentais das adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Portanto, a superação do paradigma menorista, das desigualdades de gênero, raça e classe, e a efetiva implementação da Teoria da Proteção Integral exigem um compromisso do Estado, da sociedade e da família na garantia dos direitos humanos e fundamentais das adolescentes e jovens privadas de liberdade, evidenciando a necessidade de investimentos em políticas públicas específicas, na formação de profissionais e na criação de mecanismos de monitoramento e avaliação do sistema socioeducativo, a fim de assegurar um atendimento digno e respeitoso aos direitos dessas adolescentes e jovens.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou, ao longo do seu desenvolvimento, investigar o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes autoras de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil, a partir de uma análise crítica de sua garantia.

Com o desenvolvimento do estudo, verificou-se que a hipótese inicial foi confirmada. Apesar dos avanços normativos e da incorporação da Teoria da Proteção Integral no ordenamento jurídico brasileiro, o atendimento aos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ainda enfrenta desafios significativos. A análise crítica da legislação e dos dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) evidenciou a persistência de violações e a necessidade de ações mais efetivas para garantir a proteção integral dessas adolescentes.

A interseccionalidade de gênero, raça e classe social potencializa as desigualdades enfrentadas pelas adolescentes no sistema socioeducativo. Nesse contexto, a pesquisa demonstrou que a garantia dos direitos humanos e fundamentais não pode ser dissociada da compreensão das especificidades e das necessidades dessas adolescentes, que demandam políticas públicas e práticas socioeducativas sensíveis às suas realidades.

A invisibilidade das adolescentes no sistema socioeducativo, ampliada pela escassez de dados e informações específicas sobre suas vivências e necessidades, dificulta a construção de um atendimento adequado e a efetivação de seus direitos. A pesquisa ressalta a importância da produção de dados desagregados por gênero e outros marcadores sociais, a fim de tornar visíveis as desigualdades e subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

A superação do paradigma menorista e a efetiva implementação da Teoria da Proteção Integral exigem um compromisso do Estado, da sociedade e da família na garantia dos direitos humanos e fundamentais das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa evidenciou a necessidade de investimentos em políticas públicas específicas, na formação de profissionais e na criação de mecanismos de monitoramento e avaliação do sistema socioeducativo, a fim de assegurar um atendimento digno e respeitoso aos direitos dessas adolescentes.

Em suma, a pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a realidade das adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil, revelando os desafios e as contradições na garantia de seus direitos humanos e fundamentais. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de ações que promovam a efetiva proteção integral dessas adolescentes e jovens e a construção de um sistema socioeducativo mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afb74.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Beijing**: regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil adotada pela resolução n. 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985. Coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi *et al.* Tradução de Intradoc Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/08/regras-beijing.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n. 210, de 05 de julho de 2018**. Aprovado na 272 Assembleia Ordinária. Brasília: Conanda, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/8001>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento Anual Sinase 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdo-SINASE2017.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n. 233, de 30 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSinase20231.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>. Acesso em: 01 set. 2024.

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressupostos para a compreensão do direito da criança e do adolescente. **Revista do Direito**: Revista do Programa de Pós-graduação do Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, n. 29, p. 22-43, jan./jun. 2008. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/direito/article/view/657?_gl=1*4xng24*_gcl_au*MTYwMDUwMzA5NC4xNzY1MDUxNTQ1*_ga*OTg2OTEyNDguMTc2NTA1MTU0NQ..*_ga_7FKYB52CEZ*cze3NjUwNTE1NDUkbzEkZzAk-dDE3NjUwNTE1NDUkajYwJGwwJGgw. Acesso em: 6 dez. 2025.

GALLEGOS-ALOR, Tawny Raquel; WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico y teoría crítica descolonial como fundamento para replantear la cuestión del género. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 342-366, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50747>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel Eugenio. Contribuições e desafios para o pensamento crítico dos direitos humanos. In: FERRAZZO, Débora; LIXA, Ivone Fernandes Morcilo; FAGUNDES, Lucas Machado (org.). **Teoria crítica e humanismo jurídico**: o pensamento de Antonio Carlos Wolkmer. Tomo II. Aguascalientes; San Luis Potosí; Criciúma: CENEJUS; UASLP; UNESC, 2022. p. 468-494. Disponível em: <https://antoniocarloswolkmer.blogspot.com/2023/02/obra-em-homenagem-antonio-carlos-wolkmer.html>. Acesso em: 6 dez. 2025.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger;

Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH_-Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

HERRERA FLORES, Joaquín, **Los derechos humanos como productos culturales**. Crítica del humanismo abstracto. Madrid: Catarata, 2005.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa; CUSTÓDIO, André Viana. Estratégias municipais para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. In: BEÇAK, Rubens; STELZER, Joana; MELEU, Marcelino (coord.); CONPEDI (org.). **Direitos humanos e efetividade**: fundamentação e processos participativos. Florianópolis: CONPEDI, 2018. Disponível em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/Ods65m46/4191q6vx/G5W92W9n87WSzlAg.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

PATRÍCIO JUNIOR, Cristiano. **A política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes em regime de internação (PNAISARI) em Santa Catarina**: uma análise de sua implementação e articulação no sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10773>. Acesso em: 6 dez. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

REIS, Suzéte da Silva; CUSTÓDIO, André Viana. Fundamentos históricos e principiológicos do direito da criança e do adolescente: bases conceituais da teoria da proteção integral. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, RS, v. 31, n. 3, p. 621-659, set./dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rjd/article/download/7840/4646/24922>. Acesso em: 6 dez. 2025.

RIVERA, Marcela Aedo. Lei de responsabilidade penal adolescente no Chile e as adolescentes infratoras: análise em uma perspectiva feminista. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Patsilí Toledo de (org.). **Criminologias feministas**: perspectivas latino-americanas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SEABRA, Gustavo Cives. **Manual de direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: CEI, 2020.

SOLÓRZANO, Norman. **¿De qué hablamos cuando hablamos de pensamiento crítico?** *In*: ENCUESTO INTERNACIONAL DE PENSAMIENTO CRÍTICO, I, Heredia, Costa Rica, 8-10 de diciembre de 2010. **Anais [...]**. Heredia, Costa Rica: GPC, 2010. Disponível em: <https://www.pensamientocritico.info/seminarios-1/i-seminario-internacional-1/que-hablamos-cuando-hablamos-de-pensamiento-critico.html#>. Acesso em: 6 dez. 2025.

SOUZA, Ismael Francisco de; SERAFIM, Renata Nápoli Vieira. Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 20, n. 1, p. 191-28, 2018. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1134>. Acesso em: 6 dez. 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Feminismos, ações e histórias de mulheres**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2022.

VERONESE, Josiane Rose Petry, RODRIGUES, Walkíria Machado. A figura da criança e do adolescente no contexto social: de vítimas a autores de ato infracional. *In*: VERONESE, Josiane Rose Petry, SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso (org.). **Infância e adolescência, o conflito com a lei**: algumas discussões. Florianópolis: Funjab, 2001.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Os direitos da criança e do adolescente: construindo o conceito de sujeito-cidadão. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (org.). **Os “novos” direitos no Brasil**: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAPÍTULO IV

O ENSINO DE GÊNERO COMO EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL POR MEIO DO DIREITO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Thalyta Karina Correia Chediak*¹

*Bianca da Silva Pepe*²

1 INTRODUÇÃO

O ensino de gênero surge como uma ferramenta importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, posto que no decorrer da história, a educação tem sido um campo necessário de transformação que pode refletir por muitas vezes a perpetuação das desigualdades de gênero reproduzidas na sociedade.

Nísia Floresta, pioneira na discussão sobre o papel da mulher na educação, já apontava no século XIX que “a instrução dada às mulheres se limita a uma frívola e superficial educação” (Floresta, 1847, p. 28), de forma a evidenciar que o acesso à educação plena foi restrito às mulheres no decorrer da história. Sendo a educação feminina apenas utilizada para ensinar-lhe atividades domésticas e ter o mínimo de cultura para conversar em encontros sociais, caracterizando esta mulher apenas um adorno social do seu marido. Isso se a mulher fosse de família com recursos, pois se fosse, o ensino seria apenas uma superficialidade que era ignorada e a mulher não teria a oportunidade básica de alfabetização.

Segundo dados revelados pela UNESCO (2019), em que pese o crescente acesso das mulheres à educação formal em muitas regiões do mundo, os maiores desafios diante são a baixa permanência nos cursos e o sucesso acadêmico nas áreas consideradas masculinas, como por exemplo as ciências exatas e a engenharia. De acordo com a pesquisa, as desigualdades também são visíveis tanto nos dados referentes às taxas de matrícula como também na taxa de evasão. Refletindo o desmerecimento histórico sofrido

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: chediakthalyta@gmail.com.

² Mestranda em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Direito Público pela Universidade Candido Mendes (UCAM). E-mail: biancaspepe@gmail.com.

por mulheres nessas áreas, ao entenderem que não seriam capazes de lograr êxito em tais estudos.

Butler (2015) explica que o gênero é construído socialmente e que práticas pedagógicas podem contribuir para reforçar as normas culturais e os estereótipos de gênero. Diante disso, existe uma necessidade de subversão dessas normas sociais, e isso pode ser feito no âmbito educacional, através da implementação de Políticas Públicas que compreendam a necessidade de uma nova visão no âmbito educacional.

Conforme menciona Manuel Eugenio Gándara Carballido (2022) é necessário um olhar teórico para ver melhor o mundo. Tornando-se necessária uma visão realista do mundo, dos problemas e, por conseguinte, da base desses problemas. Uma vez que trabalhar o problema na base é a forma de evitar o desenvolvimento e aumento dos efeitos nocivos deste.

Dessa forma, conforme Gándara Carballido (2022, p. 471)

o pensamento crítico deve esforçar-se para manter a tensão necessária que lhe permite aproximar-se das realidades conseguindo identificar nelas tanto o que privilegia ao mostrar-se, como o que marginalizam, escondem ou postergam; o que aparece como prioritário e importante, assim como o que é apresentado como inútil, inválido, incerto; aquilo a cuja construção se presta desde os imaginários que ajuda a consolidar, como aquilo que submete a processos de destruição. Não basta mostrar o que é; é preciso perguntar-se pelo que não é, pelo que foi negado em sua possibilidade de ser

A importância da educação como papel de transformação social é apresentada por Hooks (2013) considerando um ato de resistência contra as forças opressivas, incluindo sexismo e a discriminação de gênero.

Em consonância com essa percepção apresentada, destacamos a Agenda 2030 da ONU que reforça a importância de uma educação inclusiva e equitativa dentre o rol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No que pese os avanços nas políticas públicas e o aumento da visibilidade do tema a exemplo da Lei n. 13.005/2014 e pela Lei Maria da Penha, ainda é possível observar lacunas significativas no processo de implementação da igualdade de gênero no ambiente educacional em especial nos currículos escolares. Havendo, ainda, necessidade de novas políticas públicas voltadas para a criação e gestão de normas voltadas à educação de gênero no meio educacional.

A presente pesquisa possui natureza qualitativa de natureza documental, é desenvolvida a partir de uma revisão de literatura acerca do conceito de gênero e justiça, objeti-

vando o desenvolvimento de uma reflexão sobre o ensino de gênero como ferramenta para a efetivação da justiça social, por meio da implementação de políticas públicas.

Para tanto, estabelecemos três objetivos que estão divididos em três partes respectivamente. Inicialmente apresentamos os desafios do ensino de gênero e sua conceituação a partir dos estudos de Butler (2015), Hooks (2013) e dados oferecidos pela UNESCO (2019) acerca da presença feminina em ambientes de ensino. Seguimos propondo a indicação das principais iniciativas em prol da igualdade de gênero na educação, a exemplo da Lei n. 13.005/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Completamos desenvolvendo uma reflexão acerca da necessidade de políticas públicas com foco no ensino de gênero como ferramenta para a efetivação da justiça social em prol da construção de uma sociedade mais igualitária.

Por fim, concluímos que, para efetivação da justiça social, é necessário integrar a perspectiva de gênero nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, promovendo um ambiente educacional que valorize a equidade e o respeito às diversidades partindo desde a formulação do currículo, materiais didáticos e plano de ensino. Sendo necessário que se inicie um processo de implementação de novas políticas públicas educacionais, visando um ensino que ofereça uma nova posição para que as jovens não se sintam oprimidas por um sistema educacional com bases arcaicas.

2 OS DESAFIOS DO ENSINO DE GÊNERO

O ensino de gênero tem sido marcado por uma trajetória conflituosa permeada com desigualdades e avanços gradativos. Conforme destaca Floresta em citação anterior, historicamente a educação foi um privilégio reservado aos homens enquanto as mulheres eram excluídas ou limitadas à educação doméstica.

Os movimentos feministas, a partir do século XIX, impulsionaram a luta pela inserção das mulheres na educação. Após mudanças significativas no sistema educacional ao redor do mundo, a educação passa a ser considerada como direito fundamental que, de acordo com Freire (1987) deve ser uma prática de liberdade capaz de promover a emancipação de todos os indivíduos, isso independente de gênero.

A luta por mudanças é constante, todavia segue sendo vista de forma subjetiva pelo poder institucionalizado, no qual insistem em soluções que ignorem o a necessidade de re-visitar o sistema de base, conforme Tawny Raquel Gallegos-Alor e Antonio Carlos Wolkmer (2022, p. 343), abaixo com tradução pessoal:

o problema surge quando as subjetividades se encontram dominadas por poderes institucionalizados, eles não podem ter acesso aos direitos aos quais supostamente

ficou estabelecido que são beneficiários, porque não os conhecem ou porque eles não foram incluídos de uma forma que suas tradições e processos culturais. Existem também outras categorias que podem ser excluídos por desconhecimento ou por estarem abaixo dos outros, dentro da hierarquia que é lhes atribuíu. Por exemplo, quando se deixa de lado o direito à diferença com base na etnia e gênero, por colocar diante da universalidade de uma concepção liberal e individualista de direitos.

Não basta oferecer o direito a igualdade se as bases da educação se encontram subjetivas quanto a esses direitos. Quando se observa que o sistema nasce preterindo uns em detrimento de outro por questões como o gênero, só uma mudança na base desse sistema pode refletir em uma mudança substancial em todo sistema.

Em que pese o âmbito educacional constitua espaço capaz de fomentar debates e reflexões sobre gênero a fim de desenvolver ambientes pautados na isonomia entre homens e mulheres, é possível observar que as desigualdades de gênero persistem no ambiente educacional. O que torna importante trazer, novamente, Paulo Freire, que trazia em 1980 a reflexão “para ser válida, toda educação deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto a quem queremos educar”. Homem em contexto de abstração, no qual se deve entender “ser humano” como ponto de análise e reflexão.

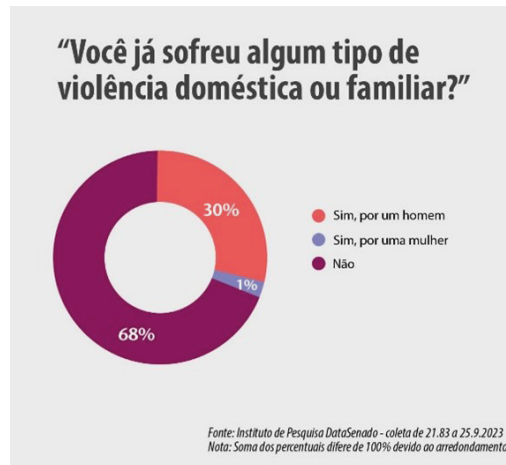
De acordo com dados apresentados pela UNESCO (2019), embora as mulheres tenham maior acesso à educação formal em muitas regiões do mundo, ainda precisam lidar com desafios significativos em termos de permanência e sucesso acadêmico, em especial em áreas tradicionalmente dominadas por homens. De acordo com os dados apresentados, a desigualdade pode ser observada tanto nas taxas de matrícula e na conclusão dos cursos, ainda, a perpetuação desses estereótipos de gênero também pode ser verificado nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

Conforme pontua Butler (2015) o gênero é construído socialmente e reforçado a partir de reproduções de normas culturais, que também podem acontecer no ambiente escolar. Segundo ela, as práticas pedagógicas podem perpetuar estereótipos de gênero e valorizar comportamentos e habilidades associados ao masculino em detrimento do feminino. Tal situação pode ser observada em práticas como a divisão de atividades em sala de aula, bem como na escolha de tarefas que reforçam papéis de gênero. Valendo pontuar o clássico nas escolas em festejos, ao solicitar das meninas doces e salgados e dos meninos bebidas. O que pode parecer simples é mais um retrato da reprodução subliminar de que cabe às mulheres cozinhare, enquanto ao homem, este pode apenas agregar com uma bebida comprada. Apresentando em um simples momento todo um sistema de reforço a estereótipos que discriminam gêneros.

Apesar dos desafios, é possível verificar o papel da educação como instrumento de transformação social, pois o questionamento e a criticidade podem contribuir para a subversão das normas de gênero e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária para Hooks (2013) a educação, tida como prática de liberdade é um ato de resistência contra as forças da opressão, como por exemplo o sexismo e a discriminação de gênero.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa DataSenado no ano de 2023 mostram que trinta por cento das mulheres do país já sofreram violência doméstica ou familiar, mostrando que a violência ainda atinge grande parte das mulheres. Todavia os números remetem a um valor mínimo de contagem, uma vez que já é de amplo conhecimento que o maior número de vítimas não denuncia a violência sofrida.

Figura 1: Questão da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher



Fonte: Dados da pesquisa DataSenado (Brasil, 2023).

Variadas pesquisas demonstram que a violência de gênero é crescente, como a realizada pelo Anuário de Segurança Pública de 2023 mostra claro aumento de crimes contra a mulher, conforme pode ser observado abaixo:

Figura 2: Crescimento da violência contra a mulher



Fonte: Dados do Anuário de Segurança Pública (Anuário [...], 2023).

No mesmo documento se verifica a queda do número de homicídios no país, o que é ainda mais importante ao comparar que ainda assim o número de feminicídios cresceu no mesmo período. Ou seja, no lugar de desfrutar de alguma segurança social com a queda no número de homicídios as mulheres experimentam o medo de saber que ainda que tal crime conste como em queda elas se tornaram o alvo preferencial da violência social.

Embora exista avanços significativos no que tange a visibilidade que o tema gênero e educação tenham ganhado nos últimos anos que, por sua vez, contribuiu para aumento de implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, há ainda um caminho longo a ser percorrido a fim de garantir a igualdade de gênero no ambiente educacional.

3 AS PRINCIPAIS INICIATIVAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Dentre as iniciativas para a promoção da igualdade de gênero na educação reside o desenvolvimento de políticas públicas para a implementação de diretrizes que visam reduzir as desigualdades e combater a discriminação. Entendendo toda a violência e limitações sofridas pela discriminação de gênero no Brasil.

No contexto jurídico nacional, a partir da instituição da Lei n. 13.005/2014 com o Plano Nacional de Educação (PNE) é possível observar a inclusão do tópico perspectiva de gênero na educação. Dentre as diretrizes instituídas, destacam-se as ações de promoção de campanhas educativas e a revisão de materiais didáticos.

A Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340/2006 contribuiu para a promoção de debates que impactam a agenda educacional ao promover reflexões sobre a violência de gênero nas escolas e no ambiente familiar. A referida lei, estabelece instrumentos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e incentiva a conscientização nas instituições de ensino sobre direitos das mulheres e a importância da igualdade de gênero.

Já no cenário internacional, a UNESCO (2017) possui um papel importante para o incentivo da promoção da igualdade de gênero na educação a exemplo da “Iniciativa Global para Escolas Seguras e Inclusivas”, um projeto que objetiva assegurar que meninas e meninos tenham acesso igual à educação de qualidade, livre de discriminações e preconceitos. O objetivo da UNESCO (2017) encontra-se alinhado aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número quatro das Nações Unidas, que por sua vez, visa a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Butler (2015) pontua que estereótipos de gênero são construídos socialmente e que estes atribuem características e papéis específicos aos sujeitos com base no gênero, de forma a limitar possibilidades de desenvolvimento e de expressão. Nesse sentido, em que pese existam avanços no âmbito escola em prol da igualdade de gênero, a partir de incentivo a projetos sociais e criação de textos normativos, ainda é possível observar que os currículos escolares reforçam normas de gênero tradicionais, favorecendo as representações masculinas e desvalorizando as femininas. Exemplo disso, é a produção científica de Nísia Floresta, mulher pioneira em discutir o tema de gênero na educação que sofreu apagamento gradativo de suas contribuições na história.

Nísia Floresta foi uma das primeiras vozes a se levantar em defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Sua atuação como educadora, escritora e feminista a coloca como uma figura central na luta pela emancipação feminina e na construção de uma identidade nacional que valoriza a participação ativa das mulheres na sociedade (Duarte, 1995, p. 14).

No ambiente escolar, os estereótipos de gênero podem influenciar tanto a prática pedagógica quanto o currículo escolar. Louro (2008) explica que em análise de livros didáticos, é possível verificar que personagens masculinos são mais frequentemente associados a papéis de liderança, enquanto as femininas são atribuídas a papéis secundários ou domésticos.

Viza, Sartori e Zanello (2017) explicam que o projeto “Maria da Penha vai à Escola” é uma iniciativa fundamental para a conscientização sobre a violência de gênero nas escolas. O projeto é desenvolvido com apoio das secretarias de educação e objetiva educar os estudantes sobre os direitos das mulheres e a importância do respeito e da igualdade para a promoção de uma cultura de não violência. E outro exemplo importante para destaque é o programa “HeForShe” desenvolvido pela ONU Mulheres que incentiva meninos e homens a se tornarem defensores da igualdade de gênero.

4 A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ENSINO DE GÊNERO COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

De acordo com Stolz e Souza (2023), a implementação de uma educação que incorpore a perspectiva de gênero é vital para a consecução da justiça social e caminha de acordo com a proposta destacada na Agenda 2030 da ONU que, por sua vez, objetiva empoderar mulheres e meninas a fim de eliminar todas as formas de discriminação e violência contra elas.

Para Davis (2018), a educação deve abordar questões de gênero de forma interseccional, para que seja capaz de reconhecer as múltiplas dimensões de identidade que afetam a experiência educacional de cada um.

Assim, a presença das questões de gênero, tais como, identidade de gênero, sexo, raça, etnia e classe no ensino do direito representa uma via fundamental para o alcance da equidade de gênero, uma iniciativa que visa a diminuição dos efeitos da subalternização feminina –, particularmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, LGBTQIAP+ –, causados pelo patriarcado classista e racista, ocasionando, por consequência, a redução das múltiplas formas de violência contra as mulheres (Stolz; Souza, 2023, p. 171).

No panorama vigente é de necessário a criação de políticas públicas voltadas para a o entendimento de que o ensino de gênero é uma questão de importância para promoção da justiça social na sociedade. Com o objetivo de proporcionar a desconstrução de antigos e arraigados estereótipos e preconceitos. Propondo não só o enriquecimento do conhecimento oferecido aos alunos em questões de base da sociedade, tais como respeito e igualdade, como também livras os novos alunos das amarras dos preconceitos, ensi-

nando-os a lidar com as diferenças, sejam elas culturais, sociais ou de identidade. Sendo essas políticas públicas a base para criação de um aprendizado verdadeiramente inclusivo.

Ademais, realizar o ensino de gênero nas escolas propõe ter como resultado a diminuição da discriminação e violências sofridas realizadas por questões de gênero. Visto que essas políticas ajudariam a criar uma estrutura de respeito social, essencial para a viabilização da paz social.

Outro ponto nodal é o impacto que essa política pública causaria na vida econômica dessas mulheres. O investimento em educação em gênero é o caminho para uma força de trabalho com maior igualdade e diversidade, trazendo, por oportuno, reflexos positivos no desenvolvimento econômico feminino. Uma vez que a valorização do papel da pessoa, independente do gênero, orientação sexual ou outro fator de segregação, abre -se para esses grupos novas oportunidades de desenvolvimento profissional e social. Trazendo essa igualdade para o campo profissional, refletindo em um mercado de trabalho mais justo.

Por fim, fica claro que políticas públicas com objetivo do ensino de gênero é uma questão não só de justiça social, como também de direitos humanos. Visto que deseja assegurar educação e igualdade independente do gênero. Sendo essa política uma poderosa promotora de transformação social ao promover informação e respeito a todos os indivíduos, para que possam se sentir valorizados e respeitados em todas as áreas de suas vidas.

5 CONCLUSÃO

Por fim concluímos que, para efetivação da justiça social, é necessário integrar a perspectiva de gênero nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, promovendo um ambiente educacional que valorize a equidade e o respeito às diversidades partindo desde a formulação do currículo, materiais didáticos e plano de ensino.

Dessa forma, o entendimento é que se torna necessário a implementação do ensino de gênero nas escolas, por meio de políticas públicas, uma vez que a questão de gênero ainda surge como limitação social e disparidade entre grupos sociais. Razão de menores oportunidade e menores salários para cargos similares.

Ao pontuar, durante o trabalho os dados e perspectivas, resta claro que, ainda que a sociedade tenha galgado avanços importantes nos últimos anos, o gênero ainda é fator de grandes desigualdades, permeando negativamente não só a vivência educacional, como também o desenvolvimento, tanto pessoal como profissional de indivíduos.

Historicamente, o acesso à educação e a qualidade desta foram desiguais, sofrendo as mulheres e minorias de gênero com a superficialidade educacional, isso quando se

podia contar com a educação. Mesmo em tempos contemporâneos é premente os entraves enfrentados, seja com limitações em áreas nas quais as tradições impõem o masculino como dominante e implicando em desafios para ingresso do gênero oposto.

Muito se fala na educação como ferramenta de transformação social, sendo, nesse momento, importante o uso de políticas públicas para utilizar todo o potencial dessa ferramenta, com foco na desconstrução de preconceitos e estereótipos, criando a promoção de uma cultura de paridade ao entender a importância da educação como forma eficiente de integrar a sociedade. Assim essa ferramenta pode gerar com efetividade e consistência mudanças além dos currículos e práticas da pedagogia.

As iniciativas de leis e projetos nacionais, como a Lei n. 13.005/2014, a Lei Maria da Penha, somados aos esforços internacionais são degraus importantes a serem subidos a fim de se chegar a uma sociedade de igualdade de gênero. Todavia, a efetivação destas dependem de uma política pública mais profunda, que promova a igualdade de gênero desde a base, para que toda a pirâmide social possa ser afetada. Compreendendo a necessidade da aplicação de uma abordagem que trabalhe com a pluralidade das dimensões da questão da identidade.

Dessa forma, resta claro a necessidade da criação e implementação de políticas públicas a fim de instrumentalizar o ensino de gênero na educação. Contribuindo para a promoção não somente das desigualdades como a diminuição da violência e a promoção de um mercado de trabalho plural. Sendo as políticas de gênero, uma questão de impacto social e de viabilização de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO de Segurança Pública revela aumento da violência contra a mulher: é necessário enfrentar as causas, reitera especialista. **Humanista**, 1º ago. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/08/01/violencia-contra-mulher-anuario-seguranca-publica/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, [...]. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher - DataSenado 2023. **DataSenado**, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Natal: EDUFRN, 1995.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1847.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GALLEGOS-ALOR, Tawny Raquel; WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico y teoría crítica descolonial como fundamento para replantear la cuestión del género. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 342-366, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50747>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel Eugenio. Contribuições e desafios para o pensamento crítico dos direitos humanos. In: FERRAZZO, Débora; LIXA, Ivone Fernandes Morcilo; FAGUNDES, Lucas Machado (org.). **Teoria crítica e humanismo jurídico: o pensamento de Antonio Carlos Wolkmer**. Tomo II. Aguascalientes; San Luis Potosí; Criciúma: CENEJUS; UASLP; UNESC, 2022. p. 468-494. Disponível em: <https://antoniocarloswolkmer.blogspot.com/2023/02/obra-em-homenagem-antonio-carlos-wolkmer.html>. Acesso em: 6 dez. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 89-102.

STOLZ, Sheila; SOUZA, Luiza Nogueira. Educação jurídica com perspectiva de gênero e interseccionalidades: uma visão educativa indispensável para a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030 da ONU. **Revista Pedagogia Universitária y Didáctica del Derecho**, v. 10, n. 1, p. 163-176, jun. 2023. Disponível em: <https://pedagogiaderecho.uchile.cl/index.php/RPUD/article/download/69409/73237/266266>. Acesso em: 7 dez. 2025.

UNESCO. **Accountability in education: meeting our commitments**. Global education monitoring report, 2017/8. 2. ed. Paris: UNESCO Publishing, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259338>. Acesso em: 7 dez. 2025.

UNESCO. **Global education monitoring report 2019: Gender Report: Building bridges for gender equality**. Paris: UNESCO Publishing, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368753>. Acesso em: 7 dez. 2025.

VIZA, Bem-Hur; SARTORI, Myriam C.; ZANELLO, Valeska (org.). **Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/documentos-e-links/arquivos/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CAPÍTULO V

VIOLENCIA OBSTÉTRICA Y DERECHOS HUMANOS: ALCANCES NORMATIVOS Y JURISPRUDENCIALES

Luíse Pereira Herzog¹

Patricio Alejandro Giler Fernández²

1 INTRODUCCIÓN

Violencia es cuando se violan los derechos humanos de cualquier persona. Puede ocurrir en cualquier esfera, tanto pública como privada, y tiene diversas formas, entre ellas la violencia individual, institucional y de grupo. En este sentido, la violencia contra las mujeres se presenta en diversas formas y la que se discutirá en este estudio es la violencia obstétrica.

La violencia obstétrica ganó importancia cuando grupos de mujeres, junto con la red feminista y organizaciones profesionales e internacionales, comenzaron a buscar una mejor calidad de atención durante el embarazo, el parto y el puerperio, que debería estar libre de violencia.

Desde el momento en que el parto fue asumido por la estructura médica y sus normas, las mujeres se vieron privadas de su autonomía durante el parto y tuvieron que cumplir las normas, siendo silenciadas y no escuchadas, y los hombres empezaron a controlar el nacimiento de los bebés.

La lucha de las mujeres por sus derechos es incesante, más aún porque vivimos en países que tienen arraigado desde sus orígenes el sistema patriarcal, en el que la mujer suele estar sometida al hombre. Poco a poco, las mujeres han ido adquiriendo sus derechos, como con la creación de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, un documento internacional no judicial. En Brasil, sólo con la Ley Maria da Penha (LMP) se empezó a hablar de género, especialmente de los derechos humanos de las mujeres que

¹ Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). E-mail: luisepherzog@gmail.com.

² Magister en Derecho Penal. Magister en Derecho Procesal. Especialista Superior en Derecho Constitucional por la Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador. Docente a tiempo completo de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, sede Manabí. E-mail: pgiler@pucesm.edu.ec / alejandrogiler1991@hotmail.com.

sufren violencia doméstica. Y en Ecuador se aprobó la Ley Orgánica para prevenir y erradicar la Violencia contra la mujer, para combatir la violencia contra las mujeres.

El trabajo se dividió en dos partes para responder al problema de investigación, es decir, la adecuación normativa (legislación-políticas públicas) de Brasil-Ecuador para garantizar la protección y promoción de los derechos humanos en el abordaje de la gestante.

En la primera sección se tratarán las normas generales y específicas, así como las convenciones relativas a los derechos de la mujer, en Brasil se incluirá la Ley Maria da Penha n. 11.340/2006 y en Ecuador la Ley Orgánica para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres.

En la segunda parte, el artículo analizará los derechos humanos de las mujeres, analizará la jurisprudencia brasileña y ecuatoriana y proporcionará datos sobre la violencia obstétrica basada en la raza.

La metodología deductiva basada en un estudio técnico bibliográfico-documental con un enfoque cualitativo. Metodología deductiva basada en un estudio técnico bibliográfico-documental con un enfoque cualitativo. Se realizó una búsqueda con las palabras clave “violencia obstétrica” en la Plataforma Scielo Brasil y se encontraron 42 artículos entre los años 2019-2023 y con la palabra clave “violencia obstétrica Brasil” en los mismos años. En la plataforma Periódicos Capes se realizó una búsqueda con las mismas palabras clave, en la primera se encontraron 720 resultados y en la segunda 203.

2 LOS DERECHOS DE LAS MUJERES Y SU INVISIBILIDAD SANITARIA

Con el tiempo, las mujeres son personas importantes en la construcción de los derechos humanos y civiles y en la resolución de conflictos entre Estados. La contribución de las mujeres a la creación de legislación y a la acción estatal, porque con ellos se tiene la visión necesaria para la igualdad de género o la interseccionalidad.

Los derechos humanos se han visto cuestionados por los avances del siglo XXI, y se han realizado grandes movimientos para construir mecanismos legales basados en derechos que garanticen los derechos de todas las personas, sin discriminación. Sin embargo, los derechos no sólo pueden identificarse con normas (Herrera Flores, 2009).

El movimiento feminista está en una batalla casi interminable para que las mujeres adquieran sus derechos a la igualdad de género, introducida por la Constitución Federal do Brasil de 1988, un hito importante para las mujeres, consideradas iguales ante la ley, y en el Ecuador a partir de la Constitución de 2008. Las instituciones internacionales luchan contra las injusticias, como la Declaración Universal de los Derechos Humanos, un documento no jurídico que pretende defender los derechos humanos básicos. Esta Declaración no es un

tratado, sino que se creó para identificar la expresión de las libertades fundamentales y los derechos humanos, que reafirma que los derechos son universales, pero no reconoce distinciones de género.

Se necesitan conferencias y convenciones para identificar los derechos de la mujer tanto en el ámbito social como en el jurídico en todos los países. No fue hasta 1975 cuando se celebró la primera conferencia mundial dedicada exclusivamente a los derechos de la mujer, la Conferencia Mundial sobre la Mujer de Ciudad de México, organizada por las Naciones Unidas, y el inicio de la Década de la Mujer, que pretendía dar una visibilidad proporcional a la igualdad de género y la independencia de la mujer en el mundo.

Otro movimiento importante para el reconocimiento de los derechos de la mujer fue la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW). Es un tratado internacional que fue aceptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1979 y entró en vigor en 1981. Sus puntos principales son la definición de Discriminación contra la mujer - que se define como cualquier diferencia, exclusión o restricción contra la mujer por el hecho de ser mujer, con el fin de perjudicarla o anular su reconocimiento, el segundo punto importante es el compromiso de los estados parte de implementar medidas, legislación y políticas apropiadas con la igualdad de género, derechos específicos en los que se busca la igualdad de derechos y responsabilidades dentro del matrimonio/familia, derechos a la educación y el empleo, salud, salud reproductiva y participación política y pública. Otro punto importante son los informes y el seguimiento que los Estados Parte están obligados a presentar periódicamente al Comité, mostrando las medidas que han adoptado. Y, por último, el protocolo facultativo por el que los particulares pueden presentar quejas al Comité de la CEDAW sobre violaciones de los derechos protegidos por la convención.

Después de la CEDAW, se celebró en El Cairo, en septiembre de 1994, una importante Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, en adelante la Convención de El Cairo. Esta conferencia fue sumamente importante porque uno de sus temas era la salud reproductiva, es decir, el derecho de todas las personas a disponer de información sobre la salud reproductiva, el número de hijos que van a tener y la educación sexual. La Conferencia fue un acontecimiento que contribuyó a cambiar el enfoque global de las cuestiones de población, desarrollo y salud reproductiva, situando los derechos humanos y la igualdad de género en el centro de estos debates.

En este sentido, en Brasil sólo a partir de la ley Maria da Penha, n. 11.340/2006, se establecieron mecanismos para frenar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres. Esta ley es extremadamente importante porque define los tipos de violencia doméstica, que pueden ser física, psicológica, sexual, patrimonial y moral, están previstas en el Capítulo

II - Formas de Violencia Doméstica y Familiar Contra la Mujer - Artículo 7, secciones I a V, de la siguiente manera:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei n. 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, [2025])³.

³ Traducción al español: Art. 7 Las formas de violencia doméstica y familiar contra la mujer incluyen:

I - la violencia física, entendida como toda conducta que atente contra su integridad corporal o su salud;

II - violencia psicológica, entendida como cualquier conducta que le cause daño emocional y disminución de su autoestima o que perjudique y perturbe su pleno desarrollo o que tenga como objetivo degradar o controlar sus acciones, comportamientos, creencias y decisiones, por medio de amenazas, vergüenza, humillación, manipulación, aislamiento, vigilancia constante, persecución persistente, insulto, chantaje, violación de su privacidad, ridiculización, explotación y limitación del derecho de ir y venir o cualquier otro medio que cause daño a su salud psicológica y autodeterminación; (Editado por la Ley n. 13. 772, 2018)

III - violencia sexual, entendida como cualquier conducta que la obligue a presenciar, mantener o participar en una relación sexual no deseada, mediante intimidación, amenaza, coacción o uso de la fuerza; que la induzca a comercializar o utilizar de cualquier forma su sexualidad, que le impida utilizar cualquier método anticonceptivo o que la obligue al matrimonio, embarazo, aborto o prostitución, mediante coacción, chantaje, soborno o manipulación; o que limite o anule el ejercicio de sus derechos sexuales y reproductivos;

IV - violencia patrimonial, entendida como cualquier conducta que constituya la retención, sustracción, destrucción parcial o total de sus objetos, instrumentos de trabajo, documentos personales, bienes, valores y derechos o recursos económicos, incluso los destinados a satisfacer sus necesidades;

La LMP es un hito para que el Estado brasileño se comprometa más con los derechos de la mujer en el sistema interamericano. Mientras tanto, hubo un debate sobre los derechos humanos de las mujeres; sin embargo, las mujeres son consideradas como especies y, para Simone de Beauvoir (1980), no se las puede considerar así. La violencia contra las mujeres es una forma de viola directamente los derechos humanos de las mujeres. El Estado debe intervenir para combatir esta violencia, y el Estado tiene el deber de prevenir, investigar, castigarla y repararla.

El derecho a la salud, especialmente los derechos reproductivos y sexuales, siempre ha sido tratado como un tabú en la sociedad brasileña, así como en la ecuatoriana. Por eso hay tanto retraso cuando se trata de los derechos reproductivos de las mujeres, donde no existen leyes federales brasileñas específicas sobre el tema.

Sin embargo, durante el embarazo, el parto y el puerperio, las mujeres suelen sufrir diversos tipos de violencia, lo que introduce la violencia obstétrica en sus vidas. Dado que vivimos en un sistema en el que la violencia está institucionalizada y es sistemática, no es posible hacer frente a los distintos tipos de violencia con rapidez. Por otra parte, el parto solía ser llevado a cabo por comadronas. Sin embargo, cuando este sistema patriarcal pasó a manos del mundo médico, en el que éste tomó el control del nacimiento de los bebés, se introdujo la violencia obstétrica en el sistema, en el que a menudo las mujeres no son bienvenidas, y mucho menos escuchadas.

Se consideraba que el parto era cosa de mujeres, siendo las comadronas las que llevaban a cabo los partos, y con el avance de la medicina, se observó que los partos en casa podían ser arriesgados, por lo que los partos empezaron a realizarse en hospitales, en los que trabajaban varios hombres, ya que eran los que tenían derecho a estudiar en aquella época, y se introdujo el uso de medicamentos durante el parto. Sin embargo, cuando este sistema patriarcal pasó a manos del mundo médico, en el que éste tomó el control del nacimiento de los bebés, se introdujo la violencia obstétrica en el sistema, en el que a menudo las mujeres no son bienvenidas, y mucho menos escuchadas. Para ello, Brasil debería permitir las doulas, profesionales de la salud que dan autonomía a las mujeres durante el parto, además de realizar ejercicios para relajarse y reducir el dolor y las molestias del parto.

En Brasil, el programa de humanización de los cuidados prenatales en 2000, creado por el Ministerio de la Salud, pretende dar respuesta a las demandas sociales de una mejor atención durante el embarazo, parto y el nacimiento, así como para la mujer (madre). Para ello, su principal objetivo «es garantizar la mejora del acceso, la cobertura y la calidad de la atención prenatal, del parto y del puerperio para las mujeres embarazadas y sus recién nacidos, desde la perspectiva de los derechos de ciudadanía (Brasil, 2002).

Sin embargo, en la sociedad en la que vivimos, podemos ver que existe una diferenciación entre razas, y Sueli Carneiro (2023) entiende que esto proviene del biopoder, que elige quién vive y quién muere, porque “a morte do outro [...] permite ao biopoder promover a vida da raça mais sadia e mais pura”⁴, esto, a su vez, tiene un impacto directo en la salud, especialmente en el caso que nos ocupa, porque en Brasil la muerte materna sigue siendo un evento que se puede evitar, sin embargo, hay altas tasas de muertes maternas - siendo estas muertes que ocurren durante el período gestacional, así como hasta 42 días después del parto.

La experiencia jurídico-institucional en Ecuador, no resulta ajena al contexto brasileño, dado que la proyección normativa en materia de violencia contra la mujer ha sido frágil y, además, envuelta en mucho debilitamiento institucional y social por aspectos eminentemente invisibilizadores y normalizadores de conductas que degradan la condición de ser mujer, y el género en su contexto más general. De este modo, una de las principales apuestas normativas a la luz de la Constitución de 2008 de Montecristi, se enfocaron en determinar cauces jurídico-institucionales necesarios e indispensables para la protección, prevención y sanción de todo tipo de violencia alrededor del género femenino; constituyéndose su primer aporte y paso en la promulgación del Código Orgánico Integral Penal (Ecuador, 2014) que incorpora tipos penales y medidas de reparación atinentes a género y violencia⁵, y con ello, la correspondiente remisión normativa especial en aspectos de violencia contra la mujer.

En este contexto, la Ley Orgánica integral para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres, promulgada en el año 2018, trajo consigo experiencias sociales y jurídico-institucionales que antes no estaban comprendidas en el marco normativo ecuatoriano, tal avance se proyecta en el alcance de la norma al diseñar los aspectos o ejes de intervención mínima, necesaria e indispensable por parte del estado central y de actores sociales particulares (*el privado*), y esto se debe a uno de los discursos generados en la exposición de motivos de la ley en mención, cuando señala que:

[...] La violencia contra las mujeres afecta a todas las mujeres del país y del mundo. La violencia se manifiesta por la existencia de relaciones de poder entre hombres y mujeres, en las que la supremacía de lo masculino desvaloriza lo femenino y

⁴ Traducción en español: “la muerte del otro [...] permite que el biopoder promueva la vida de la raza más sana y pura”.

⁵ Algunos que mencionar por ahora en delitos: 1) Femicidio, 2) Prostitución forzada, 3) Turismo sexual, 4) Promesa de matrimonio o unión de hecho servil, 5) Aborto con muerte, 6) Aborto no consentido, 7) Aborto consentido, 8) Aborto no punible, 9) Violencia contra la mujer o miembros del núcleo familiar; de ahí, por restar las medidas reparativas enfocadas en las mujeres, tales como: 1) Mecanismos de reparación integral en casos de violencia de género contra las mujeres.

establece formas de control expresadas en distintos tipos de violencia (Ecuador, 2018, p. 1).

Lo anterior permite coleccionar, entre otras cosas, el espacio representativo que ocupa el género femenino en las relaciones sociales a partir de la deconstrucción de conceptos en las relaciones entre individuos de distintos sexos para la consolidación efectiva de lo que denomina Bauman relación y equidad fluida (Bauman, 2000). En este sentido, surge la necesidad estricta de ampliar y gamificar espacios de interacción, representación y protección a las mujeres en cada uno de los campos antes singularizados.

De este modo, la ley en mención recaba y rediseña los espacios necesarios de protección y prevención para la mujer, entendiendo para ello un cúmulo de principios indispensables que permitan comprender “[...] que a pesar de los avances normativos desarrollados en los últimos diez años, es necesario establecer legalmente un sistema integral de protección a las mujeres víctimas de las diferentes formas de violencia de género a lo largo de su vida” (Ecuador, 2018, p. 2). Así, el rediseño implica conocer que la violencia contra la mujer o de género se proyecta en distintas formas de actuación u omisión, como las que configura el artículo 10 de Ley Orgánica Integral para prevenir y erradicar la Violencia contra la mujer, siendo éstas: 1) física, 2) psicológica, 3) sexual, 4) económica y patrimonial, 5) simbólica, 6) política, 7) *gineco-obstétrica*; y, 8) sexual digital (Ecuador, 2018). Entre todas estas nuevas categorías de violencia, interesa resaltar la que constituye de interés principal para la presente investigación configurada como violencia gineco-obstétrica, la cual, se vincula:

[...] a toda acción u omisión que limite el derecho de las mujeres embarazadas o no, a recibir servicios de salud gineco-obstétricos. Se expresa a través del maltrato, de la imposición de prácticas culturales y científicas no consentidas o la violación del secreto profesional, el abuso de medicalización, y la no establecida en protocolos, guías o normas; las acciones que consideren los procesos naturales de embarazo, parto y posparto como patologías, la esterilización forzada, la pérdida de autonomía y capacidad para decidir libremente sobre sus cuerpos y su sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida y salud sexual y reproductiva de mujeres en toda su diversidad y a lo largo de su vida, cuando esta se realiza con prácticas invasivas o maltrato físico o psicológico (Ecuador, 2018, p. 16-18).

Una simple lectura de la norma permite identificar que la violencia, en los contextos actuales, se ha logrado situar incluso a niveles estatales por medio de las instituciones públicas y privadas, permitiendo entender que los patrones culturales arraigados única-

mente en la sociedad – *más en una sociedad constituida con criterios de masculinidades*⁶ – desbordan el marco regular de sus convivencias, interviniendo y tomando posta en los ámbitos públicos y privados para hegemonizar los roles masculinos de control; lo que proyecta el campo de lucha para la transformación de los Derechos Humanos (Gándara Carballido, 2014).

Por tanto, es necesaria una cultura feminista, desde la esfera política a la social, para hacer frente a la violencia y las desigualdades de género presentes en el arraigado sistema patriarcal. En consecuencia, la sección 1.2 de esta investigación analizará casos en Brasil y Ecuador en los que las mujeres han visto violados algunos de sus derechos humanos – sexuales y reproductivos – durante el periodo de gestación, así como durante el parto y el posparto.

3 COMPRENSIÓN DE DERECHOS HUMANOS EN EL CONTEXTO DE LAS MUJERES EMBARAZADAS

El desarrollo de los derechos y condiciones de protección de las mujeres en situación de embarazo ha sido paulatino y escueto desde la formación y/o producción de las normas, desde nivel convencional y nivel nacional (*experiencias en Brasil y Ecuador*), que implica explícitamente un alto cuestionamiento en el diseño y formulación de instrumentos internacionales de Derechos Humanos enfocados estrictamente a las mujeres en condición de embarazo. Desde esta perspectiva, conviene mirar el desarrollo y alcance las normas – al menos lo que interesa al presente trabajo – convencionales enfocadas en las mujeres embarazadas y sus condiciones de protección por parte de los Derechos Humanos.

En este contexto, para 1948 la Declaración Universal de los Derechos Humanos integra como paradigma genérico que toda tendrá derechos y libertades comprendidas en la declaración sin distinción alguna, entre la que interesa, sexo. De ahí que, un primer acercamiento a la protección de derechos de las mujeres se vincule por medio de la referida Declaración sin que implique mayores alcances o especificidades. Más adelante, en 1993 se realizaría un abordaje más integrador y específico en torno a los derechos atribuidos a la mujer como sujeto directo de protección y prevención gracias a la Declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra la mujer, la cual, reseña entre otras cosas “[...] la urgente necesidad de una aplicación universal a la mujer de los derechos y principios” (ACNUDH, 1993, p. 1).

⁶ Sobre este punto, María Pilar Troya (2001), entiende que las masculinidades proyectan campos de intervención y pertenencia directa de la mujer, tales son: 1) trabajo doméstico, 2) paternidad relegada, entre otras que por extensión del presente trabajo académico no se desarrollarán a profundidad.

Siguiendo la línea de tiempo y avance normativo, surge en la región de América la estricta necesidad de implementar una normativa que permita contemplar mayores alcances y garantía en los derechos de las mujeres frente al respeto irrestricto de su condición, teniendo como premisa inicial una mayor gama de derechos y garantías que obliga a los Estados Partes la inminente y necesaria implementación de garantías y deberes que cumplir para satisfacer estas prerrogativas convencionales al tenor de los principios universales del derecho internacional público en el marco de las convenciones, entendida aquí como *Pacta sunt servanda*; de ahí que, aparece en este primer momento la protección de la mujer en situación de embarazo, pues la Convención Belem do Para exige la implementación de medidas suficientes en protección de sus derechos, esto por cuanto “[...] los Estados Partes tendrán especialmente en cuenta la situación de vulnerabilidad a la violencia que pueda sufrir la mujer” (Organización de Estados Americanos, 1994, p. 4), recalcando incluso que “[...] en igual sentido se considerará a la mujer que es objeto de violencia cuanto está embarazada” (Organización de Estados Americanos, 1994, p. 4).

Esta primera radiografía convencional, enfocada en los derechos de la mujer, particularmente en su condición de embarazo, aborda aspectos complejos para los Estados Partes comprendidos aquí como *desafíos institucionales y normativos* en la correcta garantía y promoción de sus derechos; por ello, situados en 1999 surge la Recomendación General n. 24 expedida por el Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer, cuyo texto replica la necesidad extrema de que los Estados “[...] han de indicar también qué medidas han adoptado para garantizar a la mujer servicios apropiados en relación con el embarazo, el parto y el período posterior al parto” (ACNUDH, 1999, p. 5), esto por cuanto:

[...] Muchas mujeres corren peligro de muerte o pueden quedar discapacitadas por circunstancias relacionadas con el embarazo cuando carecen de recursos económicos para disfrutar de servicios que resultan necesarios o acceder a ellos, como los servicios previos y posteriores al parto y los servicios de maternidad (ACNUDH, 1999, p. 5).

Con relación a lo anterior, puede observarse entonces que los desafíos en torno a los derechos de las mujeres en condición de embarazo se encuentran plenamente identificados por medio de las normas y políticas que cada Estado Parte promueva para su satisfacción y mayor alcance, ello implica *inter alia* otorgar las mejores condiciones en la salud de las mujeres dado que todo ser humano se encuentra legitimado y beneficiado en percibir el disfrute al más alto nivel de la salud bajo la premisa de vivir con dignidad; en este contexto, el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales ha resaltado que:

[...] es preciso adoptar medidas para mejorar la salud infantil y materna, los servicios de salud sexuales y genésicos, incluido el acceso a la planificación de la familia, la atención anterior y posterior al parto, los servicios obstétricos de urgencia y el acceso a la información, así como a los recursos necesarios para actuar con arreglo a esa información (Naciones Unidas, 2000, p. 5).

Desde esta previsión, la constitución de normativa convencional atinente al enfoque de mujer embarazada, encuentra como fuente de alarma la violencia de la que ha sido víctima la mujer en el contexto de su salud reproductiva y consigo atención médica en parto y puerperio; de ahí que, la Relatora Especial sobre la Violencia contra la Mujer, sus causas y consecuencias acerca de un enfoque basado en los Derechos Humanos del maltrato y la violencia contra la mujer en los servicios de salud reproductiva insta a los Estados Partes a cumplir “[...] en materia de derechos humanos, elaboren leyes, políticas y estrategias nacionales de salud reproductiva para las mujeres e implanten mecanismos de denuncia para asegurar un enfoque basado en los derechos humanos” (Naciones Unidas, 2019, p. 6), de tal manera que, el alcance y proyección de integración de las distintas formas de violencia contra la mujer, se ciñe en otros términos, tales como, violencia obstétrica, que:

[...] se utiliza ampliamente en América del Sur, pero no se usa todavía en el derecho internacional de los derechos humanos, por lo que, a fin de abordarlo en el actual marco internacional de los derechos humanos de las mujeres, la Relatora Especial también utiliza el término “violencia contra la mujer durante la atención del parto”. En el plano regional, el Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará, que fue el primer mecanismo en reconocer la violencia obstétrica como violación de los derechos humanos, recomendó a los Estados la promulgación de leyes que penalicen la violencia obstétrica. Como resultado de ello, varios países de la región de América Latina y el Caribe han promulgado leyes que tipifican como delito la violencia obstétrica (Naciones Unidas, 2019, p. 7).

Lo anterior, ha sido tema de abordaje técnico por parte de la Organización Mundial de la Salud, pues, los puntos críticos circunscritos en la violencia obstétrica se encuentran atribuidos a una conducta normalizadora por parte de los Estados y sus instituciones en torno a invisibilizar prácticas contrarias a la dignidad humana de las mujeres, y esto se debe gracias a que en:

[...] En todo el mundo, muchas mujeres sufren un trato irrespetuoso y ofensivo durante el parto en centros de salud, que no solo viola los derechos de las mujeres a una atención respetuosa, sino que también amenaza sus derechos a la vida, la

salud, la integridad física y la no discriminación (Organización Mundial de la Salud, 2014, p. 1).

Así pues, resulta interesante y, a su vez, alarmante mirar cómo ha sido el diseño de los mecanismos de protección de los derechos de las mujeres en un recorrido histórico ahora propuesto, que guarda estricta relación con los alcances y garantías que los Estados Parte deben implementar en sus legislaciones y políticas públicas atendiendo las circunstancias particulares enfocadas en las mujeres en condición de embarazo. De ahí que, el marco general de los derechos contenidos en instrumentos internacionales de protección de éstos se ha legitimado institucionalmente; sin embargo, ha sido una legitimación con notas de fragilidad y debilidad dado que el grado de satisfacción contenido en estas declaraciones e instrumentos de protección de Derechos Humanos guarda un amplio campo de discusión en la esfera de la positivización de necesidades sociales, pues, en la periferia del derecho, las meras expectativas no constituyen derecho pleno. Dicho esto, se permite entonces reseñar los desafíos institucionales para los Estados Parte a partir de la consolidación y/o formulación de políticas sociales y económicas que permitan ejecutar un rediseño de las garantías necesarias e indispensables para el cumplimiento más alto del contenido de los Derechos Humanos proyectados a través de los instrumentos antes singularizados.

En suma, conviene anotar y advertir que el marco convencional de los derechos de las mujeres embarazadas se encuentra situado en el flanco de las normativas *soft law* de los Derechos Humanos, esto, por cuanto el diseño de los instrumentos de protección de los derechos de las mujeres, en cualquiera de su condición que estas normas dimensionen, sigue siendo una garantía utópica en la protección y satisfacción de derechos, dado que las condiciones sociales y económicas de los Estados Partes constituirá el denominador común para proyectar el alcance real e idóneo de las garantías a prestar para la satisfacción de los Derechos.

4 DESARROLLO JURISPRUDENCIAL EN TORNO A LOS DERECHOS HUMANOS EN EL ENFOQUE DEL EMBARAZO Y EL PARTO

Desde hace muchos años, las mujeres viven un problema social: la violencia y la desigualdad social. Para ello, este artículo analiza la violencia obstétrica en Brasil y Ecuador. En este sentido, la violencia obstétrica ha sido discutida en Brasil incesantemente, ya que es considerada como todas aquellas intervenciones médicas excesivas durante el embarazo, parto y trabajo de parto (Lansky *et al.*, 2019).

Para ello, se realizó una búsqueda en el Tribunal de Justicia de Rio Grande do Sul (TJRS), en el Tribunal Regional Federal de la 4ª Región (TRF4), en el Supremo Tribunal Federal (STF) y en el Superior Tribunal de Justicia (STJ), utilizando la palabra clave “violencia obstétrica” en todas las búsquedas en todos los tribunales.

La búsqueda comenzó en el Tribunal de Justicia de Rio Grande do Sul (TJRS), y al buscar en la jurisprudencia, se encontraron nueve decisiones de los años 2017, 2021, 2022, 2023 y 2024, la búsqueda se realizó el 5 de junio de 2024, y sólo una de estas nueve decisiones no se ajusta al tema, ya que es una Acción Directa de Inconstitucionalidad de una Ley Municipal. Solamente una decisión reconoce la violencia obstétrica de hecho, pero la mayoría reconoce que hubo daño causado y aplica indemnización, lo que muchas veces puede ser visto como controvertido, pues la cuestión es “si hubo daño causado a la parturienta como consecuencia de una actitud médica o de algún instrumento que fue utilizado en el momento del parto, ¿no es considerado violencia obstétrica?”.

Siguiendo la búsqueda de jurisprudencia en el ordenamiento jurídico brasileño, se realizó una búsqueda en los Tribunales Regionales Federales de la 4ª Región (TRF4), utilizando la misma palabra clave - “violencia obstétrica” - obteniendo 9 resultados, sin embargo, de estos sólo 3 decisiones tienen la palabra violencia obstétrica por escrito, una de las decisiones que no menciona la violencia obstétrica destaca que hubo error médico, con un nexo causal en el proceso y otro caso es que la violencia obstétrica no puede ser analizada porque no fue discutida en la petición inicial.

Otro estudio que se tuvo en cuenta es el análisis de casos en el Superior Tribunal Federal (STF) y en el Supremo Tribunal de Justicia (STJ), utilizando las mismas palabras clave “violencia obstétrica”. En el primero, se obtuvieron ocho resultados, y se destacan cuatro jurisprudencias en las que la mayoría reconoce que hubo responsabilidad pasiva, siendo objetiva por parte del hospital y subjetiva por parte del médico, se reconoce la violencia obstétrica y, en consecuencia, se concede una indemnización, el Consejo Federal de Medicina repudia el término violencia obstétrica. En segundo lugar, el estudio analizó los últimos cinco años y encontró 22 decisiones monocráticas, por lo que se puede ver que existe por lo menos un debate entre los órganos públicos sobre la violencia obstétrica, especialmente teniendo en cuenta los altos índices de jurisprudencia encontrados en el poder judicial.

A través de esta investigación, se puede ver en las publicaciones de las decisiones que las decisiones son muy nuevas, la más antigua de las cuales es de 2017, por lo que hay una necesidad de debatir el tema. Además, como hemos visto, sólo hubo una decisión en el TJRS que reconoció la violencia obstétrica, que ocurrió en 2023. Como resultado, se observó que Brasil todavía tiene fallas en sus sistemas, ya que hay varios informes de mujeres que sufren violencia obstétrica, así como muchos casos de muertes maternas

evitables, que a menudo son muertes evitables que pueden haber ocurrido como resultado de la violencia obstétrica.

Un ejemplo es el estudio de la investigadora Sueli Carneiro (2023), que informa que la salud de las mujeres negras en particular se ve afectada por la desigualdad racial. La OMS también destaca que la muerte materna es cuando una mujer muere durante el embarazo, el parto y hasta 42 días después de dar a luz. La OMS acepta de 0 a 20 muertes por cada 100.000 nacidos vivos, pero Sueli afirma que Brasil tiene una elevada tasa de 120 casos por cada 100.000 nacidos vivos. Además, la mayor causa de muerte materna en Brasil es la hipertensión, que no fue tratada durante el embarazo, debido a la falta de atención prenatal de calidad ofrecida a las embarazadas o incluso a la falta de seguimiento médico durante el embarazo, lo que puede considerarse mala praxis, sobre todo porque el 90% de los partos tienen lugar en hospitales (Carneiro, 2023).

Según una encuesta realizada por Fiocruz (Leal, 2019), los partos se realizan de dos formas, natural o por cesárea. Sin embargo, en el sector privado predominan las cesáreas, que representan el 88% de los partos por este método, mientras que en el sector público y en los hospitales privados afiliados al SUS, las cesáreas representan el 46%. Sin embargo, la Organización Mundial de la Salud recomienda que las tasas de cesárea no superen el 15%, ya que este tipo de parto puede tener una serie de consecuencias para la salud de la madre y su hijo, por lo que es mejor utilizarlo sólo cuando sea realmente necesario (Leal, 2019).

En Ecuador, la violencia obstétrica ha tenido un recorrido jurisprudencial paulatino, por no mencionarse escaso desde la esfera de la constitucionalidad de los derechos lejos de una teoría vinculada al campo del estudio del delito y de la pena; por ello, se ha vuelto necesario abordar el desarrollo jurisprudencial desde la esfera de la constitucionalidad de los derechos primordialmente en el enfoque de protección de los Derechos de las mujeres en condición de embarazo; sin embargo, para comprender este abordaje resulta indispensable considerar una retrospectiva en el avance de los derechos de las mujeres en los distintos ámbitos de interacción. De esta forma, la Corte Constitucional del Ecuador, considerada como el máximo organismo en justicia e interpretación constitucional, ha establecido un desarrollo innovador en el contexto de los derechos de las mujeres a partir de su interacción en los espacios públicos y privados, y consigo, dimensionar garantías que en la normativa específica para prevenir la violencia contra la mujer no se encontraban insertas en el texto jurídico.

En este sentido, el primer alcance de protección de las mujeres en condición de embarazo, y que genera un hito en la consolidación de los derechos de las mujeres en condición de embarazo y su protección especial y reforzada, se subyace gracias a la Sentencia n. 904-12-JP/19 (2019) constituida como *Jurisprudencia Vinculante* en materia constitu-

cional y legal, que integra como elemento innovador la protección de la mujer en estado de embarazo a gozar del mayor grado y alcance del derecho de su salud, lo que implica *inter alia* no recibir negativa de atención en el estado situacional del embarazo, de lo contrario, configura de *iure* y de *facto* violencia obstétrica además de las consideraciones de violencia obstétrica que la Ley Orgánica integral para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres.

Lo anterior, es fiel reflejo y preocupación estatal en las condiciones de garantías para las mujeres en situación de embarazo, lo cual, es alarmante a nivel regional y no local, pues de acuerdo con las cifras que la Organización Panamericana de la Salud refiere respecto de la mortalidad materna y las condiciones en que se brinda el servicio público para atención, se ha precisado que “[...] La mortalidad materna es inaceptablemente alta. Cada día mueren en todo el mundo unas 830 mujeres por complicaciones relacionadas con el embarazo o el parto” (Organización Panamericana de la Salud, [2025]).

Esto sin duda, refleja las situaciones y experiencias en que viven la población de las mujeres embarazadas por su atención debida, oportuna y eficiente, conllevando a resultados nada deseados como es la muerte de la mujer sin el menor resguardo de garantías; siendo el panorama nada alejado en Ecuador frente a las cifras globales o regionales, se abarca que:

[...] De acuerdo al trimestre de gestación y la edad de la madre al momento del fallecimiento; el 33,77% de las madres fallecen con un embarazo a término (semana gestacional 37 a la semana gestacional 42); el 25,97% de las madres fallecen cursando el tercer trimestre de su gestación (semana gestacional 24 a la semana gestacional 36); el 11,04% de las madres fallece cursando su segundo trimestre de gestación (semana gestacional 13 a la semana gestacional 23); el 10,39% de las madres fallece cursando su primer trimestre de gestación (semana gestacional 1ª a la semana gestacional 12) y el 18,83% son madres que fallecen en el puerperio más de los 42 días de posparto (Ministerio de Salud Pública, 2018).

Todas estas condiciones, han demandado una ardua labor en el rediseño de la línea jurisprudencial en materia constitucional de los derechos, que permita generar dimensiones más amplias en la satisfacción de los intereses colectivos; por ello, más adelante, en otra sentencia, asimismo emitida por el mismo organismo en materia constitucional, signada con el n. 679-18-JP/20, pero con proyección a la satisfacción de acceso a medicamentos de calidad, seguros y eficaces que permitan el desarrollo adecuado del embarazo, pues es una obligación directa del estado el cuidar a la persona, y que este cuidado engloba, determina la Corte, incluye su entorno y su familia (2020).

Finalmente, otra de las dimensiones plausibles extendidas por parte de la Corte Constitucional del Ecuador, ha sido la dimensión de la protección a la mujer embarazada en calidad de persona migrante, cuyo alcance de garantías para su desarrollo del parto la Corte ha precisado necesita tener un enfoque integrador por parte del sistema de salud pública, dado que una de las obligaciones convencionales principales datan desde la Organización Mundial de la Salud al prevenir que los Estados deben asegurar en favor de las mujeres embarazadas servicios adecuados, óptimos e inmediatos; y, para esto, la Corte en sentencia n. 983-18-JP/21 ha reseñado la urgencia en la implementación de procedimientos, acuerdos, resoluciones o reglamentos que permitan ejecutar una atención debida a los grupos más desfavorecidos por la condición de extrema vulnerabilidad como es el caso de la mujer embarazada en situación de migrante (2021).

En síntesis, puede notarse que el tratamiento de los derechos de las mujeres, en condiciones diversas, consideradas para el presente caso mujeres embarazadas y su protección directa, ha logrado un desarrollo notable de reciente data constituida a partir de los últimos 5 años en que la Corte Constitucional en Ecuador ha identificado como desafíos estructurales dada las condiciones institucionales anteriores frente a los mandatos convencionales; sin embargo, estos esfuerzo a escala jurisprudencial aún obedece a otras exigencias de estos grupos sociales que, por el paso del tiempo, se ha encontrado en situación de desigualdad, y como medida reivindicatoria no se escatiman esfuerzos legislativos, sino, por el contrario, emplear un diseño adecuado de garantías normativas al interior del marco jurídico para satisfacer todas las condiciones necesarias en el ejercicio pleno de los derechos, y consigo eliminar todo tipo de violencia como medida preventiva en el enfoque obstétrico al que se sujeta la mujer en condición de embarazo.

5 CONCLUSIÓN

Se puede concluir que la violencia está presente en la vida de las mujeres, pero se ha reconocido la importancia de las luchas llevadas a cabo por los movimientos feministas. En este sentido, a pesar de que existen varias normas legales – brasileñas y ecuatorianas – todavía hay muchas violaciones de los derechos de las mujeres, especialmente de los derechos humanos de las mujeres - a la salud, a la dignidad, a la seguridad y a la protección - en el momento del parto.

Con el avance de la medicina en las décadas de 1970 y 1980, los partos pasaron a tener mejores procedimientos y a ser realizados en hospitales, donde las mujeres perdieron la autonomía de sus cuerpos. Para ello, la investigación busca soluciones que mejoren la autonomía de las mujeres durante el embarazo, el parto y el posparto.

En torno a la convencionalidad de los Derechos de las mujeres en condición de embarazo, se ha evidenciado un avance paulatino y frágil dado que se representan arduos desafíos normativos e institucionales alrededor de los Estados partes en la configuración idónea y adecuada de garantías plenas para la satisfacción de los derechos de este grupo de personas consideradas vulnerables y de atención prioritaria.

Precisamente, esta condición de vulnerabilidad y atención prioritaria en que se ciñen las mujeres embarazadas se ha proyectado como foco de atención crucial en la formulación de normativas, políticas y programas que permitan hacer frente a las diversas formas de violencia sobre las cuales se subyacen el ejercicio de las competencias atribuidas al sistema de salud pública, las cuales, en sus facetas configuran violencia obstétrica.

A pesar de la fragilidad que se estima atribuida al marco de protección de derechos de las mujeres embarazadas para prevenir abusos o violaciones de sus derechos desde el enfoque de la violencia obstétrica, han sido los organismos internacionales los encargados de generar las condiciones mínimas para la protección y prevención de la violencia contra la mujer en contexto obstétrico, cuyo alcance ha recaído en el desarrollo estrictamente en la jurisprudencia local de Brasil y Ecuador, lo que inspira el valor de promoción de la dignidad de la mujer como sujeto directo de Derechos Humanos sin condicionamiento alguno.

REFERENCIAS

ACNUDH – ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. **Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer**. Nueva York: Asamblea General, 1993. Disponible en: <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/declaration-elimination-violence-against-women>. Acceso en: 29 nov. 2025.

ACNUDH – ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. **Recomendación General n. 24**. La mujer y la salud. Nueva York: Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer, 1999. Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/1280.pdf>. Acceso en: 29 nov. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; [...]. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponible en: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acceso en: 29 nov. 2025.

BRASIL. **Programa Humanização do parto**: humanização no pré-natal e nascimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Secretaria Executiva, 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ECUADOR. **Código orgánico integral penal**. Quito, Ecuador: Asamblea Nacional, 2014. Disponible en: <https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/2014/es/104133>. Acesso en: 29 nov. 2025.

ECUADOR. Corte Constitucional. **Sentencia n. 679-18-JP/20 y acumulados (Derecho a medicamentos de calidad, seguros y eficaces)**. Caso n. 679-18-JP y acumulados, 5 ago. 2020.

ECUADOR. Corte Constitucional. **Sentencia n. 904-12-JP/19 (Atención embarazo en IESS y Violencia Obstétrica)**. Caso n. 904-12-JP, 13 dez. 2019.

ECUADOR. Corte Constitucional. **Sentencia n. 983-18-JP/21 (Derecho de las niñas, niños y adolescentes, y de las personas migrantes a la vida, la salud, la igualdad, la no devolución, la unidad familiar, y la tutela judicial efectiva)**. Caso n. 983-18-JP, 25 ago. 2021.

ECUADOR. **Ley orgánica integral 175/2018**. Para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres. Quito: Asamblea Nacional, 2018. Disponible en: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/node/1008>. Acesso en: 29 nov. 2025.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel E. Repensando los Derechos Humanos desde las luchas. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 2, p. 75-105, 2014. Disponible en: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Carballido-2015-Repensando-el-dh-desde-las-luchas.pdf>. Acesso en: 29 nov. 2025.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger;

Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponible en: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH-_Herrera-Flores.pdf. Acesso en: 29 nov. 2025.

LANSKY, Sônia *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2823, ago. 2019. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso en: 29 nov. 2025.

LEAL, Maria do Carmo (coord.). **Nascer no Brasil**: inquérito nacional sobre parto e nascimento (2011 a 2012). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz, 2019. Disponível em: https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=nascer-no-brasil. Acesso em: 19 jun. 2024.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. Mortalidad evitable. **Gaceta de muerte materna SE 52**, 2018. Disponível em: <https://www.salud.gob.ec/gacetas-muerte-evitable/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

NACIONES UNIDAS. **Informe de la Relatora Especial sobre la violencia contra la mujer, sus causas y consecuencias acerca de un enfoque basado en los derechos humanos del maltrato y la violen-**

cia contra la mujer en los servicios de salud reproductiva, con especial hincapié en la atención del parto y la violencia obstétrica. Ginebra: Asamblea General, 2019. Disponible en: <https://docs.un.org/es/a/74/137>. Acceso en: 29 nov. 2025.

NACIONES UNIDAS. **Observación General n. 14 (2000).** El derecho al disfrute del más alto nivel posible de salud. Ginebra: Consejo Económico y Social; Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, 2000.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. **Convención interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer “Convención de Belem do Para”.** Belem do Pará: OEA, 1994. Disponible en: <https://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-61.html>. Acceso en: 29 nov. 2025.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Prevención y erradicación de la falta de respeto y el maltrato durante la atención del parto en centros de salud.** Ginebra: OMS, 2014. Disponible en: <https://www.who.int/es/publications/i/item/WHO-RHR-14.23>. Acceso en: 19 dez. 2022

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Salud materna.** [2025]. Disponible en: <https://www.paho.org/es/temas/salud-materna>. Acceso en: 29 nov. 2025.

TROYA, María P. No soy machista, pero.... Masculinidades en profesionales de clase media de la ciudad de Quito. *In*: ANDRADE, Xavier; HERRERA, Gioconda (ed.). **Masculinidades en Ecuador.** Quito, Ecuador : FLACSO, 2001. p. 67-97. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/server/api/core/bitstreams/2886939a-e758-42c9-934b-1d9015292176/content>. Acceso en: 29 nov. 2025.



Reginaldo de Souza Vieira

Doutor (2013) e mestre (2002) em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/Unesc). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/Unesc). Professor titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Coordenador do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (Nuped/Unesc) e do Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva (LADSSC/Unesc). Membro do Conselho Editorial da EdIUnesc. Membro do Conselho Gestor do Observatório Latino-americano em Direitos Humanos Prof. Antonio Carlos Wolkmer. Coordenador do Programa Escola de Lideranças – Proext-PG-Capesc. Membro titular da Rede de Pesquisa em Republicanismo, Cidadania e Jurisdição (UFSC, Unesc, UCS e Unochapecó). Membro titular da rede Ibero-americana de Direito Sanitário. Membro da Rede de Pesquisa Egrupe (Unisc, FMP e Unesc). Membro titular e coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos (Unesc, Unijuí, Unifap, UFMS, Puc-Campinas, Unif, Unicap, Cesupa, UFPA, UCS, Furb, Ufop, Unirio, UFRJ e Furg). Coordenador Executivo da Rede Latino-americana de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos. Membro da The International Society of Public Law. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Membro associado do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi). Consultor na área de políticas públicas. Advogado vinculado a seccional de Santa Catarina. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-6733-5321>.

E-mail: prof.reginaldovieira@gmail.com; reginaldovieira@unesc.net



Guillermo Luévano Bustamante

Doctor en Ciencias Sociales con especialidad en Antropología Social por el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Maestro en Historia por El Colegio de San Luis. Licenciado en Derecho por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí. Miembro del Sistema Nacional de Investiga-

dores nivel I (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, México). Ha sido coordinador académico de la Maestría en Estudios sobre la democracia y procesos electorales, de octubre de 2016 a noviembre de 2020. Actualmente es coordinador de la Maestría en Derechos Humanos y de la Clínica de Litigio Estratégico. Ha sido consultor externo en proyectos para el Fondo de Población de las Naciones Unidas (FPNU/UNFPA), para la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de la Organización de las Naciones Unidas (CEPAL), y para la Unión Europea (UE). Actualmente es colaborador legal de la oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Ha sido profesor invitado y visitante en diversas universidades en México (entre las que destacan la Universidad Autónoma de Querétaro, la Universidad Nacional Autónoma de México y la Universidad Iberoamericana); y de países de América Latina como Argentina, Brasil, Colombia y Ecuador. Miembro de la Red Latinoamericana de Investigación Jurídica en Derechos Humanos.

Correo electrónico: guillermo.luevano@uaslp.mx



Gina Chavez Vallejo

Doctora en Derecho, Ciencia Política y Criminología por la Universidad de Valencia, España. Posee una maestría en Derecho Constitucional

por la Universidad Andina Simón Bolívar y es Doctora en Jurisprudencia y Abogada de la República por la Universidad Central del Ecuador. Se desempeña como Profesora Titular Principal del Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN, Ecuador) desde 2010. Anteriormente, fue profesora adjunta en la Facultad de Jurisprudencia de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador (2006-2007), docente invitada en el Programa de Antropología y en el programa de Estudios Socioambientales de FLACSO Sede Ecuador, así como en el diplomado en Derechos Indígenas y Recursos Hidrocarburos (2004). En 2001 fue docente en el Programa de Especialización en Derechos Humanos para Jueces y Fiscales de la ALDHU. Sus líneas de investigación se centran en las amenazas, la resolución de conflictos y la protección de derechos; derechos humanos, género, interculturalidad y participación ciudadana; y en el estudio crítico de la relación entre poder, derecho e institucionalidad en el Estado constitucional. Ha desarrollado una producción académica constante en estas áreas, con investigaciones y publicaciones que aportan al debate jurídico y político contemporáneo. Miembro de la Red Latinoamericana de Investigación Jurídica en Derechos Humanos.

Correo electrónico: gina.chavez@iaen.edu.ec

Esta obra intitulada *Direitos Humanos: reflexões contemporâneas – volume II* é fruto do processo de construção e consolidação da Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos (REDE-DH) e da Rede Latino-Americana de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos. A Rede Latino-Americana de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos foi fundada em setembro de 2023 na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Brasil), com a participação dos programas membros da REDE-DH, do Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN, Equador), Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP) e de membros(as) do Grupo de Trabalho da Clacso – Pensamiento Jurídico Crítico y Conflictos Sociopolíticos.

A partir de uma das ações definidas no âmbito das duas Redes, foi criada uma disciplina em conjunto, sob a gestão administrativa do PPGD/UNESC intitulada: *Derechos Humanos, Pensamiento Crítico y Constitucionalismo Latino-Americano*, ministrada no primeiro semestre de 2024 em espanhol. A disciplina teve a participação de 22 docentes e 150 discentes das instituições e programas de pós-graduação latino-americanos.

Neste sentido, é a partir desta cooperação internacional em direitos humanos em rede no âmbito latino-americano que surge esta coletânea. Os textos que compõem os capítulos foram selecionados entre todos os trabalhos produzidos pelos(as) discentes a partir da qualidade e de sua profundidade teórica. Todos os textos foram produzidos pelo menos por dois discentes de instituições diferentes.

A obra é composta de 23 capítulos e foi dividida em quatro partes: a primeira, "Teoria Crítica dos Direitos Humanos"; a segunda, "Direitos da Natureza e Litígios Climáticos na América Latina"; a terceira, "Constitucionalismo Crítico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos"; e a última, "Direitos Humanos, Gênero, Raça e Direitos Geracionais".

Este livro foi financiado com os recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quota destinada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

ISBN 978-65-5765-280-0



9 786557 652800



ithala.com.br